# FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.726 — TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024 — R$ 6,90


## Pais de alunos com deficiência vão à Justiça contra Tarcísio

Famílias de estudantes com deficiência travam briga judicial com a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) para que, segundo eles, os alunos tenham suporte especial na aprendizagem. Decreto autorizou pais a pagar ou atuar como atendente dos filhos nas escolas, medida questionada por especialistas. Governo diz que inclusão é compromisso. **Cotidiano B2**

***Suzana H. Houzel***

*As coisas boas do autismo*

Nossos amigos podem contar conosco, exatamente como nós achamos que podemos contar com eles, pois sua palavra é lei. Na verdade, toda palavra é lei para nosso cérebro literal. As pessoas que ficam são as que falam a nossa língua, e a essas nós nos agarramos. **Corrida B8**

## Ronaldo vende SAF do Cruzeiro por R$ 600 mi

**Esporte B7**



Danilo Verpa/Folhapress

## CULTURA ARTÍSTICA DE VOLTA

Consumido por incêndio em 2008, teatro em São Paulo passa por fase final de reforma de R$ 150 milhões, para reabrir em agosto com programação de música erudita **Ilustrada C1**

# Epidemia de dengue já atinge todos os bairros de São Paulo

Nos 96 distritos da capital, casos passam de 300 por 100 mil habitantes; cidade soma 220.029 registros no ano

Todos os bairros de São Paulo enfrentam epidemia de dengue, aponta boletim epidemiológico divulgado nesta segunda (29) pela gestão Ricardo Nunes (MDB).

Na classificação da OMS (Organização Mundial da Saúde) a situação epidêmica se dá quando os registros da doença passam de 300 casos por 100 mil habitantes.

Até a semana passada, dos 96 distritos da cidade, apenas Moema (zona sul) e Jardim Paulista (zona oeste) não haviam atingido o índice, agora em 304,1 e 329, respectivamente. Os bairros com maior incidência, de acordo com o boletim, são Jaguara (10.598,1), na zona norte, e São Miguel Paulista (7.039,2), na zona leste.

No geral, a capital soma 220.029 casos de dengue em 2024. Luiz Caldeira, da Vigilância em Saúde, afirma que a cidade atingiu estabilidade de nos números. "Estamos há cerca de três semanas com um platô de casos novos [30 mil a 35 mil por semana]", diz. No Brasil, os registros prováveis de dengue já são 4,1 milhões. **Saúde B1**

## Haddad teme que negociação amplie desoneração da folha

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) teme que a negociação com o Congresso da desoneração da folha, defendida pela ala política do governo Lula (PT), possibilite incluir mais setores do que os 17 já contemplados. O benefício fiscal está suspenso por liminar do ministro Cristiano Zanin, do STF.

A Confederação Nacional dos Municípios, por sua vez, ampliou a articulação política por apoio a PEC (proposta de emenda à Constituição) que inclui a retomada da reoneração de forma escalonada até 2027 e a renegociação de dívidas. Haddad teria sinalizado que aceita parte dela. **Mercado p.1**

## Contas registram déficit primário de R$ 1,5 bi em março

As contas públicas tiveram déficit de R$ 1,5 bilhões no mês passado, segundo o Tesouro Nacional. No primeiro trimestre, as contas ficaram positivas em R$ 19,4 bilhões, pior resultado para o período desde 2020, em razão da antecipação de R$ 30 bilhões em precatórios. **Mercado p.1**



Luiz Sampaio Correa (da esq. para a dir.), Leonardo Sica, Eunice Prudente, Antonio Mariz de Oliveira, Fafá de Belém, Patricia Vanzolini, Oscar Pilagallo, Christiane Torloni, Juca Kfouri e Almino Affonso no seminário "40 anos das Diretas Já", em São Paulo; Ricardo Kotscho também participou Suzana Singer/Folhapress

## Exceções são dois terços dos artigos de tributária

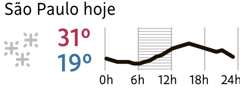
**Mercado p.2**

## Casas Bahia entra em recuperação extrajudicial

A Justiça de São Paulo deu aval nesta segunda (29) ao pedido de recuperação extrajudicial do Grupo Casas Bahia, com dívidas de R$ 4,1 bilhões. A rede havia fechado acordo com os credores Bradesco e Banco do Brasil no domingo (28). Ações saltaram 34% no Ibovespa. **Mercado p.5**

**ATMOSFERA**

São Paulo hoje




## Nos 40 anos das Diretas Já, evento debate democracia

Em seminário promovido pela **Folha** e pela OAB-SP, convidados defenderam que o combate ao racismo e a outras formas de opressão é essencial para o pleno exercício da democracia. No encerramento, Fafá de Belém cantou o hino nacional acompanhada por todos. **Seminários A8 e A9**

**Esporte B7**

## As bruxas sobrevoaram o autódromo de Ímola, diz médico que socorreu Senna

Domenico Salcito relembra "fim de semana de pesadelo" no GP de San Marino, em 1994, com vários acidentes, e diz que, ao chegar para atender o piloto, notou a gravidade.

**Comida C8**

Seção Folha Prova experimenta marcas de bebidas lácteas de whey protein

**Ilustrada C7**

Madonna chega ao Rio e vê da janela palco de megashow em Copacabana



A estrela pop no hotel Copacabana Palace, no Rio AgNews

**EDITORIAIS A2**

*Lula e Congresso são sócios do rombo fiscal*

Acerca de gasto público e declarações de Haddad.

*Calorias nocivas*

Sobre o consumo de alimentos ultraprocessados.


ISSN 1414-5723



FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Benett




# EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Lula e Congresso são sócios do rombo fiscal

### Parlamentares precisam responder pelos gastos que criam, como diz Haddad, mas governo ampliou déficit para o qual não bastará mais receita

Tem razão o ministro Fernando Haddad ao declarar, em entrevista à **Folha**, que o Congresso Nacional deve assumir responsabilidades pelo equilíbrio das contas públicas e submeter-se a normas orçamentárias essenciais. O titular da Fazenda, no entanto, abordou apenas um lado da questão.

Em um Legislativo politicamente fragmentado como o brasileiro, prosperam com maior facilidade pautas de interesse de grupos organizados e influentes, no mais das vezes às expensas do erário —de privilégios salariais para servidores públicos a subsídios tributários para setores empresariais.

As lideranças parlamentares, ademais, apossaram-se nos últimos anos de fatias crescentes do Orçamento por meio de emendas que favorecem seus redutos eleitorais e, por conseguinte, suas chances de preservar os mandatos.

Dado que tem o poder de criar despesas, das quais sem dúvida colhe benefícios políticos, o Congresso deveria também ter a tarefa de indicar as fontes dos recursos necessários —ou responder legalmente pela imprudência fiscal que põe em risco o bem-estar da sociedade. As observações de Haddad, portanto, fazem sentido.

Elas teriam sido ainda mais pertinentes, porém, se tivessem orientado desde o início os entendimentos entre o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e as forças representadas no Parlamento.

Antes mesmo de tomar posse, afinal, Lula negociou uma emenda à Constituição que permitiu a elevação de gastos permanentes em volume muito superior ao necessário para o correto objetivo de preservar os benefícios do Bolsa Família. A definição de uma regra fiscal para substituir o teto das despesas ficou para depois.

O governo petista também restaurou normas que impõem o aumento contínuo de desembolsos em Previdência Social, saúde e educação, todas previsivelmente chanceladas pelo Congresso.

Tudo isso foi somado a um Orçamento já deficitário, sem nenhuma garantia de que algum dia haveria receita suficiente —e não haverá.

Haddad está correto ao defender uma tributação mais justa e progressiva com eliminação de privilégios, e boa parte de suas propostas foram aprovadas pelos parlamentares. Não é política e economicamente viável, no entanto, elevar de modo contínuo uma carga já excessiva para padrões emergentes.

Divulgado nesta segunda (29), o balanço do Tesouro no primeiro trimestre do ano mostra alta da receita de expressivos 9,1% acima da inflação; a despesa, todavia, subiu 12,7%. Trata-se de uma amostra pequena, mas que ajuda a entender por que o governo vai abandonando metas de reequilíbrio das contas e controle da dívida pública.

## Calorias nocivas

### Alto consumo de ultraprocessados em estratos de baixa renda demanda mais informação e educação

A mesma tecnologia que expandiu a produção de alimentos gerou piora na qualidade com os chamados ultraprocessados, que são ricos em gordura, sal e açúcar e mais baratos do que os in natura.

Não à toa, esse tipo de produto tem sido cada vez mais consumido por famílias de baixa renda no Brasil. Estudo da Universidade Federal de Pernambuco apontou que essa população têm entre 86% e 82% menos chance de ter consumo alto de frutas, verduras e legumes.

Segundo pesquisadores, o cotidiano acelerado nos centros urbanos, que dificulta o preparo de refeições saudáveis em casa, e o acesso precário a alimentos frescos nas periferias, aliados ao baixo custo, contribuem para o cenário atual.

Ademais, há empecilhos para o gasto de calorias, como a violência urbana, que dificulta atividades físicas ao ar livre, e uso exagerado de telas (celulares e computadores) —tais problemas atingem principalmente crianças e adolescentes.

A maior revisão de estudos sobre ultraprocessados, publicada em março por pesquisadores da Austrália e dos EUA, revelou que esses alimentos estão associados a 32 efeitos prejudiciais à saúde, incluindo doenças cardíacas, diabetes e, claro, obesidade.

Pesquisa da Fiocruz em colaboração com a University College London, publicada em abril, mostrou que entre 2001 e 2014 a prevalência da obesidade em brasileiros e brasileiras na faixa etária de 5 a 10 anos passou de 11,1% para 13,8% e de 9,1% para 11,2%, respectivamente.

O Atlas 2024 da Federação Mundial da Obesidade projeta um salto no índice de obesidade em jovens entre 5 e 19 anos no Brasil, de 34% em 2019 para 50% em 2035.

Como a superação da pobreza depende de ações de médio e longo prazo, há que implantar políticas mais imediatas, como educação nutricional nas escolas, reforço da segurança pública, espaços de lazer e capacitação de profissionais de saúde na atenção básica. A rotulagem de alimentos, ademais, merece atenção permanente.

Os custos para prevenir e combater a obesidade ainda na juventude são menores do que aqueles gerados pelas doenças relacionadas ao aumento de peso no futuro.

## Combustível na fogueira

**Hélio Schwartsman**

Num universo kantiano, pautado só pela obediência às regras, não haveria o que contestar na decisão do Planalto de levar ao STF a questão da desoneração da folha de pagamentos. Neste mundo regrado, sempre que há dúvidas sobre a constitucionalidade de alguma medida, cabe ao Supremo dirimi-la, e qualquer agente legitimado pode a qualquer tempo levar qualquer problema à corte. Mas, para o bem e para o mal, o planeta é menos kantiano do que desejariam os deontologistas. As coisas têm também dimensão política —e isso muda o jogo.

Um ultrakantiano poderia argumentar que só cogitar de que o STF possa atuar politicamente já viola a regra da separação dos Poderes, pela qual órgãos do Judiciário deveriam ser exclusivamente técnicos. Isso talvez valha no reino das abstrações, mas, no mundo real, a própria Carta reconhece implicitamente os contornos políticos do Supremo. Se os integrantes de outras cortes superiores são escolhidos por meio de listas elaboradas com filtros técnicos, no caso do STF os critérios são bem mais livres (a rigor, não é necessário nem diploma de direito) e eminentemente políticos (indicação presidencial e aprovação pelo Senado).

Em condições normais, o STF navega sem maiores dificuldades pelas ambiguidades de um Poder que é técnico sem deixar de ser político. O problema é que não estamos sob condições normais. Supremo e Legislativo vêm há algum tempo se estranhando. Parlamentares entendem que os magistrados vêm invadindo competências que seriam exclusivas do Congresso. Temos ainda um ex-presidente encrencado com a Justiça que faz o que pode para pintar as decisões judiciais contra si e seu grupo como perseguição política.

Nesse contexto, ao empurrar para o STF uma batata quente que tensiona ainda mais o ambiente, o governo, embora tenha razões técnicas (econômicas com certeza e jurídicas talvez), pode estar jogando contra seus interesses de longo prazo.

helio@uol.com.br

## A esperteza come o dono

**Dora Kramer**

A reação do Congresso à ação do governo junto ao Supremo Tribunal Federal para suspender a cobrança de impostos de empresas e prefeituras era uma fava perfeitamente contada. Assim como era certo que o gesto reacenderia o fogo do atrito entre Planalto e Parlamento com o STF no meio da refrega.

Não há no horizonte indicativo consistente sobre a chance de um acordo, porque no caso da desoneração da folha de pagamentos não existe espaço para um meio-termo. O Executivo quer o dinheiro dos tributos (mais de R$ 15 bilhões), e o Legislativo por três vezes deixou patente a disposição de manter as isenções.

O jogo entre governo e Supremo pareceu combinado: liminar concedida por ministro amigo, cinco votos a favor no plenário virtual e um pedido de vista no limiar da formação de maioria como se fosse para dar margem a um entendimento com o governo em posição de força pelo sinal de respaldo do tribunal.

Como manobra, denota esperteza. Argúcia tampouco falta nas Casas aonde ninguém chega por ser bobo. Daí a imediata manifestação do senador Rodrigo Pacheco considerando "catastrófica" a atitude do governo, por óbvio recebida como um gesto de hostilidade numa hora em que se desenhava uma trégua.

No início da semana meio morta pelo feriado, o ministério da Fazenda começa a falar na busca de um acordo para compensar de alguma forma as prefeituras.

Pode até dar certo, mas o enrosco é com deputados e senadores que defendem mais que os interesses dos 17 setores privados contemplados com a desoneração. Reagem ao persistente confronto a decisões tomadas pelo Congresso.

São eles, e não os prefeitos, que têm os instrumentos para dar uma prometida "resposta política" em forma de votos. Ainda que o Executivo tenha confirmada sua vitória no Judiciário no caso específico, o Legislativo detém o poder de dar o troco nestes tempos em que a correlação de forças entre os dois Poderes se inverteu.

## Personagens da República

**Alvaro Costa e Silva**

Dois personagens, com trajetórias díspares, uniram-se para cometer um crime que explica os meios empregados para se fazer política –ou certo tipo de política que se impôs nos últimos anos no país.

A folha corrida de Walter Delgatti Neto, o Vermelho de Araraquara, mostra uma vida atribulada, com passagem pela polícia por tráfico de drogas, estupro, falsificação de documentos, golpes em instituições financeiras. O hacker ficou famoso ao invadir celulares de autoridades da Lava Jato, revelando a parcialidade da operação e ajudando Lula, hoje presidente da República, a se livrar da prisão. Delgatti é o Vermelho em função da cor do cabelo, não há conotação ideológica no apelido, mas naquele momento ele foi considerado um herói das esquerdas, em especial do PT, embora sempre tenha negado qualquer motivação partidária.

No caminho do hacker estava uma parceira do barulho. Fundadora do grupo Nas Ruas, Carla Zambelli ganhou notoriedade em 2013 com as jornadas de junho. Participou das manifestações pelo impeachment de Dilma, elegeu-se deputada na onda bolsonarista, acumulou processos por divulgar fake news. Na véspera do segundo turno de 2022, correu de arma na mão atrás de um homem.

Em depoimento à PF, Delgatti disse ter recebido um pedido de Zambelli para invadir uma urna eletrônica a fim de demonstrar a fragilidade do sistema. Não conseguindo, ele entrou no Conselho Nacional de Justiça e incluiu dados falsos, como um mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes. O serviço lhe rendeu R$ 40 mil, além de uma conversa íntima com Bolsonaro, que lhe abriu as portas do Ministério da Defesa.

A PGR acaba de denunciar a deputada e o hacker pelos crimes de invasão e falsidade ideológica. Réu confesso, Delgatti está preso. Reeleita com a terceira maior votação do país pelo sistema que gostaria de abolir, Zambelli está sob proteção da Câmara.

## Apocalipse, não

**Juliano Spyer**

Antropólogo, autor de "Povo de Deus", criador do Observatório Evangélico e sócio da consultoria Nosotros

Desconfia-se que Irã e Israel —que se atacaram neste mês— tenham armas atômicas. Em fevereiro, o líder russo Vladimir Putin disse que a Rússia está pronta para um confronto nuclear caso o Exército dos EUA entre na Ucrânia. A China, nova superpotência, quase dobrou seu arsenal de armas nucleares desde 2019, reportou a revista The Economist no artigo "Estados Unidos e seus aliados estão entrando em um período de incerteza nuclear".

É nesse pano de fundo preocupante que acontece o lançamento de "Nuclear War: a Scenario ("guerra nuclear: um cenário", em tradução literal), da jornalista Annie Jacobsen, autora de vários livros sobre assuntos militares.

Em entrevista com Jacobsen, o cientista e podcaster Lex Fridman, do MIT, lhe pergunta: "Quantas pessoas morrerão se houver uma guerra nuclear?" "Cinco bilhões", ela responde. Centenas de milhões nos primeiros 72 minutos. O restante, de fome, nos dez anos seguintes, durante o "inverno nuclear", quando nuvens de detritos e fuligem resfriam o planeta.

"Nuclear War" narra, minuto a minuto, o que acontece a partir do lançamento do míssil que, por um efeito cascata, dá início ao conflito. Para escrevê-lo, Jacobsen entrevistou cientistas, engenheiros, militares e burocratas que estão ou estiveram encarregados da defesa dos EUA.

A autora entende que seu trabalho funcionará como uma espécie de vacina para expandir a consciência da sociedade sobre o perigo. "A maior parte de nós não pensa sobre guerra nuclear diariamente. E no entanto centenas de milhares de pessoas estão permanentemente a postos para o caso de o evento acontecer." Ela menciona, na conversa com Fridman, que funcionários das agências de segurança dos EUA liberaram o acesso a documentos secretos e quiseram falar com ela após assistirem a "Oppenheimer", filme que conta a história da construção da primeira bomba atômica.

Se esse efeito vacina funcionar, espero assistir em breve à história do tenente-coronel Stanislav Petrov. Ele estava de plantão como responsável pelo sistema de monitoramento soviético em 26 de novembro de 1983, quando o alarme soou indicando que um míssil havia sido disparado dos EUA. Os computadores confirmaram a informação e, nos cinco minutos seguintes, mais quatro disparos foram detectados. Tendo que tomar a decisão em minutos, ele entendeu corretamente que os EUA não atacariam com apenas cinco mísseis.

Os radares soviéticos haviam captado o reflexo solar sobre nuvens. Mas, se Petrov tivesse seguido o protocolo e transmitido a informação a seus superiores, a URSS teria retaliado ou esperaria a explosão?

spyer@uol.com.br

# TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## PEC das Drogas é inconstitucional

O que é considerado tráfico para alguns é apenas porte para outros

**Leonardo Isaac Yarochewsky**
Advogado criminalista, é mestre e doutor em ciências penais (UFMG) e membro do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais)

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2023 —a "PEC das Drogas", aprovada pelo Senado Federal em dois turnos no último dia 16 e que inclui na Constituição a criminalização da posse e do porte de qualquer quantidade de droga ilícita— está revestida de ilegalidade, além de flagrante inconstitucionalidade.

Para a aprovação da PEC, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, "o interstício entre o primeiro e o segundo turno será de, no mínimo, cinco dias úteis" (art. 362 do regimento). Esse intervalo, contudo, foi quebrado pelo Senado sem qualquer justificativa —a votação entre o primeiro e o segundo turno da referida PEC se deu em diferença de minutos— em nome da criminalização das drogas pela Constituição Federal (CF). Embora tenha se transformado em prática rotineira, tanto na Câmara como no Senado, fica evidenciada a violação do devido processo legislativo. É importante salientar que o rito de tramitação de uma PEC está fortemente relacionado à preservação da Constituição e da própria democracia.

Destaca-se, também, que a Constituição veda proposta de emenda tendente a abolir, entre outros, os direitos e garantias individuais (artigo 60, § 4º, IV da CF). Ao inserir a criminalização do uso e do porte de drogas na Constituição, notadamente no título que trata "dos direitos e garantias fundamentais", a PEC afronta a Lei Maior.

Além de tudo, a criminalização do uso de qualquer droga é inconstitucional por violar o direito fundamental à intimidade e à privacidade (artigo 5º, X da CF). Como se não bastasse, a criminalização do uso de drogas viola o princípio da lesividade, segundo o qual só podem ser considerados crimes condutas que afetem bens jurídicos de terceiros ou coletivos. Pelo referido princípio à conduta interna e, portanto, que não se exterioriza lesionando direitos de outras pessoas, devem se situar fora do âmbito do direito penal, ainda que seja, no dizer de Nilo Batista, "pecaminosa, imoral, escandalosa ou diferente —falta a lesividade que pode legitimar a intervenção penal".

[...]

No que pese o Senado ter feito "ouvidos de mercador" em relação às críticas apresentadas por diversos institutos que se dedicam ao estudo do tema e por inúmeros profissionais do direito e da saúde, espera-se que o STF seja prontamente provocado para declarar a inconstitucionalidade da abominável PEC das Drogas

Não é despiciendo martelar que a criminalização dos usuários e a falta de critérios objetivos para distinguí-los dos traficantes têm contribuído —em razão da seletividade do sistema penal— para o encarceramento dos mais vulneráveis (jovens negros, pobres, de baixa escolaridade e residentes das periferias).

É forçoso destacar que o que é considerado tráfico para alguns, no caso os mais vulneráveis e etiquetados pelo sistema penal, para outros é considerado porte de drogas. Como bem destacado em pesquisa ("Mapa do Encarceramento", Jacqueline Sinhoretto), "há uma aplicação desigual das regras e procedimentos judiciais". Como, por exemplo, no momento em que o policial escolhe quem deve ou não revistar. Ou a maneira de tratar uma pessoa flagrada portando uma determinada quantidade de entorpecentes. "A quantia pode ser a mesma. Determinadas pessoas podem ser acusadas por porte e outras, por tráfico", afirma a pesquisadora.

No julgamento do recurso extraordinário 635.659, em curso perante o Supremo Tribunal Federal, o ministro Alexandre de Moraes trouxe inúmeros dados que demonstram o quanto é seletivo e altamente discriminatório o sistema penal.

No que pese o Senado Federal ter feito "ouvidos de mercador" em relação às críticas apresentadas por diversos institutos que se dedicam ao estudo do tema (IBCCrim, IDDD, Conectas, entre outros) e por inúmeros profissionais do direito e da saúde, espera-se que o STF seja prontamente provocado para declarar a inconstitucionalidade da abominável PEC das Drogas.

## Muito além das energias renováveis

Transição efetiva passa pela eficiência no uso de derivados da petroquímica

**Suzana Kahn**
Professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é diretora da Coppe (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia)

A discussão sobre a transição energética fica desbalanceada quando o foco se limita à retirada progressiva do emprego de hidrocarbonetos fósseis, como petróleo e gás natural, da economia mundial. Essa discussão está presente em todas as Conferências do Clima (COPs), suscitando acalorados debates entre os países, setores econômicos e sociedade civil.

A discussão mais visível é acerca da migração para as fontes renováveis. No entanto, o aumento da oferta de energia renovável, apesar de louvável, é um lado da equação do chamado "phasing out" de fósseis, uma vez que a demanda por petróleo e gás natural não se restringe à necessidade de energia. São também insumos para importantes setores da economia, que é dependente de produtos da indústria petroquímica.

A cadeia da indústria petroquímica, a partir de petróleo ou gás natural, nos fornece uma série de produtos essenciais, tais como fertilizantes, embalagens, fios, cabos, conexões, isolantes, borrachas, autopeças, têxteis, produtos de higiene e de limpeza, tintas, fibras e eletrônicos, entre vários outros. O aumento populacional e a urbanização crescente continuarão a estimular o uso desses produtos, sobretudo nos países emergentes. Fertilizantes, por exemplo, são produtos fundamentais na agricultura, pois são responsáveis pelo fornecimento de nutrientes, em especial nitrogênio, fósforo e potássio para o desenvolvimento agrícola, sobretudo para as culturas de trigo, milho e arroz. Os fertilizantes têm sua produção derivada da amônia, obtida em grande escala a partir do gás natural. Outra indústria com consumo crescente é o da moda, tanto por conta das fibras sintéticas como pelo uso de tintas, visto termos um padrão comportamental cada vez menos sustentável.

Ao se negligenciar a demanda por produtos e materiais derivados de petróleo e gás, torna-se inviável a redução da dependência dos fósseis. Assim, o debate não deve ficar restrito à busca de alternativas energéticas, mas incluir a substituição dos produtos derivados da indústria petroquímica —o que é extremamente complexo, com inúmeros impactos na economia mundial.

[...]

Ao se negligenciar a demanda por produtos e materiais derivados de petróleo e gás, torna-se inviável a redução da dependência dos fósseis. Assim, o debate não deve ficar restrito à busca de alternativas energéticas, mas incluir a substituição dos produtos derivados da indústria petroquímica —o que é extremamente complexo

Sendo assim, os argumentos sobre redução de dependência de petróleo e gás devem passar pela busca da eficiência no uso dos materiais derivados da petroquímica. Das alternativas que devem ser consideradas, pode-se destacar o incremento da economia circular, a maior promoção da reciclagem, os incentivos a processos produtivos com menor intensidade no consumo de matéria-prima e também estímulos ao emprego de substitutos aos produtos petroquímicos, como biomateriais no setor da construção civil e biofertilizantes na agricultura, entre outras possibilidades.

É interessante notar que o Brasil tem todas as condições fundamentais para não só promover uma ainda maior migração para fontes energéticas renováveis, como solar, eólica, hidrelétricas e biocombustíveis, mas também para fornecimento de matérias-primas substitutas, como derivados de biomassa. É enorme o nosso potencial teórico, porém carecemos de uma estratégia para torná-lo em potencial econômico.

Sem promover a busca das soluções para a parte da equação do lado da demanda de matéria-prima, o mundo continuará dependendo de petróleo e gás por, mais que se aumente a oferta de energia renovável.

# PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Fachada de prédio do INSS no Viaduto Santa Ifigênia, centro de São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

### População idosa

"Cenário futuro da Previdência piora com envelhecimento da população e valorização do salário mínimo" (Mercado, 27/4). É uma pena que seja vista como despesa. Dá impressão que o ganho de expectativa de vida é ruim. Como chegamos a uma percepção como esta?
**Washington Santos** (São Paulo, SP)

*

Várias reformas da Previdência tiraram benefícios dos que acreditaram que o sistema funcionava. O mais drástico é que só ficamos sabendo que não funciona quando já não temos mais capacidade de produzir. É necessário que se discuta como as pessoas que ficaram sem condições de ter uma aposentadoria digna podem ter um fim de vida digno.
**Marcos de Luca Rothen** (Goiânia, GO)

*

Eu fico mais preocupada com os aumentos abusivos de salários do alto funcionalismo público, com a desinformação, com os baixos salários da maioria da população e que são pagos como autônomos, etc. O capitalismo faz isso com a população: mata. Só se safam os estatutários.
**Eliane Ferreira da Silva** (São Paulo, SP)

### Insegurança alimentar

"Fome invade casas de ribeirinhos no Marajó e crianças ficam sem merenda após jornadas até escolas" (Cotidiano, 28/4). A reportagem mostra o que todos já sabem: o Bolsa Família não está mais conseguindo resolver nem o problema da fome. O máximo que ele faz é que essas pessoas tenham essa subvida. Para mim, essas regiões não poderiam ser habitadas. Essas pessoas deveriam ser retiradas desses locais, levadas para cidades com mais estrutura, emprego e casas garantidas, além de comida.
**Roberta Melissa Oliveira Sales** (Diadema, SP)

*

Ações-esmola. Nada de inteligência gestora: planejamento familiar com a devida assistência, educação ambiental com técnicas de manejo que incrementem a renda com a exploração sustentável de recursos naturais. Há tanto por fazer e nada acontece. Exaltemos o neoliberalismo de Lula e a sua causa sem eira nem beira. Que falta nos faz um projeto de país!
**Graça Almeida** (São Paulo, SP)

### Influência digital

"A geração ansiosa" (Hélio Schwartsman, 27/4). Essa nova geração tem que lidar com desafios imensos. Tudo muda muito rápido e suas vidas são muito expostas. Se antes havia conflito familiar e social, hoje também o há nas redes sociais. Haja sangue frio para lidar com tantas informações, muitas falsas, que influenciam as personalidades das pessoas.
**Samuel Fagundes** (São Paulo, SP)

### Fim dos tempos

"Meus colegas de limbo" (Ruy Castro, 28/4). Como assim, Ruy? O que será dos meus domingos sem a tua coluna? Vida longa a você e a tantas pessoas que IA nenhuma substituiu!
**Maria do Rocio Barszcz** (Campo Largo, PR)

*

Será que a IA poderá substituir políticos? Observando a atual realidade brasileira, seria muito importante.
**José Cordeiro** (Recife, PE)

### Agressão na escola

"Aluno de 13 anos morto em Praia Grande queria defender os amigos, diz mãe" (Cotidiano, 29/4). O bullying não é uma exclusividade da rede pública. Acontece na rede particular e, infelizmente, em qualquer formação de grupos dentro da educação formal ou informal. Uma coisa que me intriga é a dificuldade de alcançar um consenso institucional na forma de lidar com essas situações. É preocupante a política de não-interferência institucional, como se os conflitos fossem se solucionar sozinhos. Não vão, e esse é mais um caso que prova o ponto ao qual podem chegar
**Camila Nader** (Bom Jesus dos Perdões, SP)

*

O governo não reconhece as agressões sofridas por ele na escola. Ou seja, vira as costas para sua responsabilidade. Agora imagine se esse garoto morto tivesse arrumado uma arma e ido à escola? Aí a história é outra.
**Mizael Dias** (Patrocínio, MG)

### Modelos

"Mulheres com mais de 60 anos mudam de carreira e se consolidam como modelos" (Equilíbrio, 28/4). Acho mulheres grisalhas lindas, corajosas e elegantérrimas. As pessoas nessa idade devem se sentir representadas também. Eu já tenho 54 anos, mas não sou tão grisalha assim. Quem sabe um dia alguém me descobre na moda aos 60 e bem grisalha?
**Edelvira Maria de Azevedo Sanchez** (São Paulo, SP)

*

Muito importante. A população envelhece e merece ver que é possível envelhecer bonita.
**Marcela H. T. Pereira** (Rio de Janeiro, RJ)

### Agressão sexual

"Gérard Depardieu é preso em Paris acusado de agressão sexual durante filmagem" (Ilustrada, 29/4). Ator brilhante. Lamentável. Terá que responder pelos atos abomináveis. Há quantos anos essas denúncias acontecem? Que dificuldade levá-lo à prisão!
**Jane Medeiros** (Rio de Janeiro, RJ)

*

Este tipo de crime não tem perdão. Solidariedade às vítimas.
**Adriana Gomes da Silva** (São Paulo, SP)

### Governo Tarcísio

"Novas regras: professor de SP receberá bônus se a turma melhorar nota na sua disciplina" (Educação, 29/4). Professor tem que ter um salário digno, não bônus. Esse senhor tem ideias que arruinam cada vez mais a educação no estado. Por que 25% de aumento para a polícia, 50% para você e para o magistério nada? Esclareça suas prioridades.
**Marlene Marquez Neves** (Santos, SP)

*

O projeto é feito de forma a responsabilizar única e exclusivamente o professor pelo fracasso escolar, escamoteando que o governo é quem dá as condições para o desastre educacional que São Paulo vive há décadas.
**Simone Rodrigues** (Cascavel, PR)

# política

## PAINEL | Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

### Sobra de caixa

A ministra Esther Dweck (Gestão) estuda usar parte dos R$ 15 bilhões liberados por uma mudança no arcabouço fiscal aprovada na Câmara para conceder neste ano reajuste aos servidores técnicos administrativos da Educação das instituições federais de ensino, que estão em greve. O texto está parado no Senado. O governo pressiona para votar o projeto antes que ocorra sessão do Congresso para apreciar vetos do presidente Lula (PT), entre eles os R$ 5,6 bilhões para emendas.

**CIUMEIRA** A proposta de reajuste dos servidores teria impacto de R$ 7 bilhões por ano, nas contas do ministério. A intenção de Dweck de conceder o aumento para Educação neste ano esbarra em um entrave: a possibilidade de que a decisão gere descontentamento com outras categorias que só receberão reajuste parcelado em 2025 e 2026.

**SABATINA** O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, diz que pedirá ao novo superintendente do Incra em Alagoas, Junior Rodrigues do Nascimento, atenção especial aos pleitos do MST e outros movimentos. A ideia é tentar apaziguar a relação entre os sem-terra e o recém-nomeado superintendente, que nem tomou posse ainda.

**IMPACIÊNCIA** Nesta segunda (29), o MST e outros movimentos invadiram a sede do órgão em Maceió em protesto contra a indicação de Nascimento. Ele substituirá Wilson de Lira Santos, que era acusado de truculência. Ambos foram indicações do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

**DIREITOS DOS PETS** A Secretaria do Consumidor, do Ministério da Justiça, pediu à Anac para participar das discussões sobre a regulamentação do transporte aéreo de animais, tema levantado com a morte do cão Joca em um voo da Gol. O animal da raça golden retriever morreu após ter sido enviado para um destino errado.

**EXEMPLO** O deputado estadual do Rio Carlos Minc (PSB) promoverá na sexta (3) audiência pública com três ex-traficantes. O objetivo, segundo ele, é mostrar que medidas como a "saidinha" de presos são importantes para que criminosos possam se reinserir na sociedade. Participarão Alexandre Mendes, o "Polegar", Amabilio Gomes Filho, o "MB", e Nei da Conceição Cruz, o "Nei Falcão", que hoje atuam na ONG AfroReggae.

**QUANTA DIFERENÇA** O presidente Lula decidiu silenciar sobre a nota da Marinha contra a inscrição de João Cândido no Livro dos Heróis da Pátria. A postura contrasta com elogio enfático feita por ele ao líder da Revolta da Chibata no passado. Em novembro de 2008, em seu segundo mandato, o petista inaugurou uma estátua do marinheiro no Rio e o chamou de "herói".

**FORFAIT** O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), decidiu que não participará do ato unificado das centrais sindicais na quarta (1º), Dia do Trabalho. Também foram convidados o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AP). O presidente Lula (PT) confirmou presença.

**VESPEIRO** A CPI que mira o padre Júlio Lancellotti empacou na Câmara de SP e não deve sair do papel, ao menos em 2024. A dificuldade é admitida pelo próprio proponente da comissão, Rubinho Nunes (União Brasil). O religioso seria o alvo principal de uma investigação sobre o papel de ONGs na região da cracolândia. Muitos vereadores, no entanto, ficaram com receio de abordar esse tema em um ano eleitoral.

**DNA** O deputado estadual Paulo Mansur (PL-SP) apresentou projetos para dar os nomes dos avós de Jair Bolsonaro, Angelo e Elza, a viadutos de Campinas (SP). Mansur diz que ambos eram bem conhecidos na região de Campinas, "tendo prestado relevante serviço à comunidade local lutando contra o racismo". O parlamentar não especifica de que maneira teria se dado essa batalha.

**SEGUE...** A Justiça Eleitoral rejeitou ação do MDB contra Tabata Amaral (PSB), pela veiculação de um vídeo que usa a técnica "deepfake" para criticar Nunes. O vídeo mostra o prefeito dançando como se fosse o personagem Ken, do filme "Barbie". O juiz Paulo Sorci não viu propaganda antecipada, nem violação da proibição do TSE ao uso dessa técnica.

**...O JOGO** O mesmo juiz também rejeitou ação do Novo contra Guilherme Boulos (PSOL), em que a acusação era de campanha antecipada devido à distribuição de um panfleto em que o pré-candidato pedia o envio de propostas para seu plano de governo e a avaliação de sugestões encaminhadas por outras pessoas por meio de um app.

**HOST** O deputado estadual Lucas Bove (PL-SP) agiu como "mestre de cerimônias" do evento de Jair Bolsonaro em cima de um trio elétrico em Ribeirão Preto, no domingo (28). Ele puxou coro de "Lula, ladrão, seu lugar é na prisão", mas o ex-presidente, ao seu lado, não aderiu.

**Com Guilherme Seto e Danielle Brant**


GRUPO FOLHA
**FOLHA DE S.PAULO** ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

**Redação São Paulo**
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
**Ombudsman** ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
**Atendimento ao assinante** (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
**Assine a Folha** assine.folha.com.br | 0800-015-8000

| EDIÇÃO DIGITAL | Digital Ilimitado | Digital Premium |
|---|---|---|
| PLANO MENSAL | R$ 29,90 | R$ 44,90 |

| EDIÇÃO IMPRESSA | Venda avulsa seg. a sáb. | Venda avulsa dom. | Assinatura semestral* Todos os dias |
|---|---|---|---|
| MG, PR, RJ, SP | R$ 6,90 | R$ 9,90 | R$ 1.085,90 |
| DF, SC | R$ 8 | R$ 11 | R$ 1.374,90 |
| ES, GO, MT, MS, RS | R$ 8,50 | R$ 12 | R$ 1.729,90 |
| AL, BA, PE, SE, TO | R$ 13 | R$ 15,50 | R$ 1.868,90 |
| Outros estados | R$ 13,50 | R$ 16,50 | R$ 2.315,90 |

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

**CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)**
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)




O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante entrevista Lula Marques - 24.abr.24/Agência Brasil

# Lira atrasa instalação de grupo sobre fake news, e assunto trava na Câmara

## Anunciado pelo presidente da Casa em 9 de abril, grupo de trabalho para discutir regulação das redes sociais ainda não foi oficializado

**Victoria Azevedo**

**BRASÍLIA** O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ainda não oficializou o grupo de trabalho que irá formular uma nova proposta do projeto de lei das Fake News, anunciado pelo próprio parlamentar há 20 dias.

A ideia de retomar as discussões sobre o PL, que está travado na Casa há quase um ano sem consenso, ocorreu na esteira do embate entre o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e o empresário Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter), no começo do mês.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), levou aos líderes e a Lira a necessidade de voltarem as discussões sobre o projeto de lei. A avaliação dos parlamentares, no entanto, foi a de que o parecer elaborado por Orlando Silva (PC do B-SP) foi contaminado pela polarização política e não teria votos para avançar.

Lira sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho para elaborar nova proposta. Na prática, o processo de discussão em torno da regulamentação das redes sociais começará praticamente do zero.

"O projeto não teria como ir à pauta. Nós estamos formando hoje um grupo de trabalho composto por parlamentares de partidos que queiram fazer parte da confecção desse tema [...] para ver se a gente consegue, no curto espaço de tempo, fazer uma construção de um texto que tenha oportunidade de vir ao plenário e ser aprovado sem as disputas políticas e ideológicas que estão em torno do [PL] 2.630. Ele estava fadado, não ia a canto algum", disse Lira à imprensa no último dia 9.

Até o momento, no entanto, o grupo não foi formalizado, assim como não foram discutidos o formato ou objeto de trabalho.

Deputados ouvidos pela reportagem dizem que isso sinaliza que a regulação das redes não deverá voltar ao radar das discussões da Câmara no futuro próximo. Eles avaliam, por outro lado, que a depender do que ocorrer durante as eleições municipais, o debate poderá se mostrar inevitável.

> **O presidente Arthur Lira entende que é possível destravar o tema na Câmara dos Deputados desde de que haja uma predisposição de todos os partidos no sentido de construir uma proposta consensual**
>
> **Assessoria de Arthur Lira**
> em nota

Parlamentares de esquerda criticaram a iniciativa de Lira, afirmando que isso emperra a discussão em torno do tema. Eles dizem que era preciso empenho para destravar a votação do parecer já elaborado por Silva e que foi discutido pelos parlamentares ao longo do ano passado.

De outro lado, representantes do centrão defendem que seja escolhido um deputado do centro para relatar uma eventual nova proposta.

O projeto de lei prevê, entre outros pontos, responsabilizar as plataformas por conteúdos criminosos publicados. Aprovado no Senado, o texto teve a tramitação travada na Câmara no primeiro semestre de 2023, após a oposição ganhar terreno no debate.

Há um consenso entre os deputados, no entanto, que a demora da Câmara em debater o tema levará o Judiciário a legislar sobre o assunto.

Um líder do centrão afirma, sob reserva, que era necessário dar uma resposta ao embate entre Moraes e Musk e, por isso, a sugestão do grupo de trabalho, mas que não há clima agora para retomar as discussões.

Ele diz que esse é um tema espinhoso e que poderá contaminar a tramitação de outras matérias tidas como prioritárias para o Legislativo e o Executivo, como os projetos da regulamentação da reforma tributária.

"Os líderes discutiram fazer um grupo de trabalho para retomar essa matéria, sem nenhum compromisso de data e de conteúdo do que vai sair dessa discussão, já que o projeto do Orlando morreu", diz o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ).

É discutida, por exemplo, a possibilidade de incluir no âmbito dos trabalhos do grupo o tema de regulação da inteligência artificial (IA), assunto que preocupa o Congresso às vésperas das eleições.

Segundo a assessoria de imprensa de Lira, o presidente da Câmara quer indicar os membros do grupo de trabalho "no menor prazo possível", mas ainda não há uma sinalização de quando isso irá ocorrer.

"Não criou até agora porque está avaliando o melhor momento para isso, e as indicações dos líderes partidários. O presidente Arthur Lira entende que é possível destravar o tema na Câmara dos Deputados desde de que haja uma predisposição de todos os partidos no sentido de construir uma proposta consensual", diz em nota.

Guimarães é um dos que defende celeridade no processo e diz que é "fundamental" a instalação do grupo. "Para que a gente enfrente essa discussão. Não podemos ficar omissos", diz.

O próprio Orlando Silva tem indicado a parlamentares que é necessário descobrir qual o objeto do grupo antes de decidir se irá ou não integrá-lo.

Silva afirma que enxerga uma "postura cautelosa" de Lira. "Minha impressão sempre foi dele sinalizar favorável a regulação de plataformas digitais. Ele procura o melhor caminho", diz.

"É um tema sensível, há polêmicas, mas o mundo tem dado passos adiante na regulação de plataformas digitais", afirma. "No Brasil, inventaram um fantasma: a censura. Não me consta que as regras europeias, que nos inspiram, tenham essa consequência. Ao contrário, o debate brasileiro elaborou mecanismos para proteger a liberdade de expressão. No mais, é narrativa."

Na avaliação de parlamentares, a ofensiva de Musk contra Moraes fortaleceu o discurso crítico de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação à proposta e dificultou a articulação de governistas em favor do texto. Nesse sentido, deputados que integram a base aliada de Lula (PT) cobram um maior empenho por parte do governo para destravar a votação.

# INDÚSTRIA QUÍMICA AVANÇA PARA VIABILIZAR TRANSIÇÃO SUSTENTÁVEL

Setor, reconhecido pelo esforço em reduzir a emissão de gás carbônico no processo produtivo, pode ampliar atuação com políticas públicas e estímulos

A indústria química brasileira trabalha constantemente para que a transição química verde mantenha o país como referência global em termos de sustentabilidade. A matriz elétrica do país é 88% renovável, índice bem acima da média dos outros países, de 29%, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia.

Ainda em janeiro de 2020, a prestigiosa revista "Science" já citava a importância do debate para discutir as bases da chamada química do futuro, pois, em razão das mudanças climáticas, a sustentabilidade deve ser a base de tudo.

Há mais de uma década, no entanto, o termo "química verde" vem sendo usado para apresentar processos industriais que partem de matérias-primas mais sustentáveis. Mas, hoje, já se sabe que é preciso ir mais além.

Nas cadeias de produção, deve ocorrer também uma maior preocupação com o consumo de energia, de água, a reutilização dos resíduos, com a adoção da chamada economia circular, e com o uso cada vez mais intenso de matéria-prima renovável.

Na prática, apenas para ficar em dois exemplos, é gerar álcool também via o próprio caldo da cana e produzir plástico com o máximo de eficiência e o mínimo de desperdício.

Nessa cadeia produtiva, o setor químico brasileiro é exemplo a ser seguido, pois são processos que as empresas químicas brasileiras conhecem bem, segundo a engenheira química Daniela Manique, presidente do Conselho Diretor da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química).

"Há um crescente uso de matérias-primas e alternativas de origem renovável para o desenvolvimento de produtos em praticamente todos os segmentos de mercado que alcançam os consumidores finais", afirma Manique.

O avanço do setor ocorre muito por causa do conjunto de facilidades que o Brasil tem, como uma grande biodiversidade e as várias fontes de energia renovável à disposição.

A capilaridade da indústria química no Brasil, segundo dados do estudo "Missões para a Indústria Química no Brasil – Environmental, Social and Governance (ESG) Made in Brazil", publicado em 2023 pela Abiquim, é enorme.

É o terceiro maior setor industrial do Brasil, mas, assim como ocorre nas economias desenvolvidas, o segundo com maior índice de inter-relação na matriz industrial nacional, ficando atrás apenas da área de petróleo e gás natural.

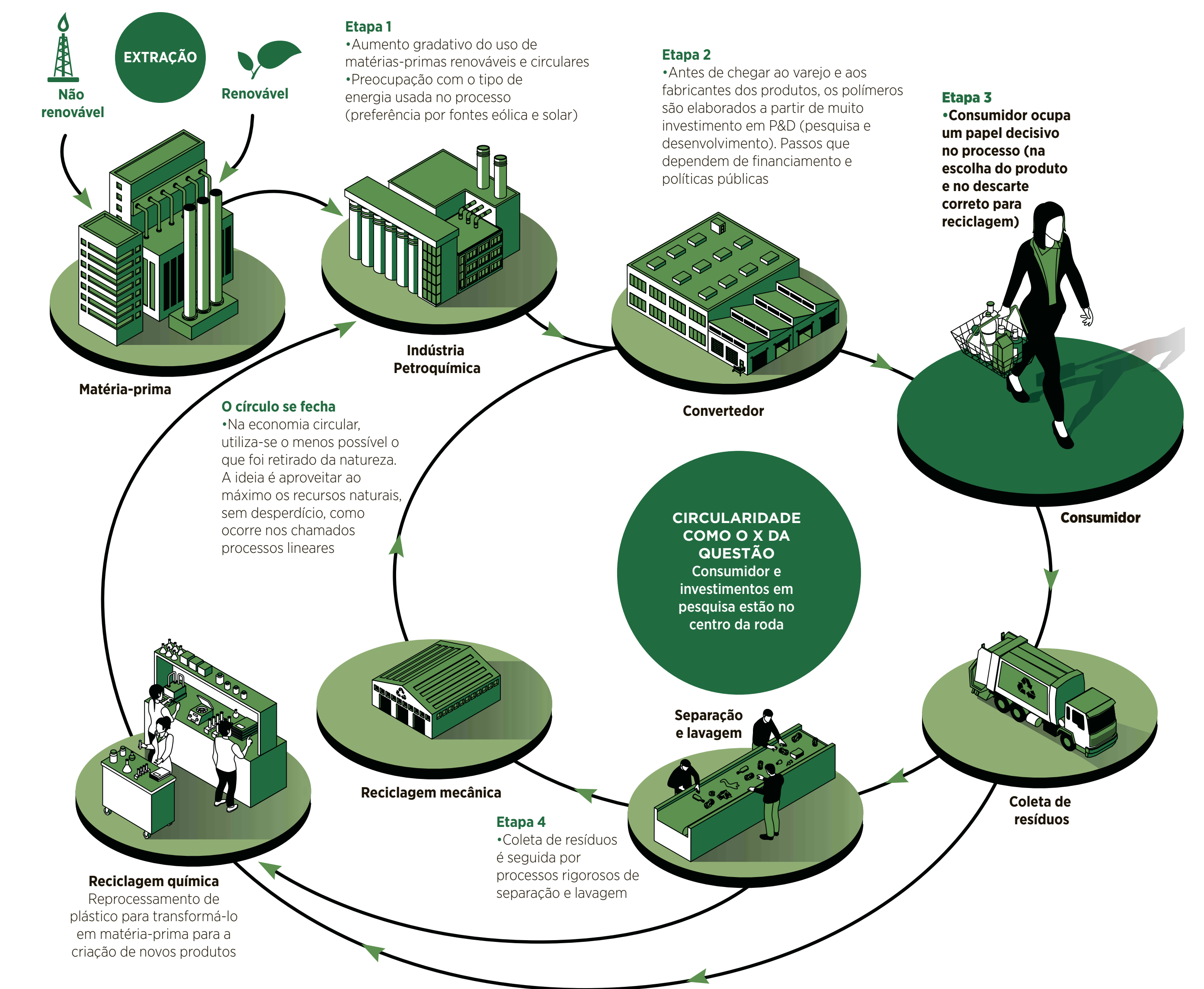
Por estar na base da matriz de todos os segmentos de uma economia moderna, o setor é fundamental para o desenvolvimento de uma economia sustentável, muitas vezes, inclusive, com a produção de itens que passam invisíveis pela população.

Os números corroboram a importância do setor químico para o processo de reindustrialização do país. A demanda por produtos químicos no Brasil registrou crescimento médio anual de 3,1%, de 1990 a 2021, índice acima dos 2,2% de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) no período.

O setor, porém, teve retração de 10,1% na produção em 2023 justamente pelo avanço de insumos importados de países que, diferentemente do Brasil, vão no sentido contrário da transição sustentável.

## A QUÍMICA DO FUTURO

**O QUE É?** A troca, nas cadeias de produção, por insumos e matérias-primas sustentáveis. Além de uma preocupação transversal com o meio ambiente, reduzindo, por exemplo, o consumo de água e energia




### POLÍTICAS PÚBLICAS

"A indústria química tem feito sua parte, mas é necessário que sejam estabelecidas políticas públicas que facilitem o crescimento do setor", avalia a dirigente da Abiquim.

De acordo com Manique, é preciso, por exemplo, melhorar a oferta de gás natural com custos competitivos, ampliar a matriz energética limpa, viabilizando a produção de hidrogênio verde, e criar soluções que alavanquem cadeias sustentáveis de químicos e favoreçam a produção eletrointensiva de outros químicos (tais como metanol, hidrogênio verde, amônia verde e biogás/biometano).

"Além disso, é importante o desenvolvimento de bioprodutos, que oferecem muitas oportunidades em alcoolquímica [etanol, açúcar e álcool] e oleoquímica [óleos vegetais]", afirma Manique, que também é presidente do Grupo Solvay.

A especialista afirma ainda que, sem uma estruturação mais firme de políticas públicas para o setor, há risco de o Brasil perder uma janela de oportunidades importantes voltada para a consolidação da química do futuro. "Vários países estão colocando o tema como prioridade de seus programas de desenvolvimento", explica.

No caso norte-americano, a partir de dois programas de estado (infraestrutura e redução da inflação), mais de US$ 2 trilhões foram injetados em vários eixos voltados para o aumento da competitividade industrial. A China segue a mesma linha.

Para incentivar o crescimento e aumentar o número de produtos que contribuem para o combate às mudanças climáticas, o setor afirma que é preciso ainda estimular políticas públicas por meio de metas de conteúdo de base biológica (por exemplo, em embalagens), além de agilizar a revisão das regras do programa RenovaBio, do Ministério das Minas e Energia, cujo objetivo é expandir a produção de biocombustíveis, fundamentada na previsibilidade e sustentabilidade ambiental, econômica e social.

### DIÁLOGO COM O SETOR

Rodrigo Rollemberg, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, diz que a pasta está empenhada em promover o diálogo com os setores produtivos para desenvolver e aperfeiçoar políticas públicas voltadas para a transição energética, a descarbonização da economia e o desenvolvimento da bioeconomia.

"São princípios alinhados com os objetivos da missão 5 da Nova Indústria Brasil e reforçam o compromisso do país em liderar a transição para uma economia mais sustentável e baseada em recursos renováveis", afirma Rollemberg.

De acordo com o secretário, existe um empenho para que o Brasil cumpra seu papel de liderar a transição global para uma economia baseada em hidrogênio verde, biogás, biometano, biocombustíveis e economia circular.

"A diversidade de recursos naturais e a expertise do país em agricultura, energia e tecnologia o colocam em uma posição única para explorar essas oportunidades de forma sustentável", afirma Rollemberg.

Um dos aspectos que merece atenção, segundo o gestor do MDIC, é o potencial da bioeconomia na geração de bioprodutos e biocompostos como substitutos sustentáveis para os produtos químicos tradicionais.

Pela lógica do governo, a utilização de biomassa e recursos renováveis na produção de matérias-primas químicas não apenas reduz a dependência de fontes fósseis mas também é importante para reduzir as emissões de carbono e desenvolver uma economia circular mais eficiente.

"O ministério está empenhado em estudar mecanismos para que o expressivo parque industrial do Brasil, atualmente operando abaixo de sua capacidade total, possa realizar uma transição rápida e eficaz para a produção de químicos verdes", diz Rollemberg.

De fato, números da Abiquim mostram que, enquanto a produção interna subiu apenas 1,4% ao ano entre 1990 e 2021, as importações cresceram 9,5% ao ano no mesmo intervalo temporal.

Com oportunidades internas sendo perdidas, as importações passaram a ocupar quase 50% de toda a demanda do mercado interno no setor químico em 2021, contra 7% no início dos anos 1990.

### A SUBSTITUIÇÃO DE PROCESSOS

| Saem | Entram |
| --- | --- |
| •Cadeias de produção lineares (o que gera resíduos e desperdício) | •Cadeias de produção circulares (para maximizar os recursos naturais) |
| •Uso exclusivo de insumos fósseis (caso do carvão e de petróleo) | •Insumos renováveis e circulares |
| •Reagentes tóxicos (aos humanos e ao ambiente) | •Reagentes químicos benignos (moléculas verdes não tóxicas) |
| •Uso exclusivo de solventes convencionais | •Solventes recicláveis, inertes e abundantes |
| •Grande volume de lixo produzido | •Resíduos reutilizáveis |

Fontes: Zimmerman, J; Science (2010)
"Missões para a Indústria Química no Brasil – Environmental, Social and Governance (ESG) Made in Brazil"; Abiquim (2023)

# Órgão do TSE sugeriu ação contra Telegram e ajudou inquérito do STF

## Assessoria monitorou redes, embasou ao menos 34 ordens de corte eleitoral e reforçou apuração do 8/1

**Matheus Teixeira e Fabio Serapião**

BRASÍLIA O órgão chefiado por Alexandre de Moraes no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que monitorava as redes sociais e embasou os pedidos para a derrubada de perfis ajudou a turbinar inquéritos do STF (Supremo Tribunal Federal) conduzidos pelo magistrado e sugeriu medidas judiciais contra o Telegram.

A Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação foi criada em 2022 pelo ministro Edson Fachin, mas ganhou maior importância na gestão de Moraes na corte.

Do período eleitoral de 2022 até meses depois do 8 de janeiro de 2023, a assessoria era composta por sete funcionários e se tornou um dos principais braços de atuação de Moraes na ofensiva contra notícias falsas e tentativas de desacreditar as urnas eletrônicas.

De agosto de 2022 a maio de 2023, a estrutura foi chefiada por Eduardo Tagliaferro, perito em crimes cibernéticos convidado por Moraes para substituir Frederico Alvim, servidor de carreira do TSE que era responsável pelo setor.

Em maio de 2023, quem assumiu foi o delegado federal José Fernando Chuy, que tem passagem pelo setor de combate a terrorismo da Polícia Federal e livros sobre investigações desse tipo de crime.

O relatório do Congresso dos Estados Unidos que divulgou decisões sigilosas do magistrado aponta o uso do trabalho da assessoria em 27 ordens judiciais da corte.

A **Folha** acessou outras sete decisões ou manifestações do presidente do TSE em que a Assessoria Especial é citada.

Apesar de não fazer parte da estrutura do STF, o órgão contribuiu com o tribunal enviando informações para casos e chegou a ser acionado para ajudar em investigações na corte, como no caso do 8 de janeiro.

Moraes tomou ao menos uma decisão no Supremo com base em relatório do órgão e também usou levantamentos da assessoria citados em decisões da corte eleitoral para remetê-los às investigações que relata no STF.

No 8 de janeiro, Moraes chegou a citar o então chefe da assessoria, Eduardo Tagliaferro, em uma decisão como ministro do Supremo.

Moraes ordenou que o então chefe da assessoria utilizasse "a consulta e acesso aos dados de identificação civil mantidos naquela corte, bem como de outros dados biográficos necessários à identificação e localização de pessoas envolvidas nos atos".

As decisões e despachos em que a Assessoria Especial é citada indicam como a estrutura atuava no monitoramento de redes, sugerindo ações ao ministro e informando sobre o cumprimento de pedidos relacionados com o acompanhamento de perfis e páginas.

Os monitoramentos de páginas e perfis eram feitos pela assessoria a partir de pedidos do ministro, após reclamações em um canal de denúncias ou por meio de parcerias com agências de checagem de informações.

Em 1º de abril, Moraes seguiu pedido do órgão para reafirmar uma ordem de derrubada do grupo "Direita Channel" no Telegram. "Esta Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, buscando dar atendimento à decisão exarada nos presentes autos, sugere, respeitosamente, seja determinada, nova intimação da plataforma", diz o ministro em decisão.

Em 8 de novembro de 2022, por sua vez, o juiz auxiliar de Moraes, Marco Antonio Vargas, derrubou a publicação de Fernando Cerimedo, um argentino que fez uma transmissão ao vivo com informações fraudulentas sobre as urnas eletrônicas, devido ao trabalho da assessoria. De acordo com a decisão, o órgão "detectou" a republicação de discurso considerado criminoso.

Em 13 de novembro do mesmo ano, em uma disputa entre o deputado André Janones (Avante-MG) e o vereador Carlos Bolsonaro (PL-RJ), Moraes mandou a assessoria monitorar as publicações nas redes de ambos em busca de "conteúdo que já foi objeto de decisão do TSE em que se determinou sua remoção ou que ensejou direito de resposta."

A atuação da assessoria também resultou no bloqueio de perfis do podcaster Bruno Aiub, o Monark. Em junho do ano passado, o ministro disse que foi informado pelo órgão que Monark estava "difundindo notícias falsas sobre a integridade das instituições eleitorais" e suspendeu suas contas em cinco plataformas.

Antes disso, em dezembro de 2022, Moraes remeteu o caso da deputada Carla Zambelli (PL-SP), levantado pela Assessoria de Enfrentamento à Desinformação do TSE, para o inquérito das fake news do STF.

O ministro analisou um pedido da parlamentar para que tivesse as contas nas redes sociais reativadas. Moraes, porém, relata que a assessoria identificou "divulgação de novos conteúdos irregulares".

E afirma que o órgão "sugere a identificação dos perfis que realizaram as publicações, com o objetivo de identificar se a autora não está criando perfis em desacordo com a decisão proferida pela Justiça, bem como a de investigar possíveis ligações com líderes e financiadores dos atos antidemocráticos e envio ao STF para apreciação".

Além de ser citado no embasamento das ordens judiciais, pesquisas do órgão são mencionadas no cabeçalho de decisões como "objeto do processo" em julgamento.

O texto diz que a assessoria "informa que, a partir de atividades de monitoramento de dados abertos de mídias sociais, detectou a realização de manifestações públicas" em plataformas "baseadas em afirmações falsas ou gravemente descontextualizadas, que atingem a normalidade e a integridade das eleições".

A assessoria ganhou protagonismo no combate às fake news pelo TSE. Logo após ser criada, em março de 2022, ficou responsável por coordenar o programa da corte para "fortalecimento institucional a partir da gestão de imagem da Justiça Eleitoral". Pouco depois, foi indicada para a Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação.

Menos de um mês depois, o então chefe do órgão, Frederico Alvim, foi nomeado para integrar o Comitê Estratégico de Segurança da Informação.

Moraes também afirmou, em junho de 2022, que a assessoria atuava no contato com as plataformas que gerem as redes sociais. Na ocasião, ele disse que a assessoria manteve "profícuo diálogo" com as empresas de tecnologia.

Um relatório do órgão também embasou a decisão do TSE de aprovar uma resolução que ampliou os poderes do chefe da corte para derrubar publicações na internet.

O ministro afirmou que levantamento da assessoria havia identificado "forte incremento no volume de conteúdos falsos em torno do processo eleitoral", o que justificava a nova norma.

# MST invade sede do Incra em AL contra indicado de Lira

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiu nesta segunda-feira (29) a sede do Incra em Alagoas como forma de protesto contra a nomeação do indicado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a superintendência do órgão no estado.



Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) dentro da sede do Incra Delanisson Araújo/Divulgação MST

O movimento afirmou em nota que o escolhido, Junior Rodrigues do Nascimento, "representa a continuidade da gestão com traços do bolsonarismo".

Nascimento foi nomeado no lugar de Wilson César de Lira Santos, primo do presidente da Câmara, exonerado no último dia 16. A saída foi fonte de um mal-estar com o governo. A solução foi Lira indicar um novo nome, o que, para o governo, tornou o caso "superado".

O MST afirma que havia um acordo entre entidade e o Ministério de Desenvolvimento Agrário de que o substituto do primo de Lira seria o servidor de carreira do instituto José Ubiratan. A entidade afirma que os movimentos pelo direito à terra foram "surpreendidos com a nova indicação de Lira para a condução do órgão mais uma vez".

"Segundo os movimentos, a nomeação de Junior acende mais uma luz amarela na condução da política agrária em Alagoas que tem sua cadeira rifada aos interesses individuais em virtude das necessidades coletivas das comunidades e organizações camponesas no estado", afirma a nota do MST.

Segundo o MST, também participam do ato CPT (Comissão Pastoral da Terra), MSL (Movimento Social de Luta), MPL (Movimento Popular de Luta), MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), Movimento Terra Livre e FNL (Frente Nacional de Luta).

Procurado pela reportagem por meio da assessoria, Lira não quis comentar o assunto.

Nas redes, o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) afirmou que a invasão em Maceió "é um ato criminoso e assim deve ser tratado pelo Judiciário".

Nascimento foi nomeado pelo governo Lula (PT) para a superintendência regional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na semana passada.

Até assumir o cargo, ele comandava a Naturagro, uma ONG que prestava assistência técnica para o Incra no estado. A Naturagro já firmou acordo de cooperação técnica com o instituto neste ano. O termo foi acertado entre Nascimento e o primo de Lira.

> "Segundo os movimentos, a nomeação de Junior [Rodrigues] acende mais uma luz amarela na condução da política agrária em Alagoas que tem sua cadeira rifada aos interesses individuais
>
> **MST**
> em nota

O MST pedia a troca do primo de Lira desde o início do governo Lula. Em abril do ano passado, uniu-se a outros seis movimentos campesinos para invadir a sede do Incra em Maceió e pedir a mudança, que gerou irritação de Lira em meio a disputas entre os Poderes.

Em carta enviada ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT), neste mês, o MST reforçou a demanda.

"Apesar do histórico de serviço à extrema direita, o superintendente continua ocupando um cargo extremamente importante, com a vossa anuência", diz a missiva.

O primo de Lira havia sido nomeado ao órgão em Alagoas em 2017, ainda na gestão Michel Temer (MDB), por indicação do deputado federal Marx Beltrão (PP-AL). Permaneceu no cargo durante o governo Jair Bolsonaro (PL) com o apadrinhamento de Lira e seguiu no posto no primeiro ano de Lula.

O ministro disse ter procurado o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, antes da exoneração de seu primo para informá-lo da decisão e mostrou a carta encaminhada por movimentos sociais sobre a permanência do superintendente. O clima, segundo o ministro de Lula, era de animosidade.

Com a indicação de Lira para substituir o primo, Teixeira passou a considerar o episódio encerrado.

Neste sábado (27), durante a abertura da Expozebu, principal evento da pecuária brasileira, em Uberaba (MG), pecuaristas e políticos criticaram em discursos as invasões de terra ocorridas neste mês. Também cobraram do governo federal medidas para impedir que isso ocorra.

"Chegamos a um número muito triste nesta semana de 48 áreas invadidas neste mês de abril", disse o deputado Pedro Lupion (PP-PR), que pregou enfrentamento ao Abril Vermelho, denominação dada pelo MST à série de invasões realizadas..

# Bolsonaro elogia Tarcísio e Caiado e diz que plantou semente

**Marcelo Toledo**

RIBEIRÃO PRETO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) elogiou seus aliados Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ronaldo Caiado (União Brasil), governadores de São Paulo e Goiás, e disse que, caso não retorne, plantou "sementes".

Os acenos aos dois nomes da direita cotados para a disputa presidencial de 2026 foram feitos nesta segunda (29) em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), onde Bolsonaro participou do primeiro dia de visitação pública da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação).

O ex-presidente, declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), voltou a utilizar um evento oficial do Governo de São Paulo para discursar.

"Vamos em frente, nós acreditamos em vocês, nós acreditamos no Brasil e, se eu não voltar um dia, fiquem tranquilos. Nós plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos", disse Bolsonaro ao término de discurso de dez minutos. Ele foi o último a falar.

Em seguida, apontou para Caiado e disse que "tem sementes mais velhas também" com "condições de germinar e dar bons frutos".

Antes, ao abrir o discurso, elogiou Tarcísio pela sua gestão em São Paulo.

"Ouso dizer que podemos ter alguém [no futuro, em São Paulo] igual a ele, melhor muito difícil", afirmou.

Bolsonaro enumerou medidas que tomou em seu governo e criticou Lula (PT).

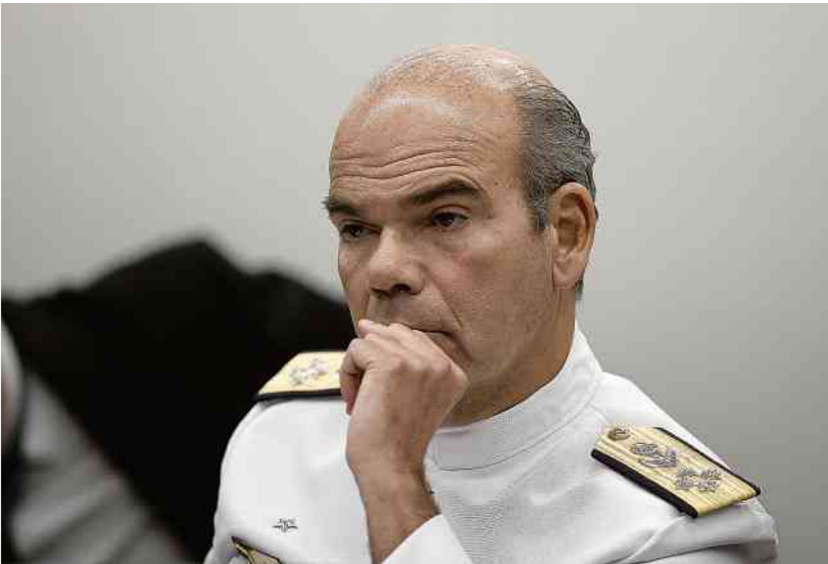
Antes dele, Tarcísio discursou e qualificou Bolsonaro como um presidente reformista, visionário e que sempre valorizou e foi parceiro do agronegócio.

No evento, foram entregues chaves de tratores a beneficiados pelo programa Pró-Trator e títulos de regularização fundiária.

# Não é racismo, diz comandante depois de crítica a João Cândido

Marcos Sampaio Olsen afirma que Força não se manifesta com discriminação

Leonardo Vieceli



O comandante da Marinha, Almirante Marcos Sampaio Olsen Pedro Ladeira - 17.mai.23/Folhapress

RIO DE JANEIRO O comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, disse nesta segunda-feira (29) que se baseou em fatos para criticar o projeto de lei que inscreve João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, de 1910, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Olsen também afirmou que a manifestação não se trata de racismo ou discriminação contra João Cândido.

“O que se colocou na discussão é que a posição da Marinha era de racismo, discriminadora. Absolutamente, não é isso. A Marinha é uma instituição que se posiciona pelo mérito”, disse Olsen a jornalistas no Rio de Janeiro.

Na semana passada, em carta, Olsen chamou os envolvidos na Revolta da Chibata de “abjetos marinheiros”. O comandante tratou o episódio de 1910 como “deplorável página da história” e disse que enaltecer os insurgentes significa exaltar atributos que não contribuem para o “pleno estabelecimento e manutenção do verdadeiro Estado democrático de Direito”.

O projeto de lei em questão tramita atualmente na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, presidida por Aliel Machado (PV-PR) com relatoria da deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

“Me posicionei baseado em fatos. Não tenho nenhuma conotação ideológico-partidária. Aquela carta que enderecei ao presidente da Comissão de Cultura procura fazer uma síntese, um apanhado, dos fatos que ocorreram em 1910 por ocasião da revolta dos marinheiros”, afirmou Olsen nesta segunda.

“Temos um herói negro, marinheiro, e casualmente [também] nascido no Rio Grande do Sul. É o marinheiro Marcílio Dias. Participou da guerra, teve seu braço amputado na defesa da bandeira brasileira. Foi morto em combate. Esse, sim. Não creio que se deva emprestar outros atributos, a não ser aqueles requisitos absolutamente necessários, para um herói”, disse ainda.

Marcílio Dias atuou na Guerra do Paraguai e morreu após batalha em 1865.

Olsen falou com jornalistas após um evento na sede do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio de Janeiro.

Ao ser questionado sobre a repercussão de sua manifestação, o comandante da Marinha disse que o “contraditório deve ser recebido como enriquecedor no âmbito do debate”.

A Revolta da Chibata é lembrada hoje como um movimento de marinheiros contra castigos físicos na Marinha. Olsen reconheceu a existência à época dessa prática e disse que a situação é “absolutamente condenável”.

O comandante, porém, declarou que “uma coisa é o açoite” e que “outra coisa é virar herói”, em uma crítica a João Cândido. “A maneira encontrada para reivindicar suas demandas, no meu entendimento, foi equivocada”, disse.

“Claro que o açoite é absolutamente condenável, mas não se pode tomar as armas, especificamente, quatro navios no interior da baía de Guanabara, matar o comandante, urinar no corpo do comandante depois da morte, matar oficiais, matar marinheiros. Aqueles supostamente envolvidos no movimento que resolveram não aderir ao movimento foram mortos”, acrescentou.

Para Olsen, julgar o contexto da Revolta da Chibata com os “valores de hoje” é “difícil”. Ele afirmou que militares à época “não tinham o preparo e a qualificação” de hoje.

Na última semana, o único filho vivo de João Cândido, Adalberto Cândido, rebateu as críticas do chefe da Marinha. Candinho, como é conhecido, disse que Olsen “teria que agradecer aos marinheiros de 1910 pela Marinha de hoje”.

“Naquela época não tinha disciplina, hierarquia, não tinha nada. Os marinheiros eram os filhos rebeldes que os pais colocavam na Marinha. Os oficiais eram filhos de fazendeiros. Não tinha disciplina na Marinha, ela só foi modernizada depois disso. Mas a Marinha se acha demais, se acha mais do que o Exército e a Aeronáutica. A última escravidão do Brasil foi na Marinha.”

A declaração de Olsen gerou críticas também no meio político. O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a fala “trouxe constrangimentos ao governo” e “foi inaceitável”. “Parece um distanciamento com a lógica da democracia, dessa mesma Marinha que, há pouco tempo, um outro comandante tinha aceitado participar de uma tentativa de golpe.”

Ele e Benedita da Silva visitaram Candinho, em solidariedade, na última semana.

Especialistas ouvidos pela **Folha** afirmaram que a posição do chefe da Marinha ignora a desigualdade racial ainda persistente no país.

Para Álvaro Pereira do Nascimento, professor titular de história da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e autor de uma biografia sobre João Cândido, a ideia “de um herói ou heroína é controversa”, mas não haver negros nesses livros “é reservá-los somente a homens brancos”.

Ele afirma que a revolta de 1910 teve um caráter propositivo e foi além da mera reação aos castigos físicos. Propunha, por exemplo, a retirada de oficiais violentos, a revogação do código disciplinar que permitia o castigo corporal e medidas de educação para os marinheiros de comportamento reprovável.

Para Francisco Phelipe Cunha Paz, historiador e doutorando em história pela Unicamp, o reconhecimento de João Cândido entre os heróis nacionais é esforço necessário para contar a história de uma parte do Brasil “violada e violentada” desde o início da colonização.

“João no panteão da Pátria é ao mesmo tempo uma lembrança-denúncia do racismo como base de sustentação da história desse país. É também uma forma de combate e reparação”, afirma.

INÊS249

seminários**folha** 40 anos das diretas já

# Democracia pede mais participação popular e menos desigualdade

Painel de evento da Folha e da OAB-SP mostra limites da transição depois das Diretas Já

Beatriz Gatti

SÃO PAULO A insatisfação popular demonstrada no movimento das Diretas Já foi um dos fatores que impulsionaram o processo de redemocratização do Brasil. Quatro décadas depois, porém, o pleno exercício da democracia ainda está distante e só poderá ser alcançado quando todas as formas de opressão, em especial o racismo, forem combatidas.

Essa foi uma das conclusões da primeira mesa do seminário "40 anos das Diretas Já", promovido pela **Folha** e pela OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo) nesta segunda-feira (29), em referência à campanha que viveu seu auge em 1984.

O evento, mediado pelo jornalista Oscar Pilagallo, foi realizado na sede da seccional no centro da capital paulista. Teve início com um debate sobre a participação popular na democracia.

Segundo Luis Felipe Miguel, professor da Universidade de Brasília (UnB), a luta contra a ditadura mirou também a redução das desigualdades. "Nossa transição foi muito eficiente na reinstitucionalização democrática, mas muito pouco eficiente no pagamento daquilo que se chamava na época de dívida social", afirmou.

Valdecir Nascimento, historiadora e idealizadora do Odara Instituto da Mulher Negra, organização negra feminista sediada em Salvador (BA), disse que a ideia da democracia ficou reduzida a um processo eleitoral que não representa verdadeiramente a população brasileira.

Ela lembrou a baixa participação dos negros na política—nas eleições de 2022, foram eleitos em 26,1% das vagas; entre a população, são 55,5%—e a falta de oportunidades para a juventude, que muitas vezes vê o tráfico como oportunidade de ascender e a igreja como chance para se salvar.

"Nós estamos em pleno século 21, celebrando o papel importante da luta das Diretas Já, mas o racismo está incrustado, impregnado. Se a gente não enfrenta o racismo, o patriarcado, o machismo, a gente não avança."

A imposição de grupos dominantes que reagem negativamente a políticas públicas voltadas a direitos básicos é um dos obstáculos, afirmou Luis Felipe Miguel. "Se olharmos a história do Brasil, o limite da nossa democracia sempre foi esse: o momento em que as classes dominantes sentem que a desigualdade está sendo ameaçada."

Mecanismos como o orçamento participativo de Porto Alegre, criado em 1989, são exemplos positivos para inspirar novas formas de participação popular e direta na política, segundo Nelsa Nespolo, que fundou a Justa Trama, uma cooperativa de 700 trabalhadores que tem como objetivo promover a economia solidária em toda a cadeia produtiva de algodão, do plantio à comercialização de peças.

"Nós construímos uma rede em nível nacional para dizer que é possível construir outro modelo econômico, onde a gente tem democracia direta e decide quanto vale o trabalho de cada um."

Ela acredita que a predominância das mulheres na população e nas escolas, como professoras, tem o potencial de construir uma democracia baseada "em uma profunda consciência de que o Brasil só pode ser mudado se a gente distribuir renda e se tiver uma participação efetiva de todos e todas".

Pesquisador do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), Christian Perrone apresentou no painel o conceito de voto quadrático. Ele divide as preferências de cada pessoa por níveis de prioridade, evitando a escolha só entre A ou B. Isso, segundo o ITS, permite mensurar quais opções mais agradam, mesmo que não sejam as primeiras escolhas da maioria do grupo votante.




No primeiro painel do evento 40 Anos das Diretas Já, da esq. p/ dir., Christian Perrone, Nelsa Nespolo, Oscar Pilagallo (mediador), Valdecir Nascimento e Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília Fotos Jardiel Carvalho/Folhapress

Fotos Lucas Seixas/Folhapress





**No voto majoritário, a tendência é só mostrar aquilo que você mais quer. (...) Usando o voto quadrático, podemos encontrar consensos escondidos**

**Christian Perrone**
Pesquisador do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro





**A democracia que devemos construir é aquela que se coloca contra a dominação social de todas as maneiras que possa surgir na nossa frente**

**Luis Felipe Miguel**
Professor da Universidade de Brasília e líder do grupo de pesquisa Demodê





**Economia solidária é mostrar que é possível montar um negócio coletivo, em que temos uma distribuição justa, cuidamos do meio ambiente e discutimos por igual**

**Nelsa Nespolo**
fundadora da cooperativa de algodão Justa Trama





**Se a esquerda compreende que nós precisamos projetar uma nação equânime, não podemos fazer acordos de governabilidade que colocam os negros e as mulheres na feira**

**Valdecir Nascimento**
idealizadora do Odara Instituto da Mulher Negra

# Sistema político sobrecarrega Judiciário, dizem debatedores

Marcos Hermanson

SÃO PAULO No segundo painel do seminário 40 anos das Diretas Já, dedicado ao papel do Judiciário na democracia brasileira, debatedores concordaram que o sistema de Justiça está sobrecarregado devido à implementação de direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

A causa do problema, apontaram, é a dificuldade do sistema político de arbitrar conflitos e de avançar na efetivação de políticas públicas.

"O Judiciário se transformou no principal ator de definição de políticas públicas", disse o vice-presidente da seção paulista da OAB (Ordem Brasileira dos Advogados), Leonardo Sica, citando decisões recentes do STF (Supremo Tribunal Federal), como a derrubada do marco temporal e a suspensão da desoneração da folha de pagamento.

"Nós, dos grupos vulneráveis dessa sociedade, devemos nossa sobrevivência ao STF", afirmou Eunice Aparecida Prudente, professora sênior da Faculdade de Direito da USP, uma mulher negra.

"Os direitos humanos vêm sendo cuidados e protegidos pelo Judiciário."

Oscar Vilhena, diretor da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas, e colunista da **Folha**, vê nos direitos garantidos pela Constituição de 1988 uma herança da campanha das Diretas Já—encerrada quatro anos antes da promulgação da Carta.

"Certamente tivemos a Constituição mais democrática da nossa história", disse. "Ao longo desses 40 anos, muito se transformou, mas nem tudo se realizou. E o Judiciário passa a ser repositório de algumas das promessas não realizadas pelos outros Poderes."

Em fala muito aplaudida, a ministra Cármen Lúcia, do STF, lembrou de sua militância no movimento estudantil, na década de 1970, ainda sob a égide do decreto-lei 477/69—que limitava direitos de organização política entre estudantes— e da campanha das Diretas Já.

"As Diretas nos ensinaram que somos um povo capaz de se unir em prol do bem de todos", afirmou a ministra. "Nós nos unimos pelo que queríamos, pelo que era bom para o Brasil e não contra algo".

A ministra ainda comparou a democracia brasileira a uma "planta frágil", que requer cuidados diários.

"A erva daninha, que é o despotismo, a tirania, é fácil de brotar", disse.

Aludindo indiretamente às disputas entre o Supremo e o Congresso Nacional, Sica, da OAB-SP, disse que, para sobreviver, o Judiciário precisa desenvolver a autocontenção.

Caso isso não ocorra, o país correria risco de entrar no que ele chamou de "loop" (ciclo infinito, em inglês) de constitucionalidade.

"O Supremo julga que algo é inconstitucional, o Parlamento aprova uma lei contrária ao que o Supremo julgou, aquela lei vai ser julgada inconstitucional pelo STF", afirmou o advogado.

"Talvez o regime presidencialista não dê mais conta desse Executivo em que o presidente é chefe de Estado e chefe de governo", afirmou Prudente, professora da USP. "Precisamos rever o próprio sistema presidencialista."




Da esq. p/dir., Leonardo Sica, Cármen Lúcia, Oscar Pilagallo (mediador), Eunice Prudente e Oscar Vilhena durante o segundo painel do evento





**As Diretas nos ensinaram que somos um povo capaz de se unir em prol do bem de todos**

**Cármen Lúcia**
ministra do Supremo Tribunal Federal





**O sistema político foi perdendo capacidade de arbitrar os conflitos. Tudo isso vai desembocar no Poder Judiciário**

**Oscar Vilhena**
professor da FGV Direito SP e colunista da Folha





**Se a emenda Dante de Oliveira tivesse sido aprovada, provavelmente estaria sendo discutida no STF pela senhora [Cármen Lúcia]**

**Leonardo Sica**
vice-presidente da seção paulista da OAB





**É muito importante que o Judiciário esteja afinado com a realidade enfrentada pelos brasileiros**

**Eunice Aparecida Prudente**
professora sênior da Faculdade de Direito da USP

# Povo se descobriu cidadão nas Diretas, diz Fafá

## Cantora, que interpretou hino nacional no evento, divide palco com outras personalidades do movimento

**Naief Haddad**

SÃO PAULO Por alguns minutos, a noite desta segunda, 29 de abril de 2024, foi tomada pela emoção e pela confiança na democracia que moveram a campanha das Diretas Já ao longo dos anos de 1983 e, principalmente, 1984.

Com a mesma voz potente de 40 anos atrás, Fafá de Belém interpretou o hino nacional na sede da OAB-SP ao lado de nomes históricos daquela campanha, como o ex-ministro Almino Affonso, a atriz Christiane Torloni e o jornalista Ricardo Kotscho, o "cronista das Diretas", nas palavras do mediador, o também jornalista Oscar Pilagallo.

O público, que lotava o auditório, cantou com Fafá, que usava camiseta com a bandeira do Brasil.

Assim, em clima de comoção, chegou ao fim o seminário sobre as quatro décadas das Diretas Já, promovido pela OAB e pela **Folha**.

Minutos antes, no chamado ato final do evento no centro de São Paulo, a cantora lembrou Teotônio Vilela, político do PMDB nos anos 1980 e um dos maiores entusiastas da campanha.


Da esq. p/ dir., Ricardo Kotscho, Luiz Sampaio Correa, Leonardo Sica, Eunice Prudente, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, Fafá de Belém, Patricia Vanzolini, Oscar Pilagallo, Christiane Torloni, Juca Kfouri e Almino Affonso Jardiel Carvalho/Folhapress

"Participei de quase 40 comícios. Ao longo dessa trajetória, o povo brasileiro foi, a cada passo, se descobrindo cidadão", afirmou a cantora, que era chamada de "musa das Diretas".

Na época, Fafá dividia esse "título" com Christiane Torloni, também presente no seminário. Além de chamar a atenção para a fragilidade da nossa democracia, a atriz associou o tema à crise climática.

"O 8 de Janeiro mostra que nosso trabalho [nas Diretas] não foi concluído de jeito nenhum. É um trabalho que precisa sempre florescer", disse Torloni. "O Brasil corre o risco de se tornar o vilão do planeta se não cuidar da Amazônia."

Patricia Vanzolini, presidente da OAB-SP, fez um apelo ao diálogo e à conciliação. "Há 40 anos, direita e esquerda, conservadores e progressistas se uniram, houve uma convergência. Se foi possível naquela época, hoje também pode ser."

Aos 95 anos, com dificuldade para caminhar, Almino Affonso fez questão de se levantar para o seu discurso.

Ministro do Trabalho do governo João Goulart e ex-deputado federal, ele ressaltou o aumento da presença feminina na vida pública brasileira. "Há algo de novo no cânone nesse país", disse. Também recebeu aplausos eloquentes.

A mesa também contou com dois jornalistas identificados com as Diretas, Ricardo Kotscho e Juca Kfouri.

Repórter da **Folha** naquela época, Kotscho disse que estava dividido: contente por reencontrar antigos amigos no evento e triste ao "perceber que ainda não alcançamos a democracia plena".

Para ele, hoje colunista do UOL e do MyNews, é fundamental que o país resolva a "questão militar".

Kfouri, colunista da **Folha** e do UOL, recordou-se de nomes relevantes do movimento de quatro décadas atrás. Homenageou o editor Caio Graco Prado, responsável por associar as Diretas à cor amarela, e o jogador Sócrates, líder da Democracia Corintiana.

Também destacou nomes da imprensa paulista. Além de Kotscho, lembrou-se de Octavio Frias de Oliveira, publisher da **Folha** naquele período, e Otavio Frias Filho, que em 1984 assumiu a direção de Redação do jornal. A **Folha** foi o primeiro grande veículo de comunicação a se engajar na campanha das Diretas.

O advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira falou em nome dos ex-presidentes da OAB-SP. Segundo ele, os anos de ditadura foram "muito difíceis para a advocacia, até mesmo no governo de João Figueiredo, que se dizia a favor da abertura".



**Ainda é possível fazer política com afeto. O que nos resta fazer agora é abrir os braços para aqueles que em algum momento se desgarraram**

**Juca Kfouri**
jornalista



**O 8 de Janeiro mostra que nosso trabalho [nas Diretas] não foi concluído de jeito nenhum. É um trabalho que precisa sempre florescer**

**Christiane Torloni**
atriz



**Participei de quase 40 comícios. Ao longo dessa trajetória, o povo brasileiro foi, a cada passo, se descobrindo cidadão**

**Fafá de Belém**
cantora



**Há 40 anos, direita e esquerda, conservadores e progressistas se uniram, houve uma convergência. Se foi possível naquela época, hoje também pode ser**

**Patricia Vanzolini**
presidente da OAB-SP,



**O Brasil é o único país do mundo que se preocupa com a irritação dos seus militares**

**Ricardo Kotscho**
jornalista



**[Foram] tempos muito difíceis para a advocacia, até mesmo no governo de João Figueiredo, que se dizia a favor da abertura**

**Antonio Cláudio Mariz de Oliveira**
ex-presidente da OAB



**Há algo de novo no cânone nesse país [sobre o aumento da presença feminina na vida pública brasileira]**

**Almino Affonso**
ex-ministro do Trabalho

# Eleito no voto indireto, Tancredo chamava Diretas Já de campanha necessária, mas lírica

**ANÁLISE**

**Plínio Fraga**
Jornalista, é autor de "Tancredo Neves, o Príncipe Civil" (Objetiva) e de "Cidadania, a Fome das Fomes" (Mórula)

Antes mesmo da derrota da emenda constitucional que propunha a retomada de eleições diretas para presidente da República, em abril de 1984, o líder mineiro Tancredo Neves (1910-1985) já havia sido diversas vezes acusado de conspirar contra a proposição que tramitava no Congresso.

O coro contra Tancredo se ampliou ao, na semana da votação da emenda Dante de Oliveira, o deputado João Paganella (PDS-SC) reproduzir frase que disse ter ouvido do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo: "Tancredo Neves é um nome confiável para a conciliação nacional".

O então governador mineiro havia sugerido que um governo de transição, com o presidente com um mandato-tampão, deveria ser o norte a guiar situação e oposição no processo de escolha do sucessor de Figueiredo. Significava que o governo vindouro tinha de manter um pé na canoa da oposição e o outro na da situação, desembarcando assim da canoa popular das Diretas Já — que se mostrava à deriva para quem conhecia a força do rio que atravessava.

Luiz Inácio Lula da Silva foi um dos mais duros no ataque ao líder mineiro. "A proposta do Tancredo Neves não é de transição nenhuma. É uma proposta de transação."

Na véspera da votação, o governo decretou medidas de emergência em Brasília, como censura e suspensão da liberdade de reunião.

O clima estava pesado na capital do país e ruim também em Belo Horizonte. Com a censura dos meios de comunicação que transmitiam de Brasília, milhares de mineiros se reuniram na praça em frente ao terminal rodoviário, na zona central. Deputados pró-diretas ligavam de Brasília para líderes oposicionistas locais com relatos do clima da votação para a multidão.

A Polícia Militar mineira, em tese sob comando de Tancredo, impediu passeatas, forçou a liberação de ruas e prendeu lideranças de apoiadores das diretas. Tancredo estava em Brasília. Ao ser informado da truculência policial, ligou para o comando de segurança determinando que a PM "agisse com moderação". Não a impediu, no entanto, de agir contra os manifestantes.

Derrotada a campanha em defesa das Diretas Já, Tancredo foi chamado de "ambíguo" pelos mais educados e de "traidor" pelos mais exaltados.

Tancredo aplicava na prática seu bordão predileto: "não existe mineiro revolucionário". Tinha estudado países que fizeram a transição da ditadura para a democracia e chegara a uma conclusão, inspirada no marquês do Paraná, conselheiro do Império. "Não há caso de transição do regime autoritário para a democracia sem trauma." A principal tese de Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), o marquês do Paraná, era de que o Brasil exercia a reiterada opção de buscar "a conciliação das elites".


Lula preocupado com os próximos passos da luta

Reprodução de página da Folha de 27 de junho de 1984, com espaço em branco para foto de Tancredo Reprodução

Era o caminho que Tancredo percorria silenciosamente. Tentava mobilizar as ruas para a própria candidatura por via indireta, em vez de usá-la para insistir numa causa vista como perdida.

Tancredo, no entanto, não estava disposto a aventuras. Não seria candidato por si, queria ser aclamado. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, acompanhou silenciosamente, mas com espasmos de contrariedade, a viabilização de Tancredo.

O governador de Minas seguia trilhando caminho próprio, costeando o alambrado que separava aliados e opositores da ditadura.

A realidade política em abril de 1984 parecia indicar que a situação governista, base do governo autoritário, tinha opções eleitorais melhores do que a oposição. Não era tão óbvio que o voto direto conduzisse a oposição ao poder, como hoje se pode imaginar.

O Brasil tinha escolhido seu último presidente pelo voto direto em 1960. Em 18 março de 1984, a **Folha** publicou os resultados de levantamento eleitoral. "Aureliano é o candidato preferido para ocupar a Presidência", resumia. À época no PDS, o partido de sustentação da ditadura militar, Aureliano Chaves era o vice popular de um presidente impopular, o general Figueiredo.

Aureliano estava à frente com 26,7% das menções espontâneas. Era seguido por Leonel Brizola (PDT-RJ), com 9,4%; por Paulo Maluf, com 4,7%; por Lula, com 3,7% e por Tancredo, com 3,4%. Ulysses Guimarães teve 1,5% .

Candidatos da base de sustentação da ditadura somavam 39,4% das menções espontâneas. A oposição, 20,1%.

Com inflação e desemprego em alta, com o país quebrado pela dívida externa recorde, o governo Figueiredo era avaliado como ruim por 45,2% dos entrevistados. É o cenário que Tancredo trabalhava. O regime ia mal, mas a oposição sozinha não era capaz de derrubá-lo no voto direto.

Na segunda semana de junho de 1983, Tancredo fez ao jornalista Villas-Boas Corrêa sua declaração mais sincera sobre as diretas: "Trata-se de uma campanha singular. Ela não pretende convencer a opinião pública, conquistar adesões. (...)O PMDB está cumprindo o seu dever e agindo com habilidade quando se dirige à opinião pública, sustentando com coerência seu compromisso com as eleições diretas. É uma forma de mantar o partido vivo, atuante e unido. Mas a oposição não pode deixar de montar alternativas mas realísticas. Afinal, a campanha pelas diretas é necessária, mas lírica. E o PMDB necessita instrumentalizar-se para a negociação possível."

Essa é a reprodução do que o Jornal do Brasil publicou em 12 de junho de 1983. Segundo Mauro Santayana, assessor de Tancredo à época, o que o governador disse foi: "...a oposição não pode deixar de montar alternativas mais realísticas", em vez de "alternativas mas realísticas".

Pode parecer discussão sobre filigranas, mas era o embate entre alternativas e a opção realística pela transição negociada. Esse sapato apertado, naquele tempo, só cabia no pé de Tancredo. Pelo talento que tinha de saber que uma vírgula, ou um mas mal interpretado, poderia mudar tudo.

A oposição continuou a realizar comícios pelas Diretas Já. Imaginava que a pressão popular levaria à vitória. Tancredo já estava noutra campanha, a própria.

Em 27 de junho, a **Folha**, o jornal das diretas, relatou que 100 mil pessoas tinham voltado à praça da Sé para exigir eleição direta. Os editores publicaram no alto da página fotos de Ulysses, Lula, Brizola, Montoro, Richa e Covas, durante o comício da Sé. Deixaram um espaço em branco, com a legenda capciosa: "Espaço para a foto de Tancredo, que não veio ao comício".

Blague genial, quase um poema neoconcreto, mas Tancredo já não cabia numa foto diagramada adequadamente para um coadjuvante. Sete meses depois, seria eleito presidente da República, pela via indireta, com o voto maciço de situação e oposição e apoio de 80% dos brasileiros. Estava sepultado o regime militar, mas aí é outra história.

INÊS249

# Precisamos do bolsonarismo moderado

Até grupos de luta armada foram capazes de entregar armas e aceitar a democracia

**Joel Pinheiro da Fonseca**
Economista, mestre em filosofia pela USP.

*Tornei pública minha oposição a Bolsonaro no segundo turno de 2022, por considerar que ele atentava diretamente —e sem o menor disfarce— contra os pilares mais elementares da democracia brasileira, como nosso sistema eleitoral. O 8 de janeiro e as investigações que seguem até hoje mais do que comprovaram esse receio. Bolsonaro era mesmo golpista, preparou um golpe, mobilizou uma parcela da opinião pública para esse fim.*

*Quem apoia Bolsonaro até hoje não vai jamais admitir que ele fomentou um golpe de Estado. Mesmo com a PF descobrindo que organizadores do 8/1 falavam abertamente de seu objetivo, os apoiadores continuarão dizendo que era apenas "uma manifestação", como tantas outras, no máximo culpada de vandalismo.*

*Essa negação cumpre o mesmo papel psicológico da negação de parte da esquerda da corrupção nos governos do PT. Aceitando o fato, ficaria muito difícil seguir com o apoio ao líder; por isso é preciso negá-lo até o fim. Viver numa democracia com liberdade de expressão inclui tolerar esse tipo de visão e aceitar que ele pode ter expressão política.*

*Para nós, de uma direita que nunca aceitou Bolsonaro, resta o trabalho de longo prazo de construir as bases para uma direita liberal no Brasil. O Brasil, contudo, não vai esperar, e o conflito entre petismo e bolsonarismo deve seguir a todo vapor. A direita antibolsonarista permanecerá, por enquanto, como uma minoria valorosa, imprescindível no debate público qualificado mas incapaz de conquistar as multidões.*

*Sendo assim, e dado que a conservação da democracia depende de as principais alternativas aceitarem as regras do jogo, é importante que se crie espaço para que bolsonaristas moderados ascendam. Por "moderado" quero dizer: que respeite as regras da democracia, como aceitação do resultado das urnas (que é plenamente compatível com fazer sugestões de como melhorá-las) e repúdio público ao uso da violência mesmo quando ele parte de seu próprio campo.*

*O bolsonarismo surgiu como uma resposta à revolta contra o sistema que tomou o Brasil desde 2013. De alguma maneira, há um profundo mal-estar com a forma de se fazer política no Brasil: a falta de transparência, os conchavos, a falta de compromisso, a distância para com o eleitor, o descaso com o dinheiro público e, coroando e simbolizando tudo isso, o desvio ilegal desse dinheiro, a corrupção. Seja em Brasília ou nas ruas, era preciso impor ordem.*

*Frente a uma política corrompida, Bolsonaro representou a aposta na antipolítica, na esperança de que o autoritarismo trouxesse a integridade perdida por uma democracia corrupta. Felizmente, fracassou. Mas seus valores podem encontrar formulações compatíveis com a ordem democrática.*

*Não será a primeira nem a última vez que movimentos extremistas moderam-se para entrar no jogo. Grupos diretamente envolvidos com a luta armada e o terrorismo, como o IRA e as Farc, foram capazes de ceder suas armas e aceitar a dinâmica da democracia. Ao fazê-lo, deixam um gosto azedo na boca de todos os que gostariam de extirpá-los e a tudo que representam.*

*Democracia é também aprender a conviver com o diferente e vencê-lo na base da persuasão, não das armas. Punindo quem cometeu crimes, é preciso deixar que seus correligionários que respeitam as regras do jogo sigam participando dele. O TSE pode tirar da corrida um concorrente infrator; não pode silenciar metade da população.*

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli




Tabata Amaral cumprimenta Geraldo Alckmin ao lado de José Luiz Datena durante evento do seu partido, o PSB Gabriela Biló - 19.dez.23/Folhapress

# Tabata atrai antigos auxiliares de Alckmin e provoca adversários

Pré-candidata monta equipe para discutir propostas e afirma querer 'melhores soluções' de esquerda e direita

**Joelmir Tavares**

SÃO PAULO A pré-candidata a prefeita Tabata Amaral (PSB) recheou a equipe que vai auxiliá-la a formular um plano de governo com ex-integrantes de gestões do PSDB, muitos deles ex-auxiliares de seu padrinho Geraldo Alckmin, que foi tucano por 33 anos antes de se tornar colega de partido da deputada federal.

O vice-presidente da República, visto como uma espécie de avalista da pré-candidatura, endossou a escolha dos 37 coordenadores que vão formular as propostas para diferentes áreas e serão anunciados nesta quarta-feira (1º), em meio ao esforço de Tabata para atrair o PSDB para sua campanha.

A lista com os nomes que circula nos bastidores inclui ao menos 18 técnicos e especialistas que, segundo levantamento da **Folha**, têm ligação com o PSDB e com gestões do partido —o equivalente a 48% dos conselheiros de Tabata. Do total, 10 trabalharam com Alckmin no Governo de São Paulo.

O grupo tem também correligionários do PSB e pessoas que atuaram em governos de outros partidos, inclusive do PT. A deputada diz que a presença robusta de nomes ligados ao PSDB reflete a qualidade de quadros vinculados à sigla e pode contribuir para a aliança com o partido, embora isso não tenha sido calculado nem seja agora determinante. As recomendações de Alckmin foram um reforço, segundo ela.

A coordenação geral, por exemplo, é da ex-secretária Vivian Satiro, que trabalhou para o então governador e também conduziu em 2020 o plano de governo de Bruno Covas (PSDB), reeleito naquele pleito.

Terceira colocada em intenções de voto, com 8%, segundo o Datafolha, Tabata afirma que a apresentação da equipe que formulará seu plano de governo ratifica que sua pré-candidatura é sólida. Ela enfrenta Guilherme Boulos (PSOL) e Ricardo Nunes (MDB), que estão tecnicamente empatados em primeiro lugar na pesquisa de março, com 30% e 29%, respectivamente.

"Eu quero chegar à eleição, no primeiro turno, com as pessoas tendo clareza de qual é o time que está comigo e o que a gente pensa para cada área", diz a pré-candidata à **Folha**. "Ao fazer isso, porque eu acho que esse é o desejo da população, eu vou forçar tanto o Nunes quanto o Boulos a terem que se aprofundar um pouco mais e terem que dizer o que pensam para as diferentes áreas também."

Os dois rivais também iniciaram discussões sobre plano de governo. Nunes colocou na coordenação o ex-governador Rodrigo Garcia, que deixou o PSDB após perder a eleição de 2022. Boulos delegou a supervisão ao deputado estadual Antonio Donato (PT) e à economista Camila de Caso (PSOL).

À reportagem Alckmin diz que não terá um papel específico no programa de Tabata. "O que eu puder ajudar, farei com satisfação", afirma ele, que atua como articulador e oráculo da deputada. "A Tabata montou um grande time, um pessoal craque, inclusive [uma parte] que já trabalhou comigo."

Cinco ex-secretários dele integram a equipe do plano: Floriano Pesaro (responsável por propostas para a cracolândia), Claudia Costin (educação), Luciana Temer (família, desenvolvimento social e segurança alimentar), Eloisa Arruda (imigrantes) e Benedito Braga (saneamento e combate a enchentes).

Alckmin relativiza a especulação de que uma eventual administração Tabata seria, portanto, parecida com as dele na máquina estadual. "Ela terá um estilo próprio", antevê o vice, que na disputa municipal está em palanque adversário ao do presidente Lula (PT), fiador da pré-candidatura de Boulos.

Outro especialista compartilhado por ele com a prefeitável é o economista Leandro Piquet Carneiro, que cuidou da parte de segurança pública no programa da candidatura presidencial de Alckmin em 2018 e fará o mesmo por Tabata. Carneiro também comandou o plano de governo de Luiz Felipe D'Avila, candidato do Novo à Presidência em 2022.

A pessebista convidou ainda para a tarefa personalidades como a professora e urbanista Marta Grostein, que é mãe do apresentador Luciano Huck, entusiasta da candidatura de Tabata, e a médica Ludhmila Hajjar, que foi cotada para assumir o Ministério da Saúde no governo Jair Bolsonaro (PL) e integrou a equipe de transição para a gestão Lula.

Tabata, que faz uma pré-campanha centrada em combater a polarização, mas rejeitando o rótulo de terceira via, diz que a equipe diversificada reforça sua posição de abertura ao diálogo com pessoas da esquerda e da direita e que o programa, com formuladores que "pensam fora da caixinha", será "o encontro das melhores soluções dos dois lados".

O perfil dos colaboradores, em sua maioria com passagens por administrações públicas e currículos extensos, também é uma estratégia para rebater as críticas à pré-candidata pela inexperiência no Executivo e sua juventude. O discurso dela é o de que, se vencer, não governará sozinha.

"Mesmo se eu tivesse 60 anos de idade e mais décadas de experiência nas costas, ainda assim eu iria me esforçar para trazer um time desse tamanho. São problemas muito complexos. É muita arrogância achar que uma pessoa sozinha daria conta de tudo. E isso não depende de idade", afirma ela, que tem 30 anos.

Tabata também refuta a ideia de aparente contradição entre suas críticas à gestão Nunes e o fato de ter à frente de seu plano de governo Vivian Satiro, que fez o mesmo pela chapa Covas-Nunes. O atual prefeito diz que faz uma gestão de continuidade à do tucano, o que é questionado por rivais.

Para a deputada, o projeto em curso na cidade esvaziou o programa de 2020. "Não é à toa que, assim que o Ricardo Nunes assumiu, a Vivian saiu da prefeitura. O Nunes teve a cara de pau de chegar e mudar o plano de metas, deixando-o mais factível, e ainda assim ele não está conseguindo entregar esse plano."

Além dos especialistas, Tabata quer ouvir cidadãos e servidores no processo de definição de suas prioridades como candidata. Os grupos temáticos farão reuniões entre maio e julho. A exigência é a de que as propostas tenham alvos bem definidos, sejam interligadas e se baseiem em dados e evidências.

Critérios de diversidade também contam. A lista de coordenadores já foi pensada sob o ponto de vista da inclusão. Dos 37 componentes, 21 são mulheres. Segundo Tabata, 40% são pessoas não brancas. A pré-campanha adotou para a divulgação das discussões o slogan "coração e mão na massa".

### Coordenadores do programa de Tabata ligados a Alckmin

**Vivian Satiro (coordenação geral)**
Coordenadora do programa de governo de Bruno Covas (PSDB) em 2020; atuou na gestão dele e no governo de Alckmin em SP

**Claudia Costin (educação)**
Foi secretária de Alckmin e ministra interina da Administração Federal e Reforma do Estado no governo FHC

**Leandro Piquet Carneiro (segurança pública)**
Cuidou do tema no programa de Alckmin à Presidência em 2018

**Floriano Pesaro (cracolândia)**
Aliado histórico de Alckmin, foi seu secretário e trabalha até hoje com o vice-presidente

# Firma de Israel vence licitação para blindados do Exército

## Aquisição de 36 viaturas da Elbit System beira R$ 1 bi; Força teme veto de Lula

**Cézar Feitoza**

BRASÍLIA O Exército brasileiro anunciou internamente, nesta segunda-feira (29), que o grupo israelense Elbit Systems venceu a licitação para a compra de 36 viaturas blindadas de obuseiro 155 mm —espécie de canhão de grande alcance e precisão que será utilizado pela artilharia.

A aquisição beira R$ 1 bilhão, segundo generais ouvidos pela **Folha**. Há receio de que a licitação, que dura quase dois anos, possa sofrer reveses por questões geopolíticas, já que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem feito críticas à conduta de Tel Aviv no conflito contra o grupo terrorista Hamas.

O armamento israelense faz parte de um projeto chamado Atmos. A previsão é que os obuseiros sejam entregues ao longo de oito anos, já que o orçamento para investimentos do Exército tem caído aos piores índices da década.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que acompanha os temas de defesa no partido, afirmou que "não faz sentido" o Exército negociar a compra de equipamentos militares com empresa israelense num momento em que o Brasil critica as Forças Armadas de Israel por operações que atingem a população palestina.

"Com todo esse problema diplomático que temos com o governo de Israel nesse momento, me parece que não é o melhor caminho fazer uma compra desse volume de empresa israelense. Não temos a necessidade de ter esse material com essa pressa, o assunto deveria ser mais bem pensado", afirmou Zarattini.

A Elbit Systems superou empresas da França, China e Eslováquia na reta final da disputa. Militares afirmaram à **Folha**, sob anonimato, que o principal diferencial da empresa israelense é possuir subsidiárias no Brasil com capacidade de fabricar a munição de 155 mm e garantir suporte logístico.

As fábricas brasileiras são as empresas Ares Aeroespacial e Defesa e AEL Sistema, com sedes no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente. A contratação da empresa de Israel, portanto, seria uma forma de aquecer a base industrial de defesa brasileira.

O anúncio do resultado da licitação diz que a empresa Elbit Systems será convocada para assinatura do contrato inicial no dia 7 de maio.

O temor de membros da cúpula militar é que Lula possa vetar a compra, como tem feito sistematicamente com a exportação de munições e armamentos brasileiros para a Ucrânia, país invadido pela Rússia desde fevereiro de 2022.

Apesar de a posição da diplomacia brasileira ser diferente nos conflitos do Leste Europeu e da Faixa de Gaza, alas do governo e integrantes do PT já acompanhavam a licitação do Exército com receio.

O presidente Lula tem adotado posição crítica à ofensiva israelense na Faixa de Gaza, que envolve operações em hospitais e bombardeios em regiões populosas. O número de mortos já ultrapassou 34 mil, segundo o Ministério da Saúde local, controlado pelo Hamas.

Em viagem a Adis Abeba, na Etiópia, Lula chegou a comparar as ações militares de Israel com o extermínio de judeus promovido por Adolf Hitler. "Sabe, o que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino, não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus", afirmou em fevereiro.

A declaração do presidente gerou reação do governo de Binyamin Netanyahu, que declarou o líder brasileiro "persona non grata".

"Não esqueceremos nem perdoaremos", disse à época o chanceler do país, Israel Katz. "Em meu nome e em nome dos cidadãos de Israel, diga ao presidente Lula que ele é persona non grata em Israel até que retire o que disse."

Mesmo diante de repercussões negativas e impacto diplomático, Lula não se retratou e, cinco dias após a declaração, voltou a falar que Israel estava cometendo um genocídio contra o povo palestino.

"O que o governo de Israel está fazendo com a Palestina não é guerra, é genocídio", disse Lula. "Se isso não é genocídio, eu não sei o que é."



**ATAQUES EM GAZA DEIXAM 40 MORTOS EM MEIO A NEGOCIAÇÕES POR CESSAR-FOGO**
Delegação do Hamas discute no Cairo, com mediadores do Qatar e do Egito, proposta de Tel Aviv para uma trégua com libertação de reféns Hatem Khaled/Reuters

# Universidade Columbia suspende alunos após ultimato para fim de protesto pró-Palestina

NOVA YORK | REUTERS Os estudantes da Universidade Columbia, em Nova York, mantiveram os protestos pró-Palestina no campus na segunda (29) e não cumpriram o prazo estabelecido pela instituição para que desmontassem o acampamento erguido no local. Como medida adicional para esse caso, a reitoria começou a suspender os estudantes que continuaram no protesto.

A punição parece ser uma tentativa de reprimir os atos sem a necessidade de atuação de forças de segurança e detenções, como ocorrido na semana retrasada no campus —o que espalhou a fagulha dos protestos por outras instituições do país.

Mais cedo a reitora da Universidade Columbia, Nemat Minouche Shafik, havia admitido que as negociações com os manifestantes fracassaram. Os ativistas tinham recebido o prazo máximo das 15h (de Brasília; 14h locais) desta segunda para encerrarem o protesto.

A universidade enviou uma carta aos manifestantes avisando que os alunos que não desocupassem o acampamento e assinassem um formulário reconhecendo sua participação seriam suspensos. Com isso, se tornariam inelegíveis para concluir o semestre.

Conforme o comunicado, mesmo os alunos que assinassem o formulário e deixassem a área ainda estariam em "liberdade condicional disciplinar" até junho de 2025 ou até a formatura, o que ocorresse primeiro.

"Fomos solicitados a dispersar, mas isso é contra a vontade dos estudantes", disse Sueda Polat, uma das organizadoras do acampamento. "Não nos submetemos às pressões da universidade. Agimos com base na vontade dos estudantes."

Há três exigências principais dos manifestantes: que a universidade se desconecte de empresas que apoiam as Forças Armadas de Israel, transparência nas finanças da universidade e anistia para os estudantes e professores punidos por sua participação nos protestos.

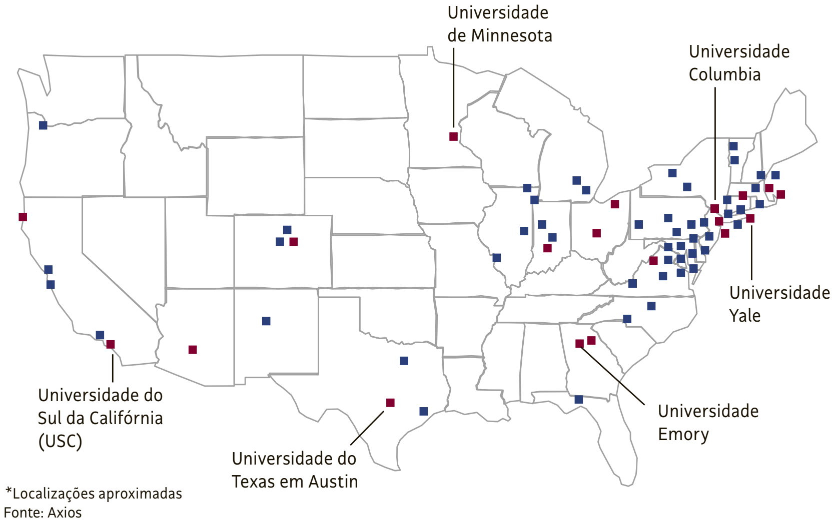
"Essas táticas de intimidação repulsivas não significam nada em comparação com as mortes de mais de 34 mil palestinos. Não nos moveremos até que Columbia atenda às nossas exigências ou sejamos movidos pela força", disse a coalizão Columbia Student Apartheid Divest, em comunicado.

Em nota, a reitora afirmou que a Columbia não reduziria investimentos de ativos ou companhias que apoiam as Forças Armadas de Israel. Por outro lado, ela se ofereceu para investir em saúde e educação em Gaza e para tornar mais transparentes os investimentos diretos da instituição.

Mais de 900 manifestantes, incluindo professores, foram detidos em quase duas semanas de protestos que ocorrem em universidades de todo o país, segundo levantamento feito pelo jornal americano The Washington Post publicado no domingo (28).

Os protestos vêm causando tumultos e confrontos em várias instituições. Enquanto estudantes reivindicam o direito de se manifestar e pedem o fim dos ataques de Israel a Gaza, parte dos alunos judeus afirma que os atos se transformaram em antissemitismo.

**Universidades dos EUA com protestos relacionados à guerra em Gaza***




*Localizações aproximadas
Fonte: Axios

MUNDO VIU

Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

## Documentário mostra ecos da Guerra Fria na Ucrânia atual

**João Batista Natali**

SÃO PAULO Foi em 1980. O telefone tocou de madrugada e acordou Zbigniew Brzezinski, o principal assessor do então presidente Jimmy Carter. Do outro lado da linha o coronel Bill Odom informou que 200 mísseis com ogivas nucleares haviam sido disparados pela Rússia e em questão de minutos destruiriam os Estados Unidos.

Antes de acordar o presidente, Brzezinski pediu para que o militar fizesse uma nova ligação para confirmar que o mundo estava acabando. Novo telefonema. Era alarme falso. O alerta foi disparado por um chip defeituoso de 40 centavos de dólar no computador dos serviços de inteligência.

O episódio é narrado em "Ponto de Virada: a Bomba e a Guerra Fria", documentário em nove episódios, dirigido pelo americano Brian Knappenberger e que está no catálogo da Netflix.

A Guerra Fria opunha com equilíbrio os EUA à União Soviética. Os americanos chegaram a ter 30 mil bombas nucleares, e os russos, 40 mil. As duas superpotências terceirizavam seus conflitos e não se enfrentavam diretamente.

O documentário é caudaloso, com mais de uma hora em cada episódio. E traz como originalidade a crença de que a atual guerra na Ucrânia é um prolongamento da velha Guerra Fria.

Em sua longa extensão histórica, a bomba foi o ingrediente central da tensão que opunha americanos e soviéticos. Em nenhum momento o documentário se coloca como equânime entre as duas forças em confronto. Ao contrário, toma partido do Ocidente e pinta com cores muito fortes os enganos que o comunismo cometeu, desde a fome na Ucrânia, em 1932, à insistência de Kruschev em alardear um arsenal atômico que em verdade nunca chegou a ter.

Os soviéticos são objeto de uma constante desconfiança, apenas aliviada quando as circunstâncias chegaram bem mais a juntar do que a opor o presidente Ronald Reagan e o dirigente que colocou um ponto final no comunismo, Mikhail Gorbatchov.

Aliás, perguntaram anos depois a ele se, na noite de 9 de novembro de 1989, o Kremlin reagiria à queda do Muro de Berlim. "É coisa da soberania dos alemães. Que ninguém se meta com eles", respondeu.

Os 30 minutos que narram a queda do muro são os mais fortes e comoventes. Demonstram o quadro caótico que foi criado por uma circunstância que não estava prevista em nenhum protocolo político.




**Ponto de Virada: a Bomba e a Guerra Fria**
Direção: Brian Knappenberger. Duração: 1 temporada, 9 episódios. Disponível na Netflix

| DOM. Sylvia Colombo
| TER. Mundo Leu
| **QUI. Lúcia Guimarães**
| SÁB. Igor Patrick

# Câmara da Argentina analisa versão enxuta de pacote ultraliberal

Sessão sobre Lei Ônibus pode passar de 30 horas de debates, e Milei diz ter votos necessários para aprovação

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Os deputados da Argentina começaram nesta segunda (29) o acirrado debate sobre a desidratada Lei Ônibus do presidente Javier Milei, e o governo anunciou que teria os votos necessários —ao menos 129 de 257 legisladores— para aprovar a matéria.

Esse pacotão de reformas abre o caminho para privatizações e para aumentar por tempo limitado os poderes de Milei, além de colocar em marcha uma reforma trabalhista. Junto a ele, um pacote fiscal também analisado nesta rodada reduz a isenção do imposto de renda no país.

Os debates começaram pouco após o meio-dia e prometiam virar a madrugada em uma sessão sem pausas. Ainda que a Casa Rosada diga ter os votos necessários para ver avançar sua prioridade legislativa, os mais comedidos recomendam ter cautela.

Mesmo que os legisladores aprovem o escopo da lei, será necessário negociar capítulo por capítulo. Foi neste processo que o ultraliberal colheu um fracasso em fevereiro.

No início daquele mês deputados aprovaram sua Lei Ônibus original, um calhamaço de mais de 600 artigos. Mas, poucos dias depois, a desidrataram por completo a ponto de a bancada governista retirar o projeto da pauta para que seus anseios não fossem por água abaixo.

Daquele mês até este abril, o governo fez o que ainda não havia feito: sentar e negociar. Diversos governadores e bancadas de deputados foram chamados à Casa Rosada, e dessas conversas foi consensuado o texto que chegou ao Congresso nesta semana.

O resultado foi uma versão repaginada (são agora mais de 230 artigos) e mais comedida, mas que mantém os pilares defendidos pelo governo.

Entre outras coisas, a Lei Ônibus concede ao Executivo a capacidade de governar sem o Congresso em quatro áreas por um ano. A saber: a administrativa, a econômica, a financeira e a energética. Antes eram 11 as áreas que estariam concentradas nas mãos de Milei.

O mecanismo não é incomum, está previsto na Constituição e já foi usado mesmo por opositores e antecessores do atual governo, como pelo ex-presidente Alberto Fernández, peronista. Ainda assim, a oposição no Congresso alegou durante toda esta segunda que se tratava de uma "abusiva delegação de tarefas" ao presidente.

O pacotão legislativo tem como outro dos principais focos a privatização. Entre as nove empresas privatizáveis estão Aerolíneas Argentinas, Enarsa (companhia petrolífera), Rádio e Televisão Argentina (comunicação) e Intercargo (de assistência às linhas aéreas) —essas quatro passíveis de total privatização.

Na proposta repaginada e apresentada pelo governo há poucas semanas estava previsto para privatização o Banco da Nação, retirado do projeto nos últimos dias de negociação antes de chegar à Câmara.

Também foi incluído um capítulo sobre reforma trabalhista mais comedido do que as ambições iniciais do governo nessa área, que foram barradas pela Justiça argentina. O trecho prevê ampliação do período de experiência para seis meses, elimina multas por erros em registros trabalhistas e levanta a possibilidade de criar um fundo de demissão trabalhista que entre no lugar de indenizações.

O tema promete engrossar os protestos previstos para o feriado desta quarta-feira (1º) no país, quando se celebra o Dia do Trabalho.

A extensa lei —cujo nome "ômnibus" tem relação com a palavra em latim, com o significado de "para todos" devido à amplitude de temas— também precisaria passar pelo Senado argentino, onde o cenário para Milei formar maioria é mais complicado.

O presidente trabalha com um prazo bem específico para ver aprovado seu pacotão legislativo: dia 25 de maio. Ele convocou para essa data o chamado "Pacto de Maio" —um documento de dez prioridades que pretende assinar com os governadores. Outra tarefa nada fácil, já que enfrenta oposição dos governadores alinhados ao kirchnerismo.

A despeito dos acenos ao diálogo, nestes últimos dias o presidente afirmou que avalia não convidar todos os governadores, notadamente aqueles que não demonstrarem apoio à sua Lei Ônibus.

"A relevância do Pacto de Maio é mais política e simbólica", diz o analista político Ignacio Labaqui. "Em termos de efeitos práticos ou vinculativos, não tem impactos. Foi uma estratégia de Milei para ganhar tempo na negociação em torno do pacote fiscal e da Lei Ônibus."

Para ver avançar seus projetos, Milei tem como aliado o ex-presidente Maurício Macri, líder do Proposta Republicana, sigla que vota com o governista Liberdade Avança.

## Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, tem tumor no esôfago

BUENOS AIRES O ex-presidente do Uruguai José "Pepe" Mujica, 88, anunciou na segunda (29) que está com um tumor no esôfago. Mujica deixou a Presidência em 2015 e ainda é considerado uma das principais referências dos setores de esquerda na América Latina.

O comunicado sobre a doença foi feito pelo próprio Mujica em uma entrevista coletiva com a participação de ativistas. Ele disse que o diagnóstico foi feito durante exames de rotina na última semana.

Ainda que tenha demonstrado resiliência, uma das principais figuras da política uruguaia alertou para sua condição de saúde. Segundo ele, quimioterapia ou cirurgia são opções pouco prováveis —Mujica carrega uma doença imunológica há mais de 20 anos que afeta, entre outras coisas, o funcionamento dos rins.

"Mais de uma vez a morte rondou minha cama, mas eu fui protegido. Desta vez parece que ela vem com a foice em punho", disse Mujica sentado em frente a bandeiras do MPP (Movimento Participação Popular), que lidera. "Veremos o que acontece."

"Enquanto puder, seguirei militando e entretido com minhas verduras", seguiu ele, que se dedica à agricultura em casa.

Contatada pelo jornal local El País, sua médica pessoal, Raquel Pannone, afirmou que não há detalhe que possa ser compartilhado sobre o quadro de saúde ou as eventuais linhas de tratamento dado que o diagnóstico do tumor é recente.

Ex-guerrilheiro tupamaro, Mujica foi eleito em 2009, quando derrotou nas urnas Luis Alberto Lacalle, o pai do atual presidente uruguaio, Lacalle Pou, de centro-direita. Quando empossado, no ano seguinte, tornou-se o presidente mais velho da história do país sul-americano.

Mujica foi preso político da ditadura militar uruguaia por 13 anos. Viveu em condições subumanas, como relatado por ele e por colegas de cárcere diversas vezes, e foi também torturado.

Ao comentar o anúncio sobre o tumor de Mujica no X, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou o uruguaio de irmão. "Minha admiração e solidariedade. Você é um farol na luta por um mundo melhor", escreveu o brasileiro. **MP**

**ROMPIMENTO DE BARRAGEM DEIXA MAIS DE 40 MORTOS NO QUÊNIA**



Luis Tato/AFP

Ao menos 45 pessoas morreram após o rompimento de uma barragem na madrugada desta segunda-feira (29) em uma cidade ao noroeste de Nairóbi, a capital do Quênia.

Segundo as autoridades, o número de mortos pode aumentar. "As equipes estão sobrecarregadas, mas as buscas prosseguem", disse um funcionário da delegacia do condado de Nakuru à agência AFP.

A barragem rompeu perto da cidade de Mai Mahiu, a 100 km de Nairóbi. Casas foram destruídas, e uma rodovia ficou bloqueada. Mais de 130 mil pessoas tiveram de ser deslocadas devido às fortes chuvas.

# Sánchez descarta renúncia na Espanha após ação contra esposa

Ivan Finotti

MADRI O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, anunciou nesta segunda-feira (29) que ficará no cargo. A permanência do premiê à frente do governo foi posta em xeque depois que sua esposa se tornou alvo de investigações —ele próprio havia sugerido que poderia renunciar.

Após a instauração da investigação, na quarta (24), o socialista Sánchez (PSOE) cancelou sua agenda e publicou uma carta na qual afirmou que precisaria "pausar e refletir" antes de tomar uma decisão definitiva sobre sua permanência.

"Decidi continuar e continuar com mais força, se possível, à frente da Presidência do governo de Espanha", disse Sánchez, em discurso às 11h (no horário local) desta segunda. Apesar de a Espanha ser parlamentarista e o líder ser eleito indiretamente pelos deputados, o nome do cargo máximo no país é presidente.

"Hoje peço à sociedade espanhola que seja mais uma vez um exemplo, uma inspiração para um mundo turbulento e ferido. Porque os males que nos afligem não são de forma alguma exclusivos da Espanha. Fazem parte de um movimento reacionário global que aspira impor a sua agenda regressiva através da difamação e da falsidade, do ódio e do apelo a medos e ameaças que não correspondem à ciência ou à racionalidade", afirmou Sánchez.

"Vamos mostrar ao mundo como se defende a democracia. Acabemos com esta lama da única forma possível: através da rejeição coletiva, serena, democrática, para além das siglas e das ideologias, que estou empenhado em liderar com firmeza como presidente do governo de Espanha", concluiu.

O líder do PP, Alberto Núñez Feijóo, rival de Sánchez nas últimas eleições, o acusou de fazer um "papel de ridículo" com os cinco dias de reflexão. "Ele decidiu fugir, inclusive, usando o rei como ator coadjuvante de seu filme."

Já o líder de ultradireita Santiago Abascal, do Vox, comparou a situação a um "teatro bruto, escandaloso e vitimizador que nos levou a um constrangimento internacional de dimensões incalculáveis". Ecoou Feijóo ao acusar o premiê de "não fazer reparos em usar inclusive a figura de Sua Majestade, o Rei", por tê-lo informado da sua decisão antes de a tornar pública.

A crise começou após a esposa do premiê, Begoña Gómez, tornar-se alvo de uma investigação por suposta corrupção e tráfico de influência. Os investigadores examinam supostos vínculos dela com empresas privadas que teriam recebido recursos e foram beneficiadas com contratos públicos.

> Decidi continuar e continuar com mais força, se possível, à frente da Presidência do governo de Espanha. Hoje peço à sociedade espanhola que seja mais uma vez um exemplo, uma inspiração para um mundo turbulento e ferido
>
> **Pedro Sánchez**
> primeiro-ministro da Espanha

O Ministério Público contestou na quinta (25) o despacho de um juiz de Madri que aceitou a denúncia enviada pela associação Mãos Limpas — grupo ligado à ultradireita do partido Vox e aos conservadores do Partido Popular (PP).

A Mãos Limpas reconhece que as acusações se baseiam exclusivamente em informações publicadas por "vários jornais digitais e em papel, e, posteriormente, em talk shows televisivos", e admitiu ser possível que a argumentação se baseie em informações falsas.

O premiê da Espanha também recebeu apoio de aliados internacionais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou com Sánchez e disse a ele que sua liderança é importante "para a Espanha e para o mundo".

No sábado (27), milhares de apoiadores do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) participaram de uma manifestação em frente à sede da legenda em Madri para pedir a Sánchez que permanecesse no cargo.

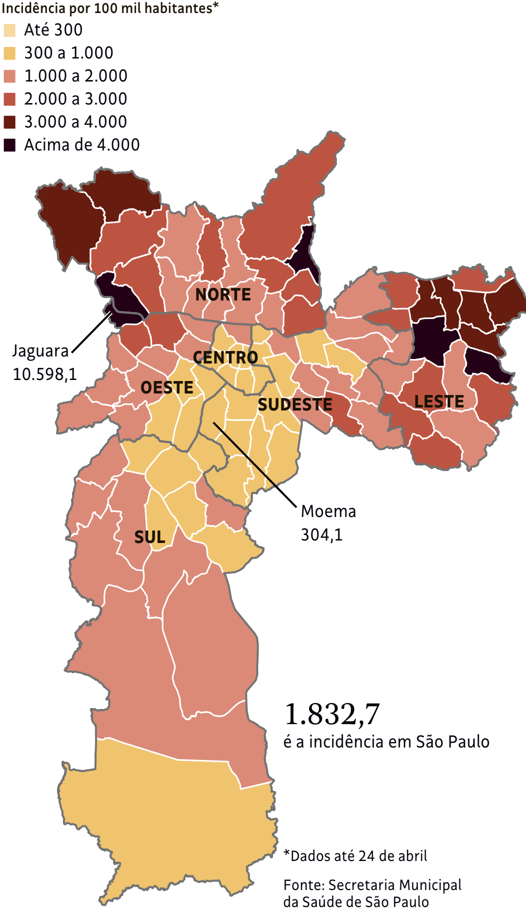
Sánchez está à frente do governo da Espanha desde junho de 2018. Em novembro de 2023, ele foi reconduzido ao cargo mesmo sem o PSOE ter maioria no Parlamento.

O partido conservador PP saiu vitorioso das eleições de julho, mas seu líder, Alberto Feijóo, fracassou em formar um governo. Isso abriu caminho para Sánchez permanecer no poder por meio de um acordo com partidos separatistas.

INÊS249



Fila de espera por atendimento na UPA Pirituba, em São Paulo Ronny Santos/Folhapress




# Epidemia de dengue atinge todos os bairros de São Paulo

Na última semana, apenas Moema e Jardim Paulista não tinham alta incidência

**SAÚDE PÚBLICA**

**Patrícia Pasquini**

SÃO PAULO Todos os distritos da cidade de São Paulo já estão com epidemia de dengue, segundo o boletim epidemiológico da prefeitura divulgado nesta segunda-feira (29).

Até a última semana, só Moema e Jardim Paulista, nas zonas sudeste e oeste de São Paulo, respectivamente, não tinham uma incidência acima de 300 casos por 100 mil habitantes, considerado como uma métrica pela OMS (Organização Mundial da Saúde) para classificar uma epidemia.

O novo boletim mostra que, apesar de epidêmicos, os distritos de Moema (304,1), Jardim Paulista (329,0), Saúde (366,2), Vila Mariana (373,8) e República (395,5) possuem as incidências mais baixas da cidade.

Na ponta dos mais altos, estão Jaguara (10.598,1), São Miguel (7.039,2), São Domingos (4.569,6), Itaquera (4.561,4) e Guaianases (4.156,7).

A explicação para a altíssima incidência na Vila Jaguara, na visão do responsável na gestão do prefeito Ricardo Nunes pela Covisa (Coordenadoria de Vigilância em Saúde), órgão ligado à Secretaria Municipal da Saúde , Luiz Artur Caldeira, é que o local, que possui incidência de dengue bem acima se comparado aos demais distritos da cidade, concentrou muitos casos em janeiro e fevereiro.

"Em janeiro e fevereiro, praticamente os casos da região oeste eram quase todos no Jaguara. Quando a gente observa, da semana passada até agora, em número de casos absolutos, a cidade aumentou cerca de 17% o número de casos absolutos. O Jaguara não atingiu 8% de aumento, ou seja, nessas últimas semanas, proporcionalmente ao restante da cidade, o distrito tem apresentado um aumento de menos de 50%. O que pesa negativamente é que Jaguara já tem um acumulado de incidência", explica o coordenador da Covisa.

O local também oferece condições favoráveis à proliferação do mosquito. Caldeira relatou à **Folha** que, durante as visitas à região, notou um grande número de casas geminadas, sem quintal e com vasos de plantas nas calçadas e dentro das residências, em corredores apertados. Muitas das casas também tinham pequenos vasos pendurados.

"A maioria é uma população idosa, que tem gosto maior por planta. Você tem muitos vasos de planta, tanto no chão, fazendo um jardim artificial, como os pendurados. Observamos que muitos deles, por serem idosos, têm dificuldade para mover os vasos, para tirar o pratinho ou mesmo ver o quanto de água estão deixando neles".

A incidência no município de São Paulo é 1.832,7, com 220.029 casos só em 2024. Segundo Caldeira, ainda não é possível perceber uma diminuição da transmissão da doença, mas um platô.

"Desde a semana dos dias 13 e 14 de março até as duas primeiras semanas de abril observamos uma média de 30 a 35 mil novos casos por semana. Então, nós estamos há cerca de três semanas com platô de mesmo número de casos novos", afirma.

"Por que dá para a gente ver que é um platô? Quando você observa a semana epidemiológica, antes e depois, você vê que o número de casos novos em relação à semana anterior dobrava sempre. É uma característica quando a gente analisa a história natural da doença. Quando você está numa curva de ascensão de casos, o que é esperado epidemiologicamente é realmente isso, que os casos dobrem semana a semana em relação à anterior", diz o coordenador da Covisa.

A expectativa é que os números comecem a cair na primeira semana de maio, mesmo com o calor fora de época.

"O fato de nós entrarmos no período de estiagem, existe um impacto, mas não como se fosse numa frente fria. Isso seria o melhor dos mundos, porque aí o mosquito [*Aedes aegypti*] não conseguiria completar seu ciclo. De qualquer forma, se você passa um tempo maior de estiagem, as poças secam e aí você, de certa forma, diminui um pouco a infestação. Se continuar o calor em maio, [o número de casos] deve cair com uma velocidade de mais lenta do que se chegasse a frente fria", comenta.

Foram confirmadas 105 mortes na capital —em uma semana, houve uma alta de 56,7%. Outros 236 óbitos permanecem em investigação. Caldeira diz que os novos óbitos não ocorreram todos na última semana. Foram 21 em março e 17 ao longo do mês de abril . Em 2024, o país registrou 1.937 óbitos por dengue e 4.127.571 casos prováveis. O recorde de casos prováveis anterior era o registrado em 2015, com 1.688.688.

No estado de São Paulo chegou a 465 mortes por dengue em 2024, segundo dados do painel de monitoramento da Secretaria Estadual da Saúde desta segunda-feira (29). Outras 710 mortes estão em investigação. O estado contabiliza ainda 815.396 casos confirmados, dos quais 805.246 são leves, 9.200 têm sinal de alarme e 950 são casos graves.

O aquecimento global, o El Niño e a baixa adesão de medidas eficazes no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, que transmite o vírus, são alguns dos motivos apontados para a explosão de casos no Brasil.

A cobertura vacinal da Qdenga, única vacina atualmente aprovada para uso no SUS (Sistema Único de Saúde), que previne contra hospitalizações e óbitos, está baixa. Em toda a cidade de São Paulo, as doses recebidas no início do mês, a única remessa enviada até agora pela pasta da Saúde, só contempla 0,95% do público-alvo da cidade, crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

Na última semana, o Ministério ampliou para mais 625 cidades a vacinação com o envio de remessa e o reabastecimento de cidades remanejaram doses próximas ao vencimento. A capital de São Paulo não foi contemplada.

> Desde a semana dos dias 13 e 14 de março até as duas primeiras semanas de abril observamos uma média de 30 a 35 mil novos casos por semana. Então, nós estamos há cerca de três semanas com um platô de mesmo número de casos novos
>
> **Luiz Artur Caldeira**
> responsável pela Covisa (Coordenadoria de Vigilância em Saúde), órgão ligado à Secretaria Municipal da Saúde

# Mortalidade materna no país dobrou em 2021, mostra pesquisa

SÃO PAULO A taxa de mortalidade materna mais que dobrou em 2021 em relação à tendência pré-pandemia da Covid, aponta estudo inédito da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), publicado nesta segunda (29), na Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.

O trabalho analisou o crescimento do número de mortes de mulheres grávidas e puérperas em 2020 e 2021, comparando com dados de mortalidade materna e de mulheres não grávidas em idade de fértil de anos anteriores. Foram usados dados do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) dos óbitos maternos entre 2015 e 2021 e dados do Sistema de Informações da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sipev-Gripe).

Em todos os cenários, foi notado um excesso de mortes de grávidas e puérperas (3 mil mortes), mesmo considerando um aumento esperado devido à pandemia. Esse indicador seguiu uma tendência de aumento de 39% da mortalidade geral durante o período. O excesso foi calculado considerando a discrepância entre os óbitos observados e os esperados para 2021.

Em um segundo cenário, o excesso de mortalidade materna foi 51,8% superior ao excesso de mortalidade geral, em comparação com a tendência entre os anos de 2015 e 2019. A pesquisa buscou analisar os efeitos da pandemia sobre a mortalidade materna, considerando que esse é um marcador importante de desenvolvimento social.

Já o excesso de mortalidade de materna em 2021 foi superior em 57% em comparação à mortalidade materna em 2020, ano em que a pandemia teve início. Em um terceiro cenário, o excesso foi 83,7% superior em comparação à mortalidade de mulheres não grávidas no mesmo ano.

"A comparação com a mortalidade geral mostra que as grávidas e puérperas foram mais penalizadas pela Covid do que o resto da população e a diferença aumentou à medida que era pior a pandemia", diz o estudo.

Resultados ainda apontam que a Covid foi responsável por 60% das mortes maternas em 2021, e por 19% em 2020. Segundo o autor Raphael Guimarães, a pandemia limitou o acesso das mulheres aos cuidados pré-natais, parto e puerpério adequados, o que pode ter influenciado nos cenários encontrados.

A morte materna é aquela relacionada a complicações na gravidez e até 42 dias após o parto (puerpério).

A ONU (Organização das Nações Unidas) estabeleceu a intenção de que, até 2030, a mortalidade materna seja reduzida globalmente para menos de 70 mortes a cada 100 mil nascidos vivos.

Entre 2001 e 2018, a razão de mortalidade materna (RMM) nacional nunca ficou abaixo de 50,6 por 100 mil nascidos. Apesar disso, o país estabeleceu uma meta de redução de 30 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos.

Em 2021, no entanto, esse indicador chegou a 110 mortes maternas por 100 mil nascidos no Brasil, um patamar semelhante à taxa na década de 1980, diz o estudo.

De acordo com os pesquisadores, a mortalidade materna tem relação direta com o acesso inadequado ao serviço de saúde, que, durante a pandemia, esteve sobrecarregado.

Estudos anteriores mostram ainda que gestantes com Covid apresentam maiores riscos para diversas complicações associadas à doença. Necessidade de ventilação e pneumonia são alguns exemplos dos problemas mais comuns nas gestantes com Covid.

Guimarães afirma que, nos países onde o acesso aos serviços de saúde é inadequado durante a gravidez e o parto, a mortalidade materna é mais elevada. Dados anteriores já observaram que a morte materna é maior entre mulheres negras, naquelas de zonas rurais ou que precisavam se deslocar para outra cidade a fim de ter assistência médica.

> A comparação com a mortalidade geral mostra que as grávidas e puérperas foram mais penalizadas pela Covid do que o resto da população e a diferença aumentou à medida que era pior a pandemia
>
> **trecho do estudo**

cotidiano

# Pais vão à Justiça por suporte a alunos com deficiência em SP

Gestão Tarcísio afirma que inclusão dos estudantes é compromisso do governo

Isabela Palhares

SÃO PAULO Famílias de alunos com deficiência afirmam que o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) não tem garantido a esses estudantes o suporte previsto em lei para que tenham assegurado o direito de aprendizagem nas escolas estaduais de São Paulo.

Assim, as famílias têm travado brigas judiciais e até mesmo transferido os filhos para outras redes de ensino para conseguir o atendimento especializado.

Um decreto de abril de 2023 definiu que a Secretaria de Educação deve assegurar a alunos com deficiência o acompanhamento com professor especializado, profissional de apoio escolar, atendimento especializado no contraturno escolar e recursos pedagógicos de acessibilidade, entre outros.

Pressionado pelas famílias e por entidades por não conseguir assegurar esse suporte a todos os alunos, o governo assinou um novo decreto no início de abril deste ano autorizando que os pais paguem ou exerçam por conta própria o papel de "atendente pessoal" para os filhos dentro da escola. Especialistas e a Defensoria Pública apontaram a inconstitucionalidade da medida por transferir para os pais uma responsabilidade que é do Estado.

Procurada, a Secretaria de Educação afirmou que prepara um decreto para regulamentar a nova regra.

Há dois anos, Sirlene Santos, 44, enfrenta, sem sucesso, uma briga judicial contra o governo para conseguir uma professora auxiliar para a filha Mirella, de 13 anos, que estuda em uma escola estadual em Santo André. Diagnosticada com deficiência intelectual, a menina está no 8º ano do ensino fundamental e só sabe escrever o primeiro nome.

"Depois de muita insistência, eu consegui que ela tivesse o acompanhamento de uma cuidadora na hora do intervalo. Mas não tem ninguém especializado para acompanhá-la em sala de aula, para dar o suporte pedagógico extra que ela precisa. Ou seja, ela vai para a escola, frequenta as aulas, mas não aprende", diz a mãe.

Mesmo com laudos médicos, emitidos pela psicóloga e pelo neurologista que a acompanham, Mirella ainda não teve garantido o direito de ser assistida por um professor auxiliar. A escola em que ela está matriculada também não oferece atendimento educacional especializado (AEE) no contraturno, por isso, Sirlene precisa levar a filha em outra unidade para que ela tenha acesso a esse apoio.

"Esse atendimento no contraturno fez uma grande diferença para ela, porque eles têm recursos diferentes, dão mais atenção para as crianças com deficiência. Ela evoluiu bastante desde que começou a frequentar, é uma pena que só ofereçam esse apoio uma vez por semana por 1h45", conta a mãe.

Sirlene disse ter sido informada pela escola que, com o novo decreto do governador, poderia acompanhar a filha em sala de aula. "Não tenho conhecimento adequado para ensiná-la. Eu ensino tudo o que posso em casa, mas ela precisa de um profissional adequado."

> O governo Tarcísio não tem garantido o que prevê a política de educação especial, criada e assinada por ele
>
> **Gustavo Samuel Santos**
> defensor público do Neij (Núcleo da Infância e Juventude)

Depois de três anos de uma batalha judicial, a assistente administrativa Cinthia Faria, 44, conseguiu neste ano uma decisão favorável para que o filho Gustavo, 10, fosse atendido por uma professora auxiliar.

O menino tem diagnóstico de deficiência intelectual e TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade). Ele está no 5º ano do ensino fundamental em uma escola estadual na Vila Maria, na zona norte da capital, e não sabe ler nem escrever.

"Esse é o primeiro ano que ele está recebendo o apoio de uma professora assistente, especializada em ensinar crianças como ele. Só agora é que ele está começando a identificar as letras, decorar o alfabeto. Fico pensando o quanto ele já saberia se não tivesse perdido esse tempo todo em que negaram o suporte", conta a mãe.

Foi também apenas depois de uma decisão liminar que Yara Moretti, 44, conseguiu que seu filho Enzo fosse assistido por uma professora auxiliar no início de 2023, quando estava no 1º ano do ensino fundamental. O menino tem TEA (Transtorno do Espectro Autista), com um grau considerado severo e deficiência intelectual.

Nos laudos médicos, foi especificado que o menino precisava de um suporte individualizado para que ele pudesse acompanhar as atividades escolares. Por um bimestre, ele foi atendido de forma exclusiva por essa profissional em uma escola estadual de Sorocaba, no interior paulista.

Mas, depois de alguns meses, um outro aluno com TEA foi matriculado na escola. "A escola então decidiu que os dois seriam atendidos por essa profissional, que havia sido designada para o meu filho. O outro menino tinha mais dificuldades, exigia mais atenção e cuidado e deixaram o meu filho de lado. A professora não conseguiu dar conta de atender os dois", conta Yara.

Ela disse que tentou conversar com a direção da escola, mas nada foi feito. Depois dessa situação, ela decidiu transferir o filho para a rede municipal.

"Esse ano na rede municipal, ele está com uma professora auxiliar só para ele e está aprendendo, se desenvolvendo, fez amigos. Tudo como deveria. Estou muito aliviada", diz.

Gustavo Samuel Santos, defensor público do Neij (Núcleo da Infância e Juventude), diz que atualmente uma das principais demandas do órgão é de famílias que não conseguem o atendimento especializado para os filhos com deficiência.

"O governo estadual tem reiteradamente violado os direitos dessas crianças e adolescentes de receberem uma educação de qualidade", disse o defensor. "O governo Tarcísio não tem garantido o que prevê a política de educação especial, criada e assinada por ele."

Santos é um dos defensores que assinou a nota que recomenda ao governador revogar o decreto publicado no início de abril.

Em nota, a Secretaria de Educação, comandada por Renato Feder, disse que a "promoção de políticas públicas inclusivas e o apoio sistemático aos alunos da educação especial são compromissos da secretaria". A pasta informou que 2.071 escolas estaduais possuem salas de recursos multifuncionais —o que representa 37% da rede. Também disse contar com 8.449 profissionais que prestam serviços de apoio.

"Os estudantes contam com o professor regente, o professor especializado do Projeto Ensino Colaborativo, o Profissional de Apoio Escolar de Atividades Vida Diária , o professor especializado da Sala de Contraturno (AEE), além de serviços de transporte, material escolar, mobiliário e recursos pedagógicos de acessibilidade e de tecnologia assistiva".



Gustavo, 10, que é autista, teve que esperar três anos para ter uma professora auxiliar na rede estadual Danilo Verpa/Folhapress

# Professor da rede paulista receberá bônus se a turma melhorar nota na sua disciplina

Laura Mattos

SÃO PAULO O governo de São Paulo mudará a forma de pagar bônus aos professores das escolas estaduais. A partir de agora, não será considerado apenas o desempenho da escola como um todo, com uma divisão igual para seus professores. O valor de cada educador dependerá da melhora de suas turmas em sua disciplina especificamente.

Além disso, para que o professor tenha direito ao bônus, sua escola deverá ter frequência dos alunos de, no mínimo, 80% para cursos diurnos e de 75% para noturnos. O índice de 80%, pelo menos, deve ser alcançado também pela participação dos estudantes no Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), prova da Secretaria da Educação aplicada nas escolas.

O cálculo do bônus considera diferentes metas nas notas do Saresp, para as turmas e para as escolas. Quando as turmas conseguirem aumentar por volta de 0,5 ponto (a depender da série escolar) a nota do Saresp, o professor terá direito ao "bônus ouro", de um salário a mais. Se o aumento na nota for ao redor de 0,8 ponto (também de acordo com a série), receberá "bônus diamante", de dois salários a mais.

Se as turmas do professor tiverem melhoras diferentes nas notas, será feita uma média para calcular se o bônus será ouro, diamante ou intermediário, de 1,5 salário.

O secretário de educação, Renato Feder, disse que, como o bônus anteriormente era calculado levando em conta apenas o desempenho dos alunos em provas de português e matemática, ele recebia reclamação de professores de outras disciplinas.

Por exemplo, explicou, um professor de história ou química que se esforçasse e conseguisse uma melhora da turma na sua matéria poderia não receber o bônus se os alunos não tivessem ido bem em português e matemática. "Não seria mais justo eles receberem pelo próprio trabalho?", questionou Feder.

Ele disse que o novo bônus levará em conta também o desempenho total da escola, além do mérito individual de cada professor.

No caso de disciplinas que não são avaliadas no Saresp, como artes, educação física e matérias eletivas, o bônus do professor dependerá da melhora na nota da escola.

Se o docente leciona uma disciplina avaliada pelo Saresp e outra não avaliada (como um professor de matemática, que é avaliada, e de educação financeira, que não é), haverá uma média entre as metas do desempenho de suas turmas e as da escola.

Segundo Feder, escolas de regiões mais vulneráveis e de cursos noturnos terão metas menores para atingir o bônus ouro e o diamante. A depender do colégio, de acordo com o secretário, mesmo um aumento de 0,1 ponto poderá valer bônus ouro.

O cálculo também considera casos de escolas e turmas que já tenham notas altas no Saresp. Como uma subida, nesse caso, também é mais difícil, a meta é menor.

Entre as questões consideradas para calcular a meta das escolas, disse Feder, estão, por exemplo, o grau de vulnerabilidade, a quantidade de alunos, se curso é diurno ou noturno, regular ou integral.

Gestores, como diretores e coordenadores, e outros funcionários do quadro de apoio escolar e de projetos, serão bonificados de acordo com a meta da escola.

As metas estão disponíveis no site da Secretaria Escolar Digital, na parte de Recursos Humanos/Bonificação por Resultados.

Em uma live na sexta-feira (26) para falar à rede de ensino da nova bonificação por resultado, Feder anunciou que havia sido publicada no Diário Oficial a autorização para o pagamento do bônus relativo a 2023.

Ele disse que aguarda os índices do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que mede o desempenho das escolas públicas, para dar início ao pagamento, mas garantiu que será feito até o final deste semestre. No ano passado, o bônus relativo a 2022 foi pago aos educadores apenas em outubro.

## MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

### Repórter de TV, ensinou o valor de recomeçar

AFONSO MONACO (1945 - 2024)

Tulio Kruse

SÃO PAULO Aos 20 e poucos anos, Afonso Monaco queria recomeçar. Tinha um bom emprego no laboratório da fabricante Pirelli em São Paulo, e seu chefe relutava a demiti-lo, mas a decisão estava tomada.

Depois de alguns anos trabalhando como químico em laboratórios da capital e de começar um curso de engenharia química, sentia-se fora de lugar. Queria mesmo era ter contato com gente na rua e entender o mundo em que vivia.

Fez o curso de ciências sociais da USP. Em 1974, sua vida entrou num ponto de virada. Recém-casado com Regina, o amor de sua vida, estava começando como repórter na televisão.

O casal se conheceu no Clube Juventus. Regina, sete anos mais nova, logo se interessou por aquele rapaz tão calmo e tão sério, que que dizia coisas tão diferentes dos outros rapazes.

Monaco era o mais velho de três filhos de um alfaiate e uma dona de casa, criado na Mooca. Tinha uma forte influência italiana da família do pai e era extremamente dedicado ao trabalho —tanto na química quanto na reportagem.

Foram 50 anos trabalhando na reportagem, que o colocou em centenas de lugares improváveis. Esteve, por exemplo, diante do túnel usado no assalto ao caixa-forte do Banco Central em Fortaleza, em 2005. E foi a Portugal para refazer os passos da menina britânica Madeleine McCann, que desapareceu em 2007, num caso de comoção mundial.

Depois da TV Cultura, teve breve passagem pela TV Tupi e testemunhou o fim da primeira emissora de televisão do Brasil. Passou pela Bandeirantes e pelo Globo Rural e foi repórter do Fantástico, da TV Globo.

Em 2004, foi contratado pela Record para compor a primeira equipe do Domingo Espetacular, programa semanal da emissora que traz reportagens investigativas. Foi o único, até hoje, que trabalhou na estreia do programa e encerrou sua carreira ali.

Ensinou aos filhos a importância de poder recomeçar e a lealdade como valor central em sua vida. "'Eu tive a minha chance, todo mundo tem uma chance', ele dizia aos nossos filhos", conta Regina.

O veterano era chamado carinhosamente pelos colegas de redação de vovô, mas gostava mesmo do apelido "velho zica", alcunha surgida há alguns anos, quando um homem reconheceu o jornalista em um posto de gasolina, e disse ao amigo: "É aquele velho que só faz matéria 'zica', esse velho é 'zica'. Vamos sair daqui".

Morreu no dia 12 de abril após complicações derivadas de um câncer no pâncreas. Deixa a mulher, dois filhos, um neto e uma neta.

**Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:** tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

**Anúncio pago na Folha:** tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

**Aviso gratuito na seção:** folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

# PM-SP dispensou teste de dano de munição

Bean bag foi utilizada na morte de torcedor em 2023; corporação diz ter se baseado em dados de instituto americano

**Tulio Kruse**

SÃO PAULO A Polícia Militar de São Paulo dispensou a realização de testes sobre o potencial de dano da bean bag, munição que foi comprada para substituir balas de borracha e deixou uma pessoa morta em setembro do ano passado.

Documentos que descrevem o procedimento que avaliou os lotes de bean bag vendidos ao governo estadual mostram que, na análise balística, não havia exigência para que a energia cinética dos projéteis fosse aferida. Esse procedimento mostraria o trauma que a munição poderia causar na pele de uma pessoa e se a munição, usada como armamento não letal, tinha chances de causar morte.

Foi o que ocorreu em setembro do ano passado. O torcedor são-paulino Rafael dos Santos Tercilio Garcia, 32, morreu após ser atingido na cabeça por uma bean bag durante a comemoração do título do seu time na Copa do Brasil, no entorno do estádio do Morumbi, na zona oeste da capital.

Questionada sobre a falta de exigência do teste, a PM do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que as munições "foram testadas no início do ano e possuem potencial extremamente baixo de letalidade" e que a análise levou em conta estudos do Instituto Nacional de Justiça dos EUA.


MODEL 2581 SUPER-SOCK BEAN BAG ;

*Imagem 07 – amostras*

Relatório da PM paulista mostra foto de caixa e cartuchos de 'bean bag' Divulgação

A análise de energia cinética é uma exigência, por exemplo, na avaliação das balas de borracha compradas pela PM. A comparar-se os procedimentos técnicos aplicados às duas munições não letais, vê-se que a falta do teste de trauma é a única diferença entre eles.

No caso das balas de borracha, a PM exige que sejam feitos testes com uma caixa de massa com plastilina, um tipo de argila sintética que pode ser usada para simular a pele humana. O procedimento técnico padrão manda também que a plastilina seja revestida com algodão, nylon ou tecidos com resistência similar ao jeans, e que sejam feitos disparos a uma distância de 20 metros.

Nesse teste, se um só tiro provocar uma cratera maior do que 44 cm na argila sintética, essa é considerada uma falha crítica e o produto é automaticamente desclassificado.

Com as bean bags, esse teste foi retirado das exigências para compra do material. A PM pediu inspeções visuais das embalagens e cartuchos, das medidas da munição, de velocidade dos disparos, da precisão dos tiros e do manuseio da arma com a munição —para verificar se ela fica emperrada no armamento. Todos esses testes também são exigidos nas compras de balas de borracha.

O CMB (Centro de Material Bélico), setor responsável pela compra de armamentos da PM, foi avisado sobre a falta do teste por um dos concorrentes da licitação.

A empresa Condor afirmou que, no edital de compra das bean bags, não havia "nenhuma forma de controle quanto a esse trauma", e avisou que essa era uma exigência na compra de outras munições não letais.

"Esse equívoco deve ser de imediato afastado, posto que os parâmetros de segurança que caracterizam uma munição de impacto controlado são: precisão e trauma", diz a empresa, num documento apresentado ao CMB. A Condor considerava que o pregão deveria ser suspenso para correção de erros no edital.

A resposta ao questionamento foi de que "há critérios definidos em estudos publicados por órgãos internacionais que embasaram a formulação das especificações técnicas", ou seja, que esses estudos eram suficientes para que a PM dispensasse um teste próprio.

Em resposta à empresa, a corporação também afirmou que o procedimento que incluía teste de trauma é aplicável às balas de borracha e similares, mas não se mostrava "eficiente em materiais com outra composição ou forma de atuação, como o 'Bean Bag' ou projéteis lançados por mecanismos de ar comprimido".

À **Folha**, a PM disse que sua análise da munição foi baseada "em ensaios que definiram níveis de massa e velocidade essenciais para a análise de energia cinética desses artefatos".

A corporação também afirmou que "foi criado um grupo de trabalho formado por oficiais e praças peritos em munição e armamento, médicos legistas e auxiliares de necropsia do Instituto Médico Legal (IML), bem como oficial do Corpo de Bombeiros.

A PM paulista adquiriu as bean bags —ou sacos de feijão, em inglês— com a intenção de substituir gradualmente as balas de borracha.

O projétil é produzido com aramida, uma fibra sintética, contendo pequenas esferas de chumbo em seu interior, confeccionada de forma a possuir uma cauda estabilizadora.

Seu uso é orientado por um documento publicado em abril de 2022. Há diversas advertências para quem usar uma arma com essa munição. A orientação do fabricante é que o policial deve manter uma distância mínima de 6,1 metros do alvo, e prestar atenção em obstáculos ou pessoas a menor distância que possam ser atingidos.

A distância mínima só pode ser deixada de lado em casos específicos de emergência, como situações que coloquem em risco a vida do policial ou de outras pessoas. Por exemplo, se um infrator portar artefatos explosivos, rojões e morteiros.

A bala de borracha, por sua vez, tem uma faixa de utilização entre 20 e 30 metros do alvo, conforme descrição de um de seus fabricantes.

Mesmo após a morte de Garcia e a constatação de que a bean bag havia causado a morte, o governo Tarcísio comprou 50 mil novas munições, em dezembro. Elas foram fornecidas pela empresa Defense Technology por US$ 5,59 cada uma, algo em torno de R$ 27 na cotação atual. O valor total gasto foi de US$ 279,5 mil, o equivalente a R$ 1,3 milhão, aproximadamente.

Colaborou Paulo Eduardo Dias



Secretário Nacional de Políticas Penais, André Garcia, em seu gabinete Pedro Ladeira/Folhapress

# PEC das Drogas vai ampliar população carcerária e fortalecer facções, diz chefe de Políticas Penais

**ENTREVISTA**
**ANDRÉ GARCIA**

**Raquel Lopes**

BRASÍLIA O secretário nacional de Políticas Penais, André Garcia, afirma que a PEC (proposta de emenda à Constituição) das Drogas vai aumentar o tamanho da população carcerária e, consequentemente, fortalecer as facções criminosas nos presídios brasileiros.

A proposta, que criminaliza o porte e a posse de drogas, pretende alterar a Constituição para estabelecer o que hoje existe apenas em lei. Paralelamente, um julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) pode levar à descriminalização da maconha para uso pessoal.

"O mais grave em função do cenário que temos hoje, como é uma prisão sem critério que coloca usuário e traficante no mesmo pacote, é oferecer mão de obra para as organizações criminosas que atuam dentro dos presídios", disse.

Como a **Folha** revelou, 70 facções criminosas operam nas cadeias, sendo que o Comando Vermelho e o PCC (Primeiro Comando da Capital) atuam em 24 estados e no Distrito Federal.

Sétimo país no mundo em número de habitantes, o Brasil tem a terceira maior população carcerária. Atualmente, mais de 600 mil pessoas vivem atrás das grades no país.

**Lei da 'Saidinha'**

O secretário disse que a Senappen (Secretaria Nacional de Políticas Penais) está analisando o impacto da lei, mas estados já relatam que devem ter problemas com disciplina no sistema prisional se o Congresso derrubar o veto de Lula (PT) —o presidente vetou o ponto que acaba com a saída temporária para presos poderem visitar familiares em datas comemorativas.

Garcia também avalia que a lei vai gerar impacto financeiro por causa da criação da exigência de realização do exame criminológico para a progressão de pena. Esse ponto demanda equipe especializada com psicólogo, psiquiatra, assistente social e dois servidores do sistema que precisam fazer os pareceres para cada caso.

"É muito provável que haja uma certa demora na progressão de regime, isso também gera problema de disciplina nas unidades. Eu acredito que a maioria dos estados não tem estrutura para fazer exames criminológicos."

Para ele, a falta de profundidade do debate leva à aprovação de leis que ampliam a demanda do sistema mesmo em meio à situação de precariedade dos presídios brasileiros.

**Críticas por Mossoró**

O secretário minimiza a demora na recaptura dos dois presos que fugiram da penitenciária federal de Mossoró (RN). Para ele, a operação não tem uma ciência exata com tempo previsível e, nesse caso, foi afetada pela complexidade do terreno e pelo apoio que os fugitivos receberam.

Garcia afirma que o governo já tomou medidas para garantir que incidentes como esse não se repitam em penitenciárias federais. Um dos próximos passos é a implementação do projeto Ômega, que visa revitalizar o sistema de monitoramento das unidades. O projeto está na fase de análise das especificações técnicas para lançamento da licitação.

O secretário enfatizou outras medidas adotadas, como a renovação da frota de viaturas usadas nas unidades, a criação de um comitê de fiscalização permanente e a construção de muralhas para reforçar a segurança das instalações.

"A unidade de Mossoró estava numa situação muito pior do que as demais, as outras unidades não estão nem próximas ao que encontramos lá. Estamos estudando isso."

**Falhas do sistema prisional**

Garcia menciona que havia relatórios na gestão anterior apontando problemas no sistema prisional que estavam sendo enfrentados com a disponibilidade de recursos do período. Segundo ele as câmeras estavam sendo trocadas, mas com uma velocidade diferente entre as unidades.

Ele disse ainda que a inexistência de laje na prisão de Mossoró era uma informação que já tinha sido passada para a gestão anterior. Foi esse um dos pontos que facilitou a fuga dos dois detentos, segundo a investigação.

"A minha preocupação no início era Mossoró permanecer como estava quando eu cheguei, mas hoje a realidade é outra. A unidade hoje é completamente segura, por isso não tivemos dúvida de retornar com os presos."

**Situação de um dos fugitivos**

Os dois fugitivos, Rogério da Silva Mendonça, 36, conhecido como Martelo, e Deibson Cabral Nascimento, 34, chamado de Tatu ou Deisinho, foram recapturados em abril, e a defesa do primeiro afirma que ele está sofrendo agressões dos policiais penais.

Garcia diz que há uma apuração em curso e que não acha razoável que ele esteja sofrendo represálias por causa da fuga. A informação que o secretário diz ter é de que Rogério tem problemas de comportamento e que os policiais estão tendo dificuldade de controlá-lo.

"Quando há uma denúncia dessa nós não deixamos debaixo do tapete, mas no momento não há elemento nenhuma para corroborar a fala da advogada."

# Promotoria de São Paulo abre denúncia contra motorista de Porsche

**Isabella Menon**

SÃO PAULO A Promotoria de São Paulo denunciou o empresário Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, por homicídio doloso qualificado e lesão corporal gravíssima, ambos na modalidade dolo eventual. Ele dirigia um Porsche a 156 km/h quando bateu na traseira do carro do motorista de aplicativo Ornaldo Silva Viana, 52, que morreu, na madrugada de 31 de março.

Procurada, a defesa de Fernando não respondeu até a publicação desta reportagem.

Na semana passada, a Polícia Civil concluiu o inquérito, indiciou Fernando e pediu sua prisão preventiva —assim, cabia ao Ministério Público de São Paulo decidir se o denunciaria, arquivaria o processo ou solicitaria novas diligências.

No relatório final, a polícia afirma que a prisão preventiva de Fernando foi solicitada sob argumento da garantia da ordem pública. Segundo as autoridades, os fatos são graves e há provas indiscutíveis da existência dos crimes e indícios suficientes de autoria.

Segundo a polícia, os crimes investigados afrontam a "segurança viária e a locomoção de cidadãos de bem". A mãe de Fernando, Daniela Cristina de Medeiros Andrade, é citada no fim do relatório como coautora no crime de fuga do local.

O caso segue para o Tribunal de Justiça de São Paulo, que vai decidir sobre a prisão preventiva do empresário. Em nota, o Ministério Público diz que a promotoria se manifestou a favor da decretação da prisão para evitar que o denunciado influencie as testemunhas.

# Diálogo geracional nas empresas

Hierarquia entre estagiários e chefes passa a ser questionada

**Vera Iaconelli**
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

*Uma empresa que não dedique parte de seus esforços operacionais para as questões de diversidade e inclusão não chegou inteiramente ao século 21. Não se trata só de uma questão ética —esse argumento não costuma mover as devidas montanhas—, mas das demandas de consumidores e funcionários ansiosos por ambientes menos hostis.*

*Recentemente, ao ser convidada para falar sobre psicanálise e gênero nas relações corporativas, tive uma grata surpresa. Pela primeira vez, e espero que seja só uma falha minha, conheci um setor que visa as diferenças geracionais. Além das quatro questões básicas da inclusão (gênero, PCD, raça e LGBTQIAPN+), havia um grupo inteiramente dedicado a pensar os desafios e estratégias para enfrentamento desse tema urgente e igualmente estimulante.*

*Se você pensa "Oh, meu Deus, agora essa também!", vale acompanhar as pesquisas e artigos que vêm sendo publicados e mostram o retorno financeiro desses programas.*

*O conflito de gerações não tem nada de novo, fazendo parte do processo de emancipação dos jovens que, para se separarem das influências dos mais velhos, tendem a descartar tudo o que vem antes deles. Com a maturidade, esse processo um tanto injusto caminha para um arranjo mais flexível e menos radical de separar o joio do trigo.*

*O etarismo nas empresas se vale da substituição dos mais velhos por jovens que recebem salários menores. Portanto já seria um mérito das corporações evitar que anos de dedicação de seus funcionários sejam "recompensados" com demissões sumárias. Mas os desafios vão além desse. Afinal, no meio do caminho das contratações há a chegada da internet, e com ela um abismo geracional que corre o risco de se tornar intransponível.*

*A contratação dos jovens visa a redução de custos, renovação do entusiasmo e subserviência. Afinal, imagina-se que quem está chegando se dê ao trabalho de escutar quem já conhece do riscado. As novas gerações, no entanto, criadas na onipresença dos smartphones, têm uma visão própria da questão. A geração Z (nascidos entre 1995-2010) chega com as marcas da virtualização e uma pandemia nas costas.*

*Se a hiperconectividade já teve um efeito depressor nessa turma, a Covid-19 tampouco melhorou as perspectivas. Embora o recorte das gerações seja sempre uma aproximação grosseira, observamos comportamentos que seriam considerados estranhos em outras épocas.*

*A onipresença dos pais, por vezes comparecendo em entrevistas de emprego dos filhos ou demandando explicações da demissão, revela uma relação até então desconhecida. E se isso pode fazer crer que eles sejam mais dependentes, temos que lembrar que o acesso a informações de toda natureza em tempo real os faz sentir mais inteirados das coisas. Com essa enxurrada de dados, a própria hierarquia entre estagiários e chefes passa a ser questionada.*

*Eles chegam sabendo quanto vale seu trabalho ou o quanto estão sendo explorados, exigindo condições e salários antes de qualquer experiência. Dentro dessa turma, os nativos digitais, nascidos a partir de 2003, têm uma vida hiperconectada e de profunda confiança nas ferramentas virtuais.*

*Ainda ativos no mercado de trabalho, as gerações baby boomer (1946-1964), X (1965-1980) e Millenials (1981-1996) são as que presenciaram um antes e um depois da era digital. Em breve, falar do mundo analógico será como falar do tempo anterior à luz elétrica.*

*Num mundo que ainda se pergunta o que foi que o atropelou, o diálogo entre as gerações se mostra um desafio irrecusável.*

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | **QUA. Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

# Quilombo em Ubatuba passa a ser oficialmente de moradores

Em luta de 139 anos, integrantes do Quilombo da Fazenda enfrentaram violência e fome, mas nunca desistiram

**QUILOMBOS DO BRASIL**
**DIAS MELHORES**

**Fernando Granato**

**UBATUBA (SP)** Os moradores do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba, no litoral norte de São Paulo, lembram com saudades do tempo em que plantavam mandioca e produziam farinha para ser trocada na cidade, após uma caminhada de dez horas, por outros produtos para sua subsistência. Apesar de viverem isolados até o início dos anos 1970, quando foi construída a rodovia Rio-Santos, eles tinham o sustento garantido.

O mesmo não aconteceu a partir dos anos 1980, quando a área em que viviam os quilombolas foi anexada ao Parque Estadual da Serra do Mar e a pesca e a agricultura foram proibidas por questões ambientais, levando os afrodescendentes à mais absoluta miséria.

A situação só foi resolvida no final do ano passado, quando foi assinado um acordo histórico com a Procuradoria-Geral do Estado, garantindo a eles a posse definitiva da terra e pondo fim a uma disputa que, ao todo, durou 139 anos.

A história do Quilombo da Fazenda começa em 1884, quando a proprietária da Fazenda Picinguaba, Maria Alves de Paiva —herdeira de uma sesmaria—, declarou em testamento o desejo de que seus 12 escravos fossem libertos e pudessem viver em parte da fazenda. A cultura do café estava em declínio no Vale do Paraíba, esvaziando a função de escoadouro do porto de Ubatuba e levando toda aquela região ao esgotamento financeiro.

Isso aconteceu depois de quase um século de prosperidade. A partir de 1810, começou um processo lento e gradual de enriquecimento de toda aquela região, a partir do plantio dos primeiros alqueires de café e, em seguida, da transformação do porto em embarcadouro de toda a produção cafeeira do Vale do Paraíba.

A cidade de Ubatuba ganhou ares civilizados, atraindo famílias de estrangeiros, que chegavam com seus escravos. Foram construídos os primeiros sobrados coloniais, como o Casarão do Porto, que existe até hoje e se constituiu no principal patrimônio histórico da cidade. Com a exaustão da terra e a transferência da cultura cafeeira para o oeste paulista, tudo se esvaiu.

"Ubatuba voltava à condição de vila de roceiros pobres e caiçaras rústicos", escreveu a historiadora Maria Luiza Marcílio.

Naquele momento, com a perda do valor da terra, os herdeiros de Maria Alves de Paiva não se opuseram à permanência dos ex-escravos na propriedade. O mesmo aconteceu nas décadas seguintes.


A líder quilombola Laura de Jesus Braga, na Casa da Farinha, maquinário com mais de 100 anos que garantia o sustento do Quilombo da Fazenda, em Ubatuba (SP) Fernando Granato/Folhapress

> Foram 139 anos de luta, desde a assinatura do testamento por dona Maria Paiva, em 1884. Só mesmo um povo forte como o nosso para aguentar isso
>
> **Laura de Jesus Braga, 68**
> líder do Quilombo da Fazenda

Em 1943, seu novo proprietário, o francês Saint Claire, autorizou por escrito a permanência dos descendentes das 12 famílias para trabalharem no sistema de usufruto, sendo proibidos de vender e arrendar suas terras. Em 1951, a fazenda foi hipotecada pela Caixa Econômica de São Paulo e passou para o controle do estado. Mesmo assim os quilombolas por lá continuaram.

A partir da construção da estrada, no início dos anos 1970, a situação mudou: a área passou a ser cobiçada pelos especuladores imobiliários para o turismo. E o sossego dos quilombolas acabou.

"Até morte teve por aqui", lembra a atual líder dos quilombolas, Laura de Jesus Braga, 68. "Fizeram tudo que puderam para nos tirar daqui."

A rotina de violência se agravou até que, em 1979, para controlar as grilagens e invasões de terra, a fazenda foi anexada ao Parque Estadual da Serra do Mar. "Aí, o que era para melhorar, piorou em nossas vidas", afirma Laura.

Ela conta que, apesar de poderem permanecer na propriedade, encontraram todo tipo de restrição ao modo de vida quilombola que até então praticavam. "Até minha casa, que segundo o governo ficava em área de proteção ambiental, teve que ser demolida", lembra. "Eu tinha cinco filhos e estava grávida do sexto, mesmo assim fiquei sem minha casinha."

Bisneta dos primeiros escravos moradores da fazenda, Laura mostra a Casa da Farinha, dentro do território quilombola, que ficou sem uso a partir da proibição do plantio da mandioca dentro da área do parque. "Tínhamos a terra e o maquinário, mas não podíamos produzir", diz. "Das cerca de 80 famílias que moravam aqui naquela época, 30 foram embora por falta do que comer."

Outro integrante do quilombo, Roberto Braga, 78, morador de uma das últimas casas de pau a pique que sobraram no lugar, conta que as décadas de 1980 e 1990 foram de penúria e contraste com os anos de sua infância, quando havia fartura a partir daquilo que plantavam e pescavam.

"Eu mesmo não sei como consegui me manter aqui e criar meus filhos", diz. "O jeito foi fazer uma pequena maquininha de moer farinha em pouca quantidade e viver só daquilo que conseguia plantar no fundo do meu quintal."

Em 2005, os moradores da antiga Fazenda Picinguaba foram reconhecidos pela Fundação Palmares como remanescentes quilombolas.

A partir de 2019, os meios de sobrevivência melhoraram um pouco, quando foram permitidos pelo governo a praticar o chamado Turismo de Base Comunitária. Turistas passaram a frequentar o lugar —sobretudo para conhecer a Casa da Farinha, maquinário com mais de um século de existência—, e um dinheirinho foi entrando.

Mas a tranquilidade só voltou mesmo a partir do ano passado, quando o estado de São Paulo garantiu à comunidade de remanescentes quilombolas a regularização e titulação do território, com a assinatura de um acordo histórico de reconhecimento coletivo da área a partir de uma ação movida pela Defensoria Pública do Estado.

"Foram 139 anos de luta, desde a assinatura do testamento por dona Maria Paiva, em 1884", diz Laura Braga. "Só mesmo um povo forte como o nosso para aguentar isso."

# Nova proposta para reparação por Mariana soma R$ 127 bilhões

**Roberto Samora e Alberto Alerigi Jr.**

**SÃO PAULO | REUTERS** Uma nova proposta de acordo definitivo com governos para reparação do desastre de Mariana (MG) soma R$ 127 bilhões, afirmou a mineradora Vale, acionista da Samarco, juntamente com a BHP. A comunicação foi feita por meio de fato relevante nesta segunda-feira (29).

O objetivo do valor é compensar o desastre decorrente do colapso de uma barragem de rejeitos de minério de ferro, que pertencia à Samarco, em novembro de 2015, que deixou 19 mortos, centenas de desabrigados, além de atingir o rio Doce em toda a sua extensão, até o mar do Espírito Santo.

O valor apontado para o acordo indica uma melhora na oferta das empresas na comparação com a proposta anterior, de R$ 42 bilhões.

"As companhias e autoridades públicas seguem engajadas para o avanço das negociações e para a aprovação de um acordo definitivo, atuando em conformidade com processos de governança e com legislações aplicáveis", disse a Vale, ressaltando que informará o mercado caso um acordo definitivo seja aprovado.

Os valores representam uma contribuição de 50% da BHP Brasil e da Vale como devedores secundários, caso a Samarco não possa financiar como devedor primário, conforme o fato relevante.

A Vale havia afirmado na semana passada sobre a sua expectativa de alcançar um acordo definitivo com autoridades até o fim do primeiro semestre.

A proposta do acordo para uma liquidação definitiva das obrigações das companhias, em um processo mediado pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), com sede em Belo Horizonte, é sigilosa, mas foi divulgada considerando o vazamento de informações confidenciais.

A Vale, dessa forma, confirmou o valor da proposta que vem sendo negociada, destacando que ela prevê pagamento em dinheiro de R$ 72 bilhões ao longo de determinado período para os governos federal, de Minas Gerais e Espírito Santo e a municípios.

A proposta inclui R$ 37 bilhões em valores já pagos em processos de remediação e compensação até o momento.

Conforme o fato relevante, o valor da proposta inclui também R$ 18 bilhões em "obrigações de fazer".

Segundo o fato relevante, a reparação do desastre é uma "prioridade para Samarco, Vale e BHP", e até março de 2024 cerca de R$ 37 bilhões foram gastos em remediação e indenização, incluindo aproximadamente R$ 17 bilhões pagos a mais de 430 mil pessoas".

Além desses valores, aproximadamente 85% dos casos de reassentamento para comunidades impactadas pelo rompimento da barragem da Samarco foram concluídos, disse a companhia.



Donald Trump prometeu reverter as políticas do presidente Joe Biden Jabin Botsford/Pool via Reuters

# Se eleito, Trump pode revogar políticas climáticas de Biden

Republicano promete incentivo a petróleo e critica apoio a carros elétricos, entre outras medidas do atual presidente

**Lisa Friedman**

THE NEW YORK TIMES O ex-presidente dos EUA Donald Trump prometeu "cancelar" as políticas do presidente Joe Biden para reduzir a poluição das usinas de energia movidas a combustíveis fósseis, "encerrar" os esforços para incentivar veículos elétricos e "desenvolver o ouro líquido que está bem debaixo de nossos pés", promovendo petróleo e gás.

Essas mudanças e outras prometidas por Trump, caso ele vença a Presidência novamente, representam uma mudança de 180 graus em relação à agenda climática de Biden.

Quando presidente, Trump reverteu mais de cem proteções ambientais implementadas pela administração Obama. Biden, por sua vez, reverteu grande parte da agenda de Trump.

Mas defensores do clima argumentam que um segundo mandato de Trump seria muito mais prejudicial do que o primeiro, porque a janela para manter o aumento das temperaturas globais em níveis relativamente seguros está se fechando rapidamente.

"Seria um ataque total a qualquer progresso possível em relação às mudanças climáticas", diz Pete Maysmith, vice-presidente sênior de campanhas do grupo ambiental Liga dos Eleitores pela Conservação.

Republicanos do alto escalão não necessariamente discordam. Michael McKenna, que trabalhou na Casa Branca de Trump e apoia a sua candidatura para um segundo mandato, afirma que a abordagem em relação à mudança climática provavelmente seria de "indiferença".

"Duvido muito seriamente que vamos gastar qualquer tempo trabalhando nisso", diz McKenna. Pelo contrário, ele afirma que as regulamentações climáticas da administração Biden estariam "em apuros".

O primeiro mandato de Trump foi marcado por descuido nas questões jurídicas, o que fez com que alguns de seus esforços para reverter políticas climáticas da era Obama fossem rejeitados pelos tribunais. Neil Chatterjee, presidente da Comissão Reguladora de Energia Federal sob Trump, diz que a equipe do ex-presidente aprendeu com os erros.

"Será uma estratégia legal e regulatória muito mais organizada e coerente se houver um Trump 2.0", afirma Chatterjee, acrescentando: "Esses caras sabem o que estão fazendo agora".

Estas são cinco das mais significativas reversões de medidas climáticas que a gestão Trump poderia promover.

> Seria um ataque total a qualquer progresso possível em relação às mudanças climáticas
>
> **Pete Maysmith**
> vice-presidente sênior de campanhas do grupo ambiental Liga dos Eleitores pela Conservação, sobre um segundo mandato de Trump

> Duvido muito seriamente que vamos gastar qualquer tempo trabalhando nisso
>
> **Michael McKenna**
> ex-assessor de Trump

**1. Usinas a carvão e gás**

As usinas movidas a combustíveis fósseis para geração de energia elétrica são responsáveis por um quarto das emissões de gases de efeito estufa geradas pelos EUA. Reduzi-las é fundamental para o plano de Biden contra as mudanças climáticas.

Regulamentações da Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) anunciadas na última quinta-feira (25) forçam as usinas a carvão a implantar tecnologias para capturar todas as suas emissões, ou então fechar as portas. Novas usinas de gás construídas nos EUA também teriam que atender a padrões rígidos de emissões.

A administração Biden estima que as regras reduzam 1,38 bilhão de toneladas métricas de dióxido de carbono entre agora e 2047, o que equivale a evitar as emissões anuais de 328 milhões de carros a gasolina.

Se eleito, Trump disse que reverterá a regulamentação sobre eletricidade gerada a partir de carvão e "dará sinal verde para a construção de centenas e centenas e centenas de novas e belas usinas de energia que realmente funcionam".

**2. Padrões de emissões de automóveis**

Trump tem se manifestado de forma particularmente agressiva contra os veículos elétricos. O transporte é responsável por outro quarto dos gases de efeito estufa dos EUA, com carros e caminhões representando a maior parte.

Biden impôs limites para a poluição dos escapamentos. A ideia é garantir que a maioria dos novos carros de passageiros e caminhonetes vendidos nos Estados Unidos sejam totalmente elétricos ou híbridos até 2032.

Trump disse que essas regulamentações levarão a um "banho de sangue" na economia dos EUA, "matarão" a indústria automobilística e desencadearão um "assassinato" de empregos. Ele prometeu revertê-las.

"Isso será a primeira coisa a se fazer, reverter tudo isso", diz McKenna. "Acho que todo mundo deixou isso bem claro."

**3. Lei de Redução da Inflação**

A Lei de Redução da Inflação, assinada por Biden em 2022, é o maior investimento do país contra as mudanças climáticas.

Ela contém mais de US$ 370 bilhões em créditos fiscais ao longo de dez anos para incentivar energia mais limpa, fabricação de veículos elétricos e baterias, compra desses veículos, adoção de energia solar e de sistemas de aquecimento e resfriamento elétrico para casas.

Trump, que chamou a lei de "o maior aumento de impostos da história", deve tentar desmantelar grande parte dela.

Os incentivos à compra de veículos elétricos, que Trump chama de "uma das decisões mais estúpidas" de que já ouviu falar, certamente estariam na mira de seu governo. Medidas para apoiar empresas que instalam estações de carregamento de veículos elétricos também estariam em risco.

Créditos fiscais para energia solar e eólica poderiam estar na mira de sua administração, assim como incentivos para sistemas de aquecimento residencial mais eficientes.

No entanto, até mesmo os críticos da lei do clima reconhecem que desfazer esses incentivos fiscais será difícil, em grande parte porque muitas instalações de fabricação de baterias e novas fábricas de veículos elétricos estão sendo construídas em distritos republicanos.

"Infelizmente, os caras da energia eólica, solar e veículos elétricos já têm seus laços em estados vermelhos, então recuperar esse dinheiro é mais difícil", diz Steven J. Milloy, negacionista das mudanças climáticas que trabalhou na equipe de transição de Trump em 2020.

Ainda assim, Milloy afirma que Trump pode fazer muito para retardar a transição para a energia limpa, mesmo que os incentivos fiscais perdurem.

**4. Petróleo e gás**

Trump promete "liberar a produção doméstica de energia como nunca antes". Ele se refere principalmente a carvão, petróleo e gás, os três principais combustíveis fósseis.

Biden aprovou projetos grandes de combustíveis fósseis, como o gigante Willow, no Alasca, e os EUA têm produzido mais petróleo do que qualquer outro país, mas o presidente tem tentado também conter iniciativas futuras.

Sua gestão aprovou o menor programa de petróleo offshore da história, além de ter colocado áreas sob proteção contra mineração e extração de combustíveis. Neste mês, Biden bloqueou a exploração de petróleo e gás em mais de 5,26 milhões de hectares de terras selvagens no Alasca.

David Hayes, ex-conselheiro climático de Biden, afirma esperar que a Casa Branca de Trump reviva a perfuração na Reserva Nacional de Vida Selvagem do Ártico, o principal santuário de vida selvagem do país. Biden cancelou sete concessões para petróleo na reserva no ano passado.

"Eles vão atrás de algo simbólico, então vão tentar abrir outras áreas sensíveis em terras públicas", avalia Hayes.

**5. Negociações climáticas**

A COP29, conferência do clima da ONU, deve ocorrer no Azerbaijão a partir de 11 de novembro, poucos dias após as eleições nos EUA.

Quando presidente, Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris. Biden recolocou os EUA no acordo em seu primeiro dia no cargo e se comprometeu a reduzir as emissões do país pela metade nesta década e a parar de adicionar gases-estufa à atmosfera antes de 2050.

As políticas prováveis de Trump adicionariam 4 bilhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa à atmosfera, de acordo com estudo do Carbon Brief, site de análise climática.

Diversos líderes estrangeiros avaliam que a ausência de quatro anos da superpotência mundial nas discussões, durante a administração Trump, foi um retrocesso. Eles temem que outra retirada americana atrase o progresso em um momento em que o tempo está se esgotando para evitar os impactos mais catastróficos do aquecimento global.

Sem mencionar Trump, Mukhtar Babayev, presidente da COP29, pediu que os EUA cumpram suas promessas climáticas, independentemente do resultado da eleição.

**SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO**

## HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

**ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA**

Encontra-se aberta no **HOSP. GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90023/2024, processo SEI nº 024.00045792/2024-40** destinada a **Aquisição de Medicamentos** a realização da sessão será na data **20/05/2024** e horário **09:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **30/04/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) www.gov.br/compras – www.imprensaoficial.com.br

**SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO**

## HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO

**ABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA**

Encontra-se aberta no **HOSPITAL GUILHERME ÁLVARO, EM SANTOS, PREGÃO ELETRÔNICO número 90024/2024, Processo SEI nº 024.00033968/2024-11**, destinada a **Aquisição de Compressa Cirúrgica, medindo 25X28cm, com elemento Radiopaco**, a realização da sessão será na data **17/05/2024** e horário **09:00 horas**, por intermédio do Sistema Eletrônico de Contratações denominado "Compras.gov.br". Os interessados em participar do certame deverão acessar a partir de **02/05/2024**, o site www.comprasnet.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes. O Edital da presente licitação encontra-se disponível no site Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), www.gov.br/compras; www.imprensaoficial.com.br

**COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

ENCONTRA-SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90015/2024 – PROCESSO N.° 024.00023302/2024-54 – CÓDIGO ÚNICO: 20240204245 – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE CONTROLE E PORTARIAPORTARIA, A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 17/05/2024 ÀS 10:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS

**COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

ENCONTRA-SE ABERTO NO COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY, EM FRANCO DA ROCHA, O PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90016/2024 – PROCESSO N.° 024.00017932/2024-90 – CÓDIGO ÚNICO: 20240315665 – CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS LIQUEFEITOS E COMPRIMIDOS ARMAZENADOS EM CILINDROS CILINDROS, A REALIZAÇÃO SERÁ NA DATA DE 17/05/2024 ÀS 10:00 HORAS, NO SITE WWW.GOV.BR/COMPRAS

**Santander**

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**1º LEILÃO: 09 de maio de 2024, às 14h30min *.**
**2º LEILÃO: 13 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)**

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Efeitos de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº 07001823001465, firmado em 14/11/2018, com os Fiduciantes **LOURIVALDO ALVES MOREIRA JUNIOR**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 16.936.413-6-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 043.265.708-81, e sua mulher **VALDIRENE DIAS ANGOTTI MOREIRA**, brasileira, manicure, portadora do RG nº 22.153.515-9-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 135.508.418-00, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Ourinhos/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 480.446,87 (quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído por Casa, situada na Rua Enfermeiro Geraldo Pimentel, nº 593, Lote 43 da Quadra J, Jardim São Judas Tadeu, Ourinhos/SP. Área construída: 135,37m². Área de terreno: 200,00m², melhor descrito na matrícula nº 36.475 do Oficial de Registro de Ourinhos/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 249.191,95 (duzentos e quarenta e nove mil cento e noventa e um reais e noventa e cinco centavos - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21885)

**Santander**

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**1º LEILÃO: 09 de maio de 2024, às 14h30min *.**
**2º LEILÃO: 13 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)**

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Efeitos de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº 001036/475, firmado em 17/03/2023, com os Fiduciantes **FRANCISCO JOSÉ GUERRA**, brasileiro, engenheiro, portador do RG nº 21.382.118-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 170.302.568-75, e sua mulher **MARIA FERNANDA BONADIO GUERRA**, brasileira, cirurgiã dentista, portadora do RG nº 47.577.556-SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 342.104.948-36, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Maltão/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 680.126,25 (seiscentos e oitenta mil cento e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pela Casa, situada na Rua Raphael de Caetano, nº 128, Lote 31 da Quadra 09, Parque dos Ipês, Matão/SP. Área construída: 226,83m². Área de terreno: 297,00m², melhor descrito na matrícula nº 31.182 do Oficial de Registro de Matão/SP. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 497.411,01 (quatrocentos e noventa e sete mil quatrocentos e onze reais e um centavo - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A ÍNTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21888).

## Cosan S.A.

CNPJ/MF 50.746.577/0001-15 - NIRE 35.300.177.045

**AVISO AOS ACIONISTAS**

A **Cosan S.A. (B3: CSAN3; NYSE: CSAN)** ("Companhia") comunica seus acionistas e o mercado em geral que os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu site (www.cosan.com.br) e também nos sites da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). São Paulo, 26 de abril de 2024. **Rodrigo Araujo Alves** - Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.

**Santander** **FRAZÃO**

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE**

**1º LEILÃO: 13 de maio de 2024, às 14h30min *.**
**2º LEILÃO: 15 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)**

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com força de escritura pública nº 10.206.033, firmado em 01/03/2021, com o Fiduciante **EVERTON DAVIS GUSMAO DE SOUSA**, maior, inscrito no CPF nº 250.589.058-93, no dia 13/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 260.596,23** (duzentos e sessenta mil quinhentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos), o imóvel matriculado sob nº **37.299 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Prudente/SP**, constituído por "Um prédio residencial de alvenaria com 48,20m² de construção, que recebeu o nº 444 da Rua José da Lima (Av.05) e seu respectivo terreno urbano, identificado como área "D", da parte da quadra "B", do loteamento denominado "Jardim Santa Clara", no distrito e comarca de Presidente Prudente/SP, com as seguintes medidas e confrontações: pela frente confronta com a Rua José de Lima, lado par, mede 10,00m; pelo lado direito, olhando da rua para o terreno, divide com parte da quadra "B", área "C", mede 28,75m; pelo lado esquerdo, segundo a mesma orientação, divide com propriedade de Familia Vincoletto, mede 29,00m e finalmente pelos fundos divide com parte da quadra "B", onde mede 10,00m, encerrando uma área com 287,10m², distando cerca de 30,00m da esquina com a Rua João Miguel Amaral". **Cadastro Municipal: 26.3.2.0719.00488.001 (Av.05)**. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.08 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 15/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 221.880,11** (duzentos e vinte e um mil oitocentos e oitenta reais e onze centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site** www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21407_SC_2633-07).

**Santander** **FRAZÃO**

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE**

**1º LEILÃO: 20 de maio de 2024, às 14h30min *.**
**2º LEILÃO: 22 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)**

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO de modo PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 073780230010240, firmada em 26/05/2014, com os Fiduciantes **DJALMA JESUS ALBINO**, maior, inscrito no CPF nº 004.920.548-49 e **ROSANGELA SAMARTINO ALBINO**, maior, inscrita no CPF nº 046.310.928-74, no dia 20/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.045.813,81** (um milhão quarenta e cinco mil oitocentos e treze reais e oitenta e um centavos), o imóvel matriculado sob nº **27.799 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Jales/SP**, constituído por "Uma edificação para fins residenciais, com a área de 190,22m² de construção, a qual posteriormente sofreu uma ampliação de mais 20,95m², perfazendo um total de 211,17m² de área construída, com as seguintes dependências: dois dormitórios, um apartamento, um lavabo, três banheiros, um quarto de empregada, uma sala de estar, uma sala de tv, uma sala de jantar, dois halls, uma cozinha, uma despensa, um depósito, uma lavanderia, duas varandas e uma garagem, e ainda, executada uma piscina com 24,80m², totalizando agora uma área com 235,97m² de construção, estando subordinada ao nº 207 da Rua Ataulfo Alves (Av.03) e seu respectivo terreno, medindo 12,00m de frente e fundos; por 42,00m laterais, perfazendo uma área total de 504,00m², confrontando-se pela frente com a Rua Ataulfo Alves, pelo lado direito de quem dessa rua olha o imóvel com os lotes 76, 75 e 74, pelo lado esquerdo com o lote 78 e pelo fundo com o lote 73". **Cadastro Municipal**: 11950139001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 22/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.259.632,40** (um milhão duzentos e cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site** www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21483_SC_2667-01).

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

### Hospital Universitário da USP

CNPJ nº 63.025.530/0085-12

**Aviso de Licitação**

**Pregão Eletrônico nº: 90003/2024 - HU**

**PROCESSO SEI Nº 154.00001100/2024-01**

O Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 90003/2024 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é CLORETO DE SÓDIO E METRONIDAZOL, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 30/04/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/05/2024 às 08h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 30/04/2024, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

**LOTEAMENTO RESIDENCIAL BOSQUE DO SOL LTDA**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Prezados sócios:

Os administradores e sócios do **Loteamento Residencial Bosque do Sol Ltda, pessoa jurídica de direito privado e inscrita no CNPJ do MF sob o número 20.203.804/0001-03 e com sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 359 cj. 122 sala D, CEP: 05.407-000 – Pinheiros – São Paulo (SP)**, na forma do seu Contrato Social, convocam todos os sócios para Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia **05 de JUNHO de 2024**, na Rua Cardeal Arcoverde, 359, conjunto 122 SALA B, CEP: 05.407-000- Pinheiros, São Paulo - Capital, iniciando-se os trabalhos às 14:00 horas, em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário, às 14:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ***a)*** tomar as contas dos administradores e deliberar sobre sua aprovação, sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da sociedade referente ao exercício encerrado em 31/12/2023; e, ***b)*** definir, debater e deliberar sobre assuntos gerais de interesse da sociedade. Na Rua Cardeal Arcoverde, 359, conjunto 122 SALA B, CEP:05.407-000- Pinheiros, São Paulo - Capital, a partir do dia 02/05/2024 e até a data marcada para a assembléia, todos os documentos relativos às contas da sociedade, inclusive os que conferem suporte e conciliação contábil (balanços, demonstrativos etc.), ficarão à disposição dos sócios que não exerçam a administração. Informa-se ainda que os referidos sócios poderão esclarecer eventuais dúvidas contábeis através do e-mail: arion.domingues@grupocrassus.com.br (empresa CRASSUS CONTABILIDADE). O presente edital é publicado na forma da lei, comunicando-se, ainda, os sócios por *e-mail* e telegrama.

São Paulo, 26 de ABRIL de 2024.

**SIG INCORPORAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**
Cláudio Luis Lerro Pereira dos Santos (Diretor Comercial)
**AVALLON LTDA**
Luis Antonio Aparecido Gomes Conceição(Diretor Administrativo)

**SIG INCORPORAÇÃO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

Prezados sócios:

Os administradores e sócios da **SIG Incorporação e Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado e inscrita no CNPJ do MF sob o número 04.079.465/0001-30 e com sede social localizada na Rua Cardeal Arcoverde, 359, conjunto 122 SALA B, CEP:05.407-000- Pinheiros – São Paulo (SP)**, na forma do seu Contrato Social, convocam todos os sócios para Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no próximo dia **05 de JUNHO de 2024**, na Rua Cardeal Arcoverde, 359, conjunto 122 SALA B, CEP:05.407-000- Pinheiros, São Paulo - Capital, iniciando-se os trabalhos às 11:00 horas, em primeira convocação, ou na falta de quórum necessário, às 11:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: ***a)*** tomar as contas dos administradores e deliberar sobre sua aprovação, sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da sociedade referente ao exercício encerrado em 31/12/2023; e, ***b)*** definir, debater e deliberar sobre assuntos gerais de interesse da sociedade. Na sede da sociedade, a partir do dia 02/05/2024 e até a data marcada para a assembléia, todos os documentos relativos às contas da sociedade, inclusive os que conferem suporte e conciliação contábil (balanços, demonstrativos etc.), ficarão à disposição dos sócios que não exerçam a administração. Informa-se ainda que os referidos sócios poderão esclarecer eventuais dúvidas contábeis através do e-mail: arion.domingues@grupocrassus.com.br (empresa CRASSUS CONTABILIDADE). O presente edital é publicado na forma da lei, comunicando-se, ainda, os sócios por *e-mail* e telegrama.

São Paulo, 26 de ABRIL de 2024.

**Cláudio Luis Lerro Pereira dos Santos (Diretor Presidente)**
**AVALLON LTDA**
**Luis Antonio Aparecido Gomes Conceição(Diretor Vice-Presidente)**

**EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL - "Apartamento – Life Park Ipiranga" – São Paulo/SP** **BCO**

ROGÉRIO DAMASIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021, autorizado por TRUE SECURITIZADORA S/A, CNPJ: 12.130.744/0001-00, com sede na Avenida Santo Amaro, nº 48, 2º Andar, conjuntos 21 e 22, Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo/SP, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/1997, que instituiu a alienação fiduciária dos bens imóveis, realizará o leilão na modalidade exclusivamente ONLINE dos imóveis abaixo, em 1ª praça que terá início em 13/05/2024, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 17/05/2024 às 14:00 horas, caso os lances ofertados não atinjam o valor da avaliação na 1ª praça, a praça seguirá sem interrupção até às 14:00 horas do dia 03/06/2024 (2ª praça). Devedor fiduciante: **ERISVANIA SANTANA PIRES (CPF: 310.524.388-73)**. Descrição do Imóvel: **Matrícula 225.746, 6º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, Apartamento nº 48, localizado no 4º pavimento do empreendimento denominado "LIFE PARK IPIRANGA"**, situado na Rua Costa Aguiar, nº 302, no 18º subdistrito – Ipiranga, com a área privativa de 36,400m2, a área comum de 30,586m2, já incluída a área correspondente ao uso comum de 01 vaga, individual e indeterminada, para guarda e estacionamento de um veículo de tamanho adequado à respectiva vaga, na garagem coletiva do condomínio, sujeita à utilização de manobrista/garagista, perfazendo a área total de 66,986m2, e correspondendo uma fração ideal de 0,00947510 do terreno. O terreno que também faz frente para a Rua Tambor, no qual está construído o referido empreendimento, encerra a área de 1.934,52m2. (Contribuinte nº 035.078.0083-7). Lance Mínimo em 1º Leilão: **R$ 429.206,94**. Lance Inicial em 2º Leilão: **R$ 372.785,78**. Ônus e Gravames: Não consta na matrícula obtida em 17/04/2024. Nos valores de 2ª Praça estão incluídas as despesas (como prêmios de seguro, dos encargos contratuais, condomínio até abril de 2024, emolumentos, despesas de retomada e cobrança, ITBI, IPTU apurado em março/2024 e despesas com publicidade do presente Edital), já atualizadas até a data do leilão. Não obstante, cumpre ao interessado buscar todos e quaisquer débitos incidentes sobre o imóvel, inclusive condomínio e IPTU devidos até a data da alienação, os quais são de responsabilidade do arrematante o pagamento e o levantamento. Forma de pagamento: À venda será à vista, observado o direito de preferência do Devedor Fiduciante na arrematação do imóvel (Art 27, Parágrafo 2-B, Lei 9514/97), sem concorrência de terceiros, após a averbação da consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário e até a data da realização do segundo leilão pelo valor da dívida acrescendo-se a comissão de 5% do leiloeiro. Condições Gerais: Os interessados deverão se cadastrar no site www.bcoleiloes.com.br e se habilitar antes do início do leilão. Os lances online e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos e concorrerão em igualdade de condições. A eventual desocupação do imóvel é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como, mas não se limitando ao pagamento da comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato da arrematação, despesas com Escritura Pública ou Particular com a Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Imposto de Transmissão de Bem Imóvel (ITBI), eventuais foro, taxas, alvarás, certidões, emolumentos, IPTU e débitos com a Associação dos Moradores etc. Os imóveis serão vendidos no estado em que se encontram e sem qualquer garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações extrajudiciais eletrônicas e vistoriar o bem, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. **As comunicações ao devedor fiduciante nos endereços físicos do contrato bem como eletrônico informando as datas, local e horário da praça foram enviadas na forma do artigo 27, Parágrafo 2º - A, da Lei 9.514/97**. Mais informações no escritório do leiloeiro ou através dos e-mails: leiloes@bcoleiloes.com.br e comercial@bcoleiloes.com.br. ROGÉRIO DAMASIO DE OLIVEIRA, Leiloeiro Oficial - JUCESP nº 1021.

**PECINI LEILÕES**

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

**DATA: 1º Público Leilão: 09/05/2024, às 10h15 | 2º Público Leilão: 13/05/2024, às 10h15**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pelas Credoras Fiduciárias **IRMÃOS MODA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, CNPJ nº 18.848.411/0001-05 e **LOTEAMENTO SANTO AFONSO – PORTO FERREIRA SPE LTDA**, CNPJ nº 14.829.760/0001-10, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 17 DA QUADRA Nº 37, DO LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL SANTO AFONSO**, situado à esquina da Avenida Afonso Moda com a Rua Waldomira Trevisan, Município de Porto Ferreira/SP. **ÁREA TOTAL DE 343,90m².** Medidas e confrontações: no sentido (de quem da Avenida Afonso Moda olha para o imóvel), mede 8,76m de frente para a Avenida Afonso Moda; 10,11m de frente para a esquina da Avenida Afonso Moda com a Rua Waldomira Trevisan, com desenvolvimento de raio de 9,00m; 30,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 18; 18,09m do lado direito, confrontando com a Rua Waldomira Trevisan; 13,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 16. Matrícula nº 24.738 do CRI de Porto Ferreira/SP. Inscrição Municipal nº 95-037-17. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 269.307,92. 2º Leilão: R$ 135.754,22. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; **iv)** Débitos de água, energia, e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes; devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi)** Custas e despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Fica o Devedor Fiduciante **ANTONIO VALTER SILVERIO**, CPF nº 172.273.388-86, devidamente comunicado das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

**PECINI LEILÕES**

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

**DATA: 1º Público Leilão: 09/05/2024, às 11h00 | 2º Público Leilão: 13/05/2024, às 11h00**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE – SRPQ I SPE LTDA.**, CNPJ nº 37.595.066/0001-81, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 19 DA QUADRA Nº 06, DO LOTEAMENTO "VILA POETA"**, localizado na esquina da Rua Maria Otília Marçal de Andrade com a Rua Monsenhor Arnaldo Álvaro Padovani, Município de Santa Rita do Passa Quatro/SP. **ÁREA TOTAL DE 220,43m².** Medidas e confrontações: Para quem da Rua Monsenhor Arnaldo Álvaro Padovani olha para o Lote nº 19, daí segue com uma distância de 2,85m de frente com a Rua Monsenhor Arnaldo Álvaro Padovani, daí segue em curva com desenvolvimento de 14,01m, raio de 9,00m, de frente confronta com a confluência da Rua Maria Otília Marçal de Andrade com a Rua Monsenhor Arnaldo Álvaro Padovani, daí segue com uma distância de 11,13m do lado direito confrontando com a Rua Maria Otília Marçal de Andrade, daí segue com uma distância de 12,00m ao fundo confrontando com o Lote nº 18, daí segue com uma distância de 20,00m do lado esquerdo confrontando com o Lote nº 20. Matrícula nº 19.449 do CRI de Santa Rita do Passa Quatro/SP. Contribuinte nº 03.1089.0246.000. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 84.303,76. 2º Leilão: R$ 72.275,12. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; **iv)** Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi)** Custas e despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Fica a Devedora Fiduciante **CAROLINA PESSOA NOBRE**, CPF nº 076.837.456-18, devidamente comunicada das datas dos leilões também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

**CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos**

CNPJ 71.832.679/0001-23

## AVISO AOS ACIONISTAS – 1ª PUBLICAÇÃO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que na 67ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, realizada em 26/04/2024, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, foi aprovado o aumento do Capital Social desta Companhia, de acordo com os termos e condições abaixo descritos.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia foi aumentado de R$ 19.395.301.578,60 (dezenove bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos) para R$ 20.246.380.688,74 (vinte bilhões, duzentos e quarenta e seis milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos), correspondendo a um aumento de R$ 851.079.110,14 (oitocentos e cinquenta e um milhões, setenta e nove mil, cento e dez reais e quatorze centavos), decorrentes da conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC em participação acionária.

QUANTIDADE/ESPÉCIE/CARACTERÍSTICAS DAS NOVAS AÇÕES

O aumento do capital social corresponde a 62.611.676.142 (sessenta e dois bilhões, seiscentos e onze milhões, seiscentas e setenta e seis mil, cento e quarenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às atualmente existentes.

PREÇO DE EMISSÃO POR AÇÃO

O preço de emissão por ação para subscrição foi de R$ 0,01 (um centavo de real), sendo este valor arredondado, correspondente a R$ 0,0135929775816288.

DIREITO E CESSÃO DO EXERCÍCIO DE PREFERÊNCIA

Em razão deste aumento de capital, nos termos do disposto no §2º do artigo 171 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), fica assegurado aos demais Acionistas, titulares de ações desta Companhia em 26 de abril de 2024, o direito de preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do percentual de participação em 26 de abril de 2024 em relação a quantidade de ações decorrente do aumento de capital acima mencionado.

PRAZO E FORMA PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição de novas ações deverão fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, mediante assinatura do respectivo Boletim de Subscrição e depósito em moeda corrente nacional, considerando o preço de R$ 0,0135929775816288/ação, correspondente ao valor arredondado de R$0,01/ação.

ATENDIMENTO

Os acionistas que desejarem exercer seu direito de preferência, devem efetuar prévio contato com o Senhor Luiz Eduardo Ferrucci, pelo telefone (11) 3117-7017, para orientação quanto aos procedimentos a serem adotados, inclusive quanto à documentação.

**COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**
Pedro Tegon Moro
Diretor Presidente

CPTM Secretaria dos Transportes Metropolitanos SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO



**PECINI LEILÕES** **TRUE**

**EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE**

**DATAS: 1º Público Leilão: 10/05/2024, às 10h00 | 2º Público Leilão: 14/05/2024, às 10h00**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRUE SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 29/12/2022, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Cessão de Crédito Imobiliário, o seguinte **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 03, 2º PAVIMENTO OU 1º ANDAR DO EDIFÍCIO MALIBU**, localizado à Rua Abrão Caixe nº 505, na cidade de Ribeirão Preto/SP. Áreas: Útil: 96,49m²; Comum: 13,07128061m², Total: 109,5612806m²; FIT e nas coisas comuns: 25,1564212%, com direito a uma vaga no estacionamento. Matrícula Imobiliária nº 56.595 do 2º CRI de Ribeirão Preto/SP. Inscrição Municipal nº 173.589. Consolidação da propriedade de 11/04/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 261.561,55. 2º Leilão: R$ 105.128,23. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, **à vista**, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de Condomínio, água, energia, gás e outras utilidades existentes e vencidos antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** Consta Ação Judicial – Processo nº 1065506-37.2023.8.26.0506 da 6ª Vara Cível de Ribeirão Preto/SP; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **NATALIA SOARES THOMAZ NOVARI**, CPF nº 159.994.538-01 e o Fiduciante **RAFAEL EDUARDO THOMAZ MACHADO**, CPF nº 378.364.708-81, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

**LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado Itaú **zuk**

***DORA PLAT***, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ***ITAÚ UNIBANCO S/A***, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n°100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10172302003, firmado em 18/02/2022, no qual figura como Fiduciante ***ALAN BERNARDINO DA SILVA***, brasileiro, solteiro, maior, caminhoneiro autônomo, portador da CNH nº 04809859444-DETRAN/SP, inscrito no CPF sob nº 400.832.238-86, residente e domiciliado em Itanhaém/SP, levará à **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **09/05/2024, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 635.911,10 (Seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e onze reais e dez centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **Um Terreno** situado à Rua Jerônimo Coelho, parte do lote 39 da quadra 37, Jardim Vila Formosa, no 46º Subdistrito — Vila Formosa, designado no projeto de desdobro como Lote "39-B", medindo 5,00m de frente para a referida rua; por 25,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, e nos fundos mede 5,00m, confrontando do lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 38; do lado esquerdo com o remanescente do lote (designado no projeto de desdobro como Lote "39-A"; e, nos fundos com parte do lote 21, todos da mesma quadra, encerrando a área de 125,00m2. **Av. 02** Para constar a construção de uma casa, com 140,00m² de área construída, que recebeu o nº 555 da Rua Jeronimo Coelho. **Imóvel objeto da matrícula nº 170.831 do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **23/05/2024**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 680.284,35 (Seiscentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro www.portalzuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir com preferência o imóvel nos termos da lei. O imóvel outrora adquirido pelo credor fiduciário será vendido no primeiro ou segundo leilão pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arremataste quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

**MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br**

**PECINI LEILÕES**

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE**

**DATA: 1º Público Leilão: 07/05/2024 às 14h30 | 2º Público Leilão: 09/05/2024 às 14h30**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada por **ROBERTO BUENO CORSETTI**, inscrito no CPF nº 024.452.118-24 casado com **ADRIANA MARTORANO AMARAL CORSETTI**, inscrita no CPF nº 064.331.958-14, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os art. 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97 e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 114, 11º PAVIMENTO, do EDIFÍCIO BREZZA (TIPO 2) do CONDOMÍNIO ESPAÇO & VIDA JUNDIAÍ**, situado na Rua Joaquim Nabuco nº 344, bairro da Ponte São João, Jundiaí/SP. Área Privativa: 77,290m²; Comum: 66,237m²; Total: 143,527m²; com direito ao uso de 01 vaga de garagem; FIT: 0,0031089%. Matrícula nº 137.442 do 2º CRI de Jundiaí/SP. Inscr. Munic.: 09.013.0544. **Lances Mínimos: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 713.359,84. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 602.706,91. A Credora analisará propostas condicionais, na forma do artigo 27 § 2º da Lei Federal 9.514/97. Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e ações judiciais em andamento; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI e emolumentos de qualquer natureza, decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e taxas condominiais existentes **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes do ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** A descrição do imóvel é restrita às informações contidas na matrícula imobiliária. Fica o Fiduciante **PAULO DA COSTA XAVIER** - CPF nº 120.864.048-83 comunicado e intimado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP**.

**PECINI LEILÕES**

**EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

**DATA: 1º Público Leilão: 09/05/2024, às 10h45 | 2º Público Leilão: 13/05/2024, às 10h45**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 09 DA QUADRA Nº 17, DO LOTEAMENTO "BELLA CRAVINHOS"**, situado à Rua Ismael Carrascosa Oliveira, Município de Cravinhos/SP. **ÁREA TOTAL DE 200,00m².** Medidas e confrontações: situado a 78,98m da esquina da Rua Ismael Carrascosa Oliveira com a Rua Mauro Alves, na quadra completada pelas Ruas Sérgio Luís Fochi e Valentin Damião, com frente para o lado par da Rua Ismael Carrascosa Oliveira; no sentido de quem da Rua Ismael Carrascosa Oliveira olha para o imóvel, mede 10,00m de frente para a Rua Ismael Carrascosa Oliveira; 20,00m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 10; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 08; 10,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 34. Matrícula nº 20.608 do CRI de Cravinhos/SP. Contribuinte nº 12-00-17-1-0000-009. Consolidação da propriedade: 22/03/2024. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 172.970,39. 2º Leilão: R$ 101.998,85. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; **iv)** Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi)** Custas e despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **THAIS RENATA DOS SANTOS RIBEIRO**, CPF nº 340.760.468-89, e **GUILHERME ALVES DOS REIS RIBEIRO**, CPF nº 317.809.358-38, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

**PECINI LEILÕES**

**EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

**DATA: 1º Público Leilão: 09/05/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 13/05/2024, às 10h30**

**ANGELA PECINI SILVEIRA**, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS I LTDA.**, CNPJ nº 17.191.037/0001-47, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos art. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE Nº 13 DA QUADRA Nº 29, DO LOTEAMENTO "BELLA CRAVINHOS"**, situado à Rua João Euclides Castilho de Moraes, Município de Cravinhos/SP. **ÁREA TOTAL DE 210,16m².** Medidas e confrontações: No sentido de quem da Rua João Euclides Castilho de Moraes olha para o imóvel, mede 2,16mde frente para a Rua João Euclides Castilho de Moraes, mais 13,64m de frente para a esquina da Rua João Euclides Castilho de Moraes com a Rua Mauro Alves, com desenvolvimento de raio de 9,00m; 11,53m em curva do lado esquerdo, confrontando com a Rua Mauro Alves, com desenvolvimento de raio 309,00m; 20,00m do lado direito, confrontando com o Lote nº 12; 12,00m nos fundos, confrontando com o Lote nº 14. Matrícula nº 20.977 do CRI de Cravinhos/SP. Contribuinte nº 12-00-29-1-0000-013. **Lances Mínimos: 1º Leilão: R$ 213.451,59. 2º Leilão: R$ 119.134,69. Regras, Condições e Informações: 1. Cabe ao interessado: i)** verificar o imóvel, seu estado de conservação, a área informada, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento; **ii)** Tomar conhecimento do **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. **2. Cabe ao Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor da arrematação e 5,00% de comissão; **ii)** Custas, despesas, taxas, impostos, ITBI, para a lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões, inclusive IPTU; **iv)** Débitos de água, energia e outras utilidades vencidas antes e após os leilões; **v)** Custas, despesas e impostos para a regularização de eventual construção e benfeitorias junto a todos os órgãos competentes, devendo observar as restrições urbanísticas e construtivas; **vi)** Custas e despesas com eventual desocupação. A venda *ad corpus* - Imóvel no estado em que se encontra. Ficam os Devedores Fiduciantes **FERNANDO DE MOURA**, CPF nº 248.177.898-75, e **MICHELE DO NASCIMENTO DE MOURA**, CPF nº 365.085.548-83, devidamente comunicados das datas dos leilões também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

**ESPORTE AO VIVO**
**16h ATP e WTA 1.000 de Madri** Tênis, ESPN 2/STAR+
**16h Bayern x Real Madrid** Champions League, SBT/TNT/MAX
**21h30 Atlético-MG x Sport** Copa do Brasil, SPORTV/PREMIERE




Ayrton Senna ajusta o espelho do carro antes de sua última corrida Jean-Loup Gautreau - 1º.mai.94/AFP

# Bruxas sobrevoaram Ímola, afirma médico que socorreu Senna

Domenico Salcito recorda 'fim de semana de pesadelo' no GP de San Marino de 1994, com vários acidentes graves

**30 ANOS SEM SENNA**
**ENTREVISTA**
**DOMENICO SALCITO**

**Michele Oliveira**

**MILÃO** Por mais de 30 anos, entre 1975 e 2006, o italiano Domenico Salcito, 79, foi diretor do serviço médico do autódromo de Ímola e um dos responsáveis pelo trabalho na pista. Em 1º de maio de 1994, quando Ayrton Senna bateu sua Williams no muro da curva Tamburello, Salcito estava dentro do carro médico, perto da reta dos boxes.

Em entrevista por vídeo à **Folha**, o médico-cirurgião aposentado relembrou os momentos principais daquele fim de semana, marcado por duas mortes e outros acidentes. Na sexta-feira, 29 de abril, o brasileiro Rubens Barrichello bateu; no sábado, 30, o austríaco Roland Ratzenberger morreu na pista; no domingo, 1º de maio, logo após a largada, um choque entre dois carros fez voar um pneu na plateia, atingindo um espectador. Pouco depois, a batida fatal de Senna.

"Naqueles dias, as bruxas sobrevoaram o autódromo de Ímola", afirmou.

Salcito, que mora em Bolonha, lembra-se de Senna como um dos poucos pilotos a ter ido visitar o centro médico nos anos anteriores. "Ele tinha uma sensibilidade incomum por tudo aquilo que o cercava", afirma.

*

**O fim de semana começou com o acidente do Rubens Barichello, depois houve a morte do Roland Ratzenberger. Como estava o ambiente no circuito?** O Grande Prêmio era sempre uma festa. Na sexta, já tinha mudado o clima com o acidente do Barrichello. Mesmo sem nada grave, Ayrton, preocupado, foi ao centro médico ver o estado dele. Mas chegamos perto da tragédia, porque o carro voou contra a rede da tribuna e, sem ela, poderia ter sido um drama.

No sábado, houve o acidente de Ratzenberger, e aí o clima mudou completamente. Ayrton pediu para checar a pista, já que, depois da aposentadoria de Alain Prost [piloto francês, em 1993], ele era o personagem mais influente da F1 e se sentia responsável pela organização da corrida do ponto de vista dos pilotos, especialmente os mais jovens. Ele tinha contado ao nosso amigo Angelo Orsi [fotógrafo italiano] que levaria uma bandeira austríaca para, no caso de vitória, fazer uma volta com ela, em homenagem a Ratzenberger. Mas, infelizmente, o desfecho foi outro.

**Como foram os momentos antes da largada?** Alguns falam de um Senna com aparência triste na primeira fila. Na minha opinião, é uma fantasia. Claro que tinha tristeza, mas sabemos que os pilotos, uma vez baixada a viseira do capacete, pensam só em uma coisa: a vitória. Entre nós, da equipe médica, o clima era pesado. Como sempre, largamos na última fila com o carro médico, pilotado por Mario Casoni. Veio o primeiro problema do domingo: o acidente de Pedro Lamy, que fez voar um pneu na tribuna e feriu um espectador, mais tarde operado por traumatismo craniano. A direção decidiu pela entrada do "safety car", que ficou na pista por cinco voltas. Na sétima volta, ouço pelo rádio: "Acidente na Tamburello". Calculei que estavam do outro lado e que haveria tempo: entramos com o carro médico e chegamos ao lugar do acidente.

**Quais foram as primeiras impressões?** Assim que desci do carro, vi que era um acidente grave com o piloto em estado de inconsciência. Um médico que ficava fixo na Tamburello chegou segundos antes de nós e tentava tirar o capacete, mas não conseguia por causa do sangue. Conseguimos depois, com a tesoura.

**Qual foi o seu diagnóstico?** Assim que tiramos o capacete, olhei o rosto do pobre Ayrton. Estava inchado, e meu diagnóstico foi o de que precisava fazer algo com a maior rapidez possível. Não pensei em outra coisa e deixei de lado o protocolo. Pedi ajuda aos colegas para puxá-lo fora do carro pelos braços, algo que não se fazia mais. Peguei a responsabilidade para mim. Estendemos o Ayrton no chão, e aí chegaram outros colegas. Decidi com Giuseppe Piana [corresponsável com Salcito pela parte médica do autódromo, morto em 2021] fazer outra coisa fora do protocolo, que prevê que o piloto que sofre acidente seja levado em ambulância para o centro médico dentro do autódromo. Em vez disso, sabendo que tinha um helicóptero da emergência por perto, pedimos que descesse diretamente na pista, a primeira vez que isso foi feito.

> Assim que tiramos o capacete, olhei o rosto do pobre Ayrton. Estava inchado, e meu diagnóstico foi o de que precisava fazer algo com a maior rapidez possível. Não pensei em outra coisa e deixei de lado o protocolo

**Quando Senna deixou a pista no helicóptero, ele estava vivo?** Sim, estava vivo. Já me perguntaram isso 50 mil vezes. Estava vivo.

**E o dia seguinte?** Depois de passar pelo necrotério, como tinha visto que Angelo Orsi fazia fotos enquanto estávamos no socorro, fui à redação da [revista] Autosprint para ver essas fotos. Dali veio a certeza de que a coluna da direção tinha quebrado. Em um primeiro momento, os jornalistas pensavam que nós tínhamos serrado a direção para tirar o piloto. "Como conseguiram cortar a coluna assim tão rápido?", perguntaram. Eu repensei e disse que nós nem tínhamos visto a direção. Em uma foto, via-se a coluna da direção ao lado do carro, no chão.

**Trinta anos depois, está tudo claro para o senhor em relação às causas do acidente e da morte?** Claríssimo. O regulamento tinha mudado, e tinham sido eliminadas as suspensões ativas, que amorteciam tudo, mas os carros continuaram iguais. Estávamos, naquele momento, nas primeiras competições do ano, e as vibrações que os pilotos sentiam eram enormes. Foi isso associado a uma operação que não deveria ter sido feita —e aqui a responsabilidade foi de Patrick Head, responsável técnico da Williams.

Senna dizia que não conseguia guiar o carro, que tinha sido feito para Prost, muito mais baixo do que ele, e o volante era desconfortável. Ele pediu que fossem feitos ajustes. [O ajuste] foi um ato infeliz.

**Na sua opinião, tem qualquer coisa em comum por trás dos acidentes do fim de semana, com Barrichello, Ratzenberger e Senna?** Sim, alguma coisa em comum eles têm. Naqueles dias, as bruxas sobrevoaram o autódromo de Ímola. É a única coisa em comum que podemos encontrar: as bruxas.

**Que marcas esse fim de semana deixou na sua vida profissional e pessoal?** Sou um cirurgião. Pode acontecer de perder um paciente, o que é sempre um drama. Mas é preciso seguir em frente, continuar. Assim como fazem os pilotos: sai da pista, quebra o carro, ajusta o carro, sobe de volta no carro e larga de novo.

# *Anti-Senna arrependido*

Queria contrariar papai, fã ardoroso de F-1 e, especialmente, do tricampeão

**Sandro Macedo**

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

*Este humilde escriba teve a sorte e o privilégio de acompanhar a carreira de Ayrton Senna na F-1 na íntegra, pela TV. Este mesmo rancoroso e tolo escriba torceu contra Ayrton Senna durante boa parte de sua brilhante carreira.*

*Réu confesso e profundamente arrependido.*

*Veja bem, querido leitor, querida leitora, não é que eu não gostava de Senna ou ficava triste com suas vitórias. Não tinha como não admirá-lo. Mas sempre dei uma de smurf zangado. Tudo por conta de uma rebeldia familiar. Queria contrariar papai, fã ardoroso de F-1 e, especialmente, de Senna.*

*Explicarei melhor esse terrível caso de família.*

*Cresci nos selvagens anos 80 e já acompanhava a F-1, com papai, bem antes de Madonna aparecer "Like a Virgin". Em 1981, Nelson Piquet foi campeão da temporada, que tinha apenas 15 corridas, bem menos que a fartura de hoje em dia. Só o fato de um brasileiro vencer uma prova já era celebrado como feito olímpico —Keke Rosberg foi campeão em 1982 com uma vitória.*

*Nesse cenário, confesso (hoje um pouco envergonhado) que Nelson Piquet foi o meu primeiro grande herói esportivo fora do futebol.*

*Então surge Ayrton Senna, em 1984, com uma equipe de fim de grid, a Toleman. Na hora, adorei Senna —mas como um coadjuvante de Piquet. Vibrei loucamente com a célebre corrida na chuva em Mônaco, quando Alain Prost praticamente obrigou a direção de prova a encerrar o GP só para não ser ultrapassado pelo novato brasileiro —a arrogância de Prost, aliás, custou-lhe o título.*

*Quando Senna passou a correr na Lotus e conquistar poles e vitórias, papai imediatamente debandou para o time Senna. Meu coração pré-adolescente não entendia que podia torcer para os dois.*

*Tudo bem, Senna batia recordes na pista, começava a mostrar que seria o rei das poles, mas Piquet foi tricampeão em 1987, brigando inclusive com a equipe, que preferia o inglês Nigel Mansell.*

*Comecei a discutir também na escola. Por que todo mundo preferia Senna? Piquet era tão cerebral (sim, ele parecia usar corretamente o cérebro naqueles tempos). Senna, para este rancoroso escriba, era só um pé pesado.*

*Depois de 1988, aconteceu a inversão. Senna, agora com a McLaren, era o protagonista. Piquet, na antiga Lotus de Senna, passou a ser o coadjuvante.*

*E aí, no auge dos meus 15 anos, incorporei o tal smurf zangado. Se Senna ganhava apertado, "deu sorte no pit". Se batia recorde da pista, "ah, mas com esse carro...". Se deixava o companheiro de equipe vendo poeira, "não precisava ser tão exibido".*

*E, em 1991, Senna alcançou o mesmo tricampeonato de Piquet, para o meu despeito.*

*Cheguei a chamar Senna de mercenário para papai em 1993, quando o brasileiro estava insatisfeito com a falta de competitividade em relação aos carros da Williams e ameaçava abandonar a categoria. "Só sabe correr com carro bom?" Era só para atacar os dois de uma vez só.*

*Como acontecia em todas as manhãs de corrida desde os meus 9, 10 anos, estava na frente da TV quando Senna entrou naquela maldita curva, há 30 anos.*

*Fiquei triste, mas em silêncio. Achava que não tinha o direito de sofrer. Também não falei muito com papai sobre o tema. Deixávamos Galvão, Reginaldo e cia. falarem. Pela distância do tubo da TV, concordávamos com a cabeça.*

*Hoje só posso dizer que me arrependo de não ter curtido Senna, ou papai, como deveria. Teriam sido momentos mais divertidos. E, tardiamente, consigo chamar Senna de ídolo.*

*

*Degolado o primeiro estrangeiro do Brasileiro. O argentino-vascaíno Ramón Díaz não sobreviveu aos 4 a 0 do Criciúma, em casa. Restam ainda 17 sobreviventes desde o round 1: Brasileiros 10 x 7 Estrangeiros.*

*E o lanterna Cuiabá, que já estreou no torneio com interino, pode contratar um professor a qualquer momento, dizem que deste semestre não passa.*

| DOM. Tostão e Juca Kfouri | SEG. Juca Kfouri | TER. Sandro Macedo | QUA. Tostão | **QUI. Juca Kfouri** | SÁB. Marina Izidro

## Ronaldo vende SAF do Cruzeiro para dono de rede supermercados por R$ 600 milhões

**SÃO PAULO** O empresário Pedro Lourenço, o lucro conhecido como Pedrinho, 68, oficializou nesta segunda (29) a compra de 90% das ações da SAF do Cruzeiro, que pertenciam ao ex-jogador Ronaldo.

O negócio gira em torno de R$ 600 milhões.

Em dezembro de 2021, o ex-atacante da seleção brasileira topou pagar R$ 400 milhões pela mesma porcentagem. O Cruzeiro segue com 10% das ações.

Corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o valor investido por Ronaldo em 2021 equivalem hoje a R$ 452,24 milhões. Assim, a valorização das ações do ex-jogador no período foi de 32,67%.

Ainda não está claro, porém, o lucro a ser obtido pelo ex-jogador e seu grupo, já que havia um prazo de cinco anos para o investimento dos R$ 400 milhões. Houve um aporte de R$ 50 milhões no primeiro ano do acordo, em 2022. O balanço de 2023 ainda não foi divulgado.

Não foi divulgado também se o valor que Ronaldo ainda precisava desembolsar para completar os R$ 400 milhões serão abatidos do investimento de Pedro Lourenço.

O empresário é conselheiro nato do clube e credor de uma dívida com a associação, com mais de R$ 28 milhões a receber. Dono da Supermercados BH, a quinta maior rede do país, Lourenço tem uma fortuna estimada em R$ 7,5 bilhões.

Lourenço prometeu dar mais voz aos torcedores. "O que eu tenho para dizer é que o dono do Cruzeiro é o nosso torcedor", disse.




**BIA HADDAD VENCE NÚMERO SEIS DO MUNDO E VAI ÀS QUARTAS DE FINAL**
Brasileira manteve boa campanha no WTA 1.000 de Madri ao vencer Maria Sakkari por 2 sets a 0 nesta segunda (29); ela enfrentará Iga Swiatek, líder do ranking mundial Oscar Del Pozo/AFP

# Entidades indígenas apontam apropriação cultural e intelectual por uso de cupuaçu, tucumã e stevia

**CIÊNCIA**

**Jorge Abreu**

SÃO PAULO Cupuaçu, pequi, castanha-do-pará, tucumã e stevia são alguns dos produtos encontrados nos biomas brasileiros que estão na mira de uma discussão do movimento indígena sobre apropriação cultural e intelectual.

Neste mês, entidades representativas, entre as quais a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), elaboraram um documento para ser apresentado na Conferência Diplomática de Genebra, da Ompi (Organização Mundial da Propriedade Intelectual) —entidade de direito internacional público ligada à ONU.

O encontro está marcado para ocorrer de 13 a 24 de maio, na Suíça.

De acordo com o documento, matérias-primas encontradas nas florestas são exploradas sem que sejam dados os devidos créditos por melhoramento genético e sem a repartição dos benefícios, descumprindo protocolo da Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre povos indígenas e tribais.

"Nossos modos de vida propiciam a criação, desenvolvimento, melhoramento genético, inovações, salvaguarda, manutenção de práticas tradicionais, conhecimentos e recursos genéticos, promovendo a integração e interação humanidade e natureza", diz trecho do texto.

"Se faz necessário que a comunidade internacional cumpra, proteja, realize investimentos em programas de autoria e protagonizados por povos indígenas e resguarde os direitos de propriedade intelectual dos povos indígenas, com o objetivo de cessar o espólio de nossos direitos e a exploração dos nossos conhecimentos e saberes", salienta outra parte do documento.

Fernanda Kaingang, doutora em propriedade intelectual e patrimônio cultural dos povos indígenas pela Universidade de Leiden (Holanda), participará da entrega e defesa do documento em Genebra, representando os povos originários do Brasil.

O principal objetivo, segundo ela, é torná-lo um instrumento internacional, que seja base para aos Estados-membros da ONU. A proposta foi baseada na lei brasileira de biodiversidade (nº 13.123/2015), que reconhece o patrimônio genético, o conhecimento tradicional associado e o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

No âmbito internacional, o instrumento seria utilizado para requerer aos países que reconheçam o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado dos povos originários, com possível adoção de sanções e reparação de benefícios. De acordo com Kaingang, o Brasil será, provavelmente, o Estado presidente da conferência, o que reforçaria um diálogo a cerca do assunto.

Durante a programação do ATL (Acampamento Terra Livre), maior mobilização indígena do país, que aconteceu de 22 a 26 deste mês, em Brasília, Kaingang apresentou a proposta na plenária principal e recolheu assinaturas de lideranças dos povos originários para serem apresentadas na Conferência de Genebra.

Segundo ela, os guaranis foram os responsáveis pelo melhoramento genético da "ka'a he'e", também conhecida como stevia (adoçante natural extraído de uma planta), que era usado pelos povos ancestrais. Atualmente, o produto é alvo de uma disputa por propriedade intelectual entre indígenas brasileiros e paraguaios contra multinacionais de refrigerantes e dietéticos.

> Quantos por cento os guaranis receberam pelo uso da stevia? Quanto os povos da amazônia receberam pelo uso da copaíba, da andiroba, do cupuaçu, do açaí? Hoje, nós vemos as nossas culturas serem negadas na sua ciência e na sua sabedoria, para que o sistema de propriedade intelectual possa auferir lucros e não retribuir nada
>
> **Fernanda Kaingang**
> diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas

"Os direitos de propriedade intelectual, que são válidos no cenário nacional, não têm uma regulamentação internacional de proteção a conhecimentos tradicionais e de repartição dos benefícios, dos lucros, utilizando os nossos conhecimentos", disse ela.

Kaingang, que também é diretora do Museu Nacional dos Povos Indígenas, promoveu neste mês, no Rio de Janeiro, um seminário no qual povos indígenas dos seis biomas brasileiros contribuíram para a elaboração do documento.

"Quantos por cento os guaranis receberam pelo uso da stevia? Quanto os povos da amazônia receberam pelo uso da copaíba, da andiroba, do cupuaçu, do açaí? Hoje, nós vemos as nossas culturas serem negadas na sua ciência e na sua sabedoria, para que o sistema de propriedade intelectual possa auferir lucros e não retribuir nada", diz.

O pesquisador de botânica real de Kew (Reino Unido) Matheus Colli-Silva defendeu em sua tese de doutorado, quando estudou na USP (Universidade de São Paulo), evidências de que o cupuaçu pode ter sido uma espécie domesticada por indígenas da amazônia há mais de 5.000 anos.

A tese sugere que o cupuaçu é uma variante do cupuí —fruta similar, mas de tamanho menor. Conforme o estudo, os povos indígenas da região do médio alto Rio Negro perceberam o potencial do cupuí e selecionaram os frutos que eram maiores e os cruzaram, dando origem a uma espécie maior e com mais poupa.

Os pesquisadores percorreram, na época da elaboração do doutorado, os municípios de Balbina (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Tapajós (PA) e Xapuri (AC), e observaram, ainda, que o cupuaçu só se fazia presente próximo de aldeias e regiões tradicionalmente povoadas, e não dentro da mata fechada, o que sustenta a hipótese de domesticação da fruta.

Colli-Silva disse à **Folha** que procurava entender a diversidade das espécies do cacau, entre as quais o cupuaçu.

"O cupuaçu é conhecido há 200 anos, mas o que a gente sugere, na tese, é que isso teria acontecido no primeiro momento, há muito tempo, como aconteceu com outras plantas também na amazônia."

Ele destaca que essa primeira fase do estudo tem limitações e que novas pesquisas, com coletas de mais amostras em outras localidades, precisam ser feitas para corroborar ou refutar a tese.



**DIA INTERNACIONAL DA DANÇA INSPIRA CELEBRAÇÕES AO REDOR DO MUNDO**
Data foi criada pela Unesco para homenagear a arte; no domingo (28), paulistanos se divertiram em pista montada na av. Paulista Mônica Bento - 28.abr.24/Folhapress

## ACERVO FOLHA

**Há 100 anos**
**30.abr.1924**

### Congresso fará em SP a posse do governador

O Congresso Legislativo de São Paulo realizará às 13h desta quinta-feira (1º) uma sessão solene, no recinto da Câmara dos Deputados Estaduais, para dar posse a Carlos de Campos como governador do estado e a Fernando Prestes de Albuquerque como vice.

O presidente da República, Arthur Bernardes, será representado por Antônio de Vilhena Ferreira Braga.

Após a cerimônia, ele assinará no palácio do governo os decretos nomeando os secretários.

Para homenagear Campos, a Associação Comercial recomenda embandeirar a fachada das lojas.


Folha da Noite

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

# *As coisas boas do autismo*

Para acabar o mês no positivo

**Suzana Herculano-Houzel**
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA).

*O mês de conscientização sobre o autismo acaba hoje, então aproveito a oportunidade para encerrar o período falando do que poucos sabem: que há coisas lindas na maneira como nós, canhotos mentais, vemos e vivenciamos o mundo.*

*Do alto dos meus cinquenta (e um) anos de experiência com o assunto dos quais cinco como neurocientista sabidamente autista e se divertindo pensando nisso, cheguei a algumas conclusões —que, notem, especialmente para uma cientista, devem ser tomadas não como verdades absolutas, mas como hipóteses de trabalho até que sejam comprovadas.*

*Minha conclusão central é que o autismo e tudo o que vem com ele começa com representações cerebrais extremadas, tanto do mundo quanto dos próprios processos mentais: cada modalidade ou é muito, ou é muito pouco. Faz ainda mais sentido agora que entendi que o cérebro trabalha no limite da sua capacidade energética, então se algum processo chupa mais recursos para si, é às custas de sobrar menos para os outros. Nesse cabo de guerra por energia, as modalidades que funcionam para mais fazem isso deixando sobrar menos para as outras.*

*O foco do que se fala sobre autismo está, compreensivelmente, nessas deficiências, mas hoje quero falar do lado bom. O botão de intensidade permanentemente pra lá do máximo em alguns canais torna as pequenas coisas do mundo ou sensacionalmente cativantes ou absolutamente desprezíveis, mas nunca apenas medíocres. Sim, o preço é o risco sempre presente de overload, que dispara ansiedade paralisante que para mim explica o lado disfuncional do autismo, incluindo o mutismo seletivo.*

*O autismo que não dispensa supervisão por um destro mental é para mim apenas uma versão de processamento ainda mais extremado.*

*Mas voltando às coisas boas. Minha percepção do mundo vai de maravilha em maravilha, ora do lado de fora, ora, e no meu caso com frequência, do lado de dentro. A palavra em inglês, wonder, é perfeita: eu vivo entre o wonder externo e wonder interno, explorando meus próprios pensamentos.*

*As folhas que despontam nas árvores da primavera aqui no hemisfério norte não são decoração, mas brotos de vida auto-organizada cujo dejeto, o oxigênio, torna tantas outras vidas possíveis.*

*O som dos passos, meus e dos outros, é música esperando ser feita, basta sincronizar ou sincopar. Palavras comuns me fazem rir por dentro, brincando com sons e significados que outros deixam passar. A água correndo entre os dedos é presente de deuses em que eu não acredito.*

*Um abraço, um carinho, um toque são o que há de mais sublime no mundo.*

*Sim, o overload está sempre à espreita, e uma etiqueta na roupa pode ser suficiente para tornar o dia inteiro insuportável, porque o desconforto vem com o custo de não registrar sua fonte. Mas até lá, eu passo meus dias de wonder em wonder.*

*Nossos amigos podem contar conosco, exatamente como nós achamos que podemos contar com eles, pois sua palavra é lei. Na verdade, toda palavra é lei para nosso cérebro literal —mas a maioria das pessoas não fala o que pensa, ou não pensa o que fala, então não podem ser nossas amigas. As que ficam são as que falam a nossa língua, e a essas nós nos agarramos. De verdade.*

*Tem bem mais, só que meu espaço acabou. Mas pergunte a um autista consciente do seu autismo, e eu garanto que, se a pergunta foi honesta, você vai se deliciar com a resposta.*

ilustrada
FOLHA DE S.PAULO
TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2024 C1

# A ressurreição

**Reabertura do Teatro Cultura Artística, depois de um restauro de R$ 150 milhões, coroa uma onda de inaugurações de espaços paulistanos de música erudita, do centro da cidade até Heliópolis**

Mural de Di Cavalcanti no Cultura Artística
Danilo Verpa/Folhapress

**Gustavo Zeitel**

SÃO PAULO Daqui a duas semanas, num dia de plena primavera no hemisfério norte, o canadense Jan Lisiecki, um dos pianistas mais concorridos da atualidade, terá uma tarefa na cidade de Hamburgo.

Na sede da Steinway & Sons, a prestigiosa fabricante alemã de pianos, ele vai escolher um novo modelo do instrumento, a ser incorporado ao Teatro Cultura Artística, que será reaberto em agosto, unindo, num só programa, o solista Lisiecki à Orquestra Filarmônica de Câmara de Bremen.

"A temporada de reinauguração será o 'test drive' para a nossa Ferrari", diz Frederico Lohmann, superintendente do Cultura Artística, abrindo as portas do espaço, na Consolação, no centro da capital paulista. Seu renascimento se insere em um contexto de "boom" da música de concerto.

Além de receber estrelas internacionais, a maior cidade do país tem plateias lotadas e a inauguração iminente de outras duas salas —a Estação das Artes e o Teatro Baccarelli.

Ao todo, o surgimento dos novos equipamentos culturais deve movimentar mais de R$ 200 milhões, um caminhão de dinheiro que deve suprir a carência de espaços dedicados à música de câmara, isto é, o repertório de composições pensado para um grupo reduzido de instrumentistas, que o interpreta de um modo intimista, como sempre ocorria nos palácios da Europa.

O caso do Cultura Artística é particular. Em 2008, um incêndio, de causas não identificadas, destruiu boa parte do teatro, incluindo as duas salas de espetáculos. Assinado pelo arquiteto Paulo Bruna, o projeto de restauro, que se iniciou na década seguinte ao incêndio, buscou conservar a estética do desenho original de Rino Levi, incorporando ao edifício as novas tecnologias de engenharia civil e de acústica.

Para tanto, a Sociedade Cultura Artística, a mais antiga organização sem fins lucrativos dedicada às artes no país, arrecadou R$ 150 milhões —10% do valor foi repassado por um patrocínio do BNDES. Além de doações diretas, o montante foi alcançado com leis de incentivo, como a Rouanet, e apoios de diversas empresas.

As assinaturas para a temporada já estão esgotadas. Por isso, apenas 10% dos ingressos para cada concerto estão à venda. Agora, a paisagem da rua Nestor Pestana voltou a apresentar o imponente mural concebido, em 1950, pelo artista Emiliano Di Cavalcanti. "Alegoria das Artes" reúne dez musas da mitologia grega.

Suas formas conseguintes desenham um único corpo, representando o ímpeto modernista do Brasil, em tons suaves de verde, amarelo e azul.

A entrada do teatro fica embaixo do painel, sendo sucedida pelo foyer. Nele, as colunas de pastilhas do projeto original foram restauradas. À esquerda, a primeira porta leva o visitante até a livraria Megafauna; a segunda será a passagem para o bar, que será adornado com duas tapeçarias criadas pela artista Sandra Cinto.

Do outro lado, ficará um bistrô, ainda a ser anunciado pela organização, com algumas mesinhas na calçada. Do hall em diante, tudo precisou ser erguido do zero. Ao fundo, está a primeira sala, a menor, com 150 lugares. A ideia é fazer dali um espaço próprio para seminários e apresentações menores, como a série dedicada ao violão brasileiro.

Subindo um lance de escadas, encontramos a sala principal, com 773 assentos, 383 a menos do que o teatro antigo. A diminuição busca equalizar a acústica ao repertório intimista, a vocação original do espaço. A arquitetura prevê uma separação rigorosa entre o público e os artistas, dificultando o assédio dos fãs. O palco terá 123 metros quadrados e um camarim na borda.

Continua na pág. C4

# MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

## MÃO DE FERRO

O Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) tem encabeçado uma ofensiva contra médicos que trabalham no Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da capital paulista, e realizaram abortos legais em mulheres vítimas de estupro. Ao menos três profissionais podem ter seus registros cassados e serem impedidos, em definitivo, de exercer a medicina.

**UM A UM** O conselho paulista já votou, por unanimidade, pela interdição cautelar de duas médicas. Nesta terça (30), o órgão irá analisar mais um caso em sessão plenária. Ainda não está claro quantos outros processos serão apreciados.

**SENTENÇA** No entendimento de integrantes do Cremesp, os profissionais teriam praticado tortura, tratamento cruel, negligência, imprudência e até mesmo o assassinato de fetos —ainda que embriões não tenham direitos previstos pela Constituição e que todos os procedimentos estivessem dentro da lei, respeitando as práticas médicas indicadas.

**QUEBRA** De acordo com pessoas familiarizadas com os processos administrativos, todos os casos foram analisados pelo conselho a partir de prontuários acessados de forma ilegal, que tiveram seu sigilo médico quebrado sem consentimento das pacientes envolvidas.

**QUEBRA 2** Alguns desses documentos, inclusive, teriam sido encaminhados pelo próprio Cremesp à Secretaria de Segurança Pública de SP, hoje comandada pelo bolsonarista Guilherme Derrite, e à Polícia Civil para eventuais apurações. Em um deles, o Cremesp questiona se houve mesmo estupro.

**INSTÂNCIA** Especialistas do direito ouvidos pela coluna sob anonimato afirmam não ver precedentes na conduta adotada pelo Cremesp. Procurado, o órgão não respondeu. Os processos seguirão para o Conselho Federal de Medicina, que terá a palavra final sobre o destino dos médicos.

**OLHO VIVO** Parlamentares do PSOL acionaram a Justiça para obrigar o Governo de São Paulo a inscrever municípios no Novo PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento que destinará R$ 500 milhões para a construção dos chamados CEUs da cultura.

**OLHO 2** Como revelou a coluna, a gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos) não aderiu ao programa, que é uma das vitrines do governo Lula. As inscrições da segunda chamada vão até esta terça-feira (30).

**FICHA** A justificativa dada foi de que o governo federal destinaria cerca de R$ 2 milhões para cada CEU —e que eles não poderiam ser erguidos por menos de R$ 5 milhões.

**VEJA BEM** A ação popular é assinada pelo vereador Celso Giannazi, pelo deputado estadual Carlos Giannazi e pela deputada federal Luciene Cavalcante. Eles argumentam que "o projeto de referência fornecido pelo MinC [Ministério da Cultura] pode ser adaptado para não ultrapassar o valor de R$ 2 milhões".


Ricardo Abrahão/Divulgação

A atriz Maria Fernanda Cândido estrelará a capa da edição de maio da revista Cidade Jardim. Protagonista do filme "A Paixão Segundo G.H.", a artista falou sobre as gravações do longa, sua vida em Paris, onde foi fotografada e vive desde 2017, e maternidade. "A G.H. é uma personagem que passa por uma despersonalização, por uma via-crúcis em que vai tirando todas as máscaras. Eu nunca tinha feito isso", disse ela à publicação. "Não sou francesa, moro aqui, falo a língua, procuro me integrar, mas sou uma estrangeira. É diferente", afirmou ainda sobre a vida na capital francesa

**CLÁSSICO DOS CLÁSSICOS** O filme "Bye Bye Brasil", clássico brasileiro dirigido por Cacá Diegues e produzido pela LC Barreto, será exibido no Cannes Classics, uma das divisões do festival de cinema francês, no dia 20 de maio. A obra será exibida junto com clássicos como "Gilda", de Charles Vidor, e "Paris, Texas", de Wim Wenders. Lucy e Luiz Carlos Barreto pretendem estar na plateia.

**POR TODA A VIDA** No mesmo dia, Barreto faz aniversário. Neste ano, ele completa 96 anos de idade, 70 anos de casado com Lucy e 60 de existência da LC Barreto.

**FORTALEZA** Os produtores celebram também a recuperação de problemas ortopédicos: ele fez uma cirurgia há duas semanas para descomprimir a coluna cervical depois de uma queda. E Lucy fraturou a rótula da perna direita ao sair do hospital depois de uma visita ao marido.

**BATUTA** "O Indomável: João Carlos Martins entre Som e Silêncio", do jornalista Jamil Chade, está em primeiro lugar na lista de mais vendidos da Amazon entre as obras que falam de música clássica.

**BATUTA 2** Na pré-venda, o livro alcançou ainda o segundo lugar nas seções "atores e atrizes" e "compositores e músicos" —atrás apenas da biografia "Madonna: Uma Vida Rebelde". E na frente de "Susana Vieira: Senhora do Meu Destino", e "Trocando em Miúdos: Seis Vezes Chico".

**TAMBOR** O bloco Ilê Aiyê se apresentará na praça entre a Pinacoteca e a Pina Contemporânea, em SP, no domingo (5). O desfile celebrará a mostra "J. Cunha: Corpo Tropical", que será aberta ao público na véspera, na Pina Estação, com obras do artista baiano.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

# Cinesystem vai assumir parte do banco Itaú em salas de cinema do país

Rede do Paraná será a nova administradora de endereços em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília a partir desta quarta

Leonardo Sanchez

**SÃO PAULO** A rede Cinesystem assumirá, a partir desta quarta-feira, a participação do Itaú Unibanco em salas de cinema de três cidades do país, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A venda da operação é alvo de especulação há meses e enfim será oficializada nesta semana, apurou a reportagem.

Assim, o Espaço Itaú de Cinema Pompeia e o Espaço Itaú de Cinema Frei Caneca, na capital paulista, bem como as unidades Botafogo, na capital fluminense, e Casa Park, em Brasília, passarão a ser geridas pela rede do Paraná.

Hoje, ela está presente em São Paulo com um complexo no shopping Morumbi Town. Ao todo, a Cinesystem administra 180 salas em 27 endereços de 11 estados do país.

O Espaço Itaú de Cinema Augusta, precursor da rede de Adhemar Oliveira, segue nas mãos do exibidor, que deixa as outras unidades. Oliveira é nome incontornável da cinefilia paulista e também está por trás do Cine Sala, na mesma cidade, do Cine Belas Artes, em Belo Horizonte, e do Cinema Glauber Rocha, em Salvador.

Pessoas próximas às empresas envolvidas na negociação confirmaram que a mudança acontecerá imediatamente após o anúncio oficial, neste feriado do Dia do Trabalho. Nas unidades Frei Caneca e Pompeia, visitadas pela reportagem, funcionários já avisam clientes sobre a mudança, informalmente.

Procurado para comentar sua saída do setor de exibição cinematográfica, o Itaú Unibanco não confirmou a informação. Uma vez fora da rede de salas, o banco deve limitar seu apoio financeiro ao setor cinematográfico a patrocínios de projetos pontuais, como produções e mostras, bem como ao serviço de streaming Itaú Cultural Play.

Notabilizado por juntar o aspecto mais comercial das salas de cinema e uma aura de cineclube, com programação diversificada e que inclui blockbusters, cinema autoral e produções independentes nacionais, o Espaço Itaú de Cinema é um dos mais importantes do país.

Nos últimos anos, porém, vêm sofrendo uma série de reveses, a exemplo da tentativa de fechamento do anexo do Espaço Itaú Augusta para a construção de um empreendimento imobiliário e do encerramento de 17 salas em Salvador, Curitiba e Porto Alegre, por falta de público. A empresa agora investe no streaming como alternativa.


Sala do Espaço Itaú Frei Caneca Adriano Vizoni/Folhapress

# Gérard Depardieu é preso sob acusação de agressões sexuais em gravações de filmes

**SÃO PAULO** O ator francês Gérard Depardieu foi preso, nesta segunda-feira, pela polícia judiciária de Paris, sob a acusação de ter agredido sexualmente duas mulheres. O artista deverá responder ainda por denúncias de ter proferido comentários obscenos durante as filmagens de um longa-metragem em 2021 e de um curta-metragem há dez anos. Ele irá a julgamento em outubro.

A primeira das denúncias foi feita em fevereiro deste ano por uma decoradora que trabalhou na produção do filme "Les Volets Verts", do diretor Jean Becker. Ela acusa o ator de a agredir sexualmente em 2021. Ela diz ainda que o artista fez comentários indecentes e depois a "agarrou brutalmente" e "esfregou sua cintura, a barriga, até os seios".

A segunda mulher, uma ex-assistente de direção, fez uma denúncia semelhante. Segundo ela, Depardieu teria utilizado palavras indecentes durante as filmagens de "Le Magicien et les Siamois", de Jean-Pierre Mocky. Em março deste ano, a atriz Anouk Grinberg afirmou que produtores sabiam do comportamento abusivo dele. "Quando produtores de cinema contratam Depardieu para um filme, sabem que estão contratando um agressor", afirmou ela.

Em dezembro passado, um vídeo vazado mostrava o ator fazendo comentários misóginos. A gravação se somou a dezenas de acusações de violência sexual e uma denúncia de estupro contra ele. "As mulheres adoram andar a cavalo. Seu clitóris roça no punho da sela. Elas gostam muito, são grandes vadias", diz o ator, enquanto assiste a um treino de hipismo. Depois, ele sexualiza uma criança que pratica o esporte. "Isso mesmo, minha garota, continue", afirma.


O ator Gérard Depardieu em Lisboa Patricia de Melo Moreira/AFP

# Documentário é belo melodrama feminino ainda em construção

'As Linhas da Minha Mão', de João Dumans, acompanha alegrias e dores de Viviane de Cassia Ferreira, que tem transtorno bipolar

**CINEMA**
**As Linhas da Minha Mão**
★★★★
Brasil, 2023. Direção: João Dumans. 14 anos. Nos cinemas

**Paulo Santos Lima**

A exatos 46 minutos de "As Linhas da Minha Mão", surge a imagem deslumbrante de Viviane de Cassia Ferreira, com um guarda-chuva, numa situação entoada pela sensível e meio john-coltraniana "Quiromancia", do mineiro Rakkaus Duo e Francisco Cesar.

É uma cena forte, quando já sabemos sobre o que ela passou na vida, entre amores, alegrias e melancolias. Esse instante é uma confluência de tudo que está em jogo neste belíssimo filme de João Dumans.

Viviane, também autodenominada Vivi, Viva e até Laura, é uma derivação de si própria, entre memórias, relatos objetivos, sábias constatações vindas pela emoção e pela razão.

Viviane trata o transtorno bipolar desde 2003 e integra, como atriz, o grupo de criação e pesquisa Sapos e Afogados, de Belo Horizonte, cujo foco é expandir o significado da arte e integrar socialmente as pessoas com distúrbios mentais. Sua sabedoria e seus sonhos vêm, então, do drama.

A fluência de suas íntimas declarações sobre o que a exaspera e o que a encanta dá a ela um alto status como personagem de cinema. Principalmente no documentário, em especial o inaugurado por Eduardo Coutinho com "Santo Forte". O entrevistado, com seu desembaraço diante da câmera, teria ali uma força dramática tal a de um performer.

Se todos os grandes documentários parecem devotos de Coutinho, não seria diferente aqui. O que não é nenhum demérito, pois o filme de Dumans tem muito a ver com a obra-prima "Moscou", de 2009, onde Coutinho se volta mais para o processo e as consequentes descobertas.

É justamente essa ideia de filme-processo que faz de "As Linhas da Minha Mão" um forte filme sobre a busca de uma equipe de artistas de cinema em descobrir a melhor imagem para falar sobre algo —no caso, a história de Viviane de Cassia Ferreira.

O que surge de incrível nisso é que o filme de fato em tese começa na sequência final, quando Viviane aparece numa performance de palco. Daria para traçar a história de uma mulher, por imagens da própria Viviane, da atriz em busca de sua atuação —e também de si mesma—, à artista fazendo sua personagem no palco, na performance "Moto-Contínuo".


A atriz Viviane de Cassia Ferreira em cena de 'As Linhas da Minha Mão' Divulgação

Importa lembrar que Dumans, que dirigiu "Arábia" com Affonso Uchoa, repete aqui sua afinidade pela narrativa. No filme de 2017, a descoberta de um diário calçava a longa história de um operário. Agora, neste "As Linhas da Minha Mão", em águas documentais mareadas pela consciência de performance que só os atores têm, encontramos uma mulher real falando de si.

Ficção, esse belíssimo filme era uma espécie de saga proletária. Neste documentário de 2023 —hibridizado pela ficcionalidade de Viviane, importa lembrar—, temos, no melhor sentido do termo, o melodrama de uma forte mulher. Não há, assim, como dissociar a estrutura do filme do "enredo".

E a seleta de assuntos e buscas que ocorre ao longo do filme firma a soma de peças que se juntam numa espécie de Lego a ser armado —no caso, "quem é a mulher e atriz Viviane de Cassia Ferreira".

Há as tais linhas da mão de Viviane. Elas vêm de Friedrich Nietzsche. Numa conversa inicial, onde os escritos de "Crepúsculo dos Ídolos" são comentados, é dito que o filósofo alemão estabeleceu como entendimento do tempo "um sim, um não, uma reta e três pontinhos". Viviane rebate e diz que colocaria um triângulo, "um equilíbrio instável, precário, é um eterno recomeço, não tem fim". Tal as linhas manuais de Vivi.

Nietzsche perdeu a razão aos 44 anos. Nada a ver com o transtorno bipolar de Viviane, mas há inegável relação sobre entendimento de mundo.


A atriz Chieko Baishô em cena do filme 'Plano 75', de Chie Hayakawa, em cartaz nos cinemas Divulgação

# 'Plano 75' é distopia em que idosos concordam em ser eliminados

**CINEMA**
**Plano 75**
★★★★
Japão, França, Filipinas, 2022. Direção: Chie Hayakawa. Com: Chieko Baishô, Hayato Isomura, Stefanie Arianne. 14 anos. Nos cinemas

**Inácio Araujo**

À primeira vista, o Plano 75 que dá nome ao filme de Chie Hayakawa é uma ficção mais que distópica. É a ideia de um governo, o japonês, oferecer aos idosos com 75 anos ou mais uma morte tranquila, com garantia de funeral pago e mais uns cobres para se divertir nos últimos dias.

Será que o Japão, ex-segunda maior potência econômica do mundo, contempla desde já sua decadência? Pode ser. Mas, olhando o estado do mundo, talvez não seja algo tão localizado assim e absurdo. Afinal, no Japão, como no mundo, a média de idade sobe, enquanto a natalidade cai.

A própria China já está sentindo o problema. Na Europa, que sofre com isso há décadas, parece que a solução é jogar ao mar os jovens candidatos à imigração, pois embora eles possam renovar esse continente, trazem com eles o sangue dos antigos colonos, que os antigos colonizadores entendem como desvirtuação das sagradas culturas locais.

Bem antes que a superpopulação surgisse como um problema e a extinção de uma parte das pessoas soasse como solução plausível —para algumas pessoas, em todo caso—, o Japão, ou ao menos uma de suas aldeias, já havia firmado uma tradição sobre o assunto, ao menos se acreditarmos em "A Balada de Narayama", de 1983. Ali se trata de uma aldeia que sofre com a falta de alimentos e decide que os habitantes mais jovens devem levar os parentes septuagenários até o alto de uma montanha, onde morreriam.

No filme de Shohei Imamura, no entanto, algo se diferencia —os filhos devem carregar os velhos nas costas, como fazendo uma espécie de sacrifício que expie sua culpa pelo ato abjeto que praticam. Em todo caso, ali os velhos são sacrificados para que os mais jovens sobrevivam. Em "Plano 75", doces palavras publicitárias —e se trata de um plano de Estado—, mais as condições precárias de existência, buscam induzir o suicídio do público-alvo do plano.

"Plano 75" reforça a óbvia desumanidade do plano não só ao apontar quem são os mais aptos a aderir ao plano, como por criar em torno deles um mundo de aparente ternura —o tratamento que recebem dos funcionários é sempre gentil—, porém regido por uma frieza tecnocrática. O objetivo é que uma categoria de cidadãos consinta com o próprio extermínio.

Vale notar que a questão do extermínio de uma parte da população não é assim tão original no cinema. Da Coreia do Sul, onde uma parte do cinema é muito atraída pela violência, saiu "Round 6", abominável peça de matança, que atingiu, aliás, um sucesso mundial.

Em jogos terríveis ou em planos sutis, emerge a ideia de que vidas só podem permanecer vivas enquanto úteis, rentáveis, enquanto não sejam um "peso para o Estado".

Diante de um tema que inspira horror, a direção de Chie Hayakawa para "Plano 75" não evita a ironia, mas foge de qualquer sentimentalismo, o que é uma decisão sábia —quanto mais enfatiza a racionalidade do plano, mais evidencia a insânia que contém.

É nessa medida que os jovens funcionários do serviço, que a princípio parecem perfeitos burocratas, são os agentes pelos quais o filme introduz as fissuras do sistema.

Há outra, e bem rápida notação a atravessar o filme de Hayakawa, que é a passagem aqui e ali de mães com bebês. É como se perguntasse, se existe excessivo envelhecimento, se a vida é prolongada de maneira até abusiva —que seria, entre outras, obra da indústria farmacêutica, como postula, por exemplo, Jean-Claude Bernadet em seu livro "Wet Mácula: Memória/Rapsódia"—, não seria talvez plausível perguntar, entre outras, por que as pessoas perderam a vontade de ter filhos?

Enfim, à força de inteligência e contenção na exposição, "Plano 75" transborda largamente a questão de que lugar reservar aos velhos deste mundo, para perguntar, entre outras, o que este velho mundo deseja para si mesmo.

INÊS249



Sala de espetáculos principal do Teatro Cultura Artística, que reabre em agosto, no centro de São Paulo, 16 anos depois do incêndio que o destruiu Danilo Verpa/Folhapress

## A ressurreição

Continuação da pág. C1

Fundada no início do século 20, a Sociedade Cultura Artística reuniu gente ilustrada, como Olavo Bilac, Bidu Sayão e Graça Aranha. O desejo de incentivar a vida cultural brasileira ensejou a criação, em 1950, do teatro. Na noite de abertura, Villa-Lobos e Camargo Guarnieri regeram obras suas e, desde então, o lugar se tornou um dos "points" da intelligentsia paulistana.

Antes do incêndio, o Cultura Artística também lançava tendências nas artes cênicas, apresentando peças do Grupo Experimental e do Grupo Universitário. Agora, o conselho, formado por empresários e intelectuais, decidiu priorizar a música. Pouco a pouco, o teatro vai receber também apresentações de MPB e de jazz.

"Constatamos que não existe uma boa sala de espetáculos para tudo", diz Frederico Lohmann, o superintendente.

Em sua visão, a capital paulista já é um destino visado pelos artistas internacionais, que passaram a olhar para a cidade, com o desenvolvimento da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a Osesp.

Contudo, a crise econômica na Argentina dificulta a vinda de conjuntos estrangeiros, sobretudo os de até 60 músicos, inclusive pela ausência de boas casas para as suas apresentações. "Agora São Paulo vai justificar a vinda desses grupos, porque eles podem fazer uma residência só no nosso teatro", diz ele.

A própria Osesp decidiu preencher essa lacuna. Em setembro, quando completa 70 anos, a Estação das Artes será inaugurada no hall posterior à linha do trem. Assinado por Nelson Dupré, o mesmo arquiteto que desenhou a Sala São Paulo, o novo ambiente terá uma plateia retrátil, com capacidade para 700 lugares.

O projeto foi pautado pela reversibilidade, uma vez que o edifício é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Iphan. A Estação das Artes era um sonho antigo, que só se acentuou com a criação do Quarteto e do Quinteto, os dois conjuntos reduzidos da orquestra.

Diretor-executivo da Osesp, Marcelo Lopes diz que o projeto custou R$ 26 milhões — metade do valor tem origem em repasses do governo do estado e a outra metade vem de patrocínios. Lopes diz que o Cultura Artística e a Estação das Artes não entrarão numa disputa pelos espectadores.

"A música de concerto cria sua própria demanda. Não vejo um conflito entre os dois locais, precisamos de diversidade na cena cultural", diz ele.

Organizadora do Festival Sesc de Música de Câmara, Claudia Toni comemora os novos espaços, mas acredita que são iniciativas tardias.

Ela afirma que São Paulo sempre quis ter uma Sala Cecília Meireles, como no Rio de Janeiro, para chamar de sua. Acontece que, desde os anos 1980, a música que reunia a vizinhança em igrejas e no próprio Theatro Municipal desapareceu, com a prevalência da temporada lírica e do repertório sinfônico, mais popular.

O hiato, afirma a gestora, se acentuou com a ausência de escolas específicas, naquela época, para o desenvolvimento de músicos aptos a interpretar essas obras mais virtuosísticas. "Será preciso construir um movimento para criar um público fiel para esse tipo de música, que é pura abstração", afirma. No Cultura Artística, o violinista Joshua Bell e os pianistas Lang Lang e Helène Grimaud são os destaques do ano. No mês que vem, a violinista Hilary Hahn vai tocar com a Osesp.

Os dois projetos mostram o interesse da iniciativa privada em atrelar seu nome à sofisticação erudita, sem perder um certo engajamento social.

"Quem quer investir em cultura e educação hoje escolhe a música de concerto", afirma Lopes, o diretor da Osesp.

Tanto que a Estação das Artes vai ampliar a visita das escolas públicas à Sala São Paulo, e o Cultura Artística oferecerá bolsas de estudos e 11 salas para a prática instrumental. Nesse contexto, a maior prova dessa tendência é a viabilização, após quase duas décadas, do Teatro Baccarelli, que deve ser inaugurado em dezembro, para servir aos alunos da Orquestra Sinfônica de Heliópolis, a maior favela da capital paulista.

Com projeto acústico de José Augusto Nepomuceno —o mesmo que fez o da Sala São Paulo e o da Sala Minas Gerais, em Belo Horizonte— o teatro terá capacidade para 547 pessoas, com fosso móvel para óperas e balés, além de energia gerada por painéis solares.

Ao todo, as obras custarão R$ 36 milhões, captados por leis de incentivo. Diretor do instituto, Edilson Ventureli afirma que o teatro possibilitará a ida de orquestras, como a Osesp, até Heliópolis, além de colaborar com o desenvolvimento sonoro dos alunos.

"Não se cria um artista sem a exposição de sua habilidade ou de sua fraqueza, sem aplauso ou vaia", diz Ventureli.



Artistas brasileiros durante evento de apresentação do 'Dia Brasil', que acontecerá no festival Rock in Rio, em setembro deste ano Eduardo Anizelli/Folhapress

# Rock in Rio prepara 'We Are the World' brasileiro com 60 nomes

## Do sertanejo ao rock, festival reúne artistas em dia dedicado a astros nacionais

**Pedro Martins**

RIO DE JANEIRO Parecia uma confraternização de Réveillon fora de época no anfiteatro da Cidade das Artes, que foi tomada na tarde desta segunda-feira por nada menos do que 60 artistas, do heavy metal ao sertanejo, para gravar uma música e um videoclipe que pregam a união ante a polarização, notadamente política, que divide o Brasil.

Aos moldes de "We Are the World", gravada em 1985 nos Estados Unidos para arrecadar doações contra a fome na África, a iniciativa é de Roberto Medina, o criador do Rock in Rio, que neste ano celebra quatro décadas. O empresário teve a ideia ao assistir ao documentário "A Noite que Mudou o Pop", que entrou em janeiro no catálogo da Netflix, sobre a iniciativa do U.S.A. for Africa.

A composição, assinada por Lionel Richie e Michael Jackson no exterior, no Brasil ficou a cargo de Zé Ricardo, vice-presidente artístico do Rock in Rio e do The Town.

Ele conta que teve cerca de três meses para escrever a letra e convidar os artistas, que vão doar seus cachês às ONGs Ação da Cidadania, que já vai receber a doação de 1,5 milhão de pratos de comida, e Gerando Falcões, responsável pelo atendimento de 250 famílias em situação de vulnerabilidade social pelo país.

Participam do projeto nomes do rock nacional, como Dinho Ouro Preto, do axé, caso de Ivete Sangalo, do pop, representado por figuras como Ludmilla, do pagode, na voz de artistas como Xande de Pilares e do funk, que tem MC Livinho. Há ainda os rappers como Marcelo D2, os DJs como Pedro Sampaio e sertanejos, dos mais tradicionais, caso de Chitãozinho & Xororó, às novidades, como Ana Castela. A MPB também tem seu espaço com nomes como Ivan Lins e Roberto Menescal.

"Deixa o coração falar/ não temos tempo a perder/ a vida é acertar e errar/ eu não quero ficar longe de você", diz o refrão chiclete da música, chamada "Deixe o Coração Falar", que terá seu clipe lançado na próxima semana.

> A coisa que mais falta no mundo hoje é a escuta. As pessoas se julgam antes mesmo de terminarem de falar, então a música trata de reconciliação. Espero que seja uma ponte para que as pessoas deem o primeiro passo para recomeçar as suas conversas
>
> **Zé Ricardo**
> vice-presidente artístico do Rock in Rio e do The Town

Uma parte desse elenco, somada a alguns outros nomes, vão compor o line-up do penúltimo dia do próximo Rock in Rio, o sábado de 21 de setembro, chamado "Dia Brasil", quando pela primeira vez o festival terá uma data dedicada apenas a apresentações de brasileiros.

As apresentações, com duração de cerca de uma hora e meia cada uma e espalhadas por todos os palcos, serão divididas por gênero. Cada artista deve cantar uma seleção de três a cinco músicas escolhidas do melhor de seu repertório.

"A coisa que mais falta no mundo hoje é a escuta. As pessoas se julgam antes mesmo de terminarem de falar, então a música trata de reconciliação. Espero que seja uma ponte para que as pessoas deem o primeiro passo para recomeçar as conversas", diz Zé Ricardo. "Mas é importante que entendam que não é uma campanha política."

A preocupação é legítima. Às vésperas das eleições passadas, os palcos viraram ringues políticos, com festivais atravessados por manifestações partidárias intensas, inclusive o último Rock in Rio, que ocorreu um mês antes do pleito que levou Lula de volta ao Alvorada em derrota para Jair Bolsonaro.

Era nítida a divisão, que às vezes levava não só o público, mas alguns artistas a atacarem os outros —enquanto a maioria dos sertanejos se posicionaram a favor de Bolsonaro, em rodeios e festas do peão, onde criticavam a Lei Rouanet, os artistas da MPB e do pop declaram apoio a Lula, fazendo o "L".

É também pensando nisso que o curador esclarece a ausência no projeto de alguns nomes incontornáveis para a música brasileira, como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Milton Nascimento.

"Recebi muitos telefonemas e mensagens emocionadas de artistas que escutaram a música, dizendo que queriam participar, mas tinham algum compromisso que impedia. Gil mesmo foi supercarinhoso, mas não podia. Caetano e [Maria] Bethânia estão ensaiando para uma turnê, então nem sempre é possível reunir todo mundo", diz Zé Ricardo à reportagem.

Vice-presidente da Rock World, a empresa por trás do Rock in Rio e do The Town, Roberta Medina faz coro ao colega e diz acreditar que, na Cidade do Rock, as discordâncias não importam. "Lá as pessoas se respeitam. Foi assim sempre. O Brasil estava saindo da ditadura militar na primeira edição, em 1985, e foi provado que ali toda diferença podia conviver junta."

A executiva descarta a ideia de que a iniciativa seja uma resposta a artistas, como Anitta e Rita Lee, que criticaram o festival ao longo de sua história, sob a acusação de dar pouco espaço a talentos nacionais. Ela afirma que os equipamentos e as demais condições técnicas oferecidas a todos são as mesmas, independentemente de sua nacionalidade e também de seu gênero musical.

A venda de ingressos do Rock in Rio começa em cerca de um mês, no dia 23 de maio, às 19h. Para além dos artistas nacionais, haverá também nomes de peso do cenário musical estrangeiro, como Ed Sheeran, Travis Scott, Imagine Dragons, Katy Perry, Gloria Gaynor, Shawn Mendes, Mariah Carey, a colombiana Karol G, a banda britânica James e o astro de blues contemporâneo Christone "Kingfish" Ingram. Do cenário nacional, haverá ainda o retorno da banda Penélope e nomes como Belo e Pato Fu.

As apresentações do festival estão marcadas para dois fins de semana de setembro, os dias 13, 14 e 15 e 19, 20, 21 e 22, na Cidade do Rock, na zona oeste do Rio de Janeiro.

O jornalista viajou a convite do Rock in Rio

# A volta das que não foram

Em 'Sex and the City', a imperfeição é o que liberta mulheres da condição de vítimas

**Manuela Cantuária**

Roteirista e escritora, é criadora da série 'As Seguidoras' e trabalha com desenvolvimento de projetos audiovisuais

*Nunca imaginei que a série "Sex and the City", depois de mais de 25 anos de sua estreia, em 1998, voltaria a ser um assunto relevante. Relevante, sim, ainda que muitas feministas —como eu, até pouco tempo atrás— insistam em reduzir a série a uma saga fútil, datada e "machocentrada", protagonizada por Carrie Bradshaw, uma escritora movida a paixões, que relata, ao longo de seis temporadas, suas desventuras amorosas.*

*Duas décadas se passaram para que eu pudesse compreender o valor dessa série como um marco da representação feminina na cultura de massas dos anos 1990. Uma narrativa protagonizada por mulheres imperfeitas, quatro amigas em uma das maiores metrópoles do mundo: Nova York, também conhecida como Big Apple —sendo a maçã um dos símbolos mais antigos do amor, tão presente em mitos e contos de fadas.*

*Cada personagem, à sua maneira, vive os conflitos internos e externos de uma mulher solteira contemporânea. Carrie, transitando no campo minado dos flertes e das paixões intensas. Charlotte, assombrada por um ideal de amor romântico e pela busca de um casamento perfeito. Samantha, adepta do sexo casual sem qualquer responsabilidade afetiva. E Miranda, com seu hiperfoco na carreira e uma visão excessivamente crítica acerca de relacionamentos.*

*Esse grupo heterogêneo de amigas busca retratar como as mulheres reagem, de formas diferentes, à pressão social para encontrar um parceiro. O objetivo romântico é, de fato, um carma secular de personagens femininas na ficção. Assim foi construída uma referência extremamente limitante e idealizada do amor romântico, especialmente para o gênero feminino.*

*Mas isso não é justificativa para transformar o assunto em tabu e excluí-lo das narrativas protagonizadas por mulheres. Pelo contrário, precisamos encarar, nas telas, os desafios enfrentados por mulheres para se relacionar plenamente sem abrir mão da própria autenticidade.*

*Em "Sex and the City", nenhuma das personagens, a princípio, consegue desfrutar de uma vida afetiva satisfatória. Não porque "nenhum homem presta" e sim porque elas também se sabotam. Cada uma em um extremo, seja idealizando —nos casos de Carrie e Charlotte—, seja vilanizando o amor romântico —nos casos de Samantha e Miranda—, porque foram levadas a agir dessa maneira. É a imperfeição dessas mulheres que as liberta da condição de vítimas.*

*São seus erros e aprendizados que as afirmam como sujeito do amor, e não objeto. E isso, por si só, já é o suficiente para considerar a série transgressora.*



Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

# É HOJE EM CASA

**Jacqueline Cantore**

cantorejac@gmail.com (interina)

## Série de suspense tem Elisabeth Moss como agente do MI6 no streaming

**O Véu**

Star+, 14 anos

Numa jornada entre Istambul e Paris, duas mulheres iniciam um perigoso jogo em que há verdades e mentiras. Uma delas guarda um segredo, enquanto a outra tem a missão de o desvendar antes que milhares de vidas sejam perdidas. Nos bastidores, os americanos e franceses responsáveis pela missão devem deixar suas diferenças de lado e trabalhar juntos para evitar um desastre. Thriller protagonizado por Elisabeth Moss.

**A Messias**

Max, 16 anos

Um homem tem um ataque de ansiedade ao assistir a um vídeo viral de uma banda pop cristã chamada Stella Maris neste suspense psicológico produzido na Espanha. A performance revela memórias de sua infância, marcada pelo fanatismo religioso e por uma mãe com delírios messiânicos.

**A Vingança Está na Moda**

Netflix, 14 anos

Tilly fugiu da cidade rural em que vivia na Austrália depois de ser acusada de ter matado um menino. Ela foi para a Europa, se sofisticou e agora volta para se vingar, armada de uma máquina de costura. Comédia dramática estrelada por Kate Winslet e Chris Hemsworth.

**Knuckles**

Paramount+, 10 anos

Derivada do filme "Sonic the Hedgehog 2", a série em seis episódios retrata o alienígena vermelho dublado por Idris Elba, que vive uma jornada de autoconhecimento na sua nova vida na Terra, enquanto treina um pupilo para ganhar um campeonato de boliche.

**Sobrevivência Extrema**

Discovery e Max, 20h30, 14 anos

Reality de aventura em que dois especialistas em sobrevivência, Luciano Tigre e Taís Teixeira, do Largados e Pelados, revivem casos reais de pessoas que precisaram desafiar a natureza selvagem do Brasil para escapar da morte.

**Provoca**

TV Cultura, 22h, livre

O cantor e compositor Ivan Lins conta sobre a dificuldade de em ganhar dinheiro com o streaming e como isso o levou à depressão, sobre o convite que recebeu para participar do álbum "Thriller" de Michael Jackson e muito mais.

## QUADRINHOS

**Piratas do Tietê** *Laerte*




**Bicudinho** *Caco Galhardo*




**Níquel Náusea** *Fernando Gonsales*




**Não Há Nada Acontecendo** *André Dahmer*




**Viver Dói** *Fabiane Langona*




**Péssimas Influências** *Estela May*




**Vida Besta** *Galvão Bertazzi*




## SUDOKU

texto.art.br/fsp

**MÉDIO**

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | 3 | | | 6 |
| | | 2 | | 5 | | 8 | | 9 |
| | | | 6 | 9 | | 3 | 4 | |
| | 6 | | | | | 2 | | 4 |
| | | | 1 | | 5 | | | |
| 7 | | 3 | | | | | 5 | |
| | 7 | 6 | | 2 | 9 | | | |
| 2 | | 1 | | 4 | | 6 | | |
| 5 | | | 3 | | | | | |

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 1 | 4 | 7 | 8 | 3 | 5 | 2 | 6 |
| 6 | 3 | 2 | 4 | 5 | 1 | 8 | 7 | 9 |
| 8 | 5 | 7 | 6 | 9 | 2 | 3 | 4 | 1 |
| 1 | 6 | 5 | 9 | 7 | 8 | 2 | 3 | 4 |
| 4 | 2 | 8 | 1 | 3 | 5 | 9 | 6 | 7 |
| 7 | 9 | 3 | 2 | 6 | 4 | 1 | 5 | 8 |
| 3 | 7 | 6 | 8 | 2 | 9 | 4 | 1 | 5 |
| 2 | 8 | 1 | 5 | 4 | 7 | 6 | 9 | 3 |
| 5 | 4 | 9 | 3 | 1 | 6 | 7 | 8 | 2 |

## CRUZADAS

**HORIZONTAIS**

**1.** (Pop.) Coisa nenhuma **2.** Arnaldo Jabor (1940-2022), jornalista e cineasta / Indivíduo com pouco ou nenhum cabelo **3.** Depósito de cereais / Voz imitativa de uma explosão **4.** Árvore de boa madeira, flores muito bonitas, cultivada como ornamental e como medicinal **5.** Amparar, apoiar **6.** Tabaco de cheiro em pó fino / Elemento de composição: despido **7.** De uma camada de células que forma paredes no corpo **8.** (Matem.) Secante / Osso que vai dos ombros ao cotovelo **9.** O piloto Fittipaldi, campeão mundial de F1 e Fórmula Indy **10.** Mosquito de terrenos pantanosos / Oásis sem esses **11.** De tempo bastante remoto / As iniciais da atriz carioca Dieckmann **12.** Dente, entalhe **13.** Escola Panamericana de Arte / Cidade potiguar da região de Angicos.

**VERTICAIS**

**1.** Conversar sobre temas corriqueiros, sem aprofundamento nos temas / Todas as vezes **2.** Grande clube do futebol europeu / O político de Barros (1901-1967) **3.** (da Serra) Cidade da Grande São Paulo **4.** Ir em socorro / (Ingl.) Instante em que o tráfego se congestiona por acúmulo de veículos **5.** Ter um preço determinado, custar / Espetáculo teatral cantado e dançado **6.** Passar, bem ou mal, de saúde / O dedo mindinho / Sufixo feminino de ão **7.** Cidade mineira próxima a Lavras / Fábio Jr, cantor paulistano **8.** Delator / Azedo, picante **9.** (Santo) Um grande bairro da capital paulista / Cidade paraense à margem esquerda do rio Amazonas.

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | | | | | | | | ■ |
| 2 | | | ■ | | | | | | |
| 3 | | | | | | ■ | | | |
| 4 | | | | | | | | | |
| 5 | | ■ | | | | | | | |
| 6 | | | | | ■ | | | | |
| 7 | ■ | | | | | | | | ■ |
| 8 | | | | ■ | | | | | |
| 9 | | | | | | | | ■ | |
| 10 | | | | | | ■ | | | |
| 11 | | | | | | | ■ | | |
| 12 | | ■ | | | | | | | |
| 13 | | | | ■ | | | | | |

**HORIZONTAIS: 1.** Patavina, **2.** AJ, Careca, **3.** Paiol, Pum, **4.** Extremosa, **5.** Arrimar, **6.** Rapé, Nudo, **7.** Dérmico, **8.** Sec, Úmero, **9.** Emerson, **10.** Maruí, Oai, **11.** Prisco, CD, **12.** Chanfro, **13.** EPA, Lajes. **VERTICAIS: 1.** Papear, Sempre, **2.** Ajax, Ademar, **3.** Itapecerica, **4.** Acorrer, Rush, **5.** Valer, Musical, **6.** Ir, Mínimo, Ona, **7.** Nepomuceno, FJ, **8.** Acusador, Acre, **9.** Amaro, Óbidos.



Angelo Abu

# A lei de Hemingway

Guerras civis são como falências, acontecem gradualmente, e depois subitamente

**João Pereira Coutinho**

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

*Bons tempos aqueles, em que as ameaças vinham do espaço —meteoritos, invasões alienígenas, radiações cósmicas.*

*Ou, para não sermos tão megalômanos, os perigos vinham de uma natureza terrestre sem rosto, sob a forma de vulcões, terremotos ou pandemias.*

*O cinema americano, com uma gula sadomasoquista, sempre recriou destruições com a certeza consoladora de que elas seriam improváveis.*

*Mas eis que Alex Garland, diretor especializado na filmagem de nossos medos contemporâneos, resolveu dar carne e osso a uma possibilidade mais real, próxima e plausível, com seu "Guerra Civil": um conflito nos Estados Unidos entre facções que já não conseguem viver no mesmo território.*

*O diretor não nomeia essas facções. Prefere mostrar, pelo olhar de quatro jornalistas, as consequências sangrentas de uma guerra entre Washington e os estados rebeldes. Não era a primeira vez. Haverá uma segunda também na realidade?*

*Profecias não são a minha praia. Mas há certas coisas que até um cego, sem precisar do dom de Tirésias, é capaz de vislumbrar no horizonte.*

*A primeira evidência é que Donald Trump quer vingança. Não apenas pela derrota de 2020. Por tudo: a derrota, as tribulações judiciais, o ego ridicularizado e ferido.*

*Não é caso único. O cientista político Ivan Krastev, tempos atrás, explicava que o comportamento é comum a líderes populistas que se sentem injustiçados pelo "deep state", ou seja, por funcionários públicos, militares, agentes de segurança, magistrados ou até jornalistas que, segundo esses líderes, operaram na sombra para sabotar o governo.*

*No leste da Europa, por exemplo, a "limpeza" das segundas oportunidades faz parte dos manuais. Na Hungria, Viktor Orbán, que começou bem como liberal clássico, regressou ao poder em 2010 para se vingar dos socialistas. Ainda lá está, ao leme da sua democracia iliberal.*

*Na Polônia a mesma coisa: o partido Lei e Justiça, em 2015, não perdoou adversários quando voltou para ajustar contas.*

*Por que motivo Donald Trump seria diferente?*

*Fato: o desejo de vingança não justifica o tipo de guerra civil que Alex Garland apresenta no filme —ataques bombistas, linchamentos, valas comuns. Não aconteceu na Hungria. Não aconteceu na Polônia.*

*Mas aconteceu na ex-Iugoslávia depois do fim do comunismo, quando as ex-repúblicas cumpriram um calvário conhecido: anocracia, faccionalismo e guerra aberta.*

*Essa trilogia é apresentada por Barbara F. Walter em "Como as Guerras Civis Começam" (Zahar), livro de 2022 mais perturbador que o filme de Alex Garland. Para ela, a trilogia pode existir nos Estados Unidos com uma presidência musculada. As sementes estão lá.*

*Anocracia é um estado intermediário entre democracia e autocracia. Sim, o povo ainda vota; não, o sistema de freios e contrapesos já não funciona como antes —o Judiciário e o Legislativo foram capturados pelo Executivo, as Forças Armadas se encontram divididas em suas lealdades e a segurança da população tem dias.*

*O faccionalismo vem a seguir. Não confunda com polarização. Sociedades democráticas tendem a ser polarizadas e ninguém morre por causa disso: a defesa vigorosa de propostas antagônicas não é um mal em si. É expressão de liberdade e pluralismo.*

*O mal acontece quando a polarização extravasa o jogo político pela constituição de facções que se sentem ameaçadas, existencialmente falando, pela existência de outras facções.*

*Tradicionalmente, Barbara Walter tem razão quando afirma que o faccionalismo que amedrontava os pais fundadores dos Estados Unidos se baseava em diferenças de renda.*

*Aliás, desde a Antiguidade que assim era: Aristóteles tinha alertado para o fosso perigoso entre ricos e pobres, preferindo uma "polis" de classes médias.*

*Hoje, as diferenças étnicas (brancos versus negros), religiosas (fundamentalistas versus secularistas) e até geográficas (urbanos versus rurais) são muito mais preponderantes.*

*E hostis: relembra a autora que, em 2017, o número de democratas e republicanos que admitiam o uso de violência para lidar com os adversários não passava dos 8%.*

*Nos últimos anos, os números subiram para 33% (democratas) e 36% (republicanos). Não admira que 15% dos primeiros e 20% dos segundos desejem a eliminação física de quem está do outro lado.*

*A formação de milícias, pró e antigoverno, é o passo seguinte. A guerra aberta depende da responsabilidade do líder do país em não explorar os medos da população armada. Ou da falta de responsabilidade.*

*Demasiada ficção?*

*Todos os civis que Barbara Walter entrevistou para o seu livro —na Bósnia, na Sérvia, em Kosovo— acreditavam que sim. Até o dia em que deixaram de acreditar.*

*Parafraseando Ernest Hemingway, as guerras civis são como a falência de certos negócios: tudo acontece gradualmente, e depois subitamente.*

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

# Madonna chega ao Brasil e vê seu palco gigantesco em Copacabana

Cantora fará versão expandida de sua 'Celebration Tour' em maior show da da carreira, para 1,5 milhão de pessoas

**Yuri Eiras e Tito Guedes**

RIO DE JANEIRO A cantora Madonna chegou na manhã desta segunda ao Rio de Janeiro, onde faz, no sábado, um show na praia de Copacabana, apresentação em que são esperadas mais de 1,5 milhão de pessoas.

O avião de Madonna pousou no aeroporto do Galeão por volta das dez da manhã. Um comboio levou a artista e duas filhas ao Copacabana Palace, onde ela está hospedada.

Para ela, foi reservada uma suíte da cobertura do hotel com vista para o mar. O quarto está voltado para a praia que receberá o show da cantora no fim de semana e tem, ao todo, 104 metros quadrados, tamanho de um apartamento de três quartos. A suíte, no entanto, tem só uma cama king e recebe até duas pessoas.

Se hospedar no mesmo quarto que a cantora, é claro, não é barato. O preço para passar duas noites na cobertura gira em torno de R$ 42 mil reais. Foi de lá que ela fez uma rápida aparição numa das janelas do hotel nesta segunda. A artista tirou os óculos escuros e olhou em direção ao palco onde se apresentará.

O palco já está quase pronto. Ao menos a primeira etapa de montagem, que ficou a cargo da produtora Bônus Track, responsável pela vinda da cantora ao Brasil. O próximo passo é a montagem dos equipamentos da turnê, que será feita pela equipe da artista.

Dentre esses equipamentos estão complementos de som, luz e outros objetos cênicos que compõem o cenário da "Celebration Tour", como o tradicional palco circular sobre o qual Madonna surge na abertura do show, ao som de "Nothing Really Matters". A previsão é de que tudo fique pronto até esta quinta-feira.

Por parte dos fãs, a expectativa é de que Madonna reproduza nas areias de Copacabana as pirotecnias mais impactantes do espetáculo. Exemplos são o elevador que faz a cantora sobrevoar o público nas músicas "Live to Tell" e "Ray of Light" e a plataforma que a suspende numa espécie de cama high-tech durante a canção "Bedtime Story".

De acordo com Paulo Fellin, diretor de produção do evento, ainda não existe a confirmação de que a cantora vá reproduzir todos esses truques na apresentação carioca. "O que eu sei é que ela está preparando um show diferente para o Rio. A equipe internacional dela nos fornece informações só até um certo ponto, porque eles não querem estragar essas surpresas", diz.

Fellin conta ainda que o que será feito em Copacabana é uma versão expandida do show com o qual Madonna viajou por Europa, Estados Unidos e México desde outubro do ano passado. Isso inclui duas ou três músicas que não fizeram parte da setlist oficial.



A cantora Madonna da janela de seu quarto no Copacabana Palace Dilson Silva/AgNews

O que se tem por certo por enquanto é que a estrutura para receber a rainha do pop em Copacabana é monumental. O palco tem 812 metros quadrados, com 18 metros de altura, e conta com três passarelas, que ficam a 2,4 metros de altura do chão. A passarela central tem 22 metros e as outras duas têm 20 metros cada uma. Para aguentar toda a estrutura, foi colocado sob o palco um piso de alumínio de 6.000 metros, que aguenta 120 toneladas.

Além disso, foram montadas na areia da praia 16 torres com caixas de som e telões de LED ao longo do trecho que vai do Copacabana Palace, onde fica o palco, até a rua Princesa Isabel, no Leme, com cerca de um quilômetro de extensão. Para erguer tudo isso foram necessárias mais de três semanas de trabalho e uma equipe que contabiliza 8.000 pessoas, segundo Fellin.

Atrás do palco, há também uma enorme estrutura de bastidor. São 90 contêineres que atendem à produção nacional e internacional do show, além da área de camarim para Madonna e sua equipe, que tem 4.000 metros quadrados. Madonna, inclusive, vai ganhar dois camarins idênticos, que incluem uma academia de ginástica e refrigeração. Um fica atrás do palco e o outro, dentro do Copacabana Palace.

No dia do show, a cantora vai se deslocar até o local da apresentação por meio de uma passarela suspensa de cem metros de extensão, que começa na varanda do Copacabana Palace e termina na boca do palco. Há, inclusive, um elevador para que ela não precise descer pelas escadas.

O show de Madonna em Copacabana encerra um ciclo de comemoração dos 40 anos de carreira da cantora e deve se tornar o maior ato da carreira da rainha do pop.

comida

# Marcas de whey protein de sabor chocolate são testadas às cegas

## Degustação avaliou sabor de bebidas lácteas disponíveis no mercado; boa parte foi tida como enjoativa no teste

**FOLHA PROVA**

**Natalia Nora**

SÃO PAULO Foi-se o tempo em que whey protein era restrito aos fisiculturistas e vendido só em lojas especializadas.

Agora, é possível encontrar em mercados produtos com a proteína do soro de leite em formatos diferentes e embalagens coloridas que apelam para vários públicos. Prova do seu sucesso é o fato de que as buscas no Google por "proteína do soro do leite", o nome técnico do whey, cresceram 387,5% entre 2019 e 2023.

As bebidas proteicas são vendidas com sugestão de consumo diário —o que não é exatamente uma necessidade do ponto de vista nutricional, mas também não costuma ser contraindicado, salvo se a pessoa tiver alergias ao leite ou a corantes.

A recomendação de nutricionistas é de que o consumo não ultrapasse uma porção diária dessas bebidas, que tem em média 250 ml. O produto pode, por exemplo, substituir um lanche pós-treino, mas não deve ser a única fonte de proteínas consumida no dia.

Nesta edição do Folha Prova, jornalistas e nutricionistas experimentaram bebidas prontas sabor chocolate de oito marcas, todas com entre 12 a 15 gramas de proteína, que podem ser encontradas em estabelecimentos comuns ou encomendadas pela internet.

Participaram do teste os jornalistas da **Folha** Bruna Borges, Camila Marques, Patrick Fuentes, Victoria Damasceno e Vitória Macedo, além das professoras de nutrição Driele Cavalcanti, da Universidade Anhembi Morumbi, e Karina Dantas, nutricionista e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O resultado não é um ranking, mas um balanço de pontos fortes e fracos dos itens.

*

**Italac Zero Lactose**

O júri destacou a textura da bebida como um ponto positivo. Para Bruna Borges, a viscosidade, "não muito grossa nem muito rala, facilita tomar no dia a dia sem ser enjoativo". O sabor foi tido como sutil por Driele Cavalcanti, que disse ter sentido gosto do cacau e não percebeu residual de adoçante, outro ponto positivo. Uma embalagem de 250 ml tem 118 calorias, 13 g de carboidrato e 15 g de proteína.

À venda por R$ 7,39 a unidade no site da Imigrantes Bebidas

**Itambé**

Para Vitória Macedo, "ele não tem muito gosto de cacau, de chocolate, e o resultado é bem doce". Esse detalhe notado pela repórter pode ser causada pela forma como o produto é saborizado: não com cacau em si, mas com xarope feito do ingrediente. Para Karina Dantas, a textura mais cremosa da bebida pode ajudar na sensação de saciedade de quem consome o produto, mas o sabor residual desagradou à professora. Os 250 ml da caixinha contêm 15 g de proteína, 8,8 g de carboidrato e 118 calorias.

À venda por R$ 8,49 a unidade no site do Carrefour

**Mais Mu**

Os principais ingredientes da bebida são leite —desnatado reconstituído, integral reconstituído e concentrado proteico do soro— seguido de cacau em pó. O resultado é um produto com 12 g de proteína, 8,3 g de carboidrato e 100 calorias a cada 250 ml. Camila Marques avaliou o produto como mediano, com "uma textura aquosa, que não desagrada, mas com um sabor que não se destaca". Macedo, por outro lado, notou que o que sobressai no produto é "um gosto muito artificial".

À venda por R$ 7,75 a unidade no site do Pão de Açúcar

**Not Milk High Protein**

Seus principais ingredientes são água, proteína de soja e proteína de ervilha. Essa é uma opção para a comunidade vegana, que não consome leite e seus derivados, e para alérgicos a produtos lácteos. O sabor da bebida foi tido como um dos mais doces, com "um resíduo rançoso" na opinião de Dantas. Uma porção de 250 ml tem 15 g de proteína, 3,5 g de carboidrato e 106 calorias.

À venda por R$ 9,90 a unidade no Empório Quatro Estrelas




Marcas de bebidas proteicas sabor chocolate provadas no teste Gabriel Cabral/Folhapress

**Piracanjuba**

Uma porção de 250 ml contém 15 g de proteína, 20 g de carboidrato e 155 calorias. Cavalcanti destacou que a viscosidade do produto dá a ele uma textura equilibrada, fácil de beber. Durante a degustação, o consenso dos jurados foi que o sabor se parecia mais com uma sobremesa feita com chocolate do que com o ingrediente em si. Essa característica pode ser decorrente da calda de cacau que consta na composição do produto. O que foi considerado enjoativo por Victoria Damasceno, foi tido como uma boa pedida para Borges, "não para beber todos os dias, mas quando se está querendo algo mais doce", diz.

À venda por R$ 4,99 a unidade de 250 ml no site do Carrefour

**Três Corações - Cappuccino Pronto**

O mais diferente dos produtos experimentados leva café —o que teve grande influência na aprovação ou desaprovação dos jurados. Para aqueles que gostam da mistura, é uma boa opção para intercalar com as bebidas de chocolate. A cafeína também foi um ponto destacado por Patrick Fuentes, que lembrou a possibilidade de a bebida fornecer mais energia a quem consome. Já para Dantas, o sabor do produto foi tido como muito forte e o cheiro muito artificial, "mas a textura é leve e agradável para beber". Uma porção de 260 ml da bebida contém 15 g de proteína, 19 g de carboidrato e 166 calorias.

À venda por R$ 11,15 a unidade no site do Pão de Açúcar

**Verde Campo**

Enquanto as amostras eram servidas, os jurados destacaram o aroma agradável da bebida, que gerou expectativa. Mas para a maioria deles, a boa aparência e cheiro não corresponderam ao sabor. "Ele não tem o sabor doce que o aroma sugere. Na verdade, parece puxar para algo salgado", disse Macedo. Diferente dos outros produtos, este não leva sucralose, mas stevia, um adoçante à base de plantas. Uma porção de 250 ml do produto conta com 14g de proteína, 18g de carboidrato e 139 calorias.

À venda por R$ 7,99 a unidade no site da Verde Campo

**YoPro**

Uma das marcas mais conhecidas foi também uma das que se saíram melhor na degustação. Para Cavalcanti, o primeiro gole surpreende o consumidor porque, "apesar de ter uma aparência mais líquida, aquosa, ele tem uma textura muito satisfatória". Já Marques considerou que o resultado do produto é "neutro o bastante para beber todo dia sem se tornar enjoativo". A embalagem de 250ml tem 15g de proteína, 21g de carboidrato e 172 calorias.

À venda por R$ 8,99 a unidade no Pão de Açúcar

RECEITAS DO MARCÃO | *Marcos Nogueira*

folha.com/receitasdomarcao

## Muçarela derretida no molho é petisco rápido e delicioso

Sou fã do chef Antonio Maiolica. Natural de Salerno, na Itália, ele mora em São Paulo há anos e, recentemente, tornou-se influencer de receitas.

Antonio tem centenas de milhares de seguidores no TikTok e no Instagram. Lá, ele ensina a cozinhar com vídeos de 90 segundos, em média, sempre gravados na cozinha do restaurante em que trabalha: o Temprani, no Tatuapé.

Simpático e falando "portuliano", o cara exibe a cozinha italiana em seu melhor aspecto: a simplicidade. A maioria das receitas é fácil, mas nenhuma é tão moleza quanto a muçarela à pizzaiola.

Quando o vi preparando este prato, pensei: preciso "roubartilhar" a receita.

Trata-se simplesmente de rodelas de muçarela de búfala derretidas no molho de tomate e servidas com pão. Um lanche gostoso demais e que fica pronto em cinco minutos.

Você chucha o pão no molho com queijo —na Itália, isso se chama "fare la scarpetta", que em português seri, literalmente, "fazer o sapatinho".

Os italianos costumam fazer a scarpetta com o molho que sobra no fundo do prato de macarrão, mas aqui ela se torna a atração principal.

Antonio manda fazer esta receita com muçarela de búfala conservada em soro, fresca "ma non troppo". Com o tempo, a massa do queijo perde um pouco da umidade, o que é recomendável aqui —muito fresca, a muçarela vai inundar de soro o molho.

Por sorte, encontrei bolinhas de muçarela na seção "próximo ao vencimento" do supermercado. Era o que eu precisava, pela metade do preço!

Segundo Antonio, o ingrediente imprescindível para os pratos à pizzaiola é o orégano. Por conta própria, acrescentei também pimentas calabresa e do reino.

Recomendo fortemente o uso da passata italiana. Tomates frescos vão soltar água demais, e a polpa de tomate brasileira tem qualidade inferior.

No vídeo, o chef refoga o alho cortado ao meio, com casca. Imagino que não o tenha comido. É algo que me recuso a fazer. Descasquei porque sempre como o alho. Minha casa é à prova de vampiros.



Muçarela à pizzaiola, servida na frigideira Marcos Nogueira/Folhapress

### Muçarela à pizzaiola

Dificuldade: fácil
Rendimento: 2 porções

**Ingredientes**

- 2 colheres (sopa) de azeite
- 2 dentes de alho, cortados ao meio no sentido longitudinal
- 200 g de passata de tomate
- 150 g de muçarela de búfala
- Orégano, manjericão, sal, pimenta-do-reino e pimenta calabresa a gosto
- Pão para acompanhar

**Preparo**

- Numa frigideira, refogue o alho e a pimenta calabresa. Acrescente o tomate e os outros temperos
- Deixe cozinhar por 2 minutos em fogo médio. Acrescente a muçarela e, sem mexer, deixe no fogo até derreter
- Sirva na própria frigideira, com pão italiano ou focaccia

# Haddad sofre pressão para negociar desoneração também de empresas

Ala política defende mais diálogo; ministro diz estar aberto, mas tem receio de custos maiores

**Catia Seabra, Julia Chaib e Victoria Azevedo**


O ministro da Fazenda, Fernando Haddad Gabriela Biló- 26.mar.24/Folhapress

BRASÍLIA Ministros da ala política do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) insistem para que Fernando Haddad (Fazenda) amplie as negociações sobre a desoneração da folha de pagamentos também para empresas, além dos municípios.

Em conversas reservadas, Haddad diz que não resiste a negociar. Ele afirma que, desde o ano passado, tenta construir uma alternativa em debates com os setores afetados.

No entanto, o ministro já expressa a pessoas a par do assunto o temor de que novas discussões abram brechas para incluir mais setores além dos 17 já contemplados —o que representaria perda de receita ainda maior em um cenário fiscal de desequilíbrio.

O governo já ofereceu uma proposta de reoneração gradual dos setores. O Congresso, porém, não a abraçou e ainda defende a prorrogação da renúncia fiscal.

O impasse político levou o governo a recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal), onde conta com um cenário favorável sobre o tema, mas corre o risco de novos reveses no Congresso —que pode aprovar outra proposta para estender a desoneração até 2027.

O avanço das articulações dependerá de conversa com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), hoje contrariado com o recurso do governo ao STF. O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) deverá se reunir com o presidente da Casa nesta terça-feira (30).

A percepção no Planalto é que Haddad ficará isolado no debate sobre a desoneração da folha de pagamentos se teimar fazer valer apenas a posição do governo no STF.

Na avaliação de aliados de Lula, existe ainda risco de derrotas no Congresso caso Haddad se limite aos termos da proposta já apresentada, de escalonamento da alíquota aplicada às empresas.

Na noite desta segunda (29), Haddad afirmou a jornalistas que tem conversado com os setores afetados e com os representantes dos prefeitos.

"Está havendo conversas, o placar do STF [pró-reoneração] está deixando claro que temos de buscar um caminho para não prejudicar a Previdência. A reforma da Previdência tem uma cláusula que deve ser considerada, senão daqui a três ou cinco anos vai ter de fazer outra reforma se não tiver receita", disse.

"Temos de ter muita responsabilidade com isso. A receita da Previdência é sagrada, é para pagar aposentados. Não dá para brincar com essas coisas. Mas acho que está tudo bem. Conversamos com muita gente. As coisas estão bem. Estou muito confiante. Vai acontecer o que aconteceu com o Perse [acordo]."

O programa para o setor de eventos foi prorrogado com menos custos ao Tesouro.

Em fevereiro, o Executivo enviou projeto ao Congresso no qual propõe um escalonamento da alíquota aplicada às empresas na desoneração.

Segundo relatos, a relatora da matéria, deputada Any Ortiz (Cidadania-SP), afirmou a membros do governo que pretende manter o que foi aprovado pelo Congresso em 2023.

No início do mês, o governo retirou o regime de urgência da proposta a pedido da relatora. Dessa forma, o texto seguirá em análise pelas comissões temáticas da Câmara antes de ir à votação em plenário.

Há uma avaliação no governo, no entanto, de que ele terá de ceder, uma vez que o STF já se manifestou contrariamente à desoneração sem apresentação de fontes alternativas de recursos que venham a compensar a perda de arrecadação.

Embora Haddad resista à retomada das tratativas após uma vitória no Supremo, cresce no governo a constatação de que será necessário ceder aos 17 setores, sob pena de novas derrotas no Congresso.

A AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu à corte para suspender lei aprovada em 2023 que prorrogou a desoneração da folha de municípios e 17 setores até 2027.

O ministro Cristiano Zanin deu uma liminar, com efeito imediato, suspendendo a lei. O julgamento já tem quatro votos favoráveis ao governo, mas foi suspenso após pedido de vista do ministro Luiz Fux.

Como a **Folha** mostrou, o ministro da Fazenda está disposto a ceder a uma parte de uma proposta apresentada por municípios que trata da negociação de dívidas e também da reoneração da folha.

Mesmo que Haddad não aceite a totalidade da proposta, prefeitos ampliaram a articulação no Congresso para angariar apoios a uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que abarca a tese defendida por eles.

Isso inclui a retomada da reoneração da folha de pagamentos num escalonamento a partir de 8% em 2024, passando por 10% em 2025, depois 12% em 2026 e fixando em 14% a partir de 2027.

O presidente da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), Paulo Ziulkoski, disse que o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou uma emenda aglutinativa à PEC 66, que trata da dívida de municípios com o regime de Previdência, com a proposta defendida pelos prefeitos.

O texto defendido pela CNM foi entregue a Haddad e a outros ministros do governo. O titular da Fazenda sinalizou em conversas que aceita a parte da proposta que renegocia a dívida dos municípios.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes.

A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

No ano passado, o benefício havia sido prorrogado até o fim de 2027 e estendido às prefeituras. Mas o texto aprovado pelo Congresso foi vetado na totalidade por Lula. Em dezembro do mesmo ano, o Legislativo derrubou o veto.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

> "O placar do STF [pró-reoneração] está deixando claro que temos de buscar um caminho para não prejudicar a Previdência. A reforma da Previdência tem uma cláusula que deve ser considerada, senão daqui a três ou cinco anos vai ter de fazer outra reforma se não tiver receita
>
> **Fernando Haddad**
> ministro da Fazenda

## Suspensão de benefício pode afetar empresas já em 20 de maio

**Douglas Gavras**

SÃO PAULO A liminar que suspendendo a desoneração da folha de pagamento deve ter impacto nos 17 setores já em 20 de maio, quando ocorre o próximo recolhimento da contribuição patronal.

Segundo advogados especializados no tema, as empresas têm poucas opções agora, antes de fazer o recolhimento referente ao mês de abril: elas podem recolher o valor cheio em maio e depois solicitar a sua devolução, caso a desoneração volte a valer, ou ainda depositar o valor em juízo.

O não recolhimento poderia acarretar em autuação da Receita em caso de fiscalização.

"Uma outra coisa que as empresas poderiam fazer, nesse meio-tempo, sem contrariar diretamente a liminar, é pedir em ações próprias ou coletivas que a Justiça confira a elas o direito de permanecer na sistemática de recolhimento anterior até que haja uma decisão final", diz Marcello Pedroso Pereira, sócio da área Tributária, especialista em Contribuições Previdenciárias do Demarest.

Ele complementa que o governo não pode mudar as regras no meio do jogo. "As empresas se planejaram a partir de uma lei dizendo que elas podem recolher daquela forma, e, se tudo muda no meio do ano, isso as atrapalha completamente."

Para André Félix Ricotta de Oliveira, doutor e mestre em direito tributário pela PUC-SP, a mudança nas regras gera um grau de insegurança para as empresas. "Os contribuintes não sabem mais o que vai estar valendo dentro de três semanas."

# Tesouro tem déficit de R$ 1,5 bi em março e pior trimestre desde 2020 sob impacto de precatórios

**Idiana Tomazelli**

BRASÍLIA As contas do governo central tiveram um déficit de R$ 1,5 bilhão em março, informou nesta segunda-feira (19) o Tesouro Nacional. Embora negativo, trata-se do melhor resultado para o mês desde 2021, quando houve superávit de R$ 2,5 bilhões.

As contas do governo central incluem Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social. O resultado veio pior que o saldo positivo de R$ 1,522 bilhão projetado por analistas em pesquisa da agência Reuters.

No acumulado do primeiro trimestre, o superávit ficou em R$ 19,4 bilhões.

Nessa comparação, o dado é o pior para o período desde 2020, mas há influência negativa da antecipação de R$ 30 bilhões do pagamento de sentenças judiciais (precatórios). Sem esse fator, o superávit teria sido de quase R$ 60 bilhões, o melhor desde 2012.

Em 12 meses, o governo central acumula déficit de R$ 247,4 bilhões, em valor corrigido pela inflação, equivalente a 2,2% do PIB.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) traçou o objetivo de alcançar um déficit zero em 2024, mas a margem de tolerância criada pelo novo arcabouço fiscal autoriza um resultado negativo em até R$ 28,9 bilhões sem configurar estouro da meta.

Na primeira avaliação do Orçamento, divulgada em março, o governo estimou um déficit de R$ 9,3 bilhões, o equivalente a -0,1% do PIB. Mas esse resultado conta com o ingresso de R$ 168,3 bilhões em receitas extras a partir de medidas aprovadas pelo Congresso.

Economistas do mercado financeiro são mais céticos quanto ao desempenho efetivo dessas iniciativas e projetam um déficit de 0,7%.

Para o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, o desempenho das medidas de arrecadação aprovadas pelo Congresso tem sido positivo para o governo. No primeiro trimestre, a receita líquida da União teve uma alta de 9,1%, já descontada a inflação.

Segundo ele, esse resultado põe o governo em condições de cumprir a meta de 2024.

"Há itens da receita que vão performar melhor, outras nem tanto. Outras medidas podem ser anunciadas para compensar [frustrações]. Não estamos longe de um patamar para ficar dentro das metas estabelecidas, precisamos apenas não descuidar e manter o foco", afirmou.

No entanto, ele ressaltou que o cenário demanda "monitoramento e atenção" e é preciso "evitar renúncias significativas".

"Neste momento estamos felizes com os resultados, mas insistimos em que ainda há desafios e precisamos continuar firmes nesse processo", afirmou. "Não à toa falamos diversas vezes que não tem margem para queimar."

Na semana passada, a AGU (Advocacia-Geral da União) ingressou com ação no STF pedindo a suspensão da desoneração da folha das empresas e dos municípios, sob o argumento de que a iniciativa foi aprovada sem medida de compensação. O ministro do STF Cristiano Zanin concedeu liminar favorável ao governo, e a decisão ainda aguarda julgamento pelo plenário.

O governo também negocia as mudanças no Perse, programa criado na pandemia de Covid-19 para estimular o setor de eventos e que prevê a desoneração de tributos.

Em entrevista à **Folha**, Haddad disse que o Congresso também precisa ter responsabilidade fiscal. A declaração gerou reação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas tem sido reverberada pela equipe do ministro.

"Nosso compromisso sempre foi muito claro com processo de recuperação do país. Estamos tomando todas as medidas necessárias para isso. O Executivo sozinho não pode garantir recuperação fiscal do país, depende desse pacto com todos os Poderes", disse Ceron.

"Não há nenhum espaço para relaxamento, precisamos continuar firmes pois há muitos desafios pela frente."

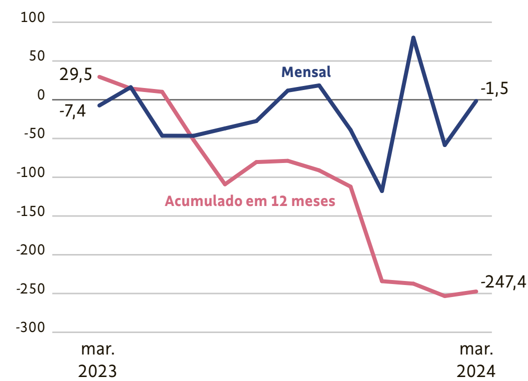
Em abril, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afrouxou a trajetória fiscal para os próximos anos e fixou uma meta zero também para 2025. Antes, a promessa era buscar um superávit de 0,5% do PIB no ano que vem.

Mesmo assim, o Executivo vai precisar arrecadar cerca de R$ 50 bilhões com novas medidas para conseguir cumprir o objetivo traçado para 2025.

Com Reuters

**Resultado primário do governo central***

Valores, em R$ bilhões




*Atualizado pelo IPCA até março de 2024

Fonte: Tesouro Nacional

PAINEL S.A. | Julio Wiziack

painelsa@grupofolha.com.br

## A herança de um doleiro

Irmã de um dos sócios do banco digital Nomad, Bruna Haber se empoderou ao se assumir como mulher trans e foi à Justiça para provar que sua parte na herança foi reduzida por ser uma filha fora do casamento do doleiro Roger Haber, morto em 2010. Na semana passada, o tribunal de São Paulo julgou que ela tem direitos iguais aos dos demais herdeiros ao analisar a venda de uma mansão que estava fora do inventário.

**EM FAMÍLIA** Pesquisas patrimoniais feitas por advogados de Bruna acharam bens e valores transferidos para uma empresa controlada por Myriam Haber, mulher de Roger e mãe de Claire, Richard e Eduardo, sócio do Nomad.

**MENOS DE 3%** Na gravação de uma conversa de Eduardo com Bruna, ele diz que o pai teria deixado entre R$ 50 milhões e R$ 70 milhões. No inventário, só há R$ 2 milhões.

**ERA SEU?** Em entrevista ao Painel S.A., Bruna Haber questiona até a origem do capital de Eduardo na abertura do Nomad, fintech financeira avaliada em cerca de R$ 1,8 bilhão. Ela suspeita ser dinheiro da herança. "[Ele Sempre ficou estudando fora do Brasil", disse. Consultados, Claire, a inventariante, e Eduardo não quiseram se manifestar.

**FÓRMULA** A indústria química afirma que fábricas fecharão as portas se a Câmara de Comércio Exterior não elevar o imposto de importação de 65 itens na reunião desta terça(30) do Gecex, comitê que decide sobre tarifas. A Abiquim, associação que representa o setor, diz que é vítima de uma "enxurrada de produtos sujos" vindos da Ásia.

**OI?!** O PDT se envolveu em uma situação inusitada ao pedir que o STF cancelasse uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra o RenovaBio, programa de incentivo aos biocombustíveis. A lei proíbe a suspensão de uma ADI, o que levou o ministro Nunes Marques a negar o pleito. Outros dois partidos (PRD e PRTB) também foram ao Supremo contra o RenovaBio e, no momento, seus parlamentares tentam convencer as siglas a seguirem o PDT.

**CONTRATAQUE** O objetivo é dar um recado político aos grupos empresariais que usam partidos para ir ao STF contra projetos aprovados pelo Congresso. Citando o caso do RenovaBio em um evento recente, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), propôs exigir uma representatividade de 20% da Câmara ou do Senado para que um partido (ou grupos de partidos) ingresse com ADIs. Consultado, o presidente nacional do PDT, deputado André Figueiredo, afirmou que não tinha havido "discussão interna".

**FRANKEIRO** O MC Daniel será garoto-propaganda dos novos cubinhos de frango do KFC. A campanha é voltada para jovens da geração Z que passaram a curtir a rede de fast food e são fãs do funkeiro. Mas não é só isso o que explica a inusitada parceria. "Sou apaixonado por frango frito desde pequeno. É o match perfeito", disse o cantor em nota.

com Diego Felix

# Indústria quer mobilização contra exceções na tributária

Preocupação é compartilhada por bancos e TCU, que calculará as alíquotas

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** Representantes da indústria e do setor financeiro avaliam que é necessária a mobilização da sociedade para evitar que o Congresso Nacional aumente o número de exceções previstas no projeto que regulamenta a reforma tributária.

A preocupação também é compartilhada pelo TCU (Tribunal de Contas da União), órgão que ficará responsável pelo cálculo da alíquota de CBS, nova contribuição federal, e IBS, imposto de estados e benefícios sobre bens e serviços.

Durante evento realizado pela Fiesp (federação das indústrias de São Paulo) nesta segunda-feira (29), o secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse que o projeto acaba com benefícios fiscais equivalentes a 2% do PIB (Produto Interno Bruto), cerca de R$ 200 bilhões, o que vai permitir desonerar o consumo dos brasileiros.

De acordo com ele, mais exceções vão reduzir essa economia e resultar em um tributo mais elevado.

Também presente ao encontro, o vice-presidente Geraldo Alckmin disse que muitas exceções poderão ser revistas no futuro e defendeu que isso se transforme em redução de carga, e não em mais gastos.

"Vamos rever os incentivos, e tudo o que reduzir de incentivo baixa o IVA [imposto sobre valor agregado]. Senão eu revejo incentivo e aumento a carga tributária", afirmou.



O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy Eduardo Knapp - 24.nov.23/Folhapress

Durante o evento da Fiesp, o presidente da entidade, Josué Gomes, afirmou que a alíquota somada dos dois tributos, projetada pelo governo em 26,5%, poderá ficar mais próxima de 20% no futuro diante da previsão de que os benefícios aprovados passem por revisão.

"A sociedade se dará conta de que, quanto mais normal o Brasil se torna, quanto menos exceções, melhor para o funcionamento da economia", afirmou. "Precisamos estar atentos para que o Congresso não amplie essas exceções durante o período de aprovação das leis complementares."

O presidente da Febraban (federação dos bancos), Isaac Sidney, também afirmou que é necessário romper com as exceções e que a sociedade precisa estar engajada durante as discussões que começam agora no Congresso.

Na mesma linha, o presidente do TCU, Bruno Dantas, disse que a transparência que a reforma traz permite que o cidadão possa se conscientizar de que exceções fiscais geram aumento da alíquota que todos vão ter de pagar.

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse que estão sendo extintos mais de 200 benefícios fiscais apenas do PIS e da Cofins, 2 dos 5 tributos alvo da reforma tributária. O próprio fisco tem dificuldade em mapear esses benefícios.

O secretário Bernard Appy afirmou que os 26,5% projetados para a soma da alíquota dos dois tributos é o teto do que será cobrado, mas que a alíquota média ficará abaixo disso, já que há produtos e serviços desonerados.

Segundo ele, o novo sistema de cobrança eletrônico vai reduzir a sonegação e a inadimplência. Esses dois fatores também vão permitir reduzir a carga sobre quem atualmente paga esses tributos.

"Isso faz com que eu possa cobrar uma alíquota menor para manter a mesma carga", afirmou. "Ao reduzir a sonegação e a inadimplência, se Deus quiser, a gente consegue até uma alíquota menor que os 26,5%."

Durante o mesmo evento, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes disse esperar que a reforma reduza a judicialização e que esse poderá ser o Plano Real do governo Lula (PT).

"Muitas reformas importantes foram feitas nos últimos anos, mas talvez, em termos de equivalência, estejamos próximos de um Plano Real."

## Dois terços dos artigos de proposta se referem a benefícios a setores

**SÃO PAULO** A proposta de regulamentação da reforma tributária apresentada pelo Ministério da Fazenda na última quarta-feira (24) tem 499 artigos. Dois terços desse conteúdo se referem às exceções, que cresceram durante a tramitação da proposta de emenda constitucional no Congresso Nacional em 2023.

O texto da regulamentação traz 222 dispositivos que tratam das regras para comércio exterior, desoneração de investimentos, isenções como a cesta básica, alíquotas reduzidas e regimes específicos ou próprios, como planos de saúde e imóveis.

Outros 107 regulam temas como Zona Franca de Manaus, Simples Nacional, MEI e Imposto Seletivo sobre bens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Além dos artigos, o texto traz 24 anexos, que tratam principalmente das exceções listadas acima.

Na apresentação do texto, o secretário Bernard Appy afirmou que os contribuintes que estão no regime geral de recolhimento dos novos tributos precisam conhecer pouco mais de 30 páginas da proposta.

São aquelas que trazem o novo regime e que buscam condensar mais de 5.000 legislações nas três esferas de governo. Essa parte está representada basicamente nos 82 primeiros artigos da proposta.

É nesses primeiros capítulos que está o núcleo da reforma, com regras sobre cálculo da alíquota que garante a manutenção da carga tributária, formas de recolhimento dos novos tributos e ressarcimento daqueles pagos pelas empresas na aquisição de insumos e serviços.

Em evento na Fiesp nesta segunda, o secretário Bernard Appy afirmou que a versão protocolada na Câmara tem 314 páginas. Destas, 85 são tabelas —boa parte se refere à distribuição da receita do Simples (não tem relação com alíquota do Simples), cinco tabelas para cada ano da transição.

Há também sete páginas de revogação da legislação atual e 34 páginas que são "as normas gerais que todo o mundo tem de conhecer". Segundo ele, o que está sendo revogado é infinitamente maior do que o que está sendo criado.

A proposta original da reforma apresentada em 2019 era ter o mínimo de exceções. Assim, seria possível criar tributos com alíquota somada abaixo de 20%.

As exceções que foram aparecendo já jogaram esse percentual para 26,5%. O Congresso terá a opção de aumentar ainda mais a lista, o que pode gerar o maior tributo sobre consumo do mundo —o que na realidade já existe, diante da carga atual. **EC**

**222**
dispositivos tratam de isenções, alíquotas reduzidas etc., enquanto 107 abordam temas como Simples Nacional e MEI

# *Pedra preciosa para sucessão de Lira*

Retalhar reforma tributária faz lembrar a política de campeãs nacionais

**Adriana Fernandes**
Jornalista em Brasília, onde acompanha os principais acontecimentos econômicos e políticos há mais de 25 anos

*É mau presságio a distribuição de protagonismo que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que fará com o projeto de lei que regulamenta a reforma tributária.*

*Lira disse que vai retalhar (palavras dele mesmo) a regulamentação e criar dois grupos de trabalho com 5 a 6 deputados para tratar do tema.*

*É uma estratégia diferente daquela que ele usou na votação da PEC da reforma, quando criou um grupo de trabalho para agilizar as discussões, mas a proposta tinha um só relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro, do PP.*

*Lira justifica a medida dizendo que é uma maneira democrática de fazer a discussão na Câmara.*

*Não é essa a razão. É tão somente uma estratégia do presidente da Câmara pensando em eleger seu sucessor no comando da Casa a partir do ano que vem, quando termina o seu mandato.*

*Não quer que ninguém faça sombra.*

*Para isso, Lira vai jogar com o último grande projeto que passará na presidência dele, a reforma tributária.*

*Lira precisa fazer uso da "pedra preciosa" que é a regulamentação e tentar influenciar a sua sucessão.*

*Fazer dois grupos de trabalho significa agradar a várias bases diferentes de apoio ao seu candidato. Eleger o seu candidato, por sua vez, representa seguir com muito poder depois que deixar a cadeira da presidência, em 2025.*

*Para o governo, retalhar a reforma é péssimo. Trabalho duplo para barrar os abusos.*

*Com Aguinaldo, havia uma sintonia com o Ministério da Fazenda —relação que causava grande desconforto no Congresso entre os grupos interessados em aumentar as exceções. Diziam e repetem agora: Aguinaldo é governista demais.*

*Do mesmo partido de Lira, Aguinaldo trabalha com a reforma desde 2019 e participou de todas as negociações. Estava no plenário do Senado, fazendo ligações de última hora, quando a PEC correu risco efetivo de não passar, por poucos votos, numa articulação comandada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por erro da base do governo na Casa.*

*Lira não quer Aguinaldo —o preferido do presidente Lula e do ministro Fernando Haddad— como o principal relator da reforma, com a justificativa de maior diversidade de opiniões. Mas o que o presidente da Câmara teme é que Aguinaldo possa sair do processo de votação da regulamentação com grande protagonismo, mais um nome forte na corrida eleitoral para a mesa da Câmara.*

*Aguinaldo agrada também aos partidos de oposição, interessados em que a reforma fracasse e seja aprovada com a maior alíquota do mundo, com muitas exceções. Essa é uma narrativa política já desenhada para as eleições de 2026, quando a reforma terá início, de forma bem gradual.*

*É preciso reconhecer que Aguinaldo dificultou a ampliação das exceções feitas pelo Senado na reta final. Mudanças feitas por ele, no entanto, atenderam todos os pedidos de Lira na votação final da PEC. Algumas das alterações foram feitas para tripudiar interesses de adversários políticos regionais do presidente da Câmara.*

*Na feira ExpoZebu, no sábado (27), Lira repetiu que não haverá relatores únicos, que vai enxugar os 400 artigos do projeto. Afirmou que "o Brasil precisa ter uma reforma que dê segurança jurídica a quem paga imposto, mas setores vitais precisam e vão ter tratamento diferenciado".*

*Essa parte final da frase do presidente faz lembrar a política de campeãs nacionais para as empresas. É escolher quem vai se dar bem com tratamento diferenciado. Dá a entender que mais setores serão atendidos.*

*É contra o espírito da reforma. Quem vai pagar a conta dessa barganha é o consumidor, com a maior alíquota do mundo.*

*Quem coordena os trabalhos e barra os excessos? Se não quer Aguinaldo, que coloque um único relator.*

*A crise política que escalou com a judicialização da desoneração da folha de pagamentos agrava o cenário e terá reflexos na reforma.*

# *Nobéis endossaram coro pelo fim da guerra às drogas*

É uma batalha que alimenta o tráfico e a corrupção e causa mais danos que benefícios

**Michael França**
Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

*Não precisa ser muito inteligente para reconhecer que a guerra às drogas está perdida. Basta um pouco de boa vontade para aprender mais sobre um tema cujas evidências levam a uma natural conclusão de que a atual abordagem tem causado mais danos que benefícios.*

*Apesar dos significativos esforços e recursos investidos na repressão ao tráfico, os resultados têm sido desanimadores. Em vez de reduzir o uso e mitigar os danos associados às drogas, essa abordagem tem contribuído para o aumento da violência, a superlotação do sistema prisional e a marginalização de comunidades.*

*A proibição alimenta um mercado que, embora seja ilegal, não deixa de ser altamente lucrativo. Ela não apenas contribui para o aumento da criminalidade e corrupção, diminuindo a confiança no Estado, como também desvia recursos que poderiam ser mais bem utilizados em programas de prevenção, tratamento e reabilitação.*

*Tal guerra também falha ao não abordar as causas subjacentes do uso problemático de substâncias, como a falta de oportunidades e a profunda crise de saúde mental.*

*Em 2014, a London School of Economics and Political Science (LSE) produziu um relatório abordando esses e outros pontos. Intitulado "Ending the Drug Wars" (Acabando com a guerra às drogas), o estudo, assinado por vários Prêmios Nobel em Economia, foi um marco relevante no debate sobre políticas de drogas, fazendo com que diversos governos e organizações internacionais reconsiderassem sua abordagem em relação ao tema.*

*A ausência de tributação desse mercado, por exemplo, resulta em uma considerável perda de receitas fiscais para o Estado que poderiam ser utilizadas para mitigar danos e recuperar as comunidades profundamente afetadas. No entanto, na ausência de regulamentação do mercado, o que se observa são os elevados gastos necessários para sustentar uma guerra sem fim.*

*O encarceramento em massa representa um alto custo não apenas para o Estado mas também para a sociedade, pois está associado à desintegração de famílias, à perda de mão de obra e à possibilidade de reincidência criminal.*

*A criminalização impõe um ônus significativo aos contribuintes, com altos gastos governamentais destinados a investigações, prisões e julgamentos. Os custos extrapolam o lado financeiro, mas reverberam também sobre a dizimação de milhares de vidas de civis e policiais inocentes.*

*Apesar disso, as políticas de repressão não são suficientes para alterar de forma significativa a estrutura do mercado. A repressão policial é ineficaz na redução da disponibilidade de drogas e na eliminação dos traficantes porque ela é incapaz de eliminar a demanda. A proibição e a criminalização apenas a deslocam para os traficantes, que, apesar dos riscos, prosperam com os altos retornos do mercado ilegal.*

*Quando traficantes e autoridades corruptas são pegos, logo surgem outros para tomar seus postos e continuar a movimentar essa guerra que, embora fracassada, nunca terá fim se não houver uma mudança de postura nas sociedades cujas crenças e valores a sustentam.*

*

*O texto é uma homenagem à música "Tuyo", de Rodrigo Amarante e tema da série da Netflix intitulada "Narcos".*

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, **Lorena Hakak** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

# Justiça libera setores de divulgar dados da Lei de Igualdade Salarial

Farmácias, indústrias e universidades argumentam que regulamentação expõe informações sensíveis

**José Marques**

BRASÍLIA A Justiça Federal concedeu a farmácias, indústrias e universidades o direito de não divulgar informações previstas na regulamentação da Lei de Igualdade Salarial, que trata da remuneração equivalente entre homens e mulheres.

A lei determina a publicação de relatórios semestrais em plataformas das empresas como site e redes sociais. As informações também devem ser enviadas ao governo federal para acesso público.

A regra vale para companhias com mais de cem empregados e busca aferir os salários de homens e mulheres com as mesmas funções. A lei entrou em vigor no ano passado, e os relatórios passaram a ser produzidos no primeiro semestre deste ano.

Os pedidos estão em consonância com argumentos apresentados ao STF (Supremo Tribunal Federal) pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a CNC (Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo), que questionam trechos da norma. Sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, ainda não há decisão.

No dia 31 de março, a juíza Pollyanna Kelly Alves, no plantão da Justiça Federal do Distrito Federal, concedeu liminar (provisória) em favor da Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares).

A entidade reúne instituições de ensino como a Anhanguera, Pitágoras, Estácio de Sá, Cruzeiro de Sul e outras.

Para a Anup, é "louvável e justa" a intenção de reduzir disparidades salariais entre homens e de mulheres, mas a regulamentação da lei, por decreto e portaria do Executivo, usou atos contrários à legislação.

"Os dados que deverão ser publicizados (de forma distorcida) podem sugerir a existência de odiosa distinção salarial em situações em que o empregador observa a igualdade de gênero, ensejando reprimendas públicas indevidas", diz a associação das universidades.

Acrescenta que a forma como os dados são expostos não capta variáveis do mercado de ensino, como valor hora-aula e carga horária.

"Há situações em que, embora o valor hora/aula seja idêntico para homens e mulheres, alguns professores do sexo masculino têm remuneração maior pelo simples fato de lecionarem mais aulas do que determinadas profissionais do sexo feminino", afirma.

Alves atendeu ao pedido da Anup. Segundo ela, a Constituição já proíbe a diferença de salários por sexo, idade, cor ou estado civil, e isso pode ser garantido por fiscalização sem divulgação das informações das empresas.

Ela já havia dado decisão similar em benefício da Mafra Hospitalar e ao grupo Cyrela.

A União recorreu das decisões. Sobre a ação da Anup, a AGU (Advocacia-Geral da União) diz que a questão deveria ser tratada na Justiça do Trabalho, não na Justiça Federal.

Para a AGU, o decreto e a portaria buscam ampliar a publicidade de dados de interesse público, para fomentar a igualdade e reduzir a marginalização do trabalho feminino. O recurso ainda não foi analisado.

Na Justiça Federal no Rio de Janeiro, a rede de drogarias Pacheco (que é do mesmo grupo das drogarias São Paulo), obteve decisão semelhante.

À Justiça, a empresa diz que princípios constitucionais como privacidade, intimidade e livre concorrência são afetados pelas normas. A juíza Frana Elizabeth Mendes, da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, acolheu os argumentos.

> "Não parece razoável exigir de empresas que forneçam todos os dados, relativos até mesmo a políticas trabalhistas que [...] nem sequer são obrigatórias
>
> **Frana Elizabeth Mendes**
> juíza da 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em decisão favorável à rede Pacheco

"Não parece razoável exigir de empresas que forneçam todos os dados, relativos até mesmo a políticas trabalhistas que [...] nem sequer são obrigatórias, bem como que tais dados sejam publicizados inclusive em redes sociais", escreve a juíza em decisão, de 29 de março.

A Pacheco chegou a solicitar o andamento do processo em segredo de Justiça, sob o argumento de que a ação tinha "o potencial de provocar relevantes danos à imagem da empresa". "A discussão envolvendo igualdade de gênero tem ganhado contornos cada vez mais violentos na sociedade atual e que a população, em geral, tem dificuldade em compreender os contornos estritamente jurídicos de determinados temas", afirma a rede de farmácias, na petição.

Mas a solicitação foi negada.

Outras entidades e empresas também já obtiveram decisões que as beneficiaram, a exemplo das associadas da Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), da petroquímica Innova, da Mafra Hospitalar e da Cyrela.

Procurada pela **Folha**, a Anup afirma que não irá se manifestar fora dos autos do processo.

O grupo que representa as drogarias Pacheco e São Paulo afirma, em nota, que a ação foi adotada "unicamente para evitar o risco de exposição de informações sensíveis de colaboradores e estratégias de negócios da empresa, resguardando os direitos à privacidade e proteção de dados, o sigilo empresarial e a garantia da livre concorrência".

"Adotamos iniciativas voltadas para o desenvolvimento profissional e equidade salarial e, atualmente, 64,4% dos cargos de liderança na empresa são ocupados por mulheres", diz a empresa que afirma ter compromisso com ambiente inclusivo e práticas que asseguram igualdade de oportunidades.

Procurada, a Innova não respondeu.

O presidente Lula na sanção da Lei de Igualdade Salarial
Pedro Ladeira - 3.jul.23/Folhapress

INÊS249

# Privatização da Cedae faz 3 anos sob queixas

Maior concessão de saneamento do país tem avanços em cobertura e reclamações sobre tarifa e pedidos de ressarcimento

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A maior concessão de serviços de água e esgoto do Brasil, no Rio de Janeiro, completa três anos nesta semana com avanços na cobertura de água e esgoto, mas envolta em uma enxurrada de reclamações contra aumento das contas e pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

As concessionárias discutem com o governo do estado do ressarcimentos por perdas na pandemia, descumprimento de reajustes anuais e divergências nos indicadores dos editais dos leilões, entre outros, em pleitos que somam ao menos R$ 7 bilhões.

Em um dos processos, a maior concessionária, Águas do Rio, obteve desconto de 27% na fatura de água comprada da estatal Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) para equacionar as finanças enquanto o pleito é discutido.

O governo e as empresas, por outro lado, destacam avanços no atendimento de água e esgoto e na melhoria da qualidade da água em praias e lagoas da região metropolitana da capital, frutos de investimentos de cerca de R$ 3 bilhões já feitos após o leilão.

O primeiro leilão para a prestação de serviços em áreas antes atendidas pela Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) completa três anos nesta terça (30). Nele, o governo concedeu três blocos de cidades e bairros da capital por R$ 22,7 bilhões em bônus de outorga.

Outro leilão, de dezembro de 2021, concedeu o bloco restante por R$ 2,2 bilhões. Ao todo, os contratos preveem mais de R$ 30 bilhões em investimentos para universalizar os serviços de água e esgoto nas áreas atendidas.

No ano seguinte ao primeiro leilão começaram a chegar à Agenersa (Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro) pedidos das concessionárias para revisão do equilíbrio dos contratos.

É um instrumento contratual para ajustar receitas e despesas de uma concessão em caso de frustração dos resultados. Os primeiros pedidos referem-se a perdas com a proibição de corte de fornecimento em caso de dívidas e descontos dados na pandemia.

Depois vieram reclamações sobre perda de receita com falhas no fornecimento de água pela estatal Cedae e atrasos na concessão de reajuste da tarifa pela Agenersa, além de concessionárias passarem a questionar o edital da licitação.

Com a maior área de atendimento, a Águas do Rio discute divergências nos indicadores de coleta de esgoto e subdimensão de clientes beneficiários com a tarifa social.

O primeiro caso levaria a uma demanda maior por investimentos para atingir a universalização, diz a concessionária, que pede desconto das parcelas remanescentes de outorga a pagar. O segundo, a uma frustração de receita.

O edital é questionado também pelas outras duas concessionárias, a Iguá e a Rio+ Saneamento. A primeira diz que o índice de perda de água é maior do que o estimado em algumas regiões e a segunda, que verificou grande diferença entre o índice de cobertura de esgoto previsto e o real.

As empresas dizem que os pedidos de reavaliação são previstos em contrato e eram esperados, ante a complexidade dos indicadores usados na confecção do edital. E que os valores dos pleitos compreendem perdas em todo o período da concessão, caso as divergências não sejam resolvidas.

O presidente da Águas do Rio, Anselmo Leal, diz que discutir prematuramente os desequilíbrios é positivo, pois evita acúmulo de pleitos para o período de revisão dos termos contratuais, a cada cinco anos.

Os contratos preveem formas de ressarcimento, como repasse das diferenças às tarifas, aumento do prazo de concessão ou desconto nos valores remanescentes de outorga. O primeiro é a opção menos interessante para as empresas, que já lidam com questões relacionadas ao tema.

Reclamações e ações judiciais contra a alta das contas de água após a concessão levaram a assinatura de um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Agenersa.

As concessionárias alegam que o aumento resulta da troca de hidrômetros antigos. "Os hidrômetros novos têm capacidade de previsão muito mais acertada, não foram submetidos a desgastes", diz o diretor de Assuntos Corporativos da Iguá, Leonardo Soares.

O termo de ajuste assinado pela Agenersa diz que em casos de reclamações de aumento acima de 30% nas contas, a concessionária terá que cobrar a média dos últimos 12 meses e instalar outro hidrômetro periciado pela agência.

As empresas dizem que a troca dos hidrômetros é determinada por contrato e ajudará a atingir as metas de redução de perdas, que em alguns casos supera 50% da água injetada na rede.

Os contratos também estipulam metas de universalização dos serviços de água e esgoto, com pesados investimentos nos primeiros cinco anos de concessão. As metas passam a ser fiscalizadas três anos depois que as concessionárias assumiram os serviços.

O governo do estado diz que, nos três primeiros anos de concessão, 827 mil pessoas foram beneficiadas com novas ligações ou regularização do abastecimento. E defende os ganhos ambientais com os investimentos privados.

"Já observamos impactos nas praias de Paquetá e Flamengo [na capital], que se mostram próprias para banho", diz em nota. Nesta sexta (26), houve uma cerimônia de início das obras para despoluir o complexo lagunar da Barra e Jacarepaguá, investimento de R$ 250 milhões da Iguá.

Sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, o governo estadual respondeu que "são avaliados pela Agenersa".

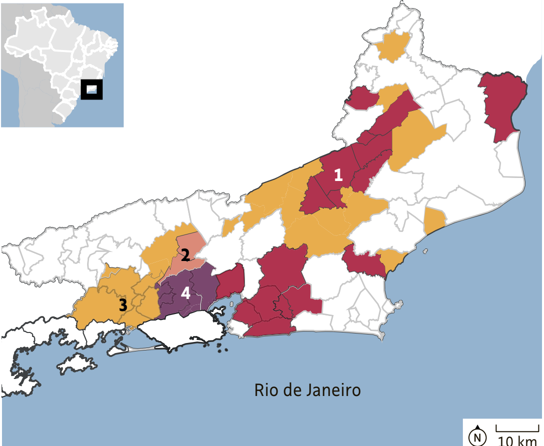
A agência diz em nota que os contratos são passíveis de ajuste e que os pleito das empresas estão em análise. "Os investimentos previstos, até o momento, seguem o cronograma e estão dentro do prazo".

A Cedae diz que o desconto à Águas do Rio foi temporário e deixa de valer este mês. A parcela da conta que deixou de ser paga, afirma o presidente da estatal, Aguinaldo Ballon, será ressarcida pela concessionária.

"Houve um posicionamento do conselho diretor da Agenersa reconhecendo o desequilíbrio [no contrato da Águas do Rio], que está sendo apurado. "A Cedae fez diferimento na conta de água para suportar inicialmente um pedaço dessa diferença contratual."

Sobre falhas no abastecimento, a estatal diverge das concessionárias, dizendo que o contrato desconsidera paralisações não provocadas por falha operacional, mas por chuvas ou queda de energia.

## Concessões de saneamento no Rio




**Bloco 1**

| | |
|---|---|
| Valor oferecido, em R$ bilhões | 8,2 |
| Área | Zona sul do Rio mais 18 municípios |
| População | 2,8 milhões |
| Vencedor do leilão | Águas do Rio |
| Processos com agência reguladora | **Motivo:** perdas na pandemia com proibição de corte no fornecimento, descontos e outros **Pedido:** reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R$ 990,9 milhões<br>**Motivo:** falhas no fornecimento de água pela Cedae e atraso em obras de estação em Magé **Pedido:** reequilíbrio econômico- financeiro no valor de R$ 16,1 milhões<br>**Motivo:** atraso em reajuste das tarifas e alteração no índice de reajuste **Pedido:** reequilíbrio econômico- financeiro no valor de R$ 290,9 milhões |

**Bloco 2**

| | |
|---|---|
| Valor oferecido, em R$ bilhões | 7,3 |
| Área | Barra e Jacarepaguá mais dois municípios |
| População | 1,2 milhão |
| Vencedor do leilão | Iguá |
| Processos com agência reguladora | **Motivo:** perdas de água são maiores do que as estimadas em contrato **Pedido:** reavaliação do indicador para ajustar prazos e investimentos |

**Bloco 3**

| | |
|---|---|
| Valor oferecido, em R$ bilhões | 2,2 |
| Área | Zona oeste do Rio mais 17 municípios |
| População | 1,9 milhão |
| Vencedor do leilão | Rio+ Saneamento |
| Processos com agência reguladora | **Motivo:** número de unidades com atendimento a esgoto é menor do que no edital **Pedido:** prorrogação de prazo para investimentos e mitigação de impactos da diferença na concessão |

**Bloco 4**

| | |
|---|---|
| Valor oferecido, em R$ bilhões | 7,2 |
| Área | Centro e zona norte do Rio mais 8 municípios |
| População | 7 milhões |
| Vencedor do leilão | Águas do Rio |
| Processos com agência reguladora | **Motivo:** perdas na pandemia com proibição de corte no fornecimento, descontos e outros **Pedido:** reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R$ 2,637 bilhões<br>**Motivo:** falhas no fornecimento de água pela Cedae e rompimento de adutora em Nova Iguaçu **Pedido:** reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R$ 150,1 milhões<br>**Motivo:** atraso em reajuste das tarifas e alteração no índice de reajuste **Pedido:** reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R$ 3,296 bilhões<br>**Motivo:** número de clientes com tarifa social seria maior do que prevista no edital **Pedido:** abatimento de 27% no valor pago à Cedae pela água até que tarifa considere a diferença |

### MOVIMENTOS SOCIAIS PROTESTAM CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos da oposição realizaram, nesta segunda (29), um protesto (foto) contra a privatização da Sabesp, em frente ao prédio da Prefeitura de São Paulo, no centro. "[Para] você que é vítima da Enel, vai acontecer a mesma coisa se a Sabesp for privatizada, e essa é a nossa luta aqui na prefeitura, apelando ao prefeito Ricardo Nunes a não cometer essa loucura", disse Edson Bertoldo, secretário de Políticas Sociais da CUT-SP. A venda da empresa foi autorizada pela Assembleia Legislativa, e agora a Câmara Municipal de São Paulo analisa projeto que dá aval à desestatização.




Sérgio Dávila/Folhapress

# Casas Bahia sobe 34% na Bolsa; Justiça dá aval a acordo com bancos

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO A Justiça de São Paulo deu aval, no fim da tarde desta segunda-feira (29), ao pedido de recuperação extrajudicial do Grupo Casas Bahia. A homologação de um juiz é exigência legal para o acordo firmado com bancos credores.

As ações subiram ao longo do dia como efeito do pacto fechado com Bradesco e Banco do Brasil, anunciado no domingo (28) à noite, para prolongar o pagamento de dívidas. A medida foi avaliada positivamente pelo mercado.

Analistas veem na operação um alívio para o caixa da rede varejista, bem como uma oportunidade de a empresa focar o seu chamado plano "transformacional".

A ideia é enxugar a operação e voltar às origens, com ênfase na venda de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, não de perfumaria, por exemplo.

As ações da companhia saltaram 34,19% nesta segunda, para R$ 7,30. Foi o melhor desempenho percentual do dia entre os papéis do Ibovespa. No ano, porém, ainda acumulam queda de quase 36%.

"A medida traz uma importante margem de manobra para os fluxos de caixa de curto e médio prazo da Casas Bahia e, até certo ponto, diminui os riscos de preocupações com liquidez", afirmaram analistas do Bradesco BBI, em relatório.

"Acreditamos que a administração da empresa possa agora ter um foco e fazer um esforço maior na execução do seu plano de transformação sem a distração de resgates significativos de caixa que acontecem no curto prazo", acrescentaram Pedro Pinto e equipe no documento a clientes.

Na decisão que deferiu o pedido de recuperação extrajudicial, o juiz Jomar Juarez Amorim, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, argumentou que a documentação apresentada pela Casas Bahia evidencia o cumprimento do artigo 163 da lei 11.101/2005.

Segundo o magistrado, esse dispositivo prevê a "concordância dos credores que representam mais de metade dos créditos abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial" para que o pedido seja aceito.

"Assim, determino a suspensão, pelo prazo de 180 dias, de todas as execuções contra a requerente movidas por credores sujeitos ao plano de recuperação", escreve o juiz na decisão.

Ainda segundo Amorim, a companhia deverá comprovar, nesse prazo, o envio de carta aos credores sujeitos ao plano. O documento deverá conter a relação de todos os credores e o meio de acesso ao conteúdo do plano.

O acordo da varejista foi com seus dois principais credores, Bradesco e Banco do Brasil, que possuem cerca de 55% da dívida elencada no processo, e preserva R$ 4,3 bilhões de caixa até 2027, sendo R$ 1,5 bilhão somente em 2024.

O montante de R$ 4,1 bilhões em dívidas citado no pedido envolve determinadas emissões de debêntures "e certas CCBs emitidas junto a instituições financeiras".

O plano não inclui dívidas operacionais com fornecedores e parceiros e não impacta trabalhadores ou clientes.

A estratégia prevê o alongamento de amortização de dívida, incluindo carência de 24 meses para pagamento de juros e de 30 meses para pagamento de principal.

Com Reuters



## Instituto Esperança

CNPJ nº 10.779.749/0001-32

### Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro - Em R$

| Balanço Patrimonial | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Ativo/Circulante** | **93.229.525,39** | **62.713.948,48** |
| Caixa e equivalentes (Nota 12) | 2.661.873,81 | 889.094,05 |
| Recursos do projeto à receber (Nota 13) | 87.649.229,98 | 61.549.771,58 |
| Outras | 2.918.421,60 | 275.082,85 |
| **Não Circulante** | **2.214.671,36** | **2.131.256,88** |
| Reavaliável a longo prazo | | |
| Valores bloqueados (Nota 14) | 723.045,89 | 639.631,41 |
| Direitos de créditos (Nota 15) | 1.491.625,47 | 1.491.625,47 |
| **Total** | **95.444.196,75** | **64.845.205,36** |

| Balanço Patrimonial | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Passivo/Circulante** | **60.236.872,83** | **48.025.607,32** |
| Fornecedores (Nota 16) | 21.226.571,27 | 18.047.378,78 |
| Empréstimos (Nota 17) | 895.276,53 | 66.666,67 |
| Salários, honorários e autônomos à pagar (Nota 18) | 3.433.046,79 | 3.494.031,62 |
| Férias, 13° salário e multa rescisória (Nota 19) | 11.138.640,07 | 8.315.957,46 |
| Obrigações trabalhistas (Nota 20) | 11.101.835,80 | 6.970.953,83 |
| Obrigações tributárias (Nota 21) | 5.809.604,82 | 9.598.826,87 |
| Recursos do projeto | 6.528.020,23 | – |
| Outras | 103.877,32 | 1.531.792,09 |
| **Não Circulante** | **35.152.753,69** | **16.765.027,81** |
| Obrigações tributárias (Notas 21) | 34.886.087,03 | 16.431.694,48 |
| Empréstimo (Nota 17) | 266.666,66 | 333.333,33 |
| **Patrimônio Líquido** | **54.570,23** | **54.570,23** |
| Patrimônio social | 10.850,00 | 10.850,00 |
| Superávit ou (déficit) acumulado | 43.720,23 | 43.720,23 |
| **Total** | **95.444.196,75** | **64.845.205,36** |

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Patrimônio Social | Superávit (Déficit) Acumulado | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31/12/2021 | 10.850,00 | 43.720,23 | 54.570,43 |
| Superávit (Déficit) do Exercício | – | – | – |
| Saldos em 31/12/2022 | 10.850,00 | 43.720,23 | 54.570,43 |
| Superávit (Déficit) do Exercício | – | – | – |
| Saldos em 31/12/2023 | 10.850,00 | 43.720,23 | 54.570,43 |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**I - Contexto Operacional: Nota 01:** O Instituto Esperança, constituído em 13/04/2009, com sede na Avenida Itália, nº 928, sala 1508, Jardim da Nações, Taubaté - São Paulo, passou a atuar sob a natureza jurídica de Organização Social em 30/08/2012, podendo exercer sem fins lucrativos atividades de gestão nas áreas de educação e ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, saúde, proteção e preservação do meio ambiente, arte e cultura, turismo, desporto, comunicação e esportes, mediante permissão ou concessão de parcerias públicas. Somente a partir do ano de 2016 iniciou as atividades em parceria com o poder público, especificamente através de contratos na área de saúde firmados com municípios. **II - Política Contábil e Base de Preparação: Nota 02:** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2022 e 2023 (comparativas), aqui compreendidos: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis e dos preceitos da Legislação Civil, nº 10.406/2002, com a Resolução CFC nº 1255/09 que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de 21 de novembro de 2019 e com os diversos pronunciamentos (CPC's), interpretações (ICPC's) e orientações (OCPC's) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através das Normas Brasileiras de Contabilidade Geral - NBC TG's. **Nota 03:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. **Nota 04:** Os resultados dos apresentados nas presentes Demonstrações Contábeis são frutos do documental remetido para contabilização pela Administração do Instituto, responsável desta, pela veracidade, integridade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda estas Demonstrações Financeiras estão limitadas aos fatos contábeis efetivamente notificados pela Administração e corpo Jurídico do Instituto, sendo estes os únicos responsáveis pela análise da continuidade do negócio frente a probabilidade de sucesso nas negociações dos "Recursos de Projetos a Receber - Valores em Negociação" e seus respectivos impactos. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável e é responsável pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Comunicamo-nos com os responsáveis a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos desempenhados por nós e das constatações significativas de auditoria, contemplando as deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. **III - Resumo das Práticas Contábeis: Nota 05:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência anual, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento e pagamento. **Nota 06:** A receita de natureza financeira é apurada pelo critério "pro-rata" dia e contabilizada no passivo circulante como recurso a ser devolvido ao Parceiro. A medida que os custos atribuídos ao projeto ultrapassem os valores estabelecidos contratualmente, essas receitas são transferidas para o resultado do exercício de maneira a compensar tais gastos. As despesas financeiras incorridas pelo atraso das obrigações são apropriadas como custo de cada projeto. De forma a ser ressarcida, a Administração do Instituto adotou a prática de registrar como Receita de Serviços Prestados o montante efetivamente gasto, tendo como contrapartida a conta de Recursos dos Projetos a Receber - Valor em Negociação, no Ativo circulante. **Nota 07:** As receitas decorrentes dos valores recebidos do poder público são reconhecidas inicialmente no Passivo não circulante e posteriormente transferidas para o resultado do exercício na mesma proporção de realização dos gastos de cada projeto. Desta forma, a receita reconhecida é igual ao custo efetivamente incorrido, influenciando no resultado de cada exercício apenas as receitas e as despesas do próprio Instituto, denominadas sem restrição. **Nota 08:** Os direitos e obrigações do Instituto estão em conformidade com as práticas contábeis e levam em conta as características qualitativas fundamentais das demonstrações contábeis, compreendendo: relevância e fidedignidade, que a demonstração seja completa, neutra e sem erro e qualitativas de melhoria da utilidade dessas demonstrações, compreendendo: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, como determina o CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, aprovado em 01 de novembro de 2019. **Nota 09:** Tanto para os ativos quanto para os passivos, os registros são efetuados inicialmente tomando-se por base o valor histórico de aquisição ou de formação. **Nota 10:** Atendendo ao conteúdo da NBC TG 1000 e especificamente a determinação do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 06 de agosto de 2010, a administração do Instituto fez análise sobre a recuperabilidade dos ativos submetidos a tal resolução e pronunciamento, levando em conta os principais indicadores de desvalorização. Após esta submissão à administração chegou à conclusão de que os ativos mantidos nas Demonstrações Contábeis se encontram a valor recuperável através da venda ou do uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de "impairment" uma vez que não existia indicação relevante de não recuperabilidade. **Nota 11:** Atendendo à determinação do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente - AVP, aprovado em 05 de dezembro de 2008, que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, a Administração do Instituto fez análise sobre a necessidade de aplicar tal procedimento para os exercícios de 2023 e 2022. Após esta submissão a administração chegou à conclusão de que não existem valores em tal situação ou se existem tais valores são irrelevantes e os possíveis ajustes são imateriais para reconhecimento. **Nota 12:** O caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerários, cheques e documentos em poder da tesouraria, pelas depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de liquidez imediata. Em 31/12/2023 apresentam os seguintes saldos:

| R$ | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 58.795,26 | 13.661,62 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 204,10 | 333.826,03 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 18.008,72 | 1.132,97 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 19.603,49 | 103.196,84 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | 11,88 | 11,88 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Gerdau | 200,00 | 200,00 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Emergencial | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 826.024,02 | 370.289,52 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Médicas | 5.826,16 | 5.826,16 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 196.885,81 | 7.712,27 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 63.117,13 | 14.066,80 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 24.502,43 | 24.502,43 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 376.090,57 | 14.667,53 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 1.072.604,24 | – |
| Total | 2.661.873,81 | 889.094,05 |

**Nota 13:** Os valores que vinham sendo apresentados como "Recursos do Projeto a Receber" foram desmembrados em duas contas, classificadas como "Recursos de Projeto a receber "desmembrados em duas contas, classificadas como "Recursos de projetos a Receber - Valores em Negociação" e "Recursos de Projetos a Receber - Valores Correntes". Os "Recursos de Projetos a Receber - Valores em negociação" refere-se à diferença entre os gastos realizados adicionalmente para a realização plena dos serviços contratados versus os valores efetivamente recebidos dos parceiros. O recebimento desses valores dependerá de eventos futuros, que não são controlados pelo Instituto, podendo então não chegar a ser obtido pela Empresa, contudo, a Administração e o corpo Jurídico do Instituto decidiram por manter a classificação contábil no ativo circulante conforme os montantes descritos de tal forma que diante desta opinião dos Advogados e da Administração, não foram constituídas provisões para suportar o risco no caso de não liquidação dos créditos em discussão. O subgrupo "Adiantamentos" contém valores decorrentes de transações usuais efetuadas pela entidade com colaboradores e partes relacionadas a serem baixadas em janeiro de 2024. Já a conta "Recursos de projetos a Receber - Valores Correntes" reflete os valores a receber previstos contratualmente que serão recebidos em janeiro/2024 referente aos serviços prestados no exercício de 2023.

| Recursos dos projetos - Valores Correspondentes (R$) | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio Cisamu | 1.678.883,22 | 1.678.883,22 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 5.948,80 | – |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 192.067,91 | 1.407.254,47 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 159.091,76 | 410.937,84 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 2.766.082,66 | 2.749.175,00 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Emergencial | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 3.810.777,33 | 3.066.886,44 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Médicas | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Central | 1.493.938,88 | 500.000,00 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Cecap | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 559,73 | – |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 5.816.369,06 | 2.697.611,92 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | – | – |
| Empréstimo Matriz | 409.721,74 | – |
| | – | – |
| | **16.333.441,09** | **12.510.748,89** |

| Adiantamentos | 31/12/2023 |
|---|---|
| **Adiantamento A Fornecedores** | |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 298.668,90 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Cecap | 149.196,97 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 77,49 |
| Consórcio Cisamu | 87.947,32 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 1.600,00 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 7.997,61 |
| | **545.488,29** |
| **Adiantamento A Funcionários** | |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 12.000,00 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 3.489,64 |
| Consórcio Cisamu | 261,15 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 3,00 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | – |
| | **15.753,79** |
| **Adiantamento de Férias** | |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 18.372,39 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 96.475,45 |
| Consórcio Cisamu | 56.403,77 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 39.971,38 |
| | **211.222,99** |
| **Total** | **772.465,07** |

| Recursos dos Projetos -Valores em Negociação | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio Cisamu | 29.640.765,16 | 22.013.502,95 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 1.627.228,20 | 1.756.681,40 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | – | – |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 5.733.225,07 | 3.763.833,54 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 1.875.486,18 | 2.772.870,56 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | 157.278,95 | 157.278,95 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 1.033.216,07 | 1.033.216,07 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Médicas | 253.296,43 | 253.296,43 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Central | 14.799.009,46 | 8.133.415,36 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upa Cecap | 6.144.728,56 | 1.851.878,00 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 2.612.908,51 | 2.911.932,54 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 6.666.181,23 | 4.391.116,89 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | – | – |
| | 70.543.323,82 | 49.039.022,69 |
| **Total Recursos dos Projetos** | **87.649.229,98** | **61.549.771,58** |

O contrato de Parceria junto a Prefeitura de Quissamã foi suspenso unilateralmente no de 2017 pelos gestores da Prefeitura. Nesta condição, o Instituto moveu ação contra a Prefeitura de Quissamã para ressarcimento de todos os valores gastos e não reembolsados. Os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelos valores a época da suspensão do contrato, acrescido de gastos em exercícios subsequentes, totalizando em dezembro de 2023 o montante de R$ 1.627.228,20 (2022 - R$ 1.1756.681,40/2021 - R$ 1.736.639,86). As atualizações cabíveis serão registradas quando da decisão judicial. **Nota 14:** O saldo de "Valores bloqueados" está representado por depósitos judiciais e bloqueios judiciais efetuados em contas correntes bancárias do Instituto em face de dívidas trabalhistas oriundas do Projeto suspenso com Prefeitura Municipal de Quissamã (vide Nota 13).

| Depósitos Judiciais | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio Cisamu | 10.527,12 | 10.527,12 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 428.746,77 | 413.673,64 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 15.935,00 | 15.935,00 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 45.413,09 | 7.076,66 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | 148.989,07 | 148.989,07 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 7.851,46 | 7.851,46 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 11.000,52 | 11.000,52 |
| | 668.463,03 | 615.053,47 |
| **Bloqueios Judiciais** | 31/12/2024 | 31/12/2022 |
| Parceria - Prefeitura de Trememné | – | 15.073,13 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 27.225,16 | 9.504,81 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 27.357,70 | – |
| | 54.582,86 | 24.577,94 |
| **Total** | **723.045,89** | **639.631,41** |

**Nota 15:** O instituto adquiriu, por meio de uma prestadora de serviço especializada em direitos creditórios, o uso de precatórios no valor de R$ 3.611.593,67, para serem compensados com saldos devedores de INSS. Esta operação gerou uma obrigação com deságio no montante de R$ 1.491.625,47, sendo registrado R$ 1.284.401,95 no Projeto junto ao Consórcio Cisamu e R$ 207.223,52 junto ao Projeto de Pindamonhangaba, tendo como contra partida o Ativo não Circulante. O Instituto está providenciando a formalização da aquisição de direito creditório junto aos órgãos competentes, bem como a elaboração da escritura pública. Os débitos de INSS em aberto, continuam registrados no passivo Circulante como Obrigações Trabalhistas, até que o crédito seja escriturado em nome do Instituto e o pedido de compensação seja protocolado junto à receita Federal do Brasil - RFB, quando então serão transferidos para o Passivo Não Circulante como crédito a compensar. Após a homologação do pedido de compensação por parte da RFB, o crédito será compensado com o saldo registrado na conta de investimento no ativo não circulante. **Nota 16:** O saldo de fornecedor está representado basicamente pelo valor histórico de aquisição de mercadorias, medicamentos, materiais hospitalares e prestações de serviço.

O saldo no final do exercício estava assim representado:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 1.517.536,70 | 1.365.063,52 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 207.448,54 | 207.448,54 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 22.104,54 | 605.983,50 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 124.340,94 | 68.098,58 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 1.157.982,48 | 2.148.628,24 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 105.674,11 | 1.366.579,86 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Médicas | 154.477,10 | 154.477,10 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 8.131.334,24 | 4.700.193,81 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté UPA CECAP | 3.564.568,91 | 1.222.099,47 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 1.588.338,76 | 1.588.338,76 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 4.226.793,78 | 4.620.467,40 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 425.971,17 | – |
| | **21.226.571,27** | **18.047.378,78** |

**Nota 17:** O saldo da conta que corresponde ao passivo Circulante e Não circulante está representado por contrato de empréstimo formalizado entre o banco Itaú e o projeto UPA Tatuí, no valor de R$ 400.000,00, com a finalidade de quitação de pagamentos de rescisões e salários devido ao distrato formalizado unilateralmente pela prefeitura de Tatuí face ao decreto Municipal nº 23.069 de 07 de outubro de 2022, que determinou a imediata suspensão da execução do Contrato. Demais valores são de transferência entre contas, Matriz versos projetos, para pagamentos de impostos das mesmas vinculadas ao CNPJ da Matriz.

| Empréstimo e financiamentos | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Projeto Tatuí | 133.333,34 | 66.666,67 |
| Transferências Matriz | 761.943,19 | – |
| | 895.276,53 | 66.666,67 |
| **Não Circulante** | **31/12/2023** | **31/12/2022** |
| Projeto Tatuí | 266.666,66 | 333.333,33 |
| **Total** | **1.161.943,19** | **400.000,00** |

**Nota 18:** O saldo de Salários, honorários e autônomos a pagar estão compostos pelos seguintes valores:

| R$ | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Salários | 3.356.588,68 | 3.410.272,13 |
| Rescisões | 75.983,28 | 83.759,49 |
| Desc. Funcionários (Penhora) | 474,83 | – |
| **Total** | **3.433.046,79** | **3.494.031,62** |

O saldo da conta de salários está representado pelas folhas de pagamento de mês de dezembro de 2023 e apresenta a seguinte composição entre os parceiros:

| | | |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 465.083,57 | 494.717,14 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 62.933,20 | 41.715,58 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 4.176,98 | 200.442,57 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 179.557,81 | 185.833,54 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 271.495,42 | 276.213,28 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | 90,00 | 90,00 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 969.107,66 | 798.292,19 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 565.242,73 | 612.092,78 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 133.242,88 | 142.819,32 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 419.387,42 | 360.886,89 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 300.723,48 | 297.168,94 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 62.005,64 | – |
| | **3.433.046,79** | **3.410.272,23** |

**Nota 19:** O saldo de férias, encargos de 13º salário e multas rescisórias está composto pelos seguintes valores:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Fárias e encargos | 8.542.790,01 | 5.197.578,96 |
| Multas rescisórias | 2.513.420,10 | 3.035.948,54 |
| 13º salário | 82.429,96 | 82.429,96 |
| **Total** | **11.138.640,07** | **8.315.957,46** |

As Férias e encargos a pagar calculados individualmente e em função do tempo decorrido. A revisão do registro contábil é efetuada na data-base de 31 de dezembro de cada exercício e estão assim apresentadas entre os projetos:

| Fárias e encargos | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 1.313.171,13 | 955.178,21 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 470.415,20 | 470.415,20 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | – | 330.366,26 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 372.918,81 | 317.297,30 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 731.317,57 | 424.526,96 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 2.474.390,90 | 1.503.645,89 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 1.802.910,25 | 759.759,42 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 424.164,11 | 127.250,45 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 841.313,16 | 309.139,27 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 93.806,63 | – |
| **Total** | **8.524.407,76** | **5.197.578,96** |

A multa rescisória esta representada pela provisão dos encargos trabalhistas a ser quitada nas respectivas rescisões quando do término dos termos de parcerias, assim apresentado entre os parceiros relacionados abaixo:

| Multas rescisórias | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 1.265.980,62 | 1.255.207,15 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 141.610,80 | 123.228,55 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | – | 373.641,54 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 288.848,15 | 288.838,34 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 297.752,19 | 341.124,66 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 382.965,50 | 366.264,44 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 118.986,10 | 190.291,17 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 27.250,21 | 23.317,82 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 5.355,27 | 74.034,87 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 3.053,51 | – |
| **Total** | **2.531.802,35** | **3.035.948,54** |

O saldo de 13º salário em 2023 está representado pela parceria junto a Prefeitura Municipal de Quissamã. **Nota 20:** O saldo das obrigações trabalhistas está composto pelos seguintes valores:

| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| INSS a recolher | 3.545.534,23 | – |
| FGTS a recolher | 2.459.606,81 | 1.588.160,18 |
| Parcelamento Federal | 615.326,00 | – |
| Parcelamento INSS | 4.436.028,01 | 5.015.166,56 |
| Acordo Judicial - Trabalhista | 700,01 | 1.000,00 |
| Contribuição Assistencial | 10.358,66 | 24.495,33 |
| Contribuição Confederativa | 7.027,12 | – |
| Contribuição Sindical | 10.074,35 | – |
| Pensão Alimentícia a pagar | – | 16.080,97 |
| Parcelamento - Multas CLT | 4.736,34 | – |
| Parcelamento municipal | 12.432,22 | – |
| Seguros a Pagar | 12,05 | – |
| INSS terceiros a recolher | – | 307.196,20 |
| Contingência trabalhista | – | 18.382,25 |
| | **11.101.835,80** | **6.970.481,49** |

| Demonstração do Resultado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Receita Operacional** | | |
| Consórcio CISAMU | 21.394.530,76 | 23.839.164,69 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 15.222,17 | 65.582,72 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 10.475.044,82 | 11.782.940,36 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 5.237.312,96 | 5.347.013,80 |
| Parceria - Prefeitura de Castelandia - Serra | 32.155.782,87 | 31.891.570,93 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | – | 13.468,83 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Emergencial | – | 5.563.872,58 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 43.412.667,52 | 29.337.015,67 |
| Parceria - Prefeitura de UPA Médicas | – | 6.367.887,71 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 48.971.453,00 | 38.575.911,58 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 14.485.208,47 | 6.501.443,65 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | – | 11.796.978,55 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 38.308.665,36 | 25.972.012,26 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 6.108.448,20 | – |
| Juros Ativos - Consórcio CISAMU | 9.039,45 | – |
| Descontos obtidos Consórcio CISAMU | 80.606,74 | 0,64 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Castelandia - Serra | 7.188,89 | 1.063,10 |
| Descontos obtidos Prefeitura de Castelandia - Serra | 2.279,88 | 0,20 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Tremembé | 6.777,14 | – |
| Juros Ativos - Prefeitura de Pindamonhagaba | 1.751,82 | 169,57 |
| Descontos obtidos - Prefeitura de Pindamonhagaba | 2.747,27 | – |
| Juros Ativos - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | – | 4.013,64 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Quissamã | – | 5,45 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Bragança Paulista - Emergencial | – | 1,94 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 5.277,56 | 31.390,03 |
| Descontos obtidos - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 536,77 | 1.372,93 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Taubaté UPAs Central | 1.425,99 | 18.334,79 |
| Descontos obtidos - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 352.490,36 | – |
| Juros Ativos - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 1.446,35 | 6.802,57 |
| Descontos obtidos - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 13.747,47 | – |
| Juros Ativos - Prefeitura de Tatuí | – | 3.751,50 |
| Descontos obtidos - Prefeitura de Tatuí | – | 0,10 |
| Juros Ativos - Prefeitura de Cariacica | 139,26 | 2.391,18 |
| Descontos obtidos - Prefeitura de Cariacica | 107.743,53 | – |
| Juros Ativos - Prefeitura de Itapipoca | 35,82 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Serra | 14.126,62 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 23.543,54 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 7.727,42 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Bragança Paulista | 43.692,65 | – |
| Recuperação de despesas - Consórcio CISAMU | 30.138,00 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Tremembé | 1.747.615,04 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Pindamonhagaba | 2.963,74 | – |
| Recuperação de despesas - Prefeitura de Cariacica | 19.069,13 | – |
| Doações Tremembé | 60,00 | – |
| **Receita Líquida** | **223.046.506,57** | **197.124.160,97** |
| (–) Custos dos Serviços prestados (Nota 23) | (223.046.506,57) | (197.124.160,97) |
| Consórcio CISAMU | (21.514.314,95) | (23.839.165,33) |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | (15.222,17) | (65.588,17) |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | (12.229.497,00) | (11.782.940,36) |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | (5.244.775,79) | (5.347.183,37) |
| Parceria - Prefeitura de Castelandia - Serra | (32.179.378,26) | (31.892.634,23) |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | – | (17.482,47) |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Emergencial | – | (5.563.874,52) |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | (43.462.174,50) | (29.369.778,63) |
| Parceria - Prefeitura de Upas Médicas | – | (6.367.887,71) |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upas Central | (49.348.912,89) | (38.594.246,37) |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - Upas Cecap | (14.508.129,71) | (6.508.246,22) |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | – | (11.800.730,15) |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | (38.435.617,28) | (25.974.403,44) |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | (6.108.484,02) | – |
| **Superávit (Déficit) do Exercício** | **–** | **–** |

| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Fluxo De Caixa Das Atividades Operacionais** | | |
| Superávit (Déficit) do exercício | – | – |
| Redução (aumento) nas contas | | |
| Recursos do projeto à receber | (26.099.458,40) | (30.577.063,59) |
| Outras | (2.643.338,75) | (173.084,26) |
| Valores Bloqueados | (83.414,48) | (46.632,96) |
| Aumento (redução) nas contas | | |
| Fornecedores | 3.179.192,49 | 16.117.413,58 |
| Salários, honorários e autônomos à pagar | (60.984,83) | 1.792.818,19 |
| Férias, 13° salário e multa rescisória | 2.822.682,61 | 3.780.556,60 |
| Obrigações trabalhista | 4.130.881,97 | (6.374.974,13) |
| Obrigações tributárias | 14.665.170,50 | 15.944.907,04 |
| Outras | (1.427.914,77) | (164.492,34) |
| Recursos do projeto | 6.528.020,23 | – |
| Caixa liquido obtido (aplicado) nas atividades operacionais | 1.010.836,57 | 299.448,13 |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos** | | |
| Aquisição de imobilizado | – | – |
| Baixa de imobilizado | – | – |
| Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento | – | – |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | |
| Captação (pagamento) de empréstimo | 761.943,19 | 400.000,00 |
| Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de financiamentos | 761.943,19 | 400.000,00 |
| **Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes** | 1.772.779,76 | 699.448,13 |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes | 889.094,05 | 189.645,92 |
| Saldo final de caixa e equivalentes | 2.661.873,81 | 889.094,05 |
| **Aumento (Diminuição) no Caixa e Equivalentes** | 1.772.779,76 | 699.448,13 |

O INSS a corresponde aos seguintes parceiros:

| INSS a recolher | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 654.628,87 | 2.584.214,42 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 247.943,94 | 247.943,94 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | 68.453,64 | 90.530,32 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 219.125,36 | 59.643,90 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 198.809,89 | 115.088,28 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba - Emergencial | 306189,9 | 306.189,90 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Emergencial | | – |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 427.298,68 | 349.311,59 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Médicas | | – |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 782.178,31 | 763.213,31 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 188.680,69 | 155.572,78 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | | – |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 363.104,80 | 343.458,12 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 89120,15 | – |
| | **3.545.534,23** | **5.015.166,56** |

O FGTS a recolher corresponde aos seguintes parceiros:

| FGTS a recolher | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| Consórcio CISAMU | 1.393.648,80 | 1.147.129,52 |
| Parceria - Prefeitura de Quissamã | 52.364,25 | 52.364,25 |
| Parceria - Prefeitura de Tremembé | – | 28.445,52 |
| Parceria - Prefeitura de Pindamonhagaba | 24.682,25 | 26.380,24 |
| Parceria - Prefeitura de Serra | 62.926,48 | 36.187,69 |
| Parceria - Prefeitura de Bragança Paulista - Permanente | 137.520,88 | 106.460,38 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA Central | 568.088,45 | 72.805,35 |
| Parceria - Prefeitura de Taubaté - UPA CECAP | 100.005,56 | 15.968,41 |
| Parceria - Prefeitura de Tatuí | 67.771,42 | 67.771,42 |
| Parceria - Prefeitura de Cariacica | 40.120,01 | 34.647,40 |
| Parceria - Prefeitura de Itapipoca | 12478,71 | – |
| | **2.459.606,81** | **1.588.160,18** |

Os valores em atraso foram atualizados até a data-base de 31 de dezembro de 2023. Para quitação de dos débitos em atraso, foram realizados parcelamentos, como segue:

| | | Parcelas a vencer | Prestação em 31/12/2023 (R$) | Parcelamento total (R$) | Circulante (R$) | Não circulante (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| N° 2432392 | Parcelamento INSS | 58 | 126.084,49 | 7.312.900,42 | 1.513.013,88 | 5.799.886,54 |
| N° 172316 | Parcelamento INSS | 53 | 36.589,57 | 1.939.247,21 | 439.074,84 | 1.500.172,37 |
| N° 8900328 | Parcelamento INSS | 10 | 127.157,75 | 1.271.577,50 | 1.271.577,50 | - |
| | | 48 | 498.034,54 | 23.905.657,89 | 996.069,08 | 22.909.588,81 |
| N° 8900528 | Parcelamento Receita Federal | 4 | 26.276,11 | 105.104,44 | 105.104,44 | – |
| | | 54 | 45.739,90 | 2.469.954,80 | 365.919,23 | 2.104.035,57 |
| N° 8930174 | Parcelamento INSS | 10 | 9.473,29 | 94.732,90 | 94.732,90 | - |
| | | 48 | 37.103,72 | 1.780.978,58 | 74.207,44 | 1.706.771,14 |
| N° 8930161 | Parcelamento Receita Federal | 4 | 5.216,15 | 20.864,60 | 20.864,60 | – |
| | | 54 | 9.079,98 | 490.318,97 | 72.639,85 | 417.679,12 |
| N° 8008020 | Parcelamento INSS | 4 | 261,06 | 1.044,24 | 1.044,24 | – |
| | | 54 | 973,91 | 52.591,14 | 7.791,28 | 44.799,86 |
| N° 8007953 | Parcelamento Receita Federal | 4 | 1.515,01 | 6.060,04 | 6.060,04 | – |
| | | 54 | 5.592,23 | 301.980,45 | 44.737,84 | 257.242,60 |
| N° 3696916 | Parcelamento INSS | 20 | 1.159,68 | 23.193,60 | 13.916,16 | 9.277,44 |
| N° 4378072 | Parcelamento INSS | 28 | 1.194,14 | 33.435,92 | 14.329,68 | 19.106,24 |
| N° 643951237 | Parcelamento INSS | 52 | 538,64 | 28.009,28 | 6.463,68 | 21.545,60 |
| N° 644415959 | Parcelamento INSS | 3 | 1.269,11 | 3.807,33 | 3.807,33 | – |
| | Parcelamento em 31/12/2023 | | | 39.841.459,31 | 5.051.354,01 | 34.790.105,30 |

**Nota 21:** O saldo das obrigações tributárias está representado pelos seguintes valores:

| **Circulante** | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
|---|---|---|
| INSS Terceiros a recolher | 872.746,26 | 307.196,20 |
| IRRF sobre folha a recolher | 343.501,51 | 1.137.125,17 |
| IRRF sobre Terceiros | 410.137,86 | 564.296,37 |
| ISS a recolher | 2.527.986,40 | 285.823,75 |
| ISS Retido | 559.347,68 | – |
| ISS s/Recurso de Projeto | 353.011,52 | – |
| PIS/PASEP - COFINS e CSll | 663.963,83 | 2.349.338,38 |
| PIS sobre folha a recolher | 78.909,76 | – |
| **Total** | **5.809.604,82** | **4.643.779,87** |
| **Não Circulante** | **31/12/2023** | **31/12/2022** |
| Parcelamento - Multas CLT | 37.890,72 | 42.627,06 |
| Parcelamento Municipal | 58.091,01 | 20.433,09 |
| Parcelamento - Débitos Federais | 2.778.957,30 | 399.905,42 |
| INSS parcelamento a pagar | 32.011.148,00 | 20069030,49 |
| **Total** | **34.886.087,03** | **20.531.996,06** |

Para quitação de parte dos débitos em atraso, foram realizados parcelamentos (vide Nota 20).
**Nota 22:** O contrato de parceria junto à Prefeitura de Tatuí foi suspenso unilateralmente em outubro de 2022 pelos gestores da prefeitura. Nesta condição, o Instituto moveu ação contra a Prefeitura de Tatuí para ressarcimento de todos valores gastos e não reembolsados. O ativo e passivo estão representados em 31/12/2023 pelo valor de R$ 2.657.262,40.
**Nota 23:** O contrato de gestão junto a Prefeitura de Tremembé chegou ao seu término em novembro de 2023. A Prefeitura realizou um novo chamamento público ao qual o Instituto não prosseguiu no processo classificatório. O ativo e passivo em 31/12/2023 correspondem ao valor de R$ 622.621,78.

**Diretoria**

**Paulo Rozaes Junior** - Diretor Executivo Institucional

**Contador**

**Renulfo de Sousa Santos** - CRC 1SP283657/O-8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIFAINA**

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRONICO N°05/2024** OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA ELÉTRICA, SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA, DESTINADA À MANUTENÇÃO CONTÍNUA, PREVENTIVA E CORRETIVA, INTERNA E EXTERNA, DOS IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE RIFAINA. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:30 de abril de 2024 FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:14 de maio às 08:30 INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 14 de maio de 2024 às 09:30 O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no sites: www.bll.org.br e www.rifaina.sp.gov.br.Maiores informações no setor de Licitações sito na Rua Barão de Rifaina nº 251 - Centro,Rifaina-SP, tel. (16) 3135 9500, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 RIFAINA,29 DE ABRIL DE 2024 HUGO CESAR LOURENÇO-PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO ABERTA – PREGÃO ELETRÔNICO 02/2024 - OBJETO: Aquisição de combustíveis - menor preço por item - ampla disputa - conforme características e especificações constantes no Edital e Termo de Referência. ACOLHIMENTO DE PROPOSTA: de 30/04/2024 até às 9h de 15/05/2024. DISPUTA: 15/05/2024 às 10h - Valor máximo admitido: R$ 316.016,60 - TIPO: aberta. ACESSO AO EDITAL: www.bll.org.br. Informações e-mail: pregao@saaeportofeliz.sp.gov.br. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz – CNPJ 45.479.391/0001-07

**PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM DA BARRA**

AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 029/2024** PROC. ADM. n.º 0772/2024 Tipo da Licitação: Menor Preço Global Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO ALUGUEL DE TENDAS (DIVERSOS TAMANHOS) PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DA BARRA, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. A realização da sessão será no dia 16/MAIO/2024 – ÀS 09h00 no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/Home/Login O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.saojoaquimdabarra.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): WWW.pncp.gov.br/app/editais Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (16) 3810-9010. São Joaquim da Barra, 29 de abril de 2024. Dr. Wagner José Schmidt Prefeito

**MUNICÍPIO DE NHANDEARA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024 - PROCESSO Nº 577/2024**

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 014/2024, Processo nº 577/2024. Resumo do objeto: Contratação, sob demanda, de serviços de manutenção, conservação e limpeza de praças públicas, parques, vias públicas, áreas verdes e demais locais necessários do Município de Nhandeara, conforme quantidades e especificações anexas ao edital. O recebimento das propostas será das 08h00 do dia 26/04/2024 até às 08h00m do dia 13/05/2024. A abertura das propostas será no dia 13/05/2024, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara-SP, 24 de abril de 2024. – José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL PARA EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA - FUMEC**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Acha-se aberto na **Fundação Municipal para Educação Comunitária**, com Instrumento Convocatório disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou www.fumec.sp.gov.br o **Pregão Eletrônico nº 07/2024, Interessada:** Fundação Municipal para Educação Comunitária **(FUMEC), Processo Administrativo nº FUMEC.2024.00000871-17 Objeto:** Contratação unificada de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, incluindo os serviços de copeiragem nas unidades da FUMEC. **DISPONIBILIDADE DO EDITAL: 30/04/2024, DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/05/2024 - 09:00 h. Unidade Compradora: 925256 – Número da Licitação:90007/2024**. Qualquer dúvida ou esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do email: (fumec.licitacoes@educa.fumec.sp.gov.br)

Campinas, 29 de abril de 2.024.

**FABIO ALVES CREMASCO – Gerente de Compras e Licitações - FUMEC**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 10/2024 (Comprasnet nº 90010/2024) - UASG Nº 926703

Processo nº: 12500.130720/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada em SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE OUTSOURCING (IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO), INCLUINDO A MANUTENÇÃO PREVENTINA E CORRETIVA E O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS.

Abertura das Propostas: 16/05/2024 às 09h00 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 29 de abril de 2024.

Estefania Alves O. Neta

Pregoeira/ALICC

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPERÓ FAZ SABER AOS INTERESSADOS QUE FICA ABERTA A LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 06/2024, CUJO OBJETO É "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INFRAESTRUTURA URBANA NA AVENIDA EMILIO GUAZZELLI" A SESSÃO DE PROCESSAMENTO SERÁ NO ENDEREÇO ELETRÔNICO HTTPS://BLLCOMPRAS.COM/. SENDO O INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DO DIA 30/04/2024 ATÉ ÀS 8 HORAS DO DIA 16/05/2024. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/05/2024 ÀS 8H30MIN. IPERÓ, 29 DE ABRIL DE 2024. LEONARDO ROBERTO FOLIM - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – COMPROVAR IMPENHORABILIDADE. Processo Digital nº: **1001179-53.2017.8.26.0584**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Exequente: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Odair Gonçalves da Silva 11926722833 e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001179-53.2017.8.26.0584. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de São Pedro, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Carlos Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ODAIR GONÇALVES DA SILVA, CPF 11926722833 E ODAIR GONÇALVES DA SILVA, CNPJ 20.122.113/0001-77, que por este Juízo, tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por BANCO BRADESCO S/A. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinado a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, comprove que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis e, ou, se houve bloqueio em excesso. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Pedro, aos 18 de abril de 2024.

**COMUNICADO**

A SASSPM – Sociedade de Atendimento Social aos Servidores Públicos Municipais, cumprindo o disposto no artigo nº 11 do Estatuto Social determina e torna público a convocação de todos os Associados para comparecerem a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA em 15 de Maio 2024, às 13:30 hs. Em primeira convocação e 14:00 hs. Em segunda convocação nas dependências da sede social à Rua: Senador Feijó, 161 – 3º andar – sala 32, centro/SP, para discutir a seguinte ordem do dia 1 – Ratificação dos Membros da Diretoria, Período de 2021 a 2022 e 2023 a 2024, 2 - Prestação de Contas de 2019/2020 e 2021/2022, e 3 – ATUALIZAÇÃO DO ESTATUTO VIGENTE. Nada mais

A DIRETORIA – (a) ROBERTO GUERRINI

São Paulo, 29 de Abril 2024.

**MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 – Processo Administrativo Nº 013/2024**

Acha-se aberto na Divisão de Material o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024, do tipo menor preço por item, o registro de preços para a aquisição fracionada de material de consumo (higiene e limpeza), para atender as necessidades dos diversos Setores da Administração Pública Municipal; com início da fase de lances às 8h30min do dia 13 de maio de 2024. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo site: https://pncp.gov.br/app/editais; no Portal de Compras Públicas (PCP), pelo site https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ ou no site https://www.alvaresmachado.sp.gov.br/publicacoes/1. Contatos: Portal de Compras Públicas (PCP): 3003-5455 / (61) 3120-3737 ou pelo e-mail: fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br. Licitações: (18) 3273-9300, ramal 222 ou pelo e-mail: licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Álvares Machado, 29 de abril de 2024. Roger Fernandes Gasques – Prefeito.

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

C.P.P. III "PROF. NOÉ AZEVEDO" DE BAURU

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90014/2024 - Edital nº 18/2024

Processo Administrativo: 006.00137990/2024-57

Data abertura: 14/05/2024 às 09h

Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

Objeto: Aquisição de vestuário, material higiene e outros – Kit Reeducando

Modalidade: Pregão Eletrônico, Art. 28, inciso I da Lei 14.133/21.

**Departamento Autônomo de Água e Esgotos**

daae araraquara

**Aviso de Licitação**

**Pregão Eletrônico nº 036/2024**

**Processo DAAE nº 0999 de 25/03/2024**

**Objeto:** Reforma do leito de secagem de lodo da ETE – Estação de Tratamento de Esgotos de Bueno de Andrada. **Abertura das Propostas:** às 10h00min do dia 17 de maio de 2024. **Data e horário de início da sessão de disputa de preços:** às 10h10min do dia 17 de maio de 2024. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo/index.html#/painel/geral/index.html#/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br; . www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 25 de abril de 2024.

Delorges Mano - **Superintendente**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024 - PROCESSO Nº 067/2024**

OBJETO: Contratação de empresa para realização de exames de radiografia panorâmica, necessários para a especialidade de Cirurgia Buco Maxilo Facial do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, durante o período de 12 (doze) meses. DATA DA REALIZAÇÃO: 14/05/2024. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: a partir do dia 30/04/2024 ao dia 14/05/2024 até às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: dia 14/05/2024 a partir das 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO: Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal da Administração - Divisão de Licitações e pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração – 29/04/2024.

## mercado



Caminhão alimentado por pilha de hidrogênio é apresentado na fábrica da GWM em Baoding, China Eduardo Sodré/Folhapress

# Chinesa GWM vai trazer ao Brasil caminhão a hidrogênio

**FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA**

**Eduardo Sodré**

BAODING (CHINA) O caminhão vermelho que desloca sem fumaça pelas dependências da GWM em Baoding, China, é a materialização dos planos apresentados pela montadora há um ano, quando revelou parte de sua estratégia para veículos comerciais no Brasil, com foco em pesados alimentados por pilha de hidrogênio. O modelo exibido na sede é um deles.

A fabricante pretende importar esses caminhões —e talvez, futuramente, nacionalizar a produção. Essa é uma das principais alternativas de médio e longo prazos para descarbonizar o transporte rodoviário.

A marca não deu datas para venda do caminhão no Brasil, mas os testes terão início ainda em 2024. A montadora deve trazer quatro ou cinco veículos para serem avaliados no país .

O veículo tem capacidade para transportar 25 toneladas de carga e o barulho se limita ao "espirro" do sistema de freios e ao som dos pneus sobre o piso. É basicamente um caminhão elétrico.

A engenheira Bea Xiao, responsável pelo planejamento de produtos para mercados estrangeiros da GWM, destaca a principal vantagem: com a pilha de hidrogênio, não é necessário instalar toneladas de baterias para atingir autonomia condizente com o transporte rodoviário de cargas. O reabastecimento deverá ser possível em alguns minutos.

O jornalista viajou a convite da GWM do Brasil

**LEILÃO ON LINE**

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que no dia 06 e 07/05/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.

**Acesse:**

www.rivaldodantasleiloes.com.br

**LEILÃO ON LINE**

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que no dia 15/05/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.

**Acesse:**

www.anaaquinoleiloes.com.br

**LEILÃO ON LINE**

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que no dia 16 e 17/05/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.

**Acesse:**

www.rivaldodantasleiloes.com.br

**CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema**

**Comunicado de Habilitação. Ref. Chamamento Público 001/2023 - Proc. 25/2023.** Objeto: Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s) para a prestação de serviços na realização de cirurgias de cataratas. Habilitada a empresa KTD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., CNPJ sob nº 52.770.817/0001-42, para atuar junto aos municípios de ASSIS, CÂNDIDO MOTA, FLORÍNEA, LUTÉCIA MARACAÍ e OSCAR BRESSANE. Aberta vista ao processo e prazo recursal.

Assis, 29 de abril de 2024. Ida Franzoso de Souza - Presidente da Comissão de Licitações

**Edital de Convocação de Assembleia Geral dos Músicos da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo**

Na qualidade de Diretor Presidente do **Sindicato dos Músicos das Orquestras Sinfônicas no Município de São Paulo - SIMOSP**, venho, por meio do presente ofício, com base no Art. 19° do seu estatuto social, convocar os Ilustríssimos Maestros e Maestrinas, integrantes da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo, contratados pela **Sustenidos Organização Social de Cultura**, a comparecerem em **Assembleia Geral**, quinta-feira, dia 2 de maio de 2024, às 16h em primeira convocação e às 16h15 em segunda convocação, por meio virtual, na plataforma Zoom, com a seguinte **ordem do dia: 1)** atualização sobre Negociação Coletiva; **2)** discussão sobre continuação de Negociação Coletiva; **3)** deliberação e aprovação de instaurar Assembleia Geral em caráter permanente; **4)** deliberação e aprovação de instaurar ação de Dissídio Coletivo; e **5)** deliberação e aprovação de deflagração de greve. São Paulo, 26 de abril de 2024.

**Brian Christopher Fountain**, Diretor Presidente

TenarisConfab

# Confab Industrial S.A. e Controladas

CNPJ/MF nº 60.882.628/0001-90

**Relatório da Administração**

A Confab Industrial S.A. ("Companhia") e suas controladas tem como atividade principal a fabricação de tubos de aço com costura para as indústrias de petróleo, petroquímica, gás, mineração e saneamento e de equipamentos industriais para as indústrias de petróleo, petroquímica, celulose, metalurgia, siderurgia e outras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board. Conforme relatório dos auditores independentes, as demonstrações financeiras apresentadas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Pindamonhangaba, 30 de abril de 2024

**Conselho de Administração**

**Roberto Caiuby Vidigal** - Presidente
**Renato Catallini** - Vice-Presidente
**Carlos Indalecio Gomez Alzaga** - Conselheiro

**Diretoria**

**Renato Catallini** - Presidente
**Paulo Eduardo Bicudo dos Santos** - Vice-Presidente
**Pedro Alonso Toffoli** - Diretor
**Idarilho Gonçalves Nascimento Neto** - Diretor
**Márcio Sartori** - Diretor

**Contador**

**Ronaldo Carneiro de Mesquita Junior**
CRC 1SP-315065/O-3

**Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022** (Em milhares de reais - R$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **ATIVO** | **31/12/2023** | **31/12/2022** | **31/12/2023** | **31/12/2022** |
| **CIRCULANTE** | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 25.537 | 3.238 | 40.059 | 5.198 |
| Contas a receber de clientes | 238.062 | 246.876 | 250.440 | 267.380 |
| Contas a receber partes relacionadas | 85.778 | 211.494 | 85.101 | 210.898 |
| Dividendos partes relacionadas | 12.589 | 11.375 | 12.589 | 11.375 |
| Estoques | 1.272.360 | 1.723.412 | 1.274.392 | 1.725.809 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 13.956 | 11.231 | 14.470 | 11.583 |
| Impostos a recuperar | 180.739 | 531.797 | 184.728 | 532.725 |
| Empréstimos partes relacionadas | 65.046 | 62.695 | – | – |
| Despesas pagas antecipadamente e outros ativos | 4.048 | 5.726 | 12.549 | 9.049 |
| Total do ativo circulante | **1.898.115** | **2.807.844** | **1.874.328** | **2.774.017** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 82.543 | 55.491 | 82.706 | 55.633 |
| Impostos a recuperar | 213.210 | 99.727 | 213.952 | 100.411 |
| Depósitos judiciais | 34.766 | 34.800 | 34.766 | 35.361 |
| Outros ativos | 885 | 454 | 885 | 459 |
| | **331.404** | **190.472** | **332.309** | **191.864** |
| Investimentos | 734.506 | 690.380 | 731.557 | 694.808 |
| Imobilizado | 423.530 | 444.461 | 456.008 | 476.258 |
| Ativo de direito de uso | 5.817 | 5.908 | 5.817 | 5.908 |
| Intangível | 7.603 | 6.296 | 7.690 | 6.438 |
| Total do ativo não circulante | **1.502.860** | **1.337.517** | **1.533.381** | **1.375.276** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **3.400.975** | **4.145.361** | **3.407.709** | **4.149.293** |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **31/12/2023** | **31/12/2022** | **31/12/2023** | **31/12/2022** |
| **CIRCULANTE** | | | | |
| Fornecedores | 175.834 | 193.326 | 179.126 | 199.554 |
| Fornecedores partes relacionadas | 392.094 | 645.172 | 391.905 | 644.977 |
| Empréstimos partes relacionadas | 8.919 | 574.935 | – | 560.919 |
| Dividendos partes relacionadas | 86.643 | 1.669 | 86.643 | 1.669 |
| Empréstimos e financiamentos | 193.389 | – | 193.389 | – |
| Passivos de contratos | 241.583 | 529.084 | 241.586 | 529.144 |
| Impostos e contribuições a recolher | 34.020 | 79.226 | 37.618 | 84.345 |
| Salários e encargos sociais | 44.945 | 39.200 | 49.973 | 43.018 |
| Provisão para contingências | 12.504 | 14.458 | 13.507 | 14.593 |
| Passivo de arrendamento | 1.179 | 830 | 1.179 | 830 |
| Derivativos | – | 8.209 | – | 8.209 |
| Total do passivo circulante | **1.191.110** | **2.086.109** | **1.194.926** | **2.087.258** |
| **NÃO CIRCULANTE** | | | | |
| Provisão para contingências | 66.002 | 74.205 | 68.809 | 76.878 |
| Passivo de arrendamento | 3.724 | 5.076 | 3.724 | 5.076 |
| Outros a pagar | 24.514 | 19.751 | 24.625 | 19.861 |
| Total do passivo não circulante | **94.240** | **99.032** | **97.158** | **101.815** |
| Total do Passivo | **1.285.350** | **2.185.141** | **1.292.084** | **2.189.073** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | | | | |
| Capital social | 1.175.256 | 1.175.256 | 1.175.256 | 1.175.256 |
| Reservas de lucros e legal | 1.001.345 | 723.175 | 1.001.345 | 723.175 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | (60.976) | 61.789 | (60.976) | 61.789 |
| Participação dos Acionistas Controladores | 2.115.625 | 1.960.220 | 2.115.625 | 1.960.220 |
| Total do patrimônio líquido | **2.115.625** | **1.960.220** | **2.115.625** | **1.960.220** |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **3.400.975** | **4.145.361** | **3.407.709** | **4.149.293** |

**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022** (Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Receita operacional líquida | 3.908.483 | 1.836.294 | 3.980.476 | 1.904.792 |
| Custo dos produtos e serviços vendidos | (3.021.359) | (1.498.641) | (3.061.549) | (1.591.099) |
| **Lucro bruto** | **887.124** | **337.653** | **918.927** | **313.693** |
| Despesas com vendas | (212.827) | (114.171) | (217.782) | (117.682) |
| Despesas gerais e administrativas | (126.160) | (136.607) | (130.331) | (141.542) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (9.061) | (10.529) | (9.309) | (10.594) |
| Participação nos lucros de controladas e coligadas | (34.446) | (12.021) | (41.823) | 32.308 |
| **Lucro operacional** | **504.630** | **64.325** | **519.682** | **76.183** |
| Variação cambial líquida | 35.227 | 13.556 | 35.255 | 13.545 |
| Despesas financeiras | (39.889) | (14.337) | (38.571) | (13.762) |
| Receitas financeiras | 18.487 | 25.282 | 10.948 | 19.861 |
| Derivativos | (5.735) | (40.808) | (5.735) | (40.808) |
| Receitas (despesas) financeiras, líquidas | **8.090** | **(16.307)** | **1.897** | **(21.164)** |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | **512.720** | **48.018** | **521.579** | **55.019** |
| Imposto de renda e contribuição social | (147.906) | (40.989) | (156.765) | (47.990) |
| **Lucro líquido do exercício** | **364.814** | **7.029** | **364.814** | **7.029** |
| **Lucro líquido por Ação - R$** | **0,67947** | **0,01309** | **0,67947** | **0,01309** |

**As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia**

# COSAN OITO S.A.

CNPJ: 43.874.376/0001-38

**Demonstração Financeira em 31/12/2023 (Em milhares de reais)**

**Balanço Patrimonial - Não auditado**

| | 31/12/2023 | | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|
| **Ativos** | | **Passivos** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 40 | Outros tributos a pagar | 251 |
| IR e CS a recuperar | 89.755 | Outras obrigações | 180 |
| Aplicações financeiras | 374.938 | **Passivo circulante** | **431** |
| Títulos e valores imobiliários | 25.001 | Empréstimos e financiamentos | 5.835.841 |
| Outros créditos | 96.763 | Instrumentos financeiros derivativos | 935.838 |
| **Ativo circulante** | **586.497** | **Passivo não circulante** | **6.771.679** |
| Investimentos em subsidiárias e associadas | 15.662.485 | Capital social | 10.576.505 |
| IR e CS diferidos | 344.345 | Outros componentes do patrimônio líquido | (6.096) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 555.072 | Prejuízos acumulados | (194.120) |
| **Ativo não circulante** | **16.561.902** | **Patrimônio líquido** | **10.376.289** |
| **Total do ativo** | **17.148.399** | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **17.148.399** |

**Demonstrações dos Resultados - Não auditado**

| | 31/12/2023 |
|---|---|
| Despesas gerais e administrativas | (421) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 1.282.980 |
| **Resultado operacional** | **1.282.559** |
| **Resultado antes do resultado financeiro líquido** | **1.282.559** |
| Equivalência patrimonial em associadas | 96.075 |
| **Resultado de equivalência patrimonial** | **96.075** |
| Despesas financeiras | (5.122.908) |
| Receitas financeiras | 2.784.259 |
| **Resultado financeiro líquido** | **(2.338.649)** |
| **Lucro antes do IR e CS** | **(960.015)** |
| **IR e CS** | |
| Diferido | 613.657 |
| | **613.657** |
| **Lucro líquido do período** | **(346.358)** |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Não auditado**

| | Capital social | Outros componentes do patrimônio líquido | Reserva de lucros/Prejuízo: Legal | Reserva de lucros/Prejuízo: Retenção de lucros | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2023** | **7.860.005** | **–** | **26.139** | **372.483** | **–** | **8.258.627** |
| Resultado líquido do exercício | – | – | – | – | (346.358) | **(346.358)** |
| **Resultado abrangente do período** | | | | | | **–** |
| Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa | – | 7.400 | – | – | – | **7.400** |
| Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior | – | 30.121 | – | – | – | **30.121** |
| Ganhos atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto | – | (26.292) | – | – | – | (26.292) |
| **Total do resultado abrangente** | **–** | **11.229** | **–** | **–** | **(346.358)** | **(335.129)** |
| **Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas** | | | | | | |
| Aumento de capital | 4.000 | – | – | – | – | 4.000 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 2.712.500 | – | – | – | – | 2.712.500 |
| Dividendos | – | – | – | (246.384) | – | (246.384) |
| Destinação para reserva de retenção de lucros | – | – | – | (346.358) | 346.358 | – |
| Transações com pagamento baseado em ações | – | (17.325) | – | – | – | (17.325) |
| **Total de contribuições e distribuições** | **2.716.500** | **(17.325)** | **–** | **(592.742)** | **346.358** | **2.452.791** |
| **Total das transações com acionistas da Companhia** | | | | | | |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **10.576.505** | **(6.096)** | **26.139** | **(220.259)** | **–** | **10.376.289** |

**A Diretoria** — **Contadora - Renata Pavanelli Chaves** - CRC SP-283861/O-1

# COSAN NOVE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 47.646.941/0001-60

**Demonstração Financeira em 31/12/2023 (Em milhares de reais)**

**Balanço Patrimonial**

| | 31/12/2023 | | 31/12/2023 |
|---|---|---|---|
| **Ativos** | | **Passivos** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.808 | Impostos e CS correntes | 243 |
| IR e CS a recuperar | 2.954 | Fornecedores | 13 |
| Títulos e valores imobiliários | 101 | Outras obrigações | 136 |
| Outros ativos | 39 | **Passivo circulante** | **392** |
| **Ativo circulante** | **4.902** | Capital social | 7.658.673 |
| Investimentos em controladas | | Reserva de capital | 2.113.422 |
| em conjunto | 10.373.285 | Ajuste de avaliação patrimonial | (17.309) |
| **Ativo não circulante** | **10.373.285** | Lucros acumulados | 623.009 |
| | | **Patrimônio líquido** | **10.377.795** |
| **Total do ativo** | **10.378.187** | **Total do passivo e patrimônio líquido** | **10.378.187** |

**Demonstrações dos Resultados**

| | 31/12/2023 |
|---|---|
| Despesas gerais e administrativas | (440) |
| **Resultado operacional** | **(440)** |
| **Resultado antes do resultado de equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido** | **(440)** |
| Equivalência patrimonial em controladas em conjunto | 980.921 |
| **Resultado de equivalência patrimonial** | **980.921** |
| Despesas financeiras | (1.244) |
| Receitas financeiras | 26.403 |
| **Resultado financeiro líquido** | **25.159** |
| **Lucro antes do IR e CS** | **1.005.640** |
| **IR e CS** | |
| Corrente | (5.892) |
| | **(5.892)** |
| **Lucro líquido do período** | **999.748** |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Capital social | Reserva de capital | Outros componentes do patrimônio líquido | Reserva de lucros: Legal | Reserva de lucros: Retenção de lucros | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2023** | **7.658.673** | **1.943.661** | **37.416** | **9.726** | **138.597** | **–** | **9.788.073** |
| Resultado líquido do período | – | – | – | – | – | 999.748 | **999.748** |
| **Resultado abrangente do período** | | | | | | | **–** |
| Resultado com *hedge accounting* de fluxo de caixa | – | – | (105.031) | – | – | – | **(105.031)** |
| Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior | – | – | 55.034 | – | – | – | **55.034** |
| Ganhos atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto | – | – | (4.728) | – | – | – | (4.728) |
| **Total do resultado abrangente** | **–** | **–** | **(54.725)** | **–** | **–** | **999.748** | **945.023** |
| **Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas** | | | | | | | |
| Aumento de capital | – | 121.621 | – | – | – | – | 121.621 |
| Dividendos | – | – | – | – | | (525.062) | (525.062) |
| Destinação para a reserva legal | | | | 49.987 | | (49.987) | – |
| Destinação para reserva de retenção de lucros | | | | | 424.699 | (424.699) | – |
| Transações com pagamento baseado em ações | – | 48.140 | – | – | – | | 48.140 |
| **Total de contribuições e distribuições** | **–** | **169.761** | **–** | **49.987** | **424.699** | **(999.748)** | **(355.301)** |
| **Mudanças na participação em controladas** | | | | | | | |
| Mudança de participação em subsidiária | – | – | – | – | – | – | – |
| **Total das transações com acionistas da Companhia** | – | – | – | – | – | – | – |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **7.658.673** | **2.113.422** | **(17.309)** | **59.713** | **563.296** | **–** | **10.377.795** |

**A Diretoria** — **Contadora - Renata Pavanelli Chaves** - CRC SP-283861/O-1

INÊS249

agrofolha

## VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

# Preços voltam a subir no campo, mas varejo ainda mantém queda

Abril termina com uma aceleração de preços no campo, principalmente no setor de grãos. As proteínas tiveram pouca reação.

O varejo, contrariando o campo, registrou queda nos preços dos alimentos neste mês, refletindo desaceleração nos valores recebidos pelos produtores nos meses anteriores. Essa recuperação no campo deverá se refletir nos preços do varejo nas próximas semanas.

Uma das altas ocorre exatamente no arroz, um dos principais alimentos do dia a dia do consumidor. O Cepea (Centro de Estudos Avançadas em Economia Aplicada) aponta um valor médio de R$ 106 por saca do arroz em casca no Rio Grande do Sul, 7% a mais do que no final de março. Em algumas regiões, o produto de melhor qualidade chega a R$ 115.

Nos supermercados, o cereal vem registrando queda de 2% neste mês, mas ainda acumula alta de 30% em 12 meses. A pressão no arroz havia diminuído internamente porque houve uma ampliação da área semeada, e a estimativa de safra era de 10,5 milhões de toneladas, previsão que não deve ser confirmada devido a efeitos climáticos sobre a cultura. A colheita do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, está em 70% da área.

O problema do arroz continua sendo uma questão de mercado. O Brasil perdeu área porque os produtores obtiveram rendimento melhor na soja nos anos recentes. A recuperação dos preços do cereal e a queda no valor da oleaginosa trouxeram de volta parte dos agricultores para o arroz.

O aumento de produção de alimentos básicos, como arroz e feijão, só ocorrerá com políticas agrícolas específicas, principalmente por meio de financiamento e seguro, uma vez que são culturas de risco e sensíveis a mudanças climáticas.

O feijão, ao contrário do arroz, deverá dar um pouco de alívio ao bolso do consumidor nas próximas semanas. É tempo de colheita, e os preços giram de R$ 210 a R$ 240 por saca para o produto de qualidade média.

No varejo, os preços já acumulam queda de 4% neste mês, segundo acompanhamento da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Uma boa notícia para o produtor, mas má para o consumidor, são os preços do café. Apenas neste mês, a saca registra alta de 22% no campo, puxada principalmente pela aceleração dos preços do café conilon, que está a R$ 1.161, apenas R$ 100 abaixo do valor do arábica, tradicionalmente mais elevado.

O café já mostra reação nos supermercados, com alta de 3% em abril. Essa reação vai interromper a queda na taxa acumulada de 12 meses que o produto vinha registrando nos últimos meses.

O trigo também voltou a subir, com a tonelada chegando a R$ 1.285 no Paraná para o produtor, 4% a mais do que em março. Lá fora, os preços também sobem, e as exportações brasileiras aumentam neste quadrimestre.

O analista Vlamir Brandalizze afirma que os preços internos vão ter de seguir um alinhamento com os externos. Juntando os preços atuais da Bolsa de Chicago, US$ 6 por bushel (27,2 kg), e o patamar do dólar no Brasil, acima de R$ 5, o custo das importações atinge valor próximo a R$ 1.700 por tonelada.

As carnes, apesar do bom momento das exportações, têm pouca evolução no mercado interno nos preços do campo. A arroba de boi está estável em R$ 232, e o quilo de frango se mantém em R$ 7,1. Já o quilo de carne suína acumula queda de 10% nas granjas do Paraná no mês.

O leite, em março, subiu pelo quinto mês seguido, acumulando alta de 13% no primeiro trimestre, segundo o Cepea. Há uma disputa pelo produto por parte das indústrias, mas o repasse dos derivados para os consumidores é dificultado pelo baixo poder de compra. A Fipe registra alta de 10% no leite longa vida nos supermercados no primeiro trimestre.

A soja, carro-chefe da agricultura, voltou a subir, atingindo R$ 128 por saca no Paraná. Essa alta, no entanto, pode não ser tão consistente e depende da evolução das colheitas da Argentina e do Rio Grande do Sul, ambas em andamento.

Nos Estados Unidos, o plantio da soja está acelerado e não apresenta grandes problemas por ora. O mesmo ocorre com o do milho.

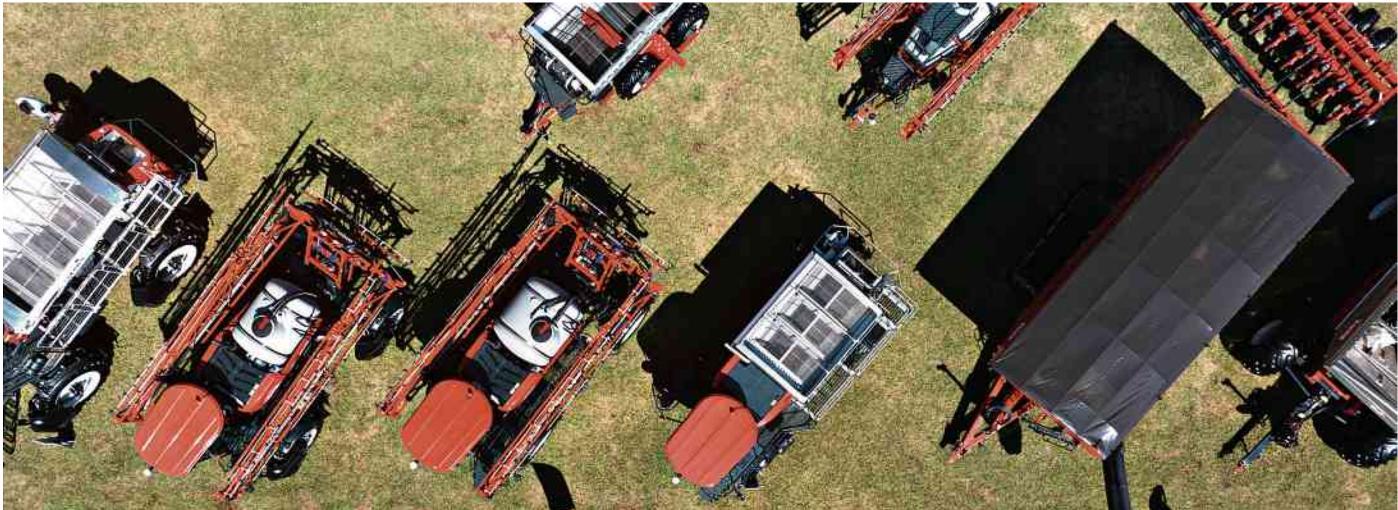
O cereal segue rumo diferente das outras commodities internamente, registrando queda de 6% neste mês. A saca caiu para R$ 58, menor valor desde outubro de 2023.

# Bancos veem momento delicado para grãos

## Instituições, no entanto, apostam em culturas como laranja, café e cana para fazer negócios bilionários na Agrishow

Marcelo Toledo

**RIBEIRÃO PRETO** Os quase 200 mil visitantes previstos para a Agrishow em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) atraem não só os grandes fabricantes de maquinários mas os bancos, que veem dificuldade momentânea para produtores de grãos, mas apostam em negócios bilionários com o bom momento em outras culturas.



Máquinas agrícolas no primeiro dia de visitação da Agrishow, principal feira do setor agrícola no país, que termina na sexta-feira (3) Joel Silva/Fotoarena/Folhapress

Principal referência em eventos agrícolas no país, a Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação) alcançou o sucesso que tem hoje por ter levado para a área de exposições os agentes financeiros, o que permite ao produtor rural escolher a máquina agrícola —ou camionete e até avião—, fazer cotação com os bancos que atuam no local do evento e fechar negócio mais conveniente.

As projeções de queda na produtividades de grãos no Centro-Oeste do país não foram suficientes para reduzir as expectativas na Credicitrus, cooperativa que tem mais de 50% de seus 169 mil cooperados ligados à cadeia do agro em São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e que aposta em outras culturas para atingir sua meta de gerar R$ 400 milhões em intenções de negócios até sexta-feira (3). Se a meta for alcançada, representará alta de cerca de 10% em relação a 2023.

"Estamos com expectativa boa, apesar da questão dos grãos no Centro-Oeste, com queda de produtividade, mas para a nossa região, onde a Credicitrus está, não sentimos tanto esse impacto. Temos aqui também a cana, que está num momento muito bom, além da laranja e do café, nas regiões de Franca e sul de Minas", afirmou Fábio Fernandes, diretor de negócios da Credicitrus.

Para tentar ganhar mercado, a cooperativa vai manter as linhas oferecidas nas semanas seguintes à Agrishow.

O Sicoob, que reúne cooperativas como a Credicitrus, estima atingir R$ 2,5 bilhões em negócios, ante os R$ 2,3 bilhões realizados nos cinco dias da feira do ano passado.

"Algumas linhas de investimento possibilitam o financiamento de estruturas maiores e mais complexas, como as linhas BNDES de armazenagem e irrigação. Especificamente para operações de curto prazo, até 24 meses, as cooperativas do Sicoob oferecem taxas equalizadas reduzidas para operações prefixadas. Além disso, existe a linha em dólar do BNDES para produtores com perfil de exportação, e a CPRF, que é isenta de IOF", disse o diretor comercial e de canais do Sicoob, Francisco Silvio Reposse Junior.

Na feira, diz, os visitantes poderão se associar e receber instruções sobre como apresentar propostas ou projetos de financiamento, além de obter a lista de documentos necessários para análise.

Reposse Junior disse que, apesar de possíveis perdas de produtividade pelas condições climáticas desfavoráveis e a cotação relativamente baixa de alguns produtos, o ambiente é oportuno para que as cooperativas fortaleçam o capital de giro dos produtores.

O Santander terá na Agrishow cem gerentes especialistas com o objetivo de capturar negócios, segundo Ricardo França, head comercial de agronegócios do banco.

O Bradesco, por sua vez, vai disponibilizar financiamentos desde a agricultura familiar até os grandes produtores, com taxas subsidiadas —Crédito Rural, BNDES Crédito Rural, CDC Agro equalizado, CPR-F (Cédula do Produto Rural-Financeira) e CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio), entre outras opções.

Já a Caixa informou que o seu crédito rural financia despesas que vão do custeio aos investimentos em bens e serviços e que, por meio do Plano Safra 2023/24, disponibilizou R$ 1,3 bilhão para a agricultura familiar.

Assim como em concorrentes, o visitante que quiser financiar alguma máquina pela Caixa poderá fechar negócio com o banco mesmo que ainda não seja cliente.

Banco que participa da Agrishow desde sua primeira edição, em 1994, o Banco do Brasil espera obter R$ 3 bilhões em propostas neste ano. É, segundo a instituição, a maior estimativa já registrada pelo banco para uma feira do setor.

A Agrishow foi aberta ao público nesta segunda (29), com 800 marcas e previsão de receber 195 mil visitantes até sexta. A previsão é que os negócios totais ultrapassem R$ 13,7 bilhões (valor atualizado pela inflação) da edição de 2023.

INÊS249

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –**

**Extrato de Contrato 18/2024**

**Processo 04/2024 Edital Rerratificado 04/2024 Pregão Eletrônico 04/2024**

Objeto: contratação de empresas especializadas em análises laboratoriais de Ensaios e Amostragem acreditados pelo Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE do INMETRO com critérios da Norma ABNT NBR ISSO/IEC 17025/2005, onde essas emitam laudos analíticos referentes a ensaios laboratoriais assinados por profissional legalmente habilitado, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. **Contratada: ECO SYSTEM - PRESERVACAO DO MEIO AMBIENTE LTDA. Valor:** R$ 390.000,00. **Vigência:** 24/04/2024 a 23/04/2025

Bebedouro/SP, 29 de abril de 2024.
Gilmar Aparecido Feltrim - Presidente

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE BAURU/SP – UASG: 930098 – Informações e editais disponíveis no Serviço de Compras do DAE, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP 17012-020, Bauru/SP, das 08h às 17h, telefone (14) 3235-6168 ou download gratuito nos sites www.daebauru.sp.gov.br e www.gov.br/compras.-**

**Processo nº** 673/2024 **Pregão Eletrônico nº** 003/2024 **Id contratação nº** 93003/2024 **Objeto:** Aquisição de ortopolifosfato de sódio especial para tratamento de água, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos. **Recebimento das propostas:** até 15/05/2024, às 09h00. **Sessão Pública:** 15/05/2024, às 09h00 no site www.gov.br/compras.

**"A População de Bauru pagou por este anúncio R$ 232,00"**

## AVISO GERAL DA COMISSÃO DE PREGÃO

**A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO da DPRJ torna público que fará realizar, no Portal Compras.gov (https://www.gov.br/compras/pt-br ), a seguinte licitação:**

**Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 90011/24**

**Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE**

**Objeto: AQUISIÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA, TROCADOR DE FRALDA, CADEIRA DE RODAS E BEBEDOURO INDUSTRIAL**

**Processo nº:** E-20/001.005264/2023

**Enquadramento legal:** Lei 14.133/2021

**Data da abertura da sessão:** 15/05/2024 - 11:00H

**Local: https://www.gov.br/compras/pt-br**

**Nº da Licitação no Portal: DPRJ PE Nº 90011/24**

**O edital e seus respectivos anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes**

## Prefeitura da Estância Turística de Salto

**EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14090/2023**
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**
**EXCLUSIVIDADE E COTA ME/EPP**

Encontra-se aberta licitação visando a convocação de pessoa jurídica, através de sistema de registro de preços, com exclusividade e cota para ME/EPP para fornecimento de impressos sob encomenda destinados as unidades básicas de saúde e Administração, conforme quantidades e especificações relacionadas no Anexo I do edital, a cargo das Secretarias de Saúde e Administração e Governo Digital. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da plataforma BLL Compras, **na data de 14 de maio de 2024. Início do Recebimento de Propostas: 02/05/2024 às 8hs. Fim do Recebimento de Propostas: 14/05/2024 às 8h30min. Início da Disputa: 14/05/2024 às 09hs. Modo de Disputa: Aberto.** Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br. – Publicações Oficiais - Licitação e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração e Governo Digital, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração e Governo Digital, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br

Estância Turística de Salto, 29 de abril de 2024.
**Marcia Vieira Fernandes Batista** - Secretária de Saúde
**arcello Alckmin de Carvalho** - Secretário de Administração e Governo Digital

**EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES**

**DATA: 1º PÚBLICO LEILÃO: 13/05/2024 ÀS 14:00hs l 2º PÚBLICO LEILÃO: 27/05/2024 ÀS 14:00hs. JONAS COIMBRA DELLA TONIA VICENTE**, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1089-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17202-160, autorizado pelas Credoras Fiduciárias **INVESTF EMPREENDIMENTOS**-CNPJ nº 13.381.131/0001-08 e **ADEFE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA** - CNPJ sob nº 15.264.343/0001-24, venderá em 1º e 2º Leilão Público Extrajudicial, de forma online no site www.coimbraleiloes.com.br, nos termos do artigo 2 da Lei 9.54/1997, o imóvel: **LOTE Nº 09, QUADRA F, DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL JARDIM BOM SUCESSO 2"**, Pitangueiras/SP. Medidas e confrontações: distante 56,57m (cinquenta e seis metros e cinquenta e sete centímetros) do início da curva que forma esquina com a Rua 11, medindo 8,00 (oito metros) de frente e de fundos, por 20,00m (vinte metros) da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando pela frente com a Rua 01; pelo lado direito do observador com o lote nº 10; pelo lado esquerdo com o lote nº 08; e pelos fundos com os lotes nº 09 e nº 10 da Quadra 10 do loteamento Residencial Jardim Bom Sucesso, **encerrando a área de 160,00m²**. Matriculado sob nº 16.552 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Pitangueiras -SP. Imóvel Ocupado. **Desocupação por conta do arrematante**, nos termos do artigo 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **VALORES: 1º Leilão: R$ 136.814,36 (Cento e trinta e seis mil oitocentos e quatorze reais e trinta e seis centavos) 2º Leilão: R$ 65.478,79 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais e setenta e nove centavos).** O arrematante pagará em até 24 horas o arremate e a comissão do leiloeiro (5%) de forma à vista, através de boleto, cheque, ou transferência na conta indicada pelo leiloeiro, e arcará com todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros e com todas as despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Venda *ad corpus*. Fica(m) o(s) fiduciante(s): **ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA MOURA**, CPF/MF nº 322.827.228-17 e seu marido **REGINALDO LUIS MOURA**, CPF/MF 145.453.278-50, intimado(s) também pelo presente edital da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do §2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465/2017, das datas horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigidas aos endereços constantes do contrato e no endereço atual, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquire(m) o imóvel entregue em garantia fiduciária, exercendo o seu direito de preferência 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no §2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Os interessados deverão se habilitar no site www.coimbraleiloes.com.br com antecedência de 24hr do início do leilão e, também, deverão obrigatoriamente tomar conhecimento do edital completo disponibilizado no site www.coimbraleiloes.com.br.

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**ALEXANDRE TRAVASSOS,** leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** doravante designada **VENDEDORA,** inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, nos termos do contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, sob nº 10000283-8, datado em 20/09/2022, no qual figura como **Devedor/Fiduciante Marcos Vinicius Tarley Estevo,** brasileiro, autônomo, separado Judicialmente, data de nascimento 25/11/1980, RG nº 34.010.829-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 276.502.898-26, residente e domiciliado na Rua Fernando Luís Baldim, nº 430, Apto 206, BL A, Vila Mariana, Americana/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e/ou On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **10 de Maio de 2024 a partir das 09h00,** na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, nº 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 293.522,28 (duzentos e noventa e três mil e quinhentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos),** o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído **pelo imóvel:** Apartamento nº 206, situado no 1º andar ou 2º pavimento do Bloco A - Edifício Jequitibá, integrante do Edifício Residencial Condomínio Bela Vista, com frente para a Rua Fernando Luiz Baldin, nº 430, no loteamento Vila Bertini, em Americana, composto de entrada, sala de estar/jantar, hall, banheiro, dois dormitórios, cozinha e área de serviço; possuindo a área útil de 58,9600m², área comum de 10,8148m², área da vaga de garagem de 12,50m², (descoberta), total de 69,7748m², correspondendo-lhe a fração ideal no terreno de 1,681727% (56,2506m²), melhor descritor na matrícula do imóvel. Ficando vinculado ao apartamento uma vaga de garagem sob nº 58. Matrícula nº 80182 do Cartório de Registro de Imóveis de Americana/SP. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 13.0072.0204.0036. **O imóvel encontra-se desocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. Caso aconteça alguma ocupação durante o período de leilão, o comprador providenciará a desocupação e assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **17 de Maio de 2024 a partir das 14h00,** para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a: **2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 239.339,94 (duzentos e trinta e nove mil e trezentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores Fiduciantes INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. A(s) ação (ões) Judicial(is) relativas(s) ao(s) Imóvel(is) arrematados(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação, após a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante transito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENDEDORA ou adjudicação em favor da VENDEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENDEDORA os valores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarcir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENDEDORA.

**Informações: (11) 4950-9602 - Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 105 - Condomínio Thera Office - Cjs 401 e 414 - CEP: 04571-010.**

**Edital de Citação. Processo Digital nº: 0023094-77.2010.8.26.0114.** Classe: Assunto: Usucapião – Usucapião Extraordinária Requerente: Gilson Braga Geraldo Requerido: Anetta Romana Slone e outro, e outro. Edital de Citação. Prazo de 20 dias. Processo nº0023094-77.2010.8.26.0114. **O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Campinas**, Estado de São Paulo, **Dr. Paulo César Batista dos Santos**, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(os) réus ausentes, incertos e desconhecidos, seus herdeiros, cônjuges ou sucessores, bem como terceiros, Anetta Romana Slone, seu marido Denis Slone e outros, todos identificados nos autos, bem como aos confinantes: Carlos Roberto de Souza (RG)14468095-SP, CPF 778020988-15, sua mulher, Maria Auxiliadora das Graças (RG) 9098198-4-SP, CPF 721973078-00 e, Moreira Irmãos Comercio S/A, qualificação ignorada, que foi proposta Ação de Usucapião Extraordinária por parte de **Gilson Braga Geraldo**, qualificado nos autos do Processo em epígrafe, objetivando a Declaração do Domínio sobre o Lote de Terreno sob nº 11 – Quadra 2 – Quarteirão 03931-2 do Jardim Centenário, com área total de 254,80 metros quadrados, confrontando com os Lotes nºs 06,07,12 e 10, neste Subdistrito e 3ª Circunscrição Imobiliária, devidamente identificado, descrito e caracterizado na Transcrição nº50.229, Livro 3-AF, Fls.09, Cadastrado na Municipalidade loca sob nºs 03-041447900, CC e nº 3444-23, 18.0090-0000, pelo Cód. De Contribuinte, alegando, em síntese: ser legítimo e único possuidor do referido Lote de terreno, de forma plena, mansa, ininterrupta e pacífica, sem oposição de terceiros, por tempo superior a 15(quinze)anos, agindo como se dono fosse. Encontrando-se os réus ausentes, incertos e desconhecidos, bem como terceiros, em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze)dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta, sob pena de não o fazendo, se rem aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor na inicial. E para que no futuro não se alegue ignorância, expediu-se este edital que será publicado e afixado na forma da lei. Nada Mais. **Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campinas/SP, aos 26 de março de 2024**. Documento Assinado Digitalmente nos Termos da Lei 11.419/2006, Conforme Impressão à margem Direita

MINISTÉRIO DA **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 90005/2024**

Objeto : Prestação de serviços de outsourcing de impressão na modalidade franquia mais excedente com fornecimento e disponibilidade dos equipamentos, assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva com suporte on-site, substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, fornecimento de insumos originais ou certificados pelo fabricante (exceto papel) e disponibilização de sistema de gerenciamento de ativos e contabilização de páginas impressas, para atender o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Edital e anexos.

Edital Disponível: a partir de 30/04/2024, de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 17:00.
Endereço: SEPN 507, Lote 2, 1º Andar, Sala 107, Brasília-DF.
Sites: www.gov.br/compras e www.gov.br/mcti
Abertura das Propostas: 16/05/2024, às 09:30

**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE ARAÇATUBA - Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária -** Fazendo uso das atribuições que me são conferidas pelos Estatutos Sociais e pela Legislação em vigor, **CONVOCO TODOS OS INTEGRANTES DA CATEGORIA, ASSOCIADOS OU NÃO, A ESTE SINDICATO,** para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06 de maio de 2024, na Rua Afonso Pena, 1.328, Araçatuba/SP, às 09:00 horas, em primeira convocação, com a presença de metade mais um dos integrantes da categoria, ou em segunda convocação às 11:00 horas, com a presença de qualquer número de integrantes da categoria. A Ordem do Dia deverá ser votada por todos os integrantes da categoria presentes à Assembleia. **ORDEM DO DIA:** 1 - Leitura, discussão, votação com aprovação ou não pelos trabalhadores da pauta de reivindicações da categoria para 2024/2025 (data-base 01/06/2024) a ser apresentada aos sindicatos patronais ora suscitados: **SINDHOSP - SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO; SINDHOSFIL - SINDICATO DAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA E HOSPITAIS FILANTRÓPICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; SINANGE - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE MEDICINA DE GRUPO; SINOG - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ODONTOLOGIA DE GRUPO; SINDICATO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE SERVIÇOS MÉDICOS; SINDICATO PATRONAL DOS VETERINÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; SINBIFIR - SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICIENTES, FILANTRÓPICAS E RELIGIOSAS DO ESTADO DE SÃO PAULO,** bem como a todas as demais entidades de representação econômica e empregadores que contratam empregados da categoria da Saúde, inclusive os estabelecimentos de serviços de saúde que celebram Acordo Coletivo de Trabalho com esta entidade sindical profissional; 2 - Delegar poderes à direção do Sindicato Profissional para iniciar as negociações coletivas, assinar Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou instaurar Dissídio Coletivo; assinar Acordos Coletivos de Trabalho com todo e qualquer estabelecimento que empregue trabalhadores da saúde; 3 - Fixação de contribuição a todos os integrantes da categoria para o custeio da entidade sindical e autorização para desconto em folha de pagamento; 4 - Declarar a assembleia aberta em caráter permanente até o final do processo de negociação coletiva. Obs: a pauta de reivindicações poderá ser acessada no site do sindicato profissional: www.sinsaudearacatuaba.com.br.

Araçatuba-SP, 25 de abril de 2024
**Erivelto Corrêa de Araújo -** Presidente

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 20/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 57/2024**
**S.R.P. Nº. 20/2024**
**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:**
**17 de MAIO de 2024, às 15h30min.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE SUCO DE FRUTA INTEGRAL PARA MERENDA ESCOLAR.**

Encontra-se aberto no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura de Pirapozinho, a **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 20/2024 – PROCESSO Nº. 57/2024 – S.R.P. Nº. 20/2024,** cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE SUCO DE FRUTA INTEGRAL PARA MERENDA ESCOLAR,** conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, ***com o recebimento das propostas a partir o dia 01 de MAIO de 2024, às 08h00min, com o encerramento no dia 17 de MAIO de 2024, às 15h00min***. O Pregão na forma Eletrônica será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 17 de MAIO de 2024, às 15h30min, horário de Brasília-DF**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br; www.pirapozinho.sp.gov.br – link: Licitações – Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 29 de ABRIL de 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Araraquara -** Av. Paulo da Silveira Ferraz, 455 - Vila Xavier - Araraquara (SP) - CEP. 14810-182 - Tel./WhatsApp (16) 3301-3340 - Site: www.sticma.org.br - Base Territorial em: Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itaju, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju **Assembleia Geral Extraordinária - Edital -** Pelo presente edital, convoco para as 18h00min., todos os trabalhadores dos setores das Industrias da Construção Civil, de Pequenas e Grandes Estruturas, inclusive Empreiteiras, da Indústrias de Materiais para Construção, Olarias, Cerâmicas para Construção, Branca e Vermelha, Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento e Artefatos de Cimento (excluindo-se, fabricações e acabamentos de peças e pré-moldados em concreto e concreto, bombeamento e locação de bombas), Amianto, Mármores e Granitos, Pinturas, Decorações, Estuques, Ornatos, Cimento, Cal, Gesso, Tijolos, da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tonoarias, Artefatos de Madeiras, Compensados e Laminados, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeira e Fórmica, Móveis de Madeira, de Junco e Vime, Vassouras, Escovas e Pincéis, das Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias, Montagens Industriais, e Poços Artesianos, integrantes do sistema confederativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; e os demais trabalhadores catalogados no grupo III, da base territorial desde Sindicato, associados ou não, todos com direito a voz e voto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizar no dia 06/05/2024, na sede social do Sindicato da Construção e do Mobiliário de Araraquara, estabelecido na Avenida Paulo da Silveira Ferraz, 455 - Vila Xavier, nesta cidade, com base territorial nas cidades de: Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itaju, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da ata anterior; 2) Apresentação, discussão e aprovação do rol de reivindicação dos trabalhadores para renovação da norma coletiva de trabalho das categorias Construção Civil de Pequenas e Grandes Estruturas, Olaria, Ladrilhos Hidráulicos, Pinturas, Decoração de Estuque, Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas, Sanitárias Terraplenagem, Pontes, Viadutos, Canais e Montagens Industriais, Móveis de Madeira, Junco e Vime, Vassouras e Cortinas Estofos; 3) Discussão e aprovação da Contribuição Assistencial/Negocial e direito de oposição; 4) Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato e da Federação, para dar início ao processo de negociação e possa firmar Acordo/Convenção Coletiva e posteriormente, se for o necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (Econômico/Greve); e 5) Decidir pela manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação. O presente Edital será publicado em jornal de grande circulação dando conhecimento a todos os trabalhadores representados por esta Entidade, bem como para as empresas, das negociações com vigência e data base 01 de maio de 2024 a 30 de abril de 2025. Este edital abrange as bases territoriais acima já convocada, e quando da realização dos Acordos Coletivos, será realizado assembleia na sede da empresa não necessitando de nova publicação para aprovação das ordens do dia. Se na hora aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação, duas horas após, no mesmo dia e local, com os presentes, cujas deliberações constantes da ordem do dia, terão plena validade para toda a categoria convocada no edital. Araraquara (SP), 29 de abril de 2024. **Sérgio Luiz Melhado** - Presidente -

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 18/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 55/2024**
**S.R.P. Nº. 18/2024**
**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAM**
**: 17 de MAIO de 2024, às 13h30min.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE BEBIDAS LÁCTEAS FERMENTADAS, CREME DE LEITE FRESCO, LEITE PASTEURIZADO TIPO "C", MANTEIGA, QUEIJOS MUÇARELA E PARMESÃO E REQUEIJÃO CREMOSO PARA MERENDA ESCOLAR.**

Encontra-se aberto no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura de Pirapozinho, a **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 18/2024 – PROCESSO Nº. 55/2024 – S.R.P. Nº. 18/2024,** cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE BEBIDAS LÁCTEAS FERMENTADAS, CREME DE LEITE FRESCO, LEITE PASTEURIZADO TIPO "C", MANTEIGA, QUEIJOS MUÇARELA E PARMESÃO E REQUEIJÃO CREMOSO PARA MERENDA ESCOLAR,** conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, ***com o recebimento das propostas a partir o dia 01 de MAIO de 2024, às 08h00min, com o encerramento no dia 17 de MAIO de 2024, às 13h00min***. O Pregão na forma Eletrônica será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 17 de MAIO de 2024, às 13h30min, horário de Brasília-DF**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br; www.pirapozinho.sp.gov.br – link: Licitações – Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 29 de ABRIL de 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

**PENITENCIÁRIA I DE GÁLIA**

**ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**Edital: 90003/2024-PIGAL - Processo Administrativo: 006.00144599/2024-17**

Data da Abertura: 14/05/2024 às 09h. Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Estocáveis. Unidade Compradora: 380282 – Penitenciária I de Gália. Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico. Amparo Legal: Lei 14.133/2024, Art. 28,I.

## BANCO SAFRA S.A.

CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.01.2024**

**Data, Hora, Local**: 31.01.2024, às 11 horas, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo, SP. **Convocação:** Edital de Convocação publicado, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, no jornal Folha de S. Paulo, nas edições dos dias 17, 18 e 19.01.2024, no Caderno Digital e nas folhas "B6, A18 e B6 do referido jornal, bem como enviado por e-mail aos acionistas e à usufrutuária de ações de emissão da Sociedade no dia 17.01.2024. **Presença**: Totalidade do capital social votante. Presente também, o senhor Leandro de Azambuja Micotti, Diretor Executivo da Sociedade. **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos - Presidente; Leandro de Azambuja Micotti – Secretário. **Deliberações Apresentadas**: A eleição do Sr. ***André Franco de Moraes***, brasileiro, casado, advogado, RG 16.696.770-1 SSP/SP, CPF 069.208.798-24, com endereço em São Paulo, SP, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Sociedade, sujeito às condições abaixo. O membro do Conselho de Administração ora eleito: (1) terá prazo de mandato coincidente ao dos demais membros do Conselho de Administração, ou seja, até a posse dos novos membros que forem eleitos na AGO que se realizar no ano de 2024; (2) somente será investido em seu cargo após a aprovação de seu nome pelo Banco Central do Brasil; e (3) não está impedido, na forma da lei, para o exercício do cargo para o qual foi eleito, e preenche as condições previstas na Resolução CMN nº 4.970/2021, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações exigidas pelas norma, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade. **Encerramento:** Nada mais. Luiz Antonio de Sampaio Campos - *Presidente*, Leandro de Azambuja Micotti - *Secretário*. JUCESP nº 154.337/24-9 em 18.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

**TERMO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2024 -** O Prefeito Municipal de Taguaí, Éder Carlos Fogaça da Cruz, inscrito no CPF sob o número 145.063.128-21, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando as irregularidades e falhas procedimentais identificadas no processo de seleção referente ao chamamento público 01/2024, intitulado "Seleção de Projetos para Firmar Termo de Execução Cultural com Recursos da Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) – Audiovisual", após análise detalhada realizada, decide, com base nos princípios da legalidade, transparência e efetividade, anular o referido processo e tornar sem efeito a publicação do termo de homologação do mesmo, ocorrida em 06/04/2024 no Jornal Sudoeste Paulista, Jornal Folha S. Paulo, e dia 08/04/2024 no Diário Oficial de São Paulo e Diário Oficial da União e determina que novo processo de seleção seja iniciado imediatamente seguindo-se o rigor da lei específica. Taguaí, 24 de abril de 2024, Éder Carlos Fogaça da Cruz, Prefeito Municipal. (A íntegra deste termo encontra-se no site oficial www.taguai.sp.gov.br)

**TERMO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2024 -** O Prefeito Municipal de Taguaí, Éder Carlos Fogaça da Cruz, inscrito no CPF sob o número 145.063.128-21, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando as irregularidades e falhas procedimentais identificadas no processo de seleção referente ao chamamento público 02/2024, intitulado " Seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) – demais áreas culturais", após análise detalhada realizada, decide, com base nos princípios da legalidade, transparência e efetividade, anular o referido processo e tornar sem efeito a publicação do termo de homologação do mesmo, ocorrida em 06/04/2024 no Jornal Sudoeste Paulista, Jornal Folha S. Paulo, e dia 08/04/2024 no Diário Oficial de São Paulo e Diário Oficial da União e determina que novo processo de seleção seja iniciado imediatamente seguindo-se o rigor da lei específica. Taguaí, 24 de abril de 2024, Éder Carlos Fogaça da Cruz, Prefeito Municipal. (A íntegra deste termo encontra-se no site oficial www.taguai.sp.gov.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE**

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2024**

A Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre – SP, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que está disponível o Edital do Chamamento Público nº 03/2024, AUDIOVISUAL cujo Objeto é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município. Período de Recebimento de Propostas: 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia subsequente desta publicação; Sessão de Abertura dos Envelopes: 08/05/2024, as 09h00 horas. Local da Sessão: Departamento Municipal de Compras da Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Maiores Informações e Edital poderão ser obtidos no Departamento Municipal de Licitações pessoalmente na Prefeitura de Campina do Monte Alegre ou pelo e-mail: licitacoes@campinadomontealegre.sp.gov.br. Gabinete do Prefeito – Tiago Ricardo Ferreira – 29/04/2024.

**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024**

A Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre – SP, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que está disponível o Edital do Chamamento Público nº 04/2024, Demais Atividades Culturais cujo Objeto é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município. Período de Recebimento de Propostas: 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia subsequente desta publicação; Sessão de Abertura dos Envelopes: 08/05/2024, as 09h00 horas. Local da Sessão: Departamento Municipal de Compras da Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre. Maiores Informações e Edital poderão ser obtidos no Departamento Municipal de Licitações pessoalmente na Prefeitura de Campina do Monte Alegre ou pelo e-mail: licitacoes@campinadomontealegre.sp.gov.br. Gabinete do Prefeito – Tiago Ricardo Ferreira – 29/04/2024.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 16/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 53/2024**
**S.R.P. Nº. 16/2024**
**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:**
**16 de MAIO de 2024, às 09h00min.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.**

Encontra-se aberto no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura de Pirapozinho, a **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 16/2024 – PROCESSO Nº. 53/2024 – S.R.P. Nº. 16/2024,** cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR,** conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, ***com o recebimento das propostas a partir o dia 01 de MAIO de 2024, às 08h00min, com o encerramento no dia 16 de MAIO de 2024, às 08h30min***. O Pregão na forma Eletrônica será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 16 de MAIO de 2024, às 09h00min, horário de Brasília-DF**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br; www.pirapozinho.sp.gov.br – link: Licitações – Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 29 de ABRIL de 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 19/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2024**
**S.R.P. Nº. 19/2024**
**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:**
**17 de MAIO de 2024, às 14h30min.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE FORMULA INFANTIL DE ROTINA E SEGUIMENTO PARA MERENDA ESCOLAR.**

Encontra-se aberto no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura de Pirapozinho, a **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 19/2024 – PROCESSO Nº. 56/2024 – S.R.P. Nº. 19/2024,** cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE FORMULA INFANTIL DE ROTINA E SEGUIMENTO PARA MERENDA ESCOLAR,** conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, ***com o recebimento das propostas a partir o dia 01 de MAIO de 2024, às 08h00min, com o encerramento no dia 17 de MAIO de 2024, às 14h00min***. O Pregão na forma Eletrônica será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 17 de MAIO de 2024, às 14h30min, horário de Brasília-DF**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br; www.pirapozinho.sp.gov.br – link: Licitações – Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 29 de ABRIL de 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRAPOZINHO - SP**

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 17/2024**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 54/2024**
**S.R.P. Nº. 17/2024**
**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:**
**17 de MAIO de 2024, às 09h00min.**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE CARNES (BOVINO, FRANGO, SUÍNO e PEIXE) e EMBUTIDOS (LINGUIÇA CALABRESA E TOSCANA, SALSICHA, BACON DEFUMADO e HAMBÚRGUER BOVINO) PARA MERENDA ESCOLAR.**

Encontra-se aberto no Departamento Municipal de Licitações da Prefeitura de Pirapozinho, a **PREGÃO na forma ELETRÔNICA Nº 17/2024 – PROCESSO Nº. 54/2024 – S.R.P. Nº. 17/2024,** cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES PARCELADAS DE CARNES (BOVINO, FRANGO, SUÍNO e PEIXE) e EMBUTIDOS (LINGUIÇA CALABRESA E TOSCANA, SALSICHA, BACON DEFUMADO e HAMBÚRGUER BOVINO) PARA MERENDA ESCOLAR,** conforme especificações apresentadas junto ao Edital e seus anexos, ***com o recebimento das propostas a partir o dia 01 de MAIO de 2024, às 08h00min, com o encerramento no dia 17 de MAIO de 2024, às 08h30min***. O Pregão na forma Eletrônica será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br, por intermédio da Bolsa de Licitações do Brasil (BLL). **Iniciando a etapa de lances a partir do dia 17 de MAIO de 2024, às 09h00min, horário de Brasília-DF**. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: www.bll.org.br; www.pirapozinho.sp.gov.br – link: Licitações – Consultas de Editais e www.pncp.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no telefone (18) 3269-9900 R: 9919 ou e-mail: licitacao@pirapozinho.sp.gov.br. Prefeitura do Município de Pirapozinho, 29 de ABRIL de 2024, Claudemir Antonio de Matos – Agente de Contratação / Pregoeiro.

INÊS249

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MURUTINGA DO SUL

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

De acordo com o art. 72, VIII, da Lei Federal nº 14.133/21, hei por bem autorizar a contratação da empresa TOP BRASIL MUSIC SHOW E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 09.306.672/0001-02, com sede na Rua Imperador Vitelia, nº 118, Jardim Imperador, CEP 13.479.834, no município de Americana, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sr. Valdeci Edson Alves, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade – R.G. nº 20.347.590-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 123.635.918-60, para realizar 01 (uma) apresentação do cantor Vini Drumond, para abrilhantar a 28ª Festa do Peão "Resgatando Tradição" de Murutinga do Sul, no dia 04 de maio de 2024, tendo como local o Recinto Sela de Prata, situado na Avenida Amim Baracat nº 750, pelo preço de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Murutinga do Sul 29 de abril de 2024. Cristiano Eleuterio Soares da Silva - Prefeito Municipal.

## SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO PAULO – SPURBANUSS

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária**

Vimos convocar as empresas associadas para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se dia 30/04/2024, às 15h00, em nossa sede social, para discussão e deliberação da seguinte Ordem do Dia: **Prestação de Contas Relativa ao Exercício de 2021 (art. 21, letra "a" do Estatuto Social).** Não havendo na hora indicada número legal de associados quites presentes para instalação, em primeira convocação, a Assembleia será realizada 30 (trinta) minutos após, em segunda convocação, com qualquer número de associados presentes. São Paulo, 22 de abril de 2024.

***Carlos Alberto Fernandes Rodrigues de Souza** – Presidente do Conselho de Administração*

## SEST SENAT

Serviço Social do Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

**UNIDADE C 105 – Limeira/SP**

**ATO AVISO DE COTAÇÃO PUBLICA**

**PROCESSO Nº. 033/2024**

O SEST SENAT unidade C105, torna público aos interessados a coleta de propostas de preço para contratação de empresa para revitalização de 40 (quarenta) placas de sinalização e comunicação visual, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Pedido de Proposta e Termo de Referência.

Para participar da cotação os interessados deverão solicitar o PEDIDO DE PROPOSTA com a descrição completa dos serviços através do e-mail: licitacao.c105@sestsenat.org.br até a data 03.05.2024 (Sexta-feira)

O envio das propostas poderá ser feito também por e-mail licitacao.c105@sestsenat.org.br considerando o caráter de urgência da contratação as propostas serão recebidas até o dia 10.05.2024 (sexta-feira).

**Juliana dos Santos Silva**
Presidente da Comissão de Licitação

## Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração – Serviço de Compras e Licitação

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2024.**
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 034/2024.**
**DATA DA REALIZAÇÃO: 16/05/2024.**
**HORÁRIO: 08:00 horas.**
**LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.**

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **30/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **034/2024**, do tipo **Menor Preco Unitario**, objetivando a Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e mobiliários, destinados as unidades básicas de saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 26 de abril de 2024.

**DILMO RESENDE DE CARVALHO**
Prefeito Municipal

## PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21454/2.023 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2.023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2.023 - EDITAL Nº 56/2.023 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** - Ademiro Olegário dos Santos, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Processo Administrativo nº 21454/2.023, Processo Licitatório nº 97/2.023, na modalidade Pregão Eletrônico nº 45/2.023, destinado à aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, não perecíveis e frigoríficados para promover o atendimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar para o ano letivo de 2.024, em favor das empresas: NUTRICIONALE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. - CNPJ: 08.528.442/0001-17 - Itens: 01, 10, 11, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 38, 39, 40, 46, 47, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 65, 66, 68, 70, 72, 76, 82, 83, 84, 87, 91, 93, 103, 109, 110, 115, 119, 127, 128, 133, 135, 136, 138, 140, 141, 142 e 145; PÉRCIO MAKOTO TOORU KAMIJO JUNIOR – EPP - CNPJ: 17.489.222/0001-12 - Itens: 02, 04, 05, 08, 18, 36, 37, 42, 45, 73, 74, 75, 95, 96, 104, 111, 116, 123, 131, 132, 137, 149 e 152; SAGRADO E VIDOTTO ARAÇATUBA LTDA. - CNPJ: 02.183.748/0001-00 - Itens: 03, 09, 12, 20, 43, 59, 117, 124, 150 e 153; COMERCIAL JOMAR MIRANDÓPOLIS ME - CNPJ. 72.961.972/0001-53 - Itens: 06, 35, 89, 102, 122, 130 e 148; ELIDA FIORAVANTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. EPP - CNPJ. 26.924.637/0001-68 - Itens: 07, 14, 15, 16, 17, 27, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 61, 63, 64, 71, 77, 78, 88, 90, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 106, 112, 118, 125, 129 e 134; FRIGOBOI COMÉRCIO DE CARNES LTDA. - CNPJ: 58.302.506/0001-35 - Item: 30; I.C. RISSI ALIMENTOS EPP - CNPJ: 40.505.825/0001-82 - Itens: 31, 32, 33, 34, 120 e 121; ROGERIO SOARES DA SILVA LTDA. - CNPJ: 05.354.940/0001-00 - Item: 67; NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. - CNPJ: 03.612.312/0001-44 - Item: 69; CCF NUTRI LTDA. ME - CNPJ. 22.516.278/0001-59 - Itens: 92, 94, 114 e 143; CRF ALIMENTOS LTDA. EPP - CNPJ. 48.828.205/0001-96 - Item: 126; SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. ME - CNPJ: 52.623.948/0001-05 - Item: 139. Ficam as empresas acima mencionadas, convocadas a comparecerem ao Departamento de Compras e Licitações, sita à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP, a fim de assinarem os respectivos Termos de Contratos. Mirandópolis, 29 de abril de 2.024. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

## Agenda de Leilões Mercedes-Benz

ID: 249869

Sucata de Eletrodos de Cobre, Mesa para Medições Tridimensionais

Encerramento: 03/05 às 11h

Juiz de Fora/MG

Lances iniciais a partir de R$ 15,00 (Preço p/ Kg)

saiba mais

Leiloeiro Oficial – Renato Schlobach Moysés – JUCESP nº 654

Consulte condições em www.superbid.net
(11) 4950-9400

SOLD

## BIASI leilões – LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL E ON-LINE

**1º Leilão: dia 08/05/2024 às 14h** **2º Leilão: dia 17/05/2024 às 14h**

**EDUARDO CONSENTINO**, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10161327706, firmado em 19/07/2021, no qual figuram como Fiduciantes **RAMON HENRIQUE MONTALVÃO SILVA**, RG nº 54.809.704-5-SSP-SP, CPF nº 459940.158-73, brasileiro, prenseiro, solteiro, maior, e **ARIANY CRISTINA SILVA**, RG nº 55.828.300-7-SSP-SP, CPF nº 447.625.158-76, brasileira, ecommerce master 1, solteira, maior, residentes e domiciliados em França/SP, levará à **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 08 de maio de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 186.375,85 (Cento e oitenta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **APARTAMENTO nº 02, localizado no pavimento térreo, do "CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PRIMOM", situado nesta cidade de Franca - SP, com frente para a Rua Vitório Ferraro nº 681**, [illegible] **Matrícula nº 86.310 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Franca/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de maio de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 167.017,19 (Cento e dezessete e sete mil, dezessete reais e dezenove centavos)**. [illegible] **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

**Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br**

## GRUPO FOLHA

### ATENÇÃO

**Agências de publicidade e anunciantes.**

Devido ao feriado de 01 de Maio (Dia do Trabalho), os fechamentos publicitários serão antecipados nas seguintes edições:

**Quinta 02/05**

| Folha de S. Paulo | Entrega de Ap | Material |
|---|---|---|
| Política/Mundo/Mercado/ Cotidiano/Esporte/ Classificados/Ilustrada | 19h00 3ªF | 19h00 3ªF |

**Departamento de Esgoto e Água de Guaíra - AVISO DE LICITAÇÃO – Concorrência Eletrônica nº 05/2024. Processo Licitatório nº 22/2024. Edital nº 06/2024.** Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução de "Serviços de remoção e desaguamento (desidratação) do lodo da ETE Santa Quitéria Em Guaíra/SP – Fase I". DISPONIBILIZAMOS EDITAL, franco de pagamento, a partir do dia 02 de maio de 2024, das 9h às 16h no Departamento de Compras situado na Rua 12, nº 315, Centro, Guaíra/SP ou pelos sites: https://www.deagua.com.br/licitacao/lista/2024/categoria/15/concorrencia-publica/ e https://bll.org.br/. A disputa de lances será dia 11 de junho de 2024 às 9h no site https://bll.org.br/. Guaíra/SP, 29 de abril de 2024. Lucas Soares Eleodoro, Diretor do DEAGUA.

## HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS DR. MANOEL BIFULCO

**COMUNICADO DE LICITAÇÃO**

Acha-se aberto, no setor de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90036/2024 do tipo menor preço**, referente ao **Processo nº AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS TONERS PARA IMPRESSORA**, cujo objeto é a **024.00027954/2024-68**. A data da abertura do certame será no dia **16/05/2024 às 09h00min**, através do sistema www.comprasnet.gov.br. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/pncp.

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP
## PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" - PUSP-FC

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 03/2024 - PUSP-FC - PROCESSO SEI Nº 154.00001470/2024-31**

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa", realizará licitação, na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, sob nº **03/2024 - PUSP-FC**, do tipo menor preço, cujo objeto é a **aquisição de farelo de trigo para animais**, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia **30/04/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/05/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 30/04/2024, além da página **www.gov.br/compras**, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes**, **www.puspfc.usp.br** e **www.doe.sp.gov.br**.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

**Aviso de Licitação n° 026/2024 - Processo Licitatório n° 053/2024 - Pregão Presencial (SRP) n° 023/2024**

Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de óleos lubrificantes, filtros, graxa e aditivo para manutenção da frota municipal pelo período de 12 (doze) meses. **Data da Sessão Pública:** 16/05/2024 às 08:30hs. **Local:** Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 - centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço. **Local e horário para retirada do edital:** Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 - centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site **www.buritizal.sp.gov.br**. Publique-se, Buritizal/SP, 29 de abril de 2024.

(a) Daniel Sarreta - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE NUPORANGA/SP

**EXTRATO DE EDITAL**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024**
**PROCESSO Nº 36/2024**

A Prefeitura Municipal da Estância Climática de Nuporanga, Estado de São Paulo, torna pública que se encontra aberta a licitação pública, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DE MENOR VALOR POR LOTE**, que tem como objeto a **AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI'S, PARA OS FUNCIONÁROS PÚBLICOS MUNICIPAIS**, bem como a **SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO, na plataforma BLL (www.bll.org.br) será: término do acolhimento das propostas dia 17 de maio 2024, às 08:00 horas, e início a fase de disputas às 09:00 horas do mesmo dia, no site** www.bll.org.br. Os interessados poderão adquirir a íntegra do Edital pelo site oficial da Prefeitura Municipal: www.nuporanga.sp.gov.br/licitacoes, www.bll.org.br ou no Departamento de Licitações, no endereço: Praça Eloy Lima, 260, centro, Nuporanga/SP, trazendo um pen drive para que possa ser gravado o Edital, das 09:00 ao 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

**Nuporanga, 29 de abril de 2024.**
**DANIEL VIANA MELO - PREFEITO MUNICIPAL**

## bradesco – LEILÃO SOMENTE ONLINE 40 IMÓVEIS

**FECHAMENTO: 06/05/2024 a partir das 13h30**

**LOCALIDADES:** BA CE GO MA MG MS PR RJ RO RS SC SP TO

✔ À VISTA COM 10% DE DESCONTO ✔ PARCELAMENTO EM 12 MENSAIS IGUAIS OU EM ATÉ 48 PARCELAS*

**LOTE 31 - FRANCA/SP - CASA**
Rua Jamil Bittar, 1.570 (Parte do lt. 30 da qd. 22 – área A), esquina c/ a Rua Raimundo de Oliveira
**LOTEAMENTO SAMUEL PARK**
**Área Terreno: 131,10m² | Área Construída: 94,60m²**
**Lance Mínimo: R$ 120.000,00**

**LOTE 33 - BATATAIS/SP - CASA**
Rua Alfredo Leitão (antiga Rua E-11), nº 450 (Lt. 13 da qd. Q) - **JARDIM ELENA**
**Área Terreno: 250,00m²**
**Área Construída: 50,85m²**
(estimada no local 130,00m²)
**Lance Mínimo: R$ 60.000,00**

Lances "on-line", *condições de venda e pagamento de cada lote e fotos consulte site do leiloeiro. Mais informações: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/**

**(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br**
Sergio Villa Nova de Freitas - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316
**www.freitasleiloeiro.com.br**

## Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração – Serviço de Compras e Licitação

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2024.**
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 035/2024.**
**DATA DA REALIZAÇÃO: 17/05/2024.**
**HORÁRIO: 08:00 horas.**
**LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.**

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **31/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **035/2024**, do tipo **Menor Preco Unitario**, objetivando a Aquisição de equipamentos, materiais e reagentes, destinados ao Laboratório de Análises do SAE – Serviço de Água e Esgoto, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 26 de abril de 2024.

**DILMO RESENDE DE CARVALHO**
Prefeito Municipal

**EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

**Ana Claudia Carolina Campos Frazão**, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10177760106, no qual figura como **Fiduciante MOISES DA SILVA PAULA**, brasileiro, solteiro, maior, vendedor, CPF nº 284.751.858-43, [illegible] levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 20/05/2024 às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 845.949,33** [illegible] o imóvel objeto da matrícula **nº 98.800 do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Santos/SP** [illegible] **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** [illegible] **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 940.482,54** [illegible] o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (BP-2690-04)

## COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

**CNPJ Nº 62.070.362/0001-06 - NIRE 3530003343-4**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA "COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ", REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2024**

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 14h30 horas, por convocação do Presidente do Conselho de Administração, Milton Frasson, em caráter extraordinário, na forma do previsto no artigo 13, § 7º, do Estatuto Social, realizou-se por meio virtual, a **1248ª** Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, com a participação dos membros ao final nomeados, sendo designado Antonio Julio Castiglioni Neto como Secretário. Iniciada a reunião, passou-se a apreciar o item 1 da pauta: **ITEM I - Eleição do Diretor de Operações, conforme o inciso II Art. 142 da Lei Federal 6.404/76.** A matéria foi instruída com o Ofício nº 0159/2024 - CC-AG, de 02/04/2024, o Ofício CODEC 066/2024, de 03/04/2024, a ata da 47ª reunião do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, de 03/04/2024, que verificou que o processo de indicação está em conformidade com a Lei federal nº 13.303/2016, Lei federal nº 6.404/1976, Decreto estadual nº 62.349/2016, Estatuto Social da Companhia, e Deliberação CODEC nº 03/2023, e o Parecer CODEC nº 013/2024, de 05/04/2024, a ficha cadastral e o currículo do indicado, documentos arquivados na pasta eletrônica da reunião. O Acionista Controlador indicou à apreciação do Conselho de Administração o nome do Sr. **FÁBIO SIQUEIRA NETTO** para ocupar o cargo de Diretor de Operações, vago em virtude da renúncia de MILTON GIOIA JUNIOR a partir do dia 2 de abril de 2024. Nos termos do inciso II, do artigo 142, da Lei nº 6.404/76, e artigos 14, XXXVI, e do Estatuto Social, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade de votos, a eleição do Sr. **FÁBIO SIQUEIRA NETTO,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 21.114.892-1, SSP/SP, e do CPF/MF nº 150.987.578-60, residente e domiciliado Rua Rio de Janeiro, nº 1234, apartamento 61 - Bairro Olímpico, São Caetano do Sul, São Paulo, CEP 09540-400, para **DIRETOR DE OPERAÇÕES** (1º Mandato) da Sociedade. O Diretor eleito exercerá suas funções em continuidade ao atual mandato, unificado e coincidente com o dos demais Diretores, nos termos do Estatuto Social, até 11 agosto de 2024. A remuneração é fixada de acordo com as orientações do CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. Nos casos em que o Diretor acumular funções de outro Diretor, perceberá apenas uma remuneração. A Declaração de Desimpedimento fica arquivada nesta Companhia. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na lei das sociedades anônimas e demais normatização vigentes, o que deve ser verificado no ato da posse, devendo ser assinado o termo de posse, lavrado em livro próprio. A investidura no cargo fica condicionada à assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, nos termos do Art. 23 da Lei 13.303/2016, conforme parágrafo único do Artigo 15 do Estatuto Social. Esta deliberação foi tomada por unanimidade de votos e está fundamentada nos artigos 14, XXXVI, e 15 do Estatuto Social, artigo 142, II, da Lei nº 6.404/76, e Parecer CODEC nº 013/2024, de 05 de abril de 2024, emitido pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata. (aa) MILTON FRASSON - Presidente, ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO - Conselheiro e Secretário Designado, CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ - Conselheiro, CLEYTON RICARDO BATISTA - Conselheiro, DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI - Conselheiro, GUSTAVO VILLAÇA V. SAMPAIO BRAGA - Conselheiro, JOÃO JORGE FADEL FILHO - Conselheiro, FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA - Conselheiro, MAURO ANTÔNIO GUMIEIRO VOLTARELLI - Conselheiro, RODRIGO BEZERRA DA SILVA - Conselheiro, WAGNER FAJARDO PEREIRA - Conselheiro. Certifico que o presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. MILTON FRASSON - Presidente do Conselho de Administração. JUCESP nº 189.048/24-4, em 25/04/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

METRÔ – Secretaria dos Transportes Metropolitanos – SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

## AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberta na Penitenciária de Franca, PREGÃO ELETRÔNICO número 90006/2024, destinado a Aquisição de Material de limpeza e higiene com entrega única e integral, do tipo MENOR PREÇO, a realização da sessão pública será na data 13/05/2024, às 08h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua integra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto a Penitenciária de Franca.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE AVANHANDAVA

**Pregão Presencial nº 20/2024** Processo nº 45/2024 A Prefeitura Municipal de Avanhandava, Estado de São Paulo, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial nº 20/2024, destinada: Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos, conforme descrito no anexo I. O certame será do tipo "Menor Preço por Item". Recebimento e abertura dos envelopes de proposta até o dia 15/05/2024 às 08h30m. Local: Prefeitura Municipal de Avanhandava/SP – EDITAL COMPLETO e ESCLARECIMENTOS: Praça Santa Luzia, 61 – Centro – CEP: 16.360-000 – Avanhandava/SP, Telefone(18) 3651 9200, ramal 215, no horário de expediente, bem como afixado no Paço Municipal e disponível no site oficial do município. Avanhandava/SP, 29 de Abril de 2024. Ciro Augusto Moura Veneroni – Prefeito Municipal.

## BANCO SAFRA S.A.

CNPJ 58.160.789/0001-28 - NIRE 35.300.010.990

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.03.2024**

**Data, hora, local**: 18.03.2024, 15hs, na sede social, Avenida Paulista, 2.100, São Paulo. **Convocação:** Publicado, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, no jornal Folha de S. Paulo, nas edições dos dias 08, 09 e 10.03.2024, no Caderno Digital, bem como enviado por e-mail aos acionistas e à usufrutuária de ações de emissão da Sociedade no dia 08.03.2024. **Presença**: Totalidade do capital social votante. Presente também, o senhor Leandro de Azambuja Micotti, Diretor Executivo. **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos - Presidente; Leandro de Azambuja Micotti – Secretário. **Deliberações aprovadas**: Pedido de renúncia do Sr. ***José Luiz Acar Pedro***, CPF 607.571.598-34, do cargo de Presidente do Conselho de Administração, ocorrida em 04.03.2024, conforme Carta de Renúncia, dispensada sua transcrição uma vez que será levada a registro juntamente com esta Ata para todos os efeitos. Na sequência, aprovaram, por unanimidade, o remanejamento do Sr. ***Silvio Aparecido de Carvalho***, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 3.293.653-9 SSP/SP, CPF 391.421.598-49, com domicílioSão Paulo/SP, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais. Luiz Antonio de Sampaio Campos - *Presidente* **e** Leandro de Azambuja Micotti - *Secretário*. JUCESP nº 154.338/24-2 em 18.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

### AVISO DE LICITAÇÃO
### PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2024

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 017/2024, para "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEDRISCOS E PEDRA DESTINADOS A MANUTENÇÕES E OBRAS NA CIDADE E ESTRADAS RURAIS". O Edital minucioso está disponível no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 08 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa. Bastos/SP., 29.04.2024.

Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024**
**Processo Administrativo nº 2.541/2024**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Contínuos de Tratamento e Destinação Final dos Resíduos Sólidos (Classe II-A - Domiciliares e Públicos); compreendendo o fornecimento de todos os materiais e a execução de todos os serviços, conforme condições estabelecidas no Edital.

**Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica:** 02/05/2024 às 08h30.
**Data do Fim do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica:** 14/05/2024 às 08h30.
**Data e Hora de Abertura para Sessão Pública:** 14/05/2024 às 09h00
Todos os horários mencionados obedecerão ao horário Oficial de Brasília - DF
**Endereço Eletrônico:** www.bll.org.br
Edital disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br

Cajamar, 29 de abril de 2024
**Raul Lopes Cardoso -** Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos

## Prefeitura de José Bonifácio SP

Secretaria de Administração – Serviço de Compras e Licitação

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2024.**
**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 036/2024.**
**DATA DA REALIZAÇÃO: 17/05/2024.**
**HORÁRIO: 15:00 horas.**
**LOCAL: Paço Municipal "João Felix de Mendonça" - Avenida São João nº. 72 - Centro.**

A Prefeitura Municipal de José Bonifácio, Estado de São Paulo, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, a realização do(a) PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº. **32/2024**, objeto do Processo de Licitação nº. **036/2024**, do tipo **Menor Preco Global,** objetivando a Locação de estruturas metálicas e equipamentos para utilização nos diversos eventos promovidos pelo Município, conforme especificações anexas, que será regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital na íntegra poderá ser obtido pelo endereço eletrônico ***licitacao.josebonifacio.sp.gov.br/comprasedital.***

Prefeitura Municipal de José Bonifácio,
Aos 26 de abril de 2024.

**DILMO RESENDE DE CARVALHO**
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Secretaria Municipal de Saúde

**REABERTURA DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23087/2023**
**Processo nº 04.000.675.23.05 - Nº da Licitação: 23087**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de rações para cães, gatos e equinos.

• Reabertura da sessão de lances dia 15/05/2024 a partir de 10:00 horas.

Para participar da sessão de reabertura do pregão eletrônico, os interessados deverão cadastrar-se junto ao Sistema de Compras do Governo Federal **(www.gov.br/compras)**. Para cadastro no SUCAF (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores – Belo Horizonte/MG), acessar **www.pbh.gov.br/sucaf** ou ligar: (31) 3277-4677. O edital está disponível em **https://prefeitura.pbh.gov.br/licitacoes/saude**. Qualquer informação ou orientação adicional poderá ser obtida na Gerência de Compras, à Avenida Afonso Pena, 2.336, 6º andar, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, pelo e-mail **cplsmsa@pbh.gov.br** ou pelo telefone (31) 3277-7715.

**Andrea Medeiros Teodoro – BM 121.926-8**
**Gerência de Licitações e Contratações – GLICC**

## RICO LEILÃO Somente Online

**Transmissão Ao Vivo – Encerramento 16/05/2024 às 10h00** – Eletrobras Furnas

**EDITAL CSLS.G-309.2024 - Sucatas Ferrosas, Transformadores, Sucatas de Alumínio e Materiais Diversos**

**Modalidade: ON-LINE com Transmissão ao vivo (www.ricoleiloes.com.br)**
**Abertura dos lances dos lotes: 30 de abril de 2024 às 10h00m**
**Início de fechamento dos lotes: 16 de maio de 2024 às 10h00m**
**EDITAL COMPLETO acesse www.ricoleiloes.com.br**
***Os interessados devem se habilitar por e-mail contato@ricoleiloes.com.br até 15/05/2024, com envio dos documentos indicados no Edital.**
**A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ANALISADA PELA COMISSÃO DE ALIENAÇÃO.**
**** Maiores informações, condições de participação, visitação, remoção dos bens acesse o edital completo no site.**
**Leiloeiro Oficial – Victor Senna Gir Andrade – JUCESP 1132**
**Tel. (11) 4040-8060 | www.RicoLeiloes.com.br**

## SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD

Ministério da Justiça e Segurança Pública

**EDITAL DO LEILÃO Nº 14 – CONTRATO Nº 5/2023/SP – BENS MÓVEIS ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA CIVIL**

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio de Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato repres. p/ Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, torna público **Leilão**, **dia 22/05/24**, **horário**: **Bens Anexo I** (tráfico de drogas), **c/ encerr**. **a partir das 14h.** P/ site www.hastapublica.com.br, p/ maior lance, p/ venda dos bens (constituem os lotes discriminados nos anexos deste edital). **Processo**: **08129.001561/2023-96**. Leiloeiro: **MARCELO VALLAND**, p/ força do **contrato nº 5/2023/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, será enviado informações por e-mail p/ pgto do valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail juridico@hastapublica.com.br e tel.: (16) 3461-5950 / (16) 99977-2025. **O presente edital**, **bem como seus anexos**, **encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado**. Em, 29/04/2024.

**Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo**
Resolução SSP nº 66/2023 de 09/11/2023.
**Unidade de Controle de Leilões dos Bens Alienados**

## SAAE – AVISO DE LICITAÇÃO
## PROCESSO Nº 1112/2024
## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024

SAAE Ambiental – Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente – Orgulho do que fazemos!

**O SAAE AMBIENTAL - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SANTA FÉ DO SUL-SP**, torna público estar realizando licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, registrada sob nº 07/2024, do tipo **MENOR PREÇO** global do lote único, no modo de disputa **ABERTO**, objetivando a "Contratação de empresa especializada para a execução de coleta e análise laboratorial de água, conforme condições, quantidades e parâmetros estabelecidos no Termo de Referência". **CADASTRAR PROPOSTAS NA PLATAFORMA:** *a partir das 09h do dia 30/04/2024 até às 09h do dia 15/05/2024.* **ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS***: A partir das: 09h01min até às 09h15min, do dia 15/05/2024.* **INÍCIO PREGÃO** (Fase Competitiva): *A partir das 09h16min, do dia 15/05/2024, por decisão da Pregoeira.* **TEMPO DE DISPUTA:** *Mínimo de 10 (dez) minutos. Se algum lance tiver sido oferecido nos últimos 2 (dois) minutos, o tempo é prorrogado por outros 2 (dois) minutos e assim sucessivamente.* **LOCAL:** Plataforma Eletrônica no site www.bllcompras.org.br, pela internet. Para todas as referências de tempo será observado o horário Oficial de Brasília (DF). O presente certame será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021 e suas atualizações, legislação vigente correlata, além das condições estabelecidas no edital deste certame. Os interessados em participar desta licitação poderão obter maiores informações junto à Seção de Licitação e Contratos do SAAE AMBIENTAL - Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Santa Fé do Sul-SP, sito na Rua 27, nº 1257, centro, nesta, pelo e-mail licita@saaeambientalsantafe.sp.gov.br, ou pelo telefone (17) - 3641-9500, em horário normal do expediente. O edital de convocação na íntegra que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados nos seguintes endereços eletrônicos: Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), http://www.saaeambientalsantafe.sp.gov.br e http://www.bllcompras.org.br.

Santa Fé do Sul - SP, aos 29 de abril de 2024
**JOSÉ ANDRÉ DO NASCIMENTO** - Superintendente

## PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO - 03/2024 - Nº PROC. ADM. 801/2024**

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA, de acordo com a regulamentação Lei nº 14.133/21 Art. 28, inc. I realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por DANILA DOMINGUES ANTUNES SANGUINETTI e tendo como autoridade RODOLFO HESSEL FANGANIELLO. PUBLICAÇÃO: 29/04/2024 12:03. INÍCIO REC. PROPOSTA: 30/04/2024 09:00 FIM REC. PROPOSTA: 15/05/2024 09:00. INÍCIO DISPUTA: 15/05/2024 09:01 TIPO DE LANCE: MENOR LANCE. TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO E FECHADO EXCLUSIVO ME: NÃO. VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 439.414,74. OBJETO DO PROCESSO: Aquisição de 1800 cestas básicas para atender as famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Secretaria Social. Para demais informações contate via e-mail: danila.compras@paranapanema.sp.gov.br

## Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024**

**PROCESSO Nº 3683-8/2024**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO que serão utilizados na prestação de serviços públicos e na manutenção de próprios municipais e Escolas Municipais

**HOMOLOGO** todo o procedimento realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Homologada a **adjudicação** do objeto licitado, na conformidade apresentada por licitante, item e seu respectivo valor unitário, a saber: **GVALENTIM LTDA: 02**, R$80,00; **03**, R$90,00; **25**, R$58,00. **PB COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA: 01**, R$9,60; **05**, R$895,00; **06**, R$945,00; **09**, R$17,20; **10**, R$16,30; **11**, R$30,50; **13**, R$91,50; **14**, R$85,00; **19**, R$1,15; **20**, R$115,00; **21**, R$58,00; **22**, R$1,00; **23**, R$1,36; **24**, R$51,00; **26**, R$505,00. **ROBSON LUIS DE CARVALHO ME: 07**, R$3,60; **08**, R$3,60. **SOS LAR ARTIGOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP: 26**, R$26,00. **TELAFER COMERCIO DE TELAS E FERRAGENS LTDA: 12**, R$110,00. **REVOGADOS** os itens: 15, 16, 17 e 18.

Jaboticabal, 29 de Abril de 2024.

**EMERSON RODRIGO CAMARGO**

Prefeito

## Sindicato dos Empregados Rurais de Motuca/SP

**Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os trabalhadores rurais, associados ou não, representados, estatutariamente, por este Sindicato, a reunirem-se, em Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 612 da CLT e nas disposições atinentes, no próximo dia 03 de maio de 2024, às 17h00 (dezessete) horas, em primeira convocação ou por falta de "Quorum", às 17h30min (dezessete e trinta) horas, em segunda convocação, em sua sede social, sito à Rua: São Pedro, nº 862, Jardim Bela Vista, cidade de Motuca/SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Leitura, discussão e deliberação da Ata da Assembleia anterior; **2)** Deliberar sobre reivindicações econômicas e sociais para celebração de Acordos e/ou Convenção Coletiva de Trabalho ou eventual instauração de Dissídio Coletivo para o setor Canavieiro **(data-base: 1º/05/2024-2025 do setor canavieiro)**; **3)** Autorizar a diretoria do Sindicato a negociar com a classe patronal, outorgando-lhe poderes especiais, para firmar Acordos e/ou Convenção Coletiva de Trabalho ou a instaurar eventual Dissídio Coletivo de Trabalho para o respectivo setor para vigorar aos integrantes da base territorial desta entidade, municípios de Motuca/SP. As deliberações serão tomadas estatutariamente.

Motuca/SP, 30 de abril de 2024 *Luciano Oliveira Araújo* – Presidente

## Prefeitura Municipal de Araras

**Secretaria Municipal de Administração**

**Departamento de Compras**

O MUNICÍPIO DE ARARAS torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto no Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, a seguinte licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024 – Registro de preço para fornecimento de hortifrutigranjeiros para a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal do Meio Ambiente, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 8h do dia 16 de maio de 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Após às 08h do dia 16 de maio de 2024.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30min do dia 16 de maio de 2024.

A pasta contendo os editais e anexos estarão à disposição para leitura e retirada no site www.araras.sp.gov.br ou no Departamento de Compras, situada na Rua Pedro Alvares Cabral nº 83 centro, em dias úteis no horário das 09:00 às 16:00 horas.

Todas as informações poderão ser obtidas no órgão supra ou telefone/fax (19) 3547-3107 ou e-mail compras@araras.sp.gov.br.

Araras, 29 de abril de 2024.

ISABELA VIEIRA DE ALMEIDA

Secretária Municipal de Administração

**ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2024. A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** torna público que realizará, no dia **23 de maio de 2024, às 10:30h** (horário de Brasília), um **Pregão Eletrônico** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o fornecimento de subscrição de licenças de produtos da suíte VMWARE em uso pelo Poder Judiciário Cearense e consultoria especializada no ambiente. A solução deverá compreender suporte e atualização de versões das licenças pelo fabricante pelo período mínimo de 36 meses"**. As propostas de preços serão recebidas, por meio eletrônico, até o dia **23 de maio de 2024, às 10:00h** (horário de Brasília). Edital e demais informações estão disponíveis nos sites tjce.jus.br e **licitacoes-e.com.br**. Contato pelo e-mail **cpl.tjce@tjce.jus.br** ou WhatsApp: (85) 3207-7100. Fortaleza-CE, aos 29 de abril de 2024. **PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

## Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 3486-0/2024**

**DISPENSO**, a licitação nos termos dos artigos 72 e 75, inciso VIII e demais disposições correlatas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, em favor da O.S. denominada **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA – ABASESP**, referente à contratação de serviços técnicos especializados para a realização do GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES EM SERVIÇOS DE SAÚDE em regime de URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, englobando o fornecimento de equipamentos, prestação de serviços de apoio Técnico, Gestão, Administração dentre outros para a Unidade de Pronto Atendimento "DR AVELINO GERALDO MARTINS NETO", doravante denominada simplesmente UPA de Jaboticabal, assegurando assistência universal e gratuita à população que irá usufruir dos atendimentos realizados na referida Unidade de Saúde, no importe mensal de **R$1.345.000,00 (um milhão, trezentos e quarenta e cinco mil reais)**, totalizando o valor de **R$8.070.000,00 (oito milhões e setenta mil reais)** pelo período de 6 (seis) meses, tendo em vista o constante nos autos.

Por outro lado, autorizo a contratação dos serviços

Jaboticabal, 29 de abril de 2024

**EMERSON RODRIGO CAMARGO**

Prefeito

## IDEIAS - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APOIO SOCIAL - CNPJ: 35.505.553/0001-80

**RUA AURELIANO GUIMARÃES, Nº 172 - CONJ 17 ANDAR 1 - VILA ANDRADE - CEP: 05.727-160 - SÃO PAULO/SP**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

| ATIVO | 31.12.2022 | 31.12.2023 |
|---|---|---|
| **Não Circulante** | **4.000,00** | **4.000,00** |
| **Imobilizado** | **4.000,00** | **4.000,00** |
| Computadores e Periféricos | 1.500,00 | 1.500,00 |
| Máquinas e Equipamentos | 1.500,00 | 1.500,00 |
| Móveis e Utensílios | 1.000,00 | 1.000,00 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **4.000,00** | **4.000,00** |
| **PASSIVO** | **31.12.2022** | **31.12.2023** |
| **Patrimônio Social** | **4.000,00** | **4.000,00** |
| Patrimônio Social | 4.000,00 | 4.000,00 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **4.000,00** | **4.000,00** |

**NOTAS EXPLICATIVAS EM 31/12/2023**

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento, Educação, Integração e Apoio Social, com foro e sede na Rua Aureliano Guimarães, nº 172 - Conj 17 Andar 1 - Vila Andrade - na cidade de São Paulo/SP, é pessoa jurídica de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter cultural, filantrópico, assistencial, saúde, promocional, recreativo, educacional e esportivo, sem cunho político ou partidário, com objetivo de ações voltadas a defesa de bens, direitos sociais e culturais, coletivos e difusos relativos ao patrimônio Cultural, promovendo os direitos humanos e dos povos, em todos os seus aspectos. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** a) Na elaboração das Demonstrações Contábeis de 2023 a entidade adotou a Lei nº 11.638/07 que alterou a Lei nº 6.404/76 e legislação específicas aplicadas a entidades sem fins lucrativos, Lei 12101/09 e regulamentação em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil Resolução CFC1.374/11, que trata da Estrutura Conceitual Para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis e Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 que revogou a Resolução CFC 877/2000 - NBCT -10-19, para as entidades sem finalidade lucrativa, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade lucrativa. b) A Demonstração do Resultado do Exercício de 2023, apresenta estrutura alterada com o objetivo de segregação e evidenciação das receitas, custos e despesas. **NOTA 3: PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) Imobilizações: Estão demonstrados ao custo de aquisição.

Porto Alegre, 31 de Dezembro de 2023

**Rita de Cássia Sostizzo Santos** – CONTADORA – CPF 906.559.820-00 - CRC/RS - 057253/0-2

**Luiz Eduardo Vieira da Silva** – PRESIDENTE – CPF 304.212.978-08

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento, Educação, Integração e Apoio Social, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e legais em reunião realizada em 09/01/2024, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Patrimônio e Demonstração do Fluxo de Caixa, juntamente com as notas explicativas relacionadas ao exercício de 2023. Com base na análise realizada, sugere a aprovação das citadas demonstrações pela Assembleia Geral.

**Lucas Muniz Tormena**

Membro do Conselho de Administração CPF 406.137.658-69

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento, Educação, Integração e Apoio Social, no cumprimento de suas atribuições estatutárias e legais em reunião realizada em 15/01/2024, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Patrimônio e Demonstração do Fluxo de Caixa, juntamente com as notas explicativas relacionadas aos exercícios de 2023. Com base na análise realizada, sugere a aprovação das citadas demonstrações pela Assembleia Geral.

**José Roberto Camargo**

Membro do Conselho Fiscal

**PARECER DE AUDITORIA**

**Opinião Sem Ressava:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, refletem e apresentam adequadamente em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do IDEIAS - Instituto de Desenvolvimento, Educação, Integração e Apoio Social, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Porto Alegre, 18 de Janeiro de 2024

**L& Medeiros Auditores Eireli** - CRC/RS 007704/0

**Luiz Edgar Medeiros** - Contador CRC/RS 32.851

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Varginha / 1ª Vara Cível da Comarca de Varginha

Avenida Isaltina Moraes Braga, 125, Fórum Dr. Antônio Pinto de Oliveira, Vale das Palmeiras, Varginha - MG - CEP: 37031-300

PROCESSO Nº: 5014658-17.2023.8.13.0707

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

AUTOR: MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e outros

RÉU/RÉ: MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e outros

**EDITAL**

**COMARCA DE VARGINHA-MG – EDITAL/RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PRAZO: 10 DIAS –**

**O Doutor AUGUSTO MORAES BRAGA, Meritíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca, na forma do disposto no 7º, § 2º, da lei 11.101/05, etc. FAZ SABER JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE VARGINHA – MINAS GERAIS. EDITAL DE PROCESSAMENTO RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS EMPRESAS MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e SANTOS & SOARES INTERMEDIAÇÃO DE CAFÉ LTDA. O JUIZ DE DIREITO, DR. AUGUSTO MORAES BRAGA, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE VARGINHA – MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI 11.101/05 ("LFRE"), NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5014658-17.2023.8.13.0707 (PROCESSO ELETRÔNICO) AÇÃO: RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REQUERENTES: MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e SANTOS & SOARES INTERMEDIAÇÃO DE CAFÉ LTDA.**

**FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou puderem se interessar, em especial aos credores, expedido nos autos da Recuperação Judicial requerida pelas empresas MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e SANTOS & SOARES INTERMEDIAÇÃO DE CAFÉ LTDA, que nos termos do art. 7º § 1º da Lei 11.101/2005, as Recuperandas apresentaram a sua relação de credores, onde os mesmos ficaram cientificados do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar administrativamente ao Administrador Judicial as suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados; Encerrado este prazo, **FAZ SABER** que a Administradora Judicial após análise das habilitações e divergências apresentou nova relação de credores, publicada neste edital, que poderá ser objeto de impugnação ao juízo em até 10 (dez) dias a contar da publicação deste edital, conforme art. 8° da Lei 11.101/05 podendo os credores analisarem os documentos que ensejaram o referido edital no período de impugnação das 10:00 hrs às 17:00 hrs no escritório da administradora judicial, localizado na Rua Alvarenga Peixoto, n° 615, 4° andar, Bairro Lourdes – Belo Horizonte/MG. Eventuais habilitações ou divergências deverão ser distribuídas em apenso ao processo de recuperação judicial, na forma do comando do art. 8º, § 1º da Lei 11.101/2005. Além dos esclarecimentos pessoais no endereço supra mencionado, este administrador também prestará esclarecimentos através do endereço de e-mail rj@pimentaedantas.com.br. **Nesta oportunidade, na forma do disposto no art. 53, § Único da Lei 11.101/05, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi apresentado plano de recuperação judicial que se encontra juntado aos autos no ID. 10194713870 recebido por este juízo no processo nº 5014658-17.2023.8.13.0707**. Varginha/MG, 17 de abril de 2024. **MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e SANTOS & SOARES INTERMEDIAÇÃO DE CAFÉ LTDA - CREDORES QUIROGRAFÁRIOS- CLASSE III;** AGRICOLA FUNIL LTDA R$ 31.560.257,45; ADELINO CRISPINIANO NOGUEIRA E OUTRO(S) R$ 605.775,00; ADEMAR DE PAULA ESPOSITO R$ 59.137,23; ADEMAR JUNIOR GOMES ESPOSITO R$ 354.711,50; AGATHA VIEIRA MORAES R$ 259.805,34; AGRICOLA JOHA LTDA R$ 30.110.658,37; AGRICOLA LAGOA TORTA R$ 8.410.653,65; AGRO FORTE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA R$ 6.120.000,00; AGRO SANTA BARBARA LTDA R$ 3.953.042,81; AGRO SHOP LTDA R$ 729.295,33; AGROPECUARIA CAFÉ GRAO MINAS EIRELI R$ 14.961.170,23; AGROPECUÁRIA SABANA GRANDE LTDA R$ 1.148.794,31; ALEX LEONEL FERNANDES E OUTRO R$ 327.384,12; ALEXANDRE PATROCINIO DE ALMEIDA R$ 338.648,58; ALEXANDRE TEIXEIRA VILELA R$ 197.000,00; ALEXANDRE VILELA DE PAULA R$ 100.831,33; ALICINIO EMIDIO DE ALMEIDA R$ 158.249,99; ALOISIO HENRIQUE FAIS R$ 32.267,61; AMOJ COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 10.234.762,88; AMP COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EIRELI R$ 521.251,20; ANITA AYRES FONSECA FERNANDES R$ 225.337,96; ANTERO DA SILVA R$ 87.598,10; ANTONIO FRANCISQUINI BAPTISTA R$ 3.784.562,31; ANTONIOLI COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA R$ 107.155,00; ARMAZEM GERAIS ITAMOGI R$ 157.500,00; ARMAZENS GERAIS CARAPINA LTDA R$ 108,58; ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CAFES ESPECIAIS R$ 6.524,19; ASSOCIACAO COMERCIAL DE SANTOS R$ 400,00; ATILIO CLAUDIO FONSECA DIAS R$ 122.931,00; AUMA CAFE LTDA R$ 3.397,69; BANCO BRADESCO S.A. R$ 410.503,92; BANCO DAYCOVAL S.A. R$ 405.348,00; BANCO DO BRASIL S.A. R$ 4.573.091,56; BANCO SAFRA R$ 550.000,00; BANCO SOFISA S.A. R$ 695.014,70; BANCOOB – BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A. R$ 201.103,93; BAPTISTA AGRONEGÓCIOS LTDA R$ 22.754.799,45; BENEDITO SÉRGIO DO ESPIRITO SANTO R$ 15.294,17; BENITO LACERDA GODINHO E OUTROS R$ 925.592,90; BRUNO TEODORO DE MELO R$ 76.444,77; BRUNO VALIM ALVES R$ 704.044,34; CAFEEIRA OURO VERDE LTDA R$ 1.584.240,00; CAIO PELUSO VASCONCELOS SONJA R$ 627.815,20; CARLOS HENRIQUE TEODORO E OUTROS R$ 2.765.250,87; CARLOS OTONE PENA R$1.182.197,00; CATUAI COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ E CEREAIS R$ 5.882.460,50; CENTRAL COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 4.587.732,58; CLAUDIO MOREIRA BARBOSA R$ 312.847,50 COMERCIO DE CAFÉ BOA VISTA IMP E EXPOR R$ 1.266.200,83; COMERCIO DE CAFÉ BRASIL LTDA R$ 148.750,00; CONSTRUTORA ROTEV LTDA R$ 10.209,05; COOPERATIVA AGRICOLA DOS CAFEICULTORES DA REGIÃO DE CAMPO BELO LTDA R$ 1.784,994,00; COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA – SICOOB CREDIVAR R$ 1.061.715,91; COOPERATIVA REGIONAL DOS CAFEICULTORES DE ITAMOGI LTDA R$ 472.500,00; COOPERCEM – COOP DOS CAMINHONEIROS DE ELOI MENDES/MG R$ 159.379,74; COSTA CORRETORA DE CAFE LTDA R$ 23.161,55; COTRANSP LTDA R$ 1.241.562,57; DANIEL AURELIANO DE SOUSA R$ 115.192,20; DANIEL EDUARDO DE CASTRO FERREIRA R$ 814.374,20; DANIEL LEMOS MORAIS DE FARIA R$ 1.164.865,72; DANIEL PIRES FARIA R$ 453.558,49; DANIEL VINICIUS ROMEIRO R$ 835.989,99; DAVID REGHIN R$ 344.915,48; DAYANA KELLY BAPTISTA CHAMMA FARES R$ 631.221,23; DENIS ANTONIO COSTA E OUTROS R$ 263.884,95; DEVANDRO LEITE DA SILVA E OUTROS R$ 77.461,06; DINAMO INTER-AGRICOLA LTDA R$ 23.372,85; DIVIACO FERRO E ACO LTDA R$ 21.139,98; DM COFFEE TRADING LTDA R$ 7.281.367,93; DONATO ADRIANO MARQUES DA SILVA R$ 179.502,67; EDILSON FONTES FERREIRA R$ 389.715,25; EDMIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SA R$ 946.966,67; EDUARDO REZENDE DE ALMEIDA R$ 206.326,45; ELVIO DOS SANTOS R$ 1.990.594,12; FONSECA COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA R$ 45.948.148,37; IDALINA DE OLIVEIRA BAPTISTA R$ 42.929.003,74; JULIO CEZAR PIERONI R$ 549.405,00; MARCOS MENDES REIS R$ 966.805,03; LUCELIA FATIMA DOS SANTOS CARVALHO E OUTROS R$ 249.800,00; EUROFORTE EXPORTADORA E INTERMEDIAÇÕES DE COMMODITIES LTDA R$ 819.496,67; EMERICK COMERCIO DE CAFE R$ 280.060,00; FABIANA BELMONTE CANASSA R$ 1.791.479,99; FELIPE AUGUSTO DO ESPIRITO SANTO R$ 23.833,09; FERNANDO DE PAULA LIMA E OUTRO(S) R$ 174.345,00; FERNANDO LUIZ E OUTRO(S) R$ 388.522,99; VERDES GRAOS COMERCIO DE CAFÉ EIRELI R$7.712.076,19; VERDE MINAS CAFÉ COMERCIAL EXPORTADORA LTDA R$ 3.100.334,34; TOR COFFEE COMERCIO EXPORTAÇÃO LTDA R$ 3.543.665,00; TABATINGA COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 10.569.257,96; SÉRGIO LUIS VIEIRA E OUTROS R$ 3.152.000,00; SILVIA MARIA FELIX PEDALINO COSTAS R$ 293.584,80; WANDER CAMPOS R$ 2.012.168,73; VINICIUS CASTRO MENDONÇA R$ 3.680.000,00; VILA 40 COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 452.840,00; VICENTE SEBASTIÃO DE PAULA R$ 393.460,47; WAGNER DE CASTRO FERNANDES R$ 178.667,25; SERAFINI COFFEE COMERCIO DE CAFÉ EIRELI R$ 1.846.910,99; PS CAFÉ MARTINS LTDA R$ 9.912.998,57; PAULA LIMA DIAS R$ 382.351,45; MOKA COMERCIO DE CAFÉ EIRELI R$ 1.124.497,67; OURO NEGRO AGRONEGOCIOS SA R$ 598.740,00; OURO VERDE COMERCIO DE CAFÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA R$ 1.453.105,01; MARINA BOTTREL REIS NOGUEIRA R$ 608.618,69; LUIZ ANTONIO CASTAGINE E OUTRO(S) R$ 1.289.211,77; JOSÉ FLÁVIO CARVALHO DIAS R$ 659.119,90; JOÃO MÁRCIO DE CARVALHO R$ 1.281.300,71; JOÃO PAULO TEIXEIRA E OUTROS R$ 208.820,00; JOAQUIM GOULART MENDES FILHO E OUTROS R$ 451.622,50; KBX COMERCIO ATACADISTA DE CAFÉ EIRELI R$ 485.750,00; JOSÉ HENRIQUE MENDONÇA R$ 3.680.000,00; JOSÉ MAURILIO DE PAIVA R$ 112.477,15; JOSÉ MAURO VIANA MACIEL R$ 315.963,38; LARISSA BOTTREL REIS NOGUEIRA R$ 437.556,25; FRANCISCO FLAVIO DIAS PEREIRA R$ 1.761.442,47; GILMAR RIBEIRO DE ANDRADE R$ 1.094.779,23; FREDERICO SILVA ANDRADE E OUTROS R$ 1.273.655,00; GERSON TANIO DE CARVALHO R$ 139.463,14; GILBERTO FERNANDES R$ 132.187,00; GIZELE BOTTREL REIS OLIVEIRA R$ 279.418,60; GRÃO NOBRE COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 298.323,75; GUILHERME LAGARES DA SILVA LTDA R$ 2.029.585,46; GUILHERME LOPES PEREIRA JUNIOR R$1.222.230,93; GUILHERME LOPES VIANA R$ 127.104,22; IESSER CUNHA LAUAR E OUTROS R$ 1.371.458,41; IURI BARROSO LAUAR E OUTROS R$ 1.433.479,32; JADER DE JESUS CAMARGO R$ 21.168,22; JOÃO BOSCO PETRUCI MENEGUELLE R$ 42.041,28; JOÃO CARLOS LOURENÇO GASQUES R$ 1.340.206,12; JOÃO ELIO DA SILVA R$ 198.477,50; JOÃO ROBERTO DE FARIA E OUTROS R$ 185.183,28; JOSÉ AUGUSTO DO ESPIRITO SANTO R$ 25.660,21; JOSÉ AUGUSTO FERNANDES FRANCO R$ 456.588,36; JOSÉ BENEDITO RIBEIRO SILVA R$ 154.436,74; JOSÉ EDUARDO DE PAULA CUSTÓDIO R$ 1.074.910,64; JOSÉ EDUARDO LEÃO DE FREITAS R$ 554.976,98; JOSÉ FERNANDES FRANCO R$ 858.005,92; JOSÉ RODRIGO FERNANDES R$ 106.873,21; JR COMERCIO REPRESENTAÇÕES E CEREALISTA LTDA R$ 315.833,33; JULIANO DOUGLAS TIZZO R$ 1.149.997,37; LC AGRO TRADING LTDA R$ 3.000.771,20; LEANDRO PEREIRA MIRANDA R$83.331,00; LELIS PEREIRA MIRANDA R$ 124.996,50; LUIZ HENRIQUE ROSA ALMEIDA R$ 514.652,96; LUIZA VILELA BARREIRA R$ 2.911.103,20; M & M CAFÉ LTDA R$ 1.127.306,67; MAIS BRASIL COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 326.205,00; MARCO ANTONIO REIS E OUTROS R$ 197.750,00; LUIZ CARLOS RIBEIRO E OUTROS R$ 26.190,00; MARCOS CARVALHO LIMA R$ 108.308,98; MARDEN JOSÉ COSTA R$ 1.592.464,00; MARIA DO CARMO RIBEIRO R$139.223,87; MARIA ELIZABET SARTO TROMBINI E OUTROS R$ 152.823,53; MELO PAGANELLI COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE R$ 733.606,67; MERCANTIL COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA R$4.203.422,50; MILTON ANTONIO DANTAS R$ 497.591,57; MITSUI & CO. COFFEE TRADING (BRAZIL) LTDA R$ 3.791.815,91; NEVELSON TOTTI E OUTROS R$ 226.926,87; PAULO CÉZAR VILELA R$ 464.799,00; PETRONIO OTÁVIO BORGES DE SOUSA R$ 264.828,67; PEDRO DIMAS JORGE R$ 36.279,59; RENASCER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA R$ 5.160.405,00; RODRIGUES MARQUES ATIVIDADES CAFEEIRAS LTDA R$ 1.123.291,77; ROGERIO ROZENDO DA SILVEIRA R$ 241.541,70; RONIVALDO CARVALHO ALVES R$ 105.500,07; S B DE OLIVEIRA COMERCIO DE CAFÉ EIRELI R$ 3.420,00; REINALDO ARANTES E OUTROS R$ 23.502,72; RAQUEL FROTA DE REZENDE PAIVA E OUTROS R$ 214.163,13; SILVANA EVANGELISTA SILVA R$ 1.557.592,69; UNI GRÃO CAFÉ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ EIRELI R$ 3.861.783,33; RAFAEL FELICORI MARQUES R$ 1.072.008,34; RAQUEL BOTTREL REIS OLIVEIRA R$ 112.290,00; RAQUEL VILELA DA MATA MIRANDA R$ 52.192,16; REGINEA MIGUEL DE PAULA R$ 26.201,00; ROBERT ROQUIM R$ 1.223.340,88; RODRIGO TERRA DIAS R$ 76.173,33; RONALDO MIRANDO BOTREL R$ 380.959,60; SAMUEL REIS DE OLIVEIRA ARAUJO R$ 301.670,13; SÉRGIO CAETANO PIMENTA R$ 285.272,74; SÉRGIO HENRIQUE VIANA MACIEL R$ 315.963,38; SERSANTOS COM IMP E EXP DE CAFÉ E CE R$ 164.000,00; VALIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SA R$ 566.766,67; FONELIGHT TELECOMUNICACOES S.A R$ 199,90; MAIOLINI SUPERMERCADOS LTDA R$ 655,95; LEME ARMAZENS GERAIS LTDA R$ 407,22; SCHULZ COMPRESSORES LTDA R$ 75.839,40; SENDAS COMERCIO EXTERIOR E ARMAZENS GERA R$ 303.739,56; SISTEL SISTEMAS ELETRICOS LTDA R$ 9.926,37; ITAU UNIBANCO S.A R$ 576.638,19; LS INTERBANK FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS L R$ 2.000.000,00; MAC COFFEE LTDA R$ 27.905,00; MAIOLINI CONSTRUCOES LTDA R$ 109,37; MAIOLINI FILHOS LTDA R$ 44,58; METAL MINAS COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA R$ 5.817,80; NETTUZZI COFFEE CORRETAGEM LTDA R$ 40.829,04; NIKKEY CONTROLE DE PRAGAS E SERVICOS TECNICOS LTDA R$ 698,40; RN TINTAS E FERRAMENTAS LTDA R$ 783,29; SANTANDER BRASIL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA R$ 180.000,00; SOMPO SEGUROS S.A. R$ 1.073,80; TRES PONTAS CORRETORA DE CAFE LTDA R$ 3.860,00; UNIDAS LOCADORA SA R$ 817,46; ROSANGELA DE FATIMA REGUIM BARONI R$ 135.975,45; SEBASTIÃO DE PAULA R$ 393.460,47; **ME-EPP- CLASSE IV;** ADRYELL GONZAGA CARVALHO R$ 2.184,00; AGRARIA AGRONEGOCIOS LTDA R$ 1.763,82; ALVES E PEREIRA CORRETORA DE CAFÉ R$ 337.300,96; BLACK COFFEE CORRETORA LTDA R$ 9.611,66; CAFÉ REAL CORRETORA LTDA R$ 9.487,42; CAFE SUL MINAS CORRETORA DE MERC LTDA R$ 11.884,99; CAFEINA COMERCIO E CORRETORA DE CAFE EIRELI R$ 389.394,22; CEREJA COFFEE LTDA-EPP R$ 2.420,68; COFFEE AGRO CONSULTING LTDA R$ 14.151,45; COFFEE NEWS CORRETORA LTDA R$ 50.097,78; ECONET EDITORA EMPRESARIAL LTDA R$ 1.566,00; GVS 3 SEGURANCA LTDA R$ 14.638,57; MARCELO ALBERTINI PEREIRA ME R$ 775.631,81; PAJEU MOTO GAS EIRELI – EPP R$ 5.420,00; RURAL CAFE CORRETORA DE CAFÉ R$ 25.410,64; TR SILVA TRANSPORTES LTDA R$ 43.208,33; WR ROLAMENTOS LTDA R$ 730,00; JANDER HERCULANO DA SILVA R$ 575,00; COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA ALFA LTDA R$ 532,63; DCM CORRETAGEM E SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA R$ 85.694,06; ELIAS BATISTA DE OLIVEIRA JUNIOR R$ 293,97; FERRAGISTA ACESSORIOS LTDA R$ 177,22; FERRAGISTA LTDA R$222,40; GERALDO ANDRE ALVES R$ 330,00; GIOVANNI MARINHO MOTERANI ME R$ 228,98; GVS 3 SERVICOS LTDA R$ 7.278,12; HEBRON - EBENEZER CORRETORA DE CAFE E CEREAIS LTDA R$45.000,00; JCM CONTABILIDADE LTDA R$ 1.900,00; KELLY CRISTINA PEREIRA DE MELO DUTRA – ME R$ 140,00; MANSUR COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA R$ 690,00; LOBO CORRETORA DE MERCADORIAS LTDA R$ 1.788,98; LUANNA PIZZINI SOARES – EPP R$ 2.900,00; MINAS PAPELARIA E INFORMATICA R$ 705,00; P&G CORRETORA DE CAFE LTDA R$ 2.073,87; QUALY LACRES DE SEGURANCA EIRELI R$ 645,00; RAFETEL ENGENHARIA DE COMBATE A INCENDIO, ELETRICIDADE E TEL R$ 39.338,50; TRISTAO E JUVENCIO CORRETORA DE CAFE E REPRESENTACOES LTDA R$ 34.609,22; PS CAFE CORRETORA LTDA R$ 2.125,14; ARMAZEN AGROPECUARIO GUAPUA LTDA R$ 9.804.504,00; CAFÉ BRAZOPOLIS COMERCIO DE CAFÉ EM GRAO LTDA R$ 134.400,00; CINCO GRAOS COMERCIO ATACADISTA DE CAFÉ LTDA R$ 333.750,00; ELLO COMERCIO DE CEREAIS LTDA R$ 396.018,07; FABIO L.F.P. COSTA COMERCIO DE CAFES LTDA R$ 389.150,66; LOPES COMERCIO DE CAFÉ E EXPORTAÇÃO EIRELI R$ 1.497.055,85; OPTOTECH COM DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA R$ 345.100,00; MATAS ESTATE COFFEE LTDA R$ 141.895,00; LFM COFFEE COMERCIO DE CAFÉ BOTELHOS R$ 588.101,66; JLD COMERCIO E SERVIÇOS DE CAFÉ LTDA R$ 261.600,00; FLOR DE MINAS COFFEE LTDA R$ 419.789,67; GUSTAVO COELHO DE OLIVEIRA EIRELI R$ 3.775.000,00; IMPERIO COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 120.000,00; VALE FORTE LTDA R$ 888.413,32; FAMILIA LUCIANO COMERCIO DE CAFÉ LTDA R$ 159.946,67; **TRABALHISTA- CLASSE I -** ADAMIR DE OLIVEIRA R$ 852,81; ALEX RIBEIRO VAZI R$ 1.817,82; ANA CLARA DE SOUZA MARONGIO PEREIRA R$ 836,99; BRENDO RICARDO PONTES R$ 611,28; EDER DE PAULA GERALDO R$ 5.529,57; JOAO VICTOR DA SILVA R$ 232,33; LUCAS FILLIPE PEREIRA SILVA R$ 4.034,92; MARCO ANTONIO FABRI R$ 6.014,97; MARCOS MISAEL JUNIOR R$ 770,72; MARIO ALBERTO DE OLIVEIRA R$ 850,77; AMANDA QUELER BARROS CANDIDO R$ 4.526,21; CRISTIANE DASMACENO BIAGGINI R$ 19.968,38; GUILHERME FRANCISCO DE SOUZA R$ 1.701,55; MAIARA CARULINE FLORES R$ 3.552,11; MARIELLA PAULINO SILVA R$ 20.495,79; MILENE APARECIDA SALES R$ 25.026,51; PEDRO HENRIQUE PAIVA R$ 22.063,69; VITAR DE FATIMA SILVA ALVES R$ 2.742,24; WEBERTON LACERDA LEMOS R$ 1.566,67.

Varginha, 25 de abril de 2024.

**AUGUSTO MORAES BRAGA**

Juiz de Direito

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Encontra-se aberto no **Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 90025/2024**, referente ao **Processo HRA-SES-PRC 024.00045138/2024-36**, destinado à **Aquisição de Reagentes de coagulação – equipamento em comodato**, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 15/05/2024 e o horário às 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br - CONTATO TELEFÔNICO COM JACQUELINE CHAHDE (18) 3302-6048 - hrapregaoeletronico@gmail.com

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Encontra-se aberto no **Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 90023/2024**, referente ao **Processo HRA-SES-PRC 024.00044068/2024-07**, destinado à **aquisição de medicamentos antibióticos, antifúngicos** – equipamento em comodato, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 15/05/2024 e o horário às 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br - CONTATO TELEFÔNICO COM JACQUELINE CHAHDE (18) 3302-6048 - hrapregaoeletronico@gmail.com

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Encontra-se aberto no **Hospital Regional de Assis, Pregão Eletrônico nº 90022/2024**, referente ao **Processo HRA-SES-PRC 024.00039436/2024-97**, destinado à Aquisição de equipo para bomba de infusão – equipamento em comodato, através de pregão eletrônico do tipo menor preço. A realização da sessão será na data de 15/05/2024 e o horário às 09h00min, através do site www.compras.gov.br. O edital estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.gov.br, www.imprensaoficial.com.br - CONTATO TELEFÔNICO COM JACQUELINE CHAHDE (18) 3302-6048 - hrapregaoeletronico@gmail.com

## ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **JACIRENE FRANCISCA DE SOUZA**, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT.. **APOIO FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. CNPJ. 30.658.633/0003-14** Av. Paulista, 2202 – 8º andar – Bela Vista, São Paulo - SP, 01310-300.

Data: 30/04/2024

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINO/SP

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO 07/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO 02/2024**

A Prefeitura de Sabino/SP, torna público que estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de construção necessários em diversos órgãos e diretorias municipais, conforme edital e seus respectivos anexos. Tipo: menor preço por item. Base Legal: Lei Federal 14.133/21 e Decreto Federal 11.462/23. A realização da sessão será no dia **15/05/2024**, às **08:30h** no endereço eletrônico: http://170.0.48.10:8079/scpi9/comprasedital/. O Edital completo está disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico: www.sabino.sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: edital.sabino@gmail.com, ou pelo telefone (14) 3546-9100, em dias úteis. Prazo limite para solicitação da chave de acesso: **14/05/2024**, até 10 horas.

Sabino-SP, 29 de abril de 2024.

**EDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE**

Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 04/2024**

**Processo nº 26/2024**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para fornecimento parcelado de Leite pasteurizado padronizado, integral, sem fluido, homogeneizado, com teor de gorduraminima de 3%(três por cento), embalados em saco plástico de polietileno de 01(UM) litro, para atendimento do Programa Leite Municipal do Idoso, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos, pelo período de 12 meses. Abertura da sessão: 15/05/2024 às 09 h – Horário de Brasília.

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras

O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP. www.santarosa.sp.gov.br, no link Licitação. Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827

**Santa Rosa de Viterbo/SP, 29/04/2024**

**Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal**

**AVISOS DE LICITAÇÕES.**

A **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé** torna público que se encontram abertas as seguintes licitações:

**CONCORRÊNCIA Nº 04/24. PROC. Nº. 2453/24.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra para reforma e ampliação de prédio Escolar Emef Ernani Giannico, 20/05/24 às 09h.

**PREGÃO Nº 14/24. PROC. Nº 2188/24.**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de bolos e salgados, pela secretaria de ação social, 14/05/24, às 14h.

**PREGÃO Nº 13/24. PROC. Nº 1594/24.**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos e sem uso, para toda frota municipal de máquinas, equipamentos e veículos, 15/05/24, às 08h.

**PREGÃO Nº 12/24. PROC. Nº 2100/24.**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva, calibração e reposição de peças, para os equipamentos médicos hospitalares e odontológicos, 16/05/24, às 8h.

**PREGÃO Nº 11.1/24. PROC. Nº 2190/24.**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, em atendimento a secretaria municipal de saúde, 14/05/24, às 09h.

**PREGÃO Nº 03.1/24. PROC. Nº 1339/24.**

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada, para realização de exames laboratoriais, incluindo material para coleta, 16/05/24, às 09h. Informações: licitacoes@tremembe.sp.gov.br, ou (12) 3607-1013/1059. Editais e anexos: <https://tremembe.sp.gov.br> link "licitações" OU <www.novobbmnet.com.br>.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Varginha / 1ª Vara Cível da Comarca de Varginha

Avenida Isaltina Moraes Braga, 125, Fórum Dr. Antônio Pinto de Oliveira, Vale das Palmeiras, Varginha - MG - CEP: 37031-300

PROCESSO Nº: 5014658-17.2023.8.13.0707

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

AUTOR: MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e outros

RÉU/RÉ: MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e outros

**EDITAL**

**COMARCA DE VARGINHA /MG - 1ª VARA CÍVEL DESTA COMARCA – MCC SPECIALTY COFFEE EXPORTADORA LTDA e SANTOS & SOARES INTERMEDIAÇÃO DE CAFÉ LTDA** – Processo nº **5014658-17.2023.8.13.0707** – O Dr. **AUGUSTO MORAES BRAGA**, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Varginha, Estado de Minas Gerais. Fica a **Assembleia Geral de Credores** convocada e destinada à decidir acerca do **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL** apresentado pelas Recuperandas em ID. 10194713870, **designada para 23/05/2024 às 10:00 horas em primeira convocação e no dia 06/06/2024 às 10:00 horas em eventual segunda convocação**, a se realizar de forma virtual, por meio de plataforma específica, gerenciada pela empresa por meio de plataforma específica, ASSEMBLEX, sendo presidida pelo representante da Administradora Judicial, Dr. **BRENO DA SILVA DANTAS**, OAB/MG 164.992. Para acesso a plataforma virtual, cada credor/procurador deverá realizar o **PRÉ-CADASTRO**, encaminhando um e-mail à Administração Judicial no endereço eletrônico: rj@pimentaedantas.com.br, em até no máximo 48 horas de antecedência do início do credenciamento constante neste edital, indicando 01 (um) endereço eletrônico e-mail válido e atualizado, além do número de telefone celular, com DDD, apto a receber mensagens de texto e Whatsapp. O participante habilitado no PRÉ-CADASTRO pela Administração Judicial receberá no endereço de e-mail indicado, as instruções necessárias para participação na assembleia virtual, com o login e a senha provisória para acesso à plataforma Digital Assemblex. Caso o participante não receba o e-mail com as informações para acesso, com o login e a senha provisória, deverá entrar em contato por um dos canais de suporte para verificação e solicitação dos dados necessários para o ingresso na plataforma. O participante responsabiliza-se pela verificação dos seus dados pessoais no momento do login, bem como pela proteção de sua senha, que é pessoal e intransferível. O participante terá à disposição um chat online e WhatsApp 48 3372-8910 a partir das 09:00hs até às 18:00hs do dia anterior a realização da Assembleia Geral de Credores e no dia da Assembleia Geral de Credores, no mesmo horário. O suporte por estes canais de atendimento são somente para sanar suas dúvidas e receber suporte da equipe técnica. Somente será permitido 01 (um) acesso por login na plataforma durante a Assembleia Geral de Credores. No dia anterior à realização da Assembleia Geral de Credores, o participante DEVERÁ realizar o login na plataforma para testar seus acessos. No dia da Assembleia Geral de Credores o participante deverá estar conectado à internet por meio de uma rede segura, estável e operacional, utilizando o dispositivo de sua preferência (computador ou celular). Recomenda-se o uso de laptops ou desktops com o navegador de internet atualizado (preferencialmente sistema operacional Windows e navegador Google Chrome), bem como dispositivo backup para o caso de o dispositivo principal apresentar problemas. A íntegra da AGC (desde o início do credenciamento até o seu encerramento) será gravada e o respectivo link será juntado ao processo recuperacional, assim como o registro de eventuais divergências e protestos, para publicidade e transparência. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei.

Varginha, 25 de abril de 2024.

**AUGUSTO MORAES BRAGA**

Juiz de Direito

## COSAN S.A.

*Companhia Aberta* - CNPJ nº 50.746.577/0001-15

NIRE 35.300.177.045 | Código CVM 19836

**Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 29 de maio de 2024**

O Conselho de Administração da **COSAN S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, NIRE 35.300.177.045, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.746.577/0001-15, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 19836 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, e da Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81/22"), convocar os(as) Acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 29 de maio de 2024, às 09 horas, de forma digital, para discutir e votar a respeito das seguintes matérias: (i) Deliberar sobre as contas dos administradores, relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2024; (iv) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 150.000.000,00, sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de Reserva Estatutária, alterando consequentemente o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (v) Deliberar sobre a alteração do parágrafo 2º e inclusão do parágrafo 6º do artigo 16, do Estatuto Social da Companhia, para atribuir ao Conselho de Administração a responsabilidade pela indicação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (vi) Deliberar sobre a alteração do artigo 21, inciso (xxxi), do Estatuto Social da Companhia, para atribuir ao Comitê de Pessoas a responsabilidade pela remuneração individual dos membros do Comitê de Auditoria; e (vii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Para facilitar o acesso dos(das) Acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujas regras de participação encontram-se na Proposta da Administração da Assembleia Geral. Os documentos e informações relativos à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos(das) Acionistas na sede social da Companhia, em sua página (www.cosan.com.br) e nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os(as) Acionistas participem da Assembleia Geral. Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo(pela) Acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings"), pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Conforme dispõe o artigo 5°, § 3°, da RCVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A Companhia observa que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Orientação para Participação via Sistema de Participação Remota: A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 08h30 do dia 29 de maio de 2024. Para participar remotamente por meio da plataforma digital, o(a) Acionista deve seguir as seguintes etapas: 1. Acessar o link https://assembleia.ten.com.br/736643256; 2. Preencher seu Cadastro; 3. Após a aprovação, o(a) Acionista receberá um e-mail confirmando sua participação e poderá acessar a plataforma com e-mail e senha previamente cadastrados; 4. No caso de procurador(a) ou representante legal de Acionista, indique os(as) Acionistas que representa e anexe os documentos necessários; 5. O cadastro deve ser feito até 2 (dois) dias antes da Assembleia, ou seja, até 27/05/2024; 6. Após o cadastro, o(a) Acionista receberá instruções, login e senha por e-mail. Se não receber 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, entre em contato com a área de Relações com Investidores da Cosan pelo e-mail Cosan.AGE2024@cosan.com. Ao fazer o cadastro, o(a) Acionista deve certificar-se que está fornecendo os seus dados completos, incluindo nome, CPF ou CNPJ, telefone e endereço de e-mail, e apresentando os documentos necessários para participar da Assembleia, conforme abaixo:

| Documentação a ser encaminhada juntamente com o Boletim de Voto[3] | Pessoa Física | Pessoa Jurídica | Fundo de Investimento |
|---|---|---|---|
| CPF e Documento de Identidade com foto do(a) acionista ou de seu(sua) representante legal[1] | X | X | X |
| Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado | – | X | X |
| Documento que comprove os poderes de Representação | – | X | X |
| Regulamento consolidado e atualizado do fundo[2] | – | – | X |

[1] Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida. [2] Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. [3] A Companhia não exige cópias autenticadas, aceitando documentos por protocolo digital. A tradução não é necessária para documentos em português, inglês ou espanhol. Acionistas habilitados(as) devem comprometer-se a usar a plataforma apenas para participação remota, não compartilhando convites e não gravando ou reproduzindo a Assembleia. Para acessar a plataforma, o(a) Acionista precisa de um computador com câmera e áudio, conexão à internet de 1mb e navegador compatível. O(A) Acionista deve desconectar VPNs ou câmeras adicionais. A participação é apenas em áudio, com câmeras desligadas. Manifestações de voto devem ser feitas na plataforma e instruções serão fornecidas na Assembleia. Se o(a) Acionista enviou um boletim de voto a distância e deseja votar durante a Assembleia, as instruções anteriores serão desconsideradas. Será de responsabilidade exclusiva do(a) Acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Orientações para participação na Assembleia via Boletim de Voto a Distância: Os(As) Acionistas podem votar a distância por meio do boletim de voto (BVD ou Boletim) disponibilizados pela Companhia, acessíveis em seu site (www.cosan.com.br), bem como nos sites da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). Existem duas opções para enviar o BVD: A. No envio direto à Companhia, o(a) Acionista deve: • Preencher o Boletim corretamente, assinando a última página; • Enviar uma cópia do Boletim, com todas as páginas rubricadas, juntamente com um documento de identificação válido para o e-mail Cosan.AGE2024@cosan.com; • A Companhia receberá esses documentos até 22/05/2024 (inclusive). Boletins recebidos após essa data não serão considerados válidos; • Caso haja necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou documentos que o(a) acompanham pelos(as) Acionistas, o mesmo deve ser feito até 22/05/2024, nos termos do Artigo 46 da RCVM 81/22. B. No envio por meio dos prestadores de serviço: • O(A) Acionista pode escolher enviar instruções de voto através de agentes de custódia ou intermediários que oferecem serviços de coleta e transmissão dessas instruções, desde que cumpra os prazos definidos anteriormente. • Agentes de custódia e intermediários verificarão suas instruções, mas não determinarão se você é elegível para votar; isso é responsabilidade da Companhia. • Se suas ações estiverem no sistema de escrituração, você pode enviar instruções de voto por meio do site Itaú Assembleia Digital, exigindo cadastro e certificado digital. Detalhes sobre isso estão no seguinte site: https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital. Para informações adicionais sobre como enviar instruções de voto via Boletim, entre em contato com seus agentes de custódia e com a Itaú Corretora de Valores S.A. Eles fornecerão orientações sobre os procedimentos e documentos necessários, bem como os prazos aplicáveis. Se você tiver ações em custódia e em escrituração ou em várias instituições custodiantes, suas instruções de voto devem ser enviadas apenas a uma instituição, com base na quantidade total de ações de sua titularidade. De acordo com a RCVM 81/22, instruções de voto divergentes sobre a mesma decisão, emitidas pelo(a) mesmo(a) acionista (com base no número de CPF ou CNPJ/MF), serão ignoradas.

São Paulo, 29 de abril de 2024

**Rubens Ometto Silveira Mello**

Presidente do Conselho de Administração

## MUNICÍPIO DE NHANDEARA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA Nº 002/2024 - PROCESSO Nº 607/2024**

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Concorrência nº 02/2024, Processo nº 607/2024. Resumo do objeto: Execução de obras de construção de abrigo de animais, na Estrada Vicinal João Maria Alves, no Município de Nhandeara/SP, conforme quantidades e especificações anexas ao edital. O recebimento das propostas será até às 08h00m do dia 16/05/2024. A abertura das propostas será no dia 16/05/2024, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara-SP, 29 de abril de 2024. – José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE DISSOLUÇÃO**

**ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE FUTEBOL AMIGOS DA VIBE**

**CNPJ. 19.053.924/0001-84**

O Presidente da Associação Recreativa de Futebol Amigos da Vibe, no exercício de suas atribuições estatutárias, convoca os membros da Assembleia Geral para reunião extraordinária de dissolução e extinção da associação, a se realizar no dia 08 de maio de 2024, às 09:00hs em primeira chamada e as 09:30hs em segunda chamada, na sede da Associação na Rua Marechal Mário Guedes, 293, Jaguaré, São Paulo, SP., CEP 05348-010, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1) Dissolução com Extinção da Associação com a destinação do remanescente do patrimônio líquido a entidade de fins não econômicos.

São Paulo, 19 de abril de 2024

KLEBER NASCIMENTO DE SANTI
CPF/MF 104.368.528-80
Presidente

## UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024.**

**Objeto:** Contratação de serviços continuados de lavanderia hospitalar com locação do enxoval, envolvendo o processamento de roupas, em todas as suas etapas, desde a sua coleta até o seu retorno em ideais condições de reuso, sob condições higiênicas sanitárias adequadas e de acordo com as determinações da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), para atendimento das necessidades do Hospital Veterinário Universitário (HVU), do Departamento de Medicina Veterinária (DMV) da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE.

**Realização:** 15/05/2024, às 09h00 min (Horário Brasilia).

**Editais:** Diretoria de Licitações, localizada no térreo do Prédio de Apoio Administrativo da UFRPE, à Rua Dom Manoel de Medeiros s/n, Dois Irmãos, Recife/PE, fone: (81) 3320-6106 ou através do site **www.comprasnet.gov.br.**

**Alex Silva de Sales**
Agente de Contratação

**USUCAPIÃO (49) Nº 0001090-92.2013.4.03.6135 / 1ª Vara Federal de Caraguatatuba** AUTOR: **WANDERLEI SOUZA CRUZ, AUREA DA FONSECA BARREIRA CRUZ** Advogados do(a) AUTOR: **ADHEMAR JOSE MORENO - SP32059**, **MARCIO CESAR FIGUEIREDO - SP156686** REU: **UNIÃO FEDERAL, ALBERT SALEM, EGÍDIO PERNA,** RÉUS EM LUGAR INCERTO E DEMAIS INTERESSADOS, **ANGELO DONDICE NETO, LUIZ CÉSAR COGLIATI** Advogado do(a) REU: **DERCI ANTONIO DE MACEDO - SP110519 EDITAL EDITAL DE CITAÇÃO DE CONFRONTANTE COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.** CARLOS ALBERTO ANTONIO JUNIOR, JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA DE CARAGUATATUBA, NA FORMA DA LEI, ETC. **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo processa-se uma ação de **USUCAPIÃO** movida por **WANDERLEY SOUZA CRUZ e OUTRO** em face da **UNIÃO FEDERAL e OUTRO**, sob nº: **0001090-92.2013.4.03.6135** e para que chegue ao conhecimento do confrontante **LUIZ CESAR COGLIATI e demais interessados,** e ninguém alegue ignorância do futuro, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 dias, para que apresente contestação, dentro do prazo de 15 dias, sob pena de confissão e revelia, em relação ao imóvel assim descrito: "um lote de terreno, localizado no bairro Porto Novo, no lugar denominado Jardim Brasil, em Caraguatatuba – SP, inicia-se o perímetro do mencionado lote no marco "1" com coordenadas georeferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro "N" = 7.380.206.692 e "E" 455989.692 e deste segue confrontando com Av. Geraldo Nogueira da Silva, com uma distância de 12,50 m e azimute de 170º16'33" até o vértice "2" do marco "2" segue confrontando com ASSUNTA LONGO (identificação municipal 07.136.001-0) com uma distância de 40,00 m e azimute 264º28'58", com coordenadas "N" = 7.380.194.268 e "E" = 455.990.833, até o vértice "3". Do marco "3" segue confrontando com NELSON MACHADO (identificação municipal 07.136.002-8) por uma distância de 12,50 m e azimute 352º03'28", com coordenadas N = 7.380.190.459 e "E" = 455.951.394 até o vértice "4". Do marco "4" segue confrontando com ALBERT SALÉM (identificação municipal 07.136.021-8) com uma distância de 40,00 m e azimute de 84º29'11" com coordenadas "N" = 7.380.202.839 e "E" = 455.949.667 até o vértice "1" marco inicial perímetro, encerrando com uma área de 500,00 m2 (quinhentos metros quadrados)". O presente edital será publicado e afixado na forma da Lei e assim, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente edital, ficando citado o confrontante LUIZ CESAR COGLIATI, para se fazer representar nos autos por advogado, bem como advertido de que não sendo contestada a ação no prazo legal, ou seja, em 15 (quinze) dias, presumir-se-ão aceitos e como verdadeiros os fatos articulados pelo(s) promovente(s), nos termos do artigo 344, observando-se o disposto no Art. 345, I, ambos do Código de Processo Civil. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de Caraguatatuba, 24 de janeiro de 2020. Eu, Laércio da Silva Junior, Técnico Judiciário (RF 1949), digitei. Eu, Leonardo Vicente Oliveira Santos, Diretor de Secretaria (RF 3462), conferi. CARLOS ALBERTO ANTONIO JUNIOR Juiz Federal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA

AVISO DE ALTERAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024** A Prefeitura Municipal de Santa Ernestina, Estado de São Paulo, através do seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados na licitação de que trata do Pregão Eletrônico nº 07/2024, aberta pelo Processo nº 16/2024, Edital nº 08/2024, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE LINK DEDICADO DE INTERNET À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ERNESTINA/SP, marcada para as 09h00 do dia 08 de Maio de 2024, que tendo em vista a edição do Decreto Municipal nº 2.401/2024 decretando ponto facultativo nas repartições públicas municipais em 02 e 03 de Maio de 2024, fica alterada a data de início da sessão pública para as 09h00 do dia 13 de maio de 2024. O instrumento convocatório retificado, com as devidas alterações, encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e www.bll.org.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 99609-5537 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br Santa Ernestina (SP), aos 29 de abril de 2024. MARCELO APARECIDO VERONEZI Prefeito Municipal AVISO DE ALTERAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024** A Prefeitura Municipal de Santa Ernestina, Estado de São Paulo, através do seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados na licitação de que trata do Pregão Eletrônico nº 09/2024, aberta pelo Processo nº 18/2024, Edital nº 10/2024, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ERNESTINA/SP, marcada para as 09h00 do dia 08 de Maio de 2024, que tendo em vista a edição do Decreto Municipal nº 2.401/2024 decretando ponto facultativo nas repartições públicas municipais em 02 e 03 de Maio de 2024, fica alterada a data de início da sessão pública para as 09h00 do dia 14 de maio de 2024. O instrumento convocatório retificado, com as devidas alterações, encontram-se disponíveis no site oficial do município: www.santaernestina.sp.gov.br e www.bll.org.br e poderão ser retirados ou consultados no horário normal de expediente na sede deste órgão licitante de segunda a sexta feira das 8h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Informações podem ser obtidas através dos telefones: (16) 3256-9104 e (16) 3256-9100 e WhatsApp (16) 99609-5537 ou ainda através do e-mail: licitacao@santaernestina.sp.gov.br Santa Ernestina(SP), aos 29 de abril de 2024. MARCELO APARECIDO VERONEZI Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ,** Secretário de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, HOMOLOGA a Empresa **TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para execução de defensa metálica para proteção da torre de alta tensão no CDHU**, com valor global de **R$ 71.545,40 (setenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos)** referente à **Concorrência Pública nº 008/24 – Processo nº 030/24**.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ,** Secretário de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **ADJUDICA** a Empresa **TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para execução de defensa metálica para proteção da torre de alta tensão no CDHU, com valor global de R$ 71.545,40 (setenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos) referente à Concorrência Pública nº 008/24 – Processo nº 030/24**.

**EXTRATO DE CONTRATO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**
**Modalidade: Concorrência Pública nº 008/24 – Processo nº 030/24**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratada: TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA. Valor:** R$ 71.545,40 (setenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos). **Objeto:** Contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para execução de defensa metálica para proteção da torre de alta tensão no CDHU.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNQUEIRÓPOLIS/SP

**Extrato de Edital de Concorrência Eletrônica nº 005/2024 – Processo nº 028/2024 - RETIFICADO** - Objeto: A Prefeitura de Junqueirópolis/SP, em cumprimento a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 7.421/2024, torna público, que realizará Concorrência Eletrônica no dia **20 de maio de 2024, às 08h30min**, visando a **Contratação de empresa especializada para a execução de obras de CONSTRUÇÃO DE ECOPONTO, com fornecimento de mão-de-obra, materiais de primeira linha e equipamentos necessários, conforme especificações constantes da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, cronograma físico, quadro de composição de BDI, memorial descritivo e projetos elaborados pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Junqueirópolis.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, no site: www.junqueiropolis.sp.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Quaisquer esclarecimentos serão prestados junto a Plataforma BLL, no endereço eletrônico www.bll.org.br.

Junqueirópolis/SP, 29 de abril de 2024.
**ÉDER JUNIO DE SOUZA**
Diretor de Planejamento, Obras, Serviços e Manutenção

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 032/2024**
**COMPRASNET Nº. 90032/2024**
**PROCESSO Nº 99/2024**

DATA DE REALIZAÇÃO: 16 de maio de 2024. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS URBANAS,DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESAJOLAMENTO DE AVES,HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA QUALIFICADA, NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME A NECESSIDADE". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 32/2024. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 29 de abril de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

## SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE BEBEDOURO – SAAEB AMBIENTAL –

SAAEB

**Extrato de Contrato 19/2024**
**Processo 07/2024 Edital 07/2024 Pregão Eletrônico 07/2024**

**Objeto:** aquisição de 60.000 unidades de tabletes de 200 g com 50% de ácido Tricloroisocianúrico e 50% de fluorsilicato de sódio, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. **Contratada:** HIDROLAB SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA EPP. **Valor:** R$ 984.000,00. **Vigência:** 29/04/2024 a 28/04/2025

Bebedouro/SP, 29 de abril de 2024. Gilmar Aparecido Feltrim - Presidente

## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

**Aviso de Licitação**
**Pregão Eletrônico nº 031/2024 – Processo DAAE nº 0660 de 28/02/2024**

**Objeto:** Equipamentos para instalação subterrânea pelo método não destrutivo de tubos de PEAD e para localização de tubulações metálicas e não metálicas. **Abertura das Propostas:** às 10h00min do dia 15 de maio de 2024. **Data e horário de início da sessão de disputa de preços:** às 10h10min do dia 15 de maio de 2024. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo/index.html#/painel/geral/index.html#/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br; . www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 25 de abril de 2024.
Delorges Mano - **Superintendente**

## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

**Aviso de Licitação**
**Pregão Eletrônico nº 030/2024**
**Processo DAAE nº 0701 de 01/03/2024**

**Objeto:** Manutenção em caixa de mancal de rolamento, da bomba vertical de eixo prolongado – Poço Standard. **Abertura das Propostas:** às 10h00min do dia 21 de maio de 2024. **Data e horário de início da sessão de disputa de preços:** às 10h10min do dia 21 de maio de 2024. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo/index.html#/painel/geral/index.html#/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: . https://www.gov.br/pncp/pt-br; www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 25 de abril de 2024.
Delorges Mano - **Superintendente**

## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

**Aviso de Licitação**
**Pregão Eletrônico nº 029/2024**
**Processo DAAE nº 0701 de 01/03/2024**

**Objeto:** Aquisição de material de informática. **Abertura das Propostas:** às 10h00min do dia 20 de maio de 2024. **Data e horário de início da sessão de disputa de preços:** às 10h10min do dia 20 de maio de 2024. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo/index.html#/painel/geral/index.html#/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: . https://www.gov.br/pncp/pt-br; www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 25 de abril de 2024.
Delorges Mano - **Superintendente**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Encontra-se aberto nesta Prefeitura, o Pregão Eletrônico nº. 11/2.024, REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA RL 1-C. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 horas do dia 02/05/2.024 às 09:00 horas do dia 15/05/2.024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:05 horas do dia 15/05/2.024. O Edital estará à disposição a partir do dia 02/05/2.024, pela INTERNET www.pinhal.sp.gov.br e www.bll.org.br, ou de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 15:00 horas no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº - Jardim Universitário I – Bloco G, sala 39. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (19) 3651-9699, e-mail jefferson.compras@pinhal.sp.gov.br.

Espírito Santo do Pinhal, 29 de abril de 2.024.
Lívia Maria Coimbra Novaes Ribeiro da Cunha
Diretora de Departamento – Administração
Valor da Publicação R$ 160,00

## PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3021/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024 - EDITAL Nº 03/2024 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -** OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução de obra de recapeamento asfáltico – serviço de recuperação de pavimento flexível em concreto usinado a quente (CBUQ) – em vias públicas do município de Mirandópolis-SP, conforme Termo de Convênio 103281/2023, celebrado entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais e o Município de Mirandópolis. Ademiro Olegário dos Santos, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, com fundamento no art. 71, inc. IV, da Lei Federal 14.133/2021, ADJUDICAR e HOMOLOGAR o objeto do certame em tela, em favor da empresa TELETUSA TELEFONIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 54.826.144/0001-20, pelo preço total de R$ 200.050,00 (duzentos mil e cinquenta reais), ficando esta convocada a comparecer ao Departamento de Compras e Licitações, sita à Rua das Nações Unidas, nº. 400, no prazo de 5 dias uteis, a fim de assinar o respectivo termo de contrato. O não comparecimento no prazo estipulado implicará na aplicação das penalidades cabíveis, e providências ulteriores. Mirandópolis, 29 de abril de 2.024. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

## PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1098/2.024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2.024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2.024 - EDITAL Nº 04/2024 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -** Ademiro Olegário dos Santos, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais e, considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Processo Administrativo nº 1098/2.024, Processo Licitatório nº 22/2.024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 02/2.024, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de medicamentos e insumos, destinados ao atendimento de demandas de processos judiciais; em favor das empresas: CM HOSPITALAR S/A - CNPJ 12.420.164/0001-57 - Itens: 01, 03, 05, 09, 10, 24, 29 e 30; AVAREMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 11.195.057/0001-00 - Itens: 02, 07, 14, 16, 17, 18, 21, 23, 25, 33 e 34; EXPRESSMEDICAL - COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE CORRELATOS MÉDICOS LTDA. CNPJ: 10.761.932/0001-00 - Item: 12; ELFA MEDICAMENTOS S.A. – CNPJ: 09.053.134/0001-45 - Itens: 15, 22 e 35; ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 56.998.701/0034-84 - Item: 31; AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - CNPJ: 65.817.900/0001-71 - Item: 32. Ficam as empresas acima mencionadas, convocadas a comparecerem ao Departamento de Compras e Licitações, sita à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP, a fim de assinar a respectiva Ata de Registro de Preços. Mirandópolis, 29 de abril de 2.024. Ademiro Olegário dos Santos – Prefeito.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 0005/2024 - EDITAL Nº 0006/2024** - Objeto: Ata de Registro de preço para contratação de serviços de fornecimento de som, palco, iluminação, cobertura e gerador para os eventos de cunho turístico de 2024 da Estância Turística de Paraibuna. **Critério de Julgamento:** Menor Preço Por Lote. **Data da Sessão:** 13 de maio de 2024 às 09:00 horas. **Local:** www.bllcompras.org.br. **Obs.:** O Edital e seus respectivos modelos, bem como informações quanto as quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima e pelo site www.paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna/SP, 30 de março de 2024.
Victor de Cassio Miranda. Prefeito Municipal.

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER

CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

**AVISO – LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 038/24 – CONDER**

**Abertura:** 23/05/2024, às 16h:00m. **Objeto:** **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE TÊNIS E ARQUIBANCADA E EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA POLIGONAL DE INTERVENÇÃO DA LAGOA GRANDE, MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA – BAHIA**. O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no site da CONDER (**http://www.conder.ba.gov.br**) no campo licitações, a partir do dia **02/05/2024**. Salvador - BA, 29 de abril de 2024. Maria Helena de Oliveira Weber - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – Nº 009/2024 - PROCESSO Nº 070/24 – EDITAL REPUBLICADO**

A Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por ITEM, objetivando a REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será a partir do dia 30/04/2024, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/05/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – https://www.gov.br/compras/pt-br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 30/04/2024, além da página PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL citado anteriormente, no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas e nos seguintes endereços: https://www.laranjalpaulista.sp.gov.br/transparencia/licitacoes e no Setor de Licitações da Prefeitura do Município de Laranjal Paulista/SP, sita à Praça Armando de Salles Oliveira, nº 200 - Centro - Laranjal Paulista/SP - CEP 18.500-000 - Telefone: (15) 3283-8331 / 3283-8338 - E-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br.

Laranjal Paulista, 12 de abril de 2024 - Alcides de Moura Campos - Prefeito Municipal.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO**

LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM ITENS AMPLA PARTICIPAÇÃO, COTA RESERVADA E COTA EXCLUSIVA PARA ME-EPP-MEI

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu, Pregão Eletrônico nº 004/2024 - Edital n° 004/2024 – Processo 075/2024 do tipo menor preço por item. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS (ZERO QUILÔMETROS) NÃO REMOLDADOS E CÂMARAS DE AR, DESTINADOS A TODOS OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL. O credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura das propostas até às 15 de maio de 2024 às 09H00M. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da ***INTERNET*** no dia 15 de maio de 2024 às 09H00M. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site www.jarinu.sp.gov.br e através do portal BBMNET https://novobbmnet.com.br/ . Informações através do telefone (11) 4016-8200.

Jarinu, 29 de abril de 2024.
Maria Aparecida Adomaitis – Secretária Municipal de Administração

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL

**CNPJ nº 46.612.032/0001-49**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024**
**PROCESSO Nº 022/2024 - D.A. – D.C.L.**

**OBJETO:** Aquisição de produtos que serão utilizados na higiene, limpeza e cozinha das Repartições Públicas Municipais e Órgãos Conveniados.
**TIPO: "MENOR PREÇO"**
**Apresentação das Propostas:** Até 14/05/2024 às 09:00 horas (horário de Brasília)
**Abertura da "Proposta" Sessão Pública:** Dia 14/05/2024 às 09:00 horas.
**Início da disputa de preço:** Dia 14/05/2024 a partir das 09:05 horas (horário de Brasília).
**INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:** Diretamente nos sites www.bll.org.br, www.mirassol.sp.gov.br e https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Praça Dr. Anísio José Moreira nº 2290, Centro, Mirassol, Estado de São Paulo, Fone: (17) 3243-8160, de 2ª à 6ª feira, das 09:00 às 16:00 horas.

Mirassol/SP, 29 de abril de 2024.
**Prof.ª Dr.ª Luzia de Fátima Paula**
**Secretária de Educação**

## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

**Aviso de Licitação**
**Pregão Eletrônico nº 032/2024**
**Processo DAAE nº 0741 de 05/03/2024**

**Objeto:** Aquisição de açúcar refinado e pó de café. **Abertura das Propostas:** às 10h00min do dia 14 de maio de 2024. **Data e horário de início da sessão de disputa de preços:** às 10h10min do dia 14 de maio de 2024. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo/index.html#/painel/geral/index.html#/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br; www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 25 de abril de 2024.
Delorges Mano - **Superintendente**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**MAURO BERTOLANI JÚNIOR**, Secretário Municipal de Saúde, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21 c/c Lei 10.520/02; vem através deste, **HOMOLOGAR** a empresa **ALFA & ÔMEGA MEDICAL LTDA** referente ao **Pregão Eletrônico nº 031/24 – Processo Licitatório nº 052/24 – Registro de Preços**, cujo objeto é a eventual aquisição de medicamentos. **Homologado em: 29/04/2024.**

**EXTRATO DE CONTRATO**

**Modalidade: Pregão Eletrônico nº 031/24 – Processo Licitatório nº 052/24 – Registro de Preços Contratante:** Prefeitura Municipal de Cerqueira César/SP. **Contratadas: ALFA & ÔMEGA MEDICAL LTDA. Objeto:** Eventual aquisição de medicamentos. **Data de Assinatura da Ata: 29/04/2024.**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2023 - PROCESSO Nº 240218/2024.** A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que a licitação referente a Concorrência Eletrônica nº 001/2024, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PARQUE FASE 2. está **SUSPENSA** em virtude de correções a serem realizadas no edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. **Monteiro Lobato, 29 de abril de 2024. Lívia Regina de Souza**. Agente de Contratação.

## Departamento Autônomo de Água e Esgotos

daae araraquara

**Aviso de Licitação**
**Pregão Eletrônico nº 038/2024**
**Processo DAAE nº 1.307 de 18/04/2024**

**Objeto:** Aquisição de materiais hidráulicos (tubos, conexões, PVC/PEAD, PVC DEFOFO, Ferro Fundido e Ferro Galvanizado). **Abertura das Propostas:** às 10h00min do dia 13 de maio de 2024. **Data e horário de início da sessão de disputa de preços:** às 10h10min do dia 13 de maio de 2024. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** https://araraquaradaae.cebicloud.com.br/portal_licitacoes_externo/index.html#/painel/geral/index.html#/painel/geral. O Edital poderá ser retirado na íntegra através dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br; www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Araraquara (SP), 25 de abril de 2024.
Delorges Mano - **Superintendente**

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - FUERN

**UASG - 925543**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA**
**Dispensa Eletrônica nº 003/2024 – UASG 925543**

**Processo nº:** 04410109.000096/2024-67 **- Objeto:** Contratação de serviço de atribuição de Identificação de Objetos Digitais (Digital Object Identifier – DOI) para os artigos científicos publicados pelos periódicos institucionais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. **Sessão de lances a partir das** 08:00 de 08/05/2024 no https://www.gov.br/compras/pt-br. **Aviso disponível** em https://www.gov.br/compras/pt-br e http://www.uern.br/. Dúvidas pelo (84)3315-2113 ou contratacoes@uern.br.

Mossoró/RN, 29 de abril de 2024
**José Victor Pinheiro Azevedo**
**Agente de Contratação**
**Portaria 1581/2023 - GP/FUERN**

**AVISO DE LICITAÇÃO (retificação)**

**Pregão Eletrônico nº 002/2024-PIMIR**
**Processo nº SEI 006.00092384/2024-03**

**Onde se lê:**
Data de início de recebimento de propostas: 26/04/2024 às 09h (Horário de Brasília)
Data de fim de recebimento de propostas: 09/05/2024 às 09h (Horário de Brasília)
A sessão pública do pregão ocorrerá no site www.gov.br/compras, com horário previsto para às 09:00 horas, do dia 09/05/2024.

**Leia-se:**
Data de início de recebimento de propostas: 29/04/2024 às 09h (Horário de Brasília)
Data de fim de recebimento de propostas: 10/05/2024 às 09h (Horário de Brasília)
A sessão pública do pregão ocorrerá no site www.gov.br/compras, com horário previsto para às 09:00 horas, do dia 10/05/2024.

## GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Aviso de abertura processo licitatório Nº 0465.2024.AC-54.PE.0190.SAD.HEMOPE SEI nº 0040400058.003706/2023-56 OBJETO: Registro de Preço para o fornecimento eventual etiquetas de base, etiqueta do receptor e etiqueta quadrante, visando atender as necessidades do Hemorrede Pública do Estado de Pernambuco, Fundação Hemope, conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência. Valor máximo estimado dos itens: R$ 236.692,8000 (duzentos e trinta e seis mil seiscentos e dois reais e oitenta centavos). Registro de preço: 13/05/2024 às 09h30; Início da Disputa:13/05/2024,às 09h Horário de Brasília.O edital na íntegra está disponível na página eletrônica:www.peintegrado.pe.gov.br.Outras informações:(81) 31837828/3183-7830.Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.Adriana Beltrão Burgos-Pregoeira/ Agente de Contratação -AC 54.
SECRETARIA DE SAÚDE / HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO - GOV. PAULO GUERRA
Aviso de proposta de preços Objeto: O Hospital da Restauração/SES-PE, com sede na Av. Agamenon Magalhães,s/n, Derby, Recife-PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0002-09, informa que no período de 02/05/2024 – 10:00h a 03/05/2024 – 10:00h, através da compra direta 0728.2024.CCD.CD.0003.HR estaremos recebendo proposta de preços via plataforma do PE INTEGRADO, para dispensa de licitação emergencial para aquisição de luvas de procedimento não estéril referente ao SEI 2300000877.000269/2024-31 para atender demanda do Hospital da Restauração por um período de um ano. Informações e esclarecimentos serão atendidos através do telefone 81- 3181 5656 e 3181 5588 ou pessoalmente na Gestão de Compras - 9º andar do Hospital da Restauração. Av. Agamenon Magalhaes, s/n, Derby, Recife-PE.
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Aviso de abertura processo Nº 0393.2024.AC-59.PE.0128.SAD.Hemope Objeto:Formação de Registro de Preços para o eventual fornecimento de Filtros para Remoção de Leucócitos em Concentrados de Hemácias, visando atender as necessidades do setor de Fracionamento do sangue,da Fundação Hemope Valor máximo estimado:R$ 367.850,0000 (Trezentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais).Entrega das propostas:até 15/05/2024,às 08h00min. Início da disputa: 15/05/2024, às 9h (horário de Brasília).O edital na íntegra está disponível no site www.peintegrado.pe.gov.br Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.Outras informações (81)3183-7828 Manuelle Câmara de Carvalho Falcão–Pregoeira/AC 59.

**Sindicato dos Praticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Manipulação, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos de Bauru e Região - Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária - Itinerante -** A Presidente da entidade supra, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores do comércio varejista, atacadista em geral sócios e não-sócios, de sua base territorial integrada pelos Municípios de Águas de Santa Bárbara, Agudos, Anhembi, Arandu, Arealva, Areiópolis, Avaí, Avaré, Balbinos, Barão de Antonina, Bauru, Bofete, Borebi, Botucatu, Cabrália Paulista, Cerqueira César, Conchas, Coronel Macedo, Duartina, Fartura, Iacanga, Itaí, Itaju, Itaporanga, Itatinga, Laranjal Paulista, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Manduri, Pardinho, Paranapanema, Pederneiras, Pereiras, Piraju, Pirajuí, Piratininga, Porangaba, Presidente Alves, Regi-nópolis, Sarutaiá, São Manuel, Taguaí, Taquarituba, Tejupá e Ubirajara, no Estado de São Paulo, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária Itinerante**, a ser realizada nos dias de 07 a 09 do mês de maio do ano de 2024, com início às 09:00 horas do dia 07/05/2024 e se encerará às 16 horas no dia 09/05/2024. A assembleia contará com uma urna fixa na sede do sindicato na Rua Gerson França, nº 7-08, Bairro, nesta cidade de Bauru, Estado de São Paulo, e com urnas itinerantes que percorrerão os estabelecimentos do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Estado de São Paulo e do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Correlatos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos Toucador no Estado de São Paulo, a fim de deliberar, escrutínio secreto, sobre os assuntos constantes da seguinte Ordem do Dia: **a - apresentação, discussão e aprovação das propostas de pauta de reivindicações para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho** e, ou a prorrogação do instrumento coletivo vigente, a ser negociada junto às categorias econômicas representantes do comércio varejista de produtos farmacêuticos do Estado de São Paulo e do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Correlatos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos Toucador no Estado de São Paulo, visando a obtenção de vantagens econômico-sociais para os componentes da respectiva categoria profissional; **b - deliberar e aprovar sobre a contribuição assistencial da categoria profissional beneficiária do resultado da negociação salarial, decidindo sobre o percentual de contribuição e exercício do direito de oposição; c** - **discussão e aprovação das condições em que haverá paralisação coletiva, na hipótese de recusa pela categoria patronal em discutir as reivindicações constantes da pauta a ser aprovada, ou cumprimento da mesma após formalizada**; **d- votação pela Assembleia sobre a concessão de poderes específicos ao Presidente da entidade e/ou da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo para negociar e firmar a norma coletiva**, ou instaurar Dissídio Coletivo de Trabalho nos termos da legislação vigente, se for o caso; **e - outros assuntos de interesse da categoria profissional. Na forma do art. 612 c/c o art. 859, da CLT, e em consonância com o Estatuto Social da entidade**, a AGE somente poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença e votação de metade mais um dos sócios e de qualquer número de não sócios, e em segunda convocação, uma hora após, com a presença e votação de qualquer número dos sócios e de qualquer número de não sócios. Bauru, 30 de abril de 2.024. Jussara Rubia de Carvalho Marcandeli Pires da Silva- Presidente.

Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis de Taubaté e Região. Pelo presente edital, ficam convocados todos os trabalhadores das categorias profissionais da nossa representação sindical, associados ou não ao sindicato, abaixo relacionados juntamente com data e horário das assembleias das categorias com data-base em 01º de agosto de 2024: 1- Categoria Contabilidade e Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas: realizar-se-á no dia 08 de maio de 2024, às 18h30min, em 1ª convocação, com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de trabalhadores, ou às 19h00 em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente, á Rua Silvia Jardim, n° 366, Jardim das Nações na cidade de Taubaté/SP. As assembleias a seguir se realizarão na Rua Coronel Gomes Nogueira, n° 165 sala 13, Centro, na cidade de Taubaté/SP, a qual também se dará de forma itinerante e online através de consulta aos trabalhadores da categoria; 2- Categoria Cobrança e Recuperação de Crédito: realizar-se-á no dia 07 de maio de 2024, às 18h00, em 1ª convocação, com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de trabalhadores, ou às 18h30min em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 3 - Categoria Sociedades de Advogados: realizar-se-á no dia 09 de maio de 2024, às 18h00, em 1ª convocação, com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de trabalhadores, ou às 18h30min em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 4 - Categorias Administradores de Consórcios: realizar-se-á no dia 14 de maio de 2024, às 18h00, em 1ª convocação, com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de trabalhadores, ou às 18h30min em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente; 5 - Categoria Locadoras de Máquinas e Equipamentos para Terraplenagem: realizar-se-á no dia 15 de maio de 2024, às 18h00, em 1ª convocação, com 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) de trabalhadores, ou às 18h30min em 2ª convocação, com qualquer número de trabalhadores da categoria presente. Será deliberada com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar, ou não, as pautas de reivindicações para negociação da convenção coletiva de trabalho, cuja data-base é 1º de agosto de 2024; 2) Aprovar, ou não, a continuidade da Assembleia, que se manterá permanente até o final da solução da negociação de 2024, ficando autorizado o presidente da entidade a convocar através de boletins, sessões de assembleia extraordinária presenciais e virtuais para deliberar sobre proposta patronal em caso que mesma não atenda a pauta que foi aprovada pela presente assembleia; 3) Deliberar quanto à aprovação, ou não, da contribuição assistencial, e/ou da taxa negocial, e/ou outras para o custeio da entidade, a ser descontada em folha de pagamento de todos os trabalhadores, revertida em favor da entidade sindical, como forma de solidariedade e retribuição ao grupo associativo, ou não, pela representação das negociações coletivas, e abrangência do instrumento normativo que delas resultarem; 4) Concessão de poderes à diretoria da Entidade para, em conjunto com os sindicatos da categoria e a Federação ou isoladamente, manter negociações coletivas, celebrar acordos, convenções coletivas de trabalho ou aditivos, bem como tomar as medidas que julgar necessárias na busca de solucionar as negociações coletivas, seja através de mediação ou arbitragem, a medidas junto à Justiça do Trabalho. Taubaté, 30 de abril de 2024. Eduardo Pires - Presidente.

tec


Lim Wenhui com obra criada por IA ao fundo, no TED, em Vancouver (Canadá) Jason Redmond/TED

# Arte criada com IA vira estrela em evento de tecnologia

Do veterano Cai Guo-Qiang à jovem revelação Lim Wenhui, artistas que abraçaram ferramenta foram celebrados no TED

**Fernanda Ezabella**

VANCOUVER (CANADÁ) Do veterano Cai Guo-Qiang à jovem revelação Lim Wenhui, artistas que abraçaram ferramentas de inteligência artificial (IA) foram celebrados neste ano no TED, conferência com mais de 70 palestras que aconteceram nesta semana em Vancouver, no Canadá.

No palco dos TED Talks, as imagens nos três telões gigantes também foram criadas com IA. E, do lado de fora do auditório, pelos corredores do centro de convenções, um minimuseu foi montado para comemorar o encontro da arte com a nova tecnologia.

Cai contou como criou seu próprio programa de IA, o cAI, enquanto Wenhui exibiu as imagens do seu projeto “Nice Aunties” (tias legais), que foram geradas a partir de comandos de texto.

Com mais de 40 anos de carreira, Cai ficou famoso pelos experimentos com pólvora, tanto em pinturas como em grandes instalações ao ar livre. No palco do TED, o chinês contou que a imprevisibilidade da pólvora que ele tanto admira foi o que aproximou das pesquisas com IA, também pouco controlável.

Como testamento da devoção do TED às novas tecnologias, Cai fez seu TED Talk em mandarim e foi traduzido simultaneamente em inglês por uma tradutora cuja voz era a mesma do artista, artifício criado por programa de IA.

Ainda que considere IA um tanto “perturbadora”, o artista espera que a ferramenta ajude a instigar a criatividade do mundo das artes de hoje, que ele classificou de “fraco e conservador”.

Já as personagens de Wenhui parecem espécies de outro planeta. Seu projeto é inspirado na cultura maternal de países asiáticos onde tias e avós desempenham papel central, seja para criticar ou mimar os mais jovens.

A artista de Singapura encontrou nos programas de inteligência artificial, como Midjourney, o caminho mais curto entre suas ideias e o resultado final. “Fiquei viciada”, afirma.

Ela criou um universo (“Auntieverse”, algo como “universo das tias” em português) baseado nas mulheres de sua família, como suas 11 tias que, apesar de serem cheias de personalidades e humor, sofriam pressões sociais e falta de apoio. Sua avó, passou seus últimos 20 anos acamada e com demência.

“Muitas vezes imaginava uma realidade alternativa onde elas estavam se divertindo, rindo, conversando, curtindo a vida”, afirma ela.

As avós e tias aparecem em cenários exuberantes, como dançando no calçadão de uma praia, ou bem surrealistas, como enroladas em sushis gigantes e relaxando numa tigela de macarrão.

Uma imagem pode levar entre meia hora e 30 horas, dependendo de quanto a artista quer mexer no resultado do Midjourney. Para ela, o programa funciona como um parceiro artístico e não como ferramenta.

Ao pisar no auditório do TED, o visitante é recebido por três telas gigantes com imagens criadas pelo artista canadense Stuart Ward usando programas de IA Midjourney, Topaz, Leonardo e Magnific.

“No ano passado, usamos apenas uma imagem de IA [nos telões de boas-vindas] e foi terrível, muito caricatural, pixelado”, comentou a chefe de produções do TED, Mina Sabet. “Desde então, tudo mudou rapidamente, acelerou demais.”

Nem toda obra trabalhada na IA, porém, tem um acabamento futurístico como os trabalhos de Wenhui, Cai e Ward.

**+ Financial Times e OpenAi fazem acordo por uso de conteúdo**

O Financial Times fechou um acordo com a OpenAI para treinar modelos de inteligência artificial a partir do conteúdo do jornal. A publicação britânica licenciará seu material para o fabricante do ChatGPT a fim de ajudar a desenvolver tecnologia de IA generativa que pode criar texto, imagens e código indistinguíveis de criações humanas. Esse é o quinto acordo do tipo fechado pela OpenAI no último ano, seguindo parcerias semelhantes com Associated Press (EUA), Axel Springer (Alemanha), Le Monde (França) e Prisa Media (Espanha).

Num estande dos corredores do TED, o Misalignment Museum (algo como “museu do desalinhamento”) celebrava obras feitas com a tecnologia, quase todas numa estética retrô, incluindo um aparelho de TV das antigas.

Uma das obras mais populares fazia uma leitura da palma da mão. O trabalho usa um programa de inteligência artificial treinado por um livro de um especialista esotérico, aliado a um scanner, para analisar as proporções dos dedos e linhas da mão.

“Queremos educar as pessoas sobre o que é inteligência artificial. Quero criar anticorpos sociais”, diz Audrey Kim, curadora e criadora do museu, que tem sede em San Francisco desde setembro. Ela já trabalhou no Google e numa empresa de carros autônomos.

“Quanto mais gente entender o básico da tecnologia, melhor para todos. Temos que ser mais críticos em como queremos avançar com IA”, continuou. “As conversas nas comunidades de IA são muito acaloradas, polarizadas. O museu tem funcionado como um território neutro.”

O artista Neil Mendoza exibia “Spambots”, feita com seis latinhas de Spam (carne de porco processada), com braços que digitavam uma versão do livro “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley, como se o autor fosse um porco.

Para Mendoza, IA é só mais uma ferramenta, e será usada por artistas preguiçosos para copiar obras dos outros e por artistas bons que vão criar trabalhos originais.

“A IA fará a realidade ficar mais complicada. As pessoas vão ficar mais céticas e menos confiantes, o que é ruim. Mas espero que com o tempo fiquem também mais espertas.”



# Recurso para foto é destaque em celular da Huawei que promete desbancar iPhone

**Nelson de Sá**


Consumidor compara os modelos Pura 70 Pro e Pura 70 Ultra em loja da Huawei em Pequim Tingshu Wang - 18.abr.24/ Reuters

PEQUIM A consultoria canadense TechInsights, referência para produtos de consumo de alta tecnologia, desmontou o novo celular da Huawei e concluiu que ele provocará um boom de vendas e firmará a empresa no topo do mercado chinês deste ano, deixando para trás Apple, Honor e Vivo.

O correspondente da **Folha** está testando o aparelho no dia a dia. Após cinco horas na loja central da Huawei em Pequim, um dia depois do lançamento, no dia 18, vem usando um modelo Pura 70 Pro com 1 TB de memória interna, que era o que havia disponível àquela altura.

O aparelho anterior era um velho Huawei P30 adquirido em São Paulo no início da pandemia, ainda com Android. Entre outras restrições à empresa nos últimos anos, o governo dos EUA proibiu o acesso ao sistema operacional desenvolvido pelo Google.

O novo celular usa o HarmonyOS, sistema da própria Huawei e cujo aprimoramento é sua meta principal para 2024, anunciada pelo CEO Eric Xu junto com o lançamento. Ele conclamou os desenvolvedores chineses a alcançar, junto com a empresa, os 5.000 apps básicos até o final do ano.

“No mercado chinês, os usuários gastam 99% de seu tempo em cerca de 5.000 aplicativos, então nós vamos ocupar o ano aportando esses aplicativos no HarmonyOS, para unificar o ecossistema”, disse.

Mas a empresa precisa antes convencer as chinesas Tencent e ByteDance, cujos aplicativos WeChat e Douyin só estão na linha Pura 70 porque esta ainda aceita aplicativos desenvolvidos para Android. Para os usuários dos dois, no momento, não faz diferença.

No fim do ano, porém, será lançada a linha Mate 70, atualização daquela que assombrou o mundo oito meses atrás, a partir do Mate 60 Pro. Deve usar o HarmonyOS NEXT, nova versão, sem aplicativos de Android. Até lá a Huawei terá que dobrar Tencent e ByteDance, o que não é fácil dada a competição feroz entre as gigantes chinesas.

O novo aparelho chama a atenção pelo acesso mais rápido e completo às ferramentas do WeChat, sobretudo mensagens, pagamentos e postagens; do Douyin, que é o TikTok chinês com intenso comércio eletrônico; do Alipay, concorrente do WeChat; e do PDD, o maior em ecommerce.

Mas os recursos mais chamativos da linha Pura 70 são voltados à fotografia, como já acontecia na linha P, que ela substituiu. Um deles, especialmente útil para não profissionais, permite estabilizar imagens tremidas, tiradas de objetos em movimento de até 300 km/h por hora ou com o próprio celular se mexendo.

Outro elimina parte da imagem, uma pessoa, por exemplo. Acabou sendo o mais controverso, não por desaparecer com indivíduos, mas porque dias se espalharam por mídia social vídeos mostrando como isso permitia aos usuários tirar a roupa de mulheres.

Um porta-voz da Huawei disse ao Dahe Bao, jornal de Zhengzhou, que a falha no algoritmo está sendo corrigida.

Os recursos para edição de fotografia são exemplos do que o Pura 70 oferece de IA. Há ainda comando de voz e tradução de páginas online, inclusive para o português.

No caso de apps supostamente inacessíveis na China, como WhatsApp e Instagram, eles são facilmente instalados, mas exigem a assinatura de uma VPN. O custo mensal é de cerca de US$ 15 ou R$ 76.

A desmontagem da TechInsights se aprofunda nas características técnicas do Pura 70, como o chip Kirin 9010, dado como “um pouco melhor” do que o Kirin 9000s, do Mate 60. Também a tecnologia de satélite, que permite agora não só ligações e mensagens escritas, mas fotos e vídeos enviados de onde o usuário estiver.

O outra consultoria, esta americana, Canalys, concluiu que a Huawei já voltou ao topo do mercado chinês neste início de 2024, antes do Pura 70, graças aos celulares dobráveis — que a Apple não tem, assim como ficou para trás em IA. O iPhone, segundo a Canalys, teria caído para o quinto lugar na China.

# Começar no ramo das galerias de arte exige paixão pelo negócio

Paciência e persistência também entram na fórmula de sucesso, dizem empreendedores

**Fernanda Ravagnani**

SÃO PAULO Empreender com uma pequena galeria de arte exige mais paciência e persistência que investir em outros negócios, porque o retorno financeiro costuma ser lento.

Tanto o processo de decisão dos compradores quanto a construção da relação de confiança com a marca levam anos e até décadas para acontecer.

Profissionalismo, um bom olho para artistas, relacionamento com outras galerias e pé no chão são os elementos mais essenciais para o sucesso, de acordo com galeristas ouvidos pela **Folha**.

Eles citaram de forma unânime uma outra característica imprescindível: ter paixão pelo mundo da arte.

"O investimento inicial não costuma ser alto, porque as obras são vendidas em consignação", afirma Victoria Zuffo, sócia-diretora da galeria Lume, de São Paulo e presidente da Abact (Associação Brasileira de Arte Contemporânea), entidade que reúne cerca de 60 galerias no Brasil.

O maior obstáculo é o longo tempo de maturação do negócio.

"Temos dados de que menos de 4 em cada 10 galerias sobrevivem aos primeiros quatro anos de vida."

Galerias de arte pequenas se concentram no chamado mercado primário, a primeira venda de uma obra, que sai do ateliê do artista para a galeria e dali para o comprador, que pode ser um colecionador ou uma instituição, como um museu.



Ian Duarte (esq.) e Allan Seabra, da galeria Verve, em estande na feira SP-Arte Lucas Seixas/Folhapress

O mercado secundário, de revenda de obras de artistas já consagrados, a valores mais altos, fica quase sempre reservado a galerias maiores e já consolidadas no mercado.

"Quando se investe em um artista jovem, é muito difícil ele estar bombando em um período de três anos. São apostas de longo prazo, que demandam investimento", afirma Tamara Perlman, diretora da SP-Arte, a maior feira brasileira do tipo, que comandou também por quase dez anos a feira Parte, dedicada a galerias pequenas.

"Vender arte não é como assumir uma franquia, em que tudo vem pronto. É preciso conhecer arte, para poder selecionar bem os artistas com quem trabalhar", afirma Perlman.

Para descobrir artistas, Zuffo recomenda que galeristas circulem, promovendo e frequentando exposições coletivas, ficando de olho nas residências artísticas e transitando em museus.

Ela considera que, para começar, um número razoável é de até quatro artistas, para que eles possam ser bem trabalhados.

"É muito importante ter um recorte. Quando fui abrir minha galeria, fiz uma série de consultorias e me foquei em pequenos formatos, com trabalhos de mulheres, ligados à transcendência", afirma Vanessa Monteze, que abriu a galeria ArteFasam em 2019 em Belo Horizonte e em 2022 se estabeleceu também em São Paulo.

Continua na pág. 2



Vanessa Monteze, da galeria ArteFasam, na SP-Arte Fotos Lucas Seixas/Folhapress

## Começar no ramo das galerias de arte exige paixão pelo negócio

*Continuação da pág. 1*

Serviços de curadoria ajudam a fazer a seleção e também auxiliam no relacionamento com outros atores do mercado de arte, por exemplo, indicando para outras exposições ou instituições o artista escolhido por uma galeria.

A definição do conceito e do nicho da galeria passa pelo gosto do galerista, use ou não uma curadoria formal.

"É mais fácil vender o que você ama", afirma Fernanda Resstom, dona da galeria Central, de São Paulo. "Como é uma aposta, você precisa acreditar nela."

Monteze conta que teve a assistência de curadores desde o início da ArteFasam. "Nem todo curador vai ser acessível para uma jovem galeria, mas a maioria é muito generosa, o trato com eles é fácil, pois eles querem fazer as coisas acontecerem."

Tendo os artistas, o próximo passo é estabelecer um calendário de exposições e atividades em um espaço físico. Apesar de a presença online da galeria ser fundamental no plano de comunicação, empresas e pessoas que apenas vendem pela internet não são consideradas galerias de arte pela Abact.

Quem abre uma galeria normalmente tem alguma familiaridade com o mercado: ou tem parentes do ramo, ou é admirador e colecionador, ou é artista. Foi para dar espaço a um grupo de artistas como ele que Allann Seabra abriu a Verve, de São Paulo, que hoje é tocada em sociedade com o marido, Ian Duarte.

Por mais talentosos que os artistas representados sejam, a galeria não terá sucesso se não se profissionalizar, dizem eles. Processos, administração, documentação, tudo tem de estar organizado e planejado. Além disso, a galeria precisa ter uma linha, um programa coerente.

"Como não existe faculdade de galerista, precisamos aprender na prática, observando, conversando com outros galeristas", afirma Seabra. "Uma das coisas que fizemos foi estudar por conta própria a trajetória das galerias já estabelecidas, como elas formaram seu programa. Dá para fazer isso olhando os sites das galerias", diz Duarte.

Um dos responsáveis pelo fracasso de galerias novas são gastos fixos. Como as obras são consignadas, não é necessário gastar com estoque, mas as despesas da folha de pagamento, do aluguel de um imóvel e da participação em feiras podem acabar sendo pesados demais.

A maior fonte de renda para galerias é a participação na venda das obras dos artistas representados por elas, frequentemente de 50%, mas o fluxo é imprevisível.

"Feiras são ótimas, mas caras. Já vi galeria de arte quebrar por causa de feira. Vale escolher estrategicamente para qual ir e começar com um estande pequeno, com um artista só", diz Zuffo, da Abact. "Há opções como a ArPa (feira de artes do Pacaembu), a Art PE, no Recife, mesmo a ArtRio é mais barata que a SP-Arte."

Mesmo sem participar das feiras no começo, frequentá-las é praticamente obrigatório, para fazer pesquisa de mercado, formar relações e identificar qual evento tem o perfil mais adequado para a galeria.

Já como alternativa para aluguéis muito caros a presidente da Abact recomenda espaços coletivos. Gruta, Canteiro e Casa Ondina são alguns exemplos em São Paulo. Outra opção é usar espaços provisórios ou rachar as despesas com outras galerias, como faz Monteze, que divide seu espaço paulistano da ArteFasam com a galeria Mamute, de Porto Alegre.

A logística é outro gasto pesado no ramo: transporte, montagem e segurança das obras são trabalhos especializados que encarecem a participação em feiras e exposições. Há também as despesas com a comunicação, pois a galeria precisa ter material de divulgação caprichado.

> "Precisamos aprender na prática, observando, conversando com outros galeristas
>
> **Allann Seabra**
> sócio da galeria Verve

> É preciso pensar em um caminho com estratégias inclusivas para que as pessoas possam viver de arte
>
> **Micaela Cyrino**
> diretora artística da Hoa



Leonardo Leal, da galeria Leonardo Leal de Fortaleza, em estande na SP-Arte

# Proximidade de concorrentes estimula movimento e atrai clientes

**SÃO PAULO** Abrir uma galeria perto de outra pode potencializar o público de ambas. "Existem até circuitos que as galerias montam e conciliam as aberturas de exposições. É uma forma de trabalhar colaborativamente", afirma Victoria Zuffo, da Abact.

"A galeria é um ponto de encontro, de troca de conhecimento. Por isso levamos a Verve para a região central de São Paulo, um local onde os artistas se encontram, moram ali. A inserção da galeria na cidade também é importante", diz Duarte, da Verve.

"Eu até faço campanha para que uma galeria abra na frente da minha", brinca Leonardo Leal, dono da galeria que leva o seu nome, em Fortaleza (CE). "Uma galeria, sozinha, não dá conta de preencher todas as paredes do cliente, as pessoas são plurais."

Para Leal, a chegada de galerias de arte a uma cidade fora do eixo Rio-São Paulo agita o mercado e tem poder educativo. "O cearense viaja, entra nos museus, mas o que ele vê no Louvre é inatingível. Precisamos mostrar que ele pode ter uma obra de arte em casa. É um trabalho de formar público, criar um circuito."

Para fomentar os artistas locais, Wanessa Cruz pelo sexto ano organiza a Fargo, Feira de Arte de Goiás, em Goiânia, programada para 15 a 19 de maio. "Muitas vezes os artistas do Centro-Oeste vão despontar no eixo Rio-São Paulo, porque o mercado local é muito precário", diz.

Como representa o artista, o galerista tem que vender seu trabalho, promovê-lo e apoiá-lo. "A responsabilidade com o artista é de curto, médio e longo prazo", diz Duarte.

> "Feiras são ótimas, mas caras. Já vi galeria de arte quebrar por causa de feira
>
> **Victoria Zuffo**
> sócia-diretora da galeria Lume e presidente da Abact

> Vender arte não é como assumir uma franquia, em que tudo vem pronto. É preciso conhecer arte
>
> **Tamara Perlman**
> diretora da SP Arte

"A galeria se valoriza junto com o artista. É preciso manter relações com os museus locais e com instituições de fora do país."

"O que me faz vibrar é colocar meus artistas em museus, em instituições públicas. Não é que eu não goste de vender para colecionador, mas é mais democrático", afirma Fernanda Resstom, da Central.

Os museus compram de galerias, e seus curadores visitam as feiras, por isso ela recomenda ficar em contato com essas instituições. Existe até a alternativa de convencer um colecionador a comprar a obra e doá-la a um museu.

A exposição de uma obra em museus e espaços públicos valoriza o artista, o que por sua vez dá mais força à galeria e agrada aos compradores, pois agrega valor ao que adquirem para suas coleções pessoais. É uma forma de conseguir o tipo de endosso que sustenta o mercado.

"Infelizmente nosso meio ainda depende muito da validação, de que alguém que tenha influência preste atenção no seu trabalho", diz Duarte.

"Não é que seja panelinha", afirma Tamara Perlman, da SP-Arte, "mas existe sim uma rede de validação. O mercado é formado por gente apaixonada por arte, por isso muitas vezes as pessoas atendem quem quiser tomar um café, trocar ideias. Eu aconselho: procure quem você admira."

Victoria Zuffo reforça também que mesmo as galerias que ainda não têm porte para se associar formalmente à Abact podem procurar a entidade para receber orientações e participar de workshops.

"O mercado da arte é muito cristalizado, são as mesmas famílias trabalhando há 30, 50 anos. Não há mais como aceitar esses padrões, é preciso pensar em um caminho com estratégias inclusivas para que as pessoas possam viver de arte", diz Micaela Cyrino, diretora artística da Hoa, galeria inaugurada em 2020 pela artista Igi Lola Ayedun.

A Hoa começou como uma galeria tradicional com foco racial e decolonial. No início, representava artistas, mas migrou para um modelo colaborativo, oferecendo apoio, orientação e estrutura para que eles possam produzir, sem contrato de exclusividade.

Alvo de interesse no exterior, a Hoa abriu uma unidade em Londres. A internacionalização é um passo que as galerias de arte jovens podem dar participando de feiras fora do Brasil. O projeto Latitude, da Abact, em parceria com a ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), incentiva o intercâmbio com o mercado de arte de outros países. **FR**



Israel Reis, gerente de exportações da Boaonda, que vende para a Argentina, na fábrica da marca, em Sapiranga (RS) Daniel Marenco/Folhapress

# Exportação de pequenas empresas para a Argentina cai 27% em 2023

Medidas de Fernández estão entre as causas, dizem empresários, que veem mudanças com Milei

**Marcos Hermanson**

SÃO PAULO Micro e pequenas empresas exportaram US$ 80 milhões (R$ 409 milhões) para a Argentina em 2023, queda de 27% em relação aos US$ 110 milhões (R$ 562,6 milhões) de 2022. O número de companhias desse porte que venderam para o país vizinho caiu de 1.034 para 812 no mesmo período.

Os dados são do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) e foram divulgados neste mês. O valor exportado por pequenas empresas —que hoje representa 0,5% do total— vinha crescendo nos últimos anos, mas tombou em 2023.

Entraves burocráticos implementados na gestão Alberto Fernández (2019-2023), falta de dólares e erosão do poder aquisitivo da população argentina são fatores elencados por empresários e especialistas para explicar a queda.

Empossado no fim do ano passado, Javier Milei derrubou grande parte das medidas anti-importação herdadas da gestão anterior.

"Eram 180 dias entre a entrega do produto e o pagamento", diz Israel Reis, gerente de exportações do grupo gaúcho Mould, que produz os calçados Boaonda e tem clientes na Argentina desde 1992.

Ele se refere às restrições para o pagamento das encomendas, tentativa do governo Fernández de segurar dólares no país.

Reis calcula em 40% a redução nas vendas do grupo Mould para o país em 2024, na comparação com o primeiro trimestre de 2023 —o país responde por mais de um terço das exportações da marca.

"Comparada a outros países, a situação é muito mais difícil", afirma Tamiris Kuhnen, diretora executiva da confecção de lingeries 2Rios, baseada em Joinville (SC).

A cliente da 2Rios na Argentina, uma rede de lojas de roupas, interrompeu a importação de peças em função das barreiras burocráticas e da falta de dólares.

A DM Beachwear, confecção de moda de praia sediada em Araguaína (TO), registrou queda de 50% nas encomendas do país vizinho.

"Em 2023, vendíamos em média 30 pacotes por mês", diz Daniel Marinho, fundador da empresa. "Agora, são 10 a 15 encomendas mensais."

Com faturamento de R$ 50 mil mensais, a marca recebe encomendas pelo Instagram e por meio de site.

"As importações argentinas vivem um momento de queda significativa", diz Federico Servideo, empresário e membro da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira. "A inflação deteriorou o poder de compra da população."

Entre as mais altas do mundo, a inflação argentina bateu 211% em 2023. Ao mesmo tempo, metade da população vive em situação de pobreza.

A importância do Brasil na economia local também diminuiu na última década.

O estoque de capital brasileiro caiu 19,8% entre 2012 e 2021, enquanto a participação do Brasil nas importações argentinas caiu cinco pontos percentuais no mesmo período.

"Ainda assim, é um parceiro prioritário e estratégico", diz Igor Celeste, gerente de inteligência de mercado da Apex Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos).

Ele destaca que o Brasil é o principal parceiro comercial do vizinho e que o mercado é relevante para micro, pequenas e médias exportadoras.

Além das dificuldades econômicas vividas na Argentina, diz Celeste, pequenas empresas exportadoras encontram gargalos no financiamento e no valor dos fretes, "embora o ecommerce tenha facilitado, permitindo exportar em pequenas quantidades", afirma.

O governo Milei derrubou barreiras à importação. A necessidade de autorização prévia caiu para a maior parte dos produtos, e os prazos de pagamento foram enxugados.

"Eram 30 dias entre fechar negócio e receber autorização para a exportação", diz Hamilton Pedromonico, executivo de contas da W3SAT, uma fabricante de antenas parabólicas beneficiada pelas novas regras. "Isso acabou."

A mudança deve facilitar a vida de exportadores brasileiros. "Nossa expectativa é de que será um ano difícil [pelos ajustes, que têm aumentado níveis de pobreza na Argentina], mas depois as coisas vão melhorar", afirma Reis, do grupo Mould.

"É um mercado com muito potencial", afirma Kuhnen, da 2Rios. "Não perdemos a esperança."

# Populares nos EUA, lavanderias self-service ganham o país

**Carolina Muniz**

BRASÍLIA Populares há décadas nos Estados Unidos, as lavanderias self-service têm se espalhado pelas cidades brasileiras. Nelas, o próprio cliente faz o pagamento e coloca as roupas na máquina, que injeta sabão e amaciante automaticamente. Muitas oferecem espera com wi-fi e televisão.

O crescimento da procura pelo serviço se deve principalmente ao boom de apartamentos pequenos, sem espaço para lavadora e varal. Do outro lado, a possibilidade de investir pouco e abrir um negócio que funciona sozinho, sem funcionários, atrai cada vez mais empreendedores.

Mas não é assim tão fácil como parece, diz Othon Barcellos, presidente da Anel (Associação Nacional das Empresas de Lavanderia). "Self-service não é caça-níquel. O novato acha que não vai dar trabalho, mas é um erro. As máquinas quebram, têm que ser abastecidas. A loja precisa de limpeza, e os clientes têm dúvidas."

Há cerca de 20 anos, o país viveu uma primeira onda de abertura de lavanderias de autosserviço, que acabaram não vingando, afirma Barcellos. Agora, além do aumento dos imóveis compactos, houve importante avanço tecnológico, com a automação das máquinas, a digitalização dos meios de pagamento e a redução dos custos para o monitoramento das lojas.

Com isso, dezenas de redes de franquia surgiram nos últimos cinco anos. Segundo o presidente da Anel, o Brasil tem hoje cerca de 25 mil lavanderias, 3.000 delas no modelo self-service.

Com a movimentação do mercado, a 5àsec, maior rede de lavanderias do país, resolveu entrar no páreo. Em 2022, lançou a LavPop, marca popular com foco no autosserviço. Hoje, a franquia tem 45 lojas vendidas, 15 delas em funcionamento. "O modelo de negócio foi pautado para ser uma lavanderia mais democrática", diz Fernando Toledo, vice-presidente de operações.

Os ciclos de lavagem e secagem custam entre R$ 18 e R$ 20 cada um. A maioria das unidades trabalha com o sistema de autoatendimento, mas há também aquelas que operam no modelo tradicional, oferecendo mais serviços, como o de passar peças.

O investimento varia de R$ 155 mil a R$ 221 mil, incluindo taxa de franquia, instalação e capital de giro. O faturamento médio mensal fica em torno de R$ 25 mil (self-service) e de R$ 40 mil (padrão), com lucro de 20% a 30%, segundo a empresa. O plano é abrir ao menos 50 lojas da LavPop neste ano, diz Toledo.

Fundada em 2018, a rede de lavanderias self-service Lavô tem hoje 460 unidades e 180 em processo de implantação. "A gente só não inaugura mais pela capacidade do mercado de entregar equipamento", diz Angelo Max Donaton, CEO.

A franqueada Heidi Oliveira, 40, está esperando a chegada do maquinário para abrir sua segunda unidade em São Paulo. A primeira, que completou dois anos, fica em um contêiner dentro do estacionamento de um supermercado no bairro da Saúde, na zona sul.



Heidi Oliveira em franquia da rede Lavô, no bairro da Saúde, zonal sul de SP Lucas Seixas/Folhapress

Apesar de a loja poder ser controlada à distância e ter telefone para comunicação com os clientes, a empresária gosta de estar presente, revezando os turnos com uma funcionária. "Muitos acham que é só colocar a máquina lá que o autosserviço vai funcionar. Pode ser que funcione em outros países que já têm essa cultura, mas no Brasil ainda não."

Ela explica que muitas pessoas têm dúvidas ou não seguem as regras corretamente —por exemplo, querem lavar tênis, tapetes ou itens de pet, o que não é permitido. "Enquanto esse mercado está crescendo, ainda é preciso ter alguém para orientar."

Com essa atenção extra, ela já conquistou uma cartela de 1.500 clientes, que pagam R$ 17 para lavar as roupas e o mesmo valor para secar. Ao longo desses dois anos, a empreendedora investiu mais de R$ 300 mil e fatura em torno de R$ 18 mil por mês.

Segundo a Lavô, é possível investir em uma franquia a partir de R$ 199 mil, com faturamento mensal de R$ 20 mil a R$ 30 mil e lucro em torno de 60%.

A empresária Birgit Marsili, 48, até pesquisou franquias, mas resolveu abrir uma unidade self-service por conta própria, em Curitiba (PR), em junho de 2023. Há mais de uma década, ela e o marido, Driano Marsili, 50, comandam duas lavanderias tradicionais na cidade.

"Vimos uma oportunidade. O consumidor quer tudo mais ágil e com um bom custo-benefício", afirma Birgit.

Na Briller, os ciclos de lavagem e secagem custam R$ 18 cada um. O espaço de 32 m² tem TV de 80 polegadas e área de coworking. O casal investiu R$ 250 mil e espera ter o retorno em cerca de dois anos.

Birgit afirma que o contato com os clientes é feito de maneira frequente pelo telefone instalado na loja. Diariamente, os empresários passam no local e um funcionário faz a limpeza.

A Briller funciona dentro de um supermercado que fica próximo a prédios de apartamentos pequenos, hospitais e universidades. Agora, a dupla planeja inaugurar mais duas unidades em locais com boa circulação de pessoas.

Para esse tipo de negócio, a localização é fundamental, diz Sandra Fiorentini, consultora do Sebrae-SP. "Não se deve abrir porque é moda. Precisa abrir num local em que seja uma necessidade. Se você se instalar numa região em que esse tipo de serviço é necessário, vai ter sucesso."

Mas Othon Barcellos, da Anel, destaca que é preciso ficar atento ao valor do aluguel. "O empreendedor acha que vai faturar R$ 30 mil, e a loja não fatura isso. Se a pessoa pagar um aluguel muito caro, as contas não fecham."

A saturação do mercado também pode ser um problema, afirma Marcelo Nakagawa, professor de empreendedorismo do Insper. "Por ser um negócio muito replicável, a gente está vendo uma expansão muito grande. Vai chegar uma hora que pode ser que alguns não sobrevivam."

Para resistir em meio à concorrência, ele recomenda apostar em parcerias com condomínios e empresas. "É importante criar vantagens e benefícios para que o cliente retorne e isso vire um hábito."



INÊS249


A artesã Fernanda Moro, MEI desde 2016, confecciona e vende carteiras e cases estilizados com a marca Malungo Art Lucas Seixas/Folhapress

# MEI precisa fazer declaração anual e ter atenção com IR

Em certos casos, é preciso entregar as duas, com prazo final em 31 de maio

**Matheus Oliveira**

SÃO PAULO O prazo para a declaração do Imposto de Renda termina no próximo dia 31 de maio. É a data final também para entregar a Declaração Anual Simplificada do MEI (DASN-Simei). Em alguns casos, é necessário fazer as duas. Para evitar multas e eventual baixa da empresa, empreendedores precisam se preparar ao longo do ano para a temporada de acerto de contas com o fisco.

Desde 2016 a artesã Fernanda Moro, 36, é MEI (microempreendedora individual) e confecciona e vende carteiras e cases estilizados com a marca Malungo Art. Moradora do bairro de Vila Formosa, na zona leste de São Paulo, a empreendedora diz que levou tempo até entender como funcionam as declarações necessárias ao pequeno empresário.

"Foram muitas acelerações e formações para aprender como empreender e lidar com as declarações necessárias para o Simples Nacional e para o Imposto de Renda. Sempre controlei meu orçamento sozinha, então precisei aprender", afirma ela.

De acordo com as regras do MEI, todos os cadastrados na categoria precisam fazer a declaração DASN-Simei, independentemente de haver ou não faturamento no calendário-base. Já a declaração de Imposto de Renda deve ser feita quando a soma dos rendimentos tributáveis como pessoa física com os de MEI superar R$ 30.639,90.

De acordo com os cálculos de Moro, o faturamento da Malungo Art fechou 2023 em cerca de R$ 28 mil reais, e mesmo com os seus rendimentos como pessoa física a soma não chegará ao piso, e ela não precisará declarar o Imposto de Renda.

O coordenador da área tributária do BVA - Barreto Veiga Advogados, Mateus Campos, destaca que é necessário que o empreendedor entenda que há um "cadastro duplo", um enquanto pessoa física e outro como pessoa jurídica. E cada cadastro terá as suas próprias obrigações com o fisco.

"Para o MEI é um regime extremamente mais simples. São obrigações o recolhimento simplificado mensal de tributação e o faturamento da receita anual do MEI, limitada a R$ 81 mil, respectiva ao ano de 2023", explica o advogado.

O especialista acrescenta que ao não declarar o faturamento anual o empreendedor estará sujeito a uma multa inicial de R$ 50, por atrasar a entrega, e caso não haja regularização, a cobrança de juros sobre os tributos a declarar. Se o DASN não for encaminhado por dois anos seguidos o MEI poderá ter o CNPJ cancelado e não conseguirá emitir nota fiscal, por exemplo.

Para evitar pagamentos extras e a suspensão do cadastro, a paraibana Maria das Graças Souza Silva, 42, conta com a ajuda de um contador para se acertar com a Receita Federal. Dona da marca de chocolates artesanais Tupã, ela calcula que o empreendimento teve um faturamento aproximado de R$ 50 mil em 2023, com produção de 30 kg de chocolates por mês.

Desde 2017, quando começou a produção caseira de chocolates, Graças não consta mais como dependente no Imposto de Renda de seu marido e hoje tem a sua própria declaração. Algo que ela vê como uma certa conquista. "Eu sinto que deixei de ser dependente [financeiramente] de alguém, porque com meu trabalho eu consigo ficar independente. É um sentimento de autonomia."

Para não correr riscos a empreendedora guarda todas as notas fiscais que emite e todos os recibos de compras que faz. Graças repassa mensalmente a documentação para o contador para a apuração dos tributos e a emissão das declarações.

Manter todas as notas fiscais emitidas por cinco anos é uma das dicas que o advogado tributarista Mateus Campos elenca para que o empreendedor não tenha problemas com a Receita Federal. E acrescenta que é necessário ter atenção aos prazos e aos requisitos para a declaração do Imposto de Renda e se preparar reservando um tempo para preencher a declaração e não deixar para a última hora.

"O fisco é o principal sócio da empresa, então é importante levar as obrigações a sério", diz o advogado.

O consultor do Sebrae-SP Silvio Vucinic complementa as orientações ao empreendedor, como não omitir rendas e despesas e separar os informes bancários.

O especialista indica o uso do relatório mensal de receitas brutas, disponível no portal gov.br. Na ferramenta é possível preencher o fluxo de caixa do negócio e anexar notas e recibos.

Por fim, Vucinic lembra que a não declaração do Imposto de Renda da pessoa física gera uma multa mínima de R$ 165,74 e pode chegar a 20% do imposto devido.

Caso a pessoa não acerte as contas com a Receita ficará impedida de financiar imóveis, prestar concurso público e entrar com pedido de aposentadoria, por exemplo.

**+**

### Entenda em quais casos é preciso fazer as duas declarações

**Quem precisa fazer a Declaração Anual Simplificada do MEI (DASN-Simei)?**
Todos os que têm cadastro como MEI

**Quando a pessoa física cadastrada como MEI tem que fazer a declaração de ajuste anual de IR?**
Quando a soma dos rendimentos tributáveis da pessoa física com os de MEI superar R$ 30.639,90

**Como é calculado o IR para o MEI?**
O lucro do MEI é isento de tributação caso não ultrapasse:
- 8% da receita bruta anual, para as atividades de comércio, indústria e serviços de transporte de cargas
- 16% da receita bruta anual, para as atividades de serviços de transporte de passageiros
- 32% da receita bruta anual para as atividades de prestação de serviços em geral
- A parcela do lucro que ultrapassar esses percentuais é rendimento tributável, sujeito ao IR

Fonte: E-book 'MEI precisa entregar a declaração do imposto de renda da pessoa física 2024?', do Sebrae-SP

# Com crise climática, setor da moda investe em coleções híbridas

**Viviane Sousa**

SÃO PAULO Micro, pequenos e médios empresários do setor têxtil e de vestuário investem em coleções hibridas e tecidos inteligentes, com peças que podem ser usadas tanto nos dias mais frios, com sobreposições, como nos dias mais quentes.

A estratégia surgiu para driblar os altos e baixos das temperaturas ocasionados pelas mudanças climáticas. O inverno de 2023 foi um dos mais quentes da história, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

Em São Paulo, a fabricante de moda masculina Oriba tem 50% do portfólio permanente, projetado para atender ao que a empresa chama de clima imprevisível durante todo o ano.

Desde que a marca foi fundada, em 2013, as peças são feitas com tecidos naturais, pensadas para durar mais tempo e serem usadas em camadas sobrepostas.

Segundo o fundador, Rodrigo Ootani, a ideia é ter um mix que acompanha o cliente o ano inteiro, seja no verão ou no inverno. Hoje, a empresa tem 70 funcionários.

Outras fabricantes seguem linha similar, para driblar a instabilidade climática.

Desde 2020, as novas coleções de pijamas outono-inverno da Mensageiros do Bem são híbridas e atemporais.

Os modelos atuais são formados por calça, blusa ou regata e, por cima, dependendo da temperatura, um casaquinho de manga longa ou quimono. Os tecidos mais quentes, como plush e flanela, foram substituídos por malha de algodão, microfibra, cetim e malha fria.




À esq., pijama para clima frio da marca Mensageiros do Bem, de Brusque (SC); ao lado, versão adaptada para tempo mais quente Divulgação

O plush representa apenas 20% da coleção de inverno, contra 60% de anos atrás. Os modelos mais quentes foram mantidos, em menor escala, para atender clientes do Sul.

Desde que implementou as adaptações, a empresa passou a vender mais para o Nordeste, com crescimento de 9% a 10% ao ano.

A fábrica, instalada em Brusque (SC), um dos maiores polos de produção têxtil do país, tem hoje cerca de 200 funcionários diretos. A empresa produz entre 500 mil e 600 mil peças por mês, totalizando 5 milhões de unidades por ano. A maior demanda é absorvida pelo mercado interno, mas a empresa já exporta cerca de 10% de sua produção para vizinhos da América do Sul e para países da América Central.

A expectativa é que haja aumento de 15% a 20% neste primeiro semestre, quando é trabalhada a coleção outono-inverno, em relação ao anterior.

A empresária Rita Conti, sócia da Mensageiros do Bem, diz que está sempre está se atualizando. Ela participa de cursos e congressos e diz que isso faz muita diferença na hora de tomar as decisões e de fazer mudanças.

Para ela, no entanto, nem sempre isso é possível para empreendedores. "Às vezes o empresário fica tão envolvido com as questões do dia a dia, que não consegue se atualizar, e isso acaba atrapalhando muito", afirma Conti.

Entre 85% e 90% das empresas setor têxtil e de vestuário no Brasil são micro, pequenas e médias.

De acordo com a Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), a coleção de inverno sempre foi de maior risco, porque o Brasil é um país tropical.

Normalmente, no primeiro semestre, o faturamento da indústria têxtil gravita entre 40% e 45% do total anual. A diferença, 55% a 60%, ocorre no segundo semestre, diz o presidente da entidade, Fernando Pimentel. A expectativa para o outono-inverno deste ano é de um crescimento de até 3%, mas por conta de uma base de comparação fraca, em 2023.

De acordo com a consultora de negócios do Sebrae-SP Patrícia Zuccari, o grande empresário tem acesso a softwares de previsão de clima, mas o pequeno não.

"Nós temos dois perfis de empresários. Um sempre está correndo atrás das mudanças. O outro ainda tem muita dificuldade para entender a importância de tentar se adaptar. E nós percebemos que aqueles que conseguem têm melhores resultados nos seus negócios."

Para Zuccari, é preciso ficar atento, por exemplo, se o frio vai ser menos intenso, o que ocorre especialmente no caso de haver o fenômeno El Niño — o aquecimento acima do normal da água do oceano Pacífico, que altera temporariamente a distribuição de umidade e calor no planeta, principalmente na zona tropical.

"Então, não adianta comprar muito. É importante olhar o seu estoque dos anos anteriores e procurar investir de forma versátil, em peças atemporais e de meia-estação", afirma Zuccari.

A indústria de malhas Textilfio, de Jaraguá do Sul (SC), está se adaptando. A marca desenvolveu tecidos mais leves e tecnológicos que podem ser usados em qualquer estação, como o algodão e o linho.

O uso do poliéster, fibra sintética derivada do petróleo usada na composição de alguns tecidos, foi reduzido porque é menos sustentável e torna a peça mais quente.

Ana Paula Gatti, designer têxtil da Textilfio, diz que, antigamente, a proporção chegou a ser 70% poliéster e 30% algodão. Hoje, o uso do segundo material aumentou, chegando a 100% em alguns casos.

A empresa ainda reduziu a produção de moletom peluciado, mais quente, e aumentou a de um tipo de malha com toque aveludado, leve e fresca.

A Textilfio também mudou a estratégia de vendas, diminuindo de 10 para 3 rolos a quantidade mínima que pode ser comprada. Assim, os clientes, especialmente os pequenos, podem levar mais tipos e cores e aumentar a variedade de peças produzidas.

# EBES Sistemas de Energia S.A.

CNPJ nº 12.194.903/0001-30

**Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022** (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

**Relatório da Administração 2023:** A Administração da EBES Sistemas de Energia S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Órigo") submete à sua apreciação o Relatório da Administração e a correspondente Demonstração Financeira Individual e Consolidada, acompanhada do Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Disclaimer:** Eventuais declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente influenciadas por mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado internacional, estando, portanto, sujeitas a mudanças e por isto não devem ser utilizadas como projeção futura de resultado da Companhia. **Mensagem aos acionistas:** O ano de 2023 foi um ano muito desafiador com duas guerras importantes ocorrendo simultaneamente com interesses geopolíticos globais. O Brasil e o mundo precisaram lidar com questões complexas, como eventos de crédito e aumento de juros, risco de inflação e ameaça de recessão global. Na Órigo Energia, a exemplo de outros anos igualmente desafiadores, nós conseguimos entregar resultados consistentes. Em 2023, a Órigo Energia consolidou ainda mais a sua posição como líder no setor de geração distribuída de energia solar compartilhada remota (GD) com foco no varejo no Brasil, alcançando marcos significativos em sua jornada. Com uma visão voltada para a expansão sustentável e o compromisso contínuo com a democratização do acesso à energia limpa e renovável, a Companhia continuou a trilhar um caminho de crescimento robusto. Aumentamos ainda mais a maturidade das nossas políticas de ESG e Governança Corporativa, estabelecendo, entre outros, o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance (CARC). Para o futuro, traçamos metas ainda mais ambiciosas alinhadas com os objetivos estratégicos de crescimento e de sustentabilidade da Órigo Energia. A Companhia atingiu um marco extraordinário ao capturar milhares de novos clientes, reforçando seu impacto positivo na vida de consumidores residenciais, pequenas e médias empresas, mas também impacto social positivo nas comunidades e stakeholders relacionados. Esse feito não apenas reforça a confiança contínua dos clientes, mas também atesta a aceitação e a relevância crescente do modelo inovador de energia limpa e renovável. Tais conquistas consolidam a Órigo Energia como referência no mercado brasileiro de geração distribuída com foco no varejo. Encerramos o ano de 2023 com uma capacidade instalada de mais de 315 MWp, próximo ao dobro da capacidade instalada no ano anterior. A Órigo Energia adicionou 75 novas fazendas solares operacionais ao seu portfólio, expandindo sua presença para novas regiões do Brasil. Essa expansão estratégica permitiu à Órigo Energia diversificar ainda mais sua presença geográfica, reforçando sua presença em 5 (cinco) estados e no Distrito Federal, levando os benefícios da energia limpa e renovável para diversas comunidades e contribuindo para a diversificação da matriz energética no país. Reforçamos o nosso compromisso com a inovação, sustentabilidade e inclusão. À medida em que a Órigo Energia olha para o futuro, seu foco permanece em liderar a transição para um futuro energético mais limpo, renovável e acessível a todos. **Principais destaques:** O número de clientes de geração distribuída remota compartilhada, atendidos por meio de consórcios e cooperativas, que alugam, compartilham e se beneficiam dos direitos econômicos das usinas solares (UFVs) da Companhia ou de terceiros, cresceu aproximadamente 90% em 2023. A capacidade de fazendas conectadas aumentou cerca de 90% de 2022 para 2023, chegando a 315 MWp. A receita líquida consolidada, proveniente principalmente da locação das Usinas Solares (UFVs), teve um aumento de 75,2% em relação ao exercício de 2022, de R$154,5 milhões no exercício de 2022 para R$270,6 milhões no exercício de 2023, em função do aumento da capacidade instalada. O resultado do exercício totalizou prejuízo de R$320,3 milhões (prejuízos de R$268,3 milhões 2022, respectivamente) e o EBITDA acumulado foi negativo em R$36,1 milhões no exercício findo em 2023 (R$60,9 milhões negativo no exercício de 2022). O EBITDA negativo é oriundo de gastos com desenvolvimentos de pareceres de acesso que ainda não se converteram em projeto, prospecção de terras para solicitação de novos pareceres de acesso, pagamento de termo de compromisso com os proprietários de terras com pareceres solicitados e ainda não respondidos pelas Distribuidoras, comercialização de projetos que ainda não estão conectados e que, por consequência, ainda não estão gerando receita de aluguéis. Estes gastos futuros são o que possibilitam o crescimento e implementação de projetos em conformidade com os objetivos estratégicos da Companhia. Abaixo segue conciliação do prejuízo do exercício para o *EBITDA(1)* com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prejuízo Líquido | (320.299) | (268.252) |
| Resultado Financeiro | 215.156 | 168.316 |
| Depreciação e Amortização | 50.495 | 30.513 |
| Imposto de Renda e contribuição Social | 18.581 | 8.548 |
| EBITDA (negativo) | (36.067) | (60.875) |

(1) EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, em consonância com a Instrução CVM nº 527/12, de 4 de outubro de 2012 ("ICVM 527"), e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards*(IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa dos exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido (prejuízo), como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da ICVM 527, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse mesmo significado. A Companhia reforçou seu acesso ao mercado de capitais brasileiro, assim como mercado bancário nacional e internacional, emitindo, ao longo de 2023, empréstimos ou securitizando recebíveis para financiar a sua expansão. Como destaque em 2023 temos as emissões de cerca de R$107 milhões via Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de cerca de R$152 milhões via empréstimos bancários com o intuito de financiar novas fazendas solares. No final de 2023, a Companhia reforçou sua estrutura de capital com a entrada de um novo acionista, no quadro societário da Companhia no montante aproximado de R$1,5 bilhões para aumento de capital social e reservas de capital. O processo foi formalizado e tornado público em janeiro de 2024. Os bem-sucedidos eventos e acessos a fontes de capital próprio e de terceiros, obtidos ou acordados em 2023, e corroborados pelo aumento de capacidade instalada, fazem com que a Administração acredite que, por meio do aperfeiçoamento de sua estrutura de capital e a despeito de condições atípicas de mercado, a Companhia tenha capacidade de continuar acessando recursos incrementais de terceiros ou próprios para desenvolvimento de seus projetos.

**Destaques financeiros:**

| | 2023 | AH % | 2022 | AH % |
|---|---|---|---|---|
| Receita líquida | 270.636 | 75,17% | 154.502 | 185,31% |
| Lucro bruto | 159.935 | 75,54% | 91.110 | 106,82% |
| Despesas financeiras | (270.757) | 9,26% | (247.820) | 202,51% |
| Prejuízo líquido | (320.299) | 19,40% | (268.252) | 178,86% |
| EBITDA | (36.067) | -40,75% | (60.875) | 342,69% |
| Dívida líquida (2) | 1.415.901 | 170,96% | 522.543 | 23,25% |

(2) Dívida Bruta é representada pela soma dos empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e passivo de arrendamento (circulante e não circulante). A Dívida líquida corresponde a Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito e dos títulos e valores mobiliários vinculados. A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem definições padronizadas. Outras companhias podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Abaixo apresentamos a reconciliação de Dívida Bruta e Dívida Líquida com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

| | 2023 | AH % | 2022 | AH % |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos, financiamentos e derivativos (circulante e não circulante) | 1.038.515 | 84,62% | 562.508 | -3,49% |
| Debêntures (circulante e não circulante) | 217.863 | 25,13% | 174.106 | -20,37% |
| Passivo de arrendamento (circulante e não circulante) | 463.007 | 57,02% | 294.863 | 34,64% |
| (=) Dívida Bruta | 1.719.385 | 66,69% | 1.031.477 | 1,07% |
| (–) Caixa e equivalentes de caixa | (139.103) | -64,95% | (396.854) | 654,42% |
| (–) Caixa restrito | (69.795) | 6907,08% | (996) | -99,69% |
| (–) Títulos e valores mobiliários vinculados | (94.587) | -14,85% | (111.085) | 184,77% |
| Dívida Líquida (2) | 1.415.900 | 170,96% | 522.542 | -14,00% |

O volume expressivo de investimentos realizados para construção das fazendas solares e com baixo volume de receitas, tendo em vista que muitas fazendas foram conectadas e entraram em operação somente no final do exercício corrente, além daquelas que estão em construção e, portanto, ainda não entraram em operação, não gerando receita, contribuíram para o prejuízo do ano e acumulado. Vale salientar que parte substancial dos custos e desenvolvimentos fizeram parte daqueles custos e despesas registrados pela Companhia desde anos anteriores, culminando numa situação de prejuízos acumulados, oriundos de iniciativas de conexão, prospecção de terras, comercialização com finalidade de desenvolvimento de fazendas solares ou prospecção de pareceres de acesso, possibilitando assim o crescimento e implementação de projetos em conformidade com os objetivos estratégicos da Companhia. As despesas financeiras estão diretamente relacionadas aos instrumentos de empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos derivativos pela Companhia para financiar, refinanciar e atenuar riscos cambiais ou de indexadores oriundos da aquisição de equipamentos e desenvolvimento de fazendas solares de modo a garantir a expansão de sua capacidade instalada de geração de energia distribuída. A Companhia constantemente monitora e avalia fontes e instrumentos de financiamento, assim como condições de mercado com o intuito de captar recursos que amparem os objetivos estratégicos da Companhia. O planejamento da Companhia para os próximos anos é continuar investindo em construir os projetos referentes aos pareceres de acesso já recebidos e assinados, expandido seus negócios e tendo como missão massificar o consumo de energia renovável no Brasil. **Investimentos:** A Companhia vem mantendo os investimentos necessários para expansão de suas operações com a construção de Usinas Fotovoltaicas "UFVs", totalizando CAPEX1 em 2023 de R$358,2 milhões (R$386,3 milhões em 2022). 1 *Capital Expenditure - consiste nas despesas de capital, como investimentos em ativo imobilizado, como máquinas, equipamentos e outras benfeitorias nas instalações da Companhia.* **Recursos Humanos:** A despeito das adversidades econômicas no País, a Companhia continua investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 44 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), estágios, além de treinamentos com desenvolvimento técnico e operacional. A Companhia encerrou o ano de 2023 com um quadro de 747 colaboradores (671 em 2022). **Relacionamento com os auditores independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 162/22 informamos que a Companhia adota como procedimento formal ao contratar os auditores independentes, de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Esses princípios se baseiam nas seguintes premissas: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. não prestou serviços, que não fossem de auditoria externa. **Agradecimentos:** Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2023, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições Financeiras e Membros do Conselho de Administração da Companhia.

**Balanços Patrimoniais**

| Ativo | Nota | Controladora 31/12/2023 | Controladora 31/12/2022 Reapresentado | Controladora 01/01/2022 Reapresentado | Consolidado 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2022 Reapresentado | Consolidado 01/01/2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | **79.287** | 379.749 | 31.649 | **139.103** | 396.854 | 52.604 |
| Caixa restrito | 5 | **627** | – | 803 | **69.066** | 73 | 1.283 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | **–** | – | – | **21.144** | – | – |
| Contas a receber | 7 | **4.119** | 1.484 | – | **35.304** | 17.449 | 8.386 |
| Instrumentos financeiros | 8 | **100** | 4.784 | 141 | **100** | 4.784 | 141 |
| Estoques | 9 | **117.719** | 96.034 | 38.748 | **–** | – | – |
| Partes relacionadas | 10 | **154.585** | 118.838 | 31.462 | **–** | – | – |
| Impostos a recuperar | 11 | **26.422** | 18.653 | 8.518 | **26.846** | 18.887 | 8.640 |
| Outros ativos | 12 | **106.245** | 65.170 | 18.570 | **116.320** | 72.257 | 24.837 |
| | | **489.104** | 684.712 | 129.891 | **407.883** | 510.304 | 95.891 |
| Ativos das operações descontinuadas | | **70** | 94 | 183 | **70** | 94 | 183 |
| **Total do ativo circulante** | | **489.174** | 684.806 | 130.074 | **407.953** | 510.398 | 96.074 |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Caixa restrito | 5 | **17** | 134 | 317.882 | **729** | 923 | 319.998 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | **–** | – | – | **73.443** | 111.085 | 39.009 |
| Partes relacionadas | 10 | **120.111** | 39.663 | 3.538 | **3** | 4 | 1 |
| Impostos a recuperar | 11 | **6.166** | 7.398 | 1.390 | **6.166** | 7.398 | 1.390 |
| Depósitos judiciais | 21 | **586** | 515 | 235 | **614** | 540 | 243 |
| Despesa antecipada | 16 | **–** | 3.366 | – | **26.176** | 11.430 | 21.598 |
| | | **126.880** | 51.076 | 323.045 | **107.131** | 131.380 | 382.239 |
| Investimentos | 13 | **226.567** | 112.804 | 50.339 | **–** | – | – |
| Imobilizado | 14 | **38.946** | 34.135 | 14.689 | **1.057.641** | 726.712 | 349.109 |
| Direito de uso de ativo | 15 | **5.386** | 3.988 | 876 | **441.321** | 279.236 | 211.478 |
| Intangível | 17 | **10.502** | 3.936 | 3.769 | **11.579** | 4.764 | 4.596 |
| | | **281.401** | 154.863 | 69.673 | **1.510.541** | 1.010.712 | 565.183 |
| **Total do ativo não circulante** | | **408.281** | 205.939 | 392.718 | **1.617.672** | 1.142.092 | 947.422 |
| **Total do ativo** | | **897.455** | 890.745 | 522.792 | **2.025.625** | 1.652.490 | 1.043.496 |

**Balanços Patrimoniais**

| Passivo | Nota | Controladora 31/12/2023 | Controladora 31/12/2022 Reapresentado | Controladora 01/01/2022 Reapresentado | Consolidado 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2022 Reapresentado | Consolidado 01/01/2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | | | | | |
| Fornecedores | | **17.637** | 9.422 | 31.227 | **25.193** | 19.882 | 34.463 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | **128.822** | 625 | 20.109 | **193.114** | 42.598 | 50.529 |
| Debêntures | 19 | **24** | 16 | 4.965 | **24** | 16 | 4.965 |
| Instrumentos financeiros | 8 | **15.134** | 4.009 | 1.738 | **15.982** | 4.009 | 1.738 |
| Partes relacionadas | 10 | **150.916** | 9.761 | 12.296 | **–** | – | – |
| Passivo de arrendamento | 15 | **2.398** | 1.738 | 184 | **90.132** | 79.186 | 44.689 |
| Obrigações trabalhistas e encargos sociais | | **24.051** | 20.213 | 12.177 | **24.339** | 20.213 | 12.177 |
| Pagamento baseado em ações | 20 | **–** | 2.021 | – | **–** | 2.021 | – |
| Obrigações tributárias | | **1.039** | 912 | 643 | **8.367** | 5.837 | 2.442 |
| Outros passivos | | **964** | 1.038 | 822 | **1.538** | 1.038 | 822 |
| | | **340.985** | 49.755 | 84.161 | **358.689** | 174.800 | 151.825 |
| Passivos das operações descontinuadas | | **–** | – | 9 | **–** | – | 9 |
| **Total do passivo circulante** | | **340.985** | 49.755 | 84.170 | **358.689** | 174.800 | 151.834 |
| **Não circulante** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | **2.917** | 4.726 | 231.824 | **829.519** | 520.685 | 530.728 |
| Debêntures | 19 | **217.839** | 174.090 | 213.684 | **217.839** | 174.090 | 213.684 |
| Passivo de arrendamento | 15 | **3.531** | 2.543 | 786 | **372.875** | 215.677 | 174.320 |
| Pagamentos baseado em ações | 20 | **–** | – | 10.708 | **–** | – | 10.708 |
| Provisão para perdas em subsidiárias | 13 | **85.510** | 92.393 | 19.398 | **–** | – | – |
| Provisão para demandas judiciais | 21 | **127** | 53 | 81 | **157** | 53 | 81 |
| **Total do passivo não circulante** | | **309.924** | 273.805 | 476.481 | **1.420.390** | 910.505 | 929.521 |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | | |
| Capital social | 22 | **445.055** | 445.055 | 196.369 | **445.055** | 445.055 | 196.369 |
| Reservas de capital | | **625.213** | 625.213 | 603 | **625.213** | 625.213 | 603 |
| Reserva de ágio | | **–** | 504 | 724 | **–** | 504 | 724 |
| Prejuízos acumulados | | **(823.722)** | (503.587) | (235.555) | **(823.722)** | (503.587) | (235.555) |
| **Total do patrimônio líquido** | | **246.546** | 567.185 | (37.859) | **246.546** | 567.185 | (37.859) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **897.455** | 890.745 | 522.792 | **2.025.625** | 1.652.490 | 1.043.496 |

**Demonstrações do Resultado**

| | Nota | Controladora 31/12/2023 | Controladora 31/12/2022 Reapresentado | Consolidado 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 24 | **130.673** | 185.806 | **270.636** | 154.502 |
| Custo dos produtos e serviços prestados | 25 | **(124.224)** | (169.221) | **(110.701)** | (63.392) |
| **Lucro bruto** | | **6.449** | 16.585 | **159.935** | 91.110 |
| **Despesas operacionais** | | | | | |
| Despesas com vendas | 25 | **(65.173)** | (44.409) | **(66.932)** | (58.967) |
| Despesas gerais e administrativas | 25 | **(136.575)** | (98.853) | **(152.667)** | (113.196) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | | **(630)** | (384) | **(26.872)** | (10.311) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 13 | **(42.481)** | (62.903) | **–** | – |
| | | **(244.859)** | (206.549) | **(246.471)** | (182.474) |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro líquido** | | **(238.410)** | (189.964) | **(86.536)** | (91.364) |
| Receitas financeiras | 26 | **28.694** | 56.204 | **55.601** | 79.504 |
| Despesas financeiras | 26 | **(110.557)** | (134.468) | **(270.757)** | (247.820) |
| **Resultado financeiro líquido** | | **(81.863)** | (78.264) | **(215.156)** | (168.316) |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **(320.273)** | (268.228) | **(301.692)** | (259.680) |
| Imposto de renda e contribuição social | 27 | **–** | – | **(18.581)** | (8.548) |
| **Prejuízo do exercício** | | **(320.273)** | (268.228) | **(320.273)** | (268.228) |
| Operações descontinuadas | | **(26)** | (24) | **(26)** | (24) |
| **Prejuízo do exercício das operações descontinuadas** | | **(26)** | (24) | **(26)** | (24) |
| **Prejuízo do exercício** | | **(320.299)** | (268.252) | **(320.299)** | (268.252) |
| **Prejuízo por ação das operações descontinuadas -** básico e diluído | 23 | | | **–** | – |
| **Prejuízo por ação das operações em continuidade -** básico | 23 | | | **(32,49)** | (49,08) |
| **Prejuízo por ação das operações em continuidade -** diluído | 23 | | | **(32,47)** | (48,34) |
| **Prejuízo por ação** | 23 | | | **(32,47)** | (48,34) |

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

| | Controladora 31/12/2023 | Controladora 31/12/2022 Reapresentado | Consolidado 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | **(320.299)** | (268.252) | **(320.299)** | (268.252) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(320.299)** | (268.252) | **(320.299)** | (268.252) |
| Operações continuadas | **(320.273)** | (268.228) | **(320.273)** | (268.228) |
| Operações descontinuadas | **(26)** | (24) | **(26)** | (24) |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(320.299)** | (268.252) | **(320.299)** | (268.252) |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

| | Nota | Capital social | Reservas de capital | Reserva de ágio | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)** | | 196.369 | 603 | 724 | (235.555) | (37.859) |
| Aumento de capital | 22.1 | 249.544 | – | – | – | 249.544 |
| Amortização de ágio | 17 | – | – | (220) | 220 | – |
| Aumento de reserva de capital | 22.4 | – | 629.816 | – | – | 629.816 |
| Gastos na emissão de ações | | (858) | (7.720) | – | – | (8.578) |
| Plano de ações | | | 2.514 | – | – | 2.514 |
| Prejuízo do exercício | | – | – | – | (268.252) | (268.252) |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)** | | 445.055 | 625.213 | 504 | (503.587) | 567.185 |
| Amortização de ágio | 17 | **–** | **–** | **(504)** | **164** | **(340)** |
| Prejuízo do exercício | | **–** | **–** | **–** | **(320.299)** | **(320.299)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | | **445.055** | **625.213** | **–** | **(823.722)** | **246.546** |

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

| | Nota | Controladora 31/12/2023 | Controladora 31/12/2022 Reapresentado | Consolidado 31/12/2023 | Consolidado 31/12/2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| **Prejuízo do exercício** | | **(320.299)** | (268.252) | **(320.299)** | (268.252) |
| **Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais** | | | | | |
| Depreciação e amortização | 25 | **4.087** | 2.640 | **45.868** | 25.604 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 13 | **42.481** | 62.904 | **–** | – |
| Valor residual de imobilizado e intangível baixado | 14 | **420** | 174 | **4.419** | 139 |
| Perda na baixa/alienação de investimentos | 14 | **1.832** | – | **–** | – |
| Pagamento baseado em ações | 20 | **(2.021)** | (8.687) | **(2.021)** | (8.687) |
| Provisão para demandas judiciais | 21 | **74** | (28) | **104** | (28) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 7 | **–** | – | **9.659** | 4.915 |
| Despesas com plano de ações | | **–** | 2.514 | **–** | 2.514 |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento | 15, 18 e 19 | **47.192** | 80.967 | **172.869** | 204.148 |
| | | **(226.234)** | (127.767) | **(89.401)** | (39.646) |
| **Variações dos ativos e passivos operacionais** | | | | | |
| Contas a receber de clientes | | **(2.611)** | (1.395) | **(27.490)** | (13.889) |
| Estoques | | **(21.685)** | (57.286) | **–** | – |
| Impostos a recuperar | | **(6.537)** | (16.143) | **(6.727)** | (16.255) |
| Depósitos judiciais | | **(71)** | (280) | **(73)** | (297) |
| Instrumentos financeiros | | **15.809** | (2.372) | **16.656** | (2.372) |
| Outros créditos | | **(41.075)** | (46.600) | **(44.063)** | (47.420) |
| Despesa antecipada | | **3.366** | (3.366) | **(14.746)** | 10.168 |
| Fornecedores | | **8.215** | (21.805) | **5.310** | (14.581) |
| Obrigações trabalhistas | | **3.839** | 8.036 | **4.126** | 8.036 |
| Impostos e tributos a recolher | | **128** | 269 | **17.385** | 11.942 |
| Outros passivos | | **(74)** | 207 | **497** | 207 |
| Partes relacionadas | | **131.335** | (111.011) | **–** | 1 |
| Dividendos recebidos | | **1.955** | 2.386 | **–** | – |
| Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento | | **(3.836)** | (53.002) | **(161.421)** | (146.311) |
| Imposto de renda e contribuição social, pagos | | **–** | – | **(14.854)** | (8.548) |
| | | **88.758** | (302.362) | **(225.400)** | (219.319) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais** | | **(137.476)** | (430.129) | **(314.801)** | (258.965) |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | 14 e 17 | **(40.294)** | (21.472) | **(369.602)** | (390.586) |
| Investimentos em controladas | 13 | **(166.914)** | (54.761) | **–** | – |
| Caixa restrito | 5 | **(510)** | 318.551 | **(68.799)** | 320.285 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | **–** | – | **16.498** | (72.076) |
| Cessão de mútuo com partes relacionadas | 10 | **(80.448)** | (15.026) | **1** | (4) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento** | | **(288.166)** | 227.292 | **(421.902)** | (142.381) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | | |
| Integralização de capital | 22.1 | **–** | 879.360 | **–** | 879.360 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 18 | **169.357** | – | **551.688** | 228.687 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | | **(42.600)** | (246.091) | **(60.136)** | (269.900) |
| Emissão de debêntures | | **–** | 60.000 | **–** | 60.000 |
| Pagamento de debêntures | | **–** | (133.000) | **–** | (133.000) |
| Pagamento de passivo de arrendamento (principal) | | **(1.577)** | (754) | **(12.600)** | (10.973) |
| Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos | | **–** | (8.578) | **–** | (8.578) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | | **125.180** | 550.937 | **478.952** | 745.595 |
| **(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | | **(300.462)** | 348.100 | **(257.751)** | 344.250 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | **379.749** | 31.649 | **396.854** | 52.604 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | **79.287** | 379.749 | **139.103** | 396.854 |
| **(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | | **(300.462)** | 348.100 | **(257.751)** | 344.250 |

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**1. Contexto Operacional:** A EBES Sistemas de Energia S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Órigo"), constituída em 07 de junho de 2010, tem por objeto o desenvolvimento, construção e operação de Fazendas Solares Fotovoltaicas para locação de capacidade e a prestação de serviços de gestão comercial e administrativa de consórcios e cooperativas. A Companhia participa no capital social de outras sociedades, administra e gere projetos relacionados ao seu objeto social, na forma de consórcios, condomínios ou cooperativas e/ou outra estrutura jurídica que não detenha personalidade jurídica própria, e, também estrutura e constrói projetos de geração de energia distribuída remota compartilhada em consonância com a Lei 14.300 de 06 de janeiro de 2022. A sede da Companhia está localizada na avenida Queiróz Filho, 1700, bloco A, sala 408, Vila Hamburguesa, São Paulo/SP. O nome comercial da Companhia é Órigo Energia (Órigo). A Companhia possui filial em Campinas - SP, Barueri - SP, Fortaleza - Ceará, Belo Horizonte - MG, Recife - PE, Pedra Preta - MT e Botafogo - RJ. A Companhia, por intermédio de suas subsidiárias, desenvolve projetos de implantação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida cada UFV, a Companhia atua na gestão de consórcios e/ou cooperativas para consumidores de energia, compostos por pessoas físicas ou jurídicas. Os consórcios e/ou cooperativas, por sua vez, alugam dessas subsidiárias da Companhia os ativos de geração implantados nas UFVs. Os consórcios e/ou cooperativas compartilham os direitos econômicos das UFVs entre consorciados ou cooperados, conforme o caso, e se responsabilizam pelas despesas de gestão, operação e manutenção da UFV alugada, visando se beneficiarem da geração energética correspondente junto às companhias distribuidoras de energia, através de compensação da energia produzida por eles nas suas respectivas contas de energia. Desta forma, a receita auferida pela Companhia provém dos aluguéis pagos pelos consorciados e cooperados pelo uso da capacidade do GSF (gerador solar fotovoltaico) proporcionando uma maneira eficaz de permitir que comunidades locais participem na transição para uma matriz energética mais limpa e descentralizada, enquanto também promovem a participação democrática no setor de energia. Em 31 de dezembro de 2023, 84 Usinas Fotovoltaicas próprias e 38 Usinas Fotovoltaicas de terceiros constavam em operação com 315 MWp (*). (*) Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período. MWac é a potência nominal e MWp é a potência pico de placas. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 199,7 MWp e 97,4 MWp, respectivamente, conectados e operando através das UFVs instaladas em suas subsidiárias conforme detalhado abaixo:

| | MWp Conectados 2023 | MWp Conectados 2022 |
|---|---|---|
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. | **4,1** | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | **15,6** | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | **6,4** | – |
| Francisco Sá II Geração de Energia S.A. | **46,5** | 46,5 |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | **29,0** | 6,6 |
| João Pinheiro Solar Ltda. | **13,9** | 12,6 |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | **6,6** | 6,6 |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | **18,4** | 15,0 |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | **23,3** | 3,4 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | **6,8** | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | **8,2** | – |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | **6,6** | 6,6 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. | **5,4** | – |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | **3,4** | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. | **5,4** | – |
| São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda.(*) | **0,1** | 0,1 |
| | **199,7** | 97,4 |

(*) Operação de 75 KWac apenas, abaixo de 1MW ou 1.000KW. Adicionalmente, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, subsidiárias que estão em fase pré-operacional, conforme detalhado na Nota 2.4. A Companhia também possui participação na Finco Assessoria Financeira Ltda. ("Finco"), que tem como objeto social a prestação de serviços administrativos para outras empresas do grupo, além de possuir participação no capital social das outras subsidiárias. Essa subsidiária está sem movimentação, portanto, sem impactos para os saldos consolidados, vide Nota 13. **1.1 Reorganização societária:** Como parte da reorganização societária da Companhia, foram realizadas, durante o ano de 2023, operações de incorporações. • Em 31 de Março de 2023, as subsidiárias Flores PE Geração de Energia Solar 01 Ltda., Flores PE Geração de Energia Solar 03 Ltda., Flores PE Geração de Energia Solar 04 Ltda. e Flores PE Geração de Energia Solar 05 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Março de 2023, as subsidiárias Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 246 Ltda., Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 948 Ltda. e Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 525 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Março de 2023, as subsidiárias Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 Ltda., Inajá PE 436 Geração de Energia 907 Ltda., Inajá PE 436 Geração de Energia 908 Ltda., Solonópole CE 380 Geração de Energia 439 Ltda. e Solonópole CE 380 Geração de Energia 114 Ltda. foram incorporadas pela subsidiária Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Março de 2023, as subsidiárias Bataguassu MS 342 Geração de Energia 342 Ltda., Bataguassu MS 342 Geração de Energia 491 Ltda., Bataguassu MS 342 Geração de Energia 575 Ltda., Bataguassu MS 343 Geração de Energia 944 Ltda., Bataguassu MS 343 Geração de Energia 046 Ltda., Bataguassu MS 343 Geração de Energia 125 Ltda., Ivinhema MS 471 Geração de Energia 933 Ltda., Ivinhema MS 471 Geração de Energia 997 Ltda., Ivinhema MS 471 Geração de Energia 101 Ltda., Cassilândia MS 513 Geração de Energia 136 Ltda., Cassilândia MS 513 Geração de Energia 305 Ltda., Cassilândia MS 514 Geração de Energia 545 Ltda., Cassilândia MS 514 Geração de Energia 884 Ltda., Cassilândia MS 514 Geração de Energia 735 Ltda., Ribas Do Rio Pardo MS 519 Geração de Energia 601 Ltda., Ribas Do Rio Pardo MS 519 Geração de Energia 652 Ltda., Ribas Do Rio Pardo MS 519 Geração de Energia 755 Ltda., Deodápolis MS 555 Geração de Energia 457 Ltda., Deodápolis MS 555 Geração de Energia 587 Ltda., Deodápolis MS 595 Geração de Energia 761 Ltda. e Deodápolis MS 595 Geração de Energia 974 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Março de 2023, as subsidiárias Solonópole CE 380 Geração de Energia 516 Ltda., Inajá PE 436 Geração de Energia 909 Ltda., Inajá PE 436 Geração de Energia 910 Ltda., São José do Belmonte PE 331 Geração de Energia 971 Ltda., São José do Belmonte PE 331 Geração de Energia 972 Ltda. e São José do Belmonte PE 334 Geração de Energia 973 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 30 de Abril de 2023, a subsidiária Parnamirim PE 376 Geração de Energia 027 Ltda., foi incorporada pela subsidiária Parnamirim PE 376 Geração de Energia 026 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 30 de Abril de 2023, as subsidiárias Venturosa PE 665 Geração de Energia 917 Ltda. e Venturosa PE 665 Geração de Energia 918 Ltda. foram incorporadas pela subsidiária Venturosa PE 665 Geração de Energia 916 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 30 de Abril de 2023, as subsidiárias Morada Nova CE 699 Geração de Energia 538 Ltda., Morada Nova CE 699 Geração de Energia 804 Ltda., Morada Nova CE 699 Geração de Energia 668 Ltda., Santa Maria da Boa Vista PE 815 Geração de Energia 017 Ltda. e Santa Maria da Boa Vista PE 815 Geração de Energia 019 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Morada Nova CE 699 Geração de Energia 495 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 30 de Abril de 2023, as subsidiárias Garanhuns PE 423 Geração de Energia 110 Ltda., Garanhuns PE 423 Geração de Energia 114 Ltda., Garanhuns PE 423 Geração de Energia 109 Ltda. e Garanhuns PE 423 Geração de Energia 112 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Garanhuns PE 423 Geração de Energia 107 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 30 de Abril de 2023, as subsidiárias Orocó PE 375 Geração de Energia 977 Ltda., Orocó PE 375 Geração de Energia 979 Ltda., Orocó PE 375 Geração de Energia 981 Ltda. e Orocó PE 375 Geração de Energia 982 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 30 de Abril de 2023, as subsidiárias Afrânio PE 598 Geração de Energia 887 Ltda. e Afrânio PE 598 Geração de Energia 888 Ltda. foram incorporadas pela subsidiária Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Maio de 2023, as subsidiárias Trairi CE 721 Geração de Energia 693 Ltda., Trairi CE 721 Geração de Energia 179 Ltda. e Trairi CE 721 Geração de Energia 557 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Trairi CE 721 Geração de Energia 007 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Maio de 2023, as subsidiárias Mucambo CE 353 Geração de Energia 302 Ltda., Mucambo CE 353 Geração de Energia 535 Ltda. e Mucambo CE 353 Geração de Energia 090 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Mucambo CE 353 Geração de Energia 052 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Maio de 2023, as subsidiárias Crateus CE 636 Geração de Energia 696 Ltda., Crateus CE 636 Geração de Energia 682 Ltda. e Crateus CE 636 Geração de Energia 976 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Crateus CE 636 Geração de Energia 465 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Maio de 2023, as subsidiárias Varjota CE 434 Geração de Energia 603 Ltda., Varjota CE 434 Geração de Energia 717 Ltda. e Varjota CE 434 Geração de Energia 862 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Varjota CE 434 Geração de Energia 491 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Maio de 2023, as subsidiárias Gravata PE 320 Geração de Energia 918 Ltda., Gravata PE 320 Geração de Energia 919 Ltda. e Petrolina PE 585 Geração de Energia 913 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Petrolina PE 585 Geração de Energia 911 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Maio de 2023, as subsidiárias Novo Horizonte do Sul MS 566 Geração de Energia 141 Ltda., Novo Horizonte do Sul MS 566 Geração de Energia 193 Ltda., Novo Horizonte do Sul MS 566 Geração de Energia 239 Ltda., Ivinhema MS 473 Geração de Energia 047 Ltda., Ivinhema MS 473 Geração de Energia 120 Ltda., Ivinhema MS 473 Geração de Energia 679 Ltda., Ribas do Rio Pardo MS 1732 Geração de Energia 158 Ltda., Ribas do Rio Pardo MS 1732 Geração de Energia 225 Ltda., Ribas do Rio Pardo MS 1732 Geração de Energia 318 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Julho de 2023, as subsidiárias Santa Maria da Boa Vista PE 379 Geração de Energia 014 Ltda. e Santa Maria da Boa Vista PE 379 Geração de Energia 015 Ltda. foram incorporadas pela subsidiária Santa Maria da Boa Vista PE 379 Geração de Energia 013 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. • Em 31 de Julho de 2023, as subsidiárias Canindé CE 842 Geração de Energia 505 Ltda., Canindé CE 842 Geração de Energia 729 Ltda., Ibiapina CE 767 Geração de Energia 420 Ltda., Ibiapina CE 767 Geração de Energia 563 Ltda. e Ibiapina CE 767 Geração de Energia 707 Ltda., foram incorporadas pela subsidiária Canindé CE 842 Geração de Energia 484 Ltda. e constituiu abertura de filiais. • Em 31 de Outubro de 2023, a subsidiária São Bento Abade MG 1146 Geração de Energia 131 Ltda. foi incorporada pela subsidiária Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. e constituiu a abertura de filiais. Todas as incorporações foram realizadas visando a otimização da estrutura societária ou busca de sinergia das operações de suas subsidiárias. As incorporações realizadas pela Companhia foram fundamentadas no acervo líquido contábil das subsidiárias, apurados com base nos valores contábeis das respectivas datas de incorporação, conforme laudos de avaliação patrimonial emitidos por terceiros, sem a geração de ganhos ou perdas, como apresentado abaixo:

| | 2023 Acervo líquido incorporado Total |
|---|---|
| **Ativo** | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 179 |
| Outros ativos | 3.311 |
| Partes relacionadas | 11 |
| **Circulante** | **3.501** |
| Direito de uso de ativo | 8.570 |
| Imobilizado | 143.393 |
| **Não Circulante** | **151.963** |
| **Total do ativo** | **155.464** |
| **Passivo** | |
| Fornecedores | 10.617 |
| Obrigações tributárias | 702 |
| Partes relacionadas | 75.993 |
| Passivo de arrendamento | 1.929 |
| **Circulante** | **89.241** |
| Passivo de arrendamento | 6.759 |
| **Não Circulante** | **6.759** |
| **Total do passivo** | **96.000** |
| **Total do acervo líquido incorporado** | **59.464** |

**1.2 Situação financeira:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo na controladora de R$148.189 e positivo no consolidado de R$49.264 (capital circulante líquido positivo na controladora de R$635.051 e positivo no consolidado de R$335.598, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido positivo, na controladora e no consolidado, de R$246.546, em 31 de dezembro de 2023 (patrimônio líquido positivo, na controladora e no consolidado, de R$567.185 em 31 dezembro de 2022). Adicionalmente, a Companhia mantém saldo de prejuízos acumulados na controladora e no consolidado de R$823.722 em 31 de dezembro de 2023 (R$503.587 em 31 de dezembro de 2022 na controladora e no consolidado). Em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi negativo de R$137.476 e R$314.801 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$430.129 e R$258.965 negativo na controladora e no consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). Esse cenário é reflexo, substancialmente, da fase de expansão da Companhia, com um volume expressivo de investimentos realizados para construção das fazendas solares. Vale comentar que, apesar do aumento de potência instalada em 2023 (chegando em 315 MWp no mês de dezembro), ele ainda é pouco representativo quando comparado ao esperado para o futuro, visto que, ao final de 2023, havia pareceres de acesso formalizados junto às distribuidoras elétricas de potência aproximada de 1.878 MWp - além dos já conectados - para serem desenvolvidos nos próximos anos. Por fim, a empresa ainda incorreu em altas despesas oriundas de iniciativas de conexão ou prospecção de terras com finalidade de desenvolvimento, obtenção ou prospecção de pareceres de acesso, construindo assim um pipeline de projetos em conformidade com os objetivos estratégicos da Companhia. Estes investimentos em prospecção, despesas de aluguel e implementação de novos projetos culminam em prejuízo operacional, visto que as fazendas já operacionais, em decorrência de sua baixa proporcionalidade em relação à totalidade do pipeline de projetos prospectados, não geram o resultado equiparável para suportar o intenso crescimento esperado para os próximos anos. No entanto, é importante comentar que se trata de despesa ou investimento para implementar futuras UFVs da Companhia e não a situação recorrente em um cenário de estabilidade. Ainda, salientamos que as despesas financeiras somam R$110.557 e R$270.757 em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e no Consolidado, respectivamente (R$134.468 e R$247.820 em 31 de dezembro de 2022, na Controladora e no Consolidado, respectivamente) e estão diretamente relacionadas aos instrumentos de dívidas captados pela Companhia para fins de suporte de despesas oriundas de conexão ou prospecção de terras, refinanciamento ou financiamento para desenvolver, construir fazendas solares e garantir a expansão da capacidade de geração de energia compartilhada. Além disso, com intuito de viabilizar o investimento contínuo em fontes de energia renováveis e expansão dos seus negócios, a Companhia constantemente monitora e avalia fontes e instrumentos de recursos próprios ou de terceiros para amparar o desenvolvimento de seu pipeline em consonância com seus objetivos estratégicos. Embora o uso de capital de terceiros possa inicialmente afetar negativamente o resultado financeiro da Companhia, através de emissão ou captação de novos instrumentos de endividamento e respectivos serviço de dívida, ele viabiliza o desenvolvimento e conexão de novas fazendas que fomentam o fluxo de caixa operacional e, consequentemente, contribui para melhoria do resultado operacional. Em complemento ao uso de capital de terceiros, a Companhia visa adequar sua estrutura de capital por meio de obtenção de capital próprio adicional que contribui para o desenvolvimento de seu pipeline e aprimoramento do resultado operacional. Em janeiro de 2024 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital pelos Administradores da Companhia decorrente da entrada do novo acionista I Squared Capital, vide Nota 31.1. Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Esta afirmação é baseada

continua →★

★ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A.**

nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios e objetivos estratégicos. A Companhia prepara rotineiramente no decorrer de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, que detalham os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Estes planos são acompanhados durante o exercício pelo conselho de administração da Companhia, podendo sofrer alterações. Os membros da Diretoria da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e concluíram que as referidas demonstrações financeiras traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira individual e consolidada e as aprovaram em 29 de abril de 2024. **2. Base de Preparação e de Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"). As demonstrações financeiras individuais da Companhia, aqui denominada Controladora, estão sendo divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A Companhia apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2022 é apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à reapresentação retrospectiva conforme descrito na Nota 2.5.14. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia, conforme Orientação Técnica OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral. **2.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros derivativos e os pagamentos baseado em ações, os quais são mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas subsidiárias. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, quando ocorrerem, são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado. **2.4 Base de consolidação e investimentos em subsidiárias:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas subsidiárias, conforme detalhadas a seguir, em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: • Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo mantidos entre as entidades consolidadas; • Eliminação, quando aplicável, dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas entidades consolidadas, contra o respectivo patrimônio líquido da entidade investida; • Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as entidades consolidadas; e • Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as entidades consolidadas. As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: a) Subsidiárias: Subsidiárias são todas as entidades, incluindo consórcios e cooperativas, estruturadas pela Companhia com o objetivo de viabilizar a geração de energia por parte de seus clientes. Segundo a perspectiva emanada das normas contábeis referidas anteriormente, a Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos com resultado de sua gestão junto à entidade. As subsidiárias são, portanto, consolidadas a partir da data em que a Companhia assume a gestão dessas subsidiárias. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter controle destas subsidiárias. Os investimentos em empresas subsidiárias na qual a Companhia detém instrumentos de patrimônio líquido e exposição aos ativos líquidos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Transações entre entidades que integram a consolidação, saldos e ganhos não realizados em transações entre essas entidades são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis e estimativas das subsidiárias são consistentes com as práticas contábeis e estimativas adotadas pela Companhia. Adicionalmente, todas as subsidiárias seguem o mesmo exercício social da Companhia, encerrando em 31 de dezembro de cada ano. b) Transações e participações de acionistas/quotistas não controladores: As subsidiárias nas quais a Companhia detém instrumentos de Patrimônio Líquido não possuem acionistas/quotistas não controladores, tendo em vista que a Companhia detém em conjunto com sua subsidiária FINCO, 100% do controle das demais subsidiárias, conforme percentual de participação divulgado abaixo. Referidas subsidiárias são constituídas com 1.000 (mil) cotas, sendo uma cota da subsidiária Finco Assessoria Financeira Ltda. e 999 cotas da Ebes Sistemas de Energia S.A. (Controladora). Quando há necessidade de capital próprio a Controladora aporta os recursos, diluindo a participação da subsidiária Finco Assessoria Financeira Ltda. A seguir são apresentados os percentuais de participação em instrumentos de patrimônio que a Companhia possui das subsidiárias acima referidas, e a principal atividade de cada uma delas, que compõem as demonstrações financeiras em cada exercício:

| Nome da Subsidiária | Principal Atividade | Participação % 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Operacionais** | | | |
| João Pinheiro Solar Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Francisco Sá II Geração de Energia S.A. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Janaúba II Geração de Energia Solar SA. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Várzea da Palma Curumataí Ger. de Energ. Sol. Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Buriti Geração de Energia Solar 25 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Finco Assessoria Financeira Ltda. | Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica | 100 | 100 |
| Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar FIDC) © | Fundo exclusivo controlado pela Francisco Sá II Geração de Energia S.A. | 100 | 100 |
| Green FIDC Solar GD II (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar FIDC) © | Fundo exclusivo controlado pela Janaúba II Geração de Energia S.A. | 100 | 100 |

Adicionalmente, as empresas relacionadas a seguir são pré-operacionais, possuem como principal atividade o arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica (UFV) e em 2023 e 2022 possuem percentual de participação conforme demonstrado abaixo:

| Nome da Subsidiária | Principal Atividade | Participação % 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| **Pré-operacionais** | | | |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Six Energy Desenvolvimento de Negócios Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Campos Novos Geração de Energia 42 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Marimbondo Geração de Energia Solar 23 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Petrolina Geração de Energia 38 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Jacaúna Geração de Energia 35 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Parnamirim Geração de Energia 40 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Três Amores Geração de Energia 36 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Vertentes Geração de Energia 39 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Poutrinha Geração de Energia 37 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 100 | 100 |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 100 |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 100 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 495 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 100 |
| Garanhuns PE 423 Geração de Energia 107 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 100 |
| Garanhuns PE 415 Geração de Energia 600 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 100 |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 822 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 007 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Crateus CE 636 Geração de Energia 465 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Parnamirim PE 376 Geração de Energia 026 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Varjota CE 434 Geração de Energia 491 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Venturosa PE 665 Geração de Energia 916 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Santa Maria da Boa Vista PE 379 Ger. Energ.013 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 298 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 220 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 851 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Bom Conselho PE 454 Geração de Energia 471 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 498 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 522 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 372 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Ribas do Rio Pardo MS 511 Ger.de Energia 158 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Fátima do Sul MS 1263 Geração de Energia 222 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 321 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 599 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Itaguaí RJ 749 Geração de Energia 605 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 822 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| São Caetano PE 729 Geração de Energia 901 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Garanhuns PF 419 Geração de Energia 029 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 122 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Guaranésia MG 1072 Geração de Energia 710 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Petrolina PE 585 Geração de Energia 911 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Fatima do Sul MS 1263 Geração de Energia 122 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Paranaíba MS 858 Geração de Energia 113 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 322 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Cidade Gaúcha PR Geração de Energia Solar 01 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Pesqueira PE 907 Geração de Energia 781 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |
| Januária MG 89 Geração de Energia 566 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 096 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Órigo Serviços de Manutenção e Engenharia Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Araxá MG 273 Geração de Energia 446 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 189 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 340 Ltda. | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | – |
| Outras SPE's (a) | Arrendamento da unidade de geração de energia solar fotovoltaica | 99,90 | 99,90 |

(a) Compreende 667 CNPJ´s com participação de 99,90 da Controladora e possuem capital social de até R$100 (mil). No decorrer do exercício de 2023 foram extintos 401 CNPJ´s, em decorrência dos processos de incorporações e dos [illegible] de acessos que foram descartados por inviabilidade do projeto. Outrossim, listam-se a seguir as entidades nas quais a Companhia não detém instrumentos de patrimônio líquido, mas constituem-se em subsidiárias, em consonância com as normas contábeis aplicáveis e, consequentemente, tiveram seus saldos e transações integralmente consolidados nas demonstrações financeiras:

| Nome da Subsidiária | Principal Atividade |
|---|---|
| Consórcio Inconfidentes | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Tiradentes | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Sagarana | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Libertas | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Tropeiros | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Velho Chico | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Peruaçu | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Canastra | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Chico Rei | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Fenícia | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Daltez | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Órigo Energia Estrada Real | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu I | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu II | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Consórcio Órigo Energia Serra do Cipó | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD) | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |
| Cooperativa Solar Geração Distribuída (CSGD) | Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica |

**2.5 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, salvo disposição em contrário. **2.5.1 Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 09) Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: O CPC 48 (IFRS 09) apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. *Mensuração:* Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: • Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; • Menos as amortizações de principal; e • Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. *Reconhecimento:* As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos", respectivamente, no período em que ocorrem. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Não houve nenhuma transação de desreconhecimento em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, contas a receber, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não possui transações de *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2023 e 2022. *Outros passivos financeiros:* Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A "provisão para perdas de crédito esperada", é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de clientes e demais valores a receber conforme os critérios da nota explicativa. O critério de constituição da provisão leva em consideração avaliação do risco associado às operações e os títulos vencidos há mais de 60 dias, e com base na experiência histórica de perdas sobre recebíveis, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. *Caixa e equivalentes de caixa:* O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *Contas a receber:* Incluem os faturamentos de arrendamento para os consorciados e cooperados, consumidores de energia, referente ao arrendamento de capacidade das UFVs, com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis que não são cotados em mercado ativo; são mensurados ao custo amortizado, para o qual não há impacto de juros; pelo fato do contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. Na controladora, incluem a venda de mercadoria para construção das UFVs para as subsidiárias que constroem e detém as UFVs e os honorários de performance pelo serviço de administração para os consórcios e cooperativas, registrados com base no regime de competência. *Fornecedores:* As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. Referem-se a compras de materiais voltados para a elaboração e desenvolvimento dos geradores solares fotovoltaicos, equipamentos para a construção das fazendas solares, serviços a pagar, compra de materiais de escritórios, dentre outros. *Empréstimos, financiamentos e Debêntures:* Os empréstimos, financiamentos e Debêntures são inicialmente reconhecidos aos valores líquidos recebidos pela Companhia, e o diferencial, tratado como encargos financeiros e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As debêntures são títulos de dívida emitidos por sociedades anônimas e oferecidos diretamente para os investidores (debenturistas), que se tornam credores da Companhia e recebem uma remuneração (geralmente na forma de juros) até o vencimento do título. Seguindo as premissas do CPC 08 (R1) / IAS 32 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida (empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida tais como debêntures, notas comerciais ou outros valores mobiliários) são contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido, sob a rubrica de custos a amortizar. *Capitalização de custos de empréstimos:* Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. *Instrumentos financeiros derivativos:* Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros sobre os empréstimos em moeda nacional ou estrangeira e variação cambial na importação de equipamentos e não são utilizados para fins especulativos. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo a cada fechamento de balanço, considerando a alteração do valor justo e condições de mercado, nessa data. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. *Ajuste a valor presente de ativos e passivos:* Ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, na data da transação. Em 31 de dezembro de 2023, há apenas o valor residual do ajuste a valor presente do contas a receber relativo às vendas financiadas de kits e *rooftops*, as quais foram descontinuadas. *Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes:* Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificadas no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante. **2.5.2 Estoques:** Na controladora refere-se a módulos fotovoltaicos solares, partes, peças e acessórios de equipamentos fotovoltaicos para revenda da Companhia para suas subsidiárias, sem margem, utilizados para a construção das fazendas solares das subsidiárias da Companhia. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e se houver necessidade, uma provisão para perdas é registrada. O custo do estoque inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No consolidado, o saldo de estoques é reclassificado para o grupo de imobilizado em andamento. **2.5.3 Arrendamentos:** *A Companhia como arrendatário:* A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Quanto aos arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista pela norma a seus arrendamentos de curto prazo, para os quais o prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra e para arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor, relativos a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Cumpre ressaltar, que os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. *Direito de uso de ativos:* A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental de empréstimos na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Premissas para o reconhecimento:* A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento; (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, em razão dos ativos destinados a operação terem a possibilidade de serem substituídos por atualização de futuras tecnologias afetando diretamente a condução dos negócios, e alterando a forma no qual são operados; (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados; (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato; (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo; (vi) A taxa de desconto utilizada é de 16,40% a.a. e 23,76% a.a. em 2023 e 2022, respectivamente, alterando de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento, calculada ao adicionar sobre a última disponibilização da curva DI x pré de 28/12/2023 o spread de crédito incidente sobre a emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI); (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento; (viii) Além de taxa livre de risco, foi considerado o risco de crédito da Companhia; (ix) Ambiente econômico similar - risco de crédito da Companhia, risco do país, moeda do contrato e data do início da captação. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. *A Companhia como arrendadora:* A Companhia através de suas subsidiárias, que são as detentoras das UFVs, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os consórcios e cooperativas, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de locação. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **2.5.4 Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados, quando elegíveis, até a finalização da construção dos ativos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação dos ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, ou durante a vigência dos contratos de locação de direito de uso das superfícies onde as usinas fotovoltaicas estão construídas, dos dois o menor. Referidos contratos de locação possuem uma vigência entre 25 a 30 anos, e a vida útil estimada dos equipamentos é como segue:

| | Vida útil (anos) 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 10 | 10 |
| Móveis e utensílios | 10 | 10 |
| Ferramentas | 10 | 10 |
| Equipamentos de informática | 5 | 5 |
| Benfeitorias em propriedades de terceiros | 5 | 5 |
| Veículos | 5 | 5 |
| Equipamentos de comunicação | 10 | 10 |
| Instalações | 10 | 10 |
| Equipamentos solar | 25-30 | 25-30 |

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O valor contábil de um ativo imobilizado é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.5.7). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.5.5 Despesa Antecipada:** A Companhia capitaliza os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente como despesa antecipada, tendo em vista que gerarão benefícios econômicos futuros. Os valores capitalizados compreendem os gastos com comissão, conforme o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. A taxa de amortização foi definida com base no giro médio da carteira de clientes. **2.5.6 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente, como softwares, licenças de uso, dentre outros, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. As taxas de amortização dos intangíveis estão apresentadas na Nota 17. **2.5.7 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*"):** Em linha com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, com vida útil determinada, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Isto posto, a cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas subsidiárias revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O valor recuperável de cada uma das UFVs, que é a unidade geradora de caixa, foi apurado com base no cálculo do valor em uso, em vista das projeções de fluxo de caixa com base em orçamentos financeiros aprovados pelo conselho de administração, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica durante um período de vinte e cinco anos. A taxa de desconto antes de tributos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 14% a.a. (15% em 2022). A taxa de crescimento considerado para as despesas e receitas foi o IPCA. As projeções consideram a inflação projetada dos contratos de locação, sem taxa de crescimento real. Foi concluído que o valor justo líquido das despesas não excedeu o valor em uso. Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2023, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros. **2.5.8 Reconhecimento de receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas subsidiárias, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. *Receita de prestação de serviços - (controladora):* A Companhia aufere uma receita, conforme estabelecido em contrato, referente à remuneração adicional por sua performance, em razão de sua gestão comercial e administrativa das cooperativas e consórcios. O reconhecimento dessa receita ocorre após a mensuração e o aceite/concordância da contraparte. Essas transações são eliminadas no resultado consolidado da Companhia. *Receita de venda de equipamentos e outros (controladora):* Corresponde às vendas de equipamentos, partes, peças e acessórios utilizados para construção de usinas fotovoltaicas (UFVs), que a controladora faz para as suas subsidiárias, tendo em vista os registros específicos que possui para a importação desses equipamentos. Essas transações são eliminadas no resultado consolidado da Companhia. Adicionalmente, a Companhia, juntamente com suas subsidiárias, realiza projetos especiais, não recorrentes, para instalação de UFV para terceiros, incluindo a venda dos equipamentos e módulos fotovoltaicos. *Receita de locação - Consórcios e Cooperativas (consolidado):* A receita é auferida através do arrendamento de equipamentos de micro e minigeração de energia (UFV), onde os consumidores finais (consorciados e cooperados) de baixa e média tensão alugam a capacidade do GSF (gerador solar fotovoltaico). **2.5.9 Tributos:** *Imposto de renda e contribuição social - correntes:* Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. Na Controladora e subsidiárias que adotam o regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A maioria das subsidiárias da Companhia adota o regime tributário lucro presumido, calculados pelas alíquotas regulares de 32% de presunção de lucro, sobre as quais incidem 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A Administração avalia periodicamente a regulamentação fiscal vigente, bem como possíveis alterações na legislação tributária, analisando os potenciais impactos nas operações da Companhia e estabelecendo provisões, quando apropriado. *Tributos diferidos:* Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores, aplicável às companhias que adotam o regime de tributação com base no lucro real. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não atendia os critérios acima e, portanto, nenhum valor foi registrado. Inclusive, nessas mesmas datas, a Companhia não possuía nenhuma diferença temporária que demandaria o registro de impostos diferidos passivos. **2.5.10 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia ou suas subsidiárias possuírem uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, para qual seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são baseadas em estimativas e podem ser ajustadas à medida que mais informações se tornam disponíveis ou à medida que os eventos subjacentes se desenvolvem. *Provisão para créditos de liquidação duvidosa:* Provisão utilizada para refletir a estimativa de perdas esperadas devido à inadimplência ou à incapacidade de os clientes pagarem seus débitos. Essa provisão é estimada com base na análise do histórico de pagamentos dos clientes, na situação econômica atual, nas condições do mercado e em outros fatores relevantes. É uma prática contábil prudente para garantir que as demonstrações financeiras da Companhia forneçam uma imagem precisa de sua saúde financeira, levando em consideração os riscos associados aos créditos concedidos. A Companhia, inicia o provisionamento para perdas após decorridos 180 dias do vencimento do débito, aplicando gradualmente percentuais de probabilidade de perda, até que o débito seja integralmente reconhecido em provisão para créditos de liquidação duvidosa, o que ocorre após 14 meses do vencimento original. *Provisão para contingências:* A provisão para contingências é uma reserva contábil criada para cobrir possíveis perdas ou obrigações que possam surgir no futuro devido a eventos contingentes. Esses eventos podem incluir litígios pendentes, disputas legais, reclamações de clientes, garantias de produtos, questões ambientais, entre outros. A Companhia avalia o risco associado a cada contingência, considerando fatores como a probabilidade de perda e a estimativa do montante envolvido para constituir a provisão. Atualmente, constituímos provisões para contingências quando atendidas as seguintes condições: • Obrigação presente: a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado; • Provável saída de recursos: É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; • Estimativa confiável: o valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável. **2.5.11 Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** Até 2022, determinados funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebiam pagamentos baseados em ações, nos quais esses profissionais prestam serviços e são recompensados com direitos sobre a valorização de ações, os quais só poderiam ser liquidados com caixa e eram denominadas como "*Phantoms*". Para essas transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. Um passivo é reconhecido ao valor justo da transação liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e a cada data de reporte até (e incluindo) a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecido como despesas com benefícios a empregados, na demonstração do resultado, na rubrica "despesas gerais e administrativas", vide Nota 25. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição (*vesting*), com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo *Black & Scholes*. Mais detalhes são apresentados na Nota 20. Em 2022, este plano foi cancelado e foi constituído um novo plano de outorga de opções de compra de ações, conforme Nota 22. **2.5.12 Informações por segmento:** A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, construção de UFVs para a locação na modalidade geração distribuída para diversos clientes, pessoas físicas e pessoas jurídicas, conforme descrito na Nota 1, e que representa, substancialmente, a receita total consolidada da Companhia e suas subsidiárias. **2.5.13 Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.5.14 Reapresentação das demonstrações financeiras:** Após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2022, correspondente a 31 de dezembro de 2021, a Administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, demonstrações do resultado e do resultado abrangente, bem como das demonstrações dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, além de complemento em determinadas notas explicativas, para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e saldo de abertura em 1º de janeiro 2021 estão sendo reapresentadas com os ajustes e reclassificações identificados além de complemento em certas divulgações em notas explicativas. Os ajustes efetuados dizem respeito à consolidação dos saldos dos consórcios e cooperativas após a Administração ter optado pela consolidação, à luz do determinado pela norma internacional IFRS10, recepcionada no Brasil por meio do pronunciamento CPC 36, emanado do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os saldos anteriormente apresentados referentes a 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022, não compreendiam a consolidação dos saldos dos consórcios e cooperativas. As reclassificações realizadas na demonstração de resultado em 2022, dizem respeito à realocação dos encargos financeiros de despesas gerais e administrativas para resultado financeiro. As reclassificações realizadas na demonstração do fluxo de caixa em 2022, dizem respeito à realocação de mútuo de atividades de financiamento para atividades de investimento, em razão de cessão realizada pela Controladora para as subsidiárias e de despesas antecipadas de atividades de investimento para atividades operacionais. Os quadros a seguir demonstram os ajustes e reclassificações decorrentes de mudanças de prática contábil e correção de erro, de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros:

*Balanços Patrimoniais da Controladora e Consolidado em 01/01/2022:*

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado |
| **Ativo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 31.649 | – | 31.649 | 51.007 | 1.597 | 52.604 |
| Contas a receber | 5.092 | 5.092 | – | 14.458 | (6.072) | 8.386 |
| Partes relacionadas | 26.370 | (5.092) | 31.462 | – | – | – |
| Impostos a recuperar | 8.518 | – | 8.518 | 8.633 | 7 | 8.640 |
| Outros ativos | 18.570 | – | 18.570 | 24.784 | 53 | 24.837 |
| **Total do ativo circulante** | **130.074** | **–** | **130.074** | **100.490** | **(4.416)** | **96.074** |

continua →★

→★ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A.

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Partes relacionadas | 3.538 | – | 3.538 | 2.195 | (2.194) | 1 |
| Investimentos | 49.072 | 1.267 | 50.339 | – | – | – |
| Direito de uso de ativo | 876 | – | 876 | 32.127 | 179.351 | 211.478 |
| **Total do ativo não circulante** | **391.451** | **1.267** | **392.718** | **770.265** | **177.157** | **947.422** |
| **Total do ativo** | **521.525** | **1.267** | **522.792** | **870.755** | **172.741** | **1.043.496** |
| **Passivo e patrimônio líquido** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Fornecedores | 31.227 | – | 31.227 | 34.363 | 100 | 34.463 |
| Passivo de arrendamento | 184 | – | 184 | 6.184 | 38.505 | 44.689 |
| Obrigações tributárias | 643 | – | 643 | 2.310 | 131 | 2.442 |
| **Total do passivo circulante** | **84.170** | **–** | **84.170** | **113.098** | **38.736** | **151.834** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | 786 | – | 786 | 27.585 | 146.735 | 174.320 |
| Provisão para perdas em subsidiárias | 5.401 | 13.997 | 19.398 | – | – | – |
| **Total do passivo não circulante** | **462.484** | **13.997** | **476.481** | **782.786** | **146.735** | **929.521** |
| **Patrimônio líquido** | | | | | | |
| Prejuízos acumulados | (222.825) | (12.730) | (235.555) | (222.825) | (12.730) | (235.555) |
| **Total do patrimônio líquido** | **(25.129)** | **(12.730)** | **(37.859)** | **(25.129)** | **(12.730)** | **(37.859)** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | **521.525** | **1.267** | **522.792** | **870.755** | **172.741** | **1.043.496** |

*Balanços Patrimoniais da Controladora e Consolidado em 31/12/2022:*

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado |
| **Ativo** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 379.749 | – | 379.749 | 390.841 | 6.013 | 396.854 |
| Contas a receber | 13.492 | 12.008 | 1.484 | 38.275 | (20.826) | 17.449 |
| Partes relacionadas | 106.830 | (12.008) | 118.838 | – | – | – |
| Impostos a recuperar | 18.653 | – | 18.653 | 18.801 | 86 | 18.887 |
| Outros ativos | 65.170 | – | 65.170 | 72.209 | 48 | 72.257 |
| **Total do ativo circulante** | **684.806** | **–** | **684.806** | **525.077** | **(14.679)** | **510.398** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Partes relacionadas | 39.663 | – | 39.663 | 18.649 | (18.645) | 4 |
| Depósitos judiciais | 515 | – | 515 | 533 | 7 | 540 |
| Investimentos | 87.927 | 24.877 | 112.804 | – | – | – |
| Direito de uso de ativo | 3.988 | – | 3.988 | 49.624 | 229.612 | 279.236 |
| **Total do ativo não circulante** | **181.062** | **24.877** | **205.939** | **931.118** | **210.975** | **1.142.092** |
| **Total do Ativo** | **865.868** | **24.877** | **890.745** | **1.456.195** | **196.296** | **1.652.490** |
| **Passivo e Patrimônio Líquido** | | | | | | |
| **Circulante** | | | | | | |
| Fornecedores | 9.422 | – | 9.422 | 19.240 | 642 | 19.882 |
| Passivo de arrendamento | 1.738 | – | 1.738 | 11.396 | 67.790 | 79.186 |
| Obrigações tributárias | 912 | – | 912 | 5.637 | 199 | 5.837 |
| **Total do passivo circulante** | **49.755** | **–** | **49.755** | **106.168** | **68.631** | **174.800** |
| **Não circulante** | | | | | | |
| Passivo de arrendamento | 2.543 | – | 2.543 | 42.847 | 172.830 | 215.677 |
| Provisão para perdas em subsidiárias | 22.349 | 70.044 | 92.393 | – | – | – |
| **Total do passivo não circulante** | **203.761** | **70.044** | **273.805** | **737.675** | **172.830** | **910.505** |
| **Patrimônio Líquido** | | | | | | |
| Prejuízos acumulados | (458.420) | (45.167) | (503.587) | (458.420) | (45.167) | (503.587) |
| **Total do patrimônio líquido** | **612.352** | **(45.167)** | **567.185** | **612.352** | **(45.167)** | **567.185** |
| **Total do Passivo e Patrimônio Líquido** | **865.868** | **24.877** | **890.745** | **1.456.195** | **196.295** | **1.652.490** |

*Demonstração do Resultado da Controladora e Consolidado em 31/12/2022:*

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos originalmente apresentados | Reclassi-ficação | Ajustes | Reapre-sentado | Saldos originalmente apresentados | Reclassi-ficação | Ajustes | Reapre-sentado |
| **Receita operacional líquida** | 185.806 | – | – | 185.806 | 90.416 | – | 64.086 | 154.502 |
| Custo dos produtos e serviços prestados | (169.221) | – | – | (169.221) | (16.625) | – | (46.767) | (63.392) |
| **Lucro bruto** | **16.585** | **–** | **–** | **16.585** | **73.791** | **–** | **17.319** | **91.110** |
| **Despesas operacionais** | | | | | | | | |
| Despesas com vendas | (44.409) | – | – | (44.409) | (52.527) | – | (6.440) | (58.967) |
| Despesas gerais e administrativas | (105.693) | 6.839 | – | (98.853) | (118.593) | 6.854 | (1.458) | (113.196) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (383) | – | (1) | (384) | (354) | – | (9.957) | (10.311) |
| Resultado de equivalência patrimonial | (30.466) | – | (32.437) | (62.903) | – | – | – | – |
| | **(180.951)** | **6.839** | **(32.438)** | **(206.549)** | **(171.474)** | **6.854** | **(17.855)** | **(182.474)** |
| **Prejuízo antes do resultado financeiro** | **(164.366)** | **6.839** | **(32.438)** | **(189.964)** | **(97.683)** | **6.854** | **(536)** | **(91.364)** |
| Resultado financeiro | (71.425) | (6.839) | – | (78.264) | (129.560) | (6.854) | (31.902) | (168.316) |
| **Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social** | **(235.791)** | **–** | **(32.438)** | **(268.228)** | **(227.243)** | **–** | **(32.438)** | **(259.680)** |
| **Prejuízo do exercício** | **(235.815)** | **–** | **(32.438)** | **(268.252)** | **(235.815)** | **–** | **(32.438)** | **(268.252)** |

*Demonstração do Fluxo de Caixa da Controladora e Consolidado em 31/12/2022:*

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado | Saldos originalmente apresentados | Ajustes | Reapresentado |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais | (426.766) | (3.363) | (430.129) | (259.788) | 823 | (258.965) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento | 238.955 | (11.664) | 227.292 | (136.190) | (6.191) | (142.381) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | 535.911 | 15.026 | 550.937 | 735.812 | 9.783 | 745.595 |
| **Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa** | **348.100** | **–** | **348.100** | **339.834** | **4.417** | **344.250** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 31.649 | – | 31.649 | 51.007 | 1.597 | 52.604 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 379.749 | – | 379.749 | 390.841 | 6.013 | 396.854 |
| **Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa** | **348.100** | **–** | **348.100** | **339.834** | **4.417** | **344.250** |

**2.5.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Empresa aplicou pela primeira vez os pronunciamentos vigentes e alterações, a partir de 1º de janeiro de 2023. A Empresa não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. *Alterações à IAS 1: Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS declaração de Prática 2 - Fazendo: Julgamentos de Materialidade:* As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os termos 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. São consideradas materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações das demonstrações financeiras, puderem influenciar razoavelmente as decisões dos principais usuários. Políticas relacionadas às transações imateriais não precisam ser divulgadas. As políticas podem ser relevantes devido à sua natureza mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém nem todas as informações de políticas relevantes, são materiais por si só. *Substituição do CPC 11 (IFRS 4) para o CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro:* A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações à IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:* As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras. *Alterações à IAS 12 e CPC 32: Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma Única Transação:* As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. de acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações à IAS 12: Tributos sobre o Lucro - Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois:* As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações à IAS 8: definição de Estimativas Contábeis:* As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. de acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. **2.5.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2): Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto; • Alterações à IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações à IAS 1: Passivo Não Circulante com *Covenants;* • Alterações à IAS 7 e à IFRS 7: Acordos de Financiamento de Fornecedores; • Alterações à IFRS 16: Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*". A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3. Principais Julgamentos Contábeis, Estimativas e Premissas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas subsidiárias formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: (a) Provisão para perdas de créditos esperadas: Nota 2.5.10; (b) Vida útil do ativo imobilizado e intangível: Notas 2.5.4 e 2.5.6; (c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 2.5.7; (d) Provisão para demandas judiciais: Nota 21. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, dentre outros, que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos contratados pela Companhia. A Companhia aplicou a Interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda, a partir de 1º de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (e) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Nota 2.5.3.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Bancos conta movimento | **429** | 560 | **3.124** | 6.491 |
| Aplicações financeiras (*) | **78.858** | 379.189 | **135.979** | 390.363 |
| | **79.287** | 379.749 | **139.103** | 396.854 |

(*) As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, indexadas ao Certificado de depósito Interbancário ("CDI"), remuneradas a taxas de até 98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e até 105% do CDI em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras são compostas por: (i) Aplicações em Operações Compromissadas, emitidas por instituições financeiras no Brasil, disponível para resgate em até 1 dia; (ii) Aplicações em Certificados de depósito Bancário (CDB's), emitidos por instituições financeiras no Brasil, disponível para resgate em até 90 dias; (iii) Aplicações em Letras Financeiras (LF's), emitidas por instituições financeiras no Brasil e com juros calculados pela curva contratual, disponível para resgate com base na curva contratual em até 30 dias. **5. Caixa Restrito:** A Companhia mantém saldo de caixa restrito em subsidiárias, na qualidade de cessão fiduciária decorrente de empréstimos contratados, conforme constam nas Notas 18 e 19.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Circulante | **627** | – | **69.066** | 73 |
| Não circulante | **17** | 134 | **729** | 923 |
| | **644** | 134 | **69.795** | 996 |

Em 2023, a Companhia e suas subsidiárias contrataram dívidas de mercado de capitais. Estas captações fazem parte do planejamento estratégico financeiro da Companhia, que visa o financiamento de seus projetos e reforço do saldo de caixa.

**6. Títulos e Valores Mobiliários:**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 |
| Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (i) | **51.329** | 46.500 |
| Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (ii) | **27.117** | 64.585 |
| Outras cotas de investimento e títulos públicos (iii) | **16.141** | – |
| | **94.587** | 111.085 |
| Circulante | **21.144** | – |
| Não circulante | **73.443** | 111.085 |
| | **94.587** | 111.085 |

(i) Corresponde às cotas subordinadas subscritas pela subsidiária João Pinheiro Solar Ltda. e Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. nas respectivas emissões de CRI, conforme Nota 18; (ii) Corresponde às cotas subordinadas subscritas pela subsidiária Francisco Sá II Geração de Energia S.A. e Janaúba II Geração de Energia S.A. nas respectivas emissões de FIDC, conforme Nota 18. Em dezembro de 2023, as cotas subordinadas (TVM) subscritas pela subsidiária Francisco Sá II Geração de energia S.A., totalizavam 29.142 cotas no valor de R$930,48 cada e, as cotas subordinadas (TVM) subscritas pela subsidiária Janaúba II Geração de Energia S.A., totalizavam 33.976 cotas no valor de R$1.223,94 cada.

| | 2022 | Investimento | Variação da cota | Liquidações | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|
| Green FIDC Solar GD | 27.780 | **–** | **2.837** | **(3.500)** | **27.117** |
| Green FIDC Solar GD II | 36.805 | **–** | **–** | **(36.805)** | **–** |
| Outras cotas de investimento e títulos públicos (iii) | – | **13.142** | **2.999** | **–** | **16.141** |
| | 64.585 | **13.142** | **5.836** | **(40.305)** | **43.258** |

| | 2021 | Investimento | Variação da cota | 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Green FIDC Solar GD | 22.992 | – | 4.788 | 27.780 |
| Green FIDC Solar GD II | – | 33.976 | 2.829 | 36.805 |
| | 22.992 | 33.976 | 7.617 | 64.585 |

(iii) As cotas de Fundo de Investimento da subsidiária Janaúba II Geração de Energia S.A. são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelas instituições financeiras custodiantes dos Fundos nos quais os recursos são aplicados. Na hipótese de não divulgação das cotas, são utilizadas as cotas do dia imediatamente anterior. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo reconheceu o montante de R$2.898 como rendimento de cotas de fundos de investimento e R$101 como resultado de títulos públicos federais.

**7. Contas a Receber:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Duplicatas a receber | **4.119** | 1.484 | **49.427** | 21.913 |
| Provisão para créditos | **–** | – | **(14.123)** | (4.464) |
| | **4.119** | 1.484 | **35.304** | 17.449 |

A Companhia possui saldo de duplicatas vencidas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, e, também, possui expectativa de perdas, portanto, a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada, vide Nota 2.5.10. Abaixo apresentamos a composição do saldo pelo seu valor bruto por período de vencimento:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| A vencer | **3.933** | 2 | **15.643** | 6.783 |
| De 1 a 30 dias | **13** | 97 | **4.416** | 1.878 |
| De 31 a 90 dias | **48** | – | **5.601** | 2.168 |
| De 91 a 180 dias | **123** | 1.385 | **5.215** | 5.030 |
| De 181 a 360 dias | **2** | – | **6.090** | 3.333 |
| Acima de 360 dias | **–** | – | **12.462** | 2.721 |
| | **4.119** | 1.484 | **49.427** | 21.913 |

**8. Instrumentos Financeiros Derivativos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| SWAP | **30** | – | **30** | – |
| NDF | **70** | 4.784 | **70** | 4.784 |
| | **100** | 4.784 | **100** | 4.784 |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| **Passivo** | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| SWAP | **297** | 1.194 | **1.145** | 1.194 |
| NDF | **14.837** | 2.815 | **14.837** | 2.815 |
| | **15.134** | 4.009 | **15.982** | 4.009 |

Em agosto de 2021 e em dezembro de 2023, a empresa implementou uma estratégia financeira ao contratar um swap de taxa de juros, buscando ajustar sua exposição de indexação pré-fixada para uma taxa pós-fixada. O valor justo é calculado com base na taxa futura descontada. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contratos de *Non-deliverable forward* (NDF) com o objetivo de se proteger contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio oriundas de contratos de compra de equipamentos importados *(Hedge)*. O valor justo é determinado com base na taxa futura descontada.

**Controladora e Consolidado**

| **Ativo** | | | Ponta Ativa | | Ponta Passiva | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Nocional** | **Vencimento** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2023** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2023** |
| NDF | USD 5.000 | fev/24 | 4,8663 | **70** | | **–** |
| SWAP | USD 19.050 | dez/24 | 8,39% | **30** | CDI+5% | **–** |
| | | | | **100** | | **–** |

**Controladora e Consolidado**

| **Ativo** | | | Ponta Ativa | | Ponta Passiva | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Nocional** | **Vencimento** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2022** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2022** |
| NDF | USD 60.000 | jul/23 | 5,3585 | 4.784 | | – |
| | | | | 4.784 | | – |

**Controladora**

| **Passivo** | | | Ponta Ativa | | Ponta Passiva | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Nocional** | **Vencimento** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2023** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2023** |
| NDF | USD 41.000 | abr/24 | | **–** | 5,2595 | **14.837** |
| SWAP | BRL 4.800 | dez/24 | 11,75% a.a. | **–** | 230% CDI | **297** |
| | | | | **–** | | **15.134** |

**Consolidado**

| **Passivo** | | | Ponta Ativa | | Ponta Passiva | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Nocional** | **Vencimento** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2023** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2023** |
| NDF | USD 41.000 | abr/24 | | **–** | 5,2595 | **14.837** |
| SWAP | BRL 4.800 | dez/24 | 11,75% a.a. | **–** | 230% CDI | **297** |
| SWAP | USD 19.000 | dez/24 | Sofr1M+5,75% | **–** | CDI+6,60% | **848** |
| | | | | **–** | | **15.982** |

**Controladora e Consolidado**

| **Passivo** | | | Ponta Ativa | | Ponta Passiva | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Modalidade** | **Nocional** | **Vencimento** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2022** | **Taxa** | **Saldo em 31/12/2022** |
| NDF | USD 40.000 | abr/23 | | – | 5,3564 | 2.815 |
| SWAP | BRL 5.400 | dez/24 | 11,75% a.a. | – | 230% CDI | 1.194 |
| | | | | – | | 4.009 |

**9. Estoques:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Mercadorias para revenda | **117.719** | 96.034 | **–** | – |
| (módulos fotovoltaicos) | **117.719** | 96.034 | **–** | – |

O saldo de 31 de dezembro de 2023 e 2022 se refere a itens que serão revendidos para as subsidiárias que já possuem pareceres de acesso e as construções estão em andamento. **10. Partes Relacionadas:** As transações com Partes Relacionadas correspondem principalmente a necessidade de caixa nas subsidiárias da Companhia majoritariamente devido as compras dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas (módulos/inversores), onde a Companhia possui os registros necessários para importação dos equipamentos. Adicionalmente, a Companhia é responsável por financiar os gastos e obrigações iniciais das subsidiárias, realizado por meio de operações de mútuo. Esta operação de mútuo é liquidada quando a subsidiária faz a captação de recursos por meio de financiamento próprio aprovado com alguma instituição financeira. Os mútuos celebrados entre a Companhia e suas subsidiárias são remunerados a uma taxa de 12% a.a. calculados por dias corridos (base 360) e sobre os quais há incidência de imposto sobre operações financeiras - IOF e imposto de renda - IR. As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com os termos estabelecidos entre as partes com vencimento de até 10 anos. A seguir são apresentados os saldos e transações: a) Saldos:

| **Ativo Circulante** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Contas a receber | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | **13.205** | – | **–** | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. | **11.784** | – | **–** | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | **8.755** | 6.140 | **–** | – |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | **8.008** | 411 | **–** | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | **8.471** | 209 | **–** | – |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | **8.471** | 9.670 | **–** | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | **7.908** | 2.726 | **–** | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. | **7.879** | – | **–** | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. | **4.730** | 3.449 | **–** | – |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | **4.496** | – | **–** | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 516 Ltda. | **3.500** | 5.052 | **–** | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 439 Ltda. | **3.500** | 2.370 | **–** | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 114 Ltda. | **3.500** | 3.048 | **–** | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 Ltda. | **3.500** | 4.502 | **–** | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 910 Ltda. | **3.400** | 1.989 | **–** | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 909 Ltda. | **3.400** | 1.219 | **–** | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 908 Ltda. | **3.400** | 2.055 | **–** | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 907 Ltda. | **3.400** | 2.833 | **–** | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 982 Ltda. | **2.605** | – | **–** | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 981 Ltda. | **2.605** | 1.949 | **–** | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 979 Ltda. | **2.605** | 2.043 | **–** | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 977 Ltda. | **2.605** | 2.043 | **–** | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 948 Ltda. | **2.500** | – | **–** | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 525 Ltda. | **2.500** | – | **–** | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 246 Ltda. | **2.500** | – | **–** | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 03 Ltda. | **2.463** | 180 | **–** | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 04 Ltda. | **2.425** | 209 | **–** | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 05 Ltda. | **2.400** | 211 | **–** | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 01 Ltda. | **2.400** | 180 | **–** | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 888 Ltda. | **2.200** | – | **–** | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 887 Ltda. | **2.200** | – | **–** | – |
| João Pinheiro Solar Ltda. | **2.393** | 1.568 | **–** | – |
| Francisco Sá II Geração de Energia Solar S.A. | **1.016** | – | **–** | – |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | **899** | – | **–** | – |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | **773** | 2.386 | **–** | – |
| Deodápolis MS 595 Geração de Energia 761 Ltda. | **285** | – | **–** | – |
| São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda. | **205** | 185 | **–** | – |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | **53** | – | **–** | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 136 Ltda. | **29** | – | **–** | – |
| Ivinhema MS 471 Geração de Energia 933 Ltda. | **28** | – | **–** | – |
| Bataguassu MS 342 Geração de Energia 342 Ltda. | **28** | – | **–** | – |
| Deodápolis MS 555 Geração de Energia 457 Ltda. | **23** | – | **–** | – |
| Santa Rosa Geração de Energia Solar 14 Ltda. | **18** | – | **–** | – |
| Deodápolis MS 595 Geração de Energia 974 Ltda. | **9** | – | **–** | – |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | **–** | 15.394 | **–** | – |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | **–** | 18.015 | **–** | – |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | **–** | 16.794 | **–** | – |
| Consorcio Inconfidentes | **316** | 316 | **–** | – |
| Consorcio Tiradentes | **3** | 991 | **–** | – |
| Consorcio Sagarana | **295** | 607 | **–** | – |
| Consorcio Pampulha | **1.726** | 2.075 | **–** | – |
| Consorcio Canastra | **1.777** | 2.278 | **–** | – |
| Consorcio Chico Rei | **736** | 859 | **–** | – |
| Consorcio Libertas | **–** | 153 | **–** | – |
| Cooperativa Órigo Geração Distribuída | **658** | 3.867 | **–** | – |
| Cooperativa Solar Geração Distribuída (GSGD) | **–** | 862 | **–** | – |
| | **154.586** | 118.838 | **–** | – |

| **Ativo Não Circulante** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Mútuos e transações com subsidiárias | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Cooperativa Órigo Geração de Energia Solar | **37.285** | 14.232 | **–** | – |
| Francisco Sá II Geração de Energia Solar S.A. | **25.315** | 10.351 | **–** | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | **21.161** | – | **–** | – |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | **12.858** | 1 | **–** | – |
| João Pinheiro Solar Ltda. | **11.338** | 4.454 | **–** | – |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | **7.388** | 2.380 | **–** | – |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | **1.296** | 1.417 | **–** | – |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | **175** | – | **–** | – |
| São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda. | **18** | – | **–** | – |
| GD Flores | **3** | 3 | **3** | 4 |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | **–** | 3 | **–** | – |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | **–** | 170 | **–** | – |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | **–** | 2.149 | **–** | – |
| Six Energy desenvolvimento de Negócios Ltda. | **–** | 88 | **–** | – |
| Consórcio Sagarana | **988** | 274 | **–** | – |
| Consórcio Inconfidentes | **310** | – | **–** | – |
| Consórcio Pampulha | **634** | – | **–** | – |
| Consórcio Tropeiros | **478** | – | **–** | – |
| Consórcio Canastra | **477** | – | **–** | – |
| Consórcio Fenícia | **174** | – | **–** | – |
| Consórcio Chico Rei | **132** | – | **–** | – |
| Outros Consórcios (i) | **81** | 4.141 | **–** | – |
| | **120.111** | 39.663 | 3 | 4 |

| **Passivo Circulante** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Fornecedor | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | **984** | – | **–** | – |
| Adiantamentos de clientes (ii) | **2023** | **2022 Reapresentado** | **2023** | **2022 Reapresentado** |
| Francisco Sá II Geração de Energia Solar S.A. | **–** | 1.993 | **–** | – |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | **58.100** | – | **–** | – |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | **7.000** | – | **–** | – |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | **1.286** | – | **–** | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | **7.000** | 7.768 | **–** | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | **2.000** | – | **–** | – |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | **7.000** | – | **–** | – |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | **7.000** | – | **–** | – |
| Januária MG 89 Geração de Energia 566 Ltda. | **7.000** | – | **–** | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | **6.900** | – | **–** | – |
| | **103.286** | 9.761 | **–** | – |

| **Passivo Não Circulante** | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| Mútuos | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | **6.147** | – | **–** | – |
| Six Energy desenvolvimento de Negócios Ltda. | **1.195** | – | **–** | – |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | **5.401** | – | **–** | – |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | **7.643** | – | **–** | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | **7.641** | – | **–** | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | **2.684** | – | **–** | – |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | **7.969** | – | **–** | – |
| Januária MG 89 Geração de Energia 566 Ltda. | **7.966** | – | **–** | – |
| | **46.646** | – | **–** | – |
| | **150.916** | 9.761 | **–** | – |

(i) Valores a receber pulverizados, inferiores a R$ 100. Os saldos em aberto com consórcios e cooperativas, referem-se a valores disponibilizados para cobrir obrigações de curto prazo e que serão ressarcidas no decorrer de 2024. (ii) Refere-se a valores adiantados das subsidiárias para a Controladora, com a finalidade de prover recursos financeiros, para os processos de importação dos equipamentos que serão utilizados na construção das Usina Solares (UFV's). b) Transações:

| | Controladora | | | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | | 2022 | | 2023 | 2022 |
| | Receita líquida de vendas | Juros sobre mútuos | Receita líquida de vendas | Juros sobre mútuos | Juros sobre mútuos | |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. | **4.897** | **–** | – | – | – | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 887 Ltda. | **3.070** | **–** | – | – | – | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 888 Ltda. | **2.710** | **–** | – | – | – | – |
| Bananal Geração de Energia Solar 46 Ltda. | **–** | **–** | 8.484 | – | – | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 136 Ltda. | **2.300** | **–** | – | – | – | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | **1.283** | **359** | – | – | – | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 305 Ltda. | **3.800** | **–** | – | – | – | – |
| Deodápolis MS 555 Geração de Energia 457 Ltda. | **3.506** | **–** | – | – | – | – |
| Deodápolis MS 555 Geração de Energia 587 Ltda. | **1.984** | **–** | – | – | – | – |
| Deodápolis MS 595 Geração de Energia 761 Ltda. | **2.200** | **–** | – | – | – | – |
| Deodápolis MS 595 Geração de Energia 974 Ltda. | **3.114** | **–** | – | – | – | – |
| Cruzeiro Geração de Energia Solar 24 Ltda. | **–** | **–** | 5.725 | – | – | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 01 Ltda. | **890** | **–** | 163 | – | – | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | **10.989** | **–** | 190 | – | – | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 03 Ltda. | **902** | **–** | 163 | – | – | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 04 Ltda. | **815** | **–** | 190 | – | – | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 05 Ltda. | **624** | **–** | 192 | – | – | – |
| Francisco Sá II Geração de Energia Solar S.A. | **(13)** | **2.366** | 1.967 | 491 | – | – |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | **144** | **–** | 15.241 | 122 | – | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 907 Ltda. | **(290)** | **–** | 2.571 | – | – | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 908 Ltda. | **4.879** | **–** | 1.864 | – | – | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 909 Ltda. | **1.065** | **–** | 1.105 | – | – | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 910 Ltda. | **82** | **–** | 1.805 | – | – | – |
| Ivinhema MS 471 Geração de Energia 101 Ltda. | **2.274** | **–** | – | – | – | – |
| Ivinhema MS 471 Geração de Energia 933 Ltda. | **2.303** | **–** | – | – | – | – |
| Ivinhema MS 471 Geração de Energia 997 Ltda. | **2.088** | **–** | – | – | – | – |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | **18.392** | **439** | 10.848 | – | – | – |

continua →★

→★ continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A.

| | Controladora 2023 Receita líquida de vendas | Controladora 2023 Juros sobre mútuos | Controladora 2022 Receita líquida de vendas | Controladora 2022 Juros sobre mútuos | Consolidado 2023 Juros sobre mútuos | Consolidado 2022 Juros sobre mútuos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | – | (11) | – | – | – | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | – | (3) | – | – | – | – |
| João Pinheiro Solar Ltda. | – | 1.077 | 7.198 | 112 | – | – |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | – | (15) | – | – | – | – |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | – | – | – | 3 | – | – |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | 7.162 | 786 | 10.877 | 58 | – | – |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | 9.723 | 8 | 17.616 | 15 | – | – |
| Novo Horizonte do Sul MS 566 Ger. de Energia 141 Ltda. | 1.144 | – | – | – | – | – |
| Novo Horizonte do Sul MS 566 Ger. de Energia 193 Ltda. | 1.758 | – | – | – | – | – |
| Novo Horizonte do Sul MS 566 Ger. de Energia 239 Ltda. | 1.079 | – | – | – | – | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | 1.166 | – | 3.713 | – | – | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 977 Ltda. | 917 | – | 1.853 | – | – | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 979 Ltda. | 1.154 | – | 1.853 | – | – | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 981 Ltda. | 562 | – | 1.859 | – | – | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 982 Ltda. | 937 | – | 1.769 | – | – | – |
| Papagaio Geração de Energia 26 Ltda. | – | – | 8.911 | – | – | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 Ltda. | (341) | – | 4.086 | – | – | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | (83) | – | 2.473 | – | – | – |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | – | (188) | 16.349 | – | – | – |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | – | (15) | – | – | – | – |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | – | 1 | – | – | – | – |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | 1.420 | (15) | 13.970 | – | – | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 246 Ltda. | 2.545 | – | – | – | – | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 525 Ltda. | 2.315 | – | – | – | – | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. | 4.545 | – | – | – | – | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 948 Ltda. | 2.941 | – | – | – | – | – |
| Santa Rosa Geração de Energia Solar 14 Ltda. | – | – | 8.303 | – | – | – |
| São Francisco Angicos Geração de Energia Solar Ltda. | – | 1 | – | – | – | – |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | 2.837 | – | – | – | – | – |
| Six Energy desenvolvimento de Negócios Ltda. | – | (42) | – | 1 | – | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 114 | (344) | – | 2.766 | – | – | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 439 | 275 | – | 2.150 | – | – | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 516 | 161 | – | 4.585 | – | – | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 | 129 | – | 3.130 | – | – | – |
| Cooperativa Órigo Geração de Energia Solar | – | 3.398 | – | 859 | – | – |
| Cooperativa Solar Geração Distribuída | – | 1 | – | 73 | – | – |
| | 116.010 | 8.147 | 163.969 | 1.734 | – | – |

c) Remuneração da Administração: A remuneração da Administração inclui benefícios de curto prazo, tais como salários, os encargos sociais, bônus e pagamentos baseados em ações (Notas 20 e 22.4), e totalizou R$12.562 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R$16.646 em 31 de dezembro de 2022).

**11. Impostos a Recuperar:**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|
| Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI | 2.831 | 3.113 | 2.831 | 3.113 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS | 14.014 | 9.295 | 14.034 | 9.308 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte a recuperar - IRR | 738 | 4.985 | 988 | 5.107 |
| Programa de Integração Social - PIS | 981 | 1.382 | 991 | 1.391 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 3.791 | 5.851 | 3.791 | 5.851 |
| Imposto sobre Serviços - ISS | 77 | 58 | 87 | 59 |
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 27 | 27 | 27 | 27 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ | 10.017 | 1.305 | 10.146 | 1.389 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL | 112 | 35 | 117 | 40 |
| | 32.588 | 26.051 | 33.012 | 26.285 |
| Circulante | 26.422 | 18.653 | 26.846 | 18.887 |
| Não circulante | 6.166 | 7.398 | 6.166 | 7.398 |
| | 32.588 | 26.051 | 33.012 | 26.285 |

A Companhia tem avaliado periodicamente a evolução dos créditos acumulados de impostos, objetivando o seu aproveitamento, e a Administração entende que os mesmos serão recuperados no curso normal dos negócios ao longo dos próximos anos.

**12. Outros Ativos:**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|
| Conexão Fazenda Solar (i) | 102.175 | 59.268 | 101.777 | 60.708 |
| Adiantamento a fornecedores | 1.932 | 2.369 | 5.989 | 4.280 |
| Adiantamento a funcionários | 540 | 601 | 540 | 601 |
| Provisão adiantamento fornecedores | (47) | (29) | (47) | (29) |
| Outras despesas a apropriar | 1.645 | 2.343 | 8.061 | 6.079 |
| Sinistro a receber (ii) | 618 | 618 | 618 | 618 |
| Provisão sinistro a receber | (618) | – | (618) | – |
| | 106.245 | 65.170 | 116.320 | 72.257 |

(i) Gastos incorridos para a conexão de fazendas solares junto às distribuidoras a serem ressarcidos. A Companhia incorre em custos na adequação de redes em subestações em nome das distribuidoras para conexão das fazendas solares, que são ressarcidos à Companhia. O prazo regulatório é de seis meses, havendo contratualmente incidência de multa e juros em caso de descumprimento. Esses gastos tiveram início em 2019, quando as primeiras fazendas solares foram conectadas e os ressarcimentos iniciaram em 2020. Em 30 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não há ressarcimentos em atraso em aberto. (ii) Sinistro referente a mercadoria de estoque, sem previsão para recebimento.

**13. Investimentos:** a) Saldos:

| Subsidiárias | Controladora 2023 | Controladora 2022 Reapresentado |
|---|---|---|
| João Pinheiro Solar Ltda. | 609 | (6.529) |
| Finco Assessoria Financeira Ltda. | 233 | 248 |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | 13.175 | 10.658 |
| Francisco de Sa II Geração de Energia Solar Ltda. | (3.218) | (15.678) |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | 5.808 | 8.500 |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | 13.042 | 11.887 |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | 23.733 | – |
| Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda. | (214) | (141) |
| Marimbondo Geração de Energia Solar 23 Ltda. | 641 | 326 |
| Six Energy Desenvolvimento de Negócios Ltda. | 1.168 | 2.230 |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | 8.461 | 8.223 |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | 2.363 | 1.260 |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | 5.751 | 4.643 |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | 10.216 | 9.925 |
| Jacaúna Geração de Energia 35 Ltda. | 94 | 107 |
| Parnamirim Geração de Energia 40 Ltda. | 198 | – |
| Campos Novos Geração de Energia 42 Ltda. | 1.653 | – |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | 991 | 2.488 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | 12.199 | 746 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 04 Ltda. | – | 687 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 05 Ltda. | – | 675 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 908 Ltda. | – | 1.203 |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | 3.502 | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | 1.220 | – |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 179 Ltda. | – | 132 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 525 Ltda. | – | 635 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 246 Ltda. | – | 545 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. | 11.671 | 554 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. | 10.572 | 1.319 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 439 Ltda. | – | 1.531 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 114 Ltda. | – | 1.479 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 981 Ltda. | – | 495 |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 007 Ltda. | 1.284 | 113 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 01 Ltda. | – | 917 |
| Crateus CE 636 Geração de Energia 465 Ltda. | 1.082 | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 516 Ltda. | – | 977 |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 Ltda. | – | 1.897 |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | 15.303 | 1.053 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 909 Ltda. | – | 565 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 910 Ltda. | – | 658 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | 10.662 | 421 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 979 Ltda. | – | 448 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 977 Ltda. | – | 475 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 982 Ltda. | – | 344 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 948 Ltda. | – | 375 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 03 Ltda. | – | 451 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 907 Ltda. | – | 1.407 |
| Garanhuns PE 415 Geração de Energia 600 Ltda. | 1.486 | – |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | 3.522 | – |
| Parnamirim PE 376 Geração de Energia 026 | 965 | – |
| Venturosa PE 665 Geração de Energia 916 | 752 | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. | 8.656 | – |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 495 Ltda. | 2.281 | 189 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 538 Ltda. | – | 130 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 804 Ltda. | – | 134 |
| Bom Conselho PE 454 Geração de Energia 471 Ltda. | 326 | – |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | 30.515 | – |
| Cassilândia MS 514 Geração de Energia 735 Ltda. | – | 141 |
| Deodápolis MS 595 Geração de Energia 761 Ltda. | – | – |
| Itaguaí RJ 749 Geração de Energia 605 Ltda. | 202 | – |
| Paranaíba MS 858 Geração de Energia 113 Ltda. | 116 | – |
| Ribas do Rio Pardo MS 511 Ger. de Energia 158 Ltda. | 230 | – |
| Santa Maria da Boa Vista PE 379 Ger. Energia 013 Ltda. | 566 | – |
| Santa Maria da Boa Vista PE 815 Ger. Energia 019 Ltda. | – | 141 |
| São Caetano PE 729 Geração de Energia 901 Ltda. | 115 | – |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 887 Ltda. | – | 137 |
| Garanhuns PE 423 Geração de Energia 107 Ltda. | 1.885 | – |
| Varjota CE 434 Geração de Energia 491 Ltda. | 835 | – |
| Ribas do Rio Pardo MS 519 Ger. de Energia 601 Ltda. | – | 140 |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 322 Ltda. | 258 | – |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 522 Ltda. | 268 | – |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 822 Ltda. | 192 | – |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 220 Ltda. | 342 | – |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 298 Ltda. | 362 | – |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 851 Ltda. | 336 | – |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 372 Ltda. | 265 | – |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 498 Ltda. | 329 | – |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 599 Ltda. | 237 | – |
| Cassilândia MS 1175 Geração de Energia 722 Ltda. | 100 | – |
| Fatima do Sul MS 1263 Geração de Energia 122 Ltda. | 119 | – |
| Fatima do Sul MS 1263 Geração de Energia 522 Ltda. | 261 | – |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 122 Ltda. | 140 | – |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 322 Ltda. | 114 | – |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 822 Ltda. | 1.341 | – |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | 3.702 | – |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 096 Ltda. | 1.337 | – |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 189 Ltda. | 226 | – |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 340 Ltda. | 213 | – |
| Órigo Serviços de Manutenção e Engenharia Ltda. | (198) | – |
| Januária MG 89 Geração de Energia 566 Ltda. | 3.691 | – |
| Araxá MG 273 Geração de Energia 446 Ltda. | (167) | – |
| Consórcio Inconfidentes (b) | (893) | (502) |
| Consórcio Tiradentes (b) | (6.755) | (6.147) |
| Consórcio Sagarana (b) | (3.030) | (2.530) |
| Consórcio Pampulha (b) | (4.291) | (3.684) |
| Consórcio Libertas (b) | (1.320) | (1.838) |
| Consórcio Tropeiros (b) | (1.946) | (2.320) |
| Consórcio Canastra (b) | (3.334) | (2.865) |
| Consórcio Chico Rei (b) | (1.001) | (961) |
| Consórcio Fenícia (b) | 18 | 175 |
| Consórcio Daltez (b) | (1) | (1) |
| Consórcio Órigo Energia Estrada Real (b) | (20) | (16) |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu I (b) | 904 | 611 |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu II (b) | 984 | 1.096 |
| Consórcio Órigo Energia Serra do Cipo (b) | 168 | 647 |
| Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD) (b) | (57.369) | (21.297) |
| Cooperativa Solar Geração Distribuída (CSGD) (b) | (1.753) | (5.534) |
| Outras SPE's (a) | 2.577 | 6.316 |
| | 141.057 | 20.411 |
| Provisão para perdas em subsidiárias | 85.510 | 92.393 |
| **Total Investimentos** | 226.567 | 112.804 |

(a) 630 empresas subsidiárias com valor de investimento até R$ 100. (b) Consórcios e Cooperativas, nos quais a controladora não possui participação acionária, contudo estão sendo apresentados como investimentos na Controladora de acordo com o CPC 43, parágrafo IN12, em função de sua exposição residual, e por serem consolidados de acordo com a norma CPC 36 (IFRS10).

b) Movimentação dos investimentos em subsidiárias: A movimentação dos investimentos, líquidos da provisão para perdas em subsidiárias, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue: Movimentação 2023:

| | Saldo em 2022 Reapresentado | Aumento/ Reservas de capital | Adiantamento p/futuro aumento de capital | Distribuição de dividendo | Resultado de equivalência patrimonial | Cessão e transferência de cotas/baixa | Saldo em 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| João Pinheiro Solar Ltda. | (5.157) | – | – | – | 5.766 | – | 609 |
| Finco Assessoria Financeira Ltda. | 248 | 2 | (2) | (15) | – | – | 233 |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | 10.658 | – | – | (853) | 3.370 | – | 13.175 |
| Francisco Sá II Geração de Energia Solar S.A. | (12.938) | – | – | – | 9.720 | – | (3.218) |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | 8.501 | 116 | (16) | – | (2.793) | – | 5.808 |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | 11.887 | – | – | (1.087) | 2.242 | – | 13.042 |
| São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. | 59 | 26.830 | (50) | – | (5.624) | 2.518 | 23.733 |
| Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda. | (141) | 517 | (8) | – | (582) | – | (214) |
| Marimbondo Geração de Energia Solar 23 Ltda. | 326 | 528 | 259 | – | (472) | – | 641 |
| Six Energy Desenvolvimento de Negócios Ltda. | 2.230 | 2.313 | (2.313) | – | (1.062) | – | 1.168 |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | 8.223 | 7.351 | (6.960) | – | (153) | – | 8.461 |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | 1.261 | 217 | 623 | – | 150 | 112 | 2.363 |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | 4.643 | 4.648 | (4.399) | – | 859 | – | 5.751 |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | 9.925 | 9.701 | (9.701) | – | 291 | – | 10.216 |
| Jacaúna Geração de Energia 35 Ltda. | 107 | 1.118 | (1.118) | – | (13) | – | 94 |
| Parnamirim Geração de Energia 40 Ltda. | 3 | 596 | (378) | – | (23) | – | 198 |
| Campos Novos Geração de Energia 42 Ltda. | 3 | 5 | 1.649 | – | (4) | – | 1.653 |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | 2.485 | 1.060 | (1.060) | – | (1.494) | – | 991 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | 746 | (1.917) | 4.036 | – | (1.484) | 10.818 | 12.199 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 04 Ltda. | 687 | 660 | 1.194 | – | 99 | (2.640) | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 05 Ltda. | 675 | 651 | 1.233 | – | 70 | (2.629) | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 908 Ltda. | 1.203 | 1.218 | 1.158 | – | (22) | (3.557) | – |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | – | 3.740 | 31 | – | (269) | – | 3.502 |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | – | 1.197 | 114 | – | (91) | – | 1.220 |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 179 Ltda. | 132 | 131 | (22) | – | (1) | (240) | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 525 Ltda. | 635 | 634 | 835 | – | 200 | (2.304) | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 246 Ltda. | 545 | 545 | 760 | – | 114 | (1.964) | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. | 554 | (999) | 6.147 | – | (61) | 6.030 | 11.671 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. | 1.319 | (1.166) | 4.177 | – | (1.934) | 8.176 | 10.572 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 439 Ltda. | 1.531 | 1.518 | 1.367 | – | (64) | (4.352) | – |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 114 Ltda. | 1.479 | 1.417 | 939 | – | (66) | (3.769) | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 981 Ltda. | 495 | 516 | 1.116 | – | – | (2.127) | – |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 007 Ltda. | 113 | 112 | 286 | – | (6) | 779 | 1.284 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 01 Ltda. | 917 | 896 | 1.158 | – | 110 | (3.081) | – |
| Crateus CE 636 Geração de Energia 465 Ltda. | 83 | 84 | 425 | – | (6) | 496 | 1.082 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 516 Ltda. | 977 | 958 | 1.177 | – | (41) | (3.071) | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 Ltda. | 1.946 | 1.900 | 655 | – | (173) | (4.328) | – |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | 1.053 | (6.365) | 2.411 | – | (2.188) | 20.392 | 15.303 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 909 Ltda. | 565 | 581 | 774 | – | 102 | (2.022) | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 910 Ltda. | 658 | 672 | 1.119 | – | (27) | (2.422) | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | 421 | 456 | 3.036 | – | (1.876) | 8.625 | 10.662 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 979 Ltda. | 448 | 463 | 976 | – | 1 | (1.888) | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 977 Ltda. | 475 | 490 | 1.352 | – | (35) | (2.282) | – |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 982 Ltda. | 344 | 361 | 1.594 | – | 25 | (2.324) | – |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 948 Ltda. | 375 | 374 | 818 | – | 195 | (1.762) | – |
| Flores PE Geração de Energia Solar 03 Ltda. | 451 | 431 | 1.456 | – | 130 | (2.468) | – |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 907 Ltda. | 1.407 | 1.374 | 1.642 | – | (38) | (4.385) | – |
| Garanhuns PE 415 Geração de Energia 600 Ltda. | – | 1 | 1.513 | – | (28) | – | 1.486 |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | – | 3.740 | 52 | – | (270) | – | 3.522 |
| Parnamirim PE 376 Geração de Energia 026 Ltda. | 73 | 72 | 687 | – | (15) | 148 | 965 |
| Venturosa PE 665 Geração de Energia 916 Ltda. | 77 | 76 | 454 | – | (30) | 175 | 752 |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 886 Ltda. | 78 | 77 | 7.513 | – | (543) | 1.531 | 8.656 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 495 Ltda. | 189 | 188 | 1.007 | – | (15) | 912 | 2.281 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 538 Ltda. | 130 | 129 | 30 | – | (1) | (288) | – |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 804 Ltda. | 133 | 132 | 29 | – | (1) | (293) | – |
| Bom Conselho PE 454 Geração de Energia 471 Ltda. | – | – | 335 | – | (9) | – | 326 |
| Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. | 80 | 24.237 | (79) | – | (5.495) | 11.772 | 30.515 |
| Cassilândia MS 514 Geração de Energia 735 Ltda. | 140 | 139 | 148 | – | (1) | (426) | – |
| Itaguaí RJ 749 Geração de Energia 605 Ltda. | – | 1 | 213 | – | (12) | – | 202 |
| Paranaíba MS 858 Geração de Energia 113 Ltda. | – | 1 | 116 | – | (1) | – | 116 |
| Ribas do Rio Pardo MS 511 Ger. Energia 158 Ltda. | 11 | 10 | 243 | – | (34) | – | 230 |
| Santa Maria da Boa Vista PE 379 Ger. Energia 013 Ltda. | 76 | 75 | 75 | – | (9) | 349 | 566 |
| Santa Maria da Boa Vista PE 815 Ger. Energia 019 Ltda. | 141 | 140 | (118) | – | (1) | (162) | (1) |
| São Caetano PE 729 Geração de Energia 901 Ltda. | – | 1 | 145 | – | (31) | – | 115 |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 887 Ltda. | 137 | 137 | 731 | – | 229 | (1.234) | – |
| Garanhuns PE 423 Geração de Energia 107 Ltda. | 68 | 68 | 1.262 | – | (29) | 516 | 1.885 |
| Varjota CE 434 Geração de Energia 491 Ltda. | 47 | 44 | 717 | – | (3) | 30 | 835 |
| Ribas do Rio Pardo MS 519 Ger. Energia 601 Ltda. | 140 | 139 | 273 | – | (2) | (550) | – |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 322 Ltda. | – | 1 | 259 | – | (2) | – | 258 |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 522 Ltda. | – | 1 | 268 | – | (1) | – | 268 |
| Água Clara MS 1138 Geração de Energia 822 Ltda. | – | 1 | 192 | – | (1) | – | 192 |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 220 Ltda. | – | 1 | 344 | – | (3) | – | 342 |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 298 Ltda. | – | 1 | 364 | – | (3) | – | 362 |
| Água Clara MS 516 Geração de Energia 851 Ltda. | – | 1 | 343 | – | (8) | – | 336 |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 372 Ltda. | – | 1 | 265 | – | (1) | – | 265 |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 498 Ltda. | – | 1 | 329 | – | (1) | – | 329 |
| Água Clara MS 517 Geração de Energia 599 Ltda. | – | 1 | 237 | – | (1) | – | 237 |
| Cassilândia MS 1175 Geração de Energia 722 Ltda. | – | 1 | 99 | – | – | – | 100 |
| Fatima do Sul MS 1263 Geração de Energia 122 Ltda. | – | 1 | 119 | – | (1) | – | 119 |
| Fatima do Sul MS 1263 Geração de Energia 522 Ltda. | – | 1 | 261 | – | (1) | – | 261 |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 122 Ltda. | – | 1 | 140 | – | (1) | – | 140 |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 322 Ltda. | – | 1 | 114 | – | (1) | – | 114 |
| Paranaíba MS 1103 Geração de Energia 822 Ltda. | – | 1 | 1.341 | – | (1) | – | 1.341 |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | – | 3.740 | 7 | – | (45) | – | 3.702 |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 096 Ltda. | – | 1 | 1.354 | – | (18) | – | 1.337 |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 189 Ltda. | – | 1 | 243 | – | (18) | – | 226 |
| Paranaíba MS 1356 Geração de Energia 340 Ltda. | – | 1 | 214 | – | (2) | – | 213 |
| Órigo Serviços de Manutenção e Engenharia Ltda. | – | 522 | – | – | (720) | – | (198) |
| Januária MG 89 Geração de Energia 566 Ltda. | – | 3.740 | 19 | – | (68) | – | 3.691 |
| Araxá MG 273 Geração de Energia 446 Ltda. | – | 1 | 253 | – | (421) | – | (167) |
| Consórcio Inconfidentes (b) | (502) | – | – | – | (391) | – | (893) |
| Consórcio Tiradentes (b) | (6.147) | – | – | – | (608) | – | (6.755) |
| Consórcio Sagarana (b) | (2.530) | – | – | – | (500) | – | (3.030) |
| Consórcio Pampulha (b) | (3.684) | – | – | – | (607) | – | (4.291) |
| Consórcio Libertas (b) | (1.838) | – | – | – | 518 | – | (1.320) |
| Consórcio Tropeiros (b) | (2.320) | – | – | – | 374 | – | (1.946) |
| Consórcio Canastra (b) | (2.865) | – | – | – | (469) | – | (3.334) |
| Consórcio Chico Rei (b) | (961) | – | – | – | (40) | – | (1.001) |
| Consórcio Fenícia (b) | 175 | – | – | – | (157) | – | 18 |
| Consórcio Daltez (b) | (1) | – | – | – | – | – | (1) |
| Consórcio Órigo Energia Estrada Real (b) | (16) | – | – | – | (4) | – | (20) |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu I (b) | 611 | – | – | – | 293 | – | 904 |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu II (b) | 1.096 | – | – | – | (112) | – | 984 |
| Consórcio Órigo Energia Serra do Cipó (b) | 647 | – | – | – | (479) | – | 168 |
| Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD) (b) | (21.297) | – | – | – | (36.072) | – | (57.369) |
| Cooperativa Solar Geração Distribuída (CSGD) (b) | (5.534) | – | – | – | 3.781 | – | (1.753) |
| Outras SPE's (a) | 1.498 | 3.130 | 19.825 | – | (3.231) | (18.645) | 2.577 |
| | 20.409 | 106.492 | 60.426 | (1.955) | (42.481) | (1.834) | 141.057 |
| Provisão para perdas em subsidiárias | 92.393 | – | – | – | (6.883) | – | 85.510 |
| | 112.802 | 106.492 | 60.426 | (1.955) | (49.364) | (1.834) | 226.567 |

(a) 630 empresas subsidiárias com valor de investimento até R$ 100. (b) Consórcios e Cooperativas, nos quais a controladora não possui participação acionária, contudo estão sendo apresentados como investimentos na Controladora de acordo com o CPC 43, parágrafo IN12, em função de sua exposição residual, e por serem consolidados de acordo com a norma CPC 36 (IFRS10). Em 2023 foram constituídas 393 SPEs subsidiárias em razão do plano de expansão da Companhia e que não tiveram aporte de capital pela Controladora durante o ano. Movimentação 2022:

| | Saldo em 2021 Reapresentado | Aumento/ Reservas de capital Reapresentado | Adiantamento p/ futuro aumento de capital Reapresentado | Distribuição de dividendo Reapresentado | Resultado de equivalência patrimonial Reapresentado | Cessão e transferência de cotas/baixa Reapresentado | Saldo em 2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| João Pinheiro Solar Ltda. | 3.677 | 21 | (21) | – | (10.206) | – | (6.529) |
| Finco Assessoria Financeira Ltda. | 228 | – | 4 | – | 16 | – | 248 |
| Sagarana Geração de Energia Solar Ltda. | 9.760 | – | – | – | 898 | – | 10.658 |
| Francisco Sá II Geração de Energia Solar S.A. | (5.105) | – | (412) | – | (10.161) | – | (15.678) |
| Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. | 11.036 | 16 | – | 26 | (3.291) | 713 | 8.500 |
| Manga I Geração de Energia Solar Ltda. | 13.155 | – | – | (2.412) | 1.144 | – | 11.887 |
| Capim Branco Geração de Energia Solar 15 Ltda. | 312 | 380 | 136 | – | (969) | – | (141) |
| Marimbondo Geração de Energia Solar 23 Ltda. | 80 | 68 | 460 | – | (282) | – | 326 |
| Six Energy desenvolvimento de Negócios Ltda. | 945 | 115 | 2.198 | – | (1.028) | – | 2.230 |
| Frutal Geração de Energia 27 Ltda. | 6 | 13 | 7.338 | – | 866 | – | 8.223 |
| Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. | 3.827 | 3.777 | (3.726) | – | (8.034) | 5.416 | 1.260 |
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | 23 | 129 | 4.519 | – | (28) | – | 4.643 |
| Ponte Alta Geração de Energia 34 Ltda. | 47 | 48 | 9.653 | – | 177 | – | 9.925 |
| Jacaúna Geração de Energia 35 Ltda. | 3 | 4 | 1.114 | – | (1.014) | – | 107 |
| Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. | 67 | 72 | 989 | – | 650 | 710 | 2.488 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 02 Ltda. | – | 1 | 720 | – | 25 | – | 746 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 04 Ltda. | – | 1 | 661 | – | 25 | – | 687 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 05 Ltda. | – | 1 | 651 | – | 23 | – | 675 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 908 Ltda. | – | 1 | 1.218 | – | (16) | – | 1.203 |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 179 Ltda. | – | 1 | 131 | – | – | – | 132 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 525 Ltda. | – | 1 | 634 | – | – | – | 635 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 246 Ltda. | – | 1 | 544 | – | – | – | 545 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 709 Ltda. | – | 1 | 553 | – | – | – | 554 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 921 Ltda. | – | 1 | 1.315 | – | 3 | – | 1.319 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 439 Ltda. | – | 1 | 1.517 | – | 13 | – | 1.531 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 114 Ltda. | – | 1 | 1.417 | – | 61 | – | 1.479 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 981 Ltda. | – | 1 | 516 | – | (22) | – | 495 |
| Trairi CE 721 Geração de Energia 007 Ltda. | – | 1 | 112 | – | – | – | 113 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 01 Ltda. | – | 1 | 896 | – | 20 | – | 917 |
| Solonópole CE 380 Geração de Energia 516 Ltda. | – | 1 | 958 | – | 18 | – | 977 |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 914 Ltda. | – | 1 | 1.900 | – | (4) | – | 1.897 |
| Petrolina PE 584 Geração de Energia 915 Ltda. | – | 1 | 1.061 | – | (9) | – | 1.053 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 909 Ltda. | – | 1 | 581 | – | (17) | – | 565 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 910 Ltda. | – | 1 | 671 | – | (14) | – | 658 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 976 Ltda. | – | 1 | 456 | – | (36) | – | 421 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 979 Ltda. | – | 1 | 463 | – | (16) | – | 448 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 977 Ltda. | – | 1 | 490 | – | (16) | – | 475 |
| Orocó PE 375 Geração de Energia 982 Ltda. | – | 1 | 361 | – | (18) | – | 344 |
| Santa Quitéria CE 297 Geração de Energia 948 Ltda. | – | 1 | 374 | – | – | – | 375 |
| Flores PE Geração de Energia Solar 03 Ltda. | – | 1 | 430 | – | 20 | – | 451 |
| Inajá PE 436 Geração de Energia 907 Ltda. | – | 1 | 1.374 | – | 32 | – | 1.407 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 495 Ltda. | – | 1 | 188 | – | – | – | 189 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 538 Ltda. | – | 1 | 129 | – | – | – | 130 |
| Morada Nova CE 699 Geração de Energia 804 Ltda. | – | 1 | 133 | – | – | – | 134 |
| Cassilândia MS 514 Geração de Energia 735 Ltda. | – | 1 | 140 | – | – | – | 141 |
| Santa Maria Da Boa Vista PE 815 Ger. Energia 019 Ltda. | – | 1 | 140 | – | – | – | 141 |
| Afrânio PE 598 Geração de Energia 887 Ltda. | – | 1 | 136 | – | – | – | 137 |
| Ribas do Rio Pardo MS 519 Ger. de Energia 601 Ltda. | – | 1 | 139 | – | – | – | 140 |
| Consórcio Inconfidentes (b) | (276) | – | – | – | (226) | – | (502) |
| Consórcio Tiradentes (b) | (3.322) | – | – | – | (2.825) | – | (6.147) |
| Consórcio Sagarana (b) | (1.921) | – | – | – | (609) | – | (2.530) |
| Consórcio Pampulha (b) | (1.627) | – | – | – | (2.057) | – | (3.684) |
| Consórcio Libertas (b) | (1.955) | – | – | – | 117 | – | (1.838) |
| Consórcio Tropeiros (b) | (1.596) | – | – | – | (724) | – | (2.320) |
| Consórcio Canastra (b) | (967) | – | – | – | (1.898) | – | (2.865) |
| Consórcio Chico Rei (b) | (270) | – | – | – | (691) | – | (961) |
| Consórcio Fenícia (b) | 153 | – | – | – | 22 | – | 175 |
| Consórcio Daltez (b) | (1) | – | – | – | – | – | (1) |
| Consórcio Órigo Energia Estrada Real (b) | – | – | – | – | (16) | – | (16) |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu I (b) | 398 | – | – | – | 213 | – | 611 |
| Consórcio Órigo Energia Igarassu II (b) | 602 | – | – | – | 494 | – | 1.096 |
| Consórcio Órigo Energia Serra do Cipó (b) | 498 | – | – | – | 149 | – | 647 |
| Cooperativa Órigo Geração Distribuída (COGD) (b) | (1.655) | – | – | – | (19.642) | – | (21.297) |
| Cooperativa Solar Geração Distribuída (CSGD) (b) | (791) | – | – | – | (4.743) | – | (5.534) |
| Outras SPE's (a) | 5.522 | 12.407 | 1.693 | – | 722 | (14.028) | 6.316 |
| | 30.853 | 17.083 | 44.954 | (2.386) | (62.904) | (7.189) | 20.411 |
| Provisão para perdas em subsidiárias | 19.486 | – | – | – | 72.907 | – | 92.393 |
| | 50.339 | 17.083 | 44.954 | (2.386) | 10.003 | (7.189) | 112.804 |

(a) 92 empresas subsidiárias com valor de investimento até R$ 100. (b) Consórcios e Cooperativas, nos quais a controladora não possui participação acionária, contudo estão sendo apresentados como investimentos na Controladora de acordo com o CPC 43, parágrafo IN12, em função de sua exposição residual, e por serem consolidados de acordo com a norma CPC 36 (IFRS10).

**14. Imobilizado: 14.1 Saldos:**

| | Taxa média anual de depreciação% | Controladora 2023 Custo | 2023 Depreciação acumulada | 2023 Líquido | 2022 Custo | 2022 Depreciação acumulada | 2022 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 10 | 424 | (203) | 221 | 424 | (163) | 261 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.478 | (423) | 1.055 | 1.113 | (287) | 826 |
| Ferramentas | 10 | 111 | (70) | 41 | 107 | (59) | 48 |
| Equipamentos de informática | 20 | 6.206 | (2.413) | 3.793 | 4.332 | (1.418) | 2.914 |
| Benfeitorias em propriedades de terceiros | 20 | 1.481 | (268) | 1.213 | 780 | (118) | 662 |
| Veículos | 20 | 54 | (54) | – | 54 | (54) | – |
| Equipamentos de comunicação | 20 | 43 | (28) | 15 | 34 | (24) | 10 |
| Instalações | 10 | 91 | (28) | 63 | 87 | (16) | 71 |
| Máq. e equip. locados - Fazenda Solar | 10 e 4 | 486 | (404) | 82 | 486 | (355) | 131 |
| Bens em uso/operação | | 10.374 | (3.891) | 6.483 | 7.417 | (2.494) | 4.923 |
| Usina em Construção - Fazenda Solar | | 4.220 | – | 4.220 | 23.930 | – | 23.930 |
| Adiantamento a fornecedor imobilizados - Fazenda Solar | | 28.243 | – | 28.243 | 5.282 | – | 5.282 |
| **Total** | | 42.837 | (3.891) | 38.946 | 36.629 | (2.494) | 34.135 |

continua →★

→★ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A.**

| | Taxa média anual de depreciação% | Consolidado 2023 Custo | 2023 Depreciação acumulada | 2023 Líquido | 2022 Custo | 2022 Depreciação acumulada | 2022 Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Máquinas e equipamentos | 10 | 451 | (204) | 247 | 424 | (163) | 261 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.497 | (424) | 1.073 | 1.113 | (287) | 826 |
| Ferramentas | 10 | 111 | (70) | 41 | 107 | (59) | 48 |
| Equipamentos de informática | 20 | 6.206 | (2.413) | 3.793 | 4.332 | (1.418) | 2.914 |
| Benfeitorias em propriedades de terceiros | 20 | 1.481 | (268) | 1.213 | 780 | (118) | 662 |
| Veículos | 20 | 54 | (54) | – | 54 | (54) | – |
| Equipamentos de comunicação | 20 | 43 | (28) | 15 | 34 | (24) | 10 |
| Instalações | 10 | 91 | (28) | 63 | 87 | (16) | 71 |
| Máq. e equipamentos - Fazenda Solar | 10 e 4 | 853.270 | (50.458) | 802.812 | 382.697 | (25.544) | 357.153 |
| Bens em uso/operação | | 863.204 | (53.947) | 809.257 | 389.628 | (27.683) | 361.945 |
| Usina em Construção - Fazenda Solar | | 202.059 | – | 202.059 | 328.034 | – | 328.034 |
| Adiantamento a fornecedor imobilizados - Fazenda Solar | | 46.325 | – | 46.325 | 36.733 | – | 36.733 |
| **Total** | | 1.111.588 | (53.947) | 1.057.641 | 754.395 | (27.683) | 726.712 |

**14.2 Movimentação do imobilizado:** A movimentação do imobilizado nos exercícios findos 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

**Controladora**

| | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Ferramentas | Equipamentos de informática | Benfeitorias em propriedade de terceiros | Veículos | Equipamentos de comunicação | Instalações | Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i) | Usina em Construção - Fazenda Solar | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 158 | 462 | 55 | 1.497 | 218 | – | 7 | 46 | 218 | 12.029 | 14.690 |
| Adições | 133 | 443 | 2 | 2.012 | 616 | – | 5 | 55 | – | 17.182 | 20.449 |
| Baixas líquidas | – | – | – | (10) | (107) | – | – | (19) | (38) | – | (174) |
| Depreciação | (30) | (79) | (10) | (585) | (65) | – | (2) | (10) | (49) | – | (830) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 261 | 826 | 47 | 2.914 | 662 | – | 10 | 72 | 131 | 29.211 | 34.135 |
| Adições | – | 413 | 4 | 1.881 | 701 | – | 9 | 4 | – | 29.178 | 32.190 |
| Baixas líquidas | – | (48) | – | (8) | – | – | – | – | – | (25.927) | (25.983) |
| Depreciação | (40) | (136) | (10) | (994) | (150) | – | (4) | (13) | (49) | – | (1.397) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 221 | 1.055 | 41 | 3.793 | 1.213 | – | 15 | 63 | 82 | 32.462 | 38.946 |

**Consolidado**

| | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Ferramentas | Equipamentos de informática | Benfeitorias em propriedade de terceiros | Veículos | Equipamentos de comunicação | Instalações | Máquinas e equip. Locados - Fazenda Solar (i) | Usina em Construção - Fazenda Solar | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 156 | 464 | 55 | 1.495 | 220 | 2 | 7 | 46 | 191.129 | 155.540 | 349.114 |
| Adições | 133 | 443 | 2 | 2.012 | 616 | – | 5 | 55 | 8.835 | 377.457 | 389.559 |
| Baixas líquidas | – | – | – | (10) | (107) | – | – | (19) | (4) | – | (140) |
| Depreciação | (30) | (79) | (10) | (585) | (65) | – | (2) | (9) | (11.040) | – | (11.821) |
| Transferências | – | – | – | – | – | – | – | – | 168.234 | (168.234) | – |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 259 | 828 | 47 | 2.912 | 664 | 2 | 10 | 74 | 357.154 | 364.763 | 726.712 |
| Adições | 27 | 432 | 4 | 1.881 | 701 | – | 9 | 4 | 898 | 357.293 | 361.249 |
| Baixas líquidas | – | (48) | – | (8) | – | – | – | – | (3.733) | (264) | (4.053) |
| Depreciação | (39) | (139) | (10) | (992) | (152) | (2) | (4) | (15) | (24.914) | – | (26.267) |
| Transferências | – | – | – | – | – | – | – | – | 473.407 | (473.407) | – |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 247 | 1.073 | 41 | 3.793 | 1.213 | – | 15 | 63 | 802.812 | 248.385 | 1.057.641 |

(i) Refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Companhia e suas subsidiárias, que são locados aos consórcios de geração de energia e que são depreciados de acordo com a vigência de cada contrato firmado. (ii) As adições em Usina em Construção - Fazenda Solar, referem-se principalmente aos custos incorridos com as construções em andamento de unidades de geração fotovoltaica (fazendas solares) nas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados R$12.834 de juros aos ativos em construção (R$17.023 em 31 de dezembro de 2022). A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização foi de 14% em 31 de dezembro de 2023 (24% em 31 dezembro de 2022). A totalidade das máquinas e equipamentos (fazenda solar) locados e em construção da Companhia e de suas controladas foram dados em garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, correspondendo a R$1.051.196 em 31 de dezembro de 2023 (R$721.919 em 31 de dezembro de 2022).

**15. Direito de Uso de Ativo e Passivo de Arrendamento:**

**Controladora**

| | Terrenos | Edifícios e benfeitorias | Veículos | Equip. informática | Total - Direito de Uso | Passivo de arrendamento |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | – | 615 | 247 | 14 | 876 | 971 |
| Adições | 1.128 | 2.491 | 440 | – | 4.059 | 4.059 |
| Depreciação | (16) | (650) | (283) | (4) | (953) | – |
| Baixas | – | – | – | (10) | (10) | (11) |
| Atualização | – | 93 | (77) | – | 16 | 105 |
| Juros | – | – | – | – | – | 603 |
| Pagamento - principal | – | – | – | – | – | (737) |
| Pagamento - juros | – | – | – | – | – | (709) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.112 | 2.549 | 327 | – | 3.988 | 4.281 |
| Circulante | | | | | | 1.738 |
| Não circulante | | | | | | 2.543 |
| | | | | | | 4.281 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.112 | 2.549 | 327 | – | 3.988 | 4.281 |
| Adições | – | 1.919 | 1.077 | – | 2.996 | 2.996 |
| Depreciação | (38) | (1.394) | (426) | – | (1.858) | – |
| Baixas | – | (151) | (11) | – | (162) | (207) |
| Atualização | – | 464 | (42) | – | 422 | 435 |
| Juros | – | – | – | – | – | 1.035 |
| Pagamento - principal | – | – | – | – | – | (1.577) |
| Pagamento - juros | – | – | – | – | – | (1.034) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 1.074 | 3.387 | 925 | – | 5.386 | 5.929 |
| Circulante | | | | | | 2.398 |
| Não circulante | | | | | | 3.531 |
| | | | | | | 5.929 |

**Consolidado**

| | Terrenos | Fazenda Solar | Edifícios e benfeitorias | Veículos | Equip. informática | Total - Direito de Uso | Passivo de arrendamento |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) | 31.200 | 179.351 | 666 | 248 | 14 | 211.479 | 219.009 |
| Adições | 22.590 | 60.735 | 2.491 | 440 | – | 86.256 | 86.277 |
| Depreciação | (1.510) | (10.474) | (657) | (283) | (4) | (12.928) | – |
| Baixas | (6.871) | – | – | – | (10) | (6.881) | (7.678) |
| Atualização | 1.294 | – | 94 | (77) | – | 1.311 | 2.631 |
| Juros | – | – | – | – | – | – | 48.466 |
| Pagamento - principal | – | – | – | – | – | – | (8.425) |
| Pagamento - juros | – | – | – | – | – | – | (45.417) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | 46.703 | 229.612 | 2.594 | 328 | – | 279.237 | 294.863 |
| Circulante | | | | | | | 79.186 |
| Não circulante | | | | | | | 215.677 |
| | | | | | | | 294.863 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado) | 46.703 | 229.612 | 2.594 | 328 | – | 279.237 | 294.863 |
| Adições | 20.092 | 144.766 | 1.919 | 1.077 | – | 167.854 | 166.901 |
| Depreciação | (2.183) | (14.758) | (1.401) | (426) | – | (18.768) | – |
| Baixas | – | – | (151) | (11) | – | (162) | (207) |
| Atualização | 12.739 | – | 464 | (43) | – | 13.160 | 14.050 |
| Juros | – | – | – | – | – | – | 67.977 |
| Pagamento - principal | – | – | – | – | – | – | (12.600) |
| Pagamento - juros | – | – | – | – | – | – | (67.977) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 77.351 | 359.620 | 3.425 | 925 | – | 441.321 | 463.007 |
| Circulante | | | | | | | 90.132 |
| Não circulante | | | | | | | 372.875 |
| | | | | | | | 463.007 |

Taxa incremental sobre empréstimo: Abaixo demonstram-se as taxas nominais e correspondentes taxas reais para cada vencimento:

| Prazos dos contratos | Consolidado 2023 Taxa nominal % a.a. | 2023 Taxa real % a.a. | 2022 Taxa nominal % a.a. | 2022 Taxa real % a.a. |
|---|---|---|---|---|
| 2 anos | 15,55% | 12,40% | 20,26% | 15,06% |
| 3 anos | 15,66% | 11,96% | 21,17% | 16,06% |
| 4 anos | 15,87% | 11,66% | 21,78% | 16,64% |
| 5 anos | 16,04% | 11,60% | 22,15% | 17,08% |
| 6 anos | 16,15% | 11,71% | 22,49% | 17,45% |
| 7 anos | 16,25% | 11,79% | 22,76% | 17,72% |
| 8 anos | 16,26% | 11,72% | 23,00% | 17,93% |
| 9 anos | 16,34% | 11,71% | 23,21% | 18,08% |
| 10 anos | 16,36% | 11,62% | 23,38% | 18,20% |
| 11 a 15 anos | 16,40% | 11,31% | 23,65% | 18,47% |
| Acima de 15 anos | 16,40% | 11,27% | 23,76% | 18,58% |

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos. Valores reconhecidos no resultado: Em 31 de dezembro de 2023, os valores reconhecidos no resultado referentes a pagamentos variáveis, de curto prazo ou contratos de baixo valor, não incluídos no passivo de arrendamento, foram de R$171.060 (R$85.227 em 31 de dezembro de 2022). Créditos de PIS/COFINS: A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS sobre determinados contratos de arrendamento, na ocorrência de seus pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023, o potencial crédito de PIS/COFINS sobre o fluxo de pagamento bruto é de R$242 na controladora (R$134 em 31 de dezembro de 2022). **16. Despesa Antecipada:** Refere-se a gastos de comissões incorridos para aquisição de contratos de clientes, conforme CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

| | Controladora Comissão em andamento |
|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | – |
| Adições | 3.366 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 3.366 |
| Adições | 18.997 |
| Transferências | (22.363) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | – |
| Taxa de amortização % | 20 |

**Consolidado**

| | Set Up - Fazenda Solar | Comissão em andamento | Comissão (i) | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 21.598 | – | – | 21.598 |
| Adições | – | 3.366 | 12.045 | 15.411 |
| Baixas | (21.598) | – | – | (21.598) |
| Amortização | – | – | (3.981) | (3.981) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | – | 3.366 | 8.064 | 11.430 |
| Adições | – | 20.013 | – | 20.013 |
| Transferências | – | (22.363) | 22.363 | – |
| Amortização | – | – | (5.267) | (5.267) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | – | 1.016 | 25.160 | 26.176 |
| Taxa de amortização % | 20 | 20 | 20 | |

(i) A Companhia centraliza os gastos de comissão na Controladora e posteriormente repassa estes gastos para as subsidiárias onde é feito o processo de amortização.

**17. Intangível:**

| | Nota | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Ágio (i) | 22.3 | – | 504 | 828 | 1.332 |
| Software | | 9.002 | 3.407 | 9.002 | 3.407 |
| Outros | | 1.500 | 25 | 1.749 | 25 |
| | | 10.502 | 3.936 | 11.579 | 4.764 |

(i) A Companhia manteve a aquisição pelo método antigo e optou pela continuidade da amortização do ágio na adoção inicial dos CPCs/IFRS. Em 2023, a Companhia alterou as tratativas para este ágio e todo saldo residual da controladora foi baixado. A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é demonstrada a seguir:

**Controladora**

| | Ágio | Software | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 724 | 3.010 | 35 | 3.769 |
| Adições | – | 1.021 | – | 1.021 |
| Amortização | (220) | (624) | (10) | (854) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 504 | 3.407 | 25 | 3.936 |
| Adições | – | 135 | 7.969 | 8.104 |
| Baixas | (340) | – | (25) | (365) |
| Transferências | – | 6.469 | (6.469) | – |
| Amortização | (164) | (1.009) | – | (1.173) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | – | 9.002 | 1.500 | 10.502 |
| Taxa de amortização % | 10 | 20 | 20 | |

**Consolidado**

| | Ágio | Software | Outros | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 1.551 | 3.010 | 35 | 4.596 |
| Adições | – | 1.022 | – | 1.022 |
| Amortização | (220) | (624) | (10) | (854) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 1.331 | 3.408 | 25 | 4.764 |
| Adições | – | 135 | 8.219 | 8.354 |
| Baixas | (340) | – | (26) | (366) |
| Transferências | – | 6.469 | (6.469) | – |
| Amortização | (164) | (1.009) | – | (1.173) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 827 | 9.003 | 1.749 | 11.579 |
| Taxa de amortização % | 10 | 20 | 20 | |

**18 Empréstimos e Financiamentos: 18.1 Saldos:**

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | 133.180 | 5.425 | 312.351 | 35.299 |
| Green FIDC Solar GD (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar) - FIDC | – | – | 373.202 | 371.899 |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI | – | – | 412.486 | 306.752 |
| | 133.180 | 5.425 | 1.098.039 | 713.950 |
| (–) Custos de transação a apropriar | (1.441) | (74) | (28.721) | (8.074) |
| (–) Valores Retidos (Securitizadora) | – | – | (18.110) | (12.985) |
| (–) *Tranches* | – | – | (1.748) | (129.608) |
| (–) Ajuste de consolidação (i) | – | – | (25.443) | – |
| (–) Pagamento antecipado financiamento (ii) | – | – | (1.384) | – |
| | 131.739 | 5.351 | 1.024.017 | 563.283 |
| Circulante | 128.822 | 625 | 193.114 | 42.598 |
| Não circulante | 2.917 | 4.726 | 829.519 | 520.685 |
| | 131.739 | 5.351 | 1.022.633 | 563.283 |

(i) Refere-se ao efeito líquido da eliminação no consolidado da subsidiária Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. no qual a Companhia detém a totalidade das cotas subordinadas do fundo de investimento Green FIDC Solar GD II no valor de R$41.584 e as cotas que o fundo de investimento detém no valor R$ 16.141, vide nota 6. (ii) Refere-se ao efeito caixa do pagamento de juros ocorrido em dez/23, porém, devido somente em jan/24 referente a subsidiária Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. **18.2 Movimentação:** Controladora - 2023:

| Modalidade | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2022 | Captações | Provisão dos juros | Pagamento dos juros | Pagamento de principal | Variação cambial | 2023 | Circulante | Não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CCB | 11,75% a.a. (base 252) | BRL | dez/24 | 5.425 | – | 577 | (583) | (600) | – | 4.819 | 4.819 | – |
| CCB | CDI + 5,76% a.a. (base 360) | BRL | fev/26 | – | 5.000 | 325 | (312) | – | – | 5.013 | 2.097 | – |
| CCB | CDI + 6,16% a.a. (base 360) | BRL | ago/24 | – | 3.000 | 203 | (176) | – | – | 3.026 | 3.026 | – |
| CCB | CDI + 5,276 a.a. (base 360) | BRL | set/23 | – | 30.000 | 944 | (944) | (30.000) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 5,276 a.a. (base 360) | BRL | jan/24 | – | 30.000 | 890 | (786) | (12.000) | – | 18.103 | 18.103 | – |
| 4131 | EUR + 5,2962% | EUR | mar/24 | – | 101.357 | 270 | – | – | 590 | 102.217 | 102.217 | – |
| | | | | 5.425 | 169.357 | 3.209 | (2.801) | (42.600) | 590 | 133.180 | 130.262 | – |

Controladora - 2022:

| Modalidade | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2021 | Captações | Provisão dos juros | Pagamento dos juros | Pagamento de principal | Variação cambial | 2022 | Circulante | Não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CCB | CDI + 4,80% a.a. | BRL | jan/23 | 40.037 | – | 1.035 | (1.072) | (40.000) | – | – | – | – |
| FRN | CDI + 4,24% a.a. | USD | ago/22 | 3.553 | – | 15 | (16) | (3.551) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 4,50% a.a. | BRL | ago/22 | 9.666 | – | 625 | (1.217) | (9.074) | – | – | – | – |
| NC | CDI + 4,95% a.a. | BRL | jan/23 | 177.574 | – | 5.051 | (5.625) | (177.000) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 6,54% a.a. | BRL | out/23 | 4.951 | – | 348 | (410) | (4.889) | – | – | – | – |
| CCB | 11,75% a.a. | BRL | dez/24 | 6.028 | – | 645 | (648) | (600) | – | 5.425 | 625 | – |
| CCB | CDI + 6,73% a.a. | BRL | fev/25 | 7.612 | – | 712 | (724) | (7.600) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 8,47% a.a. | BRL | jun/24 | 3.407 | – | 284 | (315) | (3.377) | – | – | – | – |
| | | | | 252.828 | – | 8.715 | (10.027) | (246.091) | – | 5.425 | 625 | – |

Consolidado - 2023:

| Modalidade | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2022 | Captações | Provisão dos juros | Pagamento dos juros | Pagamento de principal | Variação cambial | 2023 | Circulante | Não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CCB | 11,75% a.a. (base 252) | BRL | dez/24 | 5.425 | – | 577 | (583) | (600) | – | 4.819 | 4.819 | – |
| CRI I | IPCA + 10% a.a. (base 252) | BRL | fev/36 | 87.969 | – | 10.867 | (7.961) | (6.072) | – | 84.803 | 6.812 | – |
| CCB - *Project Finance* | IPCA + 1,54% a.a. (base 360) | BRL | dez/33 | 17.664 | – | 1.016 | (1.067) | (1.471) | – | 16.142 | 1.901 | – |
| FIDC I | IPCA + 11,00% a.a. (base 252) | BRL | mar/31 | 213.047 | – | 30.618 | (38.012) | – | – | 205.653 | 26.190 | – |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,50% a.a. (base 252) | BRL | nov/29 | 12.210 | – | 2.058 | (2.035) | (1.750) | – | 10.483 | 1.879 | – |
| CRI II | IPCA + 10,744% a.a. (base 252) | BRL | abr/37 | 75.720 | – | 10.067 | (7.457) | (2.835) | – | 75.495 | 6.066 | – |
| FIDC II | IPCA + 11% a.a. (base 252) | BRL | mai/35 | 158.852 | – | 25.989 | (17.292) | – | – | 167.549 | 24.639 | – |
| CRI III | IPCA + 10% a.a. (base 252) | BRL | jun/42 | 143.063 | – | 18.843 | (13.569) | (5.408) | – | 142.929 | 6.473 | – |
| CCB | CDI + 5,76% a.a. (base 360) | BRL | fev/26 | – | 5.000 | 325 | (312) | – | – | 5.013 | 2.096 | – |
| CCB | CDI + 6,16% a.a. (base 360) | BRL | ago/24 | – | 3.000 | 203 | (176) | – | – | 3.027 | 3.027 | – |
| CRI IV | IPCA + 9% a.a. (base 252) | BRL | ago/35 | – | 107.494 | 4.321 | (2.557) | – | – | 109.258 | 752 | – |
| CCB | CDI + 5,276 a.a. (base 360) | BRL | set/23 | – | 30.000 | 944 | (944) | (30.000) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 5,276 a.a. (base 360) | BRL | jan/24 | – | 30.000 | 890 | (786) | (12.000) | – | 18.104 | 18.104 | – |
| 4131 | EUR + 5,2962% | EUR | mar/24 | – | 101.357 | 270 | – | – | 591 | 102.218 | 102.218 | – |
| Project Finance | TERM SOFR + 5,75% (base 360) | USD | ago/35 | – | 92.435 | 1.486 | (694) | – | (449) | 92.778 | 793 | – |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,25% a.a. (base 252) | BRL | jan/36 | – | 11.216 | 22 | – | – | – | 11.238 | 22 | – |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,25% a.a. (base 252) | BRL | jan/36 | – | 11.216 | 14 | – | – | – | 11.230 | 14 | – |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,25% a.a. (base 252) | BRL | jan/36 | – | 3.589 | 5 | – | – | – | 3.594 | 5 | 3.589 |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,25% a.a. (base 252) | BRL | jan/36 | – | 11.216 | 22 | – | – | – | 11.238 | 22 | 11.216 |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,25% a.a. (base 252) | BRL | jan/36 | – | 11.216 | 14 | – | – | – | 11.230 | 14 | 11.216 |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,25% a.a. (base 252) | BRL | jan/36 | – | 11.216 | 22 | – | – | – | 11.238 | 22 | 11.216 |
| | | | | 713.950 | 428.955 | 108.573 | (93.445) | (60.136) | 142 | 1.098.039 | 205.868 | 37.239 |

Consolidado - 2022:

| Modalidade | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2021 | Captações | Provisão dos juros | Pagamento dos juros | Pagamento de principal | Variação cambial | 2022 | Circulante | Não circulante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CCB | CDI + 4,80% a.a. | BRL | jan/23 | 40.037 | – | 1.035 | (1.072) | (40.000) | – | – | – | – |
| FRN | CDI + 4,24% a.a. | USD | ago/22 | 3.552 | – | 15 | (16) | (3.551) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 4,50% a.a. | BRL | ago/22 | 9.666 | – | 625 | (1.217) | (9.074) | – | – | – | – |
| NC | CDI + 4,95% a.a. | BRL | jan/23 | 177.574 | – | 5.051 | (5.625) | (177.000) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 6,54% a.a. | BRL | out/23 | 4.951 | – | 348 | (410) | (4.889) | – | – | – | – |
| CCB | 11,75% a.a. (base 252) | BRL | dez/24 | 6.028 | – | 645 | (648) | (600) | – | 5.425 | 626 | 4.800 |
| CCB | CDI + 6,73% a.a. | BRL | fev/25 | 7.612 | – | 712 | (724) | (7.600) | – | – | – | – |
| CCB | CDI + 8,47% a.a. | BRL | jun/24 | 3.407 | – | 284 | (314) | (3.377) | – | – | – | – |
| CRI I | IPCA + 10% - 15,58% a.a. | BRL | mar/36 | 80.156 | – | 16.776 | (7.552) | (1.411) | – | 87.969 | 9.524 | 78.445 |
| CCB - *Project Finance* | IPCA + 1,54% a.a. | BRL | dez/33 | 19.361 | – | 1.366 | (1.636) | (1.427) | – | 17.664 | 1.896 | 15.768 |
| FIDC I | IPCA + 11% a.a. | BRL | mar/31 | 204.312 | – | 36.043 | (27.308) | – | – | 213.047 | 33.584 | 179.463 |
| CCB | CDI + 6,00% a.a. | BRL | jun/29 | 14.161 | – | 1.085 | (1.184) | (14.062) | – | – | – | - |
| CCB - *Project Finance* | SELIC + 5,50% a.a. | BRL | nov/29 | 13.951 | – | 2.236 | (2.228) | (1.749) | – | 12.210 | 1.856 | 10.354 |
| CRI II | IPCA + 10,7144% a.a. | BRL | abr/37 | – | 75.000 | 8.287 | (4.514) | (3.053) | – | 75.720 | 5.169 | 70.551 |
| FIDC II | IPCA + 11% a.a. | BRL | mai/30 | – | 151.127 | 8.145 | (420) | – | – | 158.852 | 23.429 | 135.423 |
| CRI III | IPCA + 10% a.a. | BRL | jun/34 | – | 145.152 | 3.777 | (3.760) | (2.107) | – | 143.063 | 5.325 | 137.739 |
| | | | | 584.768 | 371.280 | 86.430 | (58.628) | (269.900) | – | 713.950 | 81.408 | 632.543 |

**18.3 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI:** João Pinheiro Solar Ltda.: Em fevereiro de 2021, a subsidiária João Pinheiro Solar Ltda. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), no montante de R$80.083 com distribuição pública, dos quais R$64.067 de CRI Seniores e R$16.017 de CRI Subordinado, nos termos da Instrução CVM 60 e Instrução CVM 160, com vencimento em 28 de março de 2031 e 28 de março de 2036, respectivamente. A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 10%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 88,9% dos aluguéis a receber pela Empresa. O instrumento de CRI é composto por certificados de recebíveis imobiliários Seniores e Subordinados, tendo estes últimos sido adquiridos pela Empresa, conforme Nota 6. Os recursos foram integralmente transferidos para a Empresa, com exceção de valores retidos, conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2023 para garantia de pagamento de juros, principal e despesas durante a vigência do contrato, o valor retido apresentava o montante de R$5.139. Este saldo está sendo apresentado como redutor do valor total da dívida de R$84.803. Melgaço Geração de Energia 31 Ltda.: Em março de 2022, a subsidiária Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Empresa enquanto cedente dos créditos imobiliários, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica com correspondente consórcio ou cooperativa, ("Contrato de Locação"), no montante de R$75.000, com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 60 e Instrução CVM 160, com vencimento em 04 de março de 2037. O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, e alienação fiduciária de equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória pela Controladora. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento ocorreram em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pela Companhia. A subscrição, integralização e liberação, ocorreu em uma única parcela no valor bruto de R$75.000. A taxa de juros fixa remuneratória inicial do CRI equivale a 11%, utilizada para descontar a valor presente o fluxo futuro de créditos imobiliários cedidos, e taxa de juros fixa remuneratória final equivalente a 10% acrescidos, respectivamente, de atualização monetária do IPCA. Em observância aos termos e condições descritos nos documentos da emissão do CRI, a redução da taxa de juros fixa remuneratória ocorre mediante ao atendimento das condições de conclusão de cada uma das fazendas solares financiadas por meio do CRI. Em 31 dezembro de 2023, a taxa de juros fixa remuneratória era de 10,7144% (10,7144% em 31 de dezembro de 2022). Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 70% dos aluguéis a receber pela Companhia. Os recursos foram integralmente transferidos para a Empresa, com exceção de valores retidos, conforme estabelecido em contrato. Em 31 de dezembro de 2023, para garantia de pagamento de juros, principal e despesas durante a vigência do contrato, o valor retido apresentava o montante de R$4.858. Este saldo está sendo apresentado como redutor do valor total da dívida de R$75.495. Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda.: Em julho de 2022, a subsidiária Monte Carmelo Geração de Energia 44 Ltda. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Empresa enquanto cedente dos créditos imobiliários, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica com correspondente consórcio ou cooperativa, no montante de R$145.152 dos quais R$116.122 de CRI Seniores e R$29.030 de CRI Subordinado, com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 60 e Instrução CVM 160, com vencimento em 30 de junho de 2034 e 30 de junho de 2042, respectivamente. A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 10%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 80% dos aluguéis a receber pela Companhia. O instrumento de CRI é composto por certificados de recebíveis imobiliários Seniores e Subordinados, tendo estes últimos sido adquiridos pela Empresa, conforme Nota 6. Este instrumento foi emitido para financiamento das fazendas solares, possuindo enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de quotas, e alienação fiduciária de equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória prestada pela controladora EBES Sistemas de Energia. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento seguem um cronograma físico financeiro. O valor acumulado liberado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$85.127 (R$30.995 em 31 de dezembro de 2022), em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pré-estabelecidos, os quais estão relacionados ao cronograma físico de conclusão das instalações e conexões das usinas fotovoltaicas atreladas aos créditos imobiliários cedidos. Em 31 de dezembro de 2023 para garantia de pagamento de juros, principal e despesas durante a vigência do contrato, o valor retido apresentava o montante de R$5.328. Este saldo está sendo apresentado como redutor do valor total da dívida de R$142.929. São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda.: Em agosto de 2023, a subsidiária São Francisco III Geração de Energia Solar Ltda. realizou sua 1ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Empresa enquanto cedente dos créditos imobiliários, tendo como referência os contratos de locação de cada unidade fotovoltaica com correspondente consórcio ou cooperativa, ("Contrato de Locação"), no montante de R$107.494, com distribuição pública nos termos da Instrução CVM 60 e Instrução CVM 160, com vencimento em 06 de agosto de 2035. O instrumento de CRI, emitido para financiamento das fazendas solares, possui enquanto garantia alienação de direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas, alienação fiduciária de equipamentos, cessão fiduciária de recebíveis, além de garantia de natureza fidejussória pela Controladora. As subscrições, integralizações e liberações dos recursos do instrumento ocorreram em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pela Companhia. A subscrição, integralização e liberação, ocorreram em diversas parcelas, sendo as liberações condicionadas à conclusão de protocolo ou registro de documentos da emissão em cartórios. A taxa de juros fixa remuneratória do CRI equivale a 9%, acrescida de atualização monetária do IPCA. Como lastro da operação de cessão dos créditos, foi considerado o percentual de 70% dos aluguéis a receber pela Companhia. O valor integralizado com o deságio foi de R$100.001, e, após a dedução de despesas e constituição do Fundos de Despesas e do Fundo de Liquidez, o montante liberado foi de R$85.022. Em 31 de dezembro de 2023 para garantia de pagamento de juros, principal e despesas durante a vigência do contrato, o valor retido apresentava o montante de R$2.785. Este saldo está sendo apresentado como redutor do valor total da dívida de R$109.258. **18.4 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar FIDCs:** Janaúba II Geração de Energia Solar S.A.: Em maio de 2022, a subsidiária Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. celebrou Instrumento para desconto de recebíveis futuros através do Green FIDC Solar II - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar (FIDC), constituído sob a forma de condomínio fechado, no montante total de R$151.127 com prazo de duração de 12 (doze) anos, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 175 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Ressaltamos que, uma vez que a operação foi lastreada por meio de recebíveis futuros, a cessão de recebíveis efetivada pelo Instrumento não foi classificada como *"True Sales"* (venda perfeita e acabada), e, portanto, não houve impacto no saldo de contas a receber. O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a subsidiária da Companhia, Janaúba II Geração de Energia S.A., detêm a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R$41.584 em 31 de dezembro de 2023 (R$36.805 em 31 de dezembro de 2022), e estão registradas como títulos e valores mobiliários, conforme Nota 6. Em 2023 as cotas subordinadas foram eliminadas no consolidado, constando a posição de investimento do Fundo FIDC no valor de R$16.141. Em caso de default nas operações de locação acima mencionadas, as primeiras perdas serão assumidas por ordem de índices de subordinação, sendo as primeiras perdas assumidas pelos cotistas subordinados. Não havendo default, Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. recebe os recursos aportados atualizados monetariamente conforme regulamento e documentos acessórios. O valor liberado até 31 de dezembro de 2023 foi de R$107.486, sendo que o valor restante, no montante de R$1.748, (indicados como "tranches"), será liberado em observância aos prazos, termos e condições descritos nos documentos da operação pré-estabelecidos, os quais estão relacionados ao cronograma físico de conclusão das instalações e conexões das usinas fotovoltaicas atreladas aos créditos imobiliários cedidos. Este saldo está sendo apresentado como redutor do valor total da dívida de R$167.549. Francisco Sá II Geração de Energia S.A.: Em 2021, foi constituído o fundo Green FIDC SOLAR GD - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar ("Green FIDC"). Trata-se de um fundo de investimento em direitos creditórios, originados a partir de contratos de locação de longo prazo de UFVs (Usinas Fotovoltaicas) da subsidiária Francisco Sá II Geração de Energia S.A., celebrados com consórcios ou cooperativas, constituído sob a forma de condomínio fechado, no montante total R$182.498 com prazo de duração de 12 (doze) anos, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 175 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Ressaltamos que, uma vez que a operação foi lastreada por meio de recebíveis futuros, a cessão de recebíveis efetivada pelo Instrumento não foi classificada como "True Sales" (venda perfeita e acabada), e, portanto, não houve impacto no saldo de contas a receber. O objetivo do fundo é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas, por meio da aplicação dos recursos do fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos de projetos de operações de locação de fazendas solares. O fundo é composto por cotistas seniores, mezanino e subordinados, sendo que a subsidiária da Companhia, Francisco Sá II Geração de Energia S.A., detêm a totalidade das cotas subordinadas, que totalizam R$27.117 em 31 de dezembro de 2023 (R$27.780 em 31 de dezembro de 2022), e estão registradas como títulos e valores mobiliários, conforme Nota 6. Em caso de default nas operações de locação acima mencionadas, as primeiras perdas serão assumidas por ordem de índices de subordinação, sendo as primeiras perdas assumidas pelos cotistas subordinados. Não havendo default, Francisco Sá II Geração de Energia S.A. recebe os recursos aportados atualizados monetariamente conforme regulamento e documentos acessórios. **18.5 *Project Finance:*** Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda.: Em agosto de 2023, a subsidiária Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda. celebrou financiamento de fazendas solares, com vencimento em 2035 no valor de USD 19.000, equivalente a aproximadamente R$92.435, com taxa de juros remuneratórios de SOFR 1M + 5,75% a.a. com liquidações mensais de juros a partir de 2023 e liquidações mensais de principal a partir de 2025. Em adição ao financiamento, a mesma realizou a contratação de um swap com vencimento em fevereiro de 2025, com o objetivo de mitigar o risco de variação cambial ou indexadores de juros. O financiamento possui enquanto garantia alienação fiduciária de cotas, e alienação fiduciária de equipamentos, cessão fiduciária de direitos creditórios além de garantia de natureza fidejussória da Empresa ou de sua Controladora. O financiamento tem como objetivo prover recursos para construção das usinas de geração fotovoltaica com capacidade total de 25,8MWp no estado de Mato Grosso do Sul. **18.6 *CCB - Project Finance:*** As subsidiárias relacionadas abaixo, celebraram financiamento de fazenda solar, com vencimento em 2036 e com taxa de juros remuneratórios de SELIC + 5,25% a.a. com liquidações trimestrais de juros a partir de 2024 e liquidações mensais de principal e juros a partir de 2026. O financiamento possui enquanto garantia, durante a fase operacional, fiança bancária ou cessão fiduciária de aplicação financeira, propriedade fiduciária de equipamentos, cessão fiduciária de recebíveis, alienação fiduciária de quotas, além de garantia de natureza fidejussória da Empresa ou de sua Controladora. O financiamento tem como objetivo prover recursos para construção das usinas de geração fotovoltaica no estado de Minas Gerais.

| Nome da Subsidiária | Capacidade | Valor |
|---|---|---|
| Santa Martha Geração de Energia 29 Ltda. | 3,4MWp | 11.215 |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 374 Ltda. | 3,4MWp | 11.215 |
| Jesuânia MG 1123 Geração de Energia 622 Ltda. | 1,1MWp | 3.589 |
| Lavras MG 1182 Geração de Energia 144 Ltda. | 3,4MWp | 11.215 |
| Pouso Alegre MG 1283 Geração de Energia 433 Ltda. | 3,4MWp | 11.215 |
| Januária MG 89 Geração de Energia 566 Ltda. | 3,4MWp | 11.215 |
| | 18,1MWp | 59.664 |

**18.7 Captação de recursos EBES Sistemas de Energia S.A.:** Em dezembro de 2023, a Companhia realizou uma captação de recursos financeiros, com vencimento em 2024, no valor de EUR 19.050, equivalente a aproximadamente R$101.357 em reais, com taxa de juros remuneratórios de EUR + 5,2962%. A empresa realizou a contratação de um swap com o objetivo de mitigar o risco de variação cambial ou indexadores de juros. Os recursos obtidos pela Companhia, por meio de celebração de Contrato de Empréstimo Internacional, foram integralmente utilizados para reforço e adequação dos níveis de liquidez disponíveis à Companhia, bem como para fins corporativos diversos, tendo sido integralmente pré-pago em fevereiro de 2024. **18.8 Cronograma de liquidação:** O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos do não circulante está demonstrado abaixo:

| Vencimento | Controladora | Consolidado |
|---|---|---|
| 2025 | 2.500 | 78.698 |
| 2026 | 417 | 85.915 |
| 2027 | – | 88.779 |
| 2028 | – | 92.182 |
| 2029 | – | 95.827 |
| 2030 | – | 98.387 |
| 2031 | – | 72.678 |
| 2032 | – | 66.402 |
| 2033 | – | 70.542 |
| 2034 | – | 65.999 |
| 2035 | – | 42.934 |
| 2036 - 2042 | – | 33.828 |
| | 2.917 | 892.171 |

**18.9 Garantias:** Os empréstimos contratados para capital de giro englobam desde ausência de garantia a garantias fidejussórias. Os empréstimos contratados para refinanciamento ou financiamento de construção, desenvolvimento de Fazendas Solares, possuem, em sua maioria, enquanto garantia e conforme aplicável cessão fiduciária de recebíveis e direito real de superfície, alienação fiduciária de cotas e equipamentos, além de garantia de natureza fidejussória, vide Nota 14. **18.10 Cláusulas restritivas (*covenants*):** A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas *(covenants)* financeiras e não financeiras, cujo, descumprimento pode resultar, a critério dos respectivos credores, após notificação, no vencimento antecipado das dívidas em questão: (i) Limitação de distribuição e/ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou similares, caso esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias; (ii) Redução de capital social, exceto para fins de absorção de prejuízos acumulados; (iii) Inadimplemento ou protesto de obrigações pecuniárias(*); (iv) Reorganização societária, excetuada as hipóteses autorizadas(*). (*) Observados valores, termos e condições descritos nos documentos de financiamento. A cláusula restritiva de "*covenant*" financeira é representada pelo Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve corresponder a um indicador maior ou igual ao estipulado de 1,2x até a data de vencimento para o contrato firmado pela subsidiária Melgaço Geração de Energia 31 Ltda. Em 31 de dezembro de 2023, a cláusula restritiva "*covenant*" financeira não se encontrava vigente e, portanto, não aplicável. O "*covenant*" financeiro entrará em vigor 12 (doze) meses contados a partir do mês subsequente à conexão do último projeto o que deverá ocorrer após 2024, com base na

continua→★

★ continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A.**

melhor estimativa da Companhia, no momento. A cláusula restritiva de "*covenant*" financeira é representada pelos índices abaixo, devendo corresponder aos indicadores estipulados até a data de vencimento para o contrato firmado pela subsidiária Cassilândia MS 513 Geração de Energia 189 Ltda.: • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve corresponder, em frequência trimestral, a um indicador maior ou igual a 1,4x até a data de vencimento do contrato. Em 31 de dezembro de 2023, a cláusula restritiva ("covenant") financeira não se encontrava vigente e, portanto, não aplicável. O "covenant" financeiro entrará em vigor 18 (dezoito) meses contados da assinatura do financiamento; • Projeção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Projeção ICSD) que deve corresponder, em frequência trimestral, a um indicador maior ou igual a 1,4x até a data de vencimento do contrato. Em 31 de dezembro de 2023, a cláusula restritiva ("covenant") financeira não se encontrava vigente e, portanto, não aplicável. O "covenant" financeiro entrará em vigor 18 (dezoito) meses contados da assinatura do financiamento; • Proporção de 70% de dívida e 30% de equity e/ou mútuos; • Caixa Mínimo de R$ 2.519. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais nos referidos contratos. **19. Debêntures: 19.1 Saldos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Debêntures | 218.817 | 175.283 | 218.817 | 175.283 |
| (–) Custos de emissão a apropriar | (954) | (1.177) | (954) | (1.177) |
| | 217.863 | 174.106 | 217.863 | 174.106 |
| Circulante | 24 | 16 | 24 | 16 |
| Não circulante | 217.839 | 174.090 | 217.839 | 174.090 |
| | 217.863 | 174.106 | 217.863 | 174.106 |

**19.2 Movimentação:** Controladora e Consolidado - 2023:

| Modalidade do financiamento | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2022 | Captações | Provisão dos juros | Juros convertidos em ações | Principal convertido em ações | 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Debêntures | | BRL | fev/29 e dez 29 | 175.283 | – | 43.534 | – | – | 218.817 |
| (–) Custos de emissão a apropriar | IPCA + 11% a.a. | | | | | | | | (954) |
| | | | | | | | | | 217.863 |

Controladora e Consolidado - 2022:

| Modalidade do financiamento | Taxa de juros | Moeda | Vencimento | 2021 | Captações | Provisão dos juros | Juros convertidos em ações | Principal convertido em ações | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Debêntures | | BRL | fev/29 e dez 29 | 220.428 | 60.000 | 70.122 | (42.267) | (133.000) | 175.283 |
| (–) Custos de emissão a apropriar | IPCA + 11% a.a. | | | | | | | | (1.177) |
| | | | | | | | | | 174.106 |

A Companhia realizou, em fevereiro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória e garantia adicional real, em série única, no montante de R$106.000. Em dezembro de 2021, a Companhia realizou o aditamento da primeira emissão e a emissão da segunda emissão de debêntures, sendo ambas conversíveis em ações, com garantia fidejussória e garantia real nos valores respectivos de R$120.354 e R$200.000. Em dezembro de 2021, foi recebido o valor de R$100.000 e, em março de 2022, foi recebido o valor de R$60.000. A Companhia optou, conforme termos da emissão, por não solicitar a integralização dos R$40.000 restantes referentes à segunda emissão de debêntures. A escritura das debêntures prevê uma remuneração de 25% ao ano nos dois primeiros anos, e IPCA + 11% ao ano nos demais seis anos remanescentes, sendo que é garantida uma remuneração mínima, em dólares, de 9,5% ao ano. Adicionalmente, também existe uma opção de resgate antecipado, a ser exercida pela Companhia a qualquer tempo a partir do terceiro ano, mediante o pagamento da remuneração acumulada até a data da opção, acrescida de um prêmio. Ambos os aspectos foram analisados sob a ótica de derivativos embutidos e, em decorrência dessa análise, não foram identificados efeitos ou impactos adicionais a serem contabilizados. Em dezembro de 2022, e dada a ocorrência de aportes de capital em 2022 (um "evento de liquidez", conforme estipulado nas escrituras das debêntures), as debêntures foram facultativamente convertidas, em quantidade equivalente a 50% das debêntures emitidas e integralizadas, representando 53.000 debêntures da primeira emissão e 80.000 debêntures da segunda emissão, em ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. A conversão facultativa ocorreu em observância aos prazos, termos e condições descritos nas escrituras de emissão, sendo esta realizada com base no valor de conversão embasado no Valor Nominal Unitário das debêntures acrescido de juros remuneratórios de 25% (vinte e cinco por cento). Com base no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, referida opção de conversibilidade das debêntures em ações configura-se em um derivativo embutido, cujo valor justo foi considerado zero, uma vez que as variáveis utilizadas no cálculo de conversão, conforme estipulado na escritura das debêntures, sobretudo a que se refere ao preço da ação, estão descritas e definidas de forma a considerar o seu valor justo na data da conversão. Os saldos remanescentes não convertidos em ações fazem jus a juros remuneratórios correspondentes à taxa prefixada de 25% (vinte e cinco por cento) nos dois primeiros anos e de IPCA+11% a.a. a partir do terceiro ano, com liquidações trimestrais de juros a partir de 2024 e liquidações trimestrais de principal a partir de 2025, perfazendo uma taxa efetiva de, aproximadamente, 18% ao ano. Possuem prazo de vigência de oito anos contados da data da emissão, vencendo-se, portanto, em 2029. Conforme disposto nas escrituras das debêntures, as opções de conversão em ações dos saldos remanescentes continuam válidas, passíveis de serem exercidas de acordo com as condições estipuladas nas escrituras. A opção de conversibilidade não poderá mais ser exercida a partir do ano de 2024, conforme Nota 31.2. **19.3 Cláusulas restritivas (*covenants*):** As debêntures possuem cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras e não financeiras, cujo descumprimento pode resultar, a critério do respectivo credor, após notificação, no vencimento antecipado. Os índices financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023 são detalhados a seguir:

| ICSD OpCo Ajustado¹ | ICSD HoldCo Ajustado² | Dívida Líquida/Ebitda | Posição de Caixa³ | Tipo |
|---|---|---|---|---|
| 1,3 | N/A | N/A | N/A | Vencimento Antecipado |

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") significa o índice obtido pela divisão da (i) Geração de Caixa Operacional pelo (ii) Serviço da Dívida, sendo que: ¹ ICSD OpCo Ajustado significa o ICSD de todas as Afiliadas Operacionais. Aplicável desde 2021; ² ICSD HoldCo Ajustado significa o ICSD HoldCo, deduzido dos valores correspondentes às Afiliadas Pré-Operacionais, aplicável a partir de 2025; ³ Posição de Caixa igual ou superior a R$8.000 (oito milhões de reais), apurado conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, aplicável a partir de 2025. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas na escritura de emissão das debêntures. **19.4 Cronograma de liquidação:** O cronograma de pagamento do saldo do não circulante está demonstrado a seguir:

| Vencimento | Controladora e Consolidado |
|---|---|
| 2025 | 16.409 |
| 2026 | 21.879 |
| 2027 | 21.879 |
| 2028 | 87.567 |
| 2029 | 70.105 |
| | 217.839 |

**20. Pagamento Baseado em Ações:** A Companhia possuía um Plano de Incentivo de Longo Prazo por meio da outorga de opções de ação ("ILP" ou "Plano") concedido aos seus administradores e colaboradores, designados como "Pessoas Elegíveis" pelo Conselho de Administração e que optassem, por livre vontade, pela adesão ao plano. Tratava-se de uma transação com pagamento baseado em ações "*Phantom*", liquidadas em caixa. A aquisição do direito às *Phantom* ora outorgadas estava sujeita aos prazos de carência de 5 anos. Após o cumprimento do período de carência de cada parcela das *Phantom* e se ocorresse um evento de liquidez, o participante teria o direito de receber, em dinheiro, o valor bruto correspondente à valorização da *Phantom* desde a data da outorga. Se, no prazo de 15 (quinze) anos, contados da data da outorga, não tivesse nenhum evento de liquidez, todas as *Phantom* estavam automaticamente canceladas de pleno direito, não gerando nenhum direito ao participante. Em contrapartida, o Participante receberia, em dinheiro, o valor correspondente à valorização das ações *Phantom* desde a data da outorga até a data do 15º (décimo quinto) aniversário da outorga. No ano de 2022, o plano de incentivo então concedido aos seus administradores e colaboradores, denominado de ações *Phantom*, com liquidação em caixa, foi cancelado em decorrência da aprovação de um novo plano de incentivo de longo prazo ("ILP" ou "Plano"), por meio da concessão de Ações Restritas e/ou da outorga de Opções, conforme descrito na Nota 22.4. Em decorrência do cancelamento do plano de opções de ações *Phantom*, foi realizado um acordo com os administradores ou colaboradores que possuíam Ações *Phantom*. Neste acordo, foi instituído a liquidação durante o ano de 2022 e 2023. Em 2022, houve liquidação com pagamento em ações no valor de R$4.297, conforme descrito na Nota 22.1, a liquidação com pagamento em caixa no valor de R$3.324 e a reversão do resultado no valor de R$1.066. Em 2023 houve a liquidação com pagamento em caixa no valor de R$1.325 e a reversão do resultado no valor residual provisionado de R$696. Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo de valor justo das *Phantom* (R$ 2.021 em 31 de dezembro de 2022). **21. Provisão para Demandas Judiciais e Depósitos Judiciais:** A Companhia e suas subsidiárias, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas aos processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Depósitos judiciais | 586 | 515 | 614 | 540 |
| Provisão para demandas judiciais | (127) | (53) | (157) | (53) |
| | 459 | 462 | 457 | 487 |

A movimentação da provisão para demandas judiciais da Companhia e suas subsidiárias é apresentada abaixo:

| | Controladora | | | | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cível | Tributários | Trabalhistas | Total | Cível | Tributários | Trabalhistas | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 18 | – | 63 | 81 | 18 | – | 63 | 81 |
| Adições | 15 | – | 61 | 76 | 15 | – | 61 | 76 |
| Reversões | (17) | – | (87) | (104) | (17) | – | (87) | (104) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 16 | – | 37 | 53 | 16 | – | 37 | 53 |
| Adições | 70 | – | 90 | 160 | 101 | – | 90 | 191 |
| Reversões | (16) | – | (5) | (21) | (16) | – | (5) | (21) |
| Pagamentos | (65) | – | – | (65) | (65) | – | – | (65) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 5 | – | 122 | 127 | 36 | – | 122 | 158 |

**21.1 Classificação das contingências para perdas possíveis:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contingências classificadas como perda possível (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável e maior que remota) e, portanto, não foram contabilizados nas informações financeiras individuais e consolidadas está apresentado como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Tributário (i) | 3.460 | 4.421 | 3.460 | 4.421 |
| Trabalhista (ii) | 348 | 831 | 348 | 831 |
| Cível (iii) | 235 | 29 | 593 | 469 |
| | 4.043 | 5.281 | 4.401 | 5.721 |

(i) Em maio de 2018, a Companhia recebeu auto de infração lavrado pela SEFA-PA por suposta ausência de pagamento relativo ao diferencial de alíquotas de ICMS em suas operações, no montante de R$3.671. Adicionalmente a Companhia recebeu em 2019, auto de infração lavrado pelo município de Porto de Moz/PA, em virtude de suposto não recolhimento de ISSQN em suas operações, no montante de R$357. (ii) Correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários pleiteando pagamentos de comissões, horas extras e verbas rescisórias. (iii) Refere-se a cobrança de faturas julgadas indevidas e ação por quebra de contrato. **21.2 Classificação das contingências ativas possíveis:** Em dezembro de 2022, a Companhia ingressou com medida judicial em face da CEMIG para suspender a exigibilidade da cobrança indevida de CUSD. Trata-se de um processo em que a Órgão figura no polo ativo, em que, não logrando êxito, poderá acarretar em desembolso futuro de caixa por parte da Companhia. O valor deste processo é de R$11.135, com o êxito de probabilidade de perda possível e, portanto, não foram contabilizados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **22. Patrimônio Líquido: 22.1 Capital social:** O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$445.055, composto pelo valor do capital social de R$445.913 e redução de R$858, referente aos custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis ao aumento de capital pela Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vide nota 22.4, representado por 9.814.910 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R$445.055 em 31 de dezembro de 2022, composto pelo valor de capital social de R$445.913 e redução de R$858 referente aos custos de transação incorridos, representado por 9.841.630 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal). A cronologia das movimentações de capital é como segue: Em 29 de maio de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital pelos Administradores da Companhia, que subscreveram o montante de 48.874 ações, ao preço unitário de R$87,92, totalizando o montante de R$4.297. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R$200.665 dividido em 4.276.595 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 26 de julho de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 2.750.131 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$167,00 por ação ordinária, no valor total de R$459.276, totalmente subscrito e integralizado por Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Neste mesmo ato, foi destinado o valor de R$45.927 à conta do capital social da Companhia e o valor remanescente de R$413.348 foi destinado à formação de reserva de capital. O capital social da Companhia passou a ser de R$246.593, dividido em 7.026.726 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. Ainda neste Ato, aprovou-se a alteração do limite do capital autorizado da Companhia de até 16.128.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para até 4.252.523 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 14 de novembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no valor total de até R$273.679, mediante a emissão de 1.649.447 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$165,92 por ação ordinária. Ficou estabelecido que seria admitida a homologação do aumento de capital parcialmente subscrito, a ser deliberada pelos Acionistas até 31 de dezembro de 2022. Em 07 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, no valor efetivamente subscrito e integralizado de R$240.519, mediante a emissão de 1.449.593 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$165,92 por ação ordinária, totalmente subscrito e integralizado por Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Foi destinado o valor de R$24.051 à conta do capital social da Companhia e o valor remanescente de R$216.467 foi destinado à formação de reserva de capital. O capital social da Companhia passou a ser de R$270.645, dividido em 8.476.319 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 09 de dezembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a emissão de 1.094.452 novas ações ordinárias da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao valor total de emissão de R$175.267, ao preço de emissão de R$160,14 por ação ordinária, em decorrência da conversão voluntária de 53.000 debêntures da 1ª Emissão de Debêntures conversíveis em Ações e 80.000 debêntures da 2ª Emissão de Debêntures conversíveis em Ações, ambas realizada pela debenturista Blue Like an Orange Sustainable Capital Fund Sicav-SIF SCS-BLAO. Neste mesmo Ato, em razão da conversão parcial das Debêntures da 1ª e das Debêntures da 2ª Emissão, aprovou-se a emissão de 270.859 novas ações ordinárias da Companhia, nominativas e sem valor nominal, ao valor total de emissão de R$1,00, a serem subscritas e integralizadas pela Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em decorrência da emissão das novas ações e do aumento do capital, o capital social da Companhia passou a ser de R$445.912, dividido em 9.841.630 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 17 de janeiro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital pelos Administradores da Companhia, que subscreveram o montante de 22.154 ações, ao preço unitário de R$0,01, totalizando o montante de R$221,54. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R$445.913 dividido em 9.863.784 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital autorizado atual da Companhia é de 4.252.523 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, possibilitando o aumento do capital social da Companhia independente da reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva subscrição e integralização. Em 11 de outubro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração a recompra de 48.874 ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R$0,01, totalizando o montante de R$488,74. As ações adquiridas pela Companhia foram mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou alienação. Em 30 de novembro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração o cancelamento de 48.874 ações mantidas em tesouraria. O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R$445.913 dividido em 9.814.910 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição acionária da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

| | 2023 | | 2022 | |
|---|---|---|---|---|
| | Quantidade de ações | Participação | Quantidade de ações | Participação |
| Augment Brazil Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia | 4.470.583 | 45,55% | 4.470.583 | 45,43% |
| TPG Art I Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia em Investimentos no Exterior | 2.334.763 | 23,79% | 2.334.763 | 23,72% |
| Blue Like Na Orange Sustainable Capital Fund SICAF - SIF SCS | 1.094.452 | 11,15% | 1.094.452 | 11,12% |
| Mitsui & Co. Ltda. | 713.142 | 7,27% | 713.142 | 7,25% |
| MOV Investimentos Ltda. | 708.116 | 7,21% | 708.116 | 7,20% |
| Outros | 493.854 | 5,03% | 520.574 | 5,29% |
| | 9.814.910 | 100,00% | 9.841.630 | 100,00% |

**22.2 Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Em função dos prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi constituída reserva legal. **22.3 Reserva de ágio:** Em 31 de março 2015, a então controladora TPG ART Participações 1 S.A., foi incorporada pela Companhia, gerando uma reserva de ágio de R$2.211 (R$504 em 31 de dezembro de 2022), com base em laudo preparado por especialistas independentes, o qual está sendo amortizado pelo período de 10 anos, vide Nota 17. Em 2023, a Empresa alterou as tratativas para este ágio e todo saldo residual foi baixado. **22.4 Reserva de capital:**

| | Controladora e Consolidado | |
|---|---|---|
| | 2023 | 2022 |
| Reserva de capital (i) | 630.419 | 630.419 |
| Plano de opção de compra de ações (ii) | 2.514 | 2.514 |
| (–) Gastos na emissão de instrumentos patrimoniais (iii) | (7.720) | (7.720) |
| | 625.213 | 625.213 |

*Reserva de capital (i):* Em 12 de abril de 2019, com o aporte de capital da Mitsui & Co Ltd. no montante de R$5.576, utilizado para recomprar as ações da Sustainable Equity Investments S.A. pelo valor de R$4.973, constituiu-se um saldo em reserva no montante de R$603. Em 26 de julho de 2022, ficou estabelecido em AGE, que o valor de R$413.348, originado dos aportes acima mencionados, seria destinado à formação de reserva de capital. Em 07 de dezembro de 2022, ficou estabelecido em AGE, que o valor de R$216.467, originado dos aportes acima mencionados, seria destinado à formação de reserva de capital.

| | Movimentação |
|---|---|
| Saldo em 1 de janeiro de 2019 | – |
| Reserva de capital constituída - Mitsui | 5.576 |
| (–) Recompra de ações - Mitsui | (4.973) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 603 |
| Reserva de capital constituída - Augment - jul/2022 | 413.348 |
| Reserva de capital constituída - Augment - dez/2022 | 216.468 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 630.419 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 630.419 |

*Plano de Opção de Compra de ações (ii):* A Companhia instaurou, em 2022, um plano de incentivo de longo prazo ("LP" ou "Plano") concedido aos seus administradores e empregados, elegíveis pelo Conselho de Administração e que optem, por livre vontade, pela adesão ao plano. O Plano tem por objetivo estimular e incentivar a produtividade sustentável, a geração de valor no longo prazo, retenção e permanência das Pessoas Elegíveis, o alinhamento de interesse entre as Pessoas Elegíveis e os acionistas da Companhia, por meio da concessão de Ações Restritas e/ou da outorga de Opções, de forma a compartilhar riscos e ganhos de maneira equitativa e no longo prazo. Os Contratos foram celebrados individualmente com cada Pessoa Elegível, observados os termos e condições definidos neste Plano e no respectivo Programa. A quantidade de Opções poderá variar a cada nova outorga. O Prazo limite de Exercício de todos os lotes vestidos será de até 10 anos contados de cada uma das datas de *Vesting* ou da ocorrência do evento de liquidez, o que por último ocorrer. O período de carência é de até 5 anos e as condições para exercício das Opções serão estabelecidos nos respectivos Programas e Contratos. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que suas Opções sejam devidamente exercidas e as respectivas Ações, adquiridas ou subscritas, nos termos do Plano, do Programa e respectivo Contrato. O valor justo atribuído às opções foi determinado com base no modelo de precificação *Black & Scholes*. A tabela a seguir apresenta uma relação de informações do modelo utilizado para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

| | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Média ponderada do valor justo na data da mensuração | 14,98 | 34,86 |
| Rendimento de dividendos (%) | – | – |
| Volatilidade esperada (%) | 22,73 | 30,50 |
| Taxa livre de retorno livre de risco (%) | 9,61 | 11,83 |
| Prazo de vida esperado das opções | 2,17 | 2,00 |

A volatilidade e tempo a decorrer até o exercício foram calculados conforme premissas que levaram em consideração o entendimento da Administração. Não há dividendos esperados para esse plano. O preço de exercício considera o valor da data da outorga de opções corrigido pelo IPCA até a data de exercício. A taxa livre de risco e inflação baseiam-se na taxa DI x PRÉ e DI x IPCA divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mensurou o valor justo na data da outorga e registrou a variação no resultado do exercício, sendo R$2.514 registrado como despesa de remuneração baseada em ações. Houve mensuração para o período findo em 31 de dezembro de 2023, sem alteração no valor justo do plano de opção de compra de ações e, consequentemente sem efeito no resultado. O valor justo do plano de opção de compra de ações é de R$2.514 (R$2.514 em 31 de dezembro de 2022). *Gastos na emissão de ações (iii):* Refere-se aos custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis ao aumento de capital pela Augment Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, no valor total de R$8.578, distribuído entre capital social e reserva de capital proporcionalmente aos valores principais aportados em cada rubrica, totalizando R$7.720 na reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 (R$7.720 em 31 de dezembro de 2022). **22.5 Distribuição de dividendos:** Conforme estatuto social a Companhia é obrigada a distribuir dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro apurado em cada exercício. Em função dos prejuízos apurados, nenhuma distribuição de dividendos foi realizada em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **23. Resultado por Ação: 23.1 Básico e diluído:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação básico e diluído:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 Reapresentado | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações em continuidade | (320.273) | (268.228) | (320.273) | (268.228) |
| Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações descontinuadas | (26) | (24) | (26) | (24) |
| | (320.299) | (268.252) | (320.298) | (268.252) |
| Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas (milhares) | 9.859 | 5.466 | 9.859 | 5.466 |
| Prejuízo básico por ação - em reais (R$) | (32,49) | (49,08) | (32,49) | (49,08) |
| Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações em continuidade | (320.273) | (268.228) | (320.273) | (268.228) |
| Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia das operações descontinuadas | (26) | (24) | (26) | (24) |
| | (320.299) | (268.252) | (320.298) | (268.252) |
| Efeito dilutivo de debêntures conversíveis | 9.864 | 5.550 | 9.864 | 5.550 |
| Prejuízo diluído por ação - em reais (R$) | (32,47) | (48,34) | (32,47) | (48,34) |

**24. Receita Operacional Líquida:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Receita de venda de mercadorias | 131.546 | 180.649 | – | 97 |
| Receita de serviços prestados | 14.798 | 26.806 | 10.486 | 3.925 |
| Receita de locação | – | 89 | 267.618 | 156.888 |
| (–) Devoluções | (1.674) | (1.302) | – | – |
| (–) Impostos sobre receitas | (13.997) | (20.436) | (7.468) | (6.408) |
| | 130.673 | 185.806 | 270.636 | 154.502 |

A receita de venda de mercadorias apresentada na controladora corresponde à venda de equipamentos para construção das usinas fotovoltaicas efetuada às subsidiárias, a qual é integralmente eliminada no consolidado, uma vez que são transações sem margem de lucro. A receita de locação corresponde à locação da estrutura de geração de energia solar das subsidiárias da Companhia aos consorciados e cooperados, por meio dos consórcios e cooperativas, que passam a deter o direito econômico de exploração da estrutura e gerem os créditos de energia a serem utilizados para a compensação em suas respectivas contas de consumo de energia, junto às distribuidoras. A receita de serviços prestados refere-se à serviços de engenharia e consultoria, apurada conforme contrato de prestação de serviços, de acordo com parâmetros de eficiência atingidos.

**25. Custos e Despesas por Natureza:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Matérias-primas, materiais e serviços gerais | (118.250) | (161.839) | (6.195) | 652 |
| Serviços de terceiros | (34.631) | (41.934) | (61.894) | (60.983) |
| Salários e benefícios a empregados | (138.684) | (79.621) | (139.364) | (82.987) |
| Pagamentos baseado em ações | – | (2.514) | – | (2.514) |
| Aluguéis | (15.239) | (5.446) | (21.009) | (15.701) |
| Locomoção, viagens e refeições | (9.524) | (6.390) | (9.525) | (6.397) |
| Depreciações e amortizações | (4.104) | (2.407) | (50.495) | (30.513) |
| Despesas tributárias | (1.269) | (10.946) | (3.860) | (12.688) |
| Uso e consumo | (2.799) | (2.369) | (36.456) | (20.635) |
| Outras despesas e receitas | (1.472) | 983 | (1.502) | 961 |
| Outros (a) | – | – | – | (4.750) |
| | (325.972) | (312.483) | (330.300) | (235.555) |
| Custo dos serviços prestados e produtos vendidos | (124.224) | (169.221) | (110.701) | (63.392) |
| Gerais e administrativas | (136.575) | (98.853) | (152.667) | (113.196) |
| Despesas com vendas | (65.173) | (44.409) | (66.932) | (58.967) |
| | (325.972) | (312.483) | (330.300) | (235.555) |

(a) Refere-se a gastos de gestão comercial não incrementais para obtenção de contratos com clientes.

**26. Resultado Financeiro:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 12.449 | 26.871 | 35.813 | 44.043 |
| Juros ativos e descontos | 7.719 | 2.990 | 9.472 | 8.285 |
| Variação cambial ativa | 8.536 | 26.343 | 10.326 | 26.342 |
| Outros | (10) | – | (10) | 834 |
| | 28.694 | 56.204 | 55.601 | 79.504 |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Despesas bancárias | (208) | (272) | (1.311) | (1.178) |
| Despesas tributárias | (2.835) | (6.839) | (3.968) | (6.854) |
| Juros, multas e descontos | (51.716) | (83.413) | (207.382) | (195.517) |
| Variação negativa aplicação financeira | – | – | 319 | (319) |
| Variação cambial passiva | (55.798) | (43.944) | (58.415) | (43.952) |
| | (110.557) | (134.468) | (270.757) | (247.820) |
| | (81.863) | (78.264) | (215.156) | (168.316) |

**27. Imposto de Renda e Contribuição Social: 27.1 Imposto de renda e contribuição social correntes:** Demonstramos a seguir os cálculos das despesas de imposto de renda e contribuição social para os exercícios indicados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 Reapresentado |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social | (320.299) | (268.252) | (301.717) | (259.704) |
| Imposto de renda e contribuição social - alíquota 34% | 108.902 | 91.206 | 102.584 | 88.299 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (14.444) | (21.387) | – | – |
| Imposto de renda diferido não constituído | (94.458) | (69.819) | (94.458) | (69.819) |
| Efeito do lucro presumido de subsidiárias | – | – | (26.707) | (27.029) |
| | – | – | (18.582) | (8.548) |
| Alíquota efetiva | – | – | 6,2% | 3,3% |

**27.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 260.681 | 215.971 | 261.402 | 215.971 |
| Provisão para Phantom | – | 687 | – | 687 |
| Opções outorgadas | 855 | 855 | 855 | 855 |
| Provisão para bônus | 3.635 | 3.352 | 3.635 | 3.352 |
| Provisões para demandas judiciais, realização de impostos e outras | 2.409 | 1.514 | 2.409 | 1.514 |
| Variação cambial não realizada | (6.447) | 186 | (6.447) | 186 |
| Total | 261.133 | 222.565 | 261.854 | 222.565 |
| (–) Tributos diferidos ativos não reconhecidos | (261.133) | (222.565) | (261.854) | (222.565) |

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social de R$657.678 (R$396.276 em 31 de dezembro de 2022) para os quais não foram constituídos créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, uma vez que não há expectativa de lucro tributável futuro. **28. Gestão de Riscos e Instrumentos Financeiros:** *Gerenciamento de riscos:* A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo, sejam elas em aplicações financeiras, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e as estratégias definidas pela sua Administração. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **• Instrumentos financeiros por categoria de valor justo e contábil:** O valor contábil dos principais instrumentos financeiros não diverge materialmente dos seus respectivos valores justos, e estão classificados a seguir:

| Controladora | Nota | 2023 Valor contábil | 2023 Valor justo | 2022 Valor contábil Reapresentado | 2022 Valor justo Reapresentado | Mensuração a valor justo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Contas a receber | 7 | 4.119 | 4.119 | 1.484 | 1.484 | Nível 2 |
| Partes relacionadas | 10 | 274.696 | 274.696 | 158.501 | 158.501 | Nível 2 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 79.287 | 79.287 | 379.749 | 379.749 | Nível 2 |
| Caixa restrito | 5 | 644 | 644 | 134 | 134 | Nível 2 |
| Instrumentos financeiros | 8 | 100 | 100 | 4.784 | 4.784 | Nível 2 |
| **Passivos financeiros** | | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Fornecedores | | 17.637 | 17.637 | 9.422 | 9.422 | Nível 2 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 131.739 | 127.430 | 5.351 | 5.351 | Nível 2 |
| Debêntures | 19 | 217.863 | 219.691 | 174.106 | 175.340 | Nível 2 |
| Passivos de arrendamentos | 15 | 5.929 | 5.929 | 4.282 | 4.282 | Nível 2 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Instrumentos financeiros | 8 | 15.134 | 15.134 | 4.009 | 4.009 | Nível 2 |
| Pagamentos baseados em ações - *Phantoms* | 20 | – | – | 2.021 | 2.021 | Nível 3 |

| Consolidado | Nota | 2023 Valor contábil | 2023 Valor justo | 2022 Valor contábil Reapresentado | 2022 Valor justo Reapresentado | Mensuração a valor justo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Contas a receber | 7 | 35.304 | 35.304 | 17.449 | 17.449 | Nível 2 |
| Partes relacionadas | 10 | 3 | 3 | 4 | 4 | Nível 2 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 139.103 | 139.103 | 396.854 | 396.854 | Nível 2 |
| Caixa restrito | 5 | 69.795 | 69.795 | 996 | 996 | Nível 2 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 94.587 | 94.587 | 111.085 | 111.085 | Nível 2 |
| Instrumentos financeiros | 8 | 100 | 100 | 4.784 | 4.784 | Nível 2 |
| **Passivos financeiros** | | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Fornecedores | | 25.193 | 25.193 | 19.882 | 19.882 | Nível 2 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 1.022.633 | 1.073.116 | 563.283 | 681.423 | Nível 2 |
| Debêntures | 19 | 217.863 | 219.691 | 174.106 | 175.340 | Nível 2 |
| Passivos de arrendamentos | 15 | 463.007 | 463.007 | 294.863 | 294.863 | Nível 2 |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| Instrumentos financeiros | 8 | 15.982 | 15.982 | 4.009 | 4.009 | Nível 2 |

a) Considerações sobre riscos: Hierarquia: A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Cálculo do valor justo - Nível 3: A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das informações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as transações baseadas em ações *Phantoms* e plano de opção de compra de ações, foi o *Black-Scholes*. i) Risco de crédito: A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados à caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha. A Companhia procura mitigar este risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes em acordo com suas políticas. Com relação a contas a receber, a Companhia, expõe-se a potenciais incumprimentos quando contrapartes não relacionadas não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros, minimizando tais riscos de crédito por meio de análises financeiras ou classificação de *rating*. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas, por meio de acompanhamento dos limites individuais de posição, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência com essas contas a receber. ii) Risco de taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis (swaps), conforme detalhado na Nota 8. iii) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado. A exposição da Companhia está relacionada, basicamente, a empréstimos e financiamentos bem como as aquisições de equipamentos em moeda estrangeira. Como medida para mitigar os riscos das variações cambiais, a Companhia contrata proteção cambial através de contratos de NDF ou instrumentos que produzam o objetivo almejado. A Companhia pode realizar instrumentos de swap atrelados aos contratos de empréstimos para mitigar o risco de variação cambial ou indexadores de juros, conforme detalhado na Nota 8. iv) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequadas para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. É do entendimento da Administração que a Companhia não possui risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa, aumento de capital social e conversão de debêntures realizados em 2023. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

| | Nota | Valor Contábil | Fluxo financeiro | Menos de 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 ano a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | | | | |
| **Passivos** | | | | | | | | |
| Fornecedores | | 25.193 | 25.193 | 25.154 | 39 | – | – | 25.193 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 1.022.633 | 1.874.061 | 144.798 | 145.455 | 697.222 | 886.586 | 1.874.061 |
| Debêntures | 19 | 217.863 | 399.973 | 3.136 | 19.849 | 275.176 | 101.812 | 399.973 |
| Instrumentos financeiros | 8 | 15.982 | 17.467 | 12.795 | 8.037 | (3.364) | – | 17.467 |
| Passivos de arrendamentos | 15 | 463.007 | 1.676.840 | 19.845 | 59.534 | 396.896 | 1.200.565 | 1.676.840 |

v) Dívida Líquida: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a sua Administração monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna.

| | Nota | 2023 | 2022 Reapresentado |
|---|---|---|---|
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 1.022.633 | 563.283 |
| Debêntures | 19 | 217.863 | 174.106 |
| Passivo de arrendamento | 15 | 463.007 | 294.863 |
| (=) Dívida bruta | | 1.703.503 | 1.032.252 |
| (–) Caixa e equivalentes de caixa | 4 | (139.103) | (396.854) |
| (–) Caixa restrito | 5 | (69.795) | (996) |
| (–) Títulos e valores mobiliários | 6 | (94.587) | (111.085) |
| Dívida líquida | | 1.400.018 | 523.317 |
| Total do patrimônio líquido | | 246.546 | 567.185 |

vi) Risco regulatório: A Companhia está sujeita às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota (Resolução Normativa ANEEL n° 1.059/2023 e lei 14.300/2022). As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros da Companhia são monitoradas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. b) Valorização dos instrumentos financeiros: A valorização dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos na Nota 2.5.1, bem como os critérios para sua valorização. c) Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros: A Companhia efetuou análises de sensibilidade, elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui aplicações financeiras, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento indexados ao CDI e IPCA e instrumentos financeiros indexados ao CDI, Dólar e Euro. Os financiamentos com juros prefixados não fazem parte desta análise, utilizando como cenários base os índices divulgados por meio de relatório do Banco Central do Brasil ou taxas divulgadas pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, ambas contemplando última disponibilidade de dezembro de 2023.

| Operação | Risco | Alta 35% | Alta 20% | Alta 10% | Queda 10% | Queda 20% | Queda 35% |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Exposição a índices variáveis | | | | | | | |
| Ativo | | | | | | | |
| Aplicações Financeiras | Alta/queda CDI | 7.904 | 7.810 | 7.747 | 7.621 | 7.559 | 7.464 |
| Caixa Restrito | Alta/queda CDI | 16.123 | 15.931 | 15.803 | 15.547 | 15.419 | 15.227 |
| Títulos e valores mobiliários | Alta/queda CDI | 72 | 64 | 59 | 48 | 43 | 35 |
| Passivo | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Alta/queda CDI e IPCA | 157.785 | 156.675 | 155.934 | 154.453 | 153.713 | 152.602 |
| Debêntures | Alta/queda CDI e IPCA | 580 | 575 | 573 | 567 | 565 | 561 |
| Instrumentos Financeiros | Alta/queda CDI, Dólar e Euro | 61.650 | 28.095 | 5.731 | (39.015) | (61.395) | (94.957) |
| Passivos de arrendamentos | Alta/queda CDI e IPCA | 56.637 | 56.332 | 56.112 | 55.692 | 55.483 | 55.168 |

**29. Cobertura de Seguros:** Os ativos imobilizados da Companhia estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. Os contratos de seguro têm vigência de um ano, sendo renovados anualmente.

| Descrição | Limite máximo de indenização | Início vigência | Término vigência |
|---|---|---|---|
| **Responsabilidade Civil** | | 02/02/2024 | 02/02/2025 |
| Obras Civis e/ou Serviços de Instalação e/ou Montagem de Máquinas Poluição Súbita e RC Cruzada | 75.000 | | |
| **Riscos operacionais¹** | | 29/01/2024 | 29/01/2025 |
| Danos Materiais - Inclusive incêndios decorrentes de queimadas em zona rural | | | |
| Lucros cessantes | 188.440 | | |
| **Riscos de engenharia²** | | 01/02/2024 | 01/02/2025 |
| Obras Civis em construção e/ou instalações e/ou montagens | 30.000 | | |

¹ Capital segurado poderá ser reintegrado após pagamento de indenização. ² Capital segurado máximo contemplando UFV individual com potência de 6,65 MWp. **30. Transações não Caixa:** A subsidiária Janaúba II Geração de Energia Solar S.A. incorreu em transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, referente a consolidação do fundo de investimento Green FIDC Solar GD II - Fundo de investimento em Direitos Creditórios Socioambiental - Energia Solar. Em 2023 as cotas subordinadas da Companhia no valor de R$41.584 foram eliminadas no consolidado, constando em títulos e valores imobiliários o valor de R$16.141 referente as aplicações do fundo de investimento Green FIDC Solar GD II, vide Nota 6. O efeito líquido desta alteração no valor de R$25.443 foi reduzido na linha de empréstimos e financiamentos no consolidado, vide Nota 18. **31. Eventos Subsequentes: 31.1 Aumento de capital:** Em 29 de janeiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital pelos Administradores da Companhia decorrente da entrada do novo acionista I Squared Capital, que subscreveram o montante de 9.569.537 ações ordinárias, ao preço unitário de R$163,02, totalizando o montante de R$1.560.000, sendo que o valor de R$156.000 será destinado ao capital social da Companhia e o valor remanescente de R$1.404.000 será destinado à reserva de capital. A integralização seguirá um cronograma até junho de 2025, sendo que a primeira integralização no montante de R$450.000 ocorreu em janeiro de 2024, destinando R$156.000 ao capital social e R$294.000 à reserva de capital. **31.2 Debêntures:** Em janeiro de 2024, dada a ocorrência de aportes de capital (conforme estipulado nas escrituras das debêntures, houve um "evento de liquidez"), onde as debêntures remanescentes não foram facultativamente convertidas em ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Em decorrência da não conversão, houve a decadência do direito de conversibilidade, não sendo mais possível seu exercício pelo Debenturista. Em janeiro de 2024, a Companhia realizou o segundo aditamento da primeira emissão e o primeiro aditamento da segunda emissão de debêntures, visando, principalmente, repactuar e estender em cerca de 2 anos os prazos para aplicabilidade dos covenants e para opção de resgate antecipado, assim como elevar o limite de posição de caixa para R$25.000. Vale ressaltar que o cronograma de pagamento de juros e amortização não foi alterado, iniciando-se, respectivamente, em 2024 e 2025.

continua ★

→★ continuação

**EBES Sistemas de Energia S.A.**

**Diretoria: Rogerio Marchini Santos - Diretor Financeiro**

**Contadora: Erica Lima Maimone - CRC 1SP234181/O-2**

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **EBES Sistemas de Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EBES Sistemas de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EBES Sistemas de Energia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022:* Chamamos a atenção à nota explicativa nº 2.5.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que apresenta as mudanças nos valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo reapresentados, conforme previsto no pronunciamento técnico IAS 8/CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Saldos dos balanços patrimoniais individuais e consolidados de abertura examinados por outros auditores:* O exame dos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.5.14, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 22 de fevereiro de 2022. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.5.14, que foram efetuados para alterar os saldos dos balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2021, referentes aos saldos de abertura das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2024

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
**Auditores Independentes Ltda.**
CRC nº 2 SP 011609/O-8
**Renato Vieira Lima**
Contador - CRC nº 1 SP 257330/O-5

Deloitte.

INÊS249

# USEBENS HOLDINGS PARTICIPAÇÃO S.A.

CNPJ: 08.246.790/0001-00

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA MANEIRA)**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Usebens Holdings Participação S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes. A Companhia através de sua controladora, a Usebens Seguros S.A., envidou esforços na busca de novos canais de distribuição, com foco nos produtos de Seguro Prestamista, Habitacional e Automóvel, todos com mercado consolidado no Brasil e comercialização em diversas linhas de negócios. Nas linhas de Seguro Prestamista e Habitacional, dedicamos esforços para consolidar parcerias com Instituições Financeiras que distribuem produtos financeiros como empréstimos, cartões de crédito, consórcios e financiamentos. No Seguro Automóvel nossos esforços foram focados em parcerias de distribuição digitais, conquistados pelos constantes investimentos em tecnologia, estrutura operacional e aprimoramento de nossas ferramentas de *pricing*, subscrição e comercialização. Estes importantes avanços também possibilitaram parcerias com importantes empresas de rastreamento automotivo, Assessorias de Seguros e Corretores. Nesse sentido, a Seguradora se destaca fortemente pela proximidade e agilidade que imprime às interações com as Instituições parceiras de distribuição de seus produtos de seguro, o que nos diferencia neste mercado altamente competitivo. No exercício, os prêmios de seguros atingiram o total de R$ 112.975, representando aumento de 9,18% sobre o ano anterior (R$ 103.480). Em termos de prêmios emitidos líquidos, atingimos R$ 111.688 e, em prêmios ganhos, R$ 107.520, representando avanço de 6,17% e 3,03% sobre o exercício de 2022, respectivamente (R$ 105.202 e R$ 104.354). Nossos índices de sinistralidade atingiram 17,95% sobre os prêmios ganhos, ligeiramente superior ao exercício anterior (12,64%), com maior representatividade do Seguro Prestamista, maior carteira da Seguradora. Em relação aos custos de aquisição, o índice ficou em 53,50% sobre os prêmios ganhos, 5,93% abaixo do exercício de 2022 (59,43%). As despesas administrativas atingiram 25,76% sobre os prêmios emitidos, com aumento de 5,82% sobre o exercício anterior (19,94%). A variação se relaciona, principalmente, a pagamentos de assessorias comerciais, aos investimentos em tecnologia (TI), operacionais e administrativos, com a contratação de novos colaboradores e forte desenvolvimento em sistemas, visando estruturar a Seguradora para os próximos anos. Em 2023, o resultado financeiro apresentou incremento de 18,39% em comparação ao exercício anterior, impulsionado pelo aumento da taxa SELIC, mas com a manutenção da política conservadora de investimentos diversificados em títulos públicos e renda fixa. A Companhia encerrou o exercício com resultado antes de impostos e contribuições de R$ 1.859, diminuição de 72% sobre o exercício de 2022 (R$ 6.740). Os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo em cada exercício, um percentual do lucro de 25%, conforme definido no seu estatuto. O saldo de lucros líquidos tem destinação por determinação da Assembleia Geral dos acionistas, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros. A Companhia e sua controlada continua trabalhando no aprimoramento de suas ferramentas de gestão e operação, objetivando suportar o crescimento estruturado, rentável e sustentável de nossas operações, com intuito de sempre atender as necessidades dos usuários finais (clientes, parceiros, autarquias e colaboradores). Damos grande importância às manutenção de adequados controles internos, gestão de riscos, políticas de subscrição, fortalecendo a Governança Corporativa, no estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, com observância das leis, normas e procedimentos regulatórios. Os esforços continuam na melhoria constante em controles internos e estrutura de gestão de risco. Acreditamos que o desempenho do exercício de 2023 representa nossa estratégia de consolidar nossos diferenciais no mercado, enquanto buscamos o desenvolvimento de novos produtos e parcerias, o que permitirá alcançar nossas metas de crescimento, mantendo a qualidade de nossos controles e serviços. Neste contexto, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos segurados e parceiros pela confiança depositada, às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas e aos colaboradores diretos e indiretos da Seguradora, cuja dedicação e trabalho foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas atividades.

São José do Rio Preto, 30 de abril de 2024

**Carlos Gustavo Zago** - Diretor Presidente

**Alfredo Shimizu Júnior** - CRC 1SP208722/O-1 - Contador

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

| Ativo | Nota explicativa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **559** | **620** | **119.483** | **61.145** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | 6 | **1** | **2** | **71** | **146** |
| Caixa e bancos | | 1 | 2 | 71 | 146 |
| **Instrumentos financeiros** | 7 | **417** | **354** | **64.292** | **13.756** |
| Cotas de fundos de investimentos | | 417 | 354 | 1.224 | 1.505 |
| Títulos de renda fixa | | – | – | 63.068 | 12.251 |
| **Créditos das operações com seguros e resseguros** | | **–** | **–** | **29.072** | **16.190** |
| Prêmios a receber | 8 | – | – | 27.651 | 14.579 |
| Operações com seguradora | | – | – | 1 | 1 |
| Outros créditos operacionais | | – | – | 14 | 24 |
| Ativo de Resseguro | 9 | – | – | 1.406 | 1.586 |
| **Títulos e créditos a receber** | | **70** | **64** | **1.635** | **2.068** |
| Créditos a receber | | 1 | – | 1.305 | 828 |
| Créditos tributários | 10 | 69 | 64 | 330 | 1.240 |
| **Outros valores e bens** | | **1** | **1** | **768** | **150** |
| Outros valores | | – | – | 32 | 10 |
| Despesas antecipadas | | 1 | 1 | 736 | 140 |
| **Dividendos a Receber** | | **70** | **199** | **–** | **–** |
| **Custos de aquisição diferidos** | 11 | **–** | **–** | **23.645** | **28.835** |
| Seguros | | – | – | 23.645 | 28.835 |
| **Ativo não circulante** | | **41.841** | **39.038** | **43.445** | **89.652** |
| **Realizável a longo prazo** | | **41.841** | **39.038** | **42.231** | **89.240** |
| **Instrumentos Financeiros** | 7 | **–** | **–** | **12.272** | **58.564** |
| Títulos de renda fixa | | – | – | 12.011 | 58.310 |
| Outras aplicações | | – | – | 261 | 254 |
| **Créditos das operações com seguros e resseguros** | | **–** | **–** | **228** | **–** |
| Prêmios a receber | 8 | – | – | 228 | – |
| **Custos de aquisição diferidos** | 11 | **–** | **–** | **25.879** | **26.881** |
| Seguros | | – | – | 25.879 | 26.881 |
| **Crédito com Partes Relacionadas** | 17 | **3.852** | **3.795** | **3.852** | **3.795** |
| **Participações Societárias** | 12 | **37.989** | **35.243** | **–** | **–** |
| **Imobilizado** | | **–** | **–** | **1.156** | **371** |
| Bens móveis | | – | – | 787 | 238 |
| Outras imobilizações | | – | – | 369 | 133 |
| **Intangível** | | **–** | **–** | **58** | **41** |
| Outros intangíveis | | – | – | 58 | 41 |
| **Total do ativo** | | **42.400** | **39.658** | **162.928** | **150.797** |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Circulante** | | **8.796** | **8.481** | **86.605** | **79.788** |
| **Contas a pagar** | | **5** | **4** | **5.545** | **4.687** |
| Obrigações a pagar | | 2 | 2 | 2.931 | 3.049 |
| Impostos e encargos sociais a recolher | | 3 | 2 | 1.765 | 817 |
| Encargos trabalhistas | | – | – | 282 | 324 |
| Impostos e contribuições | | – | – | 567 | 497 |
| **Débitos de operações com seguros e resseguros** | | **–** | **–** | **12.670** | **11.298** |
| Prêmios a restituir | | – | – | 36 | 38 |
| Operações com seguradora | | – | – | 21 | 20 |
| Corretores de seguros e resseguros | | – | – | 4.940 | 4.335 |
| Resseguros a liquidar | 9 | – | – | 6.153 | 6.486 |
| Outros débitos operacionais | | – | – | 1.520 | 419 |
| **Depósitos de terceiros** | | **–** | **–** | **64** | **224** |
| Prêmio e emolumentos recebidos | | – | – | 64 | 224 |
| **Provisões técnicas - seguros** | 13 | **–** | **–** | **59.535** | **55.102** |
| Danos | | – | – | 20.039 | 8.099 |
| Pessoas | | – | – | 39.496 | 47.003 |
| **Dividendos a Pagar** | | **8.791** | **8.477** | **8.791** | **8.477** |
| **Passivo não circulante** | | **–** | **–** | **42.719** | **39.832** |
| **Débitos de operações com seguros e resseguros** | | **–** | **–** | **20** | **–** |
| Corretores de seguros e resseguros | | – | – | 20 | – |
| **Provisões técnicas - seguros** | 13 | **–** | **–** | **42.699** | **39.832** |
| Danos | | – | – | 1.900 | 594 |
| Pessoas | | – | – | 40.799 | 39.238 |
| **Patrimônio líquido** | 15 | **33.604** | **31.177** | **33.604** | **31.177** |
| Capital social | | 21.857 | 21.857 | 21.857 | 21.857 |
| Reservas de lucros | | 11.749 | 10.659 | 11.749 | 10.659 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (2) | (1.339) | (2) | (1.339) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **42.400** | **39.658** | **162.928** | **150.797** |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

| | Nota explicativa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Prêmios emitidos líquido | | – | – | 112.975 | 103.480 |
| Variações das provisões técnicas de prêmios | | – | – | (5.455) | 874 |
| **(=) Prêmios ganhos** | 16.1 | **–** | **–** | **107.520** | **104.354** |
| Receita com emissão de apólices | | – | – | – | – |
| Sinistros ocorridos | 16.2 | – | – | (19.304) | (13.191) |
| Custos de aquisição | 16.3 | – | – | (57.521) | (62.015) |
| Outras receitas e despesas operacionais | 16.7 | – | – | (330) | (499) |
| Resultado com operações de resseguro | | – | – | 147 | (1.228) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 12 | 1.479 | 4.310 | – | – |
| Despesas administrativas | 16.4 | (89) | (90) | (29.101) | (20.634) |
| Despesas com tributos | 16.6 | (2) | (8) | (6.332) | (5.778) |
| Resultado financeiro | 16.5 | 41 | 22 | 6.774 | 5.722 |
| **Resultado operacional** | | **1.429** | **4.234** | **1.853** | **6.731** |
| Ganhos e perdas com ativos não correntes | | – | – | 6 | 9 |
| **Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **1.429** | **4.234** | **1.859** | **6.740** |
| Imposto de renda | 18 | – | (4) | (257) | (1.482) |
| Contribuição social | 18 | – | (3) | (173) | (1.031) |
| **(=) Lucro líquido do exercício** | | **1.429** | **4.227** | **1.429** | **4.227** |
| **Resultado atribuído para** | | | | | |
| Acionistas controladores | | **1.429** | **4.227** | **1.429** | **4.227** |
| Acionistas não controladores | | – | – | – | – |
| | | **1.429** | **4.227** | **1.429** | **4.227** |
| **Quantidade de ações** | | **13.366.688** | **13.366.688** | **13.366.688** | **13.366.688** |
| **Lucro líquido por lote de mil ações** | | **106,91** | **316,23** | **106,91** | **316,23** |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **1.429** | **4.227** | **1.429** | **4.227** |
| Outros resultados abrangentes | **1.337** | **623** | **623** | **623** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | 2.267 | 1.661 | 2.267 | 1.661 |
| Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes | (930) | (1.038) | (930) | (1.038) |
| **Total dos resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários** | **2.766** | **4.850** | **2.052** | **4.850** |
| **Resultado abrangente atribuído à:** | | | | |
| Acionistas controladores | 2.766 | 4.850 | 2.052 | 4.850 |
| Acionistas não controladores | – | – | – | – |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reservas de lucros - Legal | Reservas de lucros - Outras | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total | Participação dos acionistas não controladores | Total consolidado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Atribuível aos acionistas controladores | | | | | |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **21.857** | **1.124** | **6.312** | **(1.962)** | **–** | **27.331** | **–** | **27.331** |
| **Saldos em 1º de janeiro de 2022** | **21.857** | **1.124** | **6.312** | **(1.962)** | **–** | **27.331** | **–** | **27.331** |
| Ajuste com títulos e valores mobiliários | | | | 623 | | **623** | | 623 |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 4.227 | **4.227** | – | 4.227 |
| Proposta para distribuição de resultado | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | 211 | – | – | (211) | **–** | – | – |
| Dividendos | – | – | – | – | (1.004) | **(1.004)** | – | (1.004) |
| Reserva estatutária | – | – | 3.012 | – | (3.012) | **–** | – | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **21.857** | **1.335** | **9.324** | **(1.339)** | **(0)** | **31.177** | **–** | **31.177** |
| **Saldos em 1º de janeiro de 2023** | **21.857** | **1.335** | **9.324** | **(1.339)** | **–** | **31.177** | **–** | **31.177** |
| Ajuste com títulos e valores mobiliários | | | | 1.337 | | **1.337** | – | 1.337 |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 1.429 | **1.429** | – | 1.429 |
| Proposta para distribuição de resultado | | | | | | | | |
| Reserva legal | – | 71 | – | – | (71) | **–** | – | – |
| Dividendos | – | – | – | – | (339) | **(339)** | – | (339) |
| Reserva estatutária | – | – | 1.019 | – | (1.019) | **–** | – | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2022** | **21.857** | **1.407** | **10.343** | **(2)** | **(0)** | **33.604** | **–** | **33.604** |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **1.429** | **4.227** | **1.429** | **4.227** |
| **Ajustes ao lucro líquido** | | | | |
| Depreciações e amortizações | – | – | 385 | 345 |
| Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos | – | – | 24 | 30 |
| Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível | – | – | – | – |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (1.479) | (4.310) | 5 | 9 |
| Ganho (Reversão de ganho) por redução ao valor recuperável dos passivos | – | – | (7) | (24) |
| **Atividades operacionais** | | | | |
| Variação dos ativos financeiros | (63) | (253) | (1.977) | (7.991) |
| Variação dos créditos das operações de seguros | – | – | (13.693) | (2.222) |
| Variação dos títulos e créditos a receber | (58) | 143 | (578) | 232 |
| Variação dos ativos de resseguro | – | – | 555 | 320 |
| Variação dos créditos fiscais e previdenciários | (5) | 33 | 338 | 2.828 |
| Variação despesas antecipadas | – | 1 | (596) | (47) |
| Variação dos custos de aquisição diferidos | – | – | 6.192 | 3.860 |
| Variação de outros ativos | – | – | 20 | (32) |
| Variação de fornecedores | – | – | 395 | 87 |
| Variação de outras contas a pagar | – | 1 | 367 | 3.154 |
| Variação impostos e contribuições | 1 | 1 | 71 | 104 |
| Variação dos débitos de operações com seguros e resseguros | – | – | 1.400 | (1.576) |
| Variação das provisões técnicas - seguros | – | – | 7.300 | (539) |
| Variação de depósitos de terceiros | – | – | (160) | 169 |
| Variação de Outras Provisões Judiciais | – | – | 25 | – |
| **Caixa líquido consumido/gerado nas operações** | **(175)** | **(157)** | **1.495** | **2.934** |
| Impostos sobre lucros pagos | – | (32) | (358) | (2.528) |
| **Caixa líquido consumido/gerado nas atividades operacionais** | **(175)** | **(189)** | **1.137** | **406** |
| **Das atividades de investimento** | | | | |
| Dividendos Recebidos | 199 | 289 | – | – |
| Investimentos | – | – | – | – |
| Recebimento pela Venda de Ativo Permanente | – | – | – | 3 |
| Pagamento de compra de ativo imobilizado e intangível | – | – | (1.187) | (231) |
| **Caixa líquido gerado/consumido nas atividades de investimento** | **199** | **289** | **(1.187)** | **(228)** |
| **Das atividades de financiamento** | | | | |
| Aumento de Capital Social | – | – | – | – |
| Distribuição de dividendos | (25) | (100) | (25) | (100) |
| **Caixa líquido consumido nas atividades de investimento** | **(25)** | **(100)** | **(25)** | **(100)** |
| **Diminuição líquida/aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **(1)** | **–** | **(75)** | **78** |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 2 | 2 | 146 | 68 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 1 | 2 | 71 | 146 |
| **Diminuição líquida/aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **(1)** | **–** | **(75)** | **78** |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1. Contexto operacional:** A Usebens Holdings Participação S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede estabelecida na Av. Anísio Haddad n° 8001 - Sala 213B, Georgina Business Park, São José do Rio Preto - SP. Foi constituída em dezembro de 2006, tendo como atividade principal a participação em outras sociedades no Brasil ou exterior, na qualidade de acionista ou quotista. Sendo que a sua controlada é a Usebens Seguros S.A. ("Seguradora" ou "Controlada") que é uma sociedade anônima de capital nacional e fechado, com sede e escritório localizado na Cidade de São Paulo, SP, registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sob o código 0367-1. A Seguradora atua em todo o território nacional na comercialização de seguro de danos e de pessoas. A expertise da Seguradora está voltada para a distribuição, em todo o território nacional, de seguros massificados, customizados de acordo com as necessidades da região, por intermédio de seus parceiros concessionários de veículos, instituições financeiras e de administradora de consórcios. Destaca-se por seu amplo portfólio de produtos, que representam uma fonte importante de rentabilidade a esses parceiros, sendo que entre os principais produtos estão: a) prestamista; (b) seguro de automóveis (rastreado); (c) vida em grupo; (d) acidentes pessoais; (e) GAP; (f) franquia zero; e (g) compreensivo residencial e empresarial. **2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação por seus Administradores e Acionistas em 30 de abril de 2024. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis da Controladora e consolidado, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela SUSEP. Em 12 de novembro de 2021, a SUSEP emitiu a Circular nº 648/21, alterada parcialmente pela Circular SUSEP nº 678/2022 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir de sua publicação. Desta forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648/21 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis. **2.2. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Substitui as orientações no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Esse normativo inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, além da contabilização de hedge. O CPC 48 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, que passa a vigorar para o mercado segurador em 2 de janeiro de 2024, conforme circular nº 678 de 2022, de forma prospectiva. A Companhia e a sua controlada irá aplicar a norma quando da adoção pela SUSEP. **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. Seu objetivo é assegurar o fornecimento de informações relevantes que representem os contratos de seguros fielmente, fornecendo uma base para os usuários das informações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros exercem sobre a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa da Seguradora. O IFRS 17 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023. A Companhia e sua Controlada irá aplicar a norma quando da adoção pela SUSEP. **2.3. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 648/21. Não havendo influência na comparabilidade em decorrência da alteração das normas. **2.4. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado em data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo em um ativo ou passivo, a Seguradora leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na preferência do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinada nessa base, exceto valor em uso na Redução ao valor recuperável de ativos CPC 01(R1). As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua Controlada estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis. **2.5. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a controlada direta. A data-base das demonstrações contábeis da Controlada incluídas na consolidação é coincidente com a da Companhia. O grupo econômico considerado na preparação das demonstrações contábeis consolidadas é composto pela seguinte pessoa jurídica:

| | Tipo de participação | 31/12/2023 Participação no Capital Votante % | 31/12/2023 Participação no Capital Total % | 31/12/2022 Participação no Capital Votante % | 31/12/2022 Participação no Capital Total % |
|---|---|---|---|---|---|
| Usebens Seguros S.A. | Direta | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |

No processo de elaboração das demonstrações contábeis foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido, referentes as participações dos acionistas não controladores. **2.6. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e sua Controlada. **2.7. Demonstração de resultados abrangentes (DRA):** Está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificações) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs. **2.8. Operações descontinuadas:** Não houve atividades descontinuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **3. Principais práticas contábeis:** As seções a seguir descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **3.1. Apuração do resultado operacional:** O resultado das operações da Companhia é originado de equivalência patrimonial e receitas financeiras. Na Controlada os prêmios de seguros, resseguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e, reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores. **3.3. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: a) Definições:** Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. **b) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entre de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. É classificado nessa categoria se: • For adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; • O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e passivos financeiros ou ambos; • Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Seguradora, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; • Fazer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado (CPC 39, 40 e 48). Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do exercício. • **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. • **Ativos financeiros disponíveis para venda;** São ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida em uma conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. • **Empréstimos e recebíveis;** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. • **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é apurada com base na totalidade dos prêmios vencidos acima de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos, exceto quando os motivos do atraso estiverem relacionados a questões operacionais entre as partes, sendo descontadas as cessões de prêmio e Imposto sobre operações financeiras (IOF), ainda que não iniciada a vigência da apólice. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte; • Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção dos prêmios de seguros, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriores baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **c) Baixa de ativos e passivos financeiros:** A Companhia e sua Controlada baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia e sua Controlada reconhecem a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia e sua Controlada continuam reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida. A Companhia e sua Controlada baixam os passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.4. Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia e sua Controlada de honrarem suas obrigações perante os segurados. Os ativos e passivos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros a liquidar, (ii) as parcelas correspondentes a indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores, (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos, (iv) adiantamento para implantação de novo produto e (v) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme contratos firmados de cessão de risco, cujo o período de cobertura ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme período de exposição do risco. **3.5. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **3.6. Demais ativos circulantes e ativos não circulantes:** Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização. **3.7. Investimentos em participações societárias:** De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, deve constar no resultado do período do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e compreende a equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos, imobilizações em cursos e benfeitoria em imóveis de terceiros. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, com os seguintes prazos: dez anos para móveis, utensílios, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, e em cinco anos para equipamentos de informática, softwares e veículos. Um item do imobilizado é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **3.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros *("impairment"):*** No final de cada exercício, a Companhia e sua Controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.10. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data-base das demonstrações contábeis. **3.11. Contratos de seguro:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contratos de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. **3.12. Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA: • A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A PPNG considera como data base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, de acordo com normativo regulatório específico; • A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) têm como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão, sendo constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, a PPNG-RVNE é constituída com base nos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador; • A provisão para sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo; • A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - *Incurred But Not Reported*) é constituída a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial, conhecido como triângulo de *run-off*, que considera o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos sinistros ocorridos e avisados. Para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia, a provisão é constituída com base nos resultados observados nos testes de consistência desta provisão ou através dos percentuais médios utilizados pelo mercado segurador; • A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER - *Incurred But Not Enough Reported*) é constituída a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, que se baseia em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de *run-off*, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. **3.13. Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* - LAT):** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21, que instituiu o Teste de Adequação de Passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes, decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP, devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/21, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2023, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2023 foram, em média, as seguintes: • **Seguro de Danos:** 34,00%; • **Seguro de Pessoas:** 11,00%. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Usebens Seguros S.A. realizado para a data- base de 31 de dezembro de 2023, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/21. **3.14. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** Na Controladora a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, além dos prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Na Controlada a provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Lei 14.446 de 02 de setembro de 2022 elevou a alíquota da contribuição social para 16% com vigência até 31 de dezembro de 2022. Assim sendo o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com as mesmas taxas acima. **3.16. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte maneira: • **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • **Provisões judiciais:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente. **3.17. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício social, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **3.18. Lucro líquido por ação:** O lucro por ação básico da Companhia para o exercício é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações da Companhia. Durante o período de reporte a Companhia não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do período e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41. **4. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes:** As demonstrações contábeis são impactadas por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Seguradora na elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia faz estimativas e utilizam premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos períodos. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pela Companhia e sua Controlada são as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas aplicáveis e se referem, basicamente, aos seguintes fatores: • **Nota Explicativa nº 7:** Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros; • **Nota Explicativa nº 8b - Provisão para riscos de créditos:** constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos, exceto quando os motivos do atraso estiverem relacionados a questões operacionais entre as partes, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber; • **Nota Explicativa nº 10:** Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos; • **Nota Explicativa nº 13:** Provisões técnicas de seguros. **5. Gerenciamento de riscos:** A Companhia e sua Controlada, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia e sua Controlada na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia e sua Controlada

continua →★

★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA USEBENS HOLDINGS PARTICIPAÇÃO S.A.**

dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos, processos e sistemas, trabalhando de maneira incessante para o constante aprimoramento dessa estrutura. **5.1. Risco de seguro:** A Companhia e sua Controlada define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e, consequentemente, sujeito a oscilações. A gestão de riscos concentra em quatro aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Buscar oportunidades visando à obtenção de vantagem competitiva; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da Seguradora; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia e sua Controlada possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Os objetivos da subscrição de riscos da Companhia e sua Controlada é desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A Companhia e sua Controlada acredita que as técnicas de subscrição de riscos que auxiliam na identificação e entendimento do risco e na definição do preço de seguro são apropriada. Além disso, a Companhia e sua Controlada monitoram a qualidade dos negócios por parte das concessionárias, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho. **a) Concentração de riscos dos contratos de seguro:** A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades é determinada com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Consolidado — Prêmios emitidos por região geográfica | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ramos de atuação** | **Sudeste** | **Sul** | **Nordeste** | **Centro-oeste** | **Norte** | **Total** |
| Acidentes Pessoais - coletivos | 5.409 | 104 | – | – | – | 5.513 |
| Acidentes Pessoais Passageiros - APP | 7 | – | – | – | – | 7 |
| Assist. e Outras Coberturas - Auto | 13.115 | 785 | 520 | 337 | 177 | 14.934 |
| Automóvel | 9.306 | 2.304 | 1.406 | 576 | 416 | 14.008 |
| Compreensivo Residencial | 10 | 18 | – | – | – | 28 |
| Eventos Aleatórios | 2 | – | – | – | – | 2 |
| Funeral | 10 | – | – | – | – | 10 |
| Extensão de Garantia - Veículos | 2.882 | 184 | 347 | 133 | 310 | 3.856 |
| Prestamista - Coletivo | 17.413 | 27.736 | 20 | 18.167 | – | 63.336 |
| Prestamista - Individual | 37 | 5 | 6 | 1 | 1 | 50 |
| R. C. Facultativa Veículos | 1.549 | 617 | 263 | 139 | 85 | 2.653 |
| Riscos Financeiros | 128 | – | – | – | – | 128 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | 3.579 | 1.730 | 908 | 406 | 146 | 6.769 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | 149 | 219 | – | 13 | – | 381 |
| Vida em Grupo | 13 | – | – | – | – | 13 |
| **Em 31 de dezembro de 2023** | **53.609** | **33.702** | **3.470** | **19.772** | **1.135** | **111.688** |
| **Proporção - %** | **48,00** | **30,18** | **3,11** | **17,70** | **1,01** | **100,00** |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **84.459** | **3.081** | **1.348** | **15.945** | **369** | **105.202** |
| **Proporção - %** | **80,28** | **2,93** | **1,28** | **15,16** | **0,35** | **100,00** |

**b) Teste de sensibilidade:** A tabela a seguir apresenta o impacto gerado, pelas análises de sensibilidade do modelo no lucro líquido, caso a sinistralidade, despesas administrativas e taxas de juros variem 10% ou 15%, em 31 de dezembro de 2023:

| Consolidado — Impacto no Resultado | 2023 Bruto de resseguro | 2023 Líquido de resseguro | 2022 Bruto de resseguro | 2022 Líquido de resseguro |
|---|---|---|---|---|
| Aumento de 10% das despesas administrativas | (2.472) | (2.472) | (1.234) | (1.234) |
| Redução de 10% das despesas administrativas | 1.741 | 1.741 | 1.221 | 1.221 |
| Aumento de 15% dos valores de sinistros | (2.496) | (2.194) | (1.227) | (1.123) |
| Redução de 15% dos valores de sinistros | 1.755 | 1.574 | 1.215 | 1.112 |
| Aumento de 10% nas taxas de juros | 405 | 405 | 348 | 348 |
| Redução de 10% nas taxas de juros | (449) | (449) | (386) | (386) |

**5.2. Gestão de riscos financeiros:** A Companhia e sua Controlada está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de títulos e valores mobiliários. Para mitigar esses riscos são levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico onde são conduzidos os negócios da Companhia e sua Controlada e investidos os ativos financeiros. A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: • Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; • Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; • Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes. **a) Risco de mercado:** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, câmbio, ações, etc.), causada por fatores adversos. As transações da Companhia e sua Controlada são realizadas em reais, portanto ela não está exposta ao risco de moeda. A Companhia e sua Controlada estão sujeitas ao risco de taxas de juros, dada política e o montante aplicado em investimentos remunerados ao CDI e, em remunerações baseadas em taxas pós-fixados (indexada à SELIC) em títulos públicos federais. Seguindo uma política conservadora, a Companhia e sua Controlada optam pelo investimento em títulos públicos para a cobertura das reservas e as demais aplicações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha, minimizando o risco de mercado, não necessitando, atualmente, de modelos definidos para a avaliação de riscos. As taxas contratadas estão discriminadas na nota explicativa nº 7 (a). **b) Risco de liquidez:** Define-se risco de liquidez como a possibilidade da Companhia e sua Controlada não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações - esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Também é considerado risco de liquidez a possibilidade da Companhia e sua Controlada não conseguir negociar a preço de mercado uma posição - seja devido ao seu tamanho elevado em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. A Companhia e sua Controlada adotam como política a classificação de seus investimentos na categoria disponíveis para venda, visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez, como também o excesso de caixa é investido em fundo de investimento com liquidez imediata, possibilitando movimentação conforme necessidade apontada no fluxo de caixa. A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco. A Companhia e sua Controlada elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisa periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas. **c) Riscos de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos as instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras. Adicionalmente, o risco de crédito está relacionado à possibilidade de liquidação ou do descumprimento de garantias acordadas. A Companhia e sua Controlada, na gestão do risco de crédito, vale-se da legislação da Autarquia para minimizar. Importante destacar que os prêmios de seguros praticados pela Companhia e sua Controlada, nos ramos em que atua são pequenos, o que em tese, diminui de sobremaneira a possibilidade de risco de crédito. Soma-se a isso, a possibilidade que a Companhia e sua Controlada tem de, em determinados produtos de, readequar a vigência da apólice/risco de acordo com o prêmio efetivamente pago pelo Segurado, em caso de inadimplência. O risco de crédito atribuído a saldos de seguradoras incorridos a partir da falta de pagamento de prêmios somente perdurará durante o prazo de carência especificado na apólice até o vencimento, quando a apólice de seguros será paga ou liquidada. **5.3. Gestão de capital:** A Companhia e sua Controlada executam suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Companhia e sua Controlada quanto da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia e sua Controlada. Os esforços da Companhia e sua Controlada em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Apresentamos a seguir o cálculo do capital mínimo requerido da Seguradora, para a data-base de 31 de dezembro de 2023. **i) Capital para a atividade de Seguros:** O CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados, alterou em 12 de novembro de 2021 os requisitos de cálculo de capital regulatório de seguros com a divulgação da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterada pela Resolução CNSP nº 448/2022. O normativo dispõe sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras, vida e previdência, capitalização e as regras de cálculo de capital provenientes dos riscos de crédito, subscrição, operacional e de mercado.

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Patrimônio líquido** | 37.989 | 35.243 |
| Despesas antecipadas | (735) | (139) |
| Ativo intangível | (58) | (41) |
| Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG | (678) | (649) |
| Ajustes associados à variação dos valores econômicos | 8.725 | 6.140 |
| **Patrimônio líquido ajustado** | **45.243** | **40.554** |
| **Capital base (a)** | **8.100** | **8.100** |
| Capital de risco de subscrição | 16.044 | 18.476 |
| Capital de risco de crédito | 1.610 | 1.795 |
| Capital de risco operacional | 481 | 342 |
| Capital de risco de mercado | 1.318 | 2.450 |
| Benefício da diversificação (capital de risco) | (1.674) | (2.507) |
| **Capital de risco (b)** | **17.779** | **20.556** |
| Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (a) e (b)) | 17.779 | 20.556 |
| Patrimônio líquido ajustado (PLA) | 45.243 | 40.554 |
| **Suficiência de capital (PLA - CMR)** | **27.464** | **19.998** |
| Suficiência do PLA: (PLA - CMR)/CMR | 154,48% | 97,29% |
| Liquidez do ativo = (AL)/CMR | 152,20% | 134,74% |

Conforme demonstrado acima, a Seguradora apresentou um superávit de R$27.464 do patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023 em relação ao Capital Mínimo Requerido, representando uma suficiência do PLA em relação ao CMR de 154,48%, não demandando a elaboração do Plano de Regularização de Solvência. **5.4. Risco legal:** No curso normal de suas atividades de seguros, a Seguradora pode ser envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, que são tratadas de acordo com a nossa política de sinistros. Como as práticas da indústria de seguros e questões legais, judiciais e sociais mudam inesperados e indesejados resultados relacionados aos sinistros e suas coberturas poderão surgir. Esses problemas podem ter um efeito negativo nos resultados financeiros da Companhia e sua Controlada, estendendo a cobertura para além do que foi subscrito ou aumentando a quantidade e os valores envolvidos nas ações judiciais. Na medida em que as decisões judiciais são proferidas e estas podem aumentar os valores de indenizações, as reservas de sinistros podem revelar-se insuficientes para cobrir as perdas reais. Nesse caso, a Seguradora ajusta suas reservas ao valor da perda provável. Tal ajuste poderá ter um efeito material adverso na sua condição financeira, no seu resultado financeiro e em seus fluxos de caixa. **5.5. Risco operacional:** Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer grande operação. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas, e impactos sociais e ambientais. A Companhia gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com seu apetite de risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos e controles, indicadores de riscos chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência incluindo gestão de incidente e plano de continuidade de negócios.

**6. Caixa e equivalente de caixa:**

| Caixa e equivalentes de caixa | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| **Caixa** | – | – | – | 1 |
| Banco Bradesco S.A. | – | – | 11 | 10 |
| Banco do Brasil S.A. | – | – | 41 | 24 |
| Banco Santander Brasil S.A. | – | – | – | 2 |
| Banco J. Safra S.A. | – | – | 1 | 84 |
| Banco Itaú S.A. | 1 | 2 | 12 | 25 |
| Banco BTG Pactual S.A. | – | – | 6 | – |
| **Total** | **1** | **2** | **71** | **146** |

**7. Instrumentos financeiros: a) Composição (custo amortizado):**

| | Taxa de juros | Controladora 2023 R$ | % | Controladora 2022 R$ | % | Consolidado 2023 R$ | % | Consolidado 2022 R$ | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | Selic | – | 0,00 | – | 0,00 | 15.946 | 20,83 | 12.315 | 16,27 |
| Letras do Tesouro Nacional | Selic | – | 0,00 | – | 0,00 | 32.883 | 42,95 | 33.970 | 53,80 |
| Título de Renda Fixa - Privados | | – | 0,00 | – | 0,00 | 26.253 | 34,29 | 26.546 | 7,51 |
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | | | | |
| Quotas de fundos de investimento - não exclusivo | | 417 | 100,00 | 354 | 100,00 | 1.224 | 1,60 | 1.505 | 22,02 |
| **Total** | | **417** | **100,00** | **354** | **100,00** | **76.306** | **99,66** | **74.336** | **99,60** |
| Outras aplicações (participação no DPVAT) | | – | 0,00 | – | 0,00 | 261 | 0,34 | 254 | 0,40 |
| **Total de aplicações** | | **417** | **100,00** | **354** | **100,00** | **76.567** | **100,00** | **74.590** | **100,00** |

**b) Composição da aplicação financeira por vencimento:** Apresentamos a seguir a composição dos títulos e valores imobiliários por prazo e por título. Os títulos de renda fixa privados têm o seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA):

| Controladora — Custo atualizado | Sem vencimento | Abaixo de 365 dias | Acima de 365 dias | Total | Valor contábil | Marcação a mercado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 417 | – | – | 417 | 417 | – |
| **Total em 31 de dezembro de 2023** | **417** | **–** | **–** | **417** | **417** | **–** |

| Controladora — Custo atualizado | Sem vencimento | Abaixo de 365 dias | Acima de 365 dias | Total | Valor contábil | Marcação a mercado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 354 | – | – | 354 | 354 | – |
| **Total em 31 de dezembro de 2022** | **354** | **–** | **–** | **354** | **354** | **–** |

| Consolidado — Custo atualizado | Sem vencimento | Abaixo de 365 dias | Acima de 365 dias | Total | Valor contábil | Marcação a mercado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | – | 13.934 | 2.012 | 15.946 | 15.950 | 4 |
| Letras do Tesouro Nacional | – | 32.883 | – | 32.883 | 32.876 | (7) |
| Título de Renda Fixa - Privados | – | 16.251 | 10.002 | 26.253 | 26.253 | – |
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 1.224 | – | – | 1.224 | 1.224 | – |
| Outras aplicações - Participação DPVAT | 261 | – | – | 261 | 261 | – |
| **Total em 31 de dezembro de 2023** | **1.485** | **63.068** | **12.014** | **76.567** | **76.564** | **(3)** |

| Consolidado — Custo atualizado | Sem vencimento | Abaixo de 365 dias | Acima de 365 dias | Total | Valor contábil | Marcação a mercado |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | – | – | 12.315 | 12.315 | 12.331 | 16 |
| Letras do Tesouro Nacional | – | – | 33.970 | 33.970 | 31.684 | (2.286) |
| Título de Renda Fixa - Privados | – | 12.251 | 14.295 | 26.546 | 26.546 | – |
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 1.505 | – | – | 1.505 | 1.505 | – |
| Outras aplicações - Participação DPVAT | 254 | – | – | 254 | 254 | – |
| **Total em 31 de dezembro de 2022** | **1.759** | **12.251** | **60.580** | **74.590** | **72.320** | **(2.270)** |

**c) Movimentação:**

| Controladora | Vlr. contábil em 2022 | Resgates | Aplicações | Rendimento | Marcação a mercado | Saldo em 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 354 | (472) | 499 | 36 | – | 417 |
| **Total** | **354** | **(472)** | **499** | **36** | **–** | **417** |

| Controladora | Vlr. contábil em 2021 | Resgates | Aplicações | Rendimento | Marcação a mercado | Saldo em 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | |
| Título de Renda Fixa - Privados | 14 | (26) | 12 | – | – | – |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 87 | (182) | 431 | 18 | – | 354 |
| **Total** | **101** | **(208)** | **443** | **18** | **–** | **354** |

| Consolidado | Vlr. contábil em 2022 | Resgates | Aplicações | Rendimento | Marcação a mercado | Saldo em 2023 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 12.331 | – | 1.994 | 1.637 | (12) | 15.950 |
| Letras do Tesouro Nacional | 31.684 | (2.729) | – | 1.642 | 2.279 | 32.876 |
| Título de Renda Fixa - Privados | 26.546 | (112.697) | 108.820 | 3.584 | – | 26.253 |
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 1.505 | (6.743) | 6.354 | 108 | – | 1.224 |
| Outras aplicações - Participação DPVAT | 254 | – | 7 | – | – | 261 |
| **Total** | **72.320** | **(122.169)** | **117.175** | **6.971** | **2.267** | **76.564** |

| Consolidado | Vlr. contábil em 2021 | Resgates | Aplicações | Rendimento | Marcação a mercado | Saldo em 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Títulos disponíveis para venda** | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 10.946 | – | – | 1.366 | 19 | 12.331 |
| Letras do Tesouro Nacional | 39.103 | (11.050) | – | 1.989 | 1.642 | 31.684 |
| Título de Renda Fixa - Privados | 9.414 | (100.948) | 115.725 | 2.355 | – | 26.546 |
| **Ativos ao valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Cotas de fundo de investimento - não exclusivo | 3.318 | (9.564) | 7.668 | 83 | – | 1.505 |
| Outras aplicações - Participação DPVAT | 251 | – | 3 | – | – | 254 |
| **Total** | **63.032** | **(121.562)** | **123.396** | **5.793** | **1.661** | **72.320** |

**d) Mensuração de valor justo para o reconhecimento de ativos financeiros:** Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível1). O CPC 39, 40 e 48 requer que a Companhia e sua Controlada calcule o valor justo de investimentos classificados como disponíveis para venda que estão em um mercado inativo. Em 31 de dezembro de 2023, a Seguradora apresentava participação no convênio DPVAT no montante de R$ 261 (R$ 254 em 2022). Pelo fato dessa aplicação no DPVAT não apresentar um mercado ativo e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo. **e) Cobertura das provisões técnicas de seguros:** Para a garantia das provisões técnicas, a Seguradora manteve os seguintes ativos:

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Total das provisões técnicas** | **102.234** | **94.934** |
| (–)Ativos de Resseguro, conforme artigo 49º da Circular SUSEP nº 648/2021 | (794) | (1.231) |
| (–)Direito Creditório | (14.428) | (3.779) |
| (–)Custos de aquisição diferidos, efetivamente liquidados, conforme artigo 49º da Circular SUSEP nº 648/2021 | (44.521) | (52.049) |
| **Total de Provisões Técnicas a serem garantidas** | **42.491** | **37.875** |
| Letras do tesouro nacional | 32.876 | 31.684 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 15.950 | 12.331 |
| **Total dos ativos garantidores** | **48.826** | **44.015** |
| Excedente de cobertura | 6.335 | 6.140 |
| **Ativos livres** | **27.060** | **27.697** |
| Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos | 807 | 1.151 |
| Título de Renda Fixa - Privados | 26.253 | 26.546 |

**f) Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **8. Prêmios a receber:** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. A seguir, a abertura dos prêmios a receber e prazo médio de parcelamento (em meses), segregado por ramo de atuação:

| Consolidado — Ramos | Prazo médio recebimento | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Acidentes pessoais - coletivos | 1 | 37 | – |
| Acidentes pessoais - individuais | 4 | 3 | 3 |
| Acidentes Pessoais Passageiros - APP | 12 | 5 | 6 |
| Assistência e outras coberturas - auto | 4 | 5.438 | 3.454 |
| Automóvel | 12 | 12.066 | 4.172 |
| Extensão de garantia | 1 | 271 | 109 |
| Prestamista | 1 | 67 | 13 |
| Prestamista - Individual | 12 | 9 | 53 |
| R. C. Facultativa Veículos | 12 | 2.363 | 441 |
| Riscos Diversos | 1 | 1 | 2 |
| Riscos Financeiros | 1 | 49 | – |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 12 | 9 | 29 |
| P-RVNE | – | 8.026 | 6.739 |
| Provisão para Riscos Sobre Créditos | – | (465) | (442) |
| **Total** | | **27.879** | **14.579** |
| Circulante | | 27.651 | 14.579 |
| Não Circulante | | 228 | – |

**Movimentação do grupo de prêmios a receber:**

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Prêmios pendentes no início do exercício** | 14.579 | 12.151 |
| (+) Prêmios emitidos/reativados | 121.880 | 110.812 |
| (+) IOF | 3.399 | 1.711 |
| (–) Prêmios cancelados | (9.889) | (5.243) |
| (–) Recebimentos | (103.354) | (103.100) |
| Prêmios Riscos Vigentes Não Emitidos | 1.287 | (1.722) |
| Reversão Provisão para Perda | (23) | (30) |
| **Prêmios Pendentes no Final do Exercício** | **27.879** | **14.579** |

**a) Prêmios a Receber por Faixa de Vencimento:**

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Vencidos** | | |
| Vencidos entre 1 e 30 dias | 1.513 | 720 |
| Vencidos entre 31 e 60 dias | 8 | 18 |
| Vencidos entre 61 e 180 dias | – | 1.971 |
| Vencidos entre 181 e 365 dias | 4 | 14 |
| Vencidos a mais de 366 dias | 435 | 427 |
| **A vencer** | | |
| A vencer entre 1 e 30 dias | 3.347 | 1.545 |
| A vencer entre 31 e 60 dias | 1.676 | 527 |
| A vencer entre 61 e 180 dias | 6.292 | 1.809 |
| A vencer entre 181 e 365 dias | 6.815 | 1.251 |
| A vencer a mais de 366 dias | 228 | – |
| P-RVNE | 8.026 | 6.739 |
| Provisão para riscos sobre créditos | (465) | (442) |
| **Total** | **27.879** | **14.579** |

**b) Perda estimada para riscos de crédito:** A perda estimada para riscos de crédito é constituída com base nos prêmios vencidos, líquido de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com base na análise individual das faturas pendentes de pagamento há mais de 60 dias e dos prêmios vencidos relativos aos riscos decorridos, exceto quando os motivos do atraso estiverem relacionados a questões operacionais entre as partes. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão para riscos de crédito no ativo circulante é de R$ 465 (R$ 442 em 2022). **Movimentação da provisão para riscos de crédito:**

| Consolidado | Saldo em 2022 | Adições no exercício | Baixas no exercício | Saldo em 2023 |
|---|---|---|---|---|
| Acidentes Pessoais - Coletivo | – | 41 | (5) | 36 |
| Acidentes Pessoais - Individual | 3 | – | – | 3 |
| Assist. e Outras Coberturas - Auto | 6 | – | (1) | 5 |
| Automóvel | 409 | 37 | (62) | 384 |
| Extensão de Garantia | 4 | 1 | (2) | 3 |
| Prestamista - Coletivo | 1 | 61 | (46) | 16 |
| R. C. Facultativa Veículos | 7 | 5 | (5) | 7 |
| Riscos Diversos | 2 | 32 | (32) | 2 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | – | 32 | (32) | – |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 10 | 1 | (2) | 9 |
| | **442** | **210** | **(187)** | **465** |

| Consolidado | Saldo em 2021 | Adições no exercício | Baixas no exercício | Saldo em 2022 |
|---|---|---|---|---|
| Acidentes Pessoais - Individual | 3 | – | – | 3 |
| Assist. e Outras Coberturas - Auto | 3 | 12 | (9) | 6 |
| Automóvel | 397 | 108 | (96) | 409 |
| Extensão de Garantia | 3 | 32 | (31) | 4 |
| Prestamista - Coletivo | 1 | 15 | (15) | 1 |
| R. C. Facultativa Veículos | 2 | 15 | (10) | 7 |
| Riscos Diversos | 1 | 39 | (38) | 2 |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 2 | 28 | (20) | 10 |
| | **412** | **249** | **(219)** | **442** |

**9. Operações com resseguradoras: a) Composição do Ativo:**

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Operações com resseguradoras** | | |
| Sinistros Liquidados a Recuperar com Resseguradora | 599 | 224 |
| **Ativos de resseguros** | | |
| Provisão de Prêmios Ganhos | 77 | 418 |
| Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) | 400 | 292 |
| Provisão de Despesas Relacionadas e IBNER | 139 | 94 |
| Sinistros Pendentes de Pagamento | 191 | 558 |
| **Total** | **1.406** | **1.586** |

**b) Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras:**

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | **1.586** | **2.158** |
| Constituição | 616 | 804 |
| Reversão | (804) | (1.341) |
| Sinistros recuperados | (2.180) | (1.181) |
| Sinistros a recuperar | 2.188 | 1.146 |
| **Saldo no final do exercício** | **1.406** | **1.586** |

**c) Composição por ressegurador:**

| Consolidado — Resseguradoras | Susep | Categoria | Contrato Tipo | Recuperação de Sinistros 2023 | Recuperação de Sinistros 2022 | Sinistros a Recuperar 2023 | Sinistros a Recuperar 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IRB Brasil Resseguros S.A. | 31623 | Local | Repasse | 1.261 | 278 | 464 | 520 |
| Swiss Re Brasil Resseguros S.A. | 38270 | Local | Repasse | 9 | 1 | 9 | 13 |
| Swiss Reinsurance Company | 42790 | Admitida | Repasse | 14 | 1 | 14 | 20 |
| Austral Resseguradora S.A. | 34819 | Local | Repasse | 904 | 866 | 303 | 229 |
| **Total** | | | | **2.188** | **1.146** | **790** | **782** |

**d) Demonstração do percentual ressegurado:**

| Consolidado — Ramos | Prêmios emitidos 2023 | Prêmios emitidos 2022 | Resseguro cedido 2023 | Resseguro cedido 2022 | Prêmios retidos 2023 | Prêmios retidos 2022 | % de retenção 2023 | % de retenção 2022 | % de prêmio de resseguro cedido 2023 | % de prêmio de resseguro cedido 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Automóvel | 16.666 | 6.292 | 11 | 12 | 16.655 | 6.280 | 99,93% | 99,81% | 0,07% | 0,19% |
| Compreensivo residencial | 28 | – | 4 | – | 24 | – | 85,71% | 100,00% | 14,29% | 0,00% |
| Extensão de garantia - auto | 3.904 | 2.185 | – | (9) | 3.904 | 2.194 | 100,00% | 100,41% | 0,00% | -0,41% |
| Prestamista | 63.587 | 81.125 | 1.702 | 1.428 | 61.885 | 79.697 | 97,32% | 98,24% | 2,68% | 1,76% |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | 6.773 | 5.361 | 673 | 419 | 6.100 | 4.942 | 90,06% | 92,18% | 9,94% | 7,82% |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | 381 | 454 | 78 | 84 | 303 | 370 | 79,53% | 81,50% | 20,47% | 18,50% |
| Vida em grupo | 13 | 1 | – | – | 13 | 1 | 100,00% | 100,00% | 0,00% | 0,00% |
| **Total** | **91.352** | **95.418** | **2.468** | **1.934** | **88.884** | **93.484** | | | | |

**e) Composição do passivo:**

| Consolidado | 2023 | 2022 |
|---|---|---|
| Prêmios de resseguro a liquidar (líquido de Comissão) | 660 | 862 |
| Adiantamento de ressegurador | 5.453 | 5.453 |
| Riscos vigentes e não emitidos de resseguro | 40 | 171 |
| **Total** | **6.153** | **6.486** |

**f) Composição por ressegurador:**

| Consolidado — Resseguradoras | Susep | Categoria | Código | Contrato Tipo | Prêmios de resseguro cedidos 2023 | Prêmios de resseguro cedidos 2022 | Prêmios de resseguro a liquidar 2023 | Prêmios de resseguro a liquidar 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Austral Resseguradora S.A. | 34819 | Local | SRUW003318 | Repasse | 23 | (9) | 35 | 19 |
| IRB Brasil Resseguros S.A. | 31623 | Local | 5000036057 | Repasse | 2.434 | 1.931 | 615 | 798 |
| Swiss Re Brasil Resseguros S.A. | 38270 | Local | 4845-9969-4130 | Repasse | 4 | 5 | 4 | 18 |
| Swiss Reinsurance Company | 42790 | Admitida | 4845-9969-4130 | Repasse | 7 | 7 | 6 | 27 |
| **Total** | | | | | **2.468** | **1.934** | **660** | **862** |

**10. Créditos tributários:** Os saldos de créditos tributários estão compostos da seguinte maneira:

| | Controladora 2023 | Controladora 2022 | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|---|---|
| IR/CSLL | 59 | 62 | 234 | 232 |
| Ajustes temporais **(a)** | – | – | 1 | 931 |
| COFINS a compensar | – | – | 84 | 74 |
| Outros | 10 | 2 | 11 | 3 |
| **Total** | **69** | **64** | **330** | **1.240** |

**(a)** Refere-se Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros referentes aos ajustes negativos sobre os títulos e valores mobiliários mantidos em carteira, classificados como "Disponíveis para Venda". **11. Custo de aquisição diferido:** As despesas com custo de aquisição são lançadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro, e diferidas quando devidas. São amortizadas com base no prazo de vigência das apólices (apresentado a seguir em meses), por meio de constituição e reversão de custo de aquisição diferido:

| Consolidado — Ramos | Prazo médio diferimento | 2023 | 2022 |
|---|---|---|---|
| Acidentes pessoais - Coletivos | 12 | 38 | – |
| Assist. e outras coberturas - auto | 9 | 245 | 46 |
| Automóvel | 12 | 725 | 93 |
| Extensão de garantia | 13 | 1.811 | 604 |
| Prestamista - coletivo | 73 | 46.482 | 54.916 |
| Prestamista - Individual | 12 | 1 | 5 |
| R. C. Facultativa Veículos | 12 | 165 | 24 |
| Riscos financeiros | 13 | 57 | 27 |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 12 | – | 1 |
| **Total** | | **49.524** | **55.716** |
| Circulante | | 23.645 | 28.835 |
| Não circulante | | 25.879 | 26.881 |

**Movimentação dos custos de aquisição diferidos:**

| Consolidado 2023 | Corretagem | Agenciamento | Pró-labore | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos no início do exercício** | **28.640** | **650** | **26.426** | **55.716** |
| Constituições | 35.642 | 904 | 15.966 | 52.512 |
| Cancelamentos | (2.194) | – | (566) | (2.760) |
| Amortização/reversões/baixas | (28.641) | (876) | (26.427) | (55.944) |
| **Saldos no final do exercício** | **33.447** | **678** | **15.399** | **49.524** |

| Consolidado 2022 | Corretagem | Agenciamento | Pró-labore | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Saldos no início do exercício** | **22.016** | **565** | **36.995** | **59.576** |
| Constituições | 41.925 | 866 | 18.997 | 61.788 |
| Cancelamentos | (1.586) | – | (808) | (2.394) |
| Amortização/reversões/baixas | (33.715) | (781) | (28.758) | (63.254) |
| **Saldos no final do exercício** | **28.640** | **650** | **26.426** | **55.716** |

**12. Participações societárias:** A participação societária da Companhia é assim representada:

| Controladora — Participação societária | Participação 2023 | Participação 2022 | Saldo de Investimento 2023 | Saldo de Investimento 2022 | Resultado de equivalência patrimonial 2023 | Resultado de equivalência patrimonial 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Usebens Seguros S.A. | 99,99% | 99,99% | 37.989 | 35.243 | 1.479 | 4.310 |

**13. Demonstrativos das provisões técnicas:**

| Consolidado 2023 — Ramos | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar | IBNR | Outras provisões - PDA | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Acidentes pessoais - coletivos | 61 | 1 | 1 | – | **63** |
| Acidentes Pessoais Passageiros - APP | 4 | – | – | – | **4** |
| Assist. e outras coberturas - auto | 3.170 | 13 | 242 | – | **3.425** |
| Automóvel | 9.868 | 1.650 | 135 | 123 | **11.776** |
| Extensão de garantia - veículos | 3.694 | 219 | 424 | 38 | **4.375** |
| Prestamista - Coletivo | 73.137 | 4.067 | 2.465 | 299 | **79.968** |
| Prestamista - Individual | 6 | 216 | – | – | **222** |
| R. C. Facultativa Veículos | 2.008 | 60 | 113 | 3 | **2.184** |
| Riscos financeiros | 144 | – | – | – | **144** |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | – | – | 32 | – | **32** |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | – | – | 41 | – | **41** |
| **Total** | **92.092** | **6.226** | **3.453** | **463** | **102.234** |
| Circulante | 49.393 | 6.226 | 3.453 | 463 | 59.535 |
| Não circulante | 42.699 | – | – | – | 42.699 |

| Consolidado 2022 — Ramos | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar | IBNR | Outras provisões - PDA | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Acidentes pessoais - coletivos | – | 1 | 1 | – | **2** |
| Acidentes Pessoais Passageiros - APP | 4 | – | – | – | **4** |
| Assist. e outras coberturas - auto | 317 | 86 | 85 | – | **488** |
| Automóvel | 3.117 | 312 | 80 | 19 | **3.528** |
| Extensão de garantia - veículos | 3.242 | 208 | 291 | 76 | **3.817** |
| Prestamista - Coletivo | 79.424 | 3.286 | 2.838 | 505 | **86.053** |
| Prestamista - Individual | 49 | 33 | 39 | – | **121** |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 9 | 1 | – | – | **10** |
| R. C. Facultativa Veículos | 407 | 241 | 32 | 3 | **683** |
| Riscos financeiros | 67 | – | – | – | **67** |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | – | 91 | 5 | – | **96** |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | – | – | 63 | 2 | **65** |
| **Total** | **86.636** | **4.259** | **3.434** | **605** | **94.934** |
| Circulante | 46.804 | 4.259 | 3.434 | 605 | 55.102 |
| Não circulante | 39.832 | – | – | – | 39.832 |

**a) Movimentação das provisões técnicas:**

| Consolidado 2023 | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar | IBNR | Outras provisões - PDA | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo no início do exercício** | 86.636 | 4.259 | 3.434 | 605 | 94.934 |
| (+) Constituição/emissão | 111.688 | – | – | – | 111.688 |
| (–) Diferimento pelo risco decorrido | (106.825) | – | – | – | (106.825) |
| (+) Aviso de sinistros | – | 28.409 | – | 797 | 29.206 |
| (+/–) Ajuste/cancelamento sinistros | – | (11.213) | – | (156) | (11.369) |
| (–) Pagamento de sinistros | – | (17.727) | – | (695) | (18.422) |
| (–) Outras reversões | (4.147) | (455) | (3.434) | (524) | (8.560) |
| (+) Outras constituições | 4.740 | 2.953 | 3.453 | 436 | 11.582 |
| **Saldo no fim do exercício** | **92.092** | **6.226** | **3.453** | **463** | **102.234** |

| Consolidado 2022 | Provisão de prêmios não ganhos | Provisão de sinistros a liquidar | IBNR | Outras provisões - PDA | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos no início do exercício** | 87.510 | 3.109 | 4.660 | 194 | **95.473** |
| (+) Constituição/emissão | 105.202 | – | – | – | **105.202** |
| (–) Diferimento pelo risco decorrido | (104.714) | – | – | – | **(104.714)** |
| (+) Aviso de sinistros | – | 24.262 | – | 598 | **24.860** |
| (+/–) Ajuste/cancelamento sinistros | – | (11.423) | – | (42) | **(11.465)** |
| (–) Pagamento de sinistros | – | (12.471) | – | (480) | **(12.951)** |
| (–) Outras reversões | (5.509) | 327 | (4.660) | (189) | **(10.031)** |
| (+) Outras constituições | 4.147 | 455 | 3.434 | 524 | **8.560** |
| **Saldos no fim do exercício** | **86.636** | **4.259** | **3.434** | **605** | **94.934** |

**b) Desenvolvimento de sinistros:** A tabela a seguir demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

**Bruto de resseguro - Administrativos e judiciais - Consolidado:**

| Incorrido (+) IBNR | dez/2018 | dez/2019 | dez/2020 | dez/2021 | dez/2022 | dez/2023 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Até a data-base [a] | 16.289 | 11.672 | 12.252 | 11.532 | 13.934 | 17.098 | |
| Um ano mais tarde | 12.805 | 9.765 | 11.451 | 8.177 | 13.319 | – | |
| Dois anos mais tarde | 12.901 | 10.382 | 12.459 | 10.208 | – | – | |
| Três anos mais tarde | 13.019 | 11.031 | 13.565 | – | – | – | |
| Quatro anos mais tarde | 13.405 | 11.420 | – | – | – | – | |
| Cinco anos mais tarde | 13.920 | – | – | – | – | – | |
| **Posição em 31 de dezembro de 2023** | **13.920** | **11.420** | **13.565** | **10.208** | **13.319** | **17.098** | |
| **Pago Acumulado** | **dez/2018** | **dez/2019** | **dez/2020** | **dez/2021** | **dez/2022** | **dez/2023** | |
| Até a data-base [a] | (10.572) | (6.335) | (6.251) | (5.131) | (8.057) | (8.667) | |
| Um ano mais tarde | (12.624) | (9.262) | (10.768) | (7.608) | (12.891) | – | |
| Dois anos mais tarde | (12.746) | (9.618) | (11.986) | (9.812) | – | – | |
| Três anos mais tarde | (12.957) | (10.318) | (13.261) | – | – | – | |
| Quatro anos mais tarde | (13.194) | (11.309) | – | – | – | – | |
| Cinco anos mais tarde | (13.642) | – | – | – | – | – | |
| **Posição em 31 de dezembro de 2023** | **(13.642)** | **(11.309)** | **(13.261)** | **(9.812)** | **(12.891)** | **(8.667)** | |
| Atualização monetária e Juros | 89 | 32 | 44 | 29 | – | – | |
| Provisão de sinistros em 31/12/2023 | 366 | 144 | 348 | 425 | 428 | 8.432 | 10.143 |
| Sobra/Falta acumulada (R$) | 2.369 | 252 | (1.313) | 1.324 | 615 | – | |
| **Sobra/Falta acumulada (%)** | **17,02%** | **2,20%** | **(9,68%)** | **12,97%** | **4,62%** | **–** | |

continua ★

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA USEBENS HOLDINGS PARTICIPAÇÃO S.A.

**Líquido de resseguro - Administrativos e judiciais - Consolidado:**

| Incorrido (+) IBNR | dez/2018 | dez/2019 | dez/2020 | dez/2021 | dez/2022 | dez/2023 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Até a data-base [a] | 15.961 | 11.377 | 9.967 | 10.070 | 12.638 | 15.622 | |
| Um ano mais tarde | 12.525 | 9.413 | 8.492 | 7.008 | 11.855 | – | |
| Dois anos mais tarde | 12.625 | 9.768 | 9.529 | 8.431 | – | – | |
| Três anos mais tarde | 12.739 | 10.425 | 10.641 | – | – | – | |
| Quatro anos mais tarde | 13.122 | 10.823 | – | – | – | – | |
| Cinco anos mais tarde | 13.633 | – | – | – | – | – | |
| **Posição em 31 de dezembro de 2023** | **13.633** | **10.823** | **10.641** | **8.431** | **11.855** | **15.622** | |
| **Pago Acumulado** | **dez/2018** | **dez/2019** | **dez/2020** | **dez/2021** | **dez/2022** | **dez/2023** | |
| Até a data-base [a] | (10.293) | (6.091) | (4.928) | (4.159) | (7.310) | (7.846) | |
| Um ano mais tarde | (12.344) | (8.916) | (7.870) | (6.481) | (11.469) | – | |
| Dois anos mais tarde | (12.466) | (9.273) | (9.089) | (8.051) | – | – | |
| Três anos mais tarde | (12.677) | (9.972) | (10.344) | – | – | – | |
| Quatro anos mais tarde | (12.914) | (10.714) | – | – | – | – | |
| Cinco anos mais tarde | (13.363) | – | – | – | – | – | |
| **Posição em 31 de dezembro de 2023** | **(13.363)** | **(10.714)** | **(10.344)** | **(8.051)** | **(11.469)** | **(7.846)** | |
| Atualização monetária e Juros | 89 | 32 | 44 | 29 | – | – | |
| Provisão de sinistros em 31/12/2023 | 359 | 141 | 341 | 410 | 386 | 7.776 | 9.413 |
| Sobra/Falta acumulada (R$) | 2.328 | 553 | (675) | 1.639 | 783 | – | |
| **Sobra/Falta acumulada (%)** | **17,08%** | **5,11%** | **(6,34%)** | **19,44%** | **6,61%** | **–** | |

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada período de 31 de dezembro estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores. **c) Sinistros a liquidar judiciais:** A Seguradora possui a seguinte quantidade de ações judiciais e saldos de sinistros a liquidar judiciais:

| | Consolidado 2023 | |
|---|---|---|
| **Faixa (anos)** | **PSL judicial (R$)** | **Quantidade** |
| 2 - 3 | 141 | 4 |
| 3 - 4 | 175 | 5 |
| 4 - 5 | 73 | 2 |
| Acima de 5 | 187 | 3 |
| | **576** | **14** |

Informações dos sinistros pagos no exercício:

| Consolidado | | |
|---|---|---|
| **Quantidade** | **Valor de pagamento (R$)** | **Valor de abertura (R$)** |
| 108 | 3.885 | 3.223 |

**14. Ativos contingentes e provisões judiciais:** Em 31 de dezembro de 2023, a provisão judicial não relacionada a sinistros no passivo circulante é de R$ 25 (R$ 0 em 2022) e não possui ativos contingentes nos exercícios de 2023 e 2022. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** O capital social encontra-se representado assim:

| | % de Participação | | Quantidade de Ações | | Capital Social | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Sócio** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Carlos Gustavo Zago | 21,65% | 21,65% | 2.893.690 | 2.893.690 | 5.377 | 5.377 |
| Marcella Finimundi Verdi Zago | 24,60% | 24,60% | 3.288.284 | 3.288.284 | 4.732 | 4.732 |
| Gustavo Silas Verdi Zago | 2,95% | 2,95% | 394.594 | 394.594 | 645 | 645 |
| Usebens Multi Automóveis Usados Ltda. | 50,80% | 50,80% | 6.790.120 | 6.790.120 | 11.103 | 11.103 |
| | | | 13.366.688 | 13.366.688 | 21.857 | 21.857 |

**15.2. Distribuição de resultados:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, após constituição da reserva legal. Em 9 de maio de 2022, a Companhia deliberou a AGO que aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e alocação do resultado líquido final em "Reserva Legal" e "Outras Reservas de Lucros". Em 30 de maio de 2023, a Companhia deliberou a AGO que aprovou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e alocação do resultado líquido final em "Reserva Legal" e "Outras Reservas de Lucros". **15.3. Reservas de lucros - reserva legal e outras reservas de lucros:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O valor excedente da destinação dos lucros do exercício é alocado na conta "Outras Reservas de Lucros", onde a Seguradora pode utilizar mediante deliberação de uma Assembleia Geral.

**16. Detalhamento das principais contas do resultado: 16.1. Prêmio de seguros auferido:**

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prêmios retidos | | Variação das provisões técnicas | | Prêmios ganhos | |
| **Ramos** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Acidentes pessoais - coletivos | 5.442 | 5.681 | (61) | – | 5.381 | 5.681 |
| Acidentes Pessoais Passageiros - APP | 8 | 10 | – | (2) | 8 | 8 |
| Assist. outras coberturas - auto | 15.137 | 4.644 | (2.853) | (100) | 12.284 | 4.544 |
| Automóvel | 14.245 | 5.371 | (6.751) | (1.413) | 7.494 | 3.958 |
| Compreensivo empresarial | – | 14 | – | – | – | 14 |
| Compreensivo residencial | 28 | – | – | – | 28 | – |
| Extensão de garantia - auto | 3.913 | 1.792 | (453) | 768 | 3.460 | 2.560 |
| Funeral | 12 | – | – | – | 12 | – |
| Prestamista - coletivo | 64.150 | 79.009 | 6.290 | 1.737 | 70.440 | 80.746 |
| Prestamista - individual | 50 | 74 | 43 | (47) | 93 | 27 |
| R. C. Facultativa Veículos | 2.712 | 905 | (1.602) | (341) | 1.110 | 564 |
| Riscos diversos | – | – | – | 12 | – | 12 |
| Riscos financeiros | 169 | 80 | (77) | (67) | 92 | 13 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | 6.751 | 5.373 | – | – | 6.751 | 5.373 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | 344 | 449 | – | – | 344 | 449 |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | – | 77 | 9 | 327 | 9 | 404 |
| Vida em grupo | 14 | 1 | – | – | 14 | 1 |
| | **112.975** | **103.480** | **(5.455)** | **874** | **107.520** | **104.354** |

**16.2. Sinistros ocorridos:**

| | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Acidentes pessoais - coletivos | (227) | 6 |
| Automóvel | (3.801) | (2.581) |
| Assist. e outras coberturas - auto | (647) | (427) |
| Extensão de garantia | (1.698) | (1.095) |
| Prestamista - coletivo | (11.153) | (7.797) |
| Prestamista - individual | (1.665) | (203) |
| R. C. Facultativa Veículos | (111) | (570) |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | (27) | (148) |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | 24 | (236) |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 1 | (140) |
| **Total** | **(19.304)** | **(13.191)** |

**16.3. Custos de aquisição:**

| | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Comissões sobre prêmios retidos | (43.169) | (40.533) |
| Outras despesas de comercialização | (8.160) | (17.622) |
| Variação dos custos de aquisição diferidos | (6.192) | (3.860) |
| **Total** | **(57.521)** | **(62.015)** |

**16.4. Despesas administrativas:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Despesas com pessoal próprio | (38) | (37) | (5.057) | (6.009) |
| Despesas com serviços de terceiros | (9) | (10) | (21.278) | (11.399) |
| Despesas com localização e funcionamento | (2) | (2) | (2.295) | (1.443) |
| Despesas com publicidade e propaganda | – | – | (17) | (1.369) |
| Despesas com publicações | (40) | (41) | (78) | (75) |
| Outras | – | – | (313) | (200) |
| Despesas com donativos e contribuições | – | – | (63) | (139) |
| **Total** | **(89)** | **(90)** | **(29.101)** | **(20.634)** |

**16.5. Resultado financeiro:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Receitas financeiras** | | | | |
| Rendimento das aplicações financeira | 36 | 18 | 7.121 | 6.157 |
| Receitas financeiras com operações de seguros | – | – | 40 | – |
| Outras receitas financeiras | 6 | 5 | 28 | 117 |
| **Total** | **42** | **23** | **7.189** | **6.274** |
| **Despesas financeiras** | | | | |
| Despesas financeiras - venda de títulos | – | – | (150) | (364) |
| Despesas financeiras - atualização monetária - PSL-J | – | – | (194) | – |
| Outras despesas financeiras | (1) | (1) | (71) | (188) |
| **Total** | **(1)** | **(1)** | **(415)** | **(552)** |
| **Total do resultado financeiro** | **41** | **22** | **6.774** | **5.722** |

**16.6. Despesas com tributos:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Despesas com COFINS/PIS | (2) | (7) | (4.597) | (4.528) |
| Impostos federais | – | – | – | (6) |
| Impostos estaduais | – | – | (6) | (16) |
| Impostos municipais | – | (1) | (42) | (18) |
| Taxa de fiscalização | – | – | (1.670) | (1.193) |
| Contribuição sindical patronal | – | – | (17) | (17) |
| **Total** | **(2)** | **(8)** | **(6.332)** | **(5.778)** |

**16.7. Outras receitas e despesas operacionais:**

| | Consolidado 2023 | Consolidado 2022 |
|---|---|---|
| Outras Receitas - DPVAT | 36 | 343 |
| Outras receitas operacionais | 867 | – |
| Provisão sobre riscos de créditos | (16) | (7) |
| Outras despesas com operações de seguros | (1.217) | (835) |
| **Total** | **(330)** | **(499)** |

**17. Transações com partes relacionadas: 17.1. Partes relacionadas:** A Usebens Holdings Participação S.A. possui contrato de mútuo com a sua acionista Usebens Multi Automóveis Usados Ltda. Em 31 de dezembro de 2023, o Crédito com Partes Relacionadas no Ativo não circulante foi de R$ 3.852 (R$ 3.795 em 31 de dezembro de 2022). A Seguradora mantém contrato de "Prestação de Serviços Operacionais, de Informática e Outras Avenças" com a empresa Usebens Multi Automóveis Usados Ltda. Durante o exercício de 2023 foram incorridas despesas no montante de R$ 2.160 (R$ 2.400 em 2022), liquidadas na totalidade dentro dos exercícios. **17.2. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Os honorários atribuídos nos exercícios aos Administradores da Seguradora são:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| **Remuneração** | | | | |
| Pró-Labore e encargos | 38 | 37 | 1.259 | 1.686 |
| | **38** | **37** | **1.259** | **1.686** |

**18. Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), líquido de participações | 1.429 | 4.234 | 1.859 | 6.740 |
| Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes | (486) | (1.440) | (837) | (3.033) |
| **Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, cujos créditos não foram constituídos:** | | | | |
| Efeito do IRPJ e da CSLL do incentivo fiscal da Lei 11.196/2005 | – | – | 472 | 338 |
| Outros | 486 | 1.433 | (65) | 182 |
| **Despesa com IRPJ e CSLL** | **–** | **(7)** | **(430)** | **(2.513)** |

**19. Principais ramos de atuação:**

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prêmios ganhos | | Índice de Sinistralidade - % | | Índice de comissionamento - % | |
| **Ramos** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** | **2023** | **2022** |
| Acidentes pessoais - coletivos | 5.381 | 5.681 | 4 | – | 71 | 75 |
| Acidentes Pessoais Passageiros - APP | 8 | 8 | – | – | – | – |
| Assist. outras coberturas - auto | 12.284 | 4.544 | 5 | 9 | 1 | 2 |
| Automóvel | 7.494 | 3.958 | 51 | 65 | 4 | 2 |
| Compreensivo empresarial | 0 | 14 | – | – | – | 79 |
| Compreensivo residencial | 28 | – | – | | 39 | – |
| Extensão de garantia - auto | 3.460 | 2.560 | 49 | 43 | 20 | 14 |
| Funeral | 12 | – | – | – | 8 | – |
| Prestamista - coletivo | 70.440 | 80.746 | 16 | 10 | 69 | 67 |
| Prestamista - individual | 93 | 27 | 1.790 | 752 | 10 | 11 |
| R. C. Facultativa Veículos | 1.110 | 564 | 10 | 101 | 7 | 4 |
| Riscos diversos | 0 | 12 | – | – | – | 58 |
| Riscos financeiros | 92 | 13 | – | – | 39 | 38 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Demais Cobert. | 6.751 | 5.373 | – | 3 | 59 | 58 |
| Seg. Hab. Apól. Merc.- Prestamista | 344 | 449 | (7) | 53 | 42 | 42 |
| Seguro Popular de Automóvel Usado | 9 | 404 | (11) | 35 | 11 | 4 |
| Vida em grupo | 14 | 1 | – | – | 36 | 100 |
| | **107.520** | **104.354** | | | | |

**20. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**DIRETORIA**

**Carlos Gustavo Zago** - Diretor Presidente

**CONTADOR**

**Alfredo Shimizu Júnior** - CRC 1SP208722/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Usebens Holdings Participação S.A.** São José do Rio Preto - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Usebens Holdings Participação S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Usebens Holdings Participação S.A.,** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individuais e consolidadas, de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor independente:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José do Rio Preto, 30 de abril de 2024

BDO

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**
CRC 2 SP 013846/O-1

**Alfredo Ferreira Marques Filho**
Contador CRC 1 SP 154954/O-3